



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

PAULO MORTARI ARAUJO CORREA

**MIGRAÇÕES PARAGUAIAS À REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E
INSERÇÃO NO SETOR DE CONFECCÃO TÊXTIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS
DO SÉCULO XXI**

CAMPINAS

2024

PAULO MORTARI ARAUJO CORREA

MIGRAÇÕES PARAGUAIAS À REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E
INSERÇÃO NO SETOR DE CONFECÇÃO TÊXTIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XXI

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Doutor
em Demografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO PAULO MORTARI
ARAUJO CORREA E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. ROSANA APARECIDA
BAENINGER.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

C817m Correa, Paulo Mortari Araujo, 1989-
Migrações paraguaias à Região Metropolitana de São Paulo e inserção no
setor de confecção têxtil nas primeiras décadas do século XXI / Paulo Mortari
Araujo Correa. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia - Paraguai. 2. Imigrantes - São Paulo, Região Metropolitana
de (SP). 3. Precarização. 4. Trabalhadores da indústria de vestuário. 5. Áreas
subdesenvolvidas - Indústria têxtil. 6. América Latina - Indústria têxtil. 7. América
Latina - Migração. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Paraguayan migrations to the Metropolitan Area of São Paulo and
their insertion into the garment manufacturing sector in the first decades of the 21st century

Palavras-chave em inglês:

Demography - Paraguay
Immigrants - São Paulo, Metropolitan Region of (SP)
Precariousness
Garment workers
Underdeveloped areas - Textile industry
Latin America - Textile industry
Latin America - Migration

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]
Sebastián Felipe Bruno
Ana Silvia Volpi Scott
Paolo Parise

Roberta Guimarães Peres

Data de defesa: 02-04-2024

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4632-3679>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/6033732035522140>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 02 de abril de 2024, considerou o candidato Paulo Mortari Araujo Correa APROVADO.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres

Dr. Sebastián Felipe Bruno

Dr. Paolo Parise

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Dedicado às paraguaias e paraguaios
trabalhadores (ontem, hoje ou amanhã) de
oficinas de costura na Região Metropolitana de
São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão a André, Augusto, Emiliano, González, Humberto, Joana, Josefina, Luan, Luana, Marisa, Michael e Zacaria (nomes fictícios), que confiaram em nosso trabalho e, muito amavelmente, se dispuseram a compartilhar conosco sua história na confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo e seus conhecimentos e percepções sobre o setor. Seus relatos são, sem dúvida, a maior contribuição que a presente tese pode trazer ao tema que nos propusemos a pesquisar. Esperamos tê-los manuseado da forma mais respeitosa e responsável possível e fazendo justiça à relevância de seu conteúdo.

Agradeço, na sequência, à professora Rosana Baeninger por todo o amparo, incentivo e inspiração oferecido a mim desde o início de nosso trabalho e, no transcurso dele, por cada leitura (sempre atenta) de rascunho da tese, cada sugestão de bibliografia e de rumo de investigação (sempre pertinente e zelosa de minhas escolhas enquanto pesquisador), cada ponderação (sempre enriquecedora) e cada palavra de alento (sempre oportuna). A chance de desenvolver minha pesquisa sob sua orientação foi um dos principais motivos que me levaram a submeter meu projeto na Pós-Graduação em Demografia da Unicamp. O convívio só deu mais corpo à admiração que nutria essa ambição, seja por seu brilhantismo intelectual, seja por sua generosidade e empatia para com as pessoas. Sinto-me afortunado por estarmos juntos aqui.

Quero, ademais, explicitar a longa importância de Arnaldo Francisco Cardoso em minha trajetória acadêmica, hoje um querido amigo a quem costumo me referir (sem seu conhecimento até a publicação destas linhas) como “mentor”. Meu interesse em estudar temas relacionados ao Paraguai surgiu, não fortuitamente, durante as aulas que o professor ministrava sobre o Mercosul como parte de uma disciplina de integração regional, ainda em minha graduação em Relações Internacionais, há mais de dez anos. O trato inter e multidisciplinar com o qual abordava qualquer problemática social, o primor pelo senso crítico e, não se pode omitir, sua erudição serviram de bússola em minha formação no mestrado e no doutorado e, em especial, na elaboração desta tese.

Grato sou também aos colegas (ou melhor, amigos, como ditosamente posso chamá-los) dos dois grupos de pesquisa que ora integro, a dizer, o Observatório das Migrações em São Paulo (Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp) e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações (GEPM, integrado pelo Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz e o Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, entre outras instituições). Ambos foram fundamentais em minha pesquisa desde as etapas mais preliminares, como na preparação do projeto a ser apresentado à banca examinadora do processo seletivo do

Programa de Pós-Graduação, até as mais avançadas, com contribuições na escolha de referências bibliográficas e em aprimoramentos metodológicos. No primeiro, dos integrantes baseados em São Paulo, estão, entre tantos outros nomes igualmente valorosos, Luís Felipe Aires Magalhães, Andressa Martino, Fátima Chaves, Camila Rodrigues da Silva, Laís Bressan, Mona Perlingeiro, Aline Santos, Caio Fernandes, Dirce Trevisi P. Moraes, Deborah Grajer, Svetlana Ruseishvili, Viviane Santos, Julia Scavitti e Clarissa Paiva; e, em Campinas, Joice Domeniconi, Natália Demétrio, Sophia Damiano Rôvere e Juliana Ribeiro. Já no GEPM, saúdo José Carlos Pereira (o “Carlinhos”), Ana Nasser, Berenice Young, Poliana Fonsêca, Dulce Baptista, Pe. Alfredo José Gonçalves, Neusa Mariano, Léa Francesconi e Margarida Maria de Andrade. Que se sintam também contemplados por minha admiração e gratidão todos os demais que não foram nominalmente mencionados.

Aludo novamente à Missão Paz, dessa vez, para agradecer aos padres Paolo e Irmani pela generosidade com a qual acolheram minha pesquisa, permitindo-me acompanhá-los em missas e outros eventos junto à comunidade paraguaia, indicando-me possíveis interessados em colaborar com meu trabalho de campo e colocando à minha disposição as dependências da instituição para a eventual realização de entrevistas.

Retornando a atenção à Unicamp, dou meu “obrigado” às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Demografia, em especial, àquelas e àqueles com quem cumpri disciplinas, nomeadamente, José Marcos Pinto da Cunha (a quem agradeço também pelas experiências de monitoria e estágio docência), Joice Melo Vieira, Maria Coleta F. A. de Oliveira, Luciana Correia Alves, Glaucia dos Santos Marcondes, Everton Emanuel Campos de Lima e Alberto Augusto Eichman Jakob, além de minha orientadora, Rosana Baeninger. Eu não poderia ter tido uma formação mais rica na área do que a que vocês me propiciaram. Qualquer lacuna em minhas competências como demógrafo é, sem discussão, responsabilidade deste que escreve.

Devo sinceros agradecimentos também a Andrews Lima Silva Santos, Augusto Schmidt, Thais Madeira Filipi, Yeda Endrigo, Bruna Garcia, Camila Soares, Carlos Eduardo Beluzo, Leonardo Nicolau de Barros, Letícia Ribeiro, Paula Guimarães, Juliana Boldrin, Ludmilla Regina de Souza Silva, Joselin Utrera, Ianca Almeida da Silva, Marina Barbosa e Silva, Giulia Kiefer e demais colegas discentes do Programa. É mister reconhecer que tudo o que aprendi com vocês compõe, de igual modo, a riqueza anteriormente referenciada para qualificar a formação à qual tive acesso na Unicamp, com o adicional de que nossas trocas foram, ainda, combustível para seguir em frente nos momentos mais desafiadores do doutorado.

Mais do que indelicado, seria injusto não estender meus agradecimentos às funcionárias e funcionários do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp), cujo trabalho responde por parte da excelência da Demografia na Unicamp. Faço uma especial menção a Adriana Cristina Fernandes, que gentilmente se encarregou da revisão das referências bibliográficas desta tese.

Expresso também minha gratidão a Ana Silvia Volpi Scott e a Sebastián Bruno, integrantes da banca examinadora de qualificação, pelo cuidado com o qual leram o material parcial da tese e pela pertinência de suas considerações, que fizeram toda a diferença nos rumos da pesquisa e nos resultados que puderam ser alcançados.

Tenho mais algumas amigas e amigos a quem agradecer nessa trajetória: Paola Moreno, que abraçou como sua a necessidade de ir ao encontro de paraguaias e paraguaios com experiência no setor têxtil de São Paulo que pudessem ser entrevistadas/os para a tese, um gesto que aprecio enormemente; Nancy Areco, amiga de mais de década que fez de sua casa meu lar no Paraguai durante os dias em que realizava no país parte de meu trabalho de campo e outras atividades; Fatima Rodríguez, cuja amizade é uma das boas surpresas que o caminho de pesquisa me trouxe. Além de tudo o que suas ideias, sua destreza na escrita e sua poesia inspiram, devo a você a mediação com potenciais entrevistados e entrevistadas, em especial, com aquela que viria a ser a única participante monolíngue em guarani de meu estudo; Miguel Ángel Verón, responsável pela gentil e qualificada tradução do resumo desta tese ao guarani (*ñemombykypyre*); e Edmilson Garcia, por ter me recebido com tanta hospitalidade em Campinas no início de meu doutorado.

Voltando-me à família, agradeço de coração cheio, mas com insuficientes palavras, a minha companheira Jéssica Grillo de Souza, que, além de ser possivelmente a maior entusiasta desta tese, em incontáveis ocasiões se fez das mais qualificadas interlocutoras, provendo-me percepções e reflexões que me protegeram de maiores limitações em minha capacidade de análise da realidade e, por conseguinte, no próprio produto final da pesquisa. Como se fosse pouco, é dela, ainda, o inesgotável alento que encontrei nas horas em que eu não conseguia encarar meu trabalho senão com críticas e não via no horizonte nada a não ser incertezas.

Sou profundamente grato também a meus pais, Renata e Arnaldo (o “Teco”), a quem devo as mais decisivas experiências e oportunidades de vida que me permitiram ter hoje uma tese para defender. Deles vêm a dedicação, a honestidade e tantos outros valores que me cobro exercitar e que tão imprescindíveis são em nosso ofício acadêmico. Agradeço, ainda, a meu irmão Marcos e sua companheira Bianca pela compreensão em relação ao afastamento que não pude evitar decorrer da “imersão” na tese (o mesmo, aliás, preciso dizer a várias amigas e

amigos). Seu exemplo de empenho e diligência também me serviram de inspiração ao longo de todo esse processo.

Por fim, ressalto a importância do apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a viabilização desta pesquisa através do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), Código de Financiamento 001, Processo nº 88887.341736/2019-00.

Un hombre escribe una tesis (también) para recuperarse en ella. (parodiando Josefina Plá, “Un hombre tiene hijos para recuperarse en ellos”, em “La mano en la tierra”)

“Se a indústria brasileira não tivesse acolhido o boliviano e o paraguaio para trabalhar na confecção, São Paulo estava pelada”. (Integrante de um coletivo paraguaio da Região Metropolitana de São Paulo em entrevista para a tese).

RESUMO

As migrações mais profusas entre Paraguai e Brasil na contemporaneidade são aquelas de caráter rural-rural com origem no último em direção ao primeiro e transcurso principalmente nas décadas de 1960 e 1970, em um contexto de aproximação política, econômica e comercial entre os dois países. Entretanto, ainda que em magnitude inferior, registra-se também uma presença significativa de paraguaios em território vizinho, cujo “estoque” nunca distou muito dos 15 mil indivíduos (desconsiderando-se aqueles que eventualmente se naturalizaram brasileiros) ao longo de todo o século XX, de acordo com os censos demográficos realizados no período. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por sua vez, desponta de maneira mais expressiva como destino a essas migrações a partir dos anos 1950, com a vinda, inicialmente, de estudantes por meio de programas de intercâmbio universitário e deslocados em decorrência da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), entre outros grupos. Na virada para o século XXI, tanto a nível nacional como metropolitano (em relação à capital paulista e seu entorno), as migrações paraguaias apresentam um crescimento sem precedentes, dentro de um panorama global de intensificação das migrações Sul-Sul e de importantes mudanças em curso no sistema produtivo capitalista e na divisão internacional do trabalho. É nesse momento que se sobressai a inserção de trabalhadores nacionais do Paraguai em oficinas de costura na RMSP, cujas origens remetem, no tempo, ao fim dos anos 1970 e, no espaço, a distritos do Centro de São Paulo (embora venham cobrando visibilidade atualmente também movimentos às margens da cidade). Tal fenômeno se manifesta majoritariamente no chamado “circuito inferior” da moda, no qual se verificam maiores níveis de informalidade, subcontratação de oficinas e incidência mais notável de trabalho precarizado ou, até mesmo, em condição análoga à de escravo, em um setor fortemente orientado pelos ditames da “moda rápida”, que incluem o encurtamento nos tempos de disponibilização de uma peça de roupa no mercado e de seu descarte pelo consumidor final. Levando-se em conta esse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo estudar a relação das redes migratórias com a inserção de paraguaios no setor de confecção têxtil da RMSP nas primeiras décadas do século XXI, adotando-se como hipótese a de que as migrações paraguaias que passam pela capital paulista e suas adjacências seriam altamente rotativas e contariam com suas redes migratórias para o estabelecimento de um espaço de circulação possível frente à reestruturação produtiva global. A metodologia utilizada compreende tanto uma perspectiva quantitativa (com o uso de censos e registros administrativos, além de outras fontes) como qualitativa (nesse caso, com destaque à condução de doze entrevistas semiestruturadas com migrantes paraguaios). Entre os resultados obtidos estão a verificação da consolidação da confecção têxtil como um “nicho étnico” de trabalho por parte de paraguaios radicados em São Paulo, no qual seria recorrente o rápido trânsito dos trabalhadores por ocupações em diferentes estabelecimentos; e ambiguidades que marcam a atuação das redes, que, se, por um lado, tendem a ser decisivas para a viabilização de projetos migratórios (como na mobilização de recursos para o deslocamento e a subsistência nos primeiros dias de vida no exterior e na “abertura de portas” ao mercado de trabalho local) e a proteção contra casos mais destoantes de exploração laboral, por outro, terminam por nutrir, ainda que não deliberadamente (embora, em alguns casos, possa ser), uma cadeia produtiva que comumente submete os próprios paraguaios aos serviços mais precarizados.

Palavras-chave: Migrações paraguaias; Região Metropolitana de São Paulo; Confecção têxtil; Trabalho precarizado; Migrações Sul-Sul; Redes migratórias.

ABSTRACT

The largest migrations between Paraguay and Brazil in recent history are those of rural-to-rural nature originated in the latter towards the former that took place mainly in the 1960s and 1970s, in a context of strengthening of political, economic, and commercial ties between the two countries. Though in smaller figures, there is also a significant presence of Paraguayans in the neighboring territory, whose “stock” was never too far from 15 thousand individuals (disregarding those who might have acquired the Brazilian nationality) throughout the 20th century, according to the demographic censuses carried out in the period. The Metropolitan Area of São Paulo (RMSP), in turn, stood out more evidently as a place of destination for these migrations from the 1950s onwards, initially with the arrival of students through university exchange programs and people fleeing Alfredo Stroessner’s dictatorship (1954-1989), among other groups. At the turn of the 21st century, both at national and metropolitan levels (in relation to the city of São Paulo and its outskirts), the Paraguayan migrations showed an unprecedented growth, when South-South migrations were also on the rise and important shifts in the capitalist productive system and in the international division of labor were underway. At that moment, the insertion of Paraguayan workers in sewing workshops became more noticeable, whose origins trace back to the late 1970s and to districts in the Center of São Paulo (though movements towards the edges of the city have also been afoot lately). This phenomenon manifests itself mainly in the so-called “lower circuit” of fashion, in which there are higher levels of informality, subcontracting of sewing workshops, and a more significant incidence of precarious work or even under conditions similar to modern slavery, in a working sector strongly oriented by the dictates of “fast fashion”, which include speeding up the process of producing and discarding goods. Taking this scenario into account, the present research aims to study the relation between migration networks and the Paraguayans’ insertion into the RMSP garment industry in the first decades of the 21st century. The hypothesis laid out in the first place is that these Paraguayan migrations that move around the city of São Paulo and its surroundings are highly rotative and count on their migration networks to set a feasible circulation space in the face of the global productive restructuring. Our methodology comprises a quantitative perspective (including the use of censuses and administrative records) and a qualitative one (in this case, with emphasis on twelve semi-structured interviews carried out with Paraguayan migrants). Among the results, we verified the consolidation of the textile manufacturing branch as an “ethnic niche” of work for Paraguayans settled in São Paulo, in which the quick movement of workers across occupations in different workshops would be recurrent; and ambiguities that lace the actions of migration networks, considering that these networks tend to be decisive in making migration plans achievable (e.g., mobilizing resources for traveling and subsistence during the first days abroad and “opening doors” to the local labor market), and providing protection against the most deviant cases of labor exploitation but, on the other hand, even if not deliberately (although, in some cases, it might be), they end up nurturing a production chain that subject their own fellow countrymen and women to the most precarious jobs.

Keywords: Paraguayan migrations; Metropolitan Area of São Paulo; Garment industry; Precarious work; South-South migration; Migration networks.

ÑEMOMBYKYPYRE

Tapichakuéra jeva ojuhúva Paraguái ha Brasil ndive tuichavéva ramove guive niko hína umi oikóva okahára-okahárape, Brasil guive Paraguái oikóva sa'ary 1960 ha 1970 rupi, mokõive tetã ojoajúramo guare polítika, ekonomía ha ñemurã. Upe rire, pokãvéramo jepe, heta Paraguai oíke ko tetã ijkereguápe, ha umíva hetakuépe araka'eve ndohasapukúiva 15 mil tapicha (umíva apytépe ndojeguerokéi umi ojapyhyva'ekue Brasil hetãramo) sa'ary XX pukukue javeve, oikuaaukaháicha umi censo tapicha retakue rehegua ñemboguatáva'ekue umi ary rupi. San Pablo tavusuetépe katu ojeko'iete upe tetã guive amoite ary 1950 rupi guive, oñuahẽ ypyramo guare, tenonderã, umi temimbo'e mbo'ehaovusupegua oúva ohasamívo umichagua mbo'ehaópe ko tetãme ha upéi katu umi ováva mbaretépe ñemomombyry rekávo karai Alfredo Stroessner dictadura-gui (1954-1989) hamba'e. Oikévo sa'ary XXI katu, tetã tuichakue javeve térã ko tavusuetépe (oñeñe'ẽvo San Pablo tavaite ha ijerére), ojehu'ỹ haguéicha máramo, hetaiterei tapicha oko'ijoa ojevavévo Yvy-Yvývo ha heta mba'eve ñambue rehe capitalismo jeguata ha tembiaporã ñemohendápe tetãnguéra apytépe. Upéramo hetaitereive tapicha mba'apohára paraguai ou oíke omba'apóvo ao apópe RMSP-pe, ára rehe oñeñe'ẽvo ojehu'va'ekue opávo 1970 rupi, ha tenda rehe oñeñe'ẽvo katu oikóva San Pablo-itépe (jepevéramo avei ko'ágã rupi oíha avei oúva ko táva guasu jere rehe). Ko mba'e ojuhúva ojehechakuaave umi oñehenóiva ao apo "iguyre reheguápe", ojehechakuaahápe tuichahaichave ñeporomomba'apo hekope'ỹguáva, contrato péicha péichantegua umi tallerháre ha ñemomba'apo vaihápe tapichakuérape, ja'eporaséramo tembiguáicha oikohápe hikuái, umi mba'aporenda ojeapohápe ñemonderã oñehenóiva "moda pya'e", nda'aréi ojeporúva ñemonde haña ha pya'etemi upéi ombohykémava iporuharakuéra. Ojerekóvo tesa renondépe opa ko'ã mba'e ojuhúva, ko jeporurekapy reheae oñehesa'ỹjose mba'éichapa tapichakuera ohua'ĩva Paraguáigui omba'apojávo ao apópe RMSP-pe ñepyrũmívo sa'ary XXI ojogueraha ojopógui; hipótesis ramo ojerereko umi tapicha aty oúva Paraguáigui San Pablo tavusu guasu ha ijerérepe ou ha oho umi tapicha, ha ou hikuái hetakuére ha upéi ohojey ñemohendaháicha hína mba'erepy jerojera tuichaháicha ñemboguatáva ko yvy ape ári. Aporekóramo ojeporu pojoapy cuantitativo (ojeporu censo ha marandu ñemono'õvo ha ambueve tendádui ñeñeguenohẽva) ha avei cualitativo (ko kásope ojeporuve ñe'ẽjovake ojeapóva pakõi tapicha paraguái upépe omba'apóva ndive). Opa marandu ñemono'õva'ekuépe ojehechakuaa añetehápe ao apópe ñemba'apohápe ñemopyendaha "nicho étnico" ramo, ojejuhuhápe tapicha paraguái ovapyre San Pablo-pe, meme nuga oíkehápe omba'apo sapy'ávo ko'ã tapicha; upéichante avei mba'e hasýva oñehakã'i'õvo ohechaukáva tapicha aty ñemongu'e; ko'áva, jepevéramo ikatuete porãnte imbarete ojevameme haña (umíva apytépe viru oñeikotevẽva ojehe ha ojeiko ñepyrũ haña upe tendápe ha "ojepe'a haña okẽ" oñeñepyrũvo tembiapo) ha oñeñangareko ani haña oíke ojeporu vaipa hañaáme, ha amo hu'ãme oíke ombohape, jepémo ndaha'éikuri upeicharã (oĩ káso ikatuhápe ojehe upéicha), tembiaporã ñembohapéva ha ojegueroikehápe tapicha paraguái ñemomba'apo umi tenda ijetu'uvehápe.

Mba'e mba'erepa oñeñe'ẽ: Paraguai jeva; San Pablo tavusute; ao apo; mba'apo hekope'ỹguáva; jeva Yvy-Yvývo; tapicha aty ováva.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – As fases da transição demográfica	60
FIGURA 2 – Apresentação do grupo Alma Guarani na festa de independência e Dia das Mães paraguaio na Igreja Nossa Senhora da Paz	274
FIGURA 3 – Imagem da Virgem de Caacupé carregada durante celebração no pátio da Igreja Nossa Senhora da Paz	275
FIGURA 4 – Capela Nossa Senhora Aparecida, Jardim Jacy, Guarulhos (SP)	280
FIGURA 5 – Organograma de uma situação concreta do circuito espacial de produção das Lojas Marisa	326
FIGURA 6 – Estrutura da cadeia produtiva da confecção têxtil	344
FIGURA 7 – Roteiro de entrevista semiestruturada com paraguaios inseridos atualmente ou outrora no setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo	372
FIGURA 8 – Missa em celebração ao Dia das Mães na capela Nossa Senhora Aparecida, Jardim Jacy, Guarulhos – SP, 14 de maio de 2023	417
FIGURA 9 – Vagas de trabalho em oficinas de costura divulgadas em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	420
FIGURA 10 – Ofertas de força de trabalho a oficinas de costura divulgadas em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	421
FIGURA 11 – Anúncios de venda de máquinas de costura em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	422
FIGURA 12 – Anúncios de imóveis para eventual montagem de oficina de costura em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	423
FIGURA 13 – Exemplo de anúncio de produtos diversos em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	424
FIGURA 14 – Evento para entretenimento anunciado em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	424
FIGURA 15 – Oferta de serviços e informações de utilidade pública em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	425
FIGURA 16 – Costura por máquina overlock e galoneira em uma camiseta básica	434
FIGURA 17 – Vaga de trabalho em oficina de costura divulgada em grupo aberto de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023	458

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Estoque de migrantes (em números absolutos) a partir de fluxos entre o Sul e o Norte globais, 1990-2020.....	71
GRÁFICO 2 – Estoque migratório (em números relativos) decorrente de fluxos entre o Sul e o Norte globais, 1990-2020.....	71
GRÁFICO 3 – População da República do Paraguai por sexo e grupo etário, 2002 e 2022	111
GRÁFICO 4 – Correntes migratórias internas no Paraguai (origem-destino) por intervalos censitários, 1977-2002	223
GRÁFICO 5 – Paraguaio residentes na Argentina (1869-2010).....	234
GRÁFICO 6 – Paraguaio residentes na Argentina em relação ao total de migrantes de países limítrofes	235
GRÁFICO 7 – População residente no Brasil nascida no Paraguai, 1872-2010.....	241
GRÁFICO 8 – Percentual de brasileiros naturalizados entre a população não nata do Brasil, por país de nascimento (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)	243
GRÁFICO 9 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai segundo sexo e grupo etário, 1960 a 2010	245
GRÁFICO 10 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai nas categorias de “estrangeiros” e “naturalizados brasileiros”, 2010	247
GRÁFICO 11 – População residente no estado de São Paulo nascida no Paraguai, 1872-2010	252
GRÁFICO 12 – Paraguaio “estrangeiros” no Brasil segundo Unidade Federativa (UF) de residência, 2010.....	253
GRÁFICO 13 – Registro Nacional Migratório (RNM) a nascidos no Paraguai e residentes no Brasil, no estado de São Paulo e na capital paulista por ano de obtenção do documento (2000 a 2022).....	255
GRÁFICO 14 – Registro Nacional Migratório (RNM) a nascidos no Paraguai e residentes no Brasil por Unidade Federativa (UF), 2022.....	257
GRÁFICO 15 – Nascidos no Paraguai declarados “estrangeiros” e residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no restante do Brasil por sexo e grupo etário, 2010	259
GRÁFICO 16 – Registro Nacional Migratório (RNM) a nascidos no Paraguai e no conjunto de países do exterior residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no Brasil, por sexo e idade no momento da obtenção do documento (2000 a março de 2020).....	265
GRÁFICO 17 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil, 2006-2022	330
GRÁFICO 18 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil por Unidade Federativa (UF), 2006-2022.....	331
GRÁFICO 19 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Mato Grosso do Sul por atividade econômica desempenhada, 2006-2022.....	333
GRÁFICO 20 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo em São Paulo por atividade econômica desempenhada, 2006-2022.....	333
GRÁFICO 21 – Variação do volume de paraguaio no setor da confecção têxtil e demais ocupações na RMSP e sua comparação com o total de migrantes de dita nacionalidade no mercado formal da região, 2002-2021	351
GRÁFICO 22 – Paraguaio nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção têxtil em volume e em relação ao total de pares seus no setor na Região Metropolitana de São Paulo, 2003-2021	352

GRÁFICO 23 – Paraguaio em São Paulo e em Guarulhos nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção por volume e percentual em relação ao total de migrantes da referida nacionalidade no mesmo conjunto de atividades na RMSP, 2003-2021.....	353
GRÁFICO 24 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por sexo, 2003-2021.....	354
GRÁFICO 25 – Percentual de homens entre paraguaio nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção têxtil, no restante do mercado de trabalho formal e nos Registros Nacionais Migratórios (RNM) na Região Metropolitana de São Paulo, 2003-2021	355
GRÁFICO 26 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por grupo etário, 2003-2021	356
GRÁFICO 27 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por nível de escolaridade, ...	357
GRÁFICO 28 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por remuneração em dezembro (em salários-mínimos), 2003-2021.....	358
GRÁFICO 29 – Distribuição proporcional de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo, 2003-2021	359
GRÁFICO 30 – Entradas e saídas de pessoas nacionais do Paraguai registradas em postos de controle fronteiriços do Brasil, 2016-2022.....	364
GRÁFICO 31 – Autorizações de residência concedidas a pessoas nacionais do Paraguai nos municípios de São Paulo e Foz do Iguaçu e no Brasil, 2000-2022.....	365
GRÁFICO 32 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por tempo no emprego, 2016-2020	367

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – O Paraguai na América do Sul.....	102
MAPA 2 – A Bacia do Prata	103
MAPA 3 – Divisão político-administrativa do território da República do Paraguai, com capitais departamentais e principais rios e vias da malha rodoviária assinalados	105
MAPA 4 – Comunidades indígenas no Paraguai por famílias linguísticas, 2012.....	124
MAPA 5 – Correntes de povoamento de grupos autóctones americanos presentes no Paraguai.....	134
MAPA 6 – As Missões Jesuíticas e sua localização tendo como referência os atuais territórios de Argentina, Brasil e Paraguai.....	139
MAPA 7 – A Província Gigante das Índias e seu desmembramento	144
MAPA 8 – Perdas territoriais do Paraguai em decorrência da Guerra da Tríplice Aliança*	190
MAPA 9 – O território paraguaio e os estados brasileiros vizinhos	197
MAPA 10 – Taxas migratórias líquidas (TML) de distritos paraguaios, 1997-2002.....	231
MAPA 11 – Regiões, subprefeituras e distritos do município de São Paulo	306
MAPA 12 – Municípios ou distritos de origem dos genitores (A), naturalidade (B), maior tempo de residência no Paraguai (C), última residência antes da migração ao Brasil (D) e de moradia no momento da entrevista (E)	384
MAPA 13 – Deslocamentos dos entrevistados pela Região Metropolitana de São Paulo de acordo com a localização das unidades produtivas da confecção têxtil em que já trabalharam	493

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Diagrama da emigração paraguaia e do principal fluxo de imigração, por ciclos, países de destino/origem e causas.....	220
QUADRO 2 – Perfil dos paraguaios entrevistados para a tese	377
QUADRO 3 – Etapas migratórias dos paraguaios entrevistados para a tese	383
QUADRO 4 – Ano da primeira migração à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) dos paraguaios entrevistados para a tese.....	394
QUADRO 5 – Informações sobre regularização laboral entre os paraguaios entrevistados para a tese	452
QUADRO 6 – Deslocamentos dos entrevistados pela Região Metropolitana de São Paulo de acordo com a localização das unidades produtivas da confecção têxtil em que já trabalharam	494
QUADRO 7 – Informações sobre remessas financeiras internacionais entre os paraguaios entrevistados para a tese.....	504

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Taxas de fecundidade total (TFT) estimadas por continente e sub-região, 1950-2020..	46
TABELA 2 – Esperança de vida ao nascer (e^0) em anos (ambos os sexos), estimada por continente e sub-região, 1950-2020.....	56
TABELA 3 – População da República do Paraguai por departamento, Censos de 2002, 2012 e 2022 (resultados preliminares).....	106
TABELA 4 – População, razão de sexos, taxa de fecundidade total de período (TFT) e esperança de vida ao nascer (e^0) projetadas da República do Paraguai por departamento, 2022.....	109
TABELA 5 – Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita a preços correntes de mercado, 2021, e coeficiente de gini e níveis de pobreza e pobreza extrema, 2020, na América do Sul.....	113
TABELA 6 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na América do Sul, 2019.....	115
TABELA 7 – Idioma predominante falado nos lares do Paraguai, 2012.....	116
TABELA 8 – População indígena e afrodescendente no Paraguai segundo departamento, 2012.....	122
TABELA 9 – Comunidades e população indígena nos departamentos do Paraguai segundo família linguística, 2012.....	125
TABELA 10 – Configuração da Câmara de Deputados da República do Paraguai no mandato de 2018 a 2023 segundo a filiação partidária e o departamento pelo qual se foi eleito.....	155
TABELA 11 – Migrantes internacionais no Paraguai segundo país de nascimento, 1972-2002.....	206
TABELA 12 – Migrantes internacionais residentes no Paraguai em 2002 segundo país de nascimento.....	208
TABELA 13 – Brasileiros residentes no exterior (estoque), 2020.....	209
TABELA 14 – Imigração “estrangeira” (recente) no Paraguai em quantidade de migrantes por departamento, segundo país de origem, 1997-2002.....	210
TABELA 15 – Taxas de migração líquida (por mil pessoas) do Paraguai por departamento segundo intervalos censitários, 1950-2002.....	226
TABELA 16 – Matriz migratória, população de cinco anos de idade ou mais por lugar de residência em 1997 (data fixa) e em 2002.....	228
TABELA 17 – Migração bruta (MB), saldo migratório (SM), taxa de migração líquida (TML), índice de eficácia migratória (IEM) e principal origem e destino dos migrantes por departamento do Paraguai, 1997-2002.....	229
TABELA 18 – População nascida no Paraguai e recenseada em outros países, 2000 (ou ano mais próximo) e 2010.....	233
TABELA 19 – Estoque de migrantes internacionais no Brasil por continente de nascimento.....	237
TABELA 20 – Estoque de migrantes internacionais das Américas (exceto Canadá e Estados Unidos) no Brasil por país de nascimento (1970-2010).....	238
TABELA 21 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai, 1872.....	239
TABELA 22 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai, 1920.....	240
TABELA 23 – Percentual de brasileiros naturalizados entre a população não nata do Brasil, por país de nascimento (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).....	243
TABELA 24 – Município de residência no Brasil de pessoas naturais do Paraguai na data de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), 2000 a 2022.....	254

TABELA 25 – Estado civil de pessoas nascidas no Paraguai declaradas “estrangeiras” e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2010.....	259
TABELA 26 – Raça/cor de pele de nascidos no Paraguai declarados “estrangeiros” e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2010	261
TABELA 27 – Nível de instrução de pessoas nascidas no Paraguai declaradas “estrangeiras” e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2010.....	261
TABELA 28 – Variação nos Registros Nacionais Migratórios (RNM) concedidos a pessoas naturais do Paraguai nos municípios de Guarulhos e São Paulo em volume e em relação ao total na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por ano de obtenção do documento (2000-2022)	263
TABELA 29 – Estado civil de pessoas nascidas no Paraguai e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na data de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), 2000-2022	266
TABELA 30 – Ocupação laboral de pessoas nascidas no Paraguai e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na data de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), 2000 a 2022	268
TABELA 31 – Paraguaio no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo segundo a família de ocupação, estoque 2016-2021	270
TABELA 32 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil por atividade econômica (CNAE), 2006-2022	332
TABELA 33 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil por Unidade Federativa (UF) e atividade econômica desempenhada, 2022.....	334
TABELA 34 – Registros de paraguaio no mercado formal da confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por ocupação, 2003-2021	348
TABELA 35 – Porcentagem de paraguaio no mercado formal da confecção têxtil na RMSP por faixas de remuneração em dezembro (em salários-mínimos de valor corrente em cada ano), considerando as quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor, 2016-2021	366
TABELA 36 – Oficinas de costura na Região Metropolitana de São Paulo com passagem pelos paraguaio entrevistados segundo a nacionalidade do dono do estabelecimento, 1982-2022	401
TABELA 37 – Ano de entrada em território brasileiro de pessoas naturais do Paraguai que obtiveram autorização de residência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2022	503

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPKC	Asociación Afroparaguaya Kamba Cua
ABVTEX	Associação Brasileira do Varejo Têxtil
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AfD	Alternative für Deutschland
AMA	Área Metropolitana de Asunción
AMBA	Área Metropolitana de Buenos Aires
ANR	Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado)
APC	Alianza Patriótica para el Cambio
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRL	Real Brasileiro
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIEJA	Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos
CIRD	Centro de Información y Recursos para el Desarrollo
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAETE	Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
CONNATS	Coordenadora Nacional de Niños, Niñas y Adolescentes Trabajadores
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CSM	Conferência Sul-Americana de Migrações
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CVJ	Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos
DGM	Dirección General de Migraciones
DISERGEMIL	Dirección del Servicio Geográfico Militar

DPU	Defensoria Pública da União
e.g.	Exempli Gratia (“por exemplo”)
E ⁰	Esperança de Vida ao Nascer
ECMI	Encuesta Complementaria de Migraciones Internacionales
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EPH	Encuesta Permanente de Hogares
EPP	Ejército del Pueblo Paraguayo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNC	Federación Nacional Campesina
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
i.e.	id est (“isto é”)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB	Inter-American Development Bank
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEM	Índice de Eficácia Migratória
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos
INDERT	Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra
INE	Instituto Nacional de Estadística
INFOMA	Instituto Forestal Nacional
MADES	Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible
MB	Migração Bruta
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIDAS	Migration Information and Data Analysis System
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MOLACNATS	Movimiento Latinoamericano y del Caribe de Niñas, Niños y Adolescentes Trabajadores
MPT	Ministério Público do Trabalho
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSPBS	Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
OECD	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIT	Organización Payipie Ichadie Totobiegosode
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAHO	Pan American Health Organization
PARLASUL	Parlamento do Mercado Comum do Sul
PDET	Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PLRA	Partido Liberal Radical Auténtico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNM	Política Nacional de Migraciones
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Poder de Paridade de Compra
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PYG	Guarani Paraguaio
RAEF	Reunión Especializada para la Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCP	Regional Consultative Processes
RIPSA	Red Interagencial de Informaciones para la Salud
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RME	Rede Municipal de Ensino
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RNM	Registro Nacional Migratório
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SM	Saldo Migratório
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
STI	Sistema de Tráfego Internacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEC	Tarifa Externa Comum
TFT	Taxa de Fecundidade Total
TML	Taxa de Migração Líquida
TSJE	Tribunal Superior de Justicia Electoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UF	Unidade Federativa
UN DESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
UNAP	Unión de Nativos Ayoreo del Paraguay
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNEP	United Nations Environment Programme
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USD	Dólar Estadunidense
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	29
INTRODUÇÃO	32
CAPÍTULO 1 – AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO SUL DE UM MUNDO EM TRANSIÇÃO	42
INTRODUÇÃO	42
1.1 O espaço das migrações nas teorias de transição demográfica	52
1.1.1 A teoria clássica da transição demográfica.....	52
1.1.2 A teoria da “segunda transição demográfica”	62
1.1.3 A teoria da “terceira transição demográfica”	67
1.2 Os fluxos migratórios no Sul Global.....	70
1.3 Nichos étnicos e redes migratórias: insumos para se pensar na articulação de pessoas nas migrações Sul-Sul	93
1.4 Considerações finais.....	99
CAPÍTULO 2 – PARAGUAI: PASSADO E PRESENTE.....	101
INTRODUÇÃO	101
2.1 Perfil demográfico, geográfico, econômico, social e étnico do Paraguai na atualidade	101
2.2 Formação histórico-nacional do Paraguai	131
2.2.1 Tempos pré-colombianos.....	131
2.2.2 A colonização espanhola	135
2.2.3 Da independência (1811) à Guerra da Tríplice Aliança (1864/65-1870)	145
2.2.4 O período “entre guerras” (1870-1932)	153
2.2.5 Da derrocada liberal à ascensão dos colorados.....	160
2.2.6 A ditadura stronista (1954-1989) e sua herança à política paraguaia	163
2.2.7 A queda de Stroessner e os passos vacilantes rumo à democratização	167
2.2.7.1 O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a inserção paraguaia.....	167
2.2.7.2 De 1993 até a atualidade.....	174
2.3 Uma síntese possível	178
CAPÍTULO 3 – IMIGRAÇÕES E EMIGRAÇÕES NA HISTÓRIA PARAGUAIA E O LUGAR DO BRASIL E DE SÃO PAULO NESSAS MOVIMENTAÇÕES	181
INTRODUÇÃO	181
3.1 Imigrações no Paraguai	183
3.1.1 A Guerra da Tríplice Aliança e as tentativas (frustradas) de atração de migrantes internacionais que se seguiram	183
3.1.2 Mudança de cenário: chegam os brasileiros	194
3.1.3 A imigração na legislação paraguaia em comparação com o lugar reservado às emigrações	211

3.2 Emigrações paraguaias.....	219
3.2.1 De 1870 a 1900	220
3.2.2 Marcos de expulsão populacional do século XX.....	220
3.2.3 Incluindo as migrações internas.....	223
3.2.4 Pós-redemocratização	232
3.2.5 Emigrações paraguaias ao Brasil	236
3.2.6 Migrações paraguaias à Região Metropolitana de São Paulo no século XXI: uma primeira aproximação	253
3.2.6.1 Espaços de presença paraguaia em São Paulo e associativismo migrante	274
3.3 A título de síntese.....	280
CAPÍTULO 4 – O ADVENTO DA “MODA RÁPIDA” NO MUNDO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR DA CONFECÇÃO TÊXTIL EM SÃO PAULO	283
INTRODUÇÃO	283
4.1 Transformações no mercado da moda e vestuário no mundo contemporâneo	284
4.1.1 A “haute couture” ou “alta costura”	284
4.1.2 O “prêt-à-porter” ou “pronto para vestir”	287
4.1.3 As crises e transformações dos anos 1970 como antecedentes para uma “moda [mais] rápida”	288
4.1.3.1 A “crise das classes médias” na Europa Ocidental.....	288
4.1.3.2 A consolidação da “sociedade de consumo maduro”	290
4.1.4 A “fast fashion” ou “moda rápida”	291
4.1.4.1 O cultivo de algodão e o desaparecimento do Mar de Aral	295
4.1.4.2 Um aterro de roupas em pleno deserto do Atacama	297
4.1.4.3 Descarte de roupas em Accra	301
4.1.4.4 Resistências à “fast fashion”	303
4.2 Migrantes internacionais e o desenvolvimento da costura no Centro de São Paulo desde o final do século XIX	305
4.2.1 “Bairros das chácaras” (1850-1889)	307
4.2.2 “Bairros operários” (1889-1930)	307
4.2.3 “Decadência industrial” (1930-1950)	308
4.2.3.1 As migrações judaicas e a confecção e venda de roupas no Centro de São Paulo na primeira metade do século XX	309
4.2.4 “Consolidação da especialização no circuito espacial de produção de confecções” (1950-1980)	311
4.2.4.1 Chegam os coreanos	312
4.2.5 “Reorganização do circuito espacial de confecções” (1980/90-)	317

4.2.5.1 O processo de “deterioração” do Centro de São Paulo como condição para a reprodução de atividades produtivas do “circuito inferior” da moda.....	320
4.2.5.2 A articulação entre os circuitos “superior” e “inferior”: subcontratação/terceirização.....	323
4.2.6 Trabalho em condição análoga à de escravo e tráfico de pessoas	328
4.3 A cadeia da confecção têxtil em toda a sua extensão e os postos nos quais se encontram os paraguaios em São Paulo na atualidade.....	343
4.4 Considerações acerca dos efeitos da pandemia de Covid-19 nas migrações paraguaias e em sua inserção no setor de confecção têxtil	360
4.5 Considerações finais (a título de síntese)	367
CAPÍTULO 5 – PARAGUAIOS NA CONFECÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	369
INTRODUÇÃO	369
5.1 Metodologia	370
5.1.1 Informações gerais sobre a pesquisa.....	370
5.1.2 Roteiro de entrevista	371
5.1.3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	374
5.1.4 Possíveis riscos aos participantes	374
5.1.5 Estratégias de contato com potenciais participantes.....	375
5.1.6 Orçamento para a pesquisa	376
5.2 Resultados do trabalho de campo.....	376
5.2.1 Perfil sociodemográfico	377
5.2.1.1 O idioma guarani	379
5.2.2 Etapas migratórias.....	382
5.2.2.1 Caaguazú	388
5.2.3 Redes migratórias e o primeiro pé em São Paulo	393
5.2.3.1 Itá na rota dos coreanos e seu papel na origem das migrações paraguaias ao setor têxtil de São Paulo (fim dos anos 1970 e começo da década de 1980)	394
5.2.3.2 Fortalecimento das redes migratórias no contexto da subcontratação (a partir dos anos 1990 e, principalmente, 2000).....	400
5.2.3.3 “Pe avião ovevehape” (“onde voam os aviões”): a periferização das migrações paraguaias na Região Metropolitana de São Paulo (anos 2000 e, principalmente, transição entre as décadas de 2010 e 2020).....	415
5.2.3.4 As redes sociais digitais.....	418
5.2.3.5 A relação com Argentina, Espanha e outros destinos migratórios no exterior.....	426
5.2.4 Redes migratórias e o trabalho na confecção têxtil em São Paulo	430
5.2.4.1 A operacionalidade da cadeia de confecção têxtil pela perspectiva dos paraguaios	430

5.2.4.2 Primeiras experiências na confecção	437
5.2.4.3 Trabalho informal e oficinas não regularizadas: alguns desdobramentos.....	451
5.2.4.4 Trabalho precarizado e em condição análoga à de escravo e a capacidade de agência das redes migratórias nesse cenário.....	471
5.2.4.5 As mulheres na costura.....	484
5.2.4.6 Trabalho infantil	486
5.2.4.7 Ambiguidades nas relações com coreanos	488
5.2.4.8 Ambiguidades nas relações com bolivianos.....	489
5.2.4.9 Centro x Periferia.....	491
5.2.4.10 Destino da produção das oficinas de costura.....	495
5.2.4.11 Serviços que se desenvolvem no entorno da atividade da costura ou para além dela	497
5.2.3.12 O acesso a documentos e implicações da situação de indocumentação	498
5.2.3.13 Remessas financeiras internacionais	503
5.2.4.14 A distância em relação a quem fica no Paraguai e seus dilemas.....	506
5.2.5 O retorno ao Paraguai	507
5.2.5.1 O desejo e os planos de retorno	507
5.2.5.2 A vida de quem migrou de volta e as implicações de ter vivido em São Paulo	511
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	516
REFERÊNCIAS	519
ANEXOS	558

PRÓLOGO

“Se você chega por volta de meio dia e meia já tá ótimo”.

Era um sábado cálido de agosto, de uma das últimas semanas que precederam o retorno do *kape*¹ às paragens que o viram nascer e crescer, do outro lado do rio Paraná. Seguindo o combinado, encontramos-nos na esquina de uma estação de metrô do centro expandido de São Paulo. Caminhamos por seis, talvez sete quadras antes de determos o passo diante de um prédio de meados do século passado. O *kape* mete a mão no bolso da bermuda e tira de lá o molho de chaves que usará para abrir uma sequência de três portas. A primeira, com barras cilíndricas de ferro na vertical e fundo de vidro grosso, áspero e fosco, nos põe para dentro de um lugar mais fresco em alguns graus do que a sensação térmica na rua. A cor que tinge as paredes de minhas recordações se aproxima do bege, que poderia bem ser um amarelo, dúvida que a falta de claridade do ambiente não possibilitará resolver. À frente, tem-se tão-somente uma escadaria, cujos lances zigzagueiam por meia dúzia de andares. Subimos praticamente até o fim, onde nos deparamos com a segunda porta a ser aberta, dando entrada a um espaçoso apartamento. O cômodo que nos recebe é uma sala comprida, tomada quase que por completo por um tablado de madeira repleto de tecidos para corte e retalhos. Fica de fora apenas uma faixa de piso à direita, formando uma espécie de corredor que percorremos para acessar o quarto que o *kape* subloca de uma senhora peruana, dona da oficina de costura que funciona ali. Abre-se a última porta que aquele molho de chaves permite destrancar. Encostada em uma das laterais está a cama beliche compartilhada com um amigo conterrâneo. Do outro lado, reconheço sobre uma mesinha o *termo* rubro-celeste com as iniciais “CP”, do time de coração do bairro *obrero* de Asunción. (Lembro-me imediatamente das tardes em que esvaziávamos todo aquele recipiente tomando *tereré* em algum parque da cidade. Já vinha tudo pronto da casa dele: o *termo* com água e gelo até a tampa, a *guampa* com a mistura de erva-mate, menta e boldo assentada até pouco mais da metade e a *bombilla* posicionada com jeito, para não entupir os poros na hora de sorver. Era sempre ele que servia. Na primeira vertida, como manda a tradição, apenas assistíamos ao nível d’água baixando conforme Santo Tomás dava os gols que tinha por direito – que, para os menos católicos, coincide com o momento em que a erva absorve o líquido vertido e incha. Na segunda, a *guampa* era passada para mim, e eu só podia devolver-lhe a vez depois que já fosse audível do fundo do recipiente aquele característico ruído “*te-rê-rê-rê-rê*”, como em uma sucção por canudo quando vem à boca mais ar do que líquido. Ele era

¹ “Amigo” em guarani, tratamento que mantemos um com o outro desde o início de nosso vínculo. Lê-se com tonicidade na última sílaba e pronúncia da vogal “e” como se levasse acento circunflexo.

quem voltava a verter água, então para seu próprio consumo. Bebia do mesmo bico que eu e o santo, este que, aliás, parecia ter mais zelo pela higiene do que nós, mortais, visto que seus lábios etéreos jamais sucediam os nossos de carne após feitas as honras. Mas não chegava a ir embora; ficava sempre ali conosco. Se não isso, era outra coisa que tornava as nossas *tereré jere*² – e torna todas as demais, aconteçam onde acontecerem – sagradas).

Como não fora para recordar histórias que entramos naquele quarto em um primeiro momento, retiramo-nos de lá assim que o *kape* alcançou embaixo da cama uma mochila. Voltamos às escadas, descemos e, ao sair pela porta da rua, dobramos o quarteirão à esquerda para ir à feira. Apesar de não faltar muito para começarem a recolher as barracas, ainda havia um bom movimento de clientes. Um deles, a passos muito apressados, cruzou nosso caminho acenando ao *kape*, que lhe devolveu o gesto acrescido de uma saudação em guarani. Era um rapaz trajando uma camiseta branca de futebol com uma faixa horizontal grossa no meio, na cor preta, do rival do “CP”. Poucos minutos depois, enquanto acomodávamos na mochila um quilo de tomates e o troco da compra, outra pessoa passou cumprimentando, com o sorriso aberto em um rosto que remetia aos Andes.

No apartamento novamente, na primeira porta à direita, o *kape* preparava tudo o que teríamos para o almoço: *tortillas paraguayas* de entrada (conhecidas minhas dos passeios com ele pelos parques da cidade) e, como prato principal, *fideos* (macarrão) com molho feito dos tomates frescos trazidos da feira. O sabor apetitoso da comida começava a ser sentido no gosto com que o *kape* se encarregava de cada etapa. Não me surpreendia que seu sonho era ter o próprio restaurante. Sem embargo, os dias em que poderia exercer tal vocação se limitavam invariavelmente aos sábados e domingos. Todo o resto da semana – a pleno contragosto – era dedicado à confecção de roupas. Uma vez brincou dizendo que, no que se refere a calças e camisetas, só queria ser o responsável pelo molho de tomate que acidentalmente as manchasse numa mesa de seu estabelecimento. Mas como a vida costuma nos vestir “do avesso”, conforme igualmente dizia, seu sustento (me obrigaria a não esquecer o adjetivo “precário” para qualificá-lo) não vinha do que amava, mas do que penava a fazer; e como “tempo é dinheiro”, também a maior parte de suas horas de existência se gastava no que ideava evadir, e não no que sonhava *vivir*.

Tinha, porém, um dia e meio de folga, e era aí que tratava de “botar a roupa com a etiqueta para dentro”, recebendo os companheiros de faina logo ali, no “estômago” da oficina, e cozinhando para eles. Naquele sábado, já por volta das quatro da tarde, veio se juntar a nós

² “Roda de *tereré*”.

uma conterrânea sua, de cinquenta e poucos anos. Ela, que não havia almoçado até aquela hora, se serviu de umas *tortillas* na mesa, retribuindo a hospitalidade com um fardo de cerveja *Skol* recém-comprado na rua. Ao longo da meia hora seguinte, outros três amigos foram chegando, todos também paraguaios, com idades entre vinte e cinco e trinta e cinco anos. Quando já éramos seis, sentamo-nos em roda, metade em cadeiras e metade no chão. O *kape*, então, rasgou a embalagem do fardo de cerveja e pegou uma latinha. Abriu-a e logo a deu na mão de outro de nós, que, após um gole, passou-a para o próximo na roda fazer o mesmo. E assim foi, latinha por latinha, cada uma circulando por todo mundo qual *guampa de tereré*.

Dou-me conta enquanto escrevo de que, daquela roda, o santo não participava, mas era como se estivesse lá igual.

Muita coisa foi compartilhada. Do que se falou, confesso que parte significativa não compreendi bem, pois quando a conversa embalava, o que mais se escutava era o *jopará*³. No que pude distinguir estavam as dificuldades do cotidiano, o dinheiro que dificilmente resistia até o fim do mês, a família que ficou no Paraguai, um colega que vendeu as máquinas de costura para voltar para casa... Bem, também se dava risada, geralmente na sequência de alguma fala indecifrável para mim. Na verdade, maior clareza eu tinha do que não se verbalizava. Afinal, era facilmente perceptível o espírito de comunhão que tomava a todos naquela cozinha. Ainda assim, não seria honesto de minha parte dizer que, de fato, entendia tudo o que apreendia. Carecia de repertório para tanto. Carecia de ser migrante num país estrangeiro e precisar aprender, *sí o sí*, a fazer do que não tenho o que a outrem é indispensável ao mesmo tempo que para me manter de pé me valho, eu, de semelhante “mágica” que a mim outros semelhantes fazem. É disso que se forjava a comunhão que eu testemunhava, dessa matéria tão genuinamente humana que só se extrai da reciprocidade; tão contraditoriamente humana que tende a abundar nos que têm menos; tão perigosamente humana que há de um dia se expandir com violência, a ponto de os muros deste mundo próspero e civilizado já não conseguirem contê-la, de tão esperançosamente humana que também é. Não digo que essas pessoas não possam ter tido suas desavenças no passado (ou que não as venham a ter no porvir, eventualmente). Isto não depreciaria aquela comunhão, de qualquer forma. Desconfio até que só a engrandeceria.

Naquele mesmo dia o *kape* me deu de presente o *termo* com as iniciais “CP”. Já se vão quase oito anos que o tenho comigo. Foi o receptáculo de água dos *tererés* que me acompanharam em muitos momentos da escrita desta tese. Estarei satisfeito se também tiver podido preencher com o conteúdo de suas reminiscências as páginas que se seguirão.

³ *Grosso modo*, mistura do guarani com o castelhano.

INTRODUÇÃO

Das cerca de 190 milhões de pessoas captadas pelo Censo Demográfico de 2010 como residentes no Brasil, menos de seiscentas mil ou, em termos relativos, apenas 0,3% haviam nascido em outro país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010). Antecipando-se aos resultados do recenseamento de 2022 correspondentes à questão – que possivelmente já estarão disponíveis até a data em que esta tese tiver se tornado pública –, mesmo em um cenário (altamente improvável, por óbvio) em que se assumisse não haver decessos e reemigrações no contingente de não natos brasileiros contabilizado em 2010 e se somasse a este – também sem descontos – o total de indivíduos que obtiveram sua autorização de residência em território brasileiro desde então, o percentual atualizado quase nada distaria do 1% (IBGE, 2010; OBMIGRA, 2023b; Observatório das Migrações em São Paulo, 2022). Ajustes na escala geográfica adotada, no entanto, poderiam fazer com que os migrantes internacionais se apresentassem de forma um pouco mais expressiva. No estado de São Paulo, em 2010, sua presença se encontrava na ordem de 0,65%, enquanto na capital, 1,3%, números que se alçariam, respectivamente, a 1,7% e 4,0% na hipótese de se lançar mão do critério delimitado anteriormente. Em certos locais de intenso trânsito migratório, alcançar-se-iam percentuais tão elevados como os 40% de Boa Vista e os 215% de Pacaraima, ambos municípios roraimenses, com uma extrapolação nos cem por cento no último caso justificada pelo fato de as autorizações de residência concedidas a pessoas naturais de outros países superar o próprio volume de residentes locais recenseados em 2022 – este dado, sim, já disponível –, em decorrência sobretudo da entrada de venezuelanos em território brasileiro pela fronteira norte, uma migração intensificada a partir da segunda metade da década de 2010.

Dentro de uma cidade, a presença de migrantes internacionais também pode ser percebida com maior ou menor intensidade dependendo de onde se põe o olhar. Tomando-se como referência dados da educação pública de São Paulo, enquanto nascidos em outro país compõem apenas 0,7% do total de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino (RME) – desconsiderando-se, portanto, brasileiros filhos de pais de outras nacionalidades –, em algumas escolas, o percentual pode atingir os vinte – como na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Infante Dom Henrique, no Canindé, região central (São Paulo, 2020) – ou, até mesmo, superar os cinquenta – realidade do Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Perus I, Zona Norte paulistana (São Paulo, 2021). A proporções não muito distantes – embora sem qualquer rigor estatístico – a percepção de uma pessoa pode chegar quando caminha por bairros como o Bom Retiro e o Brás e distingue ao seu redor letreiros de

estabelecimentos comerciais em castelhano, interações verbais em coreano e corpos em trajes típicos de lugares muito distantes. Ainda que se afaste do Centro, se tomar o transporte por carris e descer em estações como a Guaianases da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), certamente não deixará de notar rostos de transeuntes que identificará como “estrangeiros”. Esse conjunto de expressões citadinas de globalidade, há décadas, também conta em sua constituição com migrações do Paraguai.

Historicamente, o fluxo migratório⁴ mais volumoso ocorrido entre o território paraguaio e o brasileiro é o que se origina neste e se direciona àquele, de caráter rural-rural e que passa a ser mais evidente a partir de meados da década de 1960. O contexto que o circunda é o de aproximação política, econômica e comercial entre os respectivos países, cada um com suas motivações para isso, e nutre-o uma confluência de fatores de expulsão de um lado da fronteira e de atração do outro (apropriando-se dos termos de Singer, 1980)⁵. Entre os primeiros, pode-se mencionar, como sintetizamos em outro texto (Correa, 2020, p. 2),

O processo de modernização da atividade agropecuária e de esgotamento das fronteiras agrícolas pelo qual estados como o Paraná vinham passando desde meados dos anos 1960 (Fiorentin, 2012) e os deslocamentos que foram gerados em decorrência da construção da usina hidrelétrica de Itaipu no final da década de 1970 – o que inclui as mais de 42.000 pessoas diretamente afetadas pelo empreendimento (Germani, 2003, p. 53) (tradução livre)⁶.

Já entre os últimos, como expusemos na mesma ocasião (Correa, 2020, p. 2), estão:

Os baixos preços da terra rural no Paraguai e a disposição de linhas de crédito a agricultores brasileiros no marco das políticas de “Marcha para o Leste” que foram levadas a cabo durante a gestão de Alfredo Stroessner (1954-1989), pelas quais se almejava o desenvolvimento agrário do país através da ocupação de áreas pouco povoadas nos departamentos próximos da fronteira com o Brasil (Fiorentin, 2012) (tradução livre)⁷.

⁴ Em alguns momentos da tese, servimo-nos de termos que são de uso corrente na literatura do campo da Demografia ou, particularmente, dos estudos migratórios, mas que não soam apropriados para se aludir a pessoas, como é o caso de “fluxo” e “estoque”. Toda vez que o leitor se deparar com um desses jargões, pede-se que sua interpretação não dispense a consciência de que se está fazendo referência a seres humanos, cada qual com sua história, seus sonhos e frustrações.

⁵ Segundo explica Singer (1980, p. 226), “os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”.

⁶ Trecho original, em castelhano: “*el proceso de modernización de la actividad agroganadera y agotamiento de las fronteras agrícolas por el que estados como Paraná (región sur de Brasil) venían pasando desde mediados de los años 1960 (Fiorentin, 2012) y los desplazamientos que se generaron a raíz de la construcción de la usina hidroeléctrica de Itaipú a finales de la década de 1970 – lo que incluye a las más de 42.000 personas directamente afectadas por el emprendimiento (Germani, 2003, p. 53)*” (Correa, 2020, p. 2).

⁷ Trecho original, em castelhano: “*los bajos precios de la tierra rural en Paraguay y la disposición de líneas de crédito a agricultores brasileños en el marco de las políticas de “Marcha al Este” que se llevaron a cabo durante la gestión de Alfredo Stroessner (1954-1989), por las que se planteaba el desarrollo agrario del país a través de la ocupación de áreas poco pobladas en los departamentos cercanos a la frontera con Brasil (Fiorentin, 2012)*” (Correa, 2020, p. 2).

O resultado demográfico dessas migrações é que os brasileiros compunham no início do século XXI o maior contingente populacional de não nacionais residentes no Paraguai, somando mais de 81 mil pessoas segundo o Censo de 2002 daquele país – seguidos pelos argentinos, com 63 mil (OIM, 2011).

As migrações paraguaias ao Brasil, por sua vez, se apresentam em dimensões inferiores, mas não com menor relevância enquanto fenômeno social. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), levando-se em conta apenas os paraguaios que mantiveram a nacionalidade de seu país de origem – ou, em outras palavras, que não se naturalizaram brasileiros –, tem-se o número de 21.099 pessoas, o sétimo contingente de migrantes internacionais mais expressivo naquele ano e o maior volume de indivíduos dessa procedência nacional já apreendido em recenseamento aqui.

No município de São Paulo e imediações, a presença de migrantes paraguaios começa a se fazer mais notável a partir dos anos 1950, com o mencionado fortalecimento das relações entre Paraguai e Brasil enquanto pano de fundo, inicialmente com fluxos como o de estudantes por meio de programas de intercâmbio universitário e de opositores políticos perseguidos pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) (Côrtes, 2014). Com o transcurso da década de 1970, sobressai entre os migrantes um perfil de menor grau de escolaridade e a procura de oportunidades mais rentáveis de subsistência. Aos poucos, os primeiros paraguaios vão se inserindo no ramo da confecção de peças de vestuário (Côrtes, 2014), ao qual se atribui, na atualidade, uma vultosa parcela de vagas preenchidas em São Paulo por migrantes não só desse grupo nacional, mas, também, de outros de origem sul-americana, em especial, bolivianos e peruanos.

A abertura de oficinas de costura que empregam migrantes internacionais mormente em distritos como Brás, Bom Retiro e Pari contribuiu com importantes mudanças demográficas, econômicas e sociais em uma região que outrora fora um dos berços da industrialização paulistana, mas que, desde meados do século XX, via suas plantas produtivas e parte de sua população trocarem-na por outras localidades. Pela óptica de Souchaud (2011), fluxos como os de paraguaios terminariam por ajudar a revigorar a vocação industrial desses bairros por meio da manufatura têxtil e, com isso, propiciar sua recuperação demográfica, resultados que reforçariam a pertinência dos estudos sobre migrações como essas.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (Observatório das Migrações em São Paulo, 2022), quase 40% dos paraguaios residentes na Região Metropolitana de São Paulo

(RMSP)⁸ desempenhavam naquele ano alguma atividade laboral relacionada à costura. Já no que consta no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) em relação ao período de 2000 a 2022, especificamente para a categoria ocupacional de “decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro ou assemelhado”, o percentual era de quarenta e cinco no momento de obtenção da autorização de residência no Brasil por parte dos migrantes (OBMIGRA, 2023b; Observatório das Migrações em São Paulo, 2022).

Cifras como essas insinuam haver-se consolidado entre os paraguaios em São Paulo o que Waldinger (2005, p. 349) define como “*nicho étnico*”, a dizer, “um conjunto de atividades econômicas nas quais imigrantes estão fortemente concentrados” (tradução livre)⁹, correspondente, no caso, à produção manufatureira de peças de vestuário. Outro aspecto sugerido por dados de ao menos uma das fontes supracitadas é a existência de uma particular rotatividade nessas migrações, considerando, entre outras evidências, que, dos paraguaios captados pelo Censo de 2010 na RMSP, mais de 70% haviam se estabelecido lá depois de 2001 – superando os 56,3% relativos a pares seus residentes no restante do país –, sem que um crescimento em percentual equiparavelmente robusto no “estoque” desses migrantes desde o recenseamento de 2000 fosse registrado, como se destrinchará em seu devido tempo.

Os movimentos migratórios de paraguaios a São Paulo no presente século não apenas se inserem em um contexto de consolidação do Brasil como “*área de expansão das migrações latino-americanas*” nas últimas décadas (Baeninger, 2012) – o que, mais do que apenas as zonas de fronteira, inclui as Regiões Metropolitanas como importantes espaços de mobilidade internacional no país – e de implementação de normas regionais de circulação de pessoas em âmbito do Mercosul (Mercado Comum do Sul) – tendo em vista que 65% de todos os Registros Nacionais Migratórios (RNM) feitos de 2000 a 2022 a paraguaios foram amparados pelo Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile (OBMIGRA, 2023b; Observatório das Migrações em São Paulo, 2022), assinado em 2002 e vigente a partir de 2009 (Brasil, 2009). Por uma perspectiva mais ampla, é possível situar tais fluxos também entre as denominadas “*migrações Sul-Sul*”, concernentes a deslocamentos por territórios de países em desenvolvimento e cuja intensificação responde, em

⁸ A Região Metropolitana de São Paulo é formada por trinta e nove municípios, sendo eles Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

⁹ Trecho original, em inglês: “*Thus, the repeated action of immigrant social networks yields the ethnic niche: a set of economic activities in which immigrants are heavily concentrated*” (Waldinger, 2005, p. 349).

alguma extensão, a fatores como as dificuldades de entrada de migrantes provenientes desse “hemisfério” principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental em decorrência do enrijecimento de políticas migratórias (Phelps, 2014).

Já do ponto de vista macroestrutural, pode-se assumir como cenário que envolve as citadas migrações paraguaias – especialmente quando dirigidas ao mercado de trabalho da confecção têxtil – aquele descrito por Harvey (1999) em que vigoraria um regime de “acumulação flexível”, que reúne entre suas características a dispersão espacial da atividade produtiva, a alcunhada “compressão do espaço-tempo” – resultando em maior rapidez na produção e na disponibilização de bens para venda no mercado, assim como o descarte desses, considerando o encurtamento de sua vida útil – e a flexibilização laboral em desfavor de ocupações formais e dos direitos a elas atrelados.

Ainda no que tange à dimensão laboral, demonstra-se propício recorrer também, a título de complemento, à noção de Wise (2020) de “nova divisão internacional do trabalho”, que teria como uma de suas feições a exportação “indireta” ou “incorpórea” de trabalhadores de países em desenvolvimento. Esta, em resumo, se constituiria quando processos produtivos geridos a partir do Norte global se beneficiam de trabalhadores do Sul sem que essas pessoas tenham que se deslocar e ser aceitas no território dos países desenvolvidos. Uma possível extensão disso seria conceber a migração de trabalhadores de um país “austral” a outro também como uma “exportação indireta” de força de trabalho do ponto de vista hemisférico sempre que a cadeia produtiva em que se está inserindo possui alguma dimensão global, seja no abastecimento de bens para o mercado externo, seja no envolvimento de empresas multinacionais em ao menos uma etapa da criação, produção, distribuição e comercialização.

De tudo o que pode haver entre a conjuntura desenhada acima e a forma como se apresentam as migrações paraguaias à maior urbe do continente sul-americano segundo inicialmente se apreendeu a partir dos dados censitários e registros administrativos expostos anteriormente, pressupõe-se desempenharem um papel de destaque as chamadas “redes migratórias”, que têm como uma de suas definições disponíveis a de “conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes predecessores e não-migrantes nas áreas de origem e destino através de vínculos de consanguinidade, amizade e origem comunitária compartilhada” (Massey, 1988, p. 396 – tradução livre)¹⁰. Assim sendo, estipula-se mais explicitamente como objetivo geral com esta tese estudar a relação das redes migratórias com

¹⁰ Trecho original, em inglês: “*Migrant networks are sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin*” (Massey, 1988, p. 396).

a inserção de paraguaios no setor de confecção têxtil da Região Metropolitana de São Paulo em um contexto de intensificação das migrações Sul-Sul sob uma nova divisão internacional do trabalho. Apresenta-se como hipótese de partida a de que as migrações paraguaias que passam pela capital paulista e seu entorno metropolitano são altamente rotativas e contam com suas redes migratórias (Massey, 1988; Waldinger, 2005) para o estabelecimento de um espaço de circulação possível frente, por um lado, à reestruturação produtiva global (Harvey, 1999; Wise, 2020) e, por outro, as normas regionais de circulação no espaço mercosulino. Nesse cenário, formar-se-ia um “nicho étnico” de trabalho (na conceptualização de Waldinger, 2005) alimentado por fluxos de forte caráter de reversibilidade migratória (nos termos de Domenach; Picouet, 1995) e do qual seriam características a curta duração da permanência dos paraguaios em seus postos de trabalho e sua constante circulação por um território que inclui o seu local de origem.

Já como objetivos específicos está a identificação dos antecedentes gerais das migrações paraguaias a São Paulo e a outros municípios da respectiva região metropolitana no século XXI dentro do histórico dos fluxos migratórios entre Paraguai e Brasil, assim como a verificação de padrões e particularidades nas trajetórias de trabalhadores paraguaios desde o local de origem até a ocupação em oficinas de costura da RMSP e, eventualmente, a reemigração ou o retorno. Isso invariavelmente implica conhecer em detalhes a operacionalidade do referido ramo produtivo (tanto por uma perspectiva local como global, com ênfase nas formas de precarização e exploração laboral praticadas) e estar atento a aspectos da vida de migrante para além do âmbito profissional, como em relação a documentação e ao envio de remessas financeiras a familiares no exterior.

Para a consecução dos objetivos desvelados acima, dividiu-se a presente tese em cinco capítulos, além desta introdução e de uma conclusão. No Capítulo 1, intitulado “As migrações internacionais no Sul de um mundo em transição”, faz-se, inicialmente, um esforço de identificação do espaço que foi sendo concedido às (ou ocupado pelas) migrações (em especial, em sua modalidade internacional) em comparação com as outras duas componentes centrais da Demografia – nomeadamente, a mortalidade e a fecundidade – no debate teórico comumente reconhecido como o mais elemental da citada área de conhecimento, calcado, a dizer, na concepção clássica de transição demográfica e em suas contestadas propostas de atualização feitas sob as denominações “segunda” e “terceira” transições. Ao constatar a crescente atenção conferida às migrações nesse debate, revelam-se, subsequentemente, os pressupostos teóricos estipulados especificamente para a pesquisa sobre as migrações paraguaias à RMSP e a inserção na cadeia de confecção têxtil. São eles, mais explicitamente,

as caracterizações das migrações Sul-Sul precipuamente pelo olhar de Phelps (2014); os pilares do regime de “acumulação flexível”, por Harvey (1999); a perspectiva de “análise do poder global na migração transnacional” e seus conceitos correlatos, de Glick-Schiller (2010); as considerações sobre uma “nova divisão internacional do trabalho” de Wise (2020); a noção de “reversibilidade migratória” de Domenach e Picouet (1995); o conceito de “espaço de vida” de Courgeau e Lelièvre (2006); e os já mencionados “nicho étnico”, de Waldinger (2005), e “redes migratórias”, não só pela óptica de Massey (1988), mas, também, de Fernández-Kelly (1995), conforme sugerido em trabalho de Truzzi (2008), entre outras contribuições às quais se recorre pontualmente.

Já no Capítulo 2, “Paraguai: passado e presente”, traça-se um panorama da realidade paraguaia nas primeiras décadas do século XXI, com ênfase em suas facetas demográfica, geográfica, econômica, social e étnica, para ato seguido, voltar-se o olhar ao passado, resgatando-se alguns dos eventos mais sobressalentes da história política do país desde os tempos pré-colombianos, com especial atenção àqueles que terão relação mais direta com mudanças na dinâmica (e/i)migratória ao longo dos anos. Entre eles, merecem menção a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e a formação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), apenas para se limitar a um par de exemplos mais recentes.

No Capítulo 3, “Imigrações e emigrações na história paraguaia e o lugar do Brasil e de São Paulo nessas movimentações”, tem-se praticamente uma releitura de parte do texto predecessor, porém, com as lentes das migrações postas, por assim dizer, analisando-se, desde a Guerra da Tríplice Aliança (1864/65-1870), em que medida e por quais fatores a entrada e a saída de migrantes no Paraguai ocorrem em cada período delimitado. Evidenciar-se-á a histórica propensão do país muito mais à expulsão de população através da migração do que à atração, embora, contraditoriamente, o viés da securitização com respeito ao ingresso de cidadãos de fora para estabelecimento de residência em território nacional predominasse na legislação vigente sobre a matéria até recentemente. As trocas migratórias com o Brasil se tornam o foco a partir da constatação dos grandes fluxos de caráter rural-rural da segunda metade do século XX em direção ao leste do Paraguai como os mais volumosos da história deste país desde pelo menos sua independência. Em dimensões reduzidas, mas nem por isso com menor relevância, fecham o capítulo as migrações paraguaias ao Brasil e, especificamente, à RMSP, com um conjunto de dados demográficos que ajudam a desenhar o perfil (ou, mais adequadamente, os “perfis”, no plural) dos residentes dessa nacionalidade, já identificando-se, na esfera laboral, o setor de confecção têxtil como aquele de mais recorrente ocupação entre essas pessoas na capital paulista e seus arredores.

Na sequência, sob o título de “O advento da ‘moda rápida’ no mundo e as migrações internacionais no desenvolvimento do setor da confecção têxtil em São Paulo”, busca-se situar os migrantes paraguaios ocupados na produção de peças de vestuário da RMSP em um cenário de transformações nesse mercado que extrapolam o âmbito local ou nacional, cujos resultados englobam volumes de consumo cada vez mais exacerbados em concomitância com a aceleração do tempo entre a compra e o descarte de produtos, sob uma cultura de “usar e jogar fora” (Barreiro, 2012) com implicações não apenas ambientais, mas, também, laborais, como a precarização nos regimes de contratação e a alta rotatividade de força de trabalho. Para a devida leitura da problemática, resgatam-se aportes teóricos inicialmente apresentados no Capítulo 1, em especial, aqueles referentes ao regime de “acumulação flexível”, de Harvey (1999). Concluídas as considerações a nível global, retorna-se à situação específica dos paraguaios na indústria têxtil de São Paulo, dessa vez, com maior aprofundamento nos dados, incluindo aqueles referentes a trabalhos em condição análoga à de escravo e ao período de pandemia de Covid-19 – com incidência nas Américas reconhecida a partir de 2020.

Finalmente, no capítulo “Paraguaios na confecção na Região Metropolitana de São Paulo”, expõem-se os resultados do trabalho de campo realizado como requisito para o cumprimento dos objetivos de pesquisa estipulados para esta tese. Foram entrevistados doze paraguaios e paraguaias com experiência em oficinas de costura na capital paulista e em Guarulhos, adotando-se como referência nessa interação um conjunto de quarenta e oito perguntas. Ainda que a prioridade fosse o levantamento de informações e impressões acerca da relação entre as redes migratórias e a inserção de paraguaios no setor de confecção têxtil, de modo a se verificar a incidência de ajuda de custo com a viagem ao exterior, a disponibilização de alojamento nos primeiros dias de estadia no novo local de residência, a indicação das primeiras oportunidades de trabalho e demais intervenções possíveis por parte de amigos, parentes, conterrâneos migrantes etc. para a viabilização dos planos migratórios, outras questões concernentes à trajetória migratória dos entrevistados foram abordadas, como o deslocamento prévio em território paraguaio antes da emigração, a situação documental no destino e a prática de remessas financeiras internacionais a familiares no país de origem.

Quanto à metodologia, no Capítulo 1, foi predominante o uso de livros e periódicos científicos com textos de cunho teórico. Recorreu-se também a fontes de dados quantitativos, mas apenas para efeitos de ilustração do que se pretendeu expor no campo da teoria, com destaque às recopilações estatísticas realizadas pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA). No Capítulo 2, a revisão bibliográfica sobre a história do Paraguai foi acompanhada com menor desequilíbrio pela

consulta a bases de dados oficiais nacionais, necessária para a composição do quadro geral em que o país se encontraria na atualidade, contemplando-se âmbitos como o demográfico, o econômico e o social. Já nos dois capítulos seguintes, fontes primárias de informação, como artigos publicados em livros e periódicos científicos, teses acadêmicas e relatórios de organismos internacionais, embasaram pouco mais da metade do que se redigiu, enquanto o restante se fundamentou em fontes secundárias, mais enfaticamente, o Censo Demográfico brasileiro de 2010 e o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), no Capítulo 3, e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no Capítulo 4. As páginas que constituem o último capítulo, por fim, foram preenchidas quase em sua totalidade pelo que se coletou junto aos migrantes entrevistados.

Antes de encerrar esta introdução, é pertinente explicitar o entendimento do qual se está partindo em relação a dois dos termos-chave vistos logo no título da tese e que deve ser levado em conta ao longo de todo o texto. Em primeiro lugar, adotamos a definição clássica das Nações Unidas para caracterizarmos um deslocamento em nosso estudo como “migração”, contida no “*Manual VI: Métodos de medición de la migración interna*”, de 1972. Neste, lê-se, mais precisamente, que a migração “se define como um traslado de uma zona definidora da migração a outra (ou traslado a uma distância mínima especificada) que foi realizado durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência” (ONU, 1972, p. 2 – tradução livre)¹¹. Reconhece-se que o verbete carece de precisão ao depender do estabelecimento de critérios espaciais e temporais mais claros, limitação própria dos esforços de se estipular uma definição estanque de “migração” que independa do fenômeno em específico que está sendo estudado e da perspectiva que está sendo assumida. No caso da presente tese, responde-se ao desafio por considerar “migrante paraguaio” a pessoa que fixou residência fora de seu país de naturalidade, inobstante o tempo que tenha transcorrido desde o fato e a situação documental sustentada. Em alguns momentos, em decorrência de particularidades envolvendo os fluxos de nascidos no Paraguai ao Brasil – caso do considerável volume de filhos de genitores brasileiros realizando tal movimento –, apartam-se aqueles que obtiveram a nacionalidade do país de destino, com a devida justificativa a tal distinção.

A segunda observação é que, tecnicamente, há o que se chama “indústria têxtil”, da qual a confecção propriamente dita seria apenas uma parte, ao lado de uma diversidade de outras atividades, como a tecelagem e a produção de fibras (naturais, artificiais ou sintéticas) que a

¹¹ Trecho original, em castelhano: “*La migración se define como un traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado a una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia*” (ONU, 1972, p. 2).

precedem. Tampouco estão contemplados como produtos dessa indústria somente as peças de vestuário (Pereira, 2009). Assim sendo, para ater-se exclusivamente ao processo produtivo do qual tais bens advêm, decidiu-se pelo uso dos termos “cadeia” ou “setor de confecção têxtil” nesta tese como forma, sim, de se ter um olhar mais atento a oficinas de costura, mas sem se limitar a elas, abrangendo-se, também, as demais unidades produtivas mobilizadas especificamente para a confecção de roupas, como fábricas de tecidos e de botões. A dinâmica dessa cadeia, de qualquer forma, será mais bem esclarecida em momento mais oportuno.

CAPÍTULO 1 – AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO SUL DE UM MUNDO EM TRANSIÇÃO

INTRODUÇÃO

A humanidade nunca esteve representada por um número tão profuso de indivíduos como nos dias de hoje. Segundo estimativas do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 15 novembro de 2022, seríamos exatamente 8 bilhões de pessoas no planeta (UNFPA, 2022), o que autores como Haub e Kaneda (2021) sustentam que poderia corresponder a algo em torno de 7% de todos os humanos que já viveram desde o aparecimento da subespécie *homo sapiens sapiens*, há cerca de 200 mil anos. Apesar de ser longo o intervalo de tempo ao qual se faz referência, foi apenas recentemente que a população mundial passou a apresentar um crescimento mais notável. A marca de um bilhão de pessoas vivas não teria sido ultrapassada antes de 1800, volume que dobraria em somente 125 anos. No início da década de 1960, chegou-se aos 3 bilhões, que se duplicariam até 1999 (Lam, 2011) e se expandiriam em mais dois bilhões até a véspera de 2023 (UNFPA, 2022).

Em todos esses anos, o período em que se teria verificado o incremento mais intenso da população mundial foi de 1965 a 1970, quando a taxa média de crescimento anual alcançou patamares tão elevados como o de 2,1% (UN DESA, 2019b). Por trás de cifras como essa estão fatores como a queda vertiginosa da mortalidade sobretudo em países em desenvolvimento a partir das primeiras décadas do século XX em combinação com um descenso mais moroso da fecundidade até pelo menos o decênio de 1960, o que gerou um grande distanciamento do número de nascimentos em relação ao de óbitos e, por conseguinte, um alto crescimento vegetativo na população de uma parcela significativa de países do mundo. Não é casualidade que tenham ganhado repercussão nesse momento teses de caráter neomalthusiano¹², pelas quais

¹² O termo “neomalthusianismo” é comumente utilizado em referência a uma corrente de pensamento que retoma, principalmente a partir de meados do século XX, uma série de postulados contidos na obra “Ensaio sobre o Princípio da População”, de Thomas Malthus, datada de 1798. Segundo o pensador, haveria uma incongruência entre a população e seus meios de subsistência sobretudo em relação à capacidade de produção de alimentos, considerando que, enquanto a primeira, na ausência de quaisquer constrangimentos, crescia de forma exponencial, a última o fazia em progressão aritmética, de modo que o contínuo incremento populacional, em algum momento, se tornaria insustentável. Nesse cenário, o controle demográfico seria visto, por um lado, como necessário e, por outro, como inevitável, podendo ocorrer de duas formas. A primeira delas seria por meio dos chamados “freios preventivos” (“*preventive check*”), que incluem medidas adotadas pelas próprias pessoas, como o adiamento do casamento e, conseqüentemente, da concepção, enquanto a segunda viria através de “freios positivos” (“*positive check*”), relacionados ao aumento da mortalidade em decorrência de eventos como guerras, fome e epidemias, sendo esses, obviamente, menos desejáveis (Malthus, 1998). O neomalthusianismo recupera tal perspectiva, como se vê sintetizado nas seguintes palavras de um de seus maiores expoentes, Ehrlich (1988, p. 16-17): “Em suma, a população mundial continuará crescendo enquanto a taxa de natalidade exceder a taxa de mortalidade; é simples

se vaticinava que problemas como a fome, a deterioração do meio ambiente e a escassez de recursos naturais se tornariam irreversíveis caso não fosse contida a presumida “explosão demográfica”. A essa imagem de detonação remetia uma das publicações mais emblemáticas da época sobre o tema, intitulada “A Bomba Populacional” (“*The Population Bomb*”), escrita em 1968 pelo entomólogo Paul R. Ehrlich, que, entre outros propósitos, trazia uma série de medidas que deveriam ser adotadas principalmente para diminuir as taxas de natalidade ao redor do mundo até que estivessem em equilíbrio com os níveis correntes de mortalidade¹³, incluindo desde a elevação de impostos sobre fraldas, brinquedos e outros produtos para crianças e incentivos financeiros a casais sem filhos – como uma recompensa oferecida a cada cinco anos de matrimônio cumpridos sem prole, referida como “*responsibility prizes*” ou, como se pode traduzir, “prêmios de responsabilidade” – até o emprego de meios coercitivos, como a implementação, em países em desenvolvimento, de programas de esterilização massiva de homens com um número maior de filhos do que certo limite que previamente se determinaria como permitido¹⁴ (Ehrlich, 1988)¹⁵. Além desse texto, outras obras orientadas pelo mesmo viés

assim. Quando a população parar de crescer ou começar a encolher, isso significará que a taxa de natalidade caiu ou que a taxa de mortalidade aumentou, ou uma combinação das duas. Basicamente, logo, há somente dois tipos de solução para o problema populacional. Um deles é a ‘solução da taxa de natalidade’, pela qual nós encontramos formas de diminuir a taxa de natalidade. O outro é a ‘solução da taxa de mortalidade’, em que formas de aumentar a taxa de mortalidade – guerras, fome, epidemias – *é que nos encontramos*. O problema poderia ser evitado através do *controle populacional*, pelo qual a humanidade conscientemente ajustaria a taxa de natalidade, de modo que a ‘solução da taxa de mortalidade’ não tivesse que ocorrer” (tradução livre – trecho original, em inglês: “*In summary, the world’s population will continue to grow as long as the birth rate exceeds the death rate; it’s as simple as that. When it stops growing or starts to shrink, it will mean that either the birth rate has gone down or the death rate has gone up or a combination of the two. Basically, then, there are only two kinds of solutions to the population problem. One is a ‘birth rate solution’, in which we find ways to lower the birth rate. The other is a ‘death rate solution’, in which ways to raise the death rate – war, famine, pestilence – find us. The problem could have been avoided by population control, in which mankind consciously adjusted the birth rate so that a ‘death rate solution’ did not have to occur*”).

¹³ Tal perspectiva encontra ressonância na teoria do equilíbrio homeostático, gestada nas ciências biológicas – justamente a área de formação e atuação de Ehrlich –, que, em poucas palavras, sustenta que a população está sempre em equilíbrio com os recursos de que dispõe.

¹⁴ Para a Índia, por exemplo, Ehrlich (1988) se mostrava entusiasta de uma proposta na qual estava estipulado que todos os homens com três filhos ou mais fossem esterilizados, sugerindo que sua implementação poderia contar com o apoio dos Estados Unidos em tarefas como o estabelecimento de centros de treinamento de paramédicos para a realização de vasectomias e o fornecimento dos instrumentos cirúrgicos necessários para tanto, algo fundamental considerando os desafios logísticos (entre os de outra natureza) de se abranger uma população tão numerosa distribuída por um território de tamanha vastidão. Reconhecendo o teor de suas recomendações, o autor (Ehrlich, 1988, pp. 151-152) encerra o trecho com as seguintes palavras: “Coerção? Talvez, mas coerção por uma boa causa” (tradução livre – trecho original, em inglês: “*Coercion? Perhaps, but coercion in a good cause*”). A esterilização massiva foi, de fato, levada a cabo no país principalmente durante os anos 1970, sob a pressão de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e governos como o estadunidense, em um contexto de promoção do controle da população mundial não apenas para fins demográficos, mas, também, como uma forma de redução da pobreza. Para mais informações, sugere-se a consulta a Gupta (2017).

¹⁵ Ehrlich (1988) chega a citar colegas com propostas ainda mais enérgicas, como a de adição temporária de esterilizantes na água fornecida à população ou em alimentos de primeira necessidade. O autor, porém, argumenta que não apenas inexistia, naquele momento, uma substância disponível para os referidos propósitos como, mesmo que houvesse, persistiriam grandes desafios técnicos para o seu uso, como a necessidade de se controlarem os

foram difundidas, como aquela lançada em 1972 pela revista inglesa *The Ecologist* sob o título de “*A Blueprint for Survival*”, na qual se defendia a necessidade de conter a população mundial abaixo do teto de 3,5 bilhões de indivíduos (Lago, 2006).

Tempos depois, apesar de a quantidade de pessoas no mundo ter mais do que dobrado desde então, muitos países manifestam especial apreensão não em relação ao aumento de suas populações, mas à sua retração¹⁶. Esse é o caso de parte expressiva da Europa e de países do leste asiático, que já apresentariam, há muito, taxas de fecundidade total (TFT) – referentes ao número médio de filhos nascidos vivos que se espera que uma mulher tenha ao final de seu ciclo reprodutivo – abaixo do nível em que a população reporiria a si mesma na passagem de uma geração a outra, reconhecido, convencionalmente, em 2,1¹⁷. Em 2008, as taxas de Espanha, Grécia, Itália e Polônia, por exemplo, não ultrapassavam a marca de 1,5, ao passo que, para Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura, os números eram de, respectivamente, 1,05, 1,06, 1,19 e 1,28 (Goldstein; Sobotka; Jasilioniene, 2009)¹⁸. Com o intuito de reverter a situação, muitos começaram a adotar políticas pró-natalistas, como é o caso do Japão. O país, que, até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), era dirigido sob a orientação de que uma população em expansão trazia maior poder econômico e força militar, passou a ver suas famílias cada vez menos prolíficas findo o *baby boom* que sucedeu o referido conflito, a ponto de, em 2005, chegar a sustentar uma taxa de crescimento populacional negativa pela primeira vez desde o restabelecimento da paz em 1945. Como reação, levou-se a cabo uma série de medidas de incentivo à reprodução a partir da década de 1990, incluindo subsídios a famílias com filhos, o aprimoramento das condições de licença-maternidade e paternidade e a ampliação do acesso a centros de atenção a crianças em tempo integral (Ma, 2010). Atualmente, estima-se que a TFT japonesa seja de 1,37 (UN DESA, 2019c).

efeitos colaterais tanto a homens como a mulheres ou que o aditivo, de alguma forma, tivesse incidência apenas sobre um dos sexos, resguardando-se o outro.

¹⁶ A Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA, 2019a) projeta que a população mundial chegará a um pico de 10,9 bilhões de pessoas em 2100 (sendo essa a variante média em um intervalo de predição de 95%, com limites inferior e superior de, respectivamente, 9,4 e 12,7 bilhões), devendo apresentar declínio a partir de então.

¹⁷ A margem de 0,1 na TFT de reposição serviria para contrabalancear os efeitos da mortalidade infantil (OECD, 2016). De qualquer modo, devem-se admitir variações no número ao se levar em conta a situação específica de cada população conforme os indicadores demográfico-sociais que apresente.

¹⁸ É importante esclarecer que essas são taxas de período, geradas a partir de coortes hipotéticas, suscetíveis, desse modo, à incidência de fatores como o adiamento da procriação, que, ao fazer com que filhos que poderiam ter nascido até a data do levantamento de dados sejam contabilizados apenas em período ulterior, subestimaria o tamanho médio de prole que as mulheres, de fato, teriam ao final de seu ciclo reprodutivo. De qualquer forma, Goldstein; Sobotka e Jasilioniene (2009) empregam um método de ajuste das taxas a tais efeitos de tempo, cujos resultados, ainda assim, sugerem uma fecundidade abaixo do nível de reposição da população aos países anteriormente citados.

O declínio da fecundidade, no entanto, não se limita às nações mais desenvolvidas. Na verdade, em todas as sub-regiões geográficas do mundo, as TFT estão, hoje, menores do que em meados do século passado, como se pode verificar na Tabela 1, construída com base em estimativas da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA, 2019c):

TABELA 1 – Taxas de fecundidade total (TFT) estimadas por continente e sub-região, 1950-2020

CONTINENTE/SUB-REGIÃO*	PERÍODO (EM ANOS)													
	1950-55	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1980-85	1985-90	1990-95	1995-00	2000-05	2005-10	2010-15	2015-20
África	6,57	6,62	6,70	6,71	6,70	6,64	6,50	6,19	5,72	5,35	5,08	4,90	4,73	4,44
África Oriental	6,99	6,99	7,08	7,10	7,14	7,11	7,00	6,78	6,38	6,09	5,76	5,38	4,90	4,43
África Central	5,84	5,97	6,12	6,29	6,46	6,60	6,72	6,75	6,67	6,52	6,38	6,23	5,94	5,53
África Austral	6,06	6,07	6,03	5,86	5,60	5,19	5,02	4,49	3,63	3,00	2,72	2,71	2,64	2,50
África Ocidental	6,43	6,49	6,56	6,63	6,80	6,90	6,86	6,66	6,40	6,15	5,95	5,74	5,52	5,18
África Setentrional	6,80	6,87	6,94	6,83	6,53	6,19	5,74	5,05	4,22	3,54	3,15	3,11	3,34	3,25
Ásia	5,83	5,59	5,80	5,75	5,06	4,10	3,69	3,50	2,90	2,61	2,45	2,33	2,21	2,15
Sudoeste Asiático	6,35	6,20	6,19	6,04	5,78	5,36	4,99	4,51	4,04	3,60	3,24	3,03	2,86	2,65
Ásia Central	4,86	5,32	5,57	5,16	5,03	4,51	4,14	4,00	3,58	2,89	2,53	2,67	2,76	2,75
Ásia Meridional	6,04	6,06	6,07	5,93	5,66	5,31	5,02	4,56	4,05	3,63	3,24	2,88	2,53	2,40
Ásia Oriental	5,63	5,05	5,49	5,57	4,42	2,86	2,45	2,60	1,81	1,60	1,57	1,59	1,63	1,65
Sudeste Asiático	5,93	6,12	6,09	5,92	5,49	4,81	4,20	3,57	3,11	2,69	2,53	2,42	2,34	2,22
Europa	2,66	2,66	2,57	2,37	2,17	1,98	1,88	1,81	1,57	1,43	1,43	1,56	1,60	1,61
Europa Oriental	2,92	2,82	2,43	2,15	2,14	2,07	2,08	2,10	1,63	1,29	1,26	1,43	1,57	1,66
Europa Setentrional	2,32	2,51	2,71	2,49	2,06	1,80	1,80	1,85	1,80	1,70	1,66	1,85	1,84	1,75
Europa Meridional	2,68	2,62	2,70	2,68	2,56	2,24	1,83	1,56	1,41	1,34	1,37	1,47	1,40	1,37
Europa Ocidental	2,39	2,49	2,65	2,47	1,96	1,65	1,62	1,57	1,49	1,52	1,58	1,64	1,67	1,68
América Latina e Caribe	5,83	5,85	5,83	5,46	4,92	4,44	3,94	3,45	3,08	2,77	2,49	2,26	2,14	2,04
Caribe	5,27	5,20	5,49	4,97	4,35	3,61	3,39	3,11	2,80	2,63	2,49	2,38	2,31	2,20
América Central	6,77	6,82	6,76	6,68	6,27	5,44	4,60	3,99	3,50	3,11	2,81	2,54	2,39	2,23
América do Sul	5,62	5,63	5,58	5,12	4,54	4,20	3,77	3,30	2,95	2,66	2,36	2,13	2,02	1,95
América do Norte	3,34	3,61	3,28	2,55	2,02	1,77	1,79	1,88	2,00	1,95	1,99	2,01	1,85	1,75
Oceania	3,89	4,10	3,97	3,59	3,25	2,76	2,63	2,53	2,52	2,48	2,46	2,54	2,44	2,36
Austrália/Nova Zelândia	3,27	3,53	3,38	2,96	2,59	2,02	1,92	1,89	1,90	1,82	1,80	1,98	1,91	1,84
Melanésia	6,30	6,34	6,24	6,04	5,83	5,58	5,20	4,75	4,51	4,41	4,17	3,95	3,73	3,53
Micronésia	6,25	6,43	6,46	5,85	5,30	4,84	4,45	4,09	3,72	3,44	3,13	3,13	3,02	2,86
Polinésia	6,78	6,87	6,82	6,40	5,76	5,23	4,81	4,37	3,97	3,55	3,33	3,17	2,94	2,76

Fonte: UN DESA (2019c).

* Países e territórios analisados: **África Oriental** – Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Madagascar, Malauí, Maurício, Mayotte, Moçambique, Quênia, Reunião, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. **África Central** – Angola, Camarões, Chade, Congo (Brazzaville), Guiné-Equatorial, Gabão, República Centro-

Africana, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. **África Austral** – África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia. **África Ocidental** – Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. **África Setentrional** – Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Sudão e Tunísia. **Sudoeste Asiático** – Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Barein, Catar, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Geórgia, Iêmen, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Síria e Turquia. **Ásia Central** – Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. **Ásia Meridional** – Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. **Ásia Oriental** – China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Hong Kong, Japão, Macau, Mongólia e Taiwan. **Sudeste Asiático** – Brunei Darussalam, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã. **Europa Oriental** – Bielorrússia, Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Hungria, Moldávia, Polónia, Romênia, Rússia e Ucrânia. **Europa Setentrional** – Dinamarca, Estónia, Finlândia, Ilhas do Canal, Irlanda, Islândia, Letónia, Lituânia, Noruega, Reino Unido e Suécia. **Europa Meridional** – Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Espanha, Grécia, Itália, Macedónia do Norte, Malta, Montenegro, Portugal e Sérvia. **Europa Ocidental** – Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos, Suíça. **Caribe** – Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Cuba, Curaçau, Granada, Guadalupe, Haiti, Ilhas Virgens Americanas, Jamaica, Martinica, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago. **América Central** – Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. **América do Sul** – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. **América do Norte** – Canadá e Estados Unidos. **Melanésia** – Fiji, Ilhas Salomão, Nova Caledónia, Papua-Nova Guiné e Vanuatu. **Micronésia** – Guam, Kiribati e Micronésia. **Polinésia** – Polinésia Francesa, Samoa e Tonga.

Quando comparados os números de 1950-1955 com aqueles correspondentes a 2015-2020, alguns casos chamam a atenção pela impetuosidade da queda de seus indicadores. Na África Austral, por exemplo, a TFT apresentou uma variação de 6,06 a 2,50 no período, o que inclui o desempenho de países como África do Sul (com taxa de 6,05 outrora e 2,41 atualmente) e Essuatíni (antiga Suazilândia, com diminuição de 6,70 a 3,03). No Sudoeste Asiático, por sua vez, os números oscilaram de 6,35 em 1950-1955 a 2,65 em 2015-2020. A análise de casos individuais também nessa sub-região revela de maneira ainda mais incontestável a magnitude da mudança ocorrida no comportamento reprodutivo da população em um intervalo de tempo relativamente curto, como se nota com os Emirados Árabes Unidos, cuja TFT despencou de 6,97 a apenas 1,42 – bem abaixo, logo, dos níveis de reposição. Na América Central, finalmente, observa-se um declínio de 6,77 a 2,23, podendo-se destacar o caso de Honduras (7,50 a 2,49) ou, ainda, Costa Rica (6,12 a 1,76).

Há, no entanto, sub-regiões que apresentam pouca oscilação em seus indicadores ao longo das últimas décadas, como acontece especificamente com a África Central, que possuía uma TFT de 5,84 em 1950-1955, chegando a um pico de 6,75 em 1985-1990 e voltando a um patamar próximo ao de quase sete décadas atrás, com média de 5,53 filhos por mulher atualmente. Situam-se nesse cenário Angola (com variação de 6,00 a 5,55 nos números)¹⁹ e República Democrática do Congo (com taxa de 6,00 na atualidade, praticamente a mesma correspondente ao período de 1950-1955), apenas para citar alguns.

A América do Sul, por sua vez, apresenta uma realidade relativamente diversificada entre os países que a integram. Em 1950-1955, estimava-se que, na maioria deles, a média de filhos por mulher era superior a seis, com exceção de Argentina, Chile, Guiana Francesa e Uruguai, com números de, respectivamente, 3,15, 4,85, 5,00 e 2,73. Atualmente, apenas o território ultramarino francês teria uma TFT superior a 3,00, havendo, por outro lado, quatro casos de taxas abaixo do nível de reposição. O Brasil é um deles (juntamente com Chile, Colômbia e Uruguai)²⁰, país que, mormente na transição dos anos 1960 para os 1970, deu passo a um processo de “homogeneização” da fecundidade, quando extratos menos abastados da

¹⁹ Seria proeminente na sociedade angolana a expectativa de cumprimento do papel da maternidade, um dos fatores que podem estar por trás das taxas de fecundidade vistas. A importância de tal valor social faria, inclusive, com que muitas mulheres emigrassem a países como o Brasil em busca de tratamentos de fertilização ou para a criação de seus filhos em condições mais favoráveis do que as que encontram em seu local de origem, atraídas, entre outros motivos, pelo acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a educação pública gratuita (Santos; Novaes; Chaves, 2018).

²⁰ Os quatro países, em 2015-2020, apresentam TFT de, respectivamente, 1,74, 1,65, 1,82 e 1,98 (UN DESA, 2019c).

população seguem, gradualmente, a tendência de redução da prole que já era observada havia algumas décadas entre grupos sociais mais privilegiados (Patarra; Oliveira, 1988).

O aumento ou retração de uma população, entretanto, também pode estar relacionado a outro componente demográfico. Além do crescimento vegetativo, resultante da diferença entre nascimentos e óbitos, há de se observar o saldo migratório, relacionado às entradas e saídas de pessoas de uma população através da migração, conforme comumente se demonstra por meio da chamada “equação compensadora”, exposta na sequência (Preston; Heuveline; Guillot, 2001):

$$N(T) = N(0) + B[0,T] - D[0,T] + I[0,T] - O[0,T]$$

Em relação aos termos acima, tem-se “N(T)” e “N(0)” como o número de pessoas vivas na população nos tempos T e 0, respectivamente; “B[0,T]”, para os nascimentos (do inglês “*births*”) ocorridos na população entre os tempos 0 e T; “D[0,T]”, para os óbitos (“*deaths*”); “I[0,T]”, como o número de imigrantes (“*in-migration*” ou “*immigration*”) entre os tempos 0 e T; e “O[0,T]”, para os emigrantes (“*out-migration*” ou “*emigration*”²¹). Nesse sentido, no caso de uma população que não é considerada fechada – a dizer, quando há tanto pessoas oriundas de fora que a ela se integram como o contrário, o que não se pode assumir, por exemplo, quando se leva em conta a população do planeta como um todo –, a migração tem incidência sobre seu tamanho. A título de elucidação, quando o número de imigrantes é maior do que o de emigrantes, tem-se um saldo migratório positivo, gerando um incremento no cômputo geral da população, ao passo que, quando os emigrantes superam os imigrantes, o resultado é uma perda líquida de indivíduos pela migração.

²¹ Há, no inglês, ao menos quatro termos que podem ser empregados na caracterização de fluxos migratórios segundo sua origem e destino. *Immigration* e *emigration* se situam especificamente no âmbito das migrações internacionais, usados, mais precisamente, em alusão a pessoas que cruzam fronteiras de Estados-nação em seu movimento migratório, ao passo que *in-migration* e *out-migration* tendem a se referir a fluxos internos de um país (Bilsborrow, 2016). No português, considerando não haver possibilidades de uma tradução literal desses termos que preserve suas especificidades, pode-se optar simplesmente pelos qualitativos “internacional” e “interna” para diferenciar as migrações que se circunscrevem ao território de determinado país daquelas em que se transpõem lindes internacionais, reservando-se, ainda, o substantivo “imigrante” (seja *immigrant* ou *in-migrant*) para os indivíduos que vêm a se integrar a determinada população e “emigrante” (*emigrant* ou *out-migrant*) para aqueles que dela saem – sem discorrer a respeito dos elementos que um deslocamento humano deve apresentar para que seja considerado uma migração, o que difere em cada concepção teórico-metodológica existente na literatura sobre o tema. Com tal esclarecimento em mente, vê-se que todo imigrante é, também, um emigrante, condições que são definidas de acordo com a perspectiva de origem e destino que se adota, pois uma pessoa, ao partir de um lugar, ingressa, inevitavelmente, em outro. Tal constatação, apesar de parecer óbvia do ponto de vista geográfico e demográfico, nem sempre o é pela óptica sociológica. Bourdieu (1998), nesse sentido, ressalta no prefácio que redigiu para a obra “A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade”, de Sayad, que, ao se falar em “imigrantes”, tende-se a perceber e considerar a migração pela perspectiva da sociedade receptora, à qual interessariam primordialmente as possíveis implicações ou, dependendo do viés que se adote, “problemas” acarretados pela chegada dos referidos indivíduos, fazendo perder-se de vista, assim, a dimensão da partida (emigração), que envolve as possíveis causas que impeliram o deslocamento e as condições nas quais este se deu.

Com a propensão de queda generalizada das taxas de fecundidade no mundo, juntamente com a estabilização da mortalidade em níveis relativamente baixos – promovendo, consequentemente, um estreitamento na distância entre os volumes de nascimentos e de mortes –, a migração pode ser especialmente importante na definição de uma tendência expansiva ou retrativa no tamanho populacional²², assim como nos diferenciais de crescimento de uma população em relação a outra, seja na dimensão interna de cada país ou internacional. Alinhado a isso, Bilborrow (2016, p. 109) comenta que

À medida que a fecundidade declina, a migração passa a ser o principal fator demográfico responsável por mudanças na distribuição da população, seja dentro de cada país (migração interna) ou, às vezes, até mesmo entre países (migração internacional). Internamente, conforme a fecundidade diminui e se torna mais uniformemente baixa na maior parte do mundo, incluindo a maioria dos países em desenvolvimento (fora da África Subsaariana), diferenças nas taxas de fecundidade entre áreas administrativas como províncias e distritos devem se tornar pequenas, de modo que são cada vez mais os movimentos populacionais, relacionados às mudanças de ventura dos lugares, que têm efeitos dominantes sobre mudanças na distribuição da população em vez das diferenças de crescimento vegetativo entre áreas administrativas. Mesmo entre os países, diferenças nas taxas de fecundidade estão inevitavelmente caindo, enquanto diferenças nas taxas de migração internacional entre países continuam sendo grande e, até mesmo, crescentes, a ponto de concentrarem a emigração e a imigração em poucos países (tradução livre)²³.

O cenário de mudanças que começou a ser descrito nas primeiras páginas do presente texto, de qualquer forma, vai além de variações no tamanho das populações ou em sua distribuição, de modo que a migração tampouco deve ter sua verificação restrita a tais aspectos nos estudos demográficos contemporâneos. Em consonância com esse entendimento está, inclusive, uma das definições mais difundidas sobre o campo de investigação da Demografia, formulada por Hauser e Duncan (1975, p. 2), que envolveria “o estudo do tamanho, distribuição geográfica e composição da população, suas variações e as causas de ditas variações” (tradução

²² Exemplo disso é o Catar, que, apesar de apresentar uma queda sustentada em sua TFT desde pelo menos os anos 1970 – partindo de um número médio de filhos por mulher de 6,97 e chegando a 1,88 no quinquênio de 2015-2020 (UN DESA, 2019c) –, viu sua população saltar de 1,6 milhão em 2010 a 2,7 milhões em 2017 graças à imigração, considerando que mais de três quartos da última cifra citada corresponde a pessoas nascidas no exterior. A atratividade migratória seria justificada mais enfaticamente pelo anúncio do país como sede da edição de 2022 da Copa do Mundo de futebol da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) (Business & Human Rights Resource Centre, 2017).

²³ Trecho original, em inglês: “As fertility declines, migration is coming to be the major demographic factor accounting for changes in population distribution, both within countries (internal migration) and sometimes even across countries (international migration). In terms of within countries, as fertility rates become lower and more uniformly low in most countries of the world, including most developing countries (outside Sub-Saharan Africa), differences in fertility rates across administrative areas such as provinces and districts must become small, so that it is increasingly population movements, linked to the changing fortunes of places, that have the dominant effects on changes in population distribution rather than differences in natural population growth across administrative areas. Even across countries, differences in fertility rates are inevitably declining, while differences in international migration rates across countries continue to be large, and even rising to the degree emigration and immigration concentrate in fewer countries”.

livre)²⁴, sendo que cada um desses aspectos se destrincharia em outros mais. Sobre a composição da população, por exemplo, os autores indicam que estão abarcadas mudanças em características não só concernentes a idade, sexo, estado civil ou tópicos similares, como também à condição de saúde, capacitação profissional alcançada etc. A migração pode ser observada pelo prisma de cada um desses elementos, o que alarga as possibilidades de estudo desse fenômeno pela Demografia, em conformidade com os interesses de investigação próprios da área.

Com isso em mente, tem-se como objetivo com este capítulo discorrer sobre a migração internacional como um dos componentes que fazem parte desse cenário mais amplo de mudanças demográficas no mundo nas últimas décadas. Nesse esforço, dá-se ênfase às denominadas migrações Sul-Sul – ocorridas, em suma, entre países em desenvolvimento –, com especial atenção aos fluxos que perpassam a América do Sul e à dimensão da inserção sociolaboral dos migrantes, uma entre tantas outras que poderiam ser abordadas, como se viu no parágrafo anterior.

Para a consecução da finalidade supracitada, organiza-se o texto em três partes. Na primeira, apresenta-se o conceito de “transição demográfica” como uma forma de captar e interpretar as grandes transformações pelas quais as populações nacionais, no geral, viriam passando desde o fim da Idade Moderna no século XVIII, incluindo-se seu período de expansão e tendências de curto a médio prazo de encolhimento, aos quais já se fez alusão. Tratar-se-á, mais especificamente, da teoria clássica de transição demográfica, surgida ainda na primeira metade do século XX, e do que alguns autores – ainda que sem um consenso substancial – enumeram como segunda e terceira transições, identificando-se quando e como a migração – em especial, sua modalidade internacional – aparece nessas abordagens. É mister salientar que existe uma robusta literatura crítica a cada uma dessas três concepções, produzida especialmente por pesquisadores latino-americanos, à qual somente se farão referências pontuais – como no caso do trabalho de Oliveira, M. C. (2012) endereçado a Lesthaeghe (2010) e os postulados da “segunda transição demográfica” –, para que não se desvie a atenção do espaço reservado à componente migratória a cada proposição que se pretende dominante na atualização da “transição demográfica”, que, amiúde, é laureada como o aporte teórico basilar da Demografia enquanto campo da ciência.

Na segunda parte, traça-se um panorama das migrações internacionais na atualidade, dirigindo-se o foco, ato seguido, à realidade concernente ao Sul global e,

²⁴ Trecho original, em castelhano: “*La demografía es el estudio del tamaño, distribución geográfica y composición de la población, sus variaciones y las causas de dichas variaciones [...]*”.

particularmente, à América do Sul. Faz-se, dentro dessa proposta, uma conceptualização das migrações Sul-Sul, situando-as em um contexto global de reestruturação econômico-produtiva e de divisão internacional do trabalho sobretudo a partir da década de 1970.

Partindo-se da vigência e das implicações dos referidos processos, reserva-se a terceira parte, por fim, à questão da formação de redes migratórias e “nichos étnicos” na inserção de migrantes do Sul global no mercado de trabalho desse mesmo “hemisfério” socioeconômico, o que inclui considerações sobre a concentração de migrantes em determinadas atividades produtivas e os possíveis papéis que parentes, amigos ou conterrâneos com outro tipo de vínculo, de maneira articulada, podem desempenhar nesse cenário.

Ao final, espera-se ter sistematizado um conjunto de conceitos e aportes teóricos suficiente para fundamentar o estudo da atuação de migrantes paraguaios no setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo enquanto fenômeno conectado a processos demográficos, políticos, econômicos e sociais de escala global, objeto central desta tese.

1.1 O espaço das migrações nas teorias de transição demográfica

1.1.1 A teoria clássica da transição demográfica

Uma noção inicial de “transição demográfica” teria surgido na literatura da Demografia pelas mãos de Warren S. Thompson, em artigo datado de 1929 (Zelinsky, 1971), mas pode-se dizer que sua estruturação como teoria se deu apenas em 1945, por Frank Notestein (Frejka, 2016). Baseado na experiência observada na Europa Ocidental, trata-se da assunção, em linhas gerais, de que as populações devem transitar de um regime de altas taxas de mortalidade e fecundidade (praticamente em equilíbrio) a um de baixas taxas (Rigotti, 2012, p. 469), com a primeira declinando antes da segunda, gerando, por conseguinte, um período de crescimento demográfico precedente à estabilização.

Essa primeira definição de transição demográfica é comumente lida pelas lentes da denominada “teoria da modernização”, que leva em conta uma série de transformações não apenas técnicas e econômico-produtivas, mas, também, sociais, culturais e comportamentais propiciadas pelo advento da industrialização e urbanização a partir do século XVIII. Atentando-se à fecundidade, por exemplo, Patarra e Oliveira (1972) relembram a tese de autores como Gino Germani de que teria havido, no referido processo, a passagem de uma ação “prescritiva” dos indivíduos a uma “eletiva”, o que significaria dizer que estes saíram de um estágio no qual crenças, dogmas religiosos e determinadas normas sociais prescreviam um comportamento reprodutivo que sustentava altos níveis de fecundidade para adentrar, com a racionalização ou

secularização de sua forma de proceder, um estágio hipoteticamente de maior autonomia de escolha, culminando na adoção de um comportamento reprodutivo tido como mais adequado à nova sociedade urbano-industrial, com proles reduzidas e o privilégio à nucleação familiar em detrimento dos modelos de família estendida²⁵.

A Revolução Industrial, nesse sentido, costuma ser um marco nas discussões sobre transição demográfica, identificando-se nas sociedades pré-industriais a vigência de um regime de taxas de mortalidade e fecundidade em níveis igualmente altos. Esse suposto equilíbrio, porém, como ressalva Coale (1986), não deve ser assumido como regular ou estável ao longo de todos os anos abarcados, mas, sim, como resultado de uma sucessão de períodos de substancial crescimento populacional compensados por subseqüentes perdas principalmente em decorrência de grandes epidemias de doenças infectocontagiosas de causas, naquele momento, insuficientemente conhecidas pela humanidade²⁶. Fatores como esse, como estaria contido nas assunções de Notestein, faziam com que se gerasse uma pressão social pela reprodução. Isso porque, diante do surgimento de doenças que, até então, eram inevitáveis e para as quais, muitas vezes, não havia tratamento eficaz, as taxas de fecundidade deveriam se manter altas o suficiente para evitar que as populações encolhessem²⁷. Em tal cenário, pode-se

²⁵ Tal tese, entretanto, é relativizada por alguns pesquisadores, entre eles, Caldwell (1976), que argumenta que a perspectiva da modernização oculta a relevância da transmissão de determinadas tradições culturais para a mudança no comportamento reprodutivo e nos arranjos familiares nas sociedades. Segundo o autor, aspectos como a nucleação familiar e a redução no número de filhos tendem a se fortalecer independentemente do êxito no avanço da industrialização e da urbanização, pois seriam consequência, em larga medida, da influência de modelos exógenos. Em continentes como o americano, por exemplo, teria ocorrido um processo de “ocidentalização” que se refletiria tanto na adoção de um modelo familiar europeu como em referências buscadas para o ensino escolar e a operacionalização da mídia de massa, com sua disseminação facilitada pelo vigor que a Revolução Industrial conferiu à Europa desde o século XIX. Nas estimativas de taxas de fecundidade total da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA, 2019c) – que serviram de base para a elaboração da Tabela 1 do presente capítulo –, vê-se, no caso latino-americano, que dois dos países com populações consideradas étnica e culturalmente mais europeizadas – a dizer, Argentina e Uruguai – já apresentavam em meados do século XX um número médio de filhos por mulher (3,15 e 2,73, respectivamente) muito inferior ao da grande maioria de seus pares regionais (com seis ou mais), o que poderia ser reflexo do processo ao qual Caldwell faz referência.

²⁶ A população europeia, por exemplo, teria decaído de 70 a 30 milhões de indivíduos entre os séculos III e VIII, retomando seu crescimento em período subseqüente. São parte da explicação dessa oscilação fatores como a Peste de Justiniano, uma pandemia de peste bubônica que afetaria, ainda, a Ásia e o norte da África. Em 542, seu primeiro ano, a doença teria produzido de 5 a 10 mil mortes diárias (Ujvari, 2020).

²⁷ Diferentemente de Notestein, Coale (1986) faz a ressalva de que seria mais apropriado considerar os níveis de fecundidade (e mortalidade) nas sociedades pré-transicionais não como altos, mas, sim, como “moderadamente altos”. Isso porque, levando-se em conta as limitações científicas para a contenção de doenças e tecnológicas para a produção de alimentos e a exploração da terra com fins de povoamento e subsistência, um aumento elevado no número de nascimentos provavelmente levaria, contraditoriamente, a um decréscimo da expectativa de vida ao nascer, já que isso implicaria uma maior exposição às causas de morbimortalidade que ainda não podiam ser contidas, tornando a população, também, mais vulnerável a investidas de grupos rivais e a catástrofes naturais. A “fecundidade ótima”, logo, seria aquela que permitisse a maior média de duração de vida possível, com taxas não tão baixas a ponto de levar a população gradualmente à extinção nem tão elevadas que gerassem maior aglomeração nos territórios habitados e, conseqüentemente, mais riscos diante das ameaças previamente apontadas.

dizer que a mortalidade era, ao fim e ao cabo, o componente que ditava o crescimento de uma população.

No trânsito entre os séculos XVII e XVIII, teve início na Europa Ocidental, em específico, uma queda na intensidade de ocorrência de óbitos, resultado de fatores como a diminuição de atividades militares²⁸ e mudanças em sua organização – compreendendo o uso crescente da força naval em lugar do travamento de batalhas campais e o incremento das condições de higiene entre combatentes (Kunitz, 1983) –, avanços na agricultura – em relação, por exemplo, à capacidade de produção de alimentos e, conseqüentemente, à diminuição da recorrência de longos períodos de fome (Kunitz, 1983) – e, tempos depois, a descoberta dos microrganismos, que revolucionou os conhecimentos disponíveis sobre a disseminação de doenças causadas por bactérias e vírus e possibilitou, assim, o aprimoramento da profilaxia e o surgimento de métodos mais eficazes de tratamento (Ujvari, 2020). Para a compreensão especificamente dessa variação na curva de mortalidade e no padrão de suas afecções, passou-se a falar no que se convencionou chamar de “transição epidemiológica”, termo inaugurado por Omran em 1971 em referência a um processo no qual as pandemias de doenças infecciosas são substituídas como causas preponderantes de morbidade e mortalidade em uma população pela incidência de doenças degenerativas e produzidas pelo ser humano (Omran, 2005). Considerando as interpretações e contribuições que diferentes autores fizeram ao conceito desde então, é pertinente expor uma definição um pouco mais minuciosa, como a que utilizamos em outra ocasião (Mortari A. C., 2020b, p. 86), pela qual se entende a transição epidemiológica

Como uma mudança nas principais causas responsáveis pelos indicadores de morbidade e mortalidade em uma população, passando-se da predominância de doenças infecciosas associadas a carências primárias como de nutrição e de fornecimento de água (Frenk et al., 1991, p. 487) – incluindo-se a diarreia e a tuberculose, por exemplo – a doenças crônico-degenerativas associadas a “processos de envelhecimento populacional, desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização” (Servo, 2014, p. 491) – incluindo-se doenças vasculares, tais como derrames e cardiopatia isquêmica (Cappuccio, 2004, p. 387), padecimentos mentais e causas externas, como a violência.

Essa teria sido a forma como a mortalidade declinou na Europa Ocidental, padrão que Omran (2005) imaginava que se reproduziria no resto do mundo, com maior ou menor rapidez. Importantes particularidades, no entanto, são observadas em algumas regiões, como é o caso da América Latina. Em primeiro lugar, um descenso nos indicadores de óbitos somente teria sido mais evidentemente percebido no continente a partir de um pouco antes da década de

²⁸ Sobre isso, Ujvari (2020) recorda que as guerras são frequentemente um fator de disseminação de epidemias, seja por conta da aglomeração promovida pela reunião de tropas para a beligerância, seja pelo deslocamento desses grupos por diferentes territórios.

1930, graças, entre outros motivos, a avanços no sistema público de saúde, com a maior disponibilização de medicamentos e métodos de tratamento vindos do exterior – nos quais se incluem as vacinas, cuja gênese remete ao fim do século XVIII, e o uso de antibióticos após a retomada dos estudos sobre a penicilina nos anos 1940 (Arriaga; Davis, 1969; Ujvari, 2020). Tal movimento tampouco se deu uniformemente e com as mesmas características de um país latino-americano a outro. No espectro de possibilidades, destacam-se os casos em que se verifica o que Frenk et al. (1991) qualificam como “modelo polarizado prolongado”, quando, em decorrência sobretudo de abismais desigualdades sociais, a morbimortalidade por doenças tidas como “pré-transicionais” – de natureza infectocontagiosa, mais proeminentemente – convive, em um mesmo país, com aquela relacionada a doenças “pós-transicionais” – como as crônico-degenerativas –, afligindo, cada qual, mais intensamente determinado grupo social, sendo o México ilustrativo dessa situação.

De qualquer forma, observa-se no mundo todo um declínio na mortalidade, como sugerem as estimativas da UN DESA (2019d) para esperança de vida ao nascer (e^0)²⁹, organizadas na Tabela 2 por sub-regiões:

²⁹ Optou-se por não trabalhar com Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) – que consistem no número total de óbitos por mil habitantes –, considerando as limitações de comparabilidade apresentadas por esse indicador em decorrência de sua sensibilidade a efeitos da estrutura etária.

TABELA 2 – Esperança de vida ao nascer (e⁰) em anos (ambos os sexos), estimada por continente e sub-região, 1950-2020

CONTINENTE/SUB-REGIÃO*	PERÍODO (EM ANOS)													
	1950-55	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1980-85	1985-90	1990-95	1995-00	2000-05	2005-10	2010-15	2015-20
África	37,49	40,04	42,45	44,53	46,61	48,82	50,74	52,09	51,93	52,33	53,53	56,78	60,25	62,66
África Oriental	37,42	39,99	42,67	44,62	46,34	47,86	48,58	49,39	47,69	49,24	51,46	56,07	60,97	64,15
África Central	37,76	39,37	40,91	42,67	44,81	46,31	47,85	48,86	49,26	48,56	50,55	53,88	56,99	59,36
África Austral	44,61	47,23	49,18	51,24	53,84	56,72	59,23	62,05	62,72	58,21	53,04	54,00	60,34	63,28
África Ocidental	33,47	35,49	37,65	39,60	41,85	44,44	46,73	47,73	48,27	48,42	49,54	52,56	55,06	57,32
África Setentrional	42,27	45,81	48,59	51,12	53,19	56,27	59,77	62,84	64,62	66,45	67,98	69,77	71,17	72,27
Ásia	42,30	44,57	46,49	52,68	56,38	59,19	61,45	63,46	64,98	66,55	68,33	70,03	71,83	73,28
Sudoeste Asiático	42,99	46,20	49,53	53,15	56,56	59,93	62,36	65,29	67,26	69,12	70,93	72,30	73,41	74,57
Ásia Central	54,23	56,24	58,24	60,17	61,73	62,81	64,14	65,69	64,54	63,93	65,63	67,45	69,52	71,64
Ásia Meridional	37,33	40,47	43,56	46,66	49,33	52,69	54,82	57,00	59,59	61,89	63,94	65,87	67,98	69,39
Ásia Oriental	45,44	46,69	47,03	57,04	62,84	66,52	68,71	69,89	70,53	71,67	73,45	74,89	76,34	77,76
Sudeste Asiático	45,72	49,24	52,15	54,63	55,83	57,26	61,22	63,53	65,31	66,71	67,91	69,62	71,17	72,46
Europa	63,69	67,13	69,21	70,05	70,62	71,05	71,66	72,84	72,67	73,11	73,80	75,30	77,18	78,33
Europa Oriental	60,36	65,52	68,40	69,04	69,16	68,75	68,64	69,80	68,30	67,84	67,91	69,52	72,19	73,75
Europa Setentrional	68,87	70,49	71,17	71,86	72,36	73,04	74,05	74,92	75,66	76,66	77,93	79,16	80,47	81,02
Europa Meridional	63,75	66,26	68,24	69,79	71,31	72,74	74,08	75,31	76,22	77,48	78,75	80,03	81,16	82,07
Europa Ocidental	67,81	69,40	70,51	71,15	71,85	73,03	74,24	75,55	76,58	77,78	78,99	80,23	81,09	81,72
América Latina e Caribe	51,40	54,24	56,79	58,95	61,23	63,33	65,29	67,15	68,96	70,67	72,25	73,45	74,44	75,24
Caribe	52,11	55,34	58,12	60,62	62,75	64,43	65,51	66,68	67,53	68,74	69,74	70,83	71,63	72,53
América Central	49,11	53,23	56,44	58,59	61,01	63,55	65,89	68,30	70,52	72,23	74,01	74,40	74,59	74,91
América do Sul	52,13	54,46	56,75	58,88	61,13	63,11	65,03	66,81	68,59	70,32	71,90	73,40	74,68	75,63
América do Norte	68,71	69,70	70,20	70,51	71,56	73,35	74,51	75,07	75,85	76,68	77,42	78,44	79,23	79,15
Oceania	59,09	61,81	63,40	64,58	66,27	68,16	69,89	71,06	72,58	73,62	74,91	76,25	77,35	78,44
Austrália/Nova Zelândia	69,45	70,47	70,93	70,92	71,76	73,41	74,85	75,88	77,46	78,63	80,12	81,28	82,19	83,01
Melanésia	36,56	40,35	43,47	46,97	50,34	53,55	56,17	57,67	59,07	60,29	61,35	62,72	64,07	65,39
Micronésia	51,51	53,58	55,76	57,91	59,96	61,74	63,29	64,79	66,31	67,90	69,49	70,62	71,82	73,14
Polinésia	53,31	56,68	58,52	60,30	62,11	63,82	66,13	67,52	68,64	69,81	71,16	72,56	73,67	74,73

Fonte: UN DESA (2019d).

* Países e territórios analisados: **África Oriental** – Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Madagascar, Malauí, Maurício, Mayotte, Moçambique, Quênia, Reunião, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. **África Central** – Angola, Camarões, Chade, Congo (Brazzaville), Guiné-Equatorial, Gabão, República Centro-

Africana, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. **África Austral** – África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia. **África Ocidental** – Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. **África Setentrional** – Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Sudão e Tunísia. **Sudoeste Asiático** – Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Barein, Catar, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Geórgia, Iêmen, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Síria e Turquia. **Ásia Central** – Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. **Ásia Meridional** – Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. **Ásia Oriental** – China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Hong Kong, Japão, Macau, Mongólia e Taiwan. **Sudeste Asiático** – Brunei Darussalam, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã. **Europa Oriental** – Bielorrússia, Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Hungria, Moldávia, Polónia, Romênia, Rússia e Ucrânia. **Europa Setentrional** – Dinamarca, Estónia, Finlândia, Ilhas do Canal, Irlanda, Islândia, Letónia, Lituânia, Noruega, Reino Unido e Suécia. **Europa Meridional** – Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Espanha, Grécia, Itália, Macedónia do Norte, Malta, Montenegro, Portugal e Sérvia. **Europa Ocidental** – Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos, Suíça. **Caribe** – Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Cuba, Curaçau, Granada, Guadalupe, Haiti, Ilhas Virgens Americanas, Jamaica, Martinica, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago. **América Central** – Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. **América do Sul** – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. **América do Norte** – Canadá e Estados Unidos. **Melanésia** – Fiji, Ilhas Salomão, Nova Caledónia, Papua-Nova Guiné e Vanuatu. **Micronésia** – Guam, Kiribati e Micronésia. **Polinésia** – Polinésia Francesa, Samoa e Tonga.

Ao longo do período abarcado pelas estimativas disponibilizadas, nota-se um ganho generalizado de anos de esperança de vida ao nascer. Na atualidade (2015-2020), com exceção da África Central (com e^0 de 59,35 anos), todas as sub-regiões mundiais estão acima da marca dos 60 anos, situação que, em 1950-1955, era observada apenas no continente europeu, além da América do Norte (Canadá e Estados Unidos) e Austrália/Nova Zelândia.

Persiste, contudo, uma incontestável disparidade nos indicadores de alguns países em comparação aos de outros. Retomando a atenção à África Central, encontram-se casos como os da República Centro-Africana e do Chade, que, embora tenham saído de patamares de, respectivamente, 32,74 e 36,06 anos de e^0 em meados do século XX e chegado aos de 52,67 e 53,80 em 2015-2020, apresentam em relação aos integrantes de suas populações hoje uma média de três décadas de vida a menos do que a de países como Hong Kong (84,63 anos), Japão (84,43), Suíça (83,56), Espanha (83,36) e Austrália (83,20).

Na América do Sul, os níveis de esperança de vida ao nascer se elevaram de 52,13 anos em 1950-1955 a 75,63 atualmente. São emblemáticos, nessa sub-região, os casos de Bolívia e Peru, que, há mais de sessenta anos, exibiam e^0 de, respectivamente, 39,64 e 44,11 anos e, no presente, se encontram nos patamares de 71,08 e 76,41. O país com o indicador mais alto em 2015-2020 é o Chile, com aproximadamente 80 anos. O Brasil, finalmente, exhibe, para o mesmo período, 75,56 anos de e^0 , quase 25 a mais do que em meados do século passado.

Já no que concerne à fecundidade – e, conseqüentemente, à natalidade, que trata dos nascimentos não em relação especificamente às mulheres em idade reprodutiva, mas à população como um todo –, observou-se, de forma geral no mundo, uma mudança mais tardia. Na Europa Ocidental, as respectivas taxas não declinaram até pelo menos a década de 1870, com exceção da França e de extratos sociais muito específicos, como a nobreza, para os quais a referida tendência se iniciara mais antecipadamente (Coale, 1986). Levando-se em conta que a curva de mortalidade no continente, como já se mencionou, começou o seu movimento descendente de forma mais sustentada ainda na passagem do século XVII ao XVIII, pode-se dizer que a população europeia ocidental teve um período mais espaçoso de crescimento demográfico, que ocorreu mais gradualmente do que viria a ser em boa parte dos demais países.

Na Tabela 1, exposta na introdução deste capítulo, vê-se que, enquanto as sub-regiões europeias apresentam, todas, um número médio de filhos por mulher menor do que três em 1950-1955, o mesmo não acontece em qualquer parte do restante do mundo. Na América do Sul, por exemplo, a queda nas taxas de fecundidade somente se deu de modo mais proeminente com a virada dos anos 1960 aos 1970 – quase cem anos depois do ocorrido no ocidente europeu, portanto –, até atingir níveis abaixo da reposição na última década. Tendo

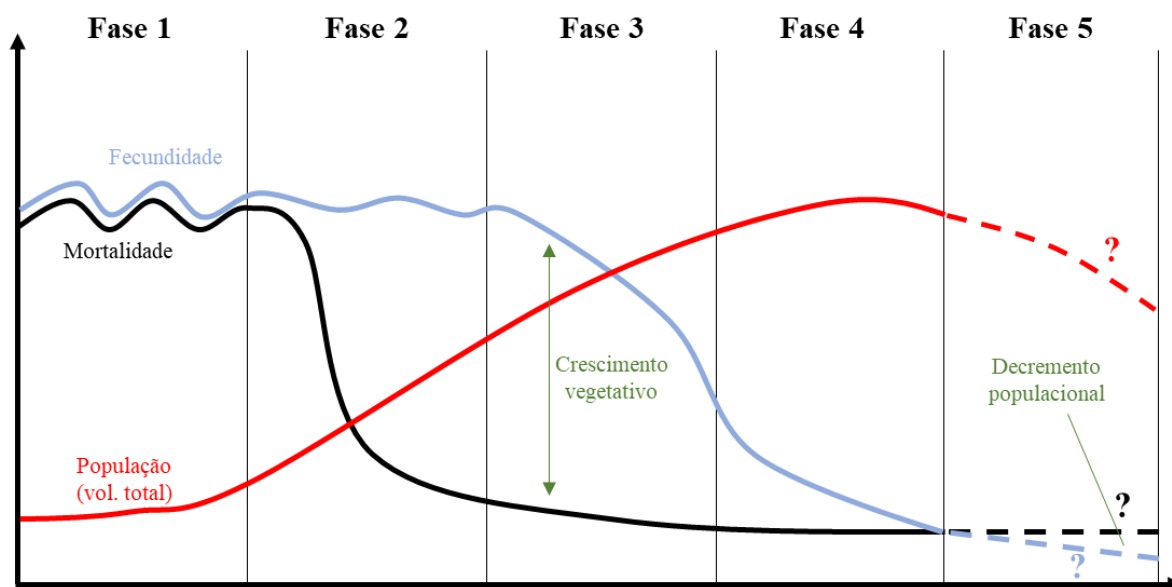
em consideração que se produziu no continente uma acelerada retração nos índices de mortalidade principalmente a partir do decênio de 1930 e que suas taxas de fecundidade se mantiveram significativamente altas até o marco temporal anteriormente assinalado, esteve em curso em apenas um pouco mais de trinta anos uma expansão populacional em taxas elevadas, culminando em um quadro de mudanças sociodemográficas mais abruptas do que o que se viu em regiões frequentemente apontadas como mais desenvolvidas, como a Europa. Inclui-se nisso o processo de urbanização e, mais especificamente, de metropolização em países como o Brasil, que, em seu auge entre os anos 1960 e 1970, foi fortemente impulsionado pela migração de excedentes populacionais de zonas rurais de alto crescimento vegetativo, mas limitados meios de subsistência³⁰.

Em suma, com a mortalidade estabilizada em níveis mais rasos, de modo geral, e a fecundidade (e, como efeito, a natalidade), em maior ou menor medida, mais baixa do que outrora, a tendência nas populações do mundo todo atualmente é de desaceleração no crescimento, chegando até mesmo, em alguns casos, à retração. Todo esse percurso de transição demográfica descrito pode ser conferido de forma resumida no diagrama abaixo (Figura 1). Estão ilustrados I) o equilíbrio (embora não regular) entre as taxas de mortalidade e natalidade em um primeiro momento; II) a queda da taxa de mortalidade, com natalidade ainda em níveis altos, gerando um robustecimento no crescimento vegetativo; III) o início do declínio da natalidade e a continuação da tendência de redução da mortalidade, embora de forma mais ralentada, com diminuição no ritmo de incremento da população; IV) o movimento de

³⁰ A partir do decênio de 1930, dois grandes movimentos de redistribuição da população pelo território brasileiro estiveram em curso, sendo um deles de caráter centrífugo – impulsionado pela abertura das fronteiras agrícolas em estados como o Paraná – e o outro, centrípeto – direcionado às cidades –, ambos alimentados pelo elevado crescimento vegetativo da época. Apesar de o primeiro parecer, a princípio, antagônico ao último, terminou por contribuir com a urbanização do país, considerando que a expansão dos limites para o cultivo da terra propiciava a fundação de cidades tanto para o escoamento da produção agrícola como para o provimento de serviços essenciais aos trabalhadores e residentes do campo (Martine, 1990). Com o avanço dos anos, fatores como a ampliação de latifúndios e a consequente escassez de terras para a subsistência das famílias, por um lado, e a atratividade exercida por capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, por outro, fizeram com que se intensificasse no país o êxodo de pessoas do meio rural em direção a grandes zonas urbanas. Entre 1973 e 1974, no auge do processo, foram estabelecidas por lei nove Regiões Metropolitanas no Brasil, cujo ritmo de crescimento populacional somente se desacelerou a partir da década de 1980, tanto pela queda da fecundidade nos locais de origem dos migrantes – levando a uma diminuição nos excedentes populacionais – como pela desconcentração da atividade produtiva em território nacional e pelos efeitos da crise econômica, que não apenas inibiram novos fluxos direcionados aos grandes centros urbanos como incitaram o retorno de muitos daqueles que outrora haviam se estabelecido nesses lugares. A diminuição da intensidade do incremento demográfico nas maiores regiões metropolitanas, sem embargo, correspondia, mais precisamente, a uma estagnação dos municípios nucleares, posto que as periferias seguiram se expandindo a passos acelerados em decorrência da contínua atração de migrantes sobretudo de baixa renda (Martine; McGranahan, 2010). Como resultado, o Brasil tem hoje mais de 90% de sua população residindo em zonas urbanas e dois quintos em cidades com pelo menos um milhão de habitantes, quando, em 1872, por exemplo, não havia no país mais do que dez cidades com uma população de pelo menos 20 mil habitantes, sendo esta uma das transições urbanas mais céleres da história, segundo Martine e McGranahan (2010).

estabilização das taxas de natalidade e mortalidade em níveis baixos, com crescimento vegetativo baixo ou nulo; e V) o possível cenário de decremento populacional a partir da queda da taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição e seu reflexo na natalidade.

FIGURA 1 – As fases da transição demográfica



Fonte: Adaptado de Glenn (2023).

Em relação ao componente demográfico central da presente tese, nota-se, por fim, que a migração não é contemplada pelo modelo clássico de transição, constando, a princípio, apenas a parte referente ao crescimento vegetativo quando se pensa na equação compensadora. Há, no entanto, autores que buscaram, de alguma forma, preencher essa lacuna, como é o caso de Zelinsky (1971) com seu modelo de “transição da mobilidade”. Neste, entende-se que, em cada um dos contextos de variação no comportamento das curvas de mortalidade e fecundidade/natalidade vistos anteriormente – processo ao qual o autor avalia ser mais adequado se referir não como “transição demográfica”, mas, sim, como “transição vital”, ao se restringir a apenas dois componentes em específico da vida humana –, há um conjunto de mudanças que ocorrem nos deslocamentos populacionais de forma geral – nos quais estão incluídos, deste modo, as migrações. Nesse sentido, concebem-se cinco fases na transição da mobilidade.

A primeira delas seria característica da sociedade pré-moderna tradicional, como o que se via na Europa medieval, com taxas de mortalidade e fecundidade moderadamente altas. Levando-se em conta a predominância de um modo de vida autárquico nesse momento, assumir-se-ia que as migrações eram pouco intensas, com a circulação de pessoas para além de

suas comunidades locais respondendo basicamente a fatores como a dinâmica do uso da terra, visitas sociais, trocas comerciais, guerras ou práticas religiosas.

Já a segunda fase corresponderia ao início de uma sociedade transicional, na qual se constataria um rápido declínio da mortalidade e um maior crescimento vegetativo. Em termos de mobilidade humana, seriam características desse momento uma massiva migração do campo às cidades em concomitância com uma significativa movimentação rumo às fronteiras agrícolas, assim como o aumento da migração internacional a destinos mais atrativos e uma pequena – mas nada desprezível – migração de trabalhadores de alta qualificação a partir de países mais desenvolvidos.

Na terceira fase, por sua vez, associada ao final da sociedade transicional, ter-se-ia um descenso mais sustentado da fecundidade e, conseqüentemente, uma desaceleração do crescimento vegetativo, havendo, no campo da mobilidade, uma diminuição tanto nos fluxos de caráter rural-urbano – embora ainda permanecessem em níveis altos – e naqueles dirigidos às fronteiras agrícolas como na migração internacional como um todo, ao mesmo tempo que movimentos considerados circulares – quando, em linhas gerais, a pessoa se desloca, mas sem mudar de residência habitual – se tornariam mais diversificados, intensos e complexos.

Na quarta fase, correspondente à sociedade “avançada”, a mortalidade estaria estabilizada em níveis próximos ou ligeiramente abaixo da fecundidade, fazendo com que o crescimento vegetativo, caso fosse positivo, se desse de forma baixa a moderada. Nesse contexto, a migração rural-urbana seguiria sua tendência de queda, contrastada, por outro lado, com um adensamento das migrações urbano-urbano – seja de uma cidade a outra ou dentro de um mesmo aglomerado urbano – e dos movimentos de circulação. Seria significativa também a migração de trabalhadores de baixa qualificação provenientes de países menos desenvolvidos, podendo haver, ainda, consideráveis fluxos migratórios ou circulação internacional de trabalhadores altamente qualificados, com volumes e direção dependentes da observância de certas condições.

A quinta fase, finalmente, reúne uma série de possibilidades relacionadas ao que Zelinsky chama de sociedade futura “super avançada”, que, no tempo de elaboração do modelo de transição da mobilidade – mais precisamente, no início da década de 1970 –, ainda não havia sido atingida. Embora fosse difícil prever com exatidão o comportamento das taxas de fecundidade, o mais provável seria que os indivíduos adotassem um controle cada vez mais cuidadoso sobre o tamanho da prole, da mesma forma que a mortalidade deveria se estabilizar em níveis pouco abaixo dos atuais – a menos que se produzisse um expressivo alargamento dos limites biológicos da vida humana, permitindo que a espécie chegasse, em média, a idades ainda

mais avançadas. No que concerne à mobilidade humana, presumia-se que haveria uma retração das migrações internas – que se resumiriam, basicamente, àquelas de caráter interurbano e intraurbano – e de algumas formas de circulação em decorrência do progresso das comunicações e dos sistemas de entrega – fazendo com que as pessoas não precisassem se deslocar para a satisfação de determinados interesses –, ao passo que novos tipos de movimentação surgiriam e se expandiriam. Assumir-se-ia como possível, ainda, a ocorrência de consideráveis fluxos migratórios de trabalhadores de baixa qualificação oriundos de países menos desenvolvidos, assim como a imposição de controles políticos mais estritos em contrapartida.

O modelo desenvolvido por Zelinsky traz uma importante contribuição ao incorporar a dimensão da mobilidade espacial, de forma mais ampla, e da migração, mais especificamente, à noção de transição demográfica, mesmo que ainda por uma perspectiva marcadamente eurocêntrica. Na sequência de teorias de transição demográfica pronunciadas no começo desta seção, aquela enumerada como a segunda também passa a levar em conta a migração, ainda que marginalmente. Esta dialoga diretamente com o que se apresentou como “quinta fase” tanto na Figura 1 como no modelo de “transição da mobilidade”, como se verá a seguir.

1.1.2 A teoria da “segunda transição demográfica”

Quando a humanidade logra ter maior controle sobre uma série de causas de óbito que antes a afligia – com especial atenção às crianças em mais tenra idade – e, mormente com o avanço da ciência, galga anos mais elevados de expectativa de vida, chegando a um ponto em que, ao menos a uma parcela da população mundial, não resta muita margem para ganhos mais substanciais em relação à mortalidade, pode-se dizer que a fecundidade começa a ter maior regência sobre o crescimento demográfico da espécie, que, como já se expôs, tende a diminuir o seu ritmo. Segundo Coale (1986), baseando-se na experiência europeia, uma das características centrais da transformação pela qual a fecundidade passou é que, nas sociedades pré-transicionais, o número de filhos, ainda que geralmente muito elevado, era contido abaixo de certo nível em decorrência de casamentos tardios, celibato permanente e motivos alheios à vontade dos cônjuges – como a contração de doenças venéreas e práticas culturais que

preceituavam o prolongamento do intervalo entre nascimentos³¹ –, enquanto no pós-transição, a reduzida prole passa a assim ser mantida deliberadamente pelos casais a partir principalmente da adoção de métodos contraceptivos e da realização de abortos.

Tais constatações, de certa forma, são um ponto de partida para a teoria da segunda transição demográfica. De acordo com Lesthaeghe (2010), um de seus precursores, além dos aspectos previamente indicados, é preciso reconhecer entre o conjunto de tendências demográficas de nossos tempos – ao menos nos países desenvolvidos – a elevação da idade média de concepção do primeiro filho, a perenidade das taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição e o consequente envelhecimento relativo da população – tendo em conta que os mais jovens passam a corresponder, em termos percentuais, a uma fatia cada vez menor do cômputo geral populacional em relação aos indivíduos em idade mais avançada –, assim como algumas mudanças na nupcialidade, como um aumento no número de divórcios e a diversificação de arranjos familiares para além do casamento tradicional.

Em vez de se considerar esse cenário como parte do modelo “clássico” de transição demográfica – alinhado ao que se ilustrou na Figura 1, com uma quinta fase transicional em que se assume a possibilidade de um decremento populacional –, autores como Lesthaeghe argumentam que as transformações expostas no parágrafo anterior respondem a um processo distinto ao que se observava outrora. Estaria em curso, na verdade, uma mudança de valores nas sociedades dos países mais desenvolvidos pela qual ganhariam primazia a autorrealização e a autonomia individual, o que, por sua vez, se refletiria nas formas de união e no comportamento reprodutivo das pessoas, sendo isso precisamente o que distingue a teoria da segunda transição demográfica de sua predecessora.

O começo de uma queda mais sustentada das taxas de fecundidade, ainda na “primeira” transição demográfica, se inseriria em um contexto de mortalidade infantil reduzida, por um lado, e de progresso econômico e bem-estar social, por outro, o que faria com que os casais não precisassem se preocupar em ter uma prole numerosa – para assegurar que ao menos parte dela tivesse chances de superar o risco de óbito no primeiro ano de vida – e pudessem investir, financeira e afetivamente, nos poucos filhos que gerassem, com mais condições de lhes proporcionar melhores oportunidades de estudos, experiências culturais e recreativas, formação profissional etc. Tal perspectiva se alinha ao que Becker (1991) se refere como a passagem de uma preocupação quantitativa em relação aos filhos a uma qualitativa, de forma que, por ser

³¹ Coale (1986) cita como exemplo o caso da crença de que o esperma “envenenaria” o leite materno, de modo que deveria haver uma longa abstinência sexual após ter-se gerado um filho, algo difundido, em algum momento, não só pela Europa, mas, também, pela Ásia e a África.

mais custoso conceber e criar um filho quando se prima pela qualidade de sua formação humana nos mais diversos aspectos, as famílias tendem a ser menos prolíficas.

Já na segunda transição demográfica, a continuação do declínio da fecundidade se daria não por uma preocupação em conferir as melhores condições de vida aos filhos, mas, sim, por um anseio dos pais de conseguirem garantir para si mesmos maior realização pessoal. Em outras palavras, considerando o tempo, os recursos e a energia que devem ser despendidos para a criação de uma criança, muitos casais passariam tanto a adiar a idade da primeira concepção como reduzir o número de filhos a ter, com vistas a poderem aproveitar principalmente sua fase de adultos jovens para aprimorar seus estudos, angariar melhor qualificação profissional ou, até mesmo, viajar e ter outras experiências de lazer.

No que concerne às uniões, Lesthaeghe (2010) identifica que, na “primeira” transição demográfica, ainda estava notavelmente presente o modelo “malthusiano” de casamento, pelo qual se preconizava, por um lado, que duas pessoas somente poderiam assim se juntar caso cumprida a condição de terem uma sólida base financeira e, por outro, que a procriação deveria se dar exclusivamente sob o referido arranjo. Além disso, persistiria uma clara divisão de papéis entre os gêneros, com os homens responsáveis pelos provimentos da casa e as mulheres, por cuidar da qualidade de vida da família. Na segunda transição, por sua vez, haveria não apenas uma maior desvinculação entre casamento e procriação, mas, também, uma diversificação nas formas socialmente – e juridicamente – aceitas de constituição de uma família, coabitação etc. e uma flexibilização nas atribuições esperadas para cada gênero, permitindo que a definição de cada um desses âmbitos na vida de uma pessoa decorresse prioritariamente de suas escolhas individuais.

A segunda transição demográfica, em suma, se definiria precipuamente por uma mudança ideacional nas sociedades, orientada à realização pessoal do indivíduo, em que preocupações que podem ser reconhecidas como existenciais ganham primazia. Transformações demográficas como a queda da fecundidade para níveis inferiores ao de reposição, nesse sentido, não definem, por si sós, essa nova transição, sendo, antes disso, consequência desse próprio processo, podendo, inclusive, se reverter, em alguma medida, em médio e longo prazo. Sobre isso, Lesthaeghe (2010) reconhece, por exemplo, a necessidade de ver em cada caso se o adiamento da gravidez seria acompanhado, de fato, de uma redução no número de filhos tidos ao final do ciclo reprodutivo ou se haveria uma recuperação da fecundidade em idades mais avançadas mesmo em sociedades mais alinhadas aos valores característicos da segunda transição demográfica. Isso porque não haveria uma única forma de resposta por parte de uma população aos ditames dessa transição, o que poderia resultar em

diferenciais entre um caso e outro em relação a uma eventual retomada de crescimento das taxas de fecundidade, como já estaria ocorrendo na Europa (Lesthaeghe, 2010)³².

Tal observação suscita, ainda, a ressalva de que a geração de uma prole reduzida não necessariamente decorre da escolha deliberada dos genitores. Heiland, Prskawetz e Sanderson, em artigo de 2005, ilustram a questão com a recopilação de resultados de algumas pesquisas realizadas no continente europeu, entre elas, uma conduzida na Alemanha Ocidental entre 1988 e 1994 (já após a reunificação do país), na qual procurou-se avaliar, entre outras finalidades, se a baixa fecundidade entre pessoas de maior nível de escolaridade era produto de seu genuíno desejo por menos filhos ou se respondia a outros fatores. Ao contrário do que se poderia supor inicialmente, o que se constatou não foi uma relação inversamente proporcional entre escolaridade e o número desejado de filhos, mas, sim, entre escolaridade e o número de filhos *tidos* (ou seja, a fecundidade “realizada”). Para se ter uma ideia, entre as pessoas abarcadas pelo estudo, aquelas de maior nível educacional demonstraram querer, em média, mais filhos do que as de menor escolaridade. Acrescentam-se aos resultados fatos como o de que mais da metade das mulheres de 46 a 61 anos e com educação superior entrevistadas expressaram desejar mais filhos do que o que tiveram após findo o seu ciclo reprodutivo. Entre as conclusões, revelou-se que, para muitas pessoas, gerar menos descendentes não é fruto de uma vontade individual, mas, sim, de constrangimentos estruturais em âmbitos como o laboral, considerando que aspectos como o difícil reingresso ao mercado após a concepção e agendas de compromissos profissionais pouco flexíveis para a conciliação do trabalho com o cuidado dos filhos desencorajam a reprodução ainda que em um momento menos tenro da idade fértil.

Outro aspecto importante de ser levado em conta são as desigualdades de gênero observadas em cada sociedade e sua influência sobre os níveis de fecundidade em uma população. Sobre isso, McDonald (2000) argumenta que, em muitos países, há uma realidade em que, enquanto as mulheres conquistaram maior espaço no mercado de trabalho, com mais possibilidades de ascensão profissional e remuneração menos distante daquela oferecida aos homens, a divisão de tarefas dentro do lar continua desfavorável a elas, um desbalanço que terminaria por forçar o declínio da fecundidade. Isso porque, em um cenário como esse, estaria

³² Entre as reações ao cenário descrito, Camarano (2014) lembra da condução de políticas pró-natalistas por parte de diferentes governos nacionais. Os efeitos de longo prazo desses esforços, porém, seriam ainda incertos, levando a autora a dizer, por uma perspectiva valorativa, que “acredita-se que a fecundidade no futuro será determinada pelo valor que os filhos ou as crianças vão assumir nas sociedades pós-modernas” (Camarano, 2014, p. 58).

posto às mulheres um dilema entre a maternidade e suas aspirações individuais, de modo que, ao se optar pelas últimas, comprometer-se-ia, invariavelmente, a primeira³³.

Textos como esses apresentados, portanto, convidam a reflexões que vão além da mudança de preferências individuais para a compreensão da retração da fecundidade em diferentes países. Sugere-se, dessarte, que melhorias no mercado de trabalho que permitissem que as pessoas se desenvolvessem em suas carreiras sem que isso se desse em detrimento do cuidado com os filhos, a ampliação de serviços acessíveis de atenção a crianças e a promoção de maior igualdade de gênero dentro das famílias, a fim de evitar principalmente às mulheres uma sobrecarga que tornasse inconciliáveis o matrimônio e as ambições profissionais, saltam entre os fatores que poderiam fazer com que a taxa de fecundidade de uma população que atravessa um momento mais avançado da transição demográfica – quer a consideremos um prolongamento da “primeira” ou uma segunda transição, distinta – estivesse em níveis, no mínimo, próximos ao de reposição.

Para os propósitos centrais desta tese, por fim, é mister averiguar como a migração se insere na teoria da segunda transição demográfica. Nesse sentido, identificam-se dois aspectos concernentes ao tema. O primeiro deles diz respeito a uma influência indireta que a migração poderia ter sobre as taxas de fecundidade, sobretudo no caso de países desenvolvidos que recebem volumosos contingentes oriundos de fora de seus territórios (Coleman, 2006). Assume-se, nessa linha, a possibilidade de que os migrantes mantenham o comportamento reprodutivo padrão observado em sua população de origem, que, no caso de corresponder a um número médio de filhos maior do que o vigente em um país de destino com níveis de fecundidade abaixo da reposição, contribuiria, pelo menos, com alguma contenção da tendência de queda das respectivas taxas. Estudos realizados por Goldstein, Sobotka e Jasilioniene (2009), entretanto, sugerem que a migração internacional de mulheres supostamente mais prolíficas para a Europa teria, na verdade, um efeito bastante limitado na recuperação de taxas de fecundidade total muito baixas no continente, sendo isso mais aparente apenas em Itália e Grécia, basicamente. Deve-se levar em conta, ademais, que as migrantes, ainda que provenientes de países cujas famílias tendem a ter proles mais numerosas, podem adotar um

³³ As constatações expostas nos dois últimos parágrafos se alinham a uma das críticas apresentadas por Oliveira, M. C. (2012). De acordo com a autora, a teoria da segunda transição demográfica em sua concepção inicial se pautava na equivocada separação entre “estrutura” e “agência”, como se os constrangimentos provenientes da forma de organização das relações sociais pudessem ser dissociados da capacidade inovadora das pessoas em referência a seus próprios desejos, motivações, objetivos, estilo de vida etc., resultando na assunção de que, em nossos tempos, a última prevaleceria sobre os primeiros. Na sociedade pós-Revolução Industrial, no entanto, persistiria a incidência de coibições e condicionamentos estruturais sobre a ação individual, de modo que, para Oliveira, M. C. (2012), as transformações apontadas por autores como Lesthaeghe representam muito mais uma continuidade da transição demográfica “clássica” do que uma ruptura com esta.

comportamento reprodutivo mais próximo ao predominante na sociedade na qual estão se estabelecendo.

Já a outra forma em que a migração aparece na teoria da segunda transição demográfica é como fator de compensação dos efeitos do declínio da fecundidade (Lesthaeghe, 2010), de modo que um país com número médio de filhos por mulher abaixo do nível de 2,1 teria a imigração como responsável por repor pelo menos parte das pessoas que os nascimentos, sozinhos, não conseguiriam dentro do necessário para evitar o encolhimento populacional. Se a questão, nessa abordagem, ainda é marginal, ela passa a ser central na chamada “terceira transição demográfica”, que tem como um de seus principais expoentes Coleman (2006) e cujos aspectos mais distintivos serão tratados na sequência.

1.1.3 A teoria da “terceira transição demográfica”

Mais do que no caso de suas duas predecessoras, não há na concepção da teoria da terceira transição demográfica a pretensão de torná-la universalizável, entendendo-se que o processo abrangido por ela estaria em curso especificamente nos países europeus e nos Estados Unidos na passagem entre os séculos XX e XXI. Em boa parte deles, ao mesmo tempo que a fecundidade se encontraria abaixo dos níveis de reposição, a imigração internacional se daria em níveis altos, com destaque aos fluxos provenientes de continentes como o africano e o asiático. Tal processo, todavia, envolveria mais do que a reposição no número de indivíduos de uma população pouco prolífica, culminando também, segundo Coleman (2006), em profundas alterações em sua composição. Em outras palavras, a elevada imigração acarretaria, nesses casos, mudanças não somente no tamanho e na estrutura das populações europeias e estadunidense, mas, de igual modo, em suas características étnico-fenotípicas, culturais, religiosas, identitárias etc., a ponto de gradualmente tornar os extratos nativos – ou “originais”, nos termos do autor – minoritários em seus próprios países.

No trabalho de Coleman (2006), são expostos alguns dados e informações que ilustrariam esse cenário. Projeções para 2050 sustentariam que indivíduos de origem “estrangeira” – compreendendo desde nascidos no exterior até a segunda geração de filhos de migrantes – comporão de 15 a 32% da população de parte da Europa Ocidental. Em países como a Suécia, prevê-se que essas pessoas serão maioria até o final do século (Coleman, 2006). O referido aumento relativo de imigrantes, ademais, seria mais intenso nas grandes cidades. Em 1990, Amsterdã, por exemplo, já teria 40% de sua população composta por não nativos e descendentes próximos. Pode-se acrescentar, ainda, que, em termos de idade, a presença de

migrantes internacionais se revelaria mais proeminentemente nas coortes mais jovens, de modo que, com o envelhecimento dessas pessoas, a tendência seria a de um aumento em sua representatividade também em grupos etários mais avançados (Coleman, 2006).

Essa “reposição migratória”, cerne da teoria da terceira transição demográfica, teria o potencial de originar, ainda de acordo com Coleman (2006), alguns problemas. Um deles seriam as clivagens que diferentes grupos de migrantes poderiam trazer consigo de seus locais de origem, reproduzindo-as no interior da sociedade de acolhida. Outro consistiria em fendas que se abririam na estrutura social dos países de destino em decorrência de possíveis dificuldades de se integrar uma diversidade de migrantes, fazendo com que muitos passassem a viver praticamente em “sociedades paralelas”. Haveria, além disso, o risco de que a população originária de fora se visse cada vez menos constrangida a se adaptar a normas locais, difundindo, em contrapartida, seus próprios valores e crenças em detrimento do que historicamente vigoraria no país de destino. A consequente “descontinuidade” da cultura local seria reforçada pelas mudanças fenotípicas propiciadas pela chegada de pessoas de origens étnicas distintas.

Em reação a esse cenário percebido, o trabalho de Coleman (2006) adquire um caráter explicitamente normativo, incluindo propostas sobre o que fazer para frear um processo tido como indesejável. Uma delas parte da crítica de que os direitos humanos, em âmbito internacional, seriam interpretados majoritariamente a partir da preocupação com a situação sociocultural dos imigrantes, e não com o direito da população natural de um país a conservar sua própria forma de vida, suas leis, práticas culturais etc., o que, na visão do autor, deveria ser revisto. Partindo de uma perspectiva assimilacionista, Coleman (2006) advoga, ademais, pela adoção de políticas que controlem a entrada de imigrantes de tal maneira que a faça ocorrer de forma mais lenta e gradualmente ajustada, propiciando a adequação dessas pessoas às normas, valores e cultura locais. Do contrário, a composição étnica e cultural dos países desenvolvidos lembraria cada vez mais aquela dos países em desenvolvimento, um tipo de transformação que seria inédito no mundo em contextos de paz³⁴ (Coleman, 2006).

³⁴ Quando se levam em conta os contextos de violência, recorda-se, como feito por Ribeiro (2017), que a colonização europeia em regiões como a América Latina também culminou em um processo de homogeneização da população, o que se reflete, entre outros aspectos, na adoção generalizada sobretudo dos idiomas ibéricos em todos os âmbitos da vida cotidiana em desfavor das línguas autóctones, cujo uso mais difundido a nível nacional resiste apenas em poucos países. O caso mais emblemático seria o Paraguai, onde o guarani é reconhecido como idioma oficial juntamente com o castelhano, como consta no artigo 140 de sua Constituição atualmente vigente (Paraguay, 1992b), e falado, com alguma frequência, por quase 70% da população com mais de cinco anos de idade em seus lares, segundo dados da *Encuesta Permanente de Hogares Continua 2019* (INE, 2020).

Diversos episódios ocorridos em tempos recentes revelam que esse é um temor consideravelmente difundido em países desenvolvidos com alta imigração. Em 2009, por exemplo, o ministro de Imigração, Identidade Nacional e Desenvolvimento Solidário do governo do presidente Nicolas Sarkozy na França lançou uma série de debates com autoridades públicas e membros da sociedade civil sobre “o que é ser francês”, um esforço de autoafirmação nacionalista que, segundo o sociólogo Alain Touraine, poderia ser lido como um rechaço especialmente a elementos provenientes “do estrangeiro” que viriam compor a sociedade francesa (Lissardy, 2009). A ascensão da extrema-direita e de grupos anti-imigração em diversas regiões da Europa também faz parte desse cenário³⁵, assim como o enrijecimento das políticas migratórias no Norte global observado nas últimas décadas, fazendo com que fluxos que se direcionariam a esse “hemisfério” com origem em países em desenvolvimento tenham seus rumos reorientados a localidades dentro do próprio Sul³⁶. Este aspecto, inclusive, evidencia que medidas adotadas em determinada parte do mundo em reação a fenômenos como a

³⁵ No programa de governo para as eleições federais de 2017 da Alternativa para a Alemanha (AfD, acrônimo para *Alternative für Deutschland*) – partido de extrema-direita que compôs, após o referido pleito, a terceira maior bancada no Bundestag, a Câmara baixa do Parlamento alemão –, por exemplo, explicita-se que a imigração em altos volumes seria preocupante para seu país por diversos motivos, devendo ser, ainda, rechaçada como solução para o que se definiu como “tendência demográfica negativa”, recomendando-se, em seu lugar, a adoção de iniciativas para elevar as taxas de natalidade das famílias nativas. O seguinte trecho é ilustrativo do ponto de vista do partido sobre a questão, com elementos que se alinham àqueles apresentados por Coleman (2006): “Com o intuito de combater os efeitos desse desenvolvimento demográfico negativo, partidos políticos atualmente no governo apoiam a imigração massiva, principalmente de Estados islâmicos, sem a devida consideração das necessidades e qualificações do mercado de trabalho alemão. Ao longo dos últimos anos, ficou evidente que imigrantes muçulmanos na Alemanha, em particular, apenas atingem níveis de educação, treinamento e ocupação abaixo da média. Como a taxa de natalidade [sic] entre os imigrantes supera a marca de 1,8 filho, que é muito maior do que aquela correspondente aos alemães, acelerar-se-ão as mudanças étnico-culturais na sociedade. A tentativa de neutralizar o referido desenvolvimento demográfico com um aumento da taxa de imigração inevitavelmente levará ao estabelecimento de mais comunidades paralelas, especialmente em grandes cidades, onde a integração com a população nativa já é um problema. A disseminação de comunidades carregadas de conflitos e de múltiplas minorias erodem a solidariedade social, a confiança mútua e a segurança pública, que são, todas elas, elementos de uma comunidade estável. O nível médio de educação continuará caindo” (AFD, 2016, p. 41 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “In order to fight the effects of this negative demographic development, political parties currently in government support mass immigration, mainly from Islamic states, without due consideration of the needs and qualifications of the German labour market. During the past few years it has become evident that Muslim immigrants to Germany, in particular, only attain below-average levels of education, training and employment. As the birth rate is more than 1.8 children amongst immigrants, which is much higher than that of Germans, it will hasten the ethnic-cultural changes in society. The attempt to counteract these developments by increasing the rate of immigration will inevitably lead to the establishment of more parallel communities, particularly in large cities, where integration with the native population is already a problem. The spread of conflict-laden and multiple minority communities erodes social solidarity, mutual trust, and public safety, which all are elements of a stable community. The average level of education will continue to drop”).

³⁶ O conteúdo da teoria da terceira transição demográfica pode encontrar difusão também no Sul global. Exemplo disso é uma fala proferida em 2023 pelo presidente da Tunísia, Kais Saied, na qual sentenciava que a imigração da África Subsaariana de pessoas em situação de indocumentação estava fadada a mudar a composição demográfica de seu país (Al Jazeera, 2023).

migração internacional têm implicações em países situados em outra³⁷, algo que se pode dizer que foge das considerações de Coleman.

A título de síntese, vê-se que, na teoria da terceira transição demográfica, a migração é identificada como a força motriz de importantes mudanças populacionais em parte do mundo nos dias de hoje. Seu viés, porém, ainda mais do que nas outras duas teorias de transição demográfica apresentadas anteriormente, é eurocêntrico, o que impossibilita uma compreensão mais abrangente sobre a realidade da migração internacional. Para tanto, é preciso atentar-se ao que ocorre nos países em desenvolvimento não só em termos de volumes dos fluxos migratórios, mas, também, de processos que os sustentam, contemplando aqueles de natureza demográfica, econômica, social, entre outros, como se abordará na próxima seção.

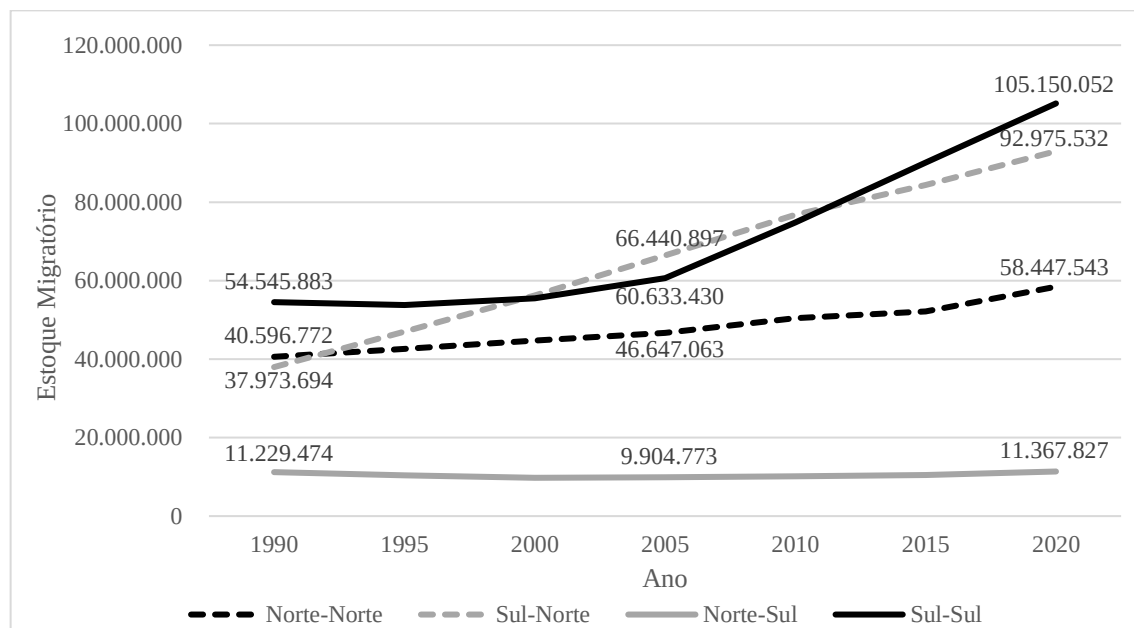
1.2 Os fluxos migratórios no Sul Global

Segundo estimativas da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA, 2020), encontravam-se na condição de migrantes internacionais no mundo em 2020 (contingente ao qual usualmente se refere como “estoque migratório”) aproximadamente 270 milhões de pessoas. Dessas, 68 milhões estavam na Europa e na América do Norte; 51 milhões, no Centro e Sudeste Asiático; 43 milhões, na América Latina e Caribe; 38 milhões, na África Setentrional e Sudoeste Asiático e a mesma cifra para a Ásia Meridional e Oriental; 28 milhões, na África Subsaariana; 1,4 milhão na Austrália e Nova Zelândia; e 565 mil, no restante da Oceania. Quando se dividem os países em dois hemisférios por critérios socioeconômicos, nota-se que os fluxos migratórios circunscritos ao Sul global superam aqueles de caráter Sul-Norte (origem/destino), Norte-Norte e Norte-Sul³⁸. As variações no estoque migratório desde os anos 1990 segundo tal referência podem ser verificadas nos Gráficos 1 e 2:

³⁷ Exemplo disso é a implementação do “Ato de Reforma da Imigração Ilegal e Responsabilidade do Imigrante” (*“Illegal Immigration Reform & Immigrant Responsibility Act”*) nos Estados Unidos em 1996, que, entre outros efeitos, gerou uma elevação no volume de deportações de pessoas indocumentadas ou com ficha criminal, incluindo-se guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos em situação de marginalização social e associados a gangues de rua. Em seu retorno aos respectivos países de origem – com os quais, muitas vezes, o único vínculo que possuíam era o de ter neles nascido –, levaram consigo a experiência dos referidos agrupamentos – comumente denominados, mais precisamente, *maras* ou *pandillas* –, cuja disseminação e envolvimento com a criminalidade foram propiciados por um ambiente de baixa oferta de empregos, desigualdade social e acesso precário a bens e serviços essenciais, entre outros fatores. Desse modo, em linhas gerais, a adoção de medidas mais rígidas voltadas a imigrantes nos Estados Unidos tem correlação, em alguma extensão, com o agravamento de problemas de segurança pública no Triângulo Norte da América Central. Para detalhes, ver Correa, 2015.

³⁸ Apesar de não estar no escopo desta tese, não se pode ignorar que existem contestações acerca da ideia de se dividir o mundo em dois grupos homogêneos de países (aqui, mais especificamente, em “Norte” e “Sul”), além de

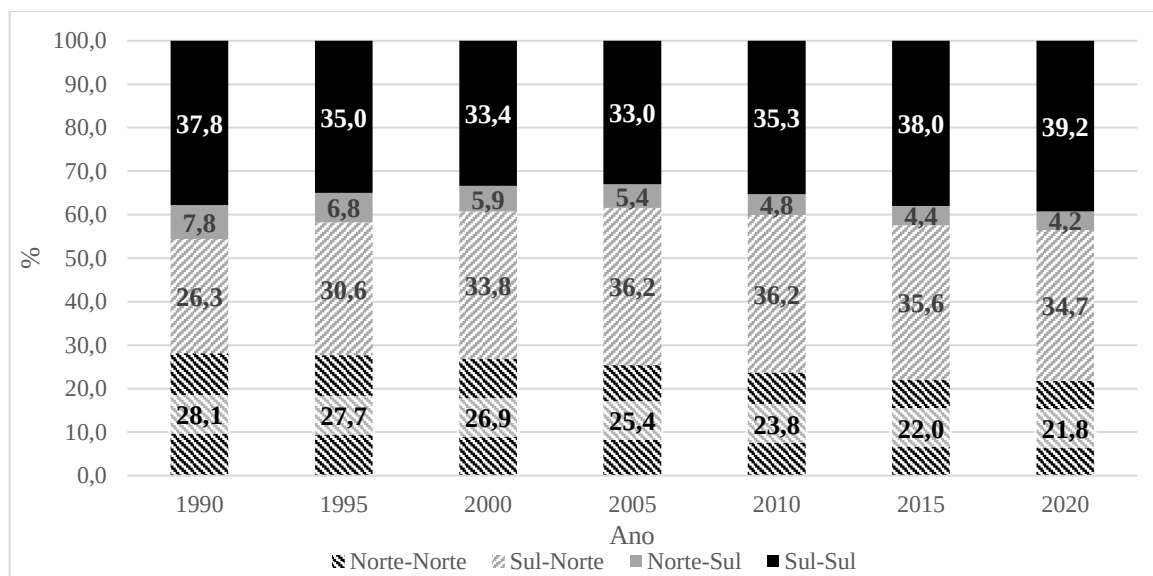
GRÁFICO 1 – Estoque de migrantes (em números absolutos) a partir de fluxos entre o Sul e o Norte globais, 1990-2020



Fonte: UN DESA (2020).

Nota: Na base original, os termos utilizados são, mais precisamente, “regiões desenvolvidas” (“*developed regions*”) e “regiões menos desenvolvidas” (“*less developed regions*”), substituídos, aqui, por “Norte” e “Sul”, respectivamente. O primeiro compreende todos os países e territórios da Europa e da América do Norte, além de Austrália, Nova Zelândia e Japão, enquanto o último, por consequência, todos os países e territórios da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe e Oceania (exceto Austrália e Nova Zelândia).

GRÁFICO 2 – Estoque migratório (em números relativos) decorrente de fluxos entre o Sul e o Norte globais, 1990-2020



Fonte: UN DESA (2020).

Nota: Na base original, os termos utilizados são, mais precisamente, “regiões desenvolvidas” (“*developed regions*”) e “regiões menos desenvolvidas” (“*less developed regions*”), substituídos, aqui, por “Norte” e “Sul”, respectivamente. O primeiro compreende todos os países e territórios da Europa e da América do Norte, além de Austrália, Nova Zelândia e Japão, enquanto o último, por consequência, todos os países e territórios da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe e Oceania (exceto Austrália e Nova Zelândia).

divergências entre diferentes organizações quanto a como classificar determinados casos mesmo quando a terminologia utilizada coincide, conforme indicado por autores como Bakewell et al. (2009).

No Gráfico 1, percebe-se que a maior parte dos fluxos analisados apresenta, atualmente, volumes de migrantes substancialmente superiores aos de trinta anos atrás, embora com importantes nuances durante esse período. Começando justamente por aquele com menos variações, vê-se que as migrações Norte-Sul se mantiveram praticamente estáveis, partindo de um pouco mais de 11 milhões de indivíduos em 1990 e atingindo o mesmo patamar em 2020, após recuperação de um pequeno decréscimo experimentado em anos anteriores. Na sequência, já em volumes bastante superiores, tem-se os fluxos Norte-Norte, que correspondiam ao segundo tipo mais volumoso no começo do período analisado, decaindo para o terceiro posto logo depois. O número de migrantes contemplados nesse caso atualmente é de cerca de 58,5 milhões, quando, em 1990, tinha-se algo próximo de 20 milhões de indivíduos a menos. Já o estoque referente às movimentações Sul-Norte, que chegou a ser o mais volumoso ao longo da década de 2000, teve um crescimento de quase 2,5 vezes de 1990 a 2020, situando-se, hoje em dia, no patamar de 93 milhões de indivíduos. Por fim, em relação aos fluxos Sul-Sul, o volume de seus migrantes quase dobrou no período, sendo, atualmente, o mais elevado de todos, com 105 milhões de pessoas.

A predominância das migrações ocorridas no Sul global também está ilustrada no Gráfico 2. Nota-se que, em termos relativos, esses fluxos nunca corresponderam a uma fatia tão expressiva do estoque de migrantes internacionais no mundo como hoje em dia, praticamente alcançando os 40%. As migrações Sul-Norte também tiveram um ganho expressivo nesse sentido, com seu percentual variando de 26,3 no começo do período abarcado a um pico de 36,6 na segunda metade da década de 2000, até decair a 34,7 em 2020. Já os fluxos Norte-Norte, apesar de apresentarem um aumento em seu volume, perderam peso relativo, correspondendo, em 2020, a 21,8% dos migrantes internacionais, quando, em 1990, a cifra era de 28,1%, tendência que também se observa em relação ao tipo Norte-Sul, responsável por um percentual de 4,2.

O panorama representado pelos números expostos anteriormente difere bastante do que se via a cem anos atrás. Conforme apurado por Hevia, Correa e Rivera (2013), na primeira década do século XX, 90% dos migrantes internacionais em todo o planeta provinham da Europa e tinham como destinos principais um seleto grupo de cinco países, sendo eles Estados Unidos, Argentina, Canadá, Brasil e Austrália. Essa mesma proporção, atualmente, teria como origem três continentes – a dizer, Ásia, África e América Latina –, constando entre as grandes regiões de destino Europa, América do Norte, Ásia-Pacífico e Golfo Pérsico. Embora o contingente de pessoas na condição de migrantes internacionais tenha se mantido abaixo dos 5% da população mundial, o histórico apresentado anteriormente sugere que houve uma notável

diversificação dos locais de origem e destino dos fluxos, sendo o Sul global um espaço de especial importância nesse cenário.

O Brasil é um exemplo de país onde tal processo pode ser verificado. Se observados os censos demográficos brasileiros desde as suas primeiras edições, divisa-se um crescente aumento no número de nacionalidades entre os migrantes internacionais captados. Em 1872 (Directoria Geral de Estatística, [1874?]), identificavam-se 28 categorias relacionadas à origem da pessoa no exterior – incluindo-se as de “africanos livres”, “africanos escravos” e “orientais” –, cifra que variou a 32 em 1920 (Directoria Geral de Estatística, 1926); quase 65 em 1970 (IBGE, 1970); algo em torno de 70 em 1991 (IBGE, 1991); e, finalmente, 160 em 2010 (IBGE, 2010). Ainda que a quantidade de Estados soberanos reconhecidos no sistema internacional tenha, de fato, se incrementado consideravelmente desde o início desse período, com reflexo nas categorias de nacionalidade adotadas ao longo dos levantamentos censitários³⁹, o processo de diversificação dos fluxos migratórios ao Brasil também é evidente nas mudanças de predominância em relação às origens dos migrantes internacionais no transcurso das décadas. Se, da transição do século XX ao XXI até a década de 1930 – quando foram registrados os volumes mais elevados de imigração na história brasileira⁴⁰ –, portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses compunham a maioria incontestável da população nascida no exterior, passaram a ser mais notáveis principalmente a partir dos anos 1970 os fluxos provenientes do Sul global, com um aumento da chegada, a princípio, de pessoas de países latino-americanos do Cone Sul, nomeadamente Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Essa tendência se intensificou na década de 2010 a partir de novas migrações, como a de haitianos⁴¹ e, mais

³⁹ No Censo de 1920 (Directoria Geral De Estatística, 1926), por exemplo, constava como categoria de país de origem a “Turquia-Asiática”, que abarcava não apenas os turcos propriamente ditos, mas, também, sírios, palestinos e libaneses, entre outros grupos sob o domínio do Império Otomano, cujo reconhecimento como nacionalidades dissociadas umas das outras se deu ao longo dos levantamentos censitários seguintes. Outro caso que se pode mencionar é o da Iugoslávia, considerando que o surgimento de diversos Estados independentes nos Bálcãs decorrente da dissolução da federação entre as décadas de 1990 e 2000 também se refletiu nas categorias de país de origem adotadas nos censos brasileiros.

⁴⁰ Para se ter uma noção da magnitude do fenômeno, estima-se que, de 1880 a 1930, imigraram exclusivamente da Europa quase quatro milhões de pessoas (Martine, 1990).

⁴¹ Há dois marcos fundamentais para a migração haitiana contemporânea ao Brasil. Um deles é o terremoto ocorrido em janeiro de 2010 com epicentro a poucos quilômetros de distância de Porto Príncipe, capital do Haiti, levando à morte mais de 220 mil pessoas e forçando muitas outras a buscarem acolhida no exterior (Godoy, 2011). O outro é a liderança militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) exercida pelo Brasil de 2004 a 2017, o que contribuiria para que o país se apresentasse como destino possível aos haitianos que emigravam após a citada catástrofe natural. Em 2012, teve início a política de vistos para acolhida por razões humanitárias às pessoas afetadas. O número de emissões anuais desse documento era, a princípio, limitado, mas as restrições caíram um par de anos depois. Como resultado, até 2018, pelo menos 85 mil haitianos estariam no Brasil ou teriam por aqui passado (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018). Pode-se dizer, a título de conclusão, que, embora a diáspora haitiana seja, na verdade, anterior ao terremoto de 2010 – até então, aproximadamente 20% da população nativa do Haiti vivia fora do país (Silva; Corsini, 2019) –, foi a partir desse marco que o Brasil passou a figurar como um de seus principais destinos.

recentemente, de venezuelanos⁴², além daquelas originadas em continentes mais distantes, como o africano e o asiático. Quando se direciona a atenção especificamente ao sistema de refúgio brasileiro, contam-se mais de 180 países ou territórios de origem diferentes entre as pessoas que solicitam o reconhecimento do referido *status*, incluindo lugares com os quais o Brasil não tinha tradição nenhuma de intercâmbio migratório, como é o caso de Bangladesh e Paquistão (Brasil, 2020a).

As migrações Sul-Sul no mundo, segundo Phelps (2014), são um fenômeno estreitamente ligado à adoção de políticas migratórias mais seletivas e restritivas nos países desenvolvidos de maior destino, inibindo em seus territórios a entrada de pessoas do Sul e fazendo-as redirecionar seu deslocamento a localidades situadas fora do Norte global. Conforme se observou nas estatísticas contidas nos Gráficos 1 e 2, embora os fluxos Sul-Norte tenham se elevado nas últimas décadas, seu crescimento efetivamente foi superado por aquele de movimentações realizadas dentro do Sul global a partir de meados dos anos 2010. Há de se ter na consciência que medidas como o incremento do controle fronteiriço sobre o ingresso de migrantes e a redução de suas possibilidades de regularização de residência no Norte não fazem cessar as causas que levam muitas dessas pessoas a continuar tendo que emigrar – como acontece em contextos de guerra, perseguições e catástrofes ambientais –, mas, sim, apenas impelem aquelas que não podem entrar ou ser aceitas nos países desenvolvidos mais visados a buscar acolhida em um Sul *possível*, além de exporem quem persiste no rumo a destinos setentrionais a rotas migratórias irregulares em sua empreitada – com o risco de ser vítima de crimes como o tráfico de pessoas – e a estar em situação de indocumentação no local de nova morada – o que pode se traduzir em limitações aos meios de subsistência disponíveis e em obstáculos para o acesso a direitos elementares.

Tratando-se especificamente dos fluxos que têm origem, trânsito e destino no “hemisfério” austral, Phelps (2014) identifica algumas características comuns a eles. No que concerne ao trabalho, essas migrações seriam menos seletivas e mais temporárias, envolvendo contratos com prazos mais curtos, os quais, quando findos, tenderiam a levar a pessoa a voltar a seu país de origem. Os migrantes Sul-Sul, ademais, estariam mais propensos a ter empregos mais instáveis em termos de direitos laborais e com grande rotatividade, considerando que seu

⁴² A migração venezuelana ao Brasil passa a ser mais expressiva na segunda metade da década de 2010, com o agravamento da instabilidade econômica e política no país de origem. Em fevereiro de 2018, por meio de um decreto, a Presidência brasileira reconheceu a situação de crise humanitária no território vizinho (Brasil, 2018), cuja persistência fez aumentar o ingresso de pessoas sobretudo pelo estado de Roraima. Em agosto de 2020, estimava-se que cerca de 260 mil venezuelanos se encontravam em território nacional (ACNUR, 2020), correspondendo ao grupo mais numeroso entre os migrantes internacionais residentes no Brasil.

trabalho, no geral, é barato e pouco especializado. Também é apontado como uma tendência que essas pessoas sejam mais pobres e com menor qualificação frente ao que acontece nos fluxos Sul-Norte. Nessa comparação, haveria, ainda, uma maior probabilidade de se recorrer à migração como uma “estratégia extrema de sobrevivência” por parte dos primeiros em relação aos seus semelhantes que buscam os países desenvolvidos.

Quanto às remessas internacionais, os migrantes Sul-Sul tenderiam a fazê-las às suas famílias no país de origem – e/ou alhures – em proporções menores do que pares seus que se estabeleceram no Norte, além de recorrerem mais frequentemente a meios informais para efetivar a operação (Phelps, 2014). Sobre os países em desenvolvimento aos quais se destinam esses recursos, a autora acrescenta que a maior parte deles é de renda média. Em 2007, por exemplo, com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Phelps afirma que apenas 1% dos países que receberam remessas internacionais tinham um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo⁴³.

As distâncias percorridas pelos migrantes Sul-Sul, por fim, também tendem a ser mais curtas, com deslocamentos dirigidos frequentemente a países vizinhos e em contextos relativamente menos restritivos à mobilidade em comparação com o que ocorre no Norte, de

⁴³ Existe um amplo debate acadêmico sobre o papel das remessas financeiras internacionais na indução de desenvolvimento, seja em âmbito familiar, comunitário ou nacional. Perspectivas desenvolvimentistas derivadas de teorias neoclássicas da migração, por exemplo, se fundamentam na premissa de que os recursos remetidos por migrantes são um instrumento de distribuição de renda no mundo e de redução da pobreza nos países que os recebem, contribuindo para o crescimento econômico e a modernização destes (Haas, 2008). Já pelo prisma histórico-estruturalista, assume-se que seus benefícios são limitados. Em primeiro lugar, a emigração, por si só, já implicaria a perda de pessoas cuja riqueza gerada no exterior superaria qualquer contribuição que pudessem dar em forma de remessas ao país de origem, desequilíbrio que se acentuaria quando considerados os eventuais investimentos feitos pelo Estado na formação escolar e profissional desses migrantes antes de sua partida (Haas, 2008). Além disso, o dinheiro recebido de fora raramente se reverteria em transformações na estrutura produtiva e nas condições econômicas e sociais que impeliram a emigração em um primeiro momento (Haas, 2008). Ao predominar o emprego dos recursos pelas famílias com gastos de primeira necessidade, como alimentação, aluguel, educação, tratamentos de saúde e pagamento de dívidas contraídas para a viabilização do projeto migratório, pouco se investiria em novas fontes rentáveis de subsistência, culminando na intensificação da dependência das remessas internacionais e no alargamento das disparidades entre países de destino a migrantes e aqueles majoritariamente de origem. Mesmo a demanda por bens de consumo fomentada pelos aportes financeiros de familiares estabelecidos em outros países pode não ser respondida pela produção nacional, mas, sim, por importações, o que, além de possíveis pressões inflacionárias no mercado local, exacerbaria ainda mais as assimetrias em relação ao exterior (Haas, 2008). Ainda no campo das desigualdades, haveria de se ter em mente que não são os mais pobres que costumam migrar, de modo que as remessas recebidas em um país tampouco se dirigiriam diretamente a pessoas nessa situação, mas a famílias que já contaram com condições um pouco menos adversas para levar a cabo seus planos migratórios. De qualquer forma, Haas (2008), no balanço que faz de todas essas considerações, sustenta que em boa parte dos estudos dedicados ao tema se conclui que as remessas financeiras internacionais, mesmo que em uma extensão limitada, colaboram para aliviar a incidência da pobreza nos níveis familiar e comunitário, tendo, por outro lado, resultados menos certos no que concerne ao crescimento econômico e à superação de obstáculos estruturais ao desenvolvimento em escala nacional. A esta última observação, acrescenta-se que a persistência do recebimento de remessas por muito tempo e em níveis elevados pode indicar um fracasso na promoção de mudanças estruturais na economia (e em outros âmbitos da vida social) que atenuassem as causas que constrangeriam as pessoas a continuar precisando de recursos vindos de familiares no exterior para sua subsistência (Haas, 2008).

forma geral. O acesso mais facilitado ao mercado de trabalho, sua baixa seletividade e o fato de os gastos necessários para se migrar não serem tão elevados justificariam que trabalhadores se dirigissem a um país próximo mesmo que este tenha uma renda média apenas ligeiramente superior à do local de origem. Phelps (2014) salienta, por outro lado, que a relativa “livre mobilidade” do Sul global comumente se traduz em migrações indocumentadas e irregulares, o que pode culminar em riscos à pessoa, como aqueles pontuados anteriormente.

Além da relação com a implementação de políticas migratórias menos receptivas em muitos países desenvolvidos, as migrações Sul-Sul devem ser compreendidas dentro de um processo mais amplo de mudanças globais, como aquelas concernentes aos modos de produção, consumo e trabalho do sistema capitalista, com todas as suas contradições. Uma possível forma de introdução ao tema seria valer-se de uma reflexão apresentada por Martins (2018, p. 22), que afirma que “as economias e regiões supostamente ricas baseiam seu desenvolvimento econômico também em formas retrógradas de exploração do trabalho, não só em formas modernas”. Tem-se, nessa constatação, uma dicotomia apenas semanticamente contraditória, pois os elementos que a compõe, ainda que sugiram sustentar entre si uma relação de desproporcionalidade – na qual o fortalecimento de um implicaria o definhecimento do outro –, terminam, na prática, por alimentar um ao outro mutuamente. De maneira mais simples, o “progresso” não só não traria consigo a eliminação de formas retrógradas de exploração laboral, como, até mesmo, se serviria delas em seu movimento rumo ao “Norte”.

Uma dicotomia de caráter bastante similar é percebida por Harvey (1999) ao discorrer sobre o que qualifica como a transição entre o modelo fordista de produção e o regime de “acumulação flexível”, ocorrida a partir dos anos 1970 com epicentro em países desenvolvidos. Em primeiro lugar, de acordo com o autor, estão entre as características desse processo I) a dispersão espacial da atividade produtiva (em contraste com a tendência anterior de concentração de trabalhadores de todas as etapas da produção industrial em uma ou poucas unidades geograficamente próximas); II) o que se optou por denominar “compressão do espaço-tempo” (movimento que inclui uma maior rotatividade de bens entre sua produção e a venda, reduzindo-se a necessidade de estoques, e a disponibilização de produtos de vida útil cada vez menor, além da difusão mais imediata de decisões de gestão por espaços cada vez mais amplos em decorrência do aprimoramento da comunicação via satélite e da queda nos custos de transporte); III) a informatização do sistema produtivo; e IV) a flexibilização laboral, que resultaria na redução de ocupações formais em relação a trabalhos em regime parcial,

temporário ou subcontratado⁴⁴, com prejuízos a planos de carreira profissional, à estabilidade do emprego e aos direitos de pensão, algo atribuído por Harvey aos esforços de se compensar o estreitamento das margens de lucro decorrentes do acirramento da competição no mercado internacional, aproveitando-se a ampla disponibilidade de força de trabalho excedente (Harvey, 1999).

Em muitos casos, contudo, a referida transição não implica necessariamente a eliminação do que outrora vigorava, de modo que a implementação do regime de acumulação flexível também pode culminar na manutenção do fordismo, geralmente em países menos desenvolvidos, com a finalidade de alimentar o capital multinacional (Harvey, 1999). Nesse sentido, preservar-se-iam em outros territórios unidades de produção em massa operantes em sistema fordista, com emprego de força de trabalho local, mas com frágil garantia de direitos trabalhistas. Esse seria o caso das chamadas “maquilas” (Harvey, 1999), que podem ser definidas, em resumo, como empresas de matriz no exterior que, em forma de subcontratação internacional, se estabelecem em um país para a produção de bens – mormente procedimentos de montagem e acabamento – e/ou prestação de serviços para o mercado externo, incluindo-se entre os benefícios dos que se desfruta as isenções fiscais (Fabio, 2004; Vigna, 2009). Há exemplos dessa experiência em diversos países da América Latina, como México, Honduras e o próprio Paraguai⁴⁵.

Principalmente no Sul global, a propensão de consolidação de regimes laborais como o de subcontratação fomenta também o surgimento de pequenos negócios, embora não como unidades produtivas autônomas, mas, sim, como parte de uma cadeia mais ampla – por vezes, global – de circulação de capital, bens, serviços e trabalhadores. Nesse processo, conforme apontado por Harvey (1999), tem-se como parte das consequências a tendência de enfraquecimento da capacidade de organização dos trabalhadores para a reivindicação de direitos, considerando que, além dos efeitos causados pela dispersão da atividade produtiva – como as dificuldades de articulação dos sindicatos com filiados que já não se encontram espacialmente concentrados – e do movimento de flexibilização dos termos de contratação laboral, muitas unidades produtivas são familiares, o que pode inibir a adoção de posturas mais

⁴⁴ Conforme sintetiza o próprio autor, “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (Harvey, 1999, p. 144).

⁴⁵ Os efeitos de ordem econômica, laboral e social das maquilas aos países onde se instalam, entretanto, podem ser controversos. Fabio (2004), por exemplo, ao discorrer sobre o que observa no Paraguai, exalta benefícios como o potencial de atração de investimento estrangeiro direto e a contratação e capacitação de trabalhadores locais. Vigna (2009), por outro lado, em relação ao que estudou no México, adverte que as maquilas podem levar, do ponto de vista dos empregados, a ocupações estritamente operacionais – com reduzidas possibilidades de ascensão profissional –, a longas jornadas, a baixos salários e a trabalhos em condições precárias de salubridade, ao passo que, pela perspectiva do Estado que as recebe, seria comum a baixa arrecadação tributária e a limitada transferência de tecnologia.

contestatórias em relação a condições de trabalho, remuneração etc. Nas palavras do autor, “a luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional” (Harvey, 1999, p. 146).

Nesse cenário, ter-se-ia uma “crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados” (Harvey, 1999, p. 145), nos moldes, portanto, da dicotomia apresentada por José de Souza Martins. Pode-se assumir ser esse o caso de ao menos uma parcela das oficinas de confecção situadas em São Paulo que operam, de alguma forma, dentro da cadeia global da moda. Muitos desses estabelecimentos são pequenos negócios subcontratados por grandes grifes, com considerável participação de migrantes internacionais em situação de trabalho informal, inseridos na lógica de produzir mais pelo menor custo possível para serem mais competitivos, como se discorrerá em momento mais oportuno.

Dirigindo-se a atenção especificamente aos migrantes internacionais, Perocco (2017) identifica que essas pessoas estariam entre as mais imediatamente afetadas pela tendência à precarização do trabalho como forma de compensação à queda nos níveis de acumulação e à recorrência de crises financeiras característica do cenário atual da economia global. Um caso ilustrativo seria o da Europa. Nesse continente, segundo o autor, o mercado favoreceria, de certa forma, a inserção laboral de imigrantes para a satisfação de sua demanda por força de trabalho, ao passo que as instituições estatais, em contrapartida, aplicariam restrições ao ingresso dessas pessoas, contradição cuja intenção, em vez da imposição de um bloqueio total à imigração, seria a de estabelecer os termos desejáveis pela sociedade de destino para sua ocorrência, a dizer, de maneira instável, circular e vulnerável, limitando tanto as possibilidades de arraigo – o que remete às sugestões de Coleman (2006) em relação à “terceira transição demográfica” – como as de acesso a condições mais adequadas de trabalho e a uma remuneração suficiente para suprir as necessidades mais básicas de vida, entre outras consequências.

Já como exemplo retirado do Sul global, pode-se mencionar o que Bruno e Águila (2010) alcinharam “mais-valia étnica”, a partir do que verificaram entre paraguaiois inseridos no setor da construção civil da Região Metropolitana de Buenos Aires, Argentina. Segundo os autores, “o aproveitamento da etnicidade compartilhada pelos trabalhadores deve ser entendido como um fator de produção adicional que pode ser explorado pelo capitalista em benefício de

uma maior extração de mais-valia” (Bruno; Águila, 2010, p. 3 – tradução livre)⁴⁶. Significa que o fato de a pessoa não conseguir se valer dos mesmos direitos que um trabalhador nativo em decorrência de sua condição de migrante internacional pode fazer com que seu trabalho seja explorado sem que haja remuneração correspondente e a disposição das condições apropriadas para o exercício de suas atividades. No caso dos paraguaios estudados pelos autores, isso se dava a partir de uma maior submissão à informalidade, do alargamento da jornada de trabalho e da rigidez setorial no acesso ao emprego – referente ao fato de que o traço étnico do trabalhador, e não suas habilidades, termina por condicioná-lo a determinado setor em que deve desempenhar suas funções em detrimento da possibilidade de ingresso a outros. A “mais-valia étnica”, apesar de certamente não ser inédita, possui características que se alinham à operacionalidade do regime de “acumulação flexível” conforme apresentado por Harvey (1999).

Uma perspectiva complementar a essa descrita é a de “análise do poder global na migração transnacional” (“*global power analysis on transnational migration*”), apresentada por Glick-Schiller (2010). Como ponto de partida, a autora argumenta que, para a devida compreensão das transformações que teriam se iniciado no plano internacional nos anos 1970 e suas implicações aos fluxos migratórios, é preciso superar o que se pode chamar de “nacionalismo metodológico”, definido como uma orientação ideológica que enxerga processos sociais e históricos como se estes estivessem circunscritos às fronteiras de cada Estado-nação. Assumir-se-ia, por tal óptica, que os integrantes de um país, além de uma história em comum, compartilhariam de um conjunto de valores, normas, instituições e práticas culturais, que, por sua vez, se apartaria daquele vigente do outro lado das fronteiras internacionais, de modo que, no limite, considerar-se-ia que o que acontece em dado território é produto apenas (ou, ao menos, em mais ampla medida) das políticas adotadas pelo Estado que exerce soberania sobre ele. Um dos riscos contidos em abordagens como essa é o de se tomar os imigrantes como uma ameaça à “solidariedade social”, já que se trataria de pessoas com referenciais de um Estado distinto daquele em que estão ingressando – outro ponto de vista similar ao que Coleman (2006) preconiza com a teoria da “terceira transição demográfica”. Não se reconhecem, por esse raciocínio, as divisões sociais e culturais que há dentro de cada Estado-nação, por um lado, e as experiências, normas e valores que migrantes e nativos podem compartilhar, de outro (Glick-Schiller, 2010).

⁴⁶ Trecho original, em castelhano: “[...] el aprovechamiento de la etnicidad compartida por los obreros debe ser entendido como un factor de producción adicional que puede ser explotado por el capitalista en beneficio de una mayor extracción de plusvalor”.

Para Glick-Schiller (2010), é necessário adotar nos estudos migratórios análises que englobem as novas formas de flexibilização da acumulação capitalista e a reestruturação econômico-produtiva promovida pelo neoliberalismo nas últimas décadas – reforçando-se, assim, a pertinência das contribuições de Harvey (1999) sobre o tema – e situem as migrações dentro de um sistema global de poder, de modo a não tomá-las apenas como processos estritamente concernentes a seus Estados de origem, trânsito e destino. Isso justifica a escolha da autora pelo termo “transnacionais” em vez de “internacionais” ao se referir a fluxos migratórios que atravessam fronteiras de países, sinalizando que sua ocorrência transcende a dimensão estatal. Um indivíduo que reside em um território nacional diferente daquele de onde é natural, por exemplo, pertence a uma rede social que o conecta, direta ou indiretamente, a instituições localizadas em mais de um Estado-nação, como organizações não-governamentais, associações religiosas e empresas multinacionais, entre outras possíveis, configurando-se o que Glick-Schiller (2010) define como “campos sociais transnacionais”. Cada uma dessas instituições, ademais, pode ter determinada posição e papel no sistema global de poder e no curso das transformações sociais, econômicas e políticas que, entre outros efeitos, incidem sobre a dinâmica das migrações. Não significa dizer, porém, que os Estados já não têm relevância enquanto atores nesse sistema. Basta lembrar, a título de ilustração, de sua competência de regulamentar e controlar a entrada e saída de pessoas de seus respectivos territórios e de sua atuação na constituição de regimes globais regulatórios em campos como o de comércio internacional e desenvolvimento, algo crucial na reestruturação neoliberal (Glick-Schiller, 2010). O que Glick-Schiller busca reconhecer é que os Estados não são os únicos atores que devem ser observados dentro do sistema global de poder⁴⁷.

O cenário de mudanças ao qual tanto Harvey (1999) como Glick-Schiller (2010) chamam a atenção também envolve uma reorganização da divisão internacional do trabalho. Para abordar a questão com ênfase em seus efeitos sobre o Sul global, pode-se valer do resgate de alguns apontamentos de Raúl Delgado Wise.

No final da década de 1970, conforme identifica o autor (Wise, 2020), grandes corporações multinacionais começam a trasladar, de maneira mais notável, parte de seus

⁴⁷ Mesmo quando se dirige a atenção especificamente aos Estados no sistema global de poder, notam-se expressivas disparidades entre eles. Um dos exemplos dados por Glick-Schiller (2010) no âmbito da mobilidade humana diz respeito ao fato de que cidadãos de Estados econômica e militarmente dominantes (como os Estados Unidos e aqueles pertencentes à União Europeia) podem se deslocar pelo mundo com menos restrições do que aqueles que detêm passaportes de países em desenvolvimento. Desse modo, os desequilíbrios que caracterizariam o sistema global de poder e afetariam a mobilidade espacial das pessoas poderiam começar a ser verificados a partir dos próprios Estados, sendo necessário, ato seguido, perceber como outros atores e processos políticos, econômicos e sociais se combinam com as ações daqueles para a manutenção das referidas desigualdades.

processos produtivos à periferia do sistema internacional com o objetivo de dispor de força de trabalho flexível e a baixo custo. Faz parte desse cenário o estabelecimento de “plataformas de exportação” em países dessa região, como é o caso das já mencionadas maquilas, que, entre outras empresas com formas similares de constituição, operariam como “economias de enclave”, conectadas a cadeias globais de valor, mas, ao mesmo tempo, rodeadas de comunidades alijadas do usufruto da riqueza gerada em seus próprios territórios. Tal contradição seria, ainda, acompanhada por outra. Embora o movimento de expansão de unidades produtivas de matriz no Norte por países em desenvolvimento tenha contribuído para que estes se tornassem responsáveis, atualmente, por mais de setenta por cento do emprego industrial no mundo, isso não se traduziu, de fato, em uma industrialização de suas sociedades ou na conversão de suas economias a um modelo de exportação manufatureira. Nas palavras de Wise (2020, p. 9), “o que em realidade se exporta, sob o disfarce de uma exportação de bens manufaturados, é força de trabalho, sem que esta saia do país” (tradução livre)⁴⁸.

Essa exportação de trabalhadores, definida como “indireta” ou “incorpórea” (Wise, 2020), seria uma das características centrais da nova divisão internacional do trabalho. Muitos processos produtivos geridos a partir do Norte global se beneficiariam de trabalhadores do Sul sem que essas pessoas tivessem que ser aceitas nos territórios dos países desenvolvidos. Em adição à experiência das maquilas, pode-se pensar se esse não seria também o caso de oficinas de costura subcontratadas por grandes marcas internacionais em São Paulo. Além de sua incorporação à cadeia global da moda – que se verifica mesmo quando as peças confeccionadas se destinam essencialmente ao mercado interno ou local, considerando tanto seu vínculo direto ou indireto com empresas de capital estrangeiro como a reprodução de tendências de fora em seus produtos –, deve-se notar, para os propósitos centrais da presente tese, que muitas dessas unidades contam com migrantes provenientes principalmente de países vizinhos em sua linha de produção, uma modalidade de exportação indireta de força de trabalho do ponto de vista “hemisférico”. Esta situação, inclusive, revelaria uma das formas como as migrações com origem e destino no Sul se inseririam na dinâmica produtiva global. Nesse sentido, pode-se resgatar a contribuição de Glick-Schiller (2010) para a superação do “nacionalismo metodológico” e sustentar que os fluxos Sul-Sul não devem ser analisados apenas a partir de processos sociais territorialmente constrangidos pelas fronteiras do “hemisfério” austral, levando-se em conta sua conexão com processos globais de poder. Em outras palavras, as

⁴⁸ Trecho original, em castelhano: “Eso significa que, lejos de transitar hacia un modelo de exportación manufacturera, lo que en realidad se exporta, bajo el disfraz de una exportación de bienes manufacturados, es fuerza de trabajo sin que ésta salga del país” (Wise, 2020, p. 9).

migrações Sul-Sul, em suas mais variadas modalidades, podem estar relacionadas a um reposicionamento do Sul na nova divisão internacional do trabalho, pois, ainda que as pessoas dessa região não migrem ao Norte, a atividade produtiva que desempenham pode ser subserviente ao “sistema global de poder” (para usar os mesmos termos de Glick-Schiller, 2010).

Retornando às reflexões de Wise, tem-se que não apenas a indireta, mas, de igual modo, a exportação direta de força laboral é característica da nova divisão internacional do trabalho. Conforme apontado pelo autor (Wise, 2020), a reestruturação neoliberal da produção global também gera um “desmantelamento e desarticulação dos aparatos produtivos” das economias periféricas, compelindo-as a se rearticularem de maneira assimétrica e subordinada à dinâmica de acumulação do capitalismo monopolista, centralizado nas grandes potências do sistema internacional. Como consequência, o mercado de trabalho dos países em desenvolvimento se precariza e perde capacidade de absorção, levando grandes contingentes populacionais à informalidade em sua própria região de origem ou a tentar emigrar, preferencialmente ao Norte, em busca de melhores condições de subsistência. Entre os que logram o último objetivo citado, há muitos que, devido às políticas migratórias restritivas ou altamente seletivas às quais já se fez alusão, terminam por se encontrar em situação de indocumentação na sociedade de destino e, por conseguinte, mais expostos à exploração laboral, discriminação e xenofobia, por um lado, e à privação do acesso a benefícios sociais e direitos trabalhistas, por outro, configurando-se, esta, uma forma de exportação direta de força de trabalho a partir do Sul sob a batuta do sistema global de poder.

Pode-se remeter, a título de elucidação desse cenário, aos conceitos de “exclusão inclusiva” e “inclusão excludente” de Agamben (2007). O primeiro foi originalmente concebido pelo autor em alusão especificamente a refugiados, que, ao mesmo tempo que são incluídos em um *status* jurídico que, a princípio, lhes brindaria proteção, são por ele distinguidos e excluídos do restante da sociedade. Por essa mesma lógica, poder-se-ia referir também a imigrantes cuja presença na sociedade de destino é “tolerada” como forma de satisfazer uma demanda por força de trabalho barata, mas que terminam por não gozar dos mesmos direitos concedidos a cidadãos locais, fazendo com que o que parecia, inicialmente, uma forma de inclusão se traduza em exclusão. Já a “inclusão excludente” diria respeito a pessoas naturais do país onde residem, mas que, apesar disso, têm sua cidadania apenas formalmente reconhecida, sendo marginalizados socialmente. Haveria entre os migrantes austrais que se estabelecem no Norte, desse modo, pessoas que transitariam de uma categoria à outra, posto que, na busca por superar a “inclusão excludente” no Sul a partir da migração,

muitos terminariam em uma situação de “exclusão inclusiva”, na qual, apesar de responderem à necessidade de “braços” por parte da sociedade de destino, enfrentariam restrições de direitos trabalhistas e sociais elementais.

É preciso acrescentar, ainda, que muitos desses trabalhadores que buscam residência em países desenvolvidos podem regressar e reemigrar a outras regiões do Sul por consequência de fatores como as barreiras políticas, econômicas e jurídicas impostas à sua presença no Norte. Nesse sentido, as exportações indireta e direta de força de trabalho, assim como as situações de “exclusão inclusiva” e “inclusão excludente”, não necessariamente são processos dissociados um do outro, podendo constituir-se como faces de um mesmo fenômeno social.

Wise (2020), por fim, também identifica as exportações direta e indireta especificamente de força de trabalho qualificada e altamente qualificada como características da nova divisão internacional do trabalho, o que abarca os fluxos originados no Sul global. Sobre isso, o autor afirma que países como os Estados Unidos, onde estão situadas as matrizes de muitas das principais empresas de inovação no mundo, dependem de cientistas e tecnólogos de outras regiões, incluindo tanto os que migram a esses destinos como aqueles que desempenham suas atividades a partir de *startups*, centros de pesquisa etc. no exterior. Apenas para citar um exemplo, oito dos dez principais países de origem de imigrantes com pós-graduação nos Estados Unidos são emergentes segundo Wise (2020), algo que teria por trás um paradoxo: a inovação como propulsor do desenvolvimento das forças produtivas do Norte depende cada vez mais da participação de profissionais qualificados do Sul (Wise, 2020). A atração de pessoas com o referido perfil, por sua vez, sinalizaria uma mudança nas tradicionais relações de dependência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, propiciando novas formas de intercâmbio desigual entre eles.

A devida compreensão dos fluxos originados no Sul dentro do panorama de globalização neoliberal, conforme Wise indica em outra publicação (2019), também depende da ampliação da concepção que se tem de “migração forçada”. Em primeiro lugar, o autor parte do entendimento de que as migrações são mais do que produto de decisões individuais ou familiares, devendo ser compreendidas em um contexto de “profundas desigualdades sociais e assimetrias entre países e regiões” (Wise, 2019, p. 50 – tradução livre)⁴⁹, que, por sua vez, pode fazer com que muitos dos deslocamentos adquiram um caráter compulsório.

⁴⁹ Trecho original, em castelhano: “La migración contemporánea no es simplemente el producto de decisiones individuales o familiares – como lo postula la escuela de pensamiento neoclásica – sino un fenómeno con sus

Feito o esclarecimento, identificam-se pelo menos quatro modalidades de migração forçada sob a dinâmica desigual da globalização neoliberal, sendo elas: I) migrações por violência, conflito e catástrofe (o que inclui refugiados, solicitantes de refúgio e deslocados internos); II) tráfico de pessoas; III) migrações por despojo, exclusão social e desemprego; e IV) migrações de retorno como resultado de deportações massivas (Wise, 2019)⁵⁰. A mais extensa delas, segundo dados fornecidos por Wise (2019), seria a terceira, com cerca de 600 milhões de pessoas no mundo entre migrantes internos e internacionais. Embora sejam comumente reconhecidos como “migrantes econômicos”, os constrangimentos estruturais aos quais estão submetidos faz com que sua movimentação não possa ser considerada totalmente espontânea, havendo algum grau de compulsoriedade. Como Almeida e Baeninger (2013, p. 24) sustentam, é cada vez mais difícil distinguir as “migrações forçadas” das “migrações voluntárias de trabalhadores com baixa qualificação”. Trazendo a reflexão mais propriamente ao tema central desta tese, pode-se ponderar se não seria esse o caso de muitos paraguaios inseridos no ramo da confecção em São Paulo, algo que a presente pesquisa deve ajudar a elucidar.

No que concerne à quarta modalidade apontada, Wise (2019) complementa dizendo que se trata de uma “dupla migração forçada” para aqueles que, em um primeiro momento, se viram impelidos a emigrar de seus respectivos países de origem e que, posteriormente, são deportados de volta a eles. Apropriando-se dessa categoria, poder-se-ia expandir sua aplicação a situações que não envolvessem necessariamente a deportação, mas, sim, a persistência da necessidade de reemigrar devido à observância de barreiras sociais e econômicas à permanência da pessoa também no país de destino. É o caso de fluxos migratórios Sul-Sul com características de exclusão social, nos quais a instabilidade do mercado de trabalho e a falta de garantia de direitos básicos tornam o deslocamento algo constante na vida de muitos migrantes austrais, que o fazem ao sabor do vislumbre de condições mais favoráveis de vida em curto prazo.

proprios patrones, inmerso en un contexto de profundas inequidades sociales y asimetrías entre países y regiones” (Wise, 2019, p. 50).

⁵⁰ Wise (2019) diz, ainda, que uma quinta modalidade poderia ser acrescentada, relacionada a pessoas altamente qualificadas de país em desenvolvimento que não encontram nele oportunidades de trabalho. Mesmo que o caráter compulsório do deslocamento seja, aqui, menos estrito, tal realidade também se situaria em um contexto de globalização neoliberal, derivando, nas palavras de Wise (2019, p. 52), “da reestruturação dos sistemas de inovação e os desequilíbrios estruturais no mercado de trabalho e o limitado respaldo institucional nos países periféricos, o que faz com que muitos trabalhadores altamente qualificados não possam encontrar oportunidades laborais adequadas em seu próprio país” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*Se deriva de la reestructuración de los sistemas de innovación y los desequilibrios estructurales en el mercado laboral y el limitado respaldo institucional en los países periféricos, lo que hace que muchos trabajadores altamente calificados no puedan encontrar oportunidades laborales adecuadas en su propio país*”).

Para uma melhor compreensão – e com a finalidade de ampliar o instrumental teórico para os estudos das migrações Sul-Sul como um todo na atualidade –, é pertinente trabalhar com um recorte de grupos ou classes sociais. Sobre isso, Singer (1980), precursor da perspectiva de Wise de que, para além da dimensão individual e familiar, há causas estruturais que propõem as migrações, entende que, mais do que pessoas, grupos sociais são postos em movimento. O pertencimento a determinado grupo ou classe social, por sua vez, pode influenciar na forma de inserção que o migrante tem na sociedade que o recebe. Tomando como exemplo o caso daqueles que se encontram em camadas mais abastadas da população, tem-se que o ato de migrar, muitas vezes, não desafia sua condição de classe, pois, mesmo quando não migra com recursos financeiros amplos, a pessoa pode se valer do auxílio de pares seus – seja a partir da disponibilização de um lugar para ficar, a indicação de um trabalho de alta remuneração para desempenhar, entre outros –, permitindo-lhe ocupar uma posição na estrutura social no local de destino pouco acessível a migrantes em situação menos privilegiada. Como salienta o autor, “a adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos”, de modo que “o lugar que o novo migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior” (Singer, 1980, p. 240). Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado ao caso da ampliação que se propôs à ideia de “dupla migração forçada”, no sentido de que uma pessoa em situação de exclusão social continuaria se deparando, ao migrar, com barreiras e condicionamentos próprios da classe à qual já pertencia no país de origem, podendo isso impeli-la a realizar novos deslocamentos.

Considerando que tais movimentações podem ter um caráter de retorno, vale remeter também, com a finalidade de complementação, aos conceitos de “bipolaridade residencial” e “reversibilidade migratória”, de Domenach e Picouet (1995).

O primeiro, inicialmente, foi formulado em referência a situações em que uma pessoa se desloca entre lugares situados em, pelo menos, duas unidades territoriais diferentes – seja por motivos de trabalho, estudos etc., envolvendo, por exemplo, dois municípios distintos – e, nessa rotina, possui uma residência para pernoitar em cada um deles. A noção de “bipolaridade residencial”, entretanto, também pode ser abordada pensando nas migrações de retorno, desde que estas não sejam consideradas simplesmente o final de trajetórias migratórias (Domenach; Picouet, 1995). Significa dizer que a pessoa que se encontre de volta a seu país de origem pode manter vínculos de residência com outros lugares pelos quais tenha passado a ponto de ser provável o seu regresso a eles, independentemente do tempo que tal movimentação

leve para ser realizada. Tal alternância de residência contribuiria para que fosse cada vez menos apropriado distinguir, nesses casos, lugares de origem e de destino, reflexão que deve ser retomada quando se discorrer mais precisamente sobre os paraguaios ocupados no setor de confecção têxtil em São Paulo.

Conforme Domenach e Picouet (1995, p. 42) expõem, “todo indivíduo constrói um espaço de referência na medida em que se desloca” (tradução livre)⁵¹, podendo estabelecer em cada um deles uma “residência-base”, definida justamente – explicitando-se, agora, a devida referência a algo já apresentado no parágrafo anterior – como “um lugar ou um conjunto de lugares a partir dos quais os deslocamentos têm alta probabilidade de retorno, qualquer que seja a duração da estadia” (tradução livre)⁵². Nesse sentido, um indivíduo pode tanto ter uma única residência-base como se encontrar em uma situação de “multiresidência”, na qual a rotatividade de um lugar a outro se faz característica. No que concerne especificamente à residência de origem, é importante salientar que esta pode conservar, para muitos, sua função de base durante toda a vida, ao passo que, para outros, não é mais do que um “elemento conjuntural” de uma história construída a partir de sucessivas mudanças de base (Domenach; Picouet, 1995), o que também será retomado em momento mais oportuno para tratar da migração paraguaia à capital paulista e região.

Outro conceito relevante de ser resgatado das contribuições de Domenach e Picouet (1995) é o de “reversibilidade migratória”. Em primeiro lugar, para os autores, um fluxo migratório é considerado irreversível quando há uma mudança definitiva de residência, de modo que a conexão com o local onde se residia anteriormente é rompida. Enquadram-se nesse caso as movimentações caracterizadas como “itinerantes”, nas quais os vínculos com o local de origem são cortados e, em vez de uma nova residência-base ser estabelecida, o que há é uma sucessão de residências com durações aleatórias, compondo, em seu conjunto, um quadro de “migração sem fim”.

Há, por outro lado, situações cuja dinâmica compreende o retorno ao local de origem. Estão entre elas os chamados “fluxos de reversibilidade renovada”, de trajeto constante e deslocamento frequentemente refeito, que é o caso de migrações fronteiriças em que a pessoa passa a ter uma residência-base em cada margem lindeira. Outro exemplo são os “fluxos de

⁵¹ Trecho original, em castelhano: “*Todo individuo construye un espacio de referencia en la medida en que se desplaza, que puede ser considerado como un asiento subyacente a la organización de sus desplazamientos*” (Domenach; Picouet, 1995, p. 42).

⁵² Trecho original, em castelhano: “*La residencia-base se define entonces como un lugar o un conjunto de lugares, a partir de los cuales los desplazamientos tienen alta probabilidad de retorno, cualquiera sea la duración de la estadia (semanas, meses, años) durante la vida de un individuo*” (Domenach; Picouet, 1995, p. 42).

reversibilidade esporádica”, que, ao contrário dos anteriores, apresentam grande instabilidade quanto à temporalidade dos movimentos e os espaços por eles envolvidos. Esses fluxos, nas palavras de Domenach e Picouet (1995, p. 45-46), “são organizados em função das distorções criadas entre a capacidade dos mercados locais de trabalho e o caráter conjuntural do crescimento da demanda de mão de obra nas outras regiões ou países” (tradução livre)⁵³. É o que acontece com deslocamentos atraídos por grandes empreendimentos, que, quando concluídos, fazem cessar as oportunidades de trabalho que levaram os migrantes a buscarem a região em um primeiro momento.

As modalidades citadas acima levam à constatação de que nem sempre é simples (ou possível) distinguir fluxos reversíveis daqueles irreversíveis. Um fluxo de reversibilidade esporádica, por exemplo, pode, em alguma medida, ser confundido com (ou, até mesmo, se tornar) um de caráter itinerante caso o retorno do indivíduo ou família seja postergado de maneira imprevisível, o que demanda algum cuidado no manejo dessas classificações por parte do pesquisador do campo das migrações. De qualquer forma, como ficará evidente nos próximos capítulos, é pertinente se apropriar desse instrumental analítico ao se debruçar sobre a questão dos migrantes paraguaios inseridos no ramo da confecção têxtil em São Paulo.

É possível ir além da questão do estabelecimento de residência e enxergar o fenômeno migratório de maneira ainda mais ampla. É o que ocorre quando se adota o conceito de “espaço de vida”, que, segundo Courgeau e Lelièvre (2006), pode ser definido de duas formas. A primeira seria a de um espaço estruturado por uma rede de relações sociais, de maneira que o foco, aqui, seriam as pessoas que fazem parte da vida do migrante, independentemente do(s) território(s) em que se encontrem. Nesse sentido, mudanças espaciais na rede de relações – como no caso de um familiar ou amigo próximo que se muda a outro país – também acarretariam reconfigurações no espaço de vida de alguém. Já a segunda teria como referência especificamente lugares, que, cada um ao seu modo, corresponderiam a determinada função no cotidiano da pessoa que migrou, como de residência, de trabalho, de estudos ou de frequente visita. O uso do conceito de “espaço de vida” nas pesquisas sobre comportamento migratório (ou mobilidade humana de forma geral) parte da premissa de que a migração não é

⁵³ Trecho original, em castelhano: “Flujos de reversibilidad esporádica: *están marcados por una fuerte inestabilidad en el tiempo y el espacio; se trata de situaciones de elección relativa entre diversas oportunidades, como resultado de actividades polivalentes, de duración variable y en condiciones fluctuantes, las cuales se ejercen en diferentes lugares. Tales flujos se organizan en función de las distorsiones creadas entre la capacidad de los mercados locales de trabajo y el carácter coyuntural del crecimiento de la demanda de mano de obra en las otras regiones o países. En el caso de las grandes obras de infraestructura (rutas transnacionales, construcción de complejos industriales o portuarios, etc.), sucede el desmantelamiento de la fuerza de trabajo al final de las obras; ciertas sociedades comerciales, orientadas por tradición hacia la migración, organizan la explotación de estos polos de atracción y ponen en marcha nuevas redes*” (Domenach; Picouet, 1995, p. 45-46).

apenas resultado de condicionantes econômicos, sociais e políticos, dependendo também, entre outros fatores, dos vínculos que indivíduos e famílias sustentam entre si e com outras pessoas, o que, por sua vez, pode influenciar na viabilização do deslocamento, nas formas de inserção na sociedade receptora e em outras etapas envolvidas no referido processo. Tal observação traz à tona o papel das redes sociais nos movimentos migratórios, que será retomado mais adiante. O mais relevante, por ora, é identificar que, pelo ponto de vista fornecido por Courgeau e Lelièvre (2006), a migração pode ser percebida não só a partir da ideia de mudança de residência, mas, também, de espaço de vida, uma concepção, portanto, mais abrangente⁵⁴.

Além do contexto global de reestruturação da produção e acumulação capitalista e dos conceitos vistos até aqui como instrumentos de análise da realidade, as migrações Sul-Sul devem ser compreendidas a partir do marco de governança migratória em que se inserem nas respectivas regiões que compõem o seu espaço hemisférico de circulação.

Um ponto de partida conveniente para endereçar a questão é a própria explicitação sobre o que se entende por “governança” em âmbito internacional. Para Rosenau (2000), o termo traz em si, em primeiro lugar, um sentido de ordem sobre o funcionamento de diferentes áreas de interesse coletivo. O estabelecimento dessa ordem em dimensão global, sem embargo, não se daria a partir da ação de um único ator, como ocorreria – ao menos formalmente – no plano interno de cada Estado-nação, no qual uma autoridade, constituída na forma de governo, é dotada do monopólio legítimo do uso da força e, assim sendo, garante a implementação das políticas concebidas para o ordenamento de diferentes atividades concernentes à vida na sociedade doméstica. Nesse sentido, a governança global, conforme elucidado pelo autor,

⁵⁴ Com fins de ilustração, Courgeau e Lelièvre (2006) citam o caso de uma pessoa de origem rural que migra ao meio urbano. Pela perspectiva do espaço de vida, pode-se perceber que, em muitos casos, a cidade não é vista como um “lugar de destino”, mas, sim, um espaço de extensão das atividades que desempenha no campo, como acontece quando se tem por objetivo com o deslocamento a abertura de novos mercados a produtos agropecuários, por exemplo. A origem, nesse caso, poderia continuar sendo o local mais importante de residência para a pessoa e o foco de seu investimento emocional, familiar e social, o que, contudo, não implicaria desconsiderar a relevância da cidade em sua rotina de vida.

[...] abrange instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (Rosenau, 2000, p. 15).

Significa dizer, pela noção de governança, que o funcionamento de determinada área de abrangência internacional é regido por normas, princípios, procedimentos e expectativas – não necessariamente prescritos formalmente ou de caráter vinculante – resultantes da atuação, consciente ou não, de uma miríade de atores, abarcando desde Estados a organizações não-governamentais, empresas multinacionais, organismos reguladores internacionais etc.

Especificamente em relação à governança global das migrações, Betts e Kainz (2017, p. 1), em tom similar ao das considerações coletadas do trabalho de Rosenau, a definem como um conjunto de “normas e estruturas organizacionais que regulam e facilitam as respostas de Estados e outros atores à migração” (tradução livre)⁵⁵. Segundo os autores, em âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas), essa governança ainda se encontra fragmentada em uma série de instituições, foros e iniciativas que não necessariamente dialogam entre si, culminando na fragilização do multilateralismo na consecução, entre outros objetivos, do estabelecimento de compromissos de maior alcance e solidez com a garantia dos direitos humanos de pessoas migrantes ao longo de toda a sua trajetória de deslocamento, embora avanços nesse sentido tenham ocorrido principalmente nas duas últimas décadas. Exemplos disso são os Primeiro e Segundo Diálogos de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento (“*High-level Dialogue on International Migration and Development*”), realizados, respectivamente, em 2006 e 2013 – com a participação dos Estados-membros da ONU, organismos internacionais na condição de observadores e outros parceiros – e responsáveis pela ampliação do debate global sobre questões como a eliminação da exploração laboral de migrantes e do tráfico de pessoas. Pode-se mencionar, também, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular de 2018, que, apesar de não ser vinculante e ter limitações apontadas por diferentes associações e coletivos de migrantes ao redor do mundo, delimitou objetivos essenciais para o campo das migrações – no que se inclui, entre tantos outros, a asseguarção de condições decentes de trabalho e direitos laborais aos migrantes (Global Compact For Migration, 2018, Objective 6) –, além de contar com uma expressiva adesão por parte dos Estados⁵⁶.

⁵⁵ Trecho original, em inglês: “*Global migration governance can be defined as the norms and organizational structures that regulate and facilitate states’ and other actors’ responses to migration*” (Betts; Kainz, 2017, p. 1).

⁵⁶ O Brasil, apesar de sua posição ativa ao longo das negociações que envolveram a formulação do texto, chegou a se retirar do pacto em 2019, sob a gestão do presidente Jair Bolsonaro, mas, em 05 de janeiro de 2023, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou que reverteria tal decisão (Delfim, 2023).

A resistência que ainda se observa ao fortalecimento de mecanismos multilaterais na governança global das migrações, conforme Betts e Kainz (2017) identificam, é oferecida majoritariamente por países desenvolvidos com grandes volumes imigratórios⁵⁷, em decorrência do temor de que tal movimento produza um enfraquecimento de sua soberania estatal. Como reação, sobretudo a partir da década de 1980, muitos Estados buscaram se articular em foros alternativos em suas respectivas regiões, culminando em iniciativas como os Processos Consultivos Regionais (RCP, acrônimo para “*Regional Consultative Processes*”), que, em resumo, consistem em diálogos cujo objetivo é o de compartilhamento de boas práticas na área da migração internacional, ainda que sem a produção de acordos formais (Betts; Kainz, 2017).

A América Latina e o Caribe são uma das regiões em que avanços substanciais foram observados nas últimas décadas no que tange à governança migratória. Para que se tenha um panorama da situação, pode-se recorrer a algumas constatações e análises feitas por Mármora (2010).

Antes de tudo, o autor, em seu trabalho, opta por falar em “governabilidade migratória”, definida como “o ajuste entre as percepções e demandas sociais sobre as causas, características e efeitos dos movimentos migratórios; e as possibilidades e intencionalidade dos Estados para dar respostas a ditas demandas em um marco de legitimidade e eficácia” (Mármora, 2010, p. 71 – tradução livre)⁵⁸. Haveria, nesse sentido, três modelos ou, em termos weberianos, “tipos ideais” de governabilidade migratória dos quais um Estado poderia, em menor ou maior grau, se aproximar. O primeiro deles, denominado modelo de “securitização”, fundamenta-se no primor pela segurança nacional, social e laboral de um país frente aos migrantes que recebe, os quais, por essa óptica, são comumente tidos como uma potencial ameaça, justificando-se, assim, medidas como o aprimoramento dos controles fronteiriços. Já o segundo é o de “benefícios compartilhados”, pelo qual se concebem contribuições que podem ser aportadas pelos migrantes tanto aos países de recepção como aos de destino, desde que os deslocamentos se deem sob determinadas condições, de maneira ordenada e de acordo com a oferta e a demanda estabelecidas pelo mercado de trabalho – perspectiva mais difundida entre organizações internacionais como a

⁵⁷ Ilustraria esse cenário a situação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 1990. Esse é o principal tratado vinculante em âmbito das Nações Unidas sobre migração no pós-Guerra Fria, mas, além de somente ter entrado em vigor quase treze anos depois de sua redação, conta com um baixo número de Estados-partes – apenas 58, cifra atualizada em 21 de fevereiro de 2023 (OHCHR, 2023) –, com notável ausência de países do Norte global.

⁵⁸ Trecho original, em castelhano: “*La gobernabilidad migratoria puede definirse como el ajuste entre las percepciones y demandas sociales sobre las causas, características, y los efectos de los movimientos migratorios; y las posibilidades e intencionalidad de los Estados para dar respuestas a dichas demandas en un marco de legitimidad y eficacia*” (Mármora, 2010, p. 71).

ONU e em instrumentos como o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular de 2018. O terceiro, por fim, é o de “desenvolvimento humano para as migrações”, através do qual se admitem os direitos do migrante como sendo o centro de toda política migratória, advogando-se pela livre circulação, regularização da residência, possibilidade de retorno e justiça social para as pessoas migrantes, assim como a isonomia em termos de acesso ao mercado de trabalho e a serviços sociais em relação aos nacionais do país de destino.

A realidade sul-americana, no geral, é situada por Mármora (2010) como estando mais próxima do terceiro modelo de governabilidade migratória – noção que, como já se deve adiantar, será objeto de ponderação no Capítulo 3. De acordo com o autor, o continente é tradicionalmente receptivo à migração, seja em referência a deslocamentos originados em outras regiões ou àqueles propriamente intrarregionais. Seriam ilustrativas dessa assertiva atualmente, em âmbito continental, iniciativas como o “Plano Sul-Americano de Desenvolvimento Humano das Migrações” – resultante da Conferência Sul-Americana de Migrações (CSM)⁵⁹, pelo qual se expressa uma posição conjunta dos países da região sobre políticas migratórias, orientadas, conforme se propõe, pelos princípios característicos da concepção de “desenvolvimento humano das migrações”, nos que se incluem o respeito aos direitos humanos das pessoas migrantes e seus familiares, a garantia de sua cidadania plena e o exercício cidadão de livre mobilidade (IOM, 2010) – e, especificamente em âmbito mercosulino⁶⁰, o “Fórum Especializado Migratório do Mercosul”, de 2003.

Ainda em relação ao Mercosul, sancionaram-se, também, normas regionais a respeito da matéria. O denominado “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul” (Mercosur, 2002) é uma das principais referências, através do qual, entre outros efeitos, se estabeleceram parâmetros para a concessão de autorizações de residência temporária e permanente a migrantes provenientes de países-membros do bloco (facilitando-se, desse modo, a regularização de sua situação migratória), assim como o trato igualitário com relação aos nacionais do país de recepção no que concerne à legislação laboral (incluindo-se aspectos como remuneração e condições de trabalho) e o direito a transferir remessas (em especial, para o sustento de familiares que permanecem no país de origem). Outra referência importante é a “Declaração Sociolaboral do Mercosul” (Mercosur, 1998a; 2015b), assinada em 1998 e revista em 2015, pela qual, ainda que em caráter não vinculante, são reforçados os direitos elementares dos trabalhadores no bloco. Entre os aspectos que se aplicam especificamente aos migrantes estão a não discriminação por nacionalidade

⁵⁹ A CSM é parte dos denominados Processos Consultivos Regionais sobre Migrações.

⁶⁰ O Mercosul (Mercado Comum do Sul) foi fundado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo como principal objetivo, naquele momento, a constituição de um mercado comum na região. Em 2012, somou-se ao bloco como membro efetivo a Venezuela, país que, atualmente, encontra-se em situação de suspensão (Mercosur, [2022?]).

ou ascendência nacional e a igualdade de direitos, tratamento, condições de trabalho, oportunidades no emprego e na ocupação e acesso a serviços públicos (Mercosur, 1998a, art. 1 e 4; 2015b, art. 4 e 7).

É pertinente salientar, no entanto, que a constituição do Mercosul em 1991 deve ser compreendida como parte de um fenômeno contemporâneo de disseminação de blocos regionais. Segundo Lima e Coutinho (2005), processos de regionalização no mundo são observados pelo menos desde a segunda metade do século XIX. O mais recente deles teve início entre os decênios de 1980 e 1990, sendo marcadamente mais intenso e liberalizante que seus predecessores. O referido “novo regionalismo” seria, conforme hipótese mais amplamente difundida na academia, um movimento de defesa perante a globalização ou, mais precisamente, um meio de adequação dos Estados, através da cooperação, às mudanças internacionais contemporâneas, das quais não se poderia esquivar. Isso reforçaria a necessidade de, ao se estudarem fluxos migratórios geograficamente circunscritos, a princípio, ao espaço mercosulino – como é o caso das migrações paraguaias a São Paulo –, levar-se em conta a forma como o Mercosul se insere no contexto de transformações de ordem global das últimas décadas, cujas características incluem aquelas expostas ao longo deste capítulo. Significa dizer que a própria dinâmica da governança migratória do Mercosul, que, certamente, influencia nas condições de circulação e arraigo às quais estão submetidos tantos migrantes intrarregionais, não pode ser dissociada de processos políticos, econômicos, sociais e demográficos de maior amplitude⁶¹.

⁶¹ A denominada “teoria do sistema-mundo”, de matriz marxista, pode ser útil para uma melhor compreensão da complexidade da política internacional na qual os Estados se inserem mesmo quando se dirige a atenção especificamente à dimensão dos blocos regionais, além de trazer uma nova nuance quando se pensa na dicotomia Norte/Sul. Seu principal interlocutor, Immanuel Wallerstein, identifica três posições ocupadas pelos Estados no sistema internacional, a dizer, centro – onde se concentram as atividades econômicas mais intensivas em capital e com maior valor agregado –, periferia – à qual, por sua vez, se reserva a produção de bens primários de baixo valor agregado e intensiva em força de trabalho, submetida à definição de preços pelo mercado internacional, largamente influenciado pelo centro – e semiperiferia – que apresenta características dos dois grupos anteriores, detendo certo nível de industrialização e diversificação produtiva, mas, ao mesmo tempo, altamente dependente do capital do centro (Nogueira; Messari, 2005; Wallerstein, 2004). Nesses termos, cada Estado estaria condicionado à posição que ocupa na divisão internacional do trabalho, perspectiva que, desse modo, poderia auxiliar na compreensão do comportamento desses atores em processos de integração regional e, logo, da possível influência que tal posicionamento exerceria sobre os fluxos migratórios intrarregionais e a inserção dos migrantes nas sociedades de destino. Além disso, superando-se a própria concepção monolítica do Estado, o instrumental dessa teoria pode ser aplicado, também, para a identificação de outros atores cuja atuação transpõe fronteiras nacionais – mais especificamente, grupos não-estatais que influenciam tanto na realidade regional como na definição de políticas dos Estados envolvidos. Nesse sentido, ainda que se identifique, no Mercosul, o Paraguai como periferia e, por outro lado, Argentina e Brasil como semiperiferia, há de se verificar dentro da dinâmica regional como se dá a atuação de atores específicos. Brasileiros que detêm amplas porções de terra no Paraguai para a monocultura de soja para exportação, por exemplo, não podem ser equiparados aos pequenos agricultores de igual nacionalidade que se viram afetados pela expansão desse modelo de produção ou, até mesmo, à maioria da população do Brasil, que não recebe os benefícios da atuação daqueles grandes proprietários no país vizinho – tema que será mais bem abordado no Capítulo 3. Pela perspectiva global, pode-se supor, por outro lado, que os latifundiários brasileiros no Paraguai, mesmo que exerçam, na região, papel de protagonismo, ocupam uma posição secundária no modelo de

Para além da perspectiva estrutural e normativa, é indispensável nas pesquisas sobre migrações Sul-Sul e inserção sociolaboral levar em consideração como nível de análise também a articulação dos migrantes e sua capacidade de agência frente ao quadro de recente reestruturação econômica e produtiva do capitalismo e à governança global das migrações segundo as particularidades de cada processo de integração regional. Isso porque os constrangimentos postos pela reorganização da divisão internacional do trabalho e as condições jurídicas para o trânsito e o estabelecimento de residência definidas pelas normas migratórias nacionais, regionais e globais vigentes, para citar alguns exemplos da esfera macroestrutural, podem ser assimilados de diferentes formas pelos migrantes, cujas ações e reações individuais ou coletivas também são parte de como se conforma a dinâmica da migração enquanto fenômeno social. Tê-lo em conta implica englobar, por sua vez, o papel das já mencionadas redes migratórias e a formação de “nichos étnicos” de trabalho, cujas definições e reflexões pertinentes ao tema das migrações paraguaias a São Paulo concluem este capítulo.

1.3 Nichos étnicos e redes migratórias: insumos para se pensar na articulação de pessoas nas migrações Sul-Sul

Debruçando-se sobre a realidade de países desenvolvidos no fim do século XX (com especial atenção à França), Sayad (1998) observou que, pela perspectiva das sociedades receptoras, um migrante se define, essencialmente, como uma força de trabalho. Dessarte, o reconhecimento da existência da pessoa que migra estaria condicionado, no local de destino, à sua atuação laboral, circunscrita, por sua vez, a ofícios “para imigrantes”. Como consequência, a partir do momento em que esses ofícios deixam de ser necessários ou, até mesmo, de existir, a própria presença do migrante se torna injustificada ou, pior, despercebida, fazendo com que a figura do “imigrante desempregado” seja, por essa óptica, um paradoxo. Um trecho da obra “A imigração ou os paradoxos da alteridade”, do mesmo autor, no qual se transcreve a fala de um imigrante na França, resume a ideia: “Um imigrante é feito para trabalhar, você tem que provar que está trabalhando; se você não trabalha, então pra que você serve?” (Sayad, 1998, p. 53).

No que concerne ao trabalho “para imigrantes”, muitas pessoas não naturais do local onde estabeleceram residência terminam, de fato, por se aglutinar em determinados ofícios ou setores produtivos. Tal realidade remete ao conceito de “nicho étnico”, de Waldinger (2005,

sistema-mundo, tendo em vista que sua prosperidade advém da produção de bens primários – com destaque à soja –, condicionada às demandas e às leis de mercado influenciadas pelo centro.

p. 349), definido, mais precisamente, como “um conjunto de atividades econômicas nas quais imigrantes estão fortemente concentrados” (tradução livre)⁶². Na literatura especializada, a interpretação desse fenômeno dentro da experiência de inserção sociolaboral de um migrante na sociedade receptora se daria, segundo o autor (Waldinger, 2005), precipuamente a partir de duas perspectivas. Na primeira, considerar-se-ia, por um viés assimilacionista, que o progresso econômico dos migrantes só viria a partir de sua dispersão ou desvinculação dos agrupamentos ocupacionais ou industriais que seus pares inicialmente estabeleceram. A concentração dessas pessoas em determinadas atividades seria, logo, uma desvantagem a elas, situação que decorreria sobretudo da falta de qualificação profissional. Nesse sentido, à medida que o processo de aculturação avançasse, a escolarização aumentasse e se adquirisse mais experiência de vida no país de destino, o migrante e seus descendentes sairiam de seus “nichos étnicos” e, assim, ascenderiam social e economicamente.

Já pela segunda perspectiva – que seria a mais difundida pelos acadêmicos atualmente –, os vínculos estabelecidos pelos migrantes recém-chegados com aqueles residentes há mais tempo constituiriam uma espécie de “capital social” que facilitaria ações como a procura por trabalho e a qualificação ou aquisição de outros recursos necessários para se ter melhores condições de subsistência. A busca pelo progresso, assim, teria uma forma coletiva, e não individual, com as comunidades provendo o devido suporte para tanto, de modo que a concentração, nesse cenário, seria uma maneira de responder às adversidades no local de destino (Waldinger, 2005)⁶³.

Em consonância com a última observação (embora seu enfoque não esteja exatamente em migrantes), Sabatini e Sierralta (2006), ao discorrerem sobre segregação residencial – definida como a “separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social” (p. 170) –, identificam que o acercamento espacial, em vez de ter um sentido de marginalização ou exclusão de determinado grupo minoritário em uma cidade, pode, em alguns casos, justamente ajudá-lo a incrementar sua capacidade de resiliência e geração de recursos para o seu sustento. Grupos étnicos que conformam bairros que se

⁶² Trecho original, em inglês: “*Thus, the repeated action of immigrant social networks yields the ethnic niche: a set of economic activities in which immigrants are heavily concentrated*” (Waldinger, 2005, p. 349).

⁶³ Tilly (2017) percebe a existência de duas correntes de pensamento similares quando analisa a migração europeia aos Estados Unidos na primeira metade do século XIX. Em uma delas, de caráter normativo, argumentava-se que os recém-chegados deveriam adquirir as habilidades, atitudes e traços culturais da sociedade local para terem acesso ao sistema de direitos e oportunidades vigente, advogando-se, desse modo, por uma “americanização” dos imigrantes. Por outro lado, havia aqueles que defendiam que a sociedade estadunidense teria espaço para os migrantes mesmo quando levadas em conta as suas particularidades, assumindo-se que a formação de nichos por parte dessas pessoas tornaria sua presença conhecida e lhes permitiria, por conseguinte, pleitear o reconhecimento de seus direitos por lei.

diferenciam do seu entorno a partir das atividades econômicas e dos traços culturais que sustentam, por exemplo, podem expandir suas oportunidades de ingresso ao atrair pessoas que consumam o que é gerado na região, algo que não só beneficiaria seus moradores como, também, enriqueceria a vida social e cultural da cidade como um todo. Os autores, desse modo, argumentam que a observância de situações de segregação residencial, por si só, não permite avaliar suas consequências às pessoas que a vivenciam, de modo que tal experiência deve ser percebida em sua interação com um conjunto mais amplo de processos urbanos. Isso porque a homogeneidade social do espaço pode tanto isolar um grupo social dos restantes – questão que se torna especialmente grave quando se está tratando de pessoas em situação de vulnerabilidade ou discriminação – como consistir em estratégia para uma inserção potencialmente mais favorável em um ambiente urbano adverso.

Essa é uma orientação que se propõe seguir nesta tese em relação ao caso dos migrantes paraguaios ocupados no setor de confecção de São Paulo. Como se verá nos capítulos subsequentes, há, historicamente, uma concentração da presença dessas pessoas em oficinas situadas em distritos centrais da capital paulista, o que, assumindo-se tratar de um “nicho étnico”, nos termos de Waldinger (2005), deve ser analisado a partir do reconhecimento de sua complexidade.

Um elemento fundamental para se compreender a formação de “nichos étnicos”, de maneira geral, é a articulação das denominadas “redes sociais” ou, mais precisamente, “migratórias”. Truzzi (2008), em um de seus trabalhos, recorda duas definições possíveis a elas. Na primeira, de autoria de Massey (1988, p. 396), entendem-se as redes migratórias como “conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes predecessores e não-migrantes nas áreas de origem e destino através de vínculos de consanguinidade, amizade e origem comunitária compartilhada” (tradução livre)⁶⁴. Já na segunda, de Fernández-Kelly (1995, p. 219), diz-se que se trata de

[...] aglomerados de indivíduos que mantêm contatos recorrentes uns com os outros por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulam sentidos, alocam recursos e controlam comportamentos (tradução livre)⁶⁵.

⁶⁴ Trecho original, em inglês: “*Migrant networks are sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin*” (Massey, 1988, p. 396).

⁶⁵ Trecho original, em inglês: “*Social networks are assortments of individuals who maintain recurrent contact with one another through occupational, familial, cultural, or affective ties. In addition, they are intricate formations that channel, filter, and interpret information, articulate meanings, allocate resources, and control behavior*” (Fernández-Kelly, 1995, p. 219).

Fernández-Kelly (1995), em sua definição, chama a atenção para algumas das funções sociais que as redes teriam. Para ser mais minucioso, outras podem ser elencadas na sequência.

As redes migratórias comumente têm o papel de repassar a novos migrantes informações sobre oportunidades de emprego, como aquelas disponíveis nos setores laborais onde já há inserção de parentes, amigos ou conhecidos que integram o círculo de contatos. As pessoas recém-chegadas, conforme observado por Waldinger (2005), estão propensas a se concentrar em atividades nas quais outros dos seus já se estabeleceram, favorecendo-se, assim, a formação de “nichos étnicos”. Uma vez que os primeiros migrantes logram estar presentes em determinado ramo produtivo, pessoas de sua mesma origem tendem a segui-los, “preferindo um ambiente no qual pelo menos alguns rostos são familiares” (Waldinger, 2005, p. 349 – tradução livre)⁶⁶ e percebendo que contatos pessoais são a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho. Pode haver também o repasse de recursos entre migrantes previamente estabelecidos e aqueles que chegam, como na forma de remessas financeiras ou, até mesmo, a disposição de um alojamento para o início da vida no novo local de residência.

É com base nesse cenário que Waldinger (2005) afirma que a migração é conduzida, na verdade, por redes sociais e que sua ocorrência culmina em um processo de reprodução social, no qual trabalhadores migrantes precedem a vinda de contingentes com características similares às deles. Complementando esse aspecto, Haas (2008) pontua que, quando as redes migratórias se robustecem, pessoas com perfis mais variados passam também a ter mais oportunidades de migrar. Sobre isso, vale recordar que a migração recorrentemente envolve uma alta seletividade em relação a determinadas características individuais, como é o caso da idade, considerando que adultos jovens costumam ter maior propensão a migrar em relação a indivíduos de outros grupos etários, movidos por um momento de seu ciclo de vida mais favorável à busca de melhor qualificação profissional ou empregos com remuneração mais elevada (Campos; Barbieri; Carvalho, 2008). Com a expansão das redes e sua consolidação nos territórios que alcançam, um grupo mais heterogêneo de pessoas tende a se beneficiar com uma

⁶⁶ Trecho original, em inglês: “Most importantly, immigrants tend to cluster in activities where others of their own kind have already gotten established. Initial placements [...] may be affected by any range of factors – prior experience, cultural preferences, or historical accident. But once the initial settlers have established a beachhead, subsequent arrivals tend to follow behind, preferring an environment in which at least some faces are familiar and finding that personal contacts prove the most efficient way of finding a job. More importantly, the predilections of immigrants match the preference of employers, who try to reproduce the characteristics of the workers whom they already have. Managers appreciate network recruitment for its ability to attract applicants quickly and at little cost; they value it even more for its efficiency. Hiring through connections upgrades the quality of information, reducing the risks entailed in acquiring new personnel; since sponsors usually have a stake in their job, they can also be relied on to keep their referrals in line” (Waldinger, 2005, p. 349).

redução nos custos e riscos para se migrar, levando-se em conta aspectos como aqueles enunciados no parágrafo anterior. Por outro lado, uma rede pode, eventualmente, se enfraquecer ao longo do tempo, fazendo com que a seletividade migratória recupere força (Haas, 2008).

As redes podem, ainda, ser responsáveis pela redefinição identitária de alguns migrantes em seu deslocamento, de modo que pessoas que não partilhavam de uma identidade comum na origem começam a fazê-lo no destino⁶⁷. Novas categorias sociais podem advir desse processo, influenciando na forma de inserção social dos migrantes e em suas estratégias de subsistência.

Discorreu-se, até aqui, sobre os papéis que as redes muitas vezes desempenham para viabilizar os planos migratórios de pessoas que desejam ou precisam sair de seu local de habitual residência. É pertinente, porém, refletir também sobre como se dá sua formação em um primeiro momento. Sobre isso, Waldinger (2005), atentando para experiências migratórias ocorridas nos Estados Unidos, percebeu que a origem de muitas redes remete à inserção dos chamados “pioneiros” em atividades laborais menos valorizadas. De acordo com o autor, é comum que os primeiros migrantes de determinado grupo se estabeleçam em setores de baixa remuneração e reconhecimento em que há alta rotatividade na ocupação das vagas disponíveis e para as quais parte expressiva da população nativa tenha resistência a se candidatar. Uma vez consolidada sua presença, esses migrantes conseguiriam promover uma concentração de pares seus no referido ramo, valendo-se principalmente da preferência de contratantes por preencher seu quadro de funcionários a partir de indicações internas de trabalhadores. Para os fins desta tese, é necessário verificar se esse padrão se repete no caso dos migrantes paraguaios ocupados no setor de confecção têxtil de São Paulo. Por se tratar de migrações de caráter Sul-Sul, envolvendo espaços em que, devido a constrangimentos estruturais de ordem social e econômica, parte significativa da própria população nativa está propensa a ter menos possibilidades de recusa à oferta de trabalhos ainda que em condições precárias, é provável que importantes ressalvas devam ser feitas ao se aplicarem as contribuições de Waldinger para o citado contexto.

⁶⁷ É o que teria acontecido com muitos salvadorenhos que emigraram aos Estados Unidos nas iminências e no transcurso da guerra civil que acometeu seu país de 1980 a 1992. Pessoas que, antes, pertenciam a grupos tão antagônicos como a *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN) – que reunia as forças de resistência ao governo nacional estabelecido – e o Exército de El Salvador chegavam a se unir no exterior diante das adversidades às quais estavam expostas em sua condição compartilhada de migrantes marginalizados na sociedade estadunidense, experiência que pode ser encontrada, por exemplo, na gênese da Mara Salvatrucha 13 (MS-13) – gangue de rua inicialmente formada em Los Angeles (Califórnia) e, posteriormente, disseminada pelos países do Triângulo Norte da América Central (Correa, 2015). Em Zúñiga Núñez (2010), consta a trajetória de um salvadorenho que viria a integrar essa *mara*, texto que se recomenda consultar para um entendimento mais claro sobre o que se quis expressar em poucas palavras anteriormente.

Pode-se agregar, ainda, a noção de “solidariedade étnica” de Alejandro Portes e Robert Bach (*apud* Waldinger, 2005, p. 347), pela qual se concebe que o compartilhamento de uma origem em comum tende a fundamentar relações de obrigações recíprocas dentro de determinados grupos de migrantes. No âmbito do trabalho, um empregador, nesse caso, poderia até mesmo se valer da “autoexploração voluntária” de conterrâneos seus recém-chegados, estando comprometido a oferecer-lhes, em compensação, capacitação profissional e apoio a seus empreendimentos individuais ou reservar-lhes posições mais elevadas na hierarquia de seu negócio no futuro. A rede migratória, movida pela solidariedade de seus membros, proveria, assim, oportunidades de mobilidade que não estariam disponíveis fora dela, situação em que esta termina por alimentar a si mesma e resulta, ao mesmo tempo, em causa e consequência de sua própria formação e expansão.

Em contraposição aos aspectos que foram destacados até o momento, é importante esclarecer que as redes migratórias também podem operar como um obstáculo aos planos migratórios de determinadas pessoas. Situações que, a princípio, seriam presumidas como de solidariedade podem consistir, na verdade, em relações de exploração mesmo quando os migrantes envolvidos possuem uma identidade nacional em comum. É o caso de muitos trabalhadores paraguaios ocupados no ramo da construção civil na Grande Buenos Aires e submetidos a extenuantes jornadas laborais e parca remuneração por mando de conterrâneos seus, conforme constatado por Bruno e Águila (2010). Sobre isso, os autores instam que se reconheça que a etnicidade está inserida na lógica da sociedade de classes, de modo que a relação em um grupo de membros com uma mesma nacionalidade também é regida por diferenças nos papéis sociais e nos processos produtivos, em que alguns ofícios são mais estigmatizados do que outros.

Em complemento a essa perspectiva, Haas (2008) pontua que os migrantes preestabelecidos no local de destino não necessariamente se comportarão como “pontes” àqueles que desejam seguir sua mesma trajetória migratória, podendo, em oposição a isso, adotar uma postura restritiva, como “guardiões de portões”, ao não oferecer assistência a potenciais novos migrantes. Isso pode ocorrer em relação a pessoas que não pertençam a um mesmo grupo social, por exemplo, ou que não tenham um vínculo mais próximo de parentesco ou amizade. É preciso, portanto, ir além do componente étnico-nacional para se compreender como as redes migratórias atuam no caso dos paraguaios trabalhadores do setor da confecção têxtil em São Paulo, incorporando, entre outros aportes, as questões de classe – conforme mencionadas em trecho anterior deste capítulo – e como o atual funcionamento do sistema capitalista incide para a reformulação de identidades e o estabelecimento de novos critérios de

divisão entre migrantes naturais de um mesmo país e inseridos em uma mesma sociedade de destino.

1.4 Considerações finais

Do ponto de vista demográfico, a estabilização da mortalidade em patamares baixos e a queda da fecundidade sob os níveis de reposição, observadas como tendência global, fazem com que as migrações – nas quais se incluem aquelas que entrecruzam fronteiras internacionais – adquiram especial importância não apenas na variação do tamanho das populações, mas, também, em sua estrutura etária e composição. Tal processo, por sua vez, tem interação direta com um conjunto de transformações econômicas, produtivas, políticas e sociais que vem se intensificando sobretudo desde a década de 1970. A dispersão espacial da produção e a consolidação e expansão de regimes de contratação alternativos aos vínculos formais em tempo integral e com plena observância de direitos trabalhistas, características do modelo de “acumulação flexível”, e a reorganização da divisão internacional do trabalho, por um lado; e o enrijecimento das políticas migratórias na porção do Norte global mais visada como destino, por outro, produzem efeitos particularmente relevantes para o Sul. Um deles é a propensão de integração dos países “meridionais” à economia global em termos menos vantajosos, afetando a capacidade de absorção do mercado de trabalho local e a disponibilização de oportunidades suficientemente rentáveis de subsistência, cenário em que a emigração passa a ser a muitas pessoas não uma alternativa na busca por mobilidade social, mas, mais criticamente, o caminho restante para a garantia da sobrevivência. Quando o Norte se torna menos acessível, intensificam-se as migrações que, originadas no Sul global, têm seu destino – ou, melhor dito, seu espaço de circulação – localizado dentro desse mesmo lado do mundo. Essas pessoas, apesar de permanecerem no “hemisfério” austral, muitas vezes desempenham atividades produtivas conectadas ao que há de mais “próspero” na economia global, mesmo que na posição de usufruir apenas de despojos da riqueza que contribuem para gerar.

Seria esse o caso de muitos migrantes paraguaios inseridos no ramo da confecção têxtil em São Paulo, atuantes praticamente como trabalhadores indiretamente exportados – nos termos de Wise (2020) – na cadeia global da moda? Se sim, como essas pessoas assimilam o contexto macro de transformações ao qual se aludiu anteriormente e se articulam junto às suas redes migratórias para fazer-lhe frente, atenuá-lo ou modificá-lo? Essas são algumas das perguntas às quais se deseja reagir com base no conteúdo e aporte teórico oferecidos neste primeiro capítulo. Sendo assim, é relevante explicitar que um dos pontos que se buscou deixar

claro até aqui é que a migração é um fenômeno social complexo e que deve ser analisado a partir de diversos níveis, desde o das questões estruturais e do funcionamento da governança migratória vigente nos espaços de circulação até o nível dos próprios indivíduos que empreendem o deslocamento, com todas as estratégias usadas em suas trajetórias migratórias e a forma como incorporam pessoas e territórios aos seus “espaços de vida”.

Antes de endereçar mais propriamente essas questões, entretanto, é indispensável ter um conhecimento prévio sobre o país de origem dos migrantes que estão no coração da presente tese.

CAPÍTULO 2 – PARAGUAI: PASSADO E PRESENTE

INTRODUÇÃO

Com este capítulo, tem-se o propósito de traçar um panorama sobre a realidade do Paraguai em suas mais variadas facetas, de modo a contribuir com a compreensão do leitor sobre o país de origem dos migrantes que estão no cerne do presente estudo e possibilitar que se situe a questão migratória paraguaia nos diferentes contextos em que ela se insere.

Para tanto, dividiu-se o texto em duas partes. Na primeira, expõe-se uma série de dados e informações de caráter demográfico, geográfico, econômico, social e étnico da atualidade do Paraguai. Foram utilizadas nessa etapa da pesquisa fontes secundárias, como levantamentos censitários, relatórios de organizações internacionais e publicações oficiais de órgãos estatísticos do Estado paraguaio.

Já na segunda parte, faz-se um resgate da história do país desde os tempos pré-colombianos até a contemporaneidade, sendo elencados marcos políticos da trajetória de formação da nação paraguaia com avaliações pontuais sobre alguns deles. Os principais materiais dos quais se fez uso foram livros e artigos científicos, com prioridade a publicações paraguaias. É mister a ressalva de que, por se tratar de uma síntese e por esta ter sido conduzida, em vários momentos, com vista especificamente à consecução dos objetivos adotados na tese, muitos eventos relevantes na história do Paraguai foram pouco detalhados ou sequer receberam menção.

2.1 Perfil demográfico, geográfico, econômico, social e étnico do Paraguai na atualidade

O Paraguai está situado no que a literatura clássica da geopolítica brasileira – pelas mãos de autores como Mario Travassos – comumente denominava “*heartland*” (ou “coração”) da América do Sul, considerando a centralidade estratégica de sua posição no continente em relação aos oceanos Atlântico e Pacífico (Andersen, 2018; Rolon, 2011). Compartilha fronteiras a sul e sudoeste com a Argentina, a leste e nordeste com o Brasil e a norte e noroeste com a Bolívia, conforme ilustrado no Mapa 1, a seguir:

MAPA 1 – O Paraguai na América do Sul



Fonte: IBGE [201-?]. Recorte e edição nossos.

Nota: Na Bolívia, La Paz é a sede do governo nacional, sendo a capital constitucional do país a cidade de Sucre.

Embora se trate de um país mediterrâneo, o Paraguai compreende em seu território o curso de alguns dos rios mais caudalosos da bacia do Prata (Mapa 2), incluindo-se o Paraná, que não só é um caminho que conduz ao mar como, também, a maior fonte para a geração de energia hidroelétrica da região. Em suas águas estão instaladas duas usinas binacionais, a de Itaipu, com o Brasil (no leste paraguaio), e a de Yacyretá, com a Argentina (ao sul).

MAPA 2 – A Bacia do Prata



Fonte: UNEP (2019a.).

Outro importante rio que deve ser mencionado é o Paraguai, que, dentro do território de seu Estado homônimo, se prolonga por pouco mais de mil quilômetros (Dirección del Servicio Geográfico Militar [Disergemil], 2021), dividindo-o em duas grandes regiões, a oriental e a ocidental. A primeira, apesar de ser a de menor extensão – com uma área de 159.827 km², correspondente a 39,3% da superfície do país (Disergemil, 2021) –, é a que concentra a maior parte da população paraguaia – mais precisamente, 97% do total ou 5.896.561 indivíduos, conforme resultados preliminares do Censo de 2022 (Instituto Nacional de Estadística [INE], 2023a). Já a última, com 246.925 km² (60,7% do território paraguaio) (Disergemil, 2021), possui 213.083 habitantes segundo levantamentos para o mesmo ano (INE, 2023a), o que

implica uma densidade demográfica de apenas um habitante por quilômetro quadrado, quando no oriente paraguaio o número é 37 vezes maior. É comumente referenciada pelo bioma que abriga, o Chaco, de clima semiárido e baixa disposição de recursos hídricos, o que a tornou historicamente pouco atrativa para o povoamento e a exploração econômica, realidade que, como se verá mais adiante, tem mudado sobretudo desde a virada ao século XXI (Vázquez, 2011).

Em termos político-administrativos, o Paraguai está organizado em dezessete departamentos, sendo 14 na região oriental e 3 na ocidental, além da cidade autônoma de Asunción⁶⁸, como se observa no Mapa 3 – no qual constam, ainda, as capitais departamentais e os principais rios e vias da malha rodoviária do país:

⁶⁸ A vigente divisão foi estabelecida por meio da Lei nº 71, de 6 de novembro de 1992 (Paraguay, 1992a).

TABELA 3 – População da República do Paraguai por departamento, Censos de 2002, 2012 e 2022 (resultados preliminares)

REGIÃO ORIENTAL							
Departamento	POPULAÇÃO						
	2002	2012	2022	Cresc. 2002-2022		Cresc. 2012-2022	
				Vol.	Taxa*	Vol.	Taxa*
Central	1.362.893	1.855.241	1.866.562	503.669	1,57	11.321	0,06
Alto Paraná	558.672	737.092	784.839	226.167	1,70	47.747	0,63
Asunción	512.112	529.433	477.346	-34.766	-0,35	-52.087	-1,04
Itapúa	453.692	554.653	436.966	-16.726	-0,19	-117.687	-2,38
Caaguazú	435.357	518.218	430.142	-5.215	-0,06	-88.076	-1,86
San Pedro	318.698	394.169	341.895	23.197	0,35	-52.274	-1,42
Cordillera	233.854	279.860	271.475	37.621	0,75	-8.385	-0,30
Concepción	179.450	226.585	204.536	25.086	0,65	-22.049	-1,02
Paraguarí	221.932	248.461	199.430	-22.502	-0,53	-49.031	-2,20
Canindeyú	140.137	198.899	189.128	48.991	1,50	-9.771	-0,50
Guairá	178.650	209.900	180.121	1.471	0,04	-29.779	-1,53
Amambay	114.917	151.395	173.770	58.853	2,07	22.375	1,38
Caazapá	139.517	172.345	140.060	543	0,02	-32.285	-2,07
Misiones	101.783	116.672	114.542	12.759	0,59	-2.130	-0,18
Ñeembucú	76.348	86.180	85.749	9.401	0,58	-431	-0,05
Total	5.028.012	6.279.103	5.896.561	868.549	0,80	-382.542	-0,63
REGIÃO OCIDENTAL							
Departamento	POPULAÇÃO						
	2002	2012	2022	Cresc. 2002-2022		Cresc. 2012-2022	
				Vol.	Taxa*	Vol.	Taxa*
Presidente Hayes	82.493	109.818	126.880	44.387	2,15	17.062	1,44
Boquerón	41.106	56.440	68.595	27.489	2,56	12.155	1,95
Alto Paraguay	11.587	15.682	17.608	6.021	2,09	1.926	1,16
Total	135.186	181.940	213.083	77.897	2,28	31.143	1,58
PARAGUAI							
Total	5.163.198	6.461.043	6.109.644	946.446	0,84	-351.399	-0,56

Fonte: DGEEC (2004; 2016c) e INE (2023a).

* Taxa média de crescimento anual em percentual (modelo exponencial).

Antes de qualquer leitura dos números expostos acima, dois esclarecimentos devem ser feitos. O primeiro deles é que a redação destas linhas se dá em um momento que pode ser considerado pouco oportuno, tendo em vista sua antecipação à divulgação completa dos resultados do censo demográfico levado a cabo em 2022 no Paraguai. Desse modo, o que se expôs na Tabela 3 em relação ao citado ano consiste em dados preliminares, que provavelmente ainda receberão algum ajuste, por mais sutil que termine sendo. Já o segundo esclarecimento se refere às limitações do Censo de 2012. Em comparação com as quatro edições predecessoras, essa foi a que apresentou o maior grau de “omissão censitária”, posto que sua cobertura

populacional sequer teria alcançado os 75%, bastante distante dos 93% de 2002, por exemplo (Inter-American Development Bank [IDB], [2016?]). A cautela no uso dos dados provenientes do recenseamento de 2012 é amplamente difundida entre pesquisadores que trabalham com fontes demográficas no Paraguai, sobretudo porque o que se encontra publicamente disponível para consulta são as correções efetuadas pelo órgão estatístico competente, as quais se suspeita terem fundamentação em pressupostos, em alguma extensão, equivocados – como no caso do comportamento da componente migratória (Latitud 25, 2023). De qualquer forma, é com base nesses dados que certas projeções adotadas como referência no país durante o período intercensitário teriam sido elaboradas (e.g. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos [DGEEC], 2015a; 2015b; 2015c). Quando se tornou possível afrontá-las com o que começou a ser divulgado do Censo de 2022, algumas surpresas surgiram, em especial, a de que a população paraguaia teria cerca de um milhão de pessoas a menos do que se imaginava, algo inicial e mormente atribuído à subestimação da emigração internacional (Latitud 25, 2023). É por esse motivo que, na Tabela 3, se optou por traçar a variação de volumes populacionais do Censo de 2022 não só em relação a 2012, mas, também, 2002, já que este apresentaria dados mais confiáveis.

Dito isso, a primeira observação que se pode fazer está relacionada à evidente concentração de população na região oriental, destacando-se a situação do departamento Central, onde residem mais de 1,8 milhão de pessoas. Dele são parte os municípios que circundam a capital nacional e que conformam com esta a chamada *Área Metropolitana de Asunción* (AMA)⁷⁰, compreendendo, sozinha, 30,6% do total de habitantes do país, segundo projeções para 2022⁷¹ (DGEEC, 2015a). Na sequência, encontram-se Alto Paraná, Asunción e os departamentos de Itapúa e Caaguazú, com, respectivamente, 784.839, 477.346, 436.966 e 430.142 residentes (INE, 2023a).

Na região ocidental, o departamento mais populoso é o de Presidente Hayes, cuja capital, Villa Hayes, está a menos de 35 quilômetros de Asunción por estrada, respondendo por cerca de 40% da população *hayense* (DGEEC, 2015a) – ou, em termos absolutos, algo em torno de 50 mil habitantes, caso se aplique o percentual sobre os resultados preliminares de 2022

⁷⁰ Além de Asunción, outros dez municípios – ou *distritos*, como oficialmente são denominados – compõem a AMA, sendo eles (com o respectivo tamanho populacional, segundo projeções para 2022, com provável superestimação em todos os casos) Luque (290.294 habitantes), San Lorenzo (261.280), Capiatá (249.006), Lambaré (188.300), Fernando de la Mora (186.548), Limpio (160.432), Ñemby (153.103), Mariano Roque Alonso (109.789), Villa Elisa (83.733) e San Antonio (73.706) (Estigarribia, 2019, p. 30; DGEEC, 2015a). Trata-se de uma área em que se verifica contiguidade urbana entre os municípios compreendidos (BID, 2014).

⁷¹ O número deve ser atualizado quando saírem os resultados completos do Censo de 2022.

(INE, 2023a). Os demais – Boquerón e Alto Paraguay – somam menos de 90 mil pessoas (INE, 2023a).

Uma comparação dos dados de 2022 com os de 2012 levaria à conclusão de que o Paraguai perdeu população. Seriam 350 mil pessoas a menos em apenas dez anos, culminando em um total de 6,1 milhões de habitantes na atualidade. Na região oriental, todos os departamentos, com exceção apenas de Alto Paraná, Amambay e Central, se enquadrariam nessa situação. Em Itapúa, o decréscimo populacional (de 117.687 indivíduos) equivaleria a um quinto do cômputo populacional de 2012, ao passo que em Caaguazú, de 17% (ou 88.076 indivíduos). Mesmo em relação a 2002, esses dois departamentos – a despeito da maioria de seus pares e do país como um todo – se revelariam menos populosos agora, efeito principalmente de uma volumosa emigração, seja a destinos domésticos ou a internacionais, como se verá no Capítulo 3.

A capital paraguaia também estaria entre os casos em que tanto frente a 2012 como a 2002 são apresentados números negativos. Tal tendência descendente vem de mãos dadas com a diminuição da média de residentes por domicílio no Paraguai, de 4,7 a 3,9 e, finalmente, a 3,5 nos últimos três recenseamentos (INE, 2023a). Embora a quantidade de domicílios no país, por outro lado, tenha se elevado no mesmo período – a dizer, de 1,1 a 1,4 milhão e, posteriormente, a 1,7 milhão (INE, 2023a) –, Asunción, em específico, tem suas possibilidades de expansão territorial limitadas por sua geografia, de modo que é de se supor que uma fração do encolhimento de seus lares corresponda a pessoas que não se restabeleceram nessa cidade, mas em outras do entorno metropolitano, o que explicaria ao menos parte do crescimento demográfico exibido pelo departamento Central, seja em comparação com 2002 ou 2012.

Outro aspecto que salta aos olhos na Tabela 3 é o ganho de população dos três departamentos da região ocidental. Diante do “estoque” que se registrou em 2002, as taxas médias de crescimento de Presidente Hayes, Boquerón e Alto Paraguay se situam entre 2,0 e 2,5% ao ano, o que demonstraria um avanço no povoamento do Chaco, provavelmente atrelado à ampliação de atividades econômicas por lá, incluindo desde a pecuária e o extrativismo – por mais que estas não tendam a ser intensivas em força de trabalho – até obras viárias.

Prosseguindo-se com os esforços de se compor um perfil demográfico do Paraguai, expõem-se, na Tabela 4, indicadores de razão de sexos, taxa de fecundidade total de período (TFT) e esperança de vida ao nascer (e^0). Dessa vez, a referência serão algumas projeções feitas para 2022, pois não se teve acesso a pesquisas mais atualizadas a tempo. Assim, o que se pretende é proporcionar apenas uma ideia geral sobre a realidade que os números abaixo

iluminam, os quais deverão ser devidamente ajustados a partir dos resultados completos de 2022.

TABELA 4 – População, razão de sexos, taxa de fecundidade total de período (TFT) e esperança de vida ao nascer (e^0) projetadas da República do Paraguai por departamento, 2022

REGIÃO ORIENTAL					
Departamento	População	Razão de Sexos	TFT	e^0	
				Homens	Mulheres
Central	2.286.193	97,0	2,2	72,4	78,3
Alto Paraná	853.610	102,5	2,4	72,4	78,4
Itapúa	633.847	101,9	2,5	72,2	78,1
Caaguazú	576.261	106,1	2,6	72,0	78,0
Asunción	520.917	89,9	1,9	72,1	78,1
San Pedro	445.550	108,8	2,7	71,9	77,9
Cordillera	319.176	107,4	2,4	72,2	78,2
Concepción	262.360	106,0	2,8	72,4	78,3
Paraguarí	261.701	106,9	2,2	72,0	78,0
Canindeyú	243.779	109,7	2,6	71,4	77,5
Guairá	232.503	106,0	2,4	72,3	78,2
Caazapá	196.994	105,4	2,7	72,6	78,5
Amambay	177.252	99,7	2,5	71,9	77,9
Misiones	131.493	101,5	2,3	72,3	78,2
Ñeembucú	91.252	100,1	2,1	72,0	78,0
REGIÃO OCIDENTAL					
Departamento	População	Razão de Sexos	TFT	e^0	
				Homens	Mulheres
Presidente Hayes	132.564	107,1	2,8	70,5	76,7
Boquerón	69.304	106,0	2,8	67,4	73,7
Alto Paraguay	18.937	113,6	2,9	71,1	77,3
PARAGUAI					
Total	7.453.693	101,3	2,47	72,2	78,1

Fonte: DGEEC (2015a; 2015b; 2015c).

Iniciando-se pela razão de sexos⁷², percebe-se que apenas três unidades – todas no oriente paraguaio – apresentam predomínio de mulheres em sua população, sendo elas a cidade autônoma de Asunción e os departamentos Central e Amambay, com números de 89,9, 97,0 e 99,7. Nos demais, indivíduos do sexo masculino são maioria, situação que é mais evidente em

⁷² Trata-se do “número de homens para cada grupo de 100 mulheres na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado” (RIPSA, 2009, p. 60 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “Número de hombres por cada grupo de 100 mujeres en la población residente en determinado espacio geográfico, en el año considerado”). Desse modo, o resultado de exatamente uma centena indica igualdade numérica entre os sexos, enquanto valores superiores e inferiores a tal marca demonstrariam desequilíbrio, pendente, no primeiro caso, aos homens, e, no segundo, às mulheres.

Alto Paraguay (região ocidental), no qual a razão de sexos equivaleria a 113,6. O país, de forma geral, sustenta um indicador de 101,3, o que leva à conclusão de que os homens, ali, são ligeiramente mais numerosos do que as mulheres (DGEEC, 2015a). É relevante mencionar que tal realidade termina por contrastar com o que acontece na maior parte do mundo. Em 2010, um levantamento das Nações Unidas apontava que, de 190 países e territórios com mais de cem mil habitantes analisados, apenas cinquenta (ou 26,3%) apresentavam uma razão de sexos igual ou superior a 101 (United Nations Department of Economic and Social Affairs [UN DESA], 2010)⁷³. Significa dizer que, apesar de os homens tenderem a ser maioria entre os nascidos vivos em populações humanas (UN DESA, 2010), estes geralmente têm uma esperança de vida ao nascer menor devido à exposição a taxas específicas de mortalidade mais elevadas sobretudo quando se tornam jovens adultos (Pan American Health Organization [PAHO], 2019)⁷⁴, resultando na preponderância das mulheres na maior parte dos países⁷⁵. No caso do Paraguai, contribui para a contrariedade desse cenário a emigração, posto que, na Argentina e na Espanha, onde residem mais de 90% dos paraguaios que se encontram no exterior, as mulheres correspondem a, respectivamente, 55,6% e 61% do estoque de migrantes dessa nacionalidade⁷⁶ (OIM, 2011; Bruno, 2013).

No que concerne às taxas de fecundidade total (TFT) – referentes, a recordar, ao número médio de filhos nascidos vivos que se espera que uma mulher tenha ao final de seu ciclo reprodutivo –, constata-se que os indicadores mais elevados estão na região ocidental. O Alto Paraguay, em 2022, apresentaria uma média de 2,9 filhos por mulher, seguido de 2,8 em Boquerón e em Presidente Hayes. No Oriente, há uma realidade um pouco mais heterogênea, na qual os departamentos apresentam taxas que vão desde 2,1 (caso de Ñeembucú) até 2,8

⁷³ Havia, ainda, um grupo de 24 países e territórios com razão de sexos igual a cem (UN DESA, 2010).

⁷⁴ De acordo com o relatório “*Masculinities and health in the region of the Americas*”, da Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO, 2019), parte da menor expectativa de vida entre homens é atribuível a comportamentos derivados das expectativas de uma sociedade patriarcal, que expõe essas pessoas a maiores riscos de serem vítimas de acidentes de trânsito e homicídios a partir dos quinze anos de idade e de padecerem de doenças como a cirrose quando já adultas, apenas para ficar em poucos exemplos.

⁷⁵ No cômputo global, contudo, os homens é que são maioria, considerando que países como a China e a Índia – os dois mais populosos do mundo – têm em suas populações predomínio de indivíduos do sexo masculino, resultando em razões de sexo de, respectivamente, 108 e 107 (UN DESA, 2010).

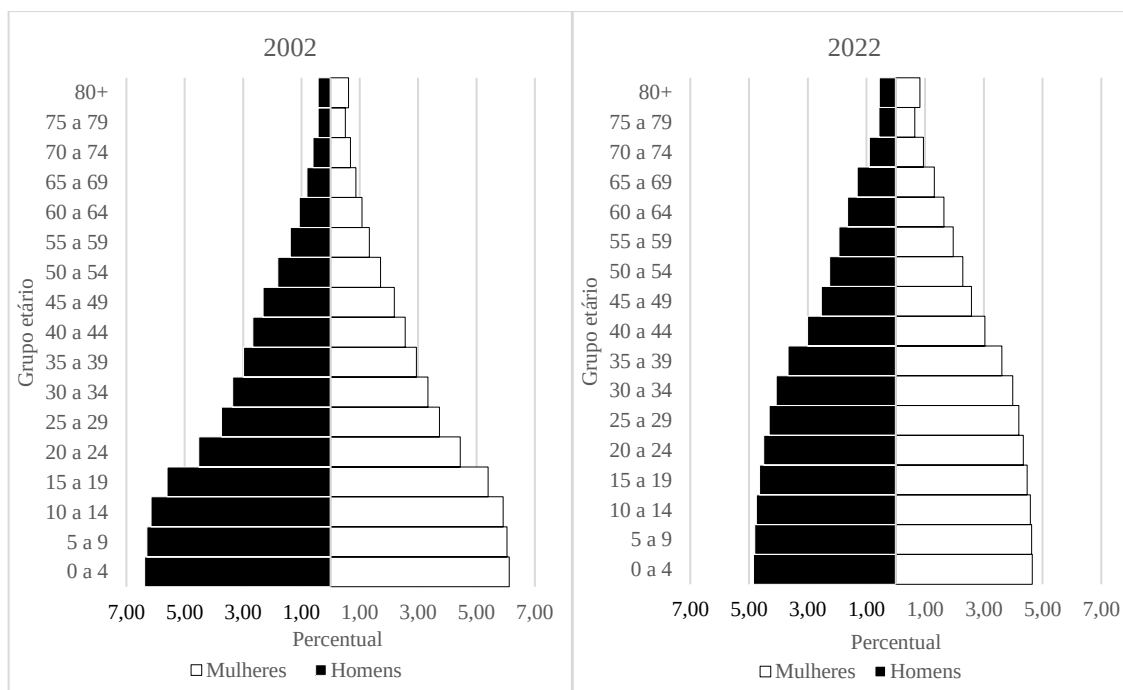
⁷⁶ Ravenstein (1980) – um dos expoentes da corrente neoclássica dos estudos migratórios – sustentava que as mulheres migravam mais do que os homens. Tal assertiva fazia parte de suas “leis da migração”, que, ainda que reconhecendo-se não ser possível adotar em relação às dinâmicas populacionais o mesmo rigor das leis físicas, reuniam um conjunto de tendências ou generalizações acerca do fenômeno migratório, tendo como base inicialmente resultados do Censo britânico de 1881 (Lee, 1980). O autor, no entanto, também alegava que, no geral, as mulheres predominavam nos fluxos migratórios de menor distância, enquanto os homens se dispunham com maior frequência a buscar paragens mais longínquas (Ravenstein, 1980). Tal inferência, como se pôde verificar, foi parcialmente contrariada no caso dos emigrantes paraguaios, tendo em vista que, entre eles, as mulheres são maioria não só na Argentina, um país fronteiriço, como também em seu principal destino de longa distância – a Espanha.

(Concepción) – aproximando-se, portanto, dos níveis ocidentais. Ainda que de forma muito sutil, o único caso de TFT abaixo do nível de reposição (a relembrar, de 2,1, ponto em que convencionalmente se considera que uma população reporia a si mesma na passagem de uma geração a outra) é o de Asunción, onde se teria para 2022 uma média de 1,9 filhos por mulher (DGEEC, 2015b). O Paraguai como um todo tem uma TFT projetada de 2,4 para o mesmo ano.

Sobre a expectativa de vida ao nascer (e^0), por fim, vê-se que o Ocidente apresenta os piores indicadores, em especial, o departamento de Boquerón, com projeção de 67,4 anos aos homens (a única abaixo dos 70 no país) e de 73,7 às mulheres em 2022. No Oriente, os números se encontram entre 71,4 e 72,6 para o sexo masculino e de 77,5 a 78,5 ao feminino. No total do país, a expectativa de vida ao nascer seria de 72,2 anos aos homens e de 78,1 às mulheres. Trata-se de um incremento de, respectivamente, 4,3 e 5 anos em duas décadas, quando tomadas em conta as estimativas de e^0 para 2002 (DGEEC, 2015c).

Por uma perspectiva nacional, outras informações podem ser expostas para compor o panorama demográfico do Paraguai. No Gráfico 3, encontram-se as pirâmides etárias da população com base nos dados censitários de 2002 e em projeções para 2022:

GRÁFICO 3 – População da República do Paraguai por sexo e grupo etário, 2002 e 2022



Fonte: DGEEC (2015d).

No lapso de vinte anos coberto pelos gráficos acima, já é possível observar os efeitos da queda da fecundidade e, consequentemente, da natalidade na estrutura etária,

manifestados, mais precisamente, no estreitamento da base da pirâmide – o que, diga-se de passagem, deve se mostrar ainda mais acentuado quando se desvelarem os resultados completos do Censo de 2022⁷⁷. Com o declínio sustentado do número de nascidos vivos, as faixas correspondentes às idades mais tenras perderam representatividade na população em relação àquelas que incluem indivíduos mais velhos, processo comumente chamado de “envelhecimento relativo”. Se a fecundidade mantém sua tendência decrescente e, alinhado a isso, ocorre um descenso significativo da mortalidade nas idades mais avançadas, produzindo-se um incremento na longevidade – referente à quantidade de anos vividos por um indivíduo, algo refletido nos indicadores de esperança de vida ao nascer –, pode-se esperar uma intensificação do processo de envelhecimento populacional no Paraguai, tendo em vista que, dessa forma, os nascimentos se tornam cada vez menos numerosos ao mesmo tempo que mais pessoas chegam ao “topo” da pirâmide etária (Carvalho; Garcia, 2003).

Outro processo em curso no país que se pode enfatizar é o de urbanização. Trata-se de um fenômeno que transcorre de maneira mais acelerada pelo menos desde a década de 1970⁷⁸, por influência, entre outros fatores, de mudanças ocorridas no modelo de produção agropecuária, as quais levaram a expressivos deslocamentos a urbes, em especial, à AMA, como se verá mais adiante. A primeira vez que foram enumeradas mais pessoas vivendo em áreas urbanas do que em rurais em um censo no Paraguai, contudo, se deu somente na edição de 1992⁷⁹. Naquele momento, 50,3% da população paraguaia residia em cidades, número que se elevou a 56,7% em 2002 (DGEEC, 2004) e a 59,2% em 2012 (DGEEC, 2016b). A média da América Latina e do Caribe, entretanto, é significativamente superior a esses níveis, ultrapassando os 80% em 2018 (CEPAL, 2018c)⁸⁰, o que faz da região uma das mais urbanizadas do mundo por tal critério.

⁷⁷ Além da tendência de queda nos níveis de fecundidade no geral, espera-se que a emigração também contribua com o “estreitamento da base da pirâmide etária”, pois, ao envolver, no caso paraguaio, uma maioria feminina, fará com que muitas mulheres vivam seu ciclo reprodutivo fora do país de origem. Ter-se-iam, dessa forma, tanto efeitos diretos – nomeadamente, a saída, de fato, de pessoas ao exterior – como indiretos da emigração na perda de população no Paraguai.

⁷⁸ Do Censo de 1950 ao de 1972, a porção de população vivendo em zonas urbanas no Paraguai variou positivamente em apenas dois pontos percentuais, fechando em 37%. Nos dez anos seguintes, sem embargo, o número saltou para 43% (DGEEC, 2004).

⁷⁹ O Brasil, a título de comparação, teria se tornado majoritariamente urbano ainda na década de 1960 (Martine; McGranahan, 2010).

⁸⁰ Deve-se ressaltar, porém, que diferentes parâmetros são adotados dentro da região para se definir uma população como urbana ou rural, dificultando uma comparação mais precisa entre os países ou, até mesmo, de um censo a outro. Um estudo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que abrangia desde a década de 1950 à de 1990 identificou que países como Argentina, México e Venezuela adotaram em seus censos durante esse período exclusivamente o critério do número de habitantes. Brasil, Equador e El Salvador, por sua vez, classificavam uma área como urbana ou rural de acordo com sua localização dentro de uma unidade político-administrativa. Outros, como o Chile, o faziam levando em consideração, em alguns levantamentos censitários, a oferta de serviços básicos e a disposição de equipamento público (CEPAL, 2011).

Voltando-se a atenção a indicadores macroeconômicos e sociais e visando estabelecer, dessa vez, comparações circunscritas à América do Sul, apresenta-se abaixo a Tabela 5, em que constam o PIB (Produto Interno Bruto) e o PIB *per capita* – ambos a preços correntes de mercado em dólar estadunidense (USD) – para 2021 e o coeficiente de Gini e os níveis de pobreza e pobreza extrema para 2020 dos países analisados – nos quais somente não está incluída a Venezuela, cujos dados se encontravam indisponíveis na fonte consultada.

TABELA 5 – Produto Interno Bruto (PIB) total e *per capita* a preços correntes de mercado, 2021, e coeficiente de gini e níveis de pobreza e pobreza extrema, 2020, na América do Sul

PAÍS*	PIB (em milhões de USD)*	PIB <i>per capita</i> (em USD)*	Coeficiente de Gini**	Pobreza (%)**	Pobreza extrema (%)**
Brasil	1.608.981	7.519	0,519	18,4	5,1
Argentina	491.492	10.777	-	-	-
Chile	317.059	16.503	0,475	14,2	4,5
Colômbia	314.322	6.131	0,552	39,8	19,2
Peru	214.361	6.426	0,464	28,4	8,6
Equador	106.166	5.935	0,466	30,6	10,8
Uruguai	59.318	17.020	0,397	5,2	0,3
Paraguai	40.458	5.604	0,452	22,3	6,0
Bolívia	40.408	3.415	0,449	32,3	13,5
Guiana	6.817	8.625	-	-	-
Suriname	3.275	5.533	-	-	-

Fonte: CEPAL (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Nota: Dados sobre a Venezuela não estão disponíveis.

* Dados de 2021.

** Dados de 2020.

Segundo os dados expostos, a soma dos bens e serviços produzidos no Paraguai em 2021 esteve em torno de USD 40,5 bilhões, sendo esse valor superado por sete países no continente sul-americano. O Brasil encabeça a tabela com USD 1,6 trilhão, seguido por Argentina (USD 490 bilhões), Chile e Colômbia (cada um com aproximadamente USD 315 bilhões) (CEPAL, 2022a). A título de complementação, pode-se citar que, em 2019, a composição do PIB paraguaio por setor era de 10,4% relativo à agricultura, 33,9% à indústria e 55,7% a serviços (Paraguay, 2020a). A balança comercial do país, por sua vez, apresentou déficit de USD 4,6 bilhões, com exportações somando USD 7,9 bilhões (o que, ao que consta, não inclui as reexportações⁸¹) e importações, USD 12,5 bilhões. Os maiores destinos das primeiras foram Brasil (36%), Argentina (21%), Chile (8%) e Rússia (8%), ao passo que entre

⁸¹ A menção se justifica pelo fato de o Paraguai possuir um expressivo setor informal movido pela reexportação a países vizinhos de produtos importados (Paraguay, 2020a). Esse é o caso da triangulação comercial praticada em zonas de fronteira como Ciudad del Este, como se discutirá mais adiante.

as origens das últimas estão China (33%), Brasil (21%), Argentina (9%) e Estados Unidos (8%). Na pauta de exportações, têm destaque a energia elétrica (23,6% do total), a soja (19,8%)⁸² e a carne bovina (12,9%), que, juntas, respondem por mais da metade dos produtos, enquanto nas importações, mais diversificadas, constam aparelhos elétricos de telefonia ou telegrafia com fios (13,6%), petróleo ou óleo de xisto betuminoso e derivados (12,2%) e veículos para transporte de pessoas (4,2%) (Paraguay, 2020a).

No que tange ao PIB *per capita*, o Paraguai, com USD 5,6 mil⁸³, supera apenas o Suriname e a Bolívia, com, respectivamente, USD 5,5 e 3,4 mil. Uruguai e Chile, por outro lado, exibem números três vezes maiores do que o paraguaio, ultrapassando os USD 16,5 mil, sendo acompanhados por Argentina (USD 10,7 mil) e Guiana (USD 8.625) (CEPAL, 2022b).

Como uma das formas de se dimensionar o equilíbrio na real distribuição dessa renda, fez-se uso também do índice de concentração de Gini. Nesse caso, os números podem ir de zero a um, sendo o limite inferior indicativo de igualdade absoluta e o superior, de total desigualdade. O Paraguai, nesse sentido, possui um desempenho intermediário em comparação aos pares sul-americanos para os quais há dados disponíveis, considerando que seu coeficiente é de 0,452, situação, logo, menos desigual do que a de Colômbia (0,552), Brasil (0,519), Chile (0,475), Equador (0,466) e Peru (0,464), mas menos favorável do que Bolívia (0,449) e Uruguai (0,397) (CEPAL, 2022d)⁸⁴.

Verificam-se na Tabela 5, por fim, os níveis de pobreza e de pobreza extrema, condições cuja definição obedece a critérios específicos adotados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). De maneira bastante sucinta, o cálculo da renda domiciliar que demarca a linha de pobreza extrema inclui, por um lado, o consumo calórico mínimo que um ser humano deveria ter diariamente de acordo com recomendações internacionais e, por outro, o custo por quilocaloria praticado na sociedade em questão. Já para o caso da pobreza, levam-se em conta também gastos com necessidades básicas não alimentares (CEPAL, 2018b). Prosseguindo-se aos resultados propriamente ditos, vê-se que a pobreza no Paraguai acometeria 22,3% de sua população, ao passo que a pobreza extrema, 6%, números superiores apenas àqueles sustentados por Uruguai (5,2% e 0,3%, respectivamente), Chile (14,2% e 4,5%) e Brasil (18,4% e 5,1%) (CEPAL, 2022c).

⁸² Tal percentual não inclui derivados desse produto, como “farinha, pellets e demais resíduos da extração de óleo de soja” (correspondente a 8,7% das exportações em 2019) e “óleo de soja e suas frações” (4,9%).

⁸³ Resultados do Censo de 2022 podem gerar uma revisão para cima desse valor, considerando que a população paraguaia se revelou menor do que o que se projetava.

⁸⁴ Tem-se consciência de que o coeficiente de Gini é mais complexo em sua formulação e na leitura de seus resultados do que o que se apresentou neste parágrafo, o que requer ponderação na hora de se tirarem grandes conclusões a partir da simples comparação do índice de um país com o de outro.

Recorreu-se, de igual modo, ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2019, conforme divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou, no acrônimo em português, PNUD (United Nations Development Programme [UNDP], 2020). Três componentes são considerados em seu cálculo, sendo eles: I) “vida longa e saudável” (“*long and healthy life*”), que concerne à expectativa de vida ao nascer; II) “conhecimento” (“*knowledge*”), relacionado aos anos de escolaridade esperados e a média daqueles, de fato, cumpridos; e III) “um padrão de vida decente” (“*a decent standard of living*”), referente ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* por poder de paridade de compra (PPP) em 2017. Os resultados vão de zero a um, com valores mais altos correspondendo a um maior nível de desenvolvimento humano. Outro indicador incluído na aludida publicação é o IDH Ajustado à Desigualdade (“*Inequality-adjusted Human Development Index*”), no qual, em suma, são descontados os efeitos das desigualdades sociais que podem permear os avanços nos três componentes supracitados. Ambos os indicadores podem ser consultados na Tabela 6, a seguir:

TABELA 6 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na América do Sul, 2019

PAÍS	IDH	Nível de Desenvolvimento Humano	Posição no Ranking Mundial	IDH Ajustado à Desigualdade	Variação na posição em relação à do IDH
Chile	0,851	Muito alto	43	0,709	-11
Argentina	0,845	Muito alto	46	0,729	-4
Uruguai	0,817	Muito alto	55	0,712	-1
Peru	0,777	Alto	79	0,628	-8
Colômbia	0,767	Alto	83	0,595	-12
Brasil	0,765	Alto	84	0,570	-20
Equador	0,759	Alto	86	0,616	-3
Suriname	0,738	Alto	97	0,535	-17
Paraguai	0,728	Alto	103	0,557	-7
Bolívia	0,718	Alto	107	0,546	-9
Venezuela	0,711	Alto	113	0,588	+8
Guiana	0,682	Médio	122	0,556	+5

Fonte: UNDP (2020).

O Paraguai, ainda que situado na faixa de desempenho “alto” em relação a desenvolvimento humano, ocupa apenas a 103^a posição no *ranking* mundial, com IDH de 0,728. Na América do Sul, está à frente apenas de Bolívia (em 107^o, com índice de 0,718), Venezuela (113^a, com 0,711) e Guiana (122^a, com 0,682). Quando ajustado aos efeitos da desigualdade, o IDH paraguaio descende a 0,557, fazendo o país perder sete posições na lista.

Para complementar o compilado de dados demográficos, sociais e econômicos sobre o Paraguai feito até aqui, vale reservar as próximas linhas à abordagem de aspectos étnicos, religiosos e linguísticos, com especial atenção aos últimos.

Uma das características distintivas da sociedade paraguaia em seu continente é o amplo uso de uma língua autóctone da América do Sul, o guarani, até os dias de hoje. Na Tabela 7, observa-se a quantidade e o percentual de domicílios em que o idioma é empregado, sendo possível compará-lo com o castelhano⁸⁵ e outros falados no país na data do recenseamento de 2012:

TABELA 7 – Idioma predominante falado nos lares do Paraguai, 2012

IDIOMA	DOMICÍLIOS					
	Total do País		Área Urbana		Área Rural	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Guarani	419.265	34,0	113.923	15,4	305.342	62,2
Castelhano	187.951	15,2	163.752	22,1	24.199	4,9
Castelhano e guarani	570.685	46,3	444.336	59,9	126.349	25,7
Português	24.318	2,0	9.840	1,3	14.478	2,9
Alemão	9.017	0,7	2.586	0,3	6.431	1,3
Idioma indígena	14.192	1,2	1.177	0,2	13.015	2,7
Outro idioma	1.889	0,2	1.378	0,2	511	0,1
Não fala	174	0,0	107	0,0	67	0,0
Não informado	5.005	0,4	4.356	0,6	649	0,1
Total	1.232.496	100,0	741.455	100,0	491.041	100,0

Fonte: DGEEC (2016b).

Nota-se que, a nível nacional, o bilinguismo guarani-castelhano é predominante, considerando que em 46,3% dos lares paraguaios a comunicação é feita dessa forma. O número certamente contempla também o que coloquialmente se denomina “*jopará*”, vocábulo em guarani para “mistura”, em alusão a uma variante linguística que se fundamenta na junção gramatical, semântica, morfológica, fonética e até ortográfica dos dois idiomas. Quando observado o monolinguismo, entretanto, o guarani se avulta, com incidência em 34% dos domicílios, resultado fortemente influenciado pela realidade do campo, onde, na maioria absoluta dos casos (62,2%), fala-se apenas esse idioma.

Segundo Melià (2011), o guarani pertence à família linguística tupi-guarani, que compreende outros 25 idiomas, dispersos por toda a região amazônica e subtropical. O guarani,

⁸⁵ Nesta tese, os termos “castelhano” e “espanhol” se referem ao mesmo idioma.

em específico, abrangeria seis grandes variantes⁸⁶, sendo uma delas a paraguaia, com origem no século XVI, durante o processo de mestiçagem entre indígenas e espanhóis nos tempos da colonização. Foram introduzidos, aos poucos, neologismos e hispanismos à língua, além da substituição do sentido tradicional de determinadas palavras (Melià, 2011).

As autoridades coloniais jamais promoveram o uso do guarani no Paraguai, priorizando o castelhano em tudo o que concernisse à esfera pública. Por outro lado, a então província, por não dispor de riquezas como ouro e prata da forma como se via em outras regiões do continente, não atraiu muitos espanhóis, contribuindo para que o guarani se mantivesse como idioma corrente entre a maioria da população local, que o seguiu reproduzindo dentro e fora de suas casas (Melià, 2011). Na prática, diz Melià (2011), era possível dizer que vigorava no Paraguai um monolinguismo em guarani, mas sob dominação espanhola.

Já nas Missões Franciscanas e, mais destacadamente, nas Jesuíticas – experiências que se estenderam do fim do século XVI à década de 1760, como se abordará à frente –, o guarani se firmou ainda mais como língua “única”. Foi nessas comunidades que se elaborou uma gramática escrita do idioma⁸⁷ e os primeiros dicionários, inaugurando-se, também, um período de produção de obras literárias e outros textos. O guarani utilizado em território missionário guardava algumas diferenças em relação àquele falado no restante da província do Paraguai, que acabou prevalecendo com o tempo depois da expulsão da Companhia de Jesus em 1767 pela Coroa espanhola (Melià, 2011).

No pós-independência – cujo marco é o ano de 1811 –, o Estado paraguaio continuou favorecendo a adoção do castelhano, idioma no qual se fazia toda a comunicação oficial do governo, elaboravam-se os documentos da administração pública e se redigiam as leis nas distintas esferas do poder público⁸⁸. O guarani, paradoxalmente, era escutado em todos

⁸⁶ Verón (2020a), por sua vez, menciona a existência de mais de 50 variantes dialetais de guarani faladas até hoje.

⁸⁷ Reconhece-se como “criador do guarani escrito” o frei Luis Bolaños, a quem se atribui, ademais, o papel de fundador das Missões (ou Reduções) Guaraníticas (Estragó, 2011).

⁸⁸ Como relembra Verón (2020a, p. 207), “em um processo de independência, quando um povo rompe com o jugo colonizador, o mais lógico é que também se rompa com suas estruturas econômicas, sociais, políticas, religiosas, culturais e linguísticas para erguer a identidade sobre raízes próprias, arrancadas pelos colonizadores. No Paraguai e em toda a América, esse axioma não foi cumprido. Por mais paradoxal que pareça, os países do continente americano, uma vez rompida a subordinação política com os países europeus, assumiram como próprios somente os modelos, racionalidades, formas de ser e estar da Europa, cultivando-os e impondo-os por meio das políticas públicas. Esse rechaço às raízes americanas e a sobrevalorização das culturas ocidentais têm raízes históricas profundas” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*En un proceso de independencia, cuando un pueblo rompe el yugo colonizador, lo lógico es que también rompa con sus estructuras económicas, sociales, políticas, religiosas, culturales y lingüísticas para vertebrar la identidad sobre las raíces propias, desterradas por los colonizadores. En Paraguay y en toda América ese axioma no se ha cumplido. Por más paradójico que parezca, los países del continente americano, una vez rota la subordinación política con los países europeos, asumieron como propios solamente los modelos, racionalidades, formas de ser y estar de Europa, los cultivó y los impusieron a través de las políticas públicas. Estos rechazos a las raíces americanas y la sobrevaloración de las culturas*”).

os cantos do país, mas praticamente sem ter qualquer registro escrito, sendo alvo, ainda, de declarada estigmatização. Durante a gestão de Carlos Antonio López (1844-1862), por exemplo, crianças que falavam o idioma nas escolas chegavam a ser punidas com açoite e outros métodos, conforme apontado por Melià (2011). De qualquer forma, o guarani continuou como, *de facto*, a língua própria do Paraguai, apesar da atuação contrária do Estado (Melià, 2011).

Nas guerras que o Paraguai travou com países vizinhos nos séculos XIX e XX – a dizer, a da Tríplice Aliança, de 1864 (ou 1865) a 1870, contra Argentina, Brasil e Uruguai; e a do Chaco, de 1932 a 1935, contra a Bolívia –, o guarani terminou, enfim, por ter momentos de reconhecimento de sua importância. É ilustrativo o fato de as tropas paraguaias estrategicamente o terem adotado em sua comunicação interna, de modo a dificultar a compreensão dos oponentes sobre táticas e movimentações militares a serem feitas (Melià, 2011).

Na segunda metade do século XX, vigorou, nos termos de Melià (2011), uma “doutrina do bilinguismo” no país. Um de seus produtos foi o artigo 5º da Constituição de 1967, em que se reconhecia que “os idiomas nacionais da República são o espanhol e o guarani” (tradução livre)⁸⁹, embora apenas o primeiro, naquele momento, fosse considerado de uso oficial (Paraguay, 1967). O guarani só viria a ascender a esse *status* a partir da Carta Magna de 1992, texto pelo qual o Paraguai se assume como “pluricultural e bilingue” (Paraguay, 1992b, art. 140º)⁹⁰. Por fim, em 2010, promulgou-se a Lei nº 4251, mais conhecida como “Lei de Línguas” (*Ley de Lenguas*), definindo-se nela que

[...] as línguas oficiais da República terão vigência e uso nos três Poderes do Estado e em todas as instituições públicas. O guarani deverá ser objeto de especial atenção por parte do Estado, como símbolo da identidade cultural da nação, instrumento de coesão nacional e meio de comunicação da maioria da população paraguaia (Paraguay, 2010, art. 3º – tradução livre)⁹¹.

Determinou-se, nessa mesma direção, que um indivíduo tivesse acesso a informações oficiais do Estado não só em castelhano, mas, também, em guarani, e que este

occidentales tienen raíces históricas profundas”). A marginalização do idioma guarani na sociedade paraguaia parece ser reflexo desse contexto.

⁸⁹ Trecho original, em castelhano: “*Los idiomas nacionales de la República son el español y el guaraní. Será de uso oficial el español*” (Art 5º, Paraguay, 1967).

⁹⁰ O texto do artigo é finalizado na consideração de que “as línguas indígenas, assim como as de outras minorias, fazem parte do patrimônio cultural da Nação” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*Las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación*”) (Paraguay, 1992b).

⁹¹ Trecho original, em castelhano: “*Las lenguas oficiales de la República tendrán vigencia y uso en los tres Poderes del Estado y en todas las instituciones públicas. El idioma guaraní deberá ser objeto de especial atención por parte del Estado, como signo de la identidad cultural de la nación, instrumento de cohesión nacional y medio de comunicación de la mayoría de la población paraguaya*” (art. 3º, Paraguay, 2010).

idioma pudesse ser utilizado diante de órgãos públicos como os de justiça, sem que eventuais declarações a serem prestadas precisassem ser traduzidas (Paraguay, 2010, art. 9º, incisos 3 e 5). Faz parte dos direitos linguísticos, ainda, que, desde os primeiros anos do processo escolar, a pessoa tenha acesso à educação em sua língua materna, seja ela uma das duas reconhecidas como oficiais no país ou indígena (Paraguay, 2010, art. 9º, inciso 6,), entre outras disposições.

Por meio da Lei de Línguas, ademais, foram instituídas a Secretaria de Políticas Linguísticas e a Academia da Língua Guaraní. A primeira, subordinada à Presidência da República, teria entre suas competências a de aplicar a referida lei, planejando, junto com outros organismos públicos e privados atuantes na área, o uso das línguas nos mais variados âmbitos, como o educacional, político, judicial e profissional (Paraguay, 2010, art. 35º). Já a segunda, uma entidade privada sem fins lucrativos, estaria incumbida de “estabelecer a normativa da língua guaraní em seus aspectos ortográfico, lexicológico, terminológico, gramatical e discursivo” (tradução livre)⁹², além de publicar dicionários e livros de gramática nesse idioma (Paraguay, 2010, art. 45º).

A principal ressalva que Melià (2011) faz ao que denomina “doutrina do bilinguismo” é que, na prática, o guaraní é marcado política e socialmente pelo estigma da inferioridade, de modo que, em geral, os falantes monolíngues de guaraní rapidamente passam a ser “bilingues guaranis” e, subsequentemente, “bilingues castelhanos”, sendo que, em contrapartida, os falantes de castelhano, mesmo que tenham sido inicialmente “bilingues castelhanos”, dificilmente recuperam o guaraní. Tal idioma, além disso, sofreria com fatores como a falta de pesquisa linguística, a baixa adesão nos meios de comunicação e a pouca normatividade. Conclui o autor, em suma, que “o fato de o guaraní paraguaio ser uma língua indígena dentro de uma sociedade não indígena e profundamente colonizada o coloca em um difícil caminho que está para ser traçado, ainda que haja experiências históricas aproveitáveis” (Melià, 2011, p. 443 – tradução livre)⁹³.

Verón (2020b), por sua vez, identifica que o guaraní é um idioma que tem conquistado avanços nos campos jurídico e simbólico, mas que, na realidade, se encontra em

⁹² Trecho original, em castelhano: “*La Academia de la Lengua Guaraní tiene competencias para establecer la normativa de la lengua guaraní en sus aspectos ortográfico, lexicológico, terminológico, gramatical y discursivo. Le compete igualmente publicar los diccionarios y gramáticas oficiales de la lengua guaraní. Las tareas normativas se basarán en investigaciones Lingüísticas y atenderán las modalidades de uso de la lengua hablada*” (art. 45º, Paraguay, 2010).

⁹³ Trecho original, em castelhano: “*El hecho de ser el guaraní paraguayo una lengua indígena dentro de una sociedad no indígena y profundamente colonizada lo coloca en un difícil camino que está por ser trazado, aunque hay experiencias históricas aprovechables*” (Melià, 2011, p. 443).

situação preocupante devido ao declínio de seu emprego inclusive no meio rural. É representativo disso um relato do próprio autor (Verón, 2020a, p. 210-211), traduzido abaixo:

O uso do castelhano vem se estendendo a todos os âmbitos. No campo, por exemplo, é normal agora escutar camponeses falando em castelhano, algo impensável 40 anos atrás. O autor deste artigo é do interior, de um distrito de Caaguazú. Quando criança, não escutava o castelhano, salvo na escola e em alguns meios de comunicação. Nessa época, provavelmente cerca de 95% da população camponesa era monolíngue em guarani. As crianças rurais se comunicavam somente em guarani, porque essa era a língua da casa, da rua e da escola (salvo nas salas de aula, onde o uso do castelhano era “obrigatório”). Na época em que vivia no campo, na capela da igreja falava-se só o guarani. Até mesmo a Bíblia era lida somente nessa língua. Depois de três décadas, voltei ao local onde nasci e de onde parti até vir à capital. Tãmanha foi a surpresa quando vi que na capela a celebração da palavra era feita em castelhano e que muitos pais e mães falavam com seus filhos e filhas em guarani e castelhano, algo impensável em minha infância. Fora da capela, dirigi-me a um grupo de meninas que brincavam e perguntei a uma delas qual era o seu nome, ao que ela respondeu ‘não entendo guarani’ (tradução livre)⁹⁴.

Um dos motivos apontados por Verón (2020a) para a perda de espaço do guarani se refere ao seu *status* em comparação com o castelhano. Enquanto este é o idioma utilizado na administração pública, nas escolas e universidades e nos negócios, o guarani fica praticamente circunscrito ao ambiente familiar e à informalidade. Uma das formas de se responder a isso, segundo o mesmo autor (Verón, 2016), seria a partir da adoção de políticas públicas que equiparassem a importância do guarani à do castelhano, em cumprimento à Lei de Línguas, o que poderia incluir o efetivo uso do idioma nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana, desde a sinalização de trânsito até a documentação tramitada pela burocracia pública⁹⁵.

O estágio em que se vê a língua guarani atualmente, no entanto, é também reflexo de questões sociais históricas e de complexa resolução. Uma das mais evidentes é o êxodo rural e a aceleração da urbanização decorrente da expansão do agronegócio e de consequentes

⁹⁴ Trecho original, em castelhano: “*En la actualidad, esta configuración tácita ha cambiado. El uso del castellano se ha extendido a todos los ámbitos. En el campo, por ejemplo, es normal ahora escuchar hablar a campesinos en castellano, algo impensable 40 años atrás. El autor de este artículo es de tierra adentro, de un distrito de Caaguazú. Cuando niño, no escuchaba el castellano, salvo en la escuela y en algunos medios de comunicación. En esa época, el 95% de la población campesina, probablemente, era monolingüe guaraní. Los niños rurales se comunicaban solo en guaraní porque esta era la lengua de la casa, de la calle y de la escuela (salvo en las aulas, donde el uso del castellano era “obligatorio”). En la época en que él vivía en el campo, en la capilla de la iglesia se hablaba solo el guaraní, hasta la biblia se leía solo en esta lengua. Después de tres décadas volvió a la compañía donde nació y de donde vino hacia la Capital. Tanta fue su sorpresa cuando encontró que en la capilla la celebración de la palabra se realizaba en castellano, y que muchos papás y mamás hablaban a sus hijos e hijas en guaraní y castellano. Algo impensable en su niñez. Fuera de la capilla se dirigió a un grupo de niñas que jugaban, y le preguntó a una de ella cuál era su nombre, pregunta a la cual ella respondió: ‘Yo no entiendo guaraní’*” (Verón, 2020a, p. 210-211).

⁹⁵ Verón (2014) argumenta que o castelhano foi favorecido pelas autoridades públicas desde os tempos coloniais no Paraguai, o que explica sua expansão a despeito de sua condição de língua minoritária. O que o autor reivindica é que o guarani também goze de semelhante benefício, uma língua que, afinal, “chegou a este século [XXI] graças ao lar e à família e apesar do Estado e da escola” (Verón, 2014, p. 114 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*El guaraní ha llegado a este siglo gracias al hogar, a la familia y a pesar del Estado y la escuela*”).

conflitos fundiários, tema que será devidamente abordado em outros momentos da tese. O desarraigo, em primeiro lugar, afetaria a sobrevivência de um idioma na medida em que se deixa para trás o território no qual tinha raízes e onde encontrava reunidos elementos culturais, identitários e simbólicos que sustentavam sua existência (Escobar, 2020). Em segundo lugar, os indígenas e pequenos agricultores que se deslocam em direção às grandes cidades tendem a se deparar nesses espaços com condições adversas à manutenção de sua língua materna. O desfrute de serviços públicos em regiões como a Grande Asunción, por exemplo, estaria majoritariamente condicionado ao domínio do castelhano, o que geraria uma exclusão de paraguaios monolíngues em guarani em seu próprio país (Verón, 2016). A preservação do idioma guarani, dessarte, não seria apenas uma questão linguística, mas, também, social, de modo que sua consecução significaria garantir direitos elementares a uma grande parcela da própria população natural do Paraguai. Por esse motivo, Verón (2016) defende que “não se pode planejar a normalização da língua sem levar em conta as mudanças sociais necessárias para tanto” (Verón, 2016).

Considerando-se que, além de sua importância social, há um conjunto de conhecimentos, valores e memórias que são perdidos quando uma língua desaparece, Verón (2016) complementa dizendo que

O guarani, de alguma forma, tem muita relação com o campo, tem muita relação com a natureza, tem muita relação com a preservação do ambiente que estamos destruindo no Paraguai e, em grande medida, na América Latina. Se o guarani se debilita e morre, é certo que nossa cosmovisão – da grande maioria dos paraguaios que sabem o guarani – desaparece. Se o guarani desaparece, ou qualquer língua desaparece, morre, então, toda uma visão de mundo e toda uma cultura que essa língua veicula.

Nesse sentido, especial atenção deveria ser dirigida aos monolíngues, que, ainda segundo Verón (2020a), seriam “o pulmão da língua”. Sobre isso, o autor explicita que as comunidades monolíngues em guarani, que, em meados do século XX, correspondiam a cerca de 50% da população paraguaia, hoje seriam em torno de 15%, o que seria motivo de preocupação para o futuro do idioma, sobretudo quando se resgata a observação de Melià (2011) acerca da dinâmica do bilinguismo no Paraguai e suas consequências ao guarani, segundo exposto anteriormente.

Em relação a minorias étnicas, apresenta-se, na Tabela 8, a distribuição de indígenas e afrodescendentes pelos departamentos paraguaios a partir de dados do Censo Demográfico de 2012⁹⁶:

TABELA 8 – População indígena e afrodescendente no Paraguai segundo departamento, 2012

REGIÃO ORIENTAL					
Departamento	População	População indígena	% Pop. indígena	População afrodescendente	% Pop. afrodesc.
Central	1.855.241	2.434	0,13	985	0,05
Alto Paraná	737.092	7.169	0,97	258	0,04
Itapúa	554.653	2.452	0,44	172	0,03
Caaguazú	518.218	9.591	1,85	94	0,02
Asunción	529.433	755	0,14	593	0,11
San Pedro	394.169	3.787	0,96	52	0,01
Cordillera	279.860	53	0,02	1.030	0,37
Concepción	226.585	4.269	1,88	22	0,01
Paraguarí	248.461	29	0,01	251	0,10
Canindeyú	198.899	13.837	6,96	85	0,04
Guairá	209.900	1.350	0,64	48	0,02
Caazapá	172.345	3.779	2,19	24	0,01
Amambay	151.395	12.268	8,10	77	0,05
Misiones	116.672	33	0,03	33	0,03
Ñeembucú	86.180	29	0,03	46	0,05
Total	6.279.103	61.835	0,98	3.770	0,06
REGIÃO OCIDENTAL					
Departamento	População	População indígena	% Pop. indígena	População afrodescendente	% Pop. afrodesc.
Presidente Hayes	109.818	25.757	23,45	73	0,07
Boquerón	56.440	25.395	44,99	19	0,03
Alto Paraguay	15.682	4.163	26,55	5	0,03
Total	181.940	55.315	30,40	97	0,05
PARAGUAI					
Total	6.461.043	117.150	1,81	3.867	0,06

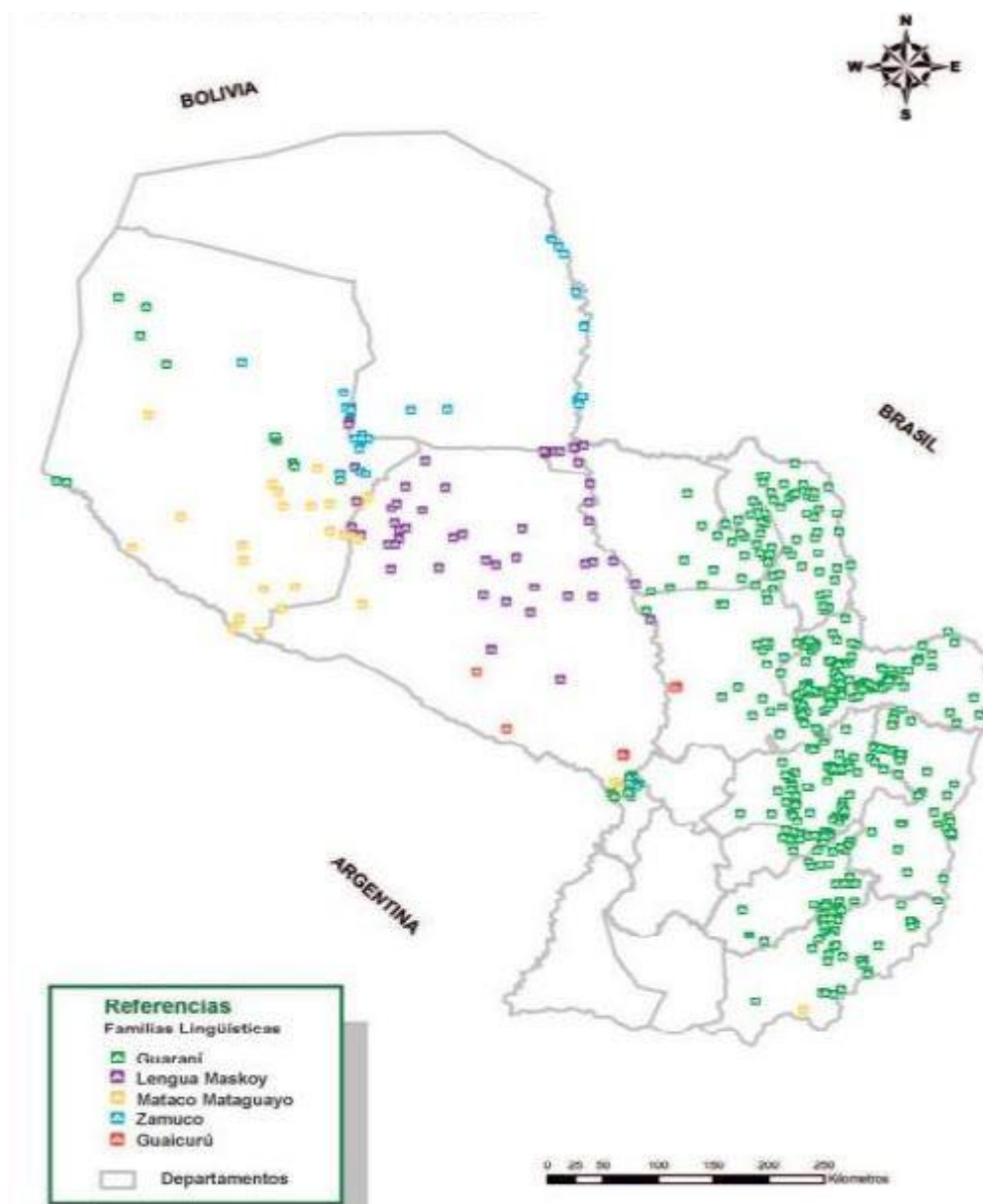
Fonte: DGEEC (2016c).

⁹⁶ Do Censo Nacional de População e Domicílios para Povos Indígenas de 2022, até a finalização deste capítulo, estavam disponíveis apenas os resultados preliminares, o que justifica a opção por se trabalhar com a edição de 2012, apesar de suas já mencionadas limitações. Ainda assim, aproveita-se a presente nota para divulgar os números mais atualizados aos quais se teve acesso. Em 2022, a população indígena, a princípio, foi contabilizada em 140.206 pessoas, 23 mil a mais do que uma década antes. Os guaranis comporiam 54% (ou em termos absolutos, 73.607 pessoas) desse contingente, seguidos de 22% (30.208) de maskoys, 15% (20.403) de matakos, 3% (4.733) de zamucos e 2% (2.182) de guaicurús, além de 5% (6.374) de outros grupos (INE, 2023b). No que concerne aos departamentos de residência, essa população se distribui da seguinte forma: 29.814 pessoas em Presidente Hayes; 29.774 em Boquerón; 16.294 em Canindeyú; 13.255 em Caaguazú; 12.439 em Amambay; 8.915 em Alto Paraná; 5.290 em Caazapá; 4.641 em San Pedro; 4.414 em Alto Paraguay; 3.645 em Concepción; 3.494 em Itapúa; 3.069 em Central; 1.928 em Guairá; 419 em Asunción; e 116 em Paraguarí. Não se registrou presença indígena em Cordillera, Misiones e Ñeembucú (INE, 2023b).

Iniciando-se pelos indígenas, observa-se que os maiores volumes dessa população estão nos departamentos de Presidente Hayes e Boquerón, ambos na região ocidental, onde somam mais de 50.000 pessoas (ou, aproximadamente, 45% de todos os indígenas recenseados no país em 2012). Comporiam, nessas unidades, 23% e 45% do total de habitantes, respectivamente. Na região oriental, por outro lado, o departamento com o maior número de indígenas é o de Canindeyú, com quase 14 mil indivíduos, ao passo que o de proporção mais elevada é o de Amambay, com 8,1% de sua população sendo de grupos autóctones.

No III Censo Nacional de População e Domicílios para Povos Indígenas (“*III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas*”), de 2012, são identificadas cinco grandes famílias linguísticas pelas quais a população indígena estaria distribuída, sendo elas a *Guaraní*, *Maskoy*, *Mataco Mataguayo*, *Zamuco* e *Guaicurú*. No Mapa 4, está apontada a localização das comunidades pertencentes a cada um desses grupos, cujas dimensões, por sua vez, podem ser verificadas na Tabela 9, na sequência:

MAPA 4 – Comunidades indígenas no Paraguai por famílias linguísticas, 2012



Fonte: III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas / Paraguay (2021).

TABELA 9 – Comunidades e população indígena nos departamentos do Paraguai segundo família linguística, 2012

Departamento	FAMÍLIA LINGUÍSTICA											
	Guarani		Maskoy		Mataco Mataguayo		Zamuco		Guaicuru		Total	
	Comun.	Pop.	Comun.	Pop.	Comun.	Pop.	Comun.	Pop.	Comun.	Pop.	Comun.	Pop.
REGIÃO ORIENTAL												
Central	2	152	-	-	1	1.297	2	242	-	-	5	1.691
Alto Paraná	37	6.662	-	-	1	167	-	-	-	-	38	6.829
Itapúa	30	2.192	-	-	1	32	-	-	-	-	31	2.224
Caaguazú	58	9.200	-	-	-	-	-	-	-	-	58	9.200
Asunción	1	223	-	-	-	-	-	-	-	-	1	223
San Pedro	26	3.785	-	-	-	-	-	-	2	217	28	4.002
Concepción	19	3.312	2	467	-	-	-	-	-	-	21	3.779
Canindeyú	107	13.379	-	-	-	-	-	-	-	-	107	13.379
Guairá	8	1.061	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.061
Caazapá	28	3.547	-	-	-	-	-	-	-	-	28	3.547
Amambay	45	11.852	-	-	-	-	-	-	-	-	45	11.852
Caazapá/Itapúa	1	189	-	-	-	-	-	-	-	-	1	189
S.Pedro/Caaguazú	1	299	-	-	-	-	-	-	-	-	1	299
REGIÃO OCIDENTAL												
Presidente Hayes	-	-	33	19.475	4	1.821	-	-	9	1.841	46	23.137
Boquerón	9	5.930	6	4.551	20	10.282	13	1.443	-	-	48	22.206
Alto Paraguay	-	-	7	1.412	-	-	19	2.722	-	-	26	4.134
P. Hayes/Boq.	-	-	1	925	3	3.238	-	-	-	-	4	4.163
PARAGUAI												
Total	372	61.783	49	26.830	30	16.837	34	4.407	11	2.058	496	111.915

Fonte: DGEEC (2015e; 2015f; 2015g; 2015h; 2015i).

As comunidades guaranis seriam as mais numerosas, com quase 62 mil pessoas (ou 55% do total do país) residindo em 372 unidades distribuídas pelos departamentos de Canindeyú (107), Caaguazú (58), Amambay (45), Alto Paraná (37), Itapúa (30), Caazapá (28), San Pedro (26), Concepción (19), Boquerón (9), Guairá (8), Central (2) e Asunción (1), além de uma comunidade entre Caazapá e Itapúa e outra, entre San Pedro e Caaguazú (DGEEC, 2015i). Sua identificação pelo censo se deu de acordo com um dos seis povos que comporiam a família linguística dos guaranis, sendo eles o *Guaraní Occidental* (com seis comunidades em Boquerón e San Pedro, reunindo 3.840 pessoas), *Aché* (seis comunidades, com 1.895 habitantes, localizadas em Canindeyú, Caazapá, Caaguazú e Alto Paraná), *Avá Guaraní* (com 124 comunidades e 18.018 pessoas em Canindeyú, Alto Paraná, Caaguazú, San Pedro, Asunción e Amambay), *Mbyá Guaraní* (170 comunidades, com 20.766 habitantes, em Concepción, San Pedro, Guairá, Caaguazú, Caazapá, Itapúa, Alto Paraná e Canindeyú), *Paĩ Tavyterã* (62 comunidades, com 15.007 pessoas, concentradas em Amambay, Canindeyú, Concepción e San Pedro) e *Guaraní Ñandeva* (quatro comunidades em Boquerón, com 2.257 pessoas) (DGEEC, 2015i).

Em seguida estão as comunidades maskoys, que somam 26.830 pessoas. Assim como os guaranis, subdividem-se em seis povos, a dizer: *Toba Maskoy* (com duas comunidades, uma em Presidente Hayes e outra, em Boquerón, onde residiam 1.536 pessoas); *Enlhet Norte* (11 comunidades, com 9.226 pessoas, distribuídas principalmente por Presidente Hayes, Boquerón e Concepción); *Enxet Sur* (14 comunidades, localizadas em Presidente Hayes, com 7.356 habitantes); *Sanapaná* (sete comunidades e 2.342 pessoas, todas em Presidente Hayes); *Angaité* (13 comunidades, com 5.887 habitantes, em Presidente Hayes, Boquerón e Alto Paraguay); e *Guaná* (com duas comunidades, sendo uma em Concepción e a outra, em Alto Paraguay, reunindo 483 pessoas) (DGEEC, 2015g).

O terceiro conjunto de comunidades com maior número de membros é aquele referente à família linguística *Mataco Mataguayo*, com um total de 16.837 pessoas. Subdividem-se em três povos, sendo eles o *Nivaclé* (com 23 comunidades e 14.446 pessoas em Boquerón e Presidente Hayes), *Maká* (4 comunidades, com 1.906 habitantes nos departamentos Central, Presidente Hayes, Alto Paraná e Itapúa) e *Manjui* (três comunidades e 485 pessoas, concentradas em Boquerón) (DGEEC, 2015h).

Os zamucos, por sua vez, reuniriam em suas comunidades 4.407 pessoas, sendo 2.407 naquelas referentes ao povo *Ayoreo*, (25 comunidades em Boquerón e Alto Paraguay),

1.820 aos *Ybytoso*⁹⁷ (em oito comunidades no Alto Paraguay) e 180 aos *Tomárâho* (em uma comunidade no Alto Paraguay) (DGEEC, 2015f).

Os guaicurús, finalmente, seriam compostos por apenas um povo, denominado *Qom*, cujas onze comunidades, situadas em San Pedro e Presidente Hayes, somariam 2.058 habitantes (DGEEC, 2015e).

No que concerne ao total de população indígena de cada departamento, é importante esclarecer que estão contabilizadas na Tabela 9 apenas as pessoas que residiam em comunidades indígenas na data do Censo de 2012, o que justifica diferenças em relação a resultados como aqueles expostos na Tabela 8. Significa dizer, para ser mais preciso, que tanto foram excluídos da contagem indígenas que residiam fora dessas comunidades como, em contrapartida, levaram-se em conta não indígenas que nelas se encontravam. É o caso de Asunción, onde se identificavam 223 pessoas dos povos *Avá Guaraní*, *Mbyá Guaraní* e *Angaité* habitando uma comunidade indígena, sem que fossem contabilizados seus pares *Nivaclé* e *Ybytoso* residentes em núcleos de famílias na cidade, que somavam 236 (DGEEC, 2015e). Já em San Pedro, muitas comunidades registraram presença de não indígenas, fazendo com que sua população fosse maior do que quando consideradas apenas as pessoas pertencentes a povos originários. Na Comunidade Yapy, no distrito de Yrybucúá, por exemplo, 2% dos 819 habitantes não eram indígenas, enquanto em Naranjay (distrito de General Isidoro Resquín) estes correspondiam a 12,5% de um total de 47 pessoas (DGEEC, 2015i).

Dito isso, deve-se evidenciar, ainda, que uma comunidade indicada como pertencente a determinada família linguística não necessariamente é composta exclusivamente por pessoas de uma só origem étnica. Pode-se apontar, a título de ilustração, o caso da Comunidade Rosarino, no distrito de Benjamín Aceval, departamento de Presidente Hayes. Embora pertencente à família *Guaicurú* e, desse modo, conformada por uma maioria *Qom* (89,8% dos 516 habitantes), contabilizavam-se, ali, também pessoas dos povos *Enxet Sur* (6,8%), *Enlhet Norte* (2,7%) e *Toba Maskoy* (0,7%), pertencentes à família linguística *Maskoy* (DGEEC, 2015e). Outro exemplo é o da Comunidade San José, localizada no mesmo departamento, onde a maioria *Qom* (58,7% de um total de 101 habitantes) convivia com indivíduos das famílias *Maskoy* (a dizer, 34,5% do povo *Enlhet Norte* e 3,4% do *Enxet Sur*) e *Mataco Mataguay* (3,4% de origem *Nivaclé*). Para finalizar, na Comunidade Santa Teresita (distrito de Mariscal José Félix Estigarribia, departamento de Boquerón), a população de 1.359 habitantes era formada não só por guaranis (58,3% do povo *Guaraní Occidental* e 14,2%, do

⁹⁷ Outras denominações são associadas a esse povo, como *Ishir* (ou *Yshir*), *Ishir Ibitoso* (ou *Yshir Ybytoso*) e *Chamacoco* (Ortiz, 2019).

Guaraní Ñandéva), mas, também, por integrantes da família *Mataco Mataguayo* (mais precisamente, 26,9% de origem *Nivaclé*), além de 0,6% de não indígenas (DGEEC, 2015i).

Com base na distribuição das comunidades indígenas exposta na Tabela 9, pode-se dizer que o departamento com maior diversidade étnica é o de Boquerón, onde apenas a família linguística *Guaicurú* não está representada. Trata-se daquele com a segunda maior população em comunidades indígenas, atrás apenas de Presidente Hayes, também situado na região ocidental. Em quantidade de comunidades, por outro lado, o departamento que mais se destaca é o de Canindeyú, na região oriental, com 107, seguido de Caaguazú, com 58, e Alto Paraná, com 37. As comunidades indígenas mais populosas do Paraguai, por fim, seriam as de Nivaclé Unida (situada entre os departamentos de Presidente Hayes e Boquerón) e Uj'elhavos (distrito de Filadelfia, Boquerón), ambas da família *Mataco Mataguayo*, com uma população de 2.115 habitantes cada (DGEEC, 2015e; 2015f; 2015g; 2015h; 2015i).

A perda de mananciais e os elevados índices de desmatamento associados ao avanço do agronegócio no Paraguai são reconhecidos como riscos à existência de muitas dessas comunidades por órgãos públicos do próprio país. Exemplo disso são as linhas dedicadas ao povo *Ayoreo* (família *Zamuco*, de presença predominante no Chaco) em documento de veiculação dos resultados do Censo Nacional de População e Domicílios para Povos Indígenas de 2012, nas quais se lê o seguinte:

Os *Ayoreo* estão divididos em três grupos: *Garaidosode*, *Guidagosode* e *Totobiegosode*. Na atualidade, várias pessoas e famílias dos *Totobiegosode* [...] vivem em isolamento voluntário ou em estado silvícola. A presença deles é evidenciada através de pegadas, sinais e marcas clânicas deixadas em vários locais dos departamentos de Boquerón e Alto Paraguay, somados aos testemunhos dados por parentes em situação de contato. Presume-se que vivam no bosque cerca de 50 pessoas, que, embora sempre tenham deixado constar sua existência, não demonstraram, até hoje, desejo de deixar seu modo natural de viver. As organizações do povo *Ayoreo*, *Payipie Ichadie Totobiegosode* (OPIT) e *Unión de Nativos Ayoreo del Paraguay* (UNAP), manifestaram em várias ocasiões sua preocupação a respeito da situação de seus parentes em isolamento, considerando que a cada dia são mais encurralados pela derrubada massiva de bosques e pelo desenvolvimento da pecuária em seu antigo habitat, situado no Alto Paraguay e que abarca aproximadamente 550.000 hectares, área que se constitui como objeto de reivindicação por parte dos *Totobiegosode* em situação de contato desde o ano de 1993. Na busca de se preservar o patrimônio natural e cultural dos *Ayoreo Totobiegosode*, foi apresentada uma solicitação de Medidas Cautelares à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2013. “Medidas Cautelares Nº 54-13 ‘Povo *Ayoreo Totobiegosode* e seu Grupo em Isolamento no Paraguai’”. (Cfr. GAT/OPIT). Vale destacar que, em 2013, a Secretaria do Ambiente outorgou licenças ambientais em zonas onde se deslocam os *Ayoreo* em isolamento voluntário. Essas licenças foram muito questionadas pelos *Totobiegosode* em estado de contato, assim como por várias organizações indígenas e pela sociedade civil organizada (DGEEC, 2015f, p. 13 – tradução livre)⁹⁸.

⁹⁸ Trecho original, em castelhano: “Los *Ayoreo* están divididos en tres grupos: *Garaidosode*, *Guidagosode* y *Totobiegosode*. En la actualidad, varias personas y familias de los *Totobiegosode* (Jonoine - urasade) viven en aislamiento voluntario o en estado silvícola. La presencia de ellos se evidencia a través de huellas, señales y

A OPIT, citada no trecho anterior, já havia se manifestado de maneira similar em outras ocasiões. Uma delas foi através de uma carta assinada em dezembro de 2012, redigida em reação a um episódio do programa *Historia del Mundo*, da rede britânica BBC, no qual se descrevia o momento em que pessoas do povo *Ayoreo* teriam tido seu primeiro contato com integrantes de uma civilização de origem europeia-ocidental, em 1998, como uma situação em que “humanos primitivos se deparam com a humanidade moderna” e “se encontram de frente com o século XX”. Lideranças do referido grupo étnico contestaram sua caracterização como atrasados, declarando que as denominações “moderno” e “não moderno” não lhes serviam, pois, ainda que conhecessem o que se costuma chamar de “progresso”, sua cultura tinha um caminho próprio e ninguém poderia obrigá-los a deixar seu modo de vida para incorporar-se a outro, sugerindo, assim, que eles eram tão parte deste século como quem os depreciava (Survival International, 2012). O uso de referências pejorativas às populações autóctones americanas pode servir como meio para desumanizá-las e, com isso, relativizar ou, até mesmo, justificar a usurpação de suas terras para fins de exploração econômica. Alinhado a isso, conclui-se o texto referenciado com as seguintes palavras:

Não queremos que os *cojñone* [gente branca ou “forânea”] que vieram de outra parte tomem nossa terra, onde estamos e de onde vieram nossos pais e nossos avós. Sabemos que as normas (Constituição Nacional do Paraguai e a Convenção 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho], entre outras) e mesmo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas garantem nossos direitos consuetudinários, nossos direitos como povos particulares. Nós não viemos de outros países a esta terra, a estes bosques. É o lugar onde sempre estivemos, e não queremos que tomem nossas terras, nossos bosques, como o fazem os brasileiros e outros estrangeiros. Vivemos como *ayoreo* no bosque que nos alimenta; não precisamos ir à cidade, onde os alimentos são muito caros (Survival International, 2012 – tradução livre)⁹⁹.

marcas clánicas dejadas en varios sitios de los departamentos de Boquerón y Alto Paraguay, sumado a los testimonios dados por los parientes en situación de contacto. Se presume que viven en el monte unas 50 personas que si bien siempre han dejado constancia de su existencia no han demostrado hasta el presente, su deseo de dejar su modo de vivir natural. Las organizaciones del pueblo Ayoreo, Payipie Ichadie Totobiegosode (OPIT), Unión de Nativos Ayoreo del Paraguay (UNAP), han manifestado en varias ocasiones su preocupación respecto a la situación de sus parientes en aislamiento, considerando que cada día son más arrinconados por la tala masiva de bosques y por el desarrollo de la ganadería en su antiguo hábitat, el cual se encuentra ubicado en el Alto Paraguay que abarca unas 550.000 hectáreas, las que constituyen un objeto de reclamo por parte de los Totobiegosode en situación de contacto desde el año 1993. En la búsqueda de preservar el patrimonio natural y cultural de los Ayoreo Totobiegosode se ha presentado una solicitud de Medidas Cautelares ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) en el 2013. “Medidas Cautelares N° 54-13 “Pueblo Ayoreo Totobiegosode y su Grupo en Aislamiento en el Paraguay”. (Cfr. GAT/OPIT). Vale destacar que en el 2013 la Secretaría del Ambiente otorgó licencias ambientales en zonas donde se desplazan los Ayoreo en aislamiento voluntario. Esta licencia fue muy cuestionada por los Totobiegosode en estado de contacto al igual que varias organizaciones indígenas y la sociedad civil organizada” (DGEEC, 2015f, p. 13).

⁹⁹ Trecho original, em castelhano: “No queremos que los *cojñone* que vinieron de otra parte nos quiten nuestra tierra, donde estamos y donde vivieron nuestros padres y nuestros abuelos. Conocemos que las normas (Constitución Nacional del Paraguay y Convenio 169 de la OIT, entre otras), y la misma Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas garantizan nuestros derechos consuetudinarios, nuestros derechos como pueblos particulares. Nosotros no venimos de otros países a esta tierra, a estos bosques.

Para concluir o panorama sobre as minorias étnicas no Paraguai do ponto de vista demográfico, pode-se voltar à Tabela 8, na qual constam resultados do Censo de 2012, e observar a distribuição da população afrodescendente no país. Naquele ano, 3.867 pessoas foram enumeradas como pertencentes a esse grupo, sendo que em nenhum departamento sua presença ultrapassou os 0,40% da população total. Em Cordillera, por exemplo, onde reside um quarto dos denominados afroparaguaios, o percentual foi de 0,37%, enquanto em Central – que responde por outro quarto dessa população –, 0,05%. Nesses departamentos estão localizadas duas das três comunidades de descendentes africanos conhecidas no país, sendo elas a de Emboscada (distrito homônimo, Cordillera) e Kamba Kuá (distrito de Fernando de la Mora, Central). Soma-se a elas Kamba Kokué¹⁰⁰, no departamento de Paraguarí.

Em 2007, antes de ser incluída pela primeira vez nos Censos de População e Domicílios paraguaios a possibilidade de se declarar como afrodescendente – fato que, por si só, já é sintomático da histórica marginalização infligida a tal grupo, tema a ser retomado posteriormente –, foi realizado um censo informal por iniciativa da *Asociación Afroparaguaya Kamba Cua* (AAPKC), com apoio da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), abrangendo as três comunidades supracitadas. Entre os resultados, constatou-se que a população afrodescendente nessas localidades era de 7.637 pessoas (UNFPA, 2021). Buscar explicações para a diferença em relação aos números obtidos pelo censo oficial cinco anos depois não está ao alcance da presente pesquisa, embora seja possível supor que o ineditismo da inclusão da identificação como afrodescendente sem um amplo debate na sociedade paraguaia sobre o tema possa ter levado a uma subenumeração.

Pode-se encerrar, finalmente, com um dado sucinto acerca da religião. De acordo com resultados da *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) de 2012 (INE, 2021), 88,2% da população do Paraguai com quinze anos de idade ou mais¹⁰¹ são católicos, seguidos de 9,2% que professariam a fé evangélica.

Com a ciência do panorama desenhado até aqui, compreendendo-se alguns dos diversos âmbitos que constituem o cotidiano de um país e sua população, pode-se prosseguir à segunda parte do capítulo, na qual se propõe uma leitura da história que conduziu o Paraguai à realidade anteriormente descrita. A forma como se constrói a cronologia dos fatos, no geral,

Es el lugar donde siempre estuvimos y no queremos que nos quiten nuestras tierras, nuestros montes, como hacen los brasileños y otros extraños. Vivimos como ayoreo en el bosque que nos alimenta; no necesitamos ir a la ciudad donde los alimentos son muy caros (Survival International, 2012).

¹⁰⁰ “Kamba Kuá” e “Kamba Kokué” se apresentam, por vezes, com um “c” no lugar do “k” e sem acentuação.

¹⁰¹ Não foram contemplados pela pesquisa os departamentos de Boquerón e Alto Paraguay, os dois menos populosos do país.

não dista muito das abordagens mais convencionais, com frequente referência a figuras que, em nossos tempos, adornam como estátuas ou bustos praças e repartições públicas, embora não se deixe de encontrar pelo caminho que percorreremos frestas (e fendas) que convidem a outras perspectivas.

2.2 Formação histórico-nacional do Paraguai

2.2.1 Tempos pré-colombianos

Os indícios mais antigos de presença humana no que hoje corresponde ao território paraguaio e seus arredores seriam aqueles encontrados na região pantaneira, que inclui parte do atual departamento de Alto Paraguay, datando de 6.150 a 2.550 a.C. (antes de Cristo). Tratar-se-ia de sociedades que obtinham seu sustento pela caça, pesca e coleta. Mudanças nas condições do clima, tornando-o mais cálido e húmido no período subsequente ao fim da última glaciação, propiciaram que grupos com essas características se expandissem pelo Alto Paraná e terras ao leste. A descoberta de peças de cerâmica do último século a.C., por sua vez, sugere ter havido por volta desses tempos uma substituição dessas sociedades por outras predominantemente sedentárias, que praticavam a agricultura (Pusineri; Zalazar, 2011).

Já o chamado Gran Chaco, que compreende porções territoriais de Argentina, Bolívia e Paraguai, teria sido povoado somente entre os séculos III e XI da Era Cristã, tardança provavelmente justificada pelas adversidades climáticas características desse bioma. Assume-se que os primeiros grupos que empreenderam tal movimento o fizeram a partir do Pantanal, deslocando-se pelo rio Paraguai e chegando até a desembocadura do rio Paraná (Pusineri; Zalazar, 2011).

No Paraguai pré-colombiano, havia dois tipos de sociedade, sendo um deles o de caçadores-coletores – que, com o tempo, foram se sedentarizando e adotando formas incipientes de cultivo e criação de rebanhos – e o outro, tribal – com o estabelecimento de aldeias, uso da cerâmica e o domínio de técnicas que permitiam maior controle da produção de alimentos (Pusineri; Zalazar, 2011). Não havia exemplos de sociedades denominadas “classistas-iniciais”, caracterizadas por uma estrutura social hierárquica, com classes sociais e institucionalização do poder, sendo essas observadas em outras regiões do continente sul-americano, como o altiplano andino (Pusineri; Zalazar, 2011).

Os guaranis, predominantes no oriente paraguaio, são um exemplo do segundo tipo de sociedade anteriormente citado. De acordo com Pusineri e Zalazar (2011), grupos de origem tupi-guarani, no geral, se dispersaram a partir da Amazônia, movendo-se a sul e sudeste por

grandes rios e seus afluentes, incluindo o Paraná e o Paraguai, e estendendo seu povoamento até a costa atlântica. Embora não pudessem ser considerados nômades, a migração por longas distâncias e os deslocamentos contumazes por regiões mais próximas eram características desses povos, conforme indicado por Melià (2008, p. 100):

A arqueologia oferece dois tipos de evidências: os guaranis são povos que se movem em uma ampla geografia, com migrações a regiões distantes e com deslocamentos frequentes dentro de uma mesma região. Não são propriamente nômades, mas colonos. Os guaranis ocupam terras com características ecológicas constantes: terras aptas para seus cultivos de milho, mandioca, batata, feijão e abóbora. Os guaranis escolheram climas úmidos, com uma temperatura média entre 18 e 22 graus Célsius, localizaram-se preferencialmente às margens de rios e lagoas, em lugares que não excedem os 400 metros [de altitude] sobre o nível do mar, habitando bosques e selvas típicas da região subtropical (tradução livre).¹⁰²

Já a organização desse espaço guaraní é sintetizada pelo mesmo autor da seguinte maneira:

A estrutura fundamental do *tekohá* e a relação de seus espaços é apresentada deste modo: um bosque preservado e pouco perturbado, reservado para a caça, a pesca e a coleta de mel e frutos silvestres; umas porções de terra especialmente fértil para nelas fazer as roças e os cultivos; e, por fim, um lugar aberto, em cujos arredores crescem alguns pés de banana, de târtaço, de algodão e de urucum. São estes três espaços, bosque, roça e aldeia, os que dão a medida da boa terra guarani (Melià, 2008, p. 101 – tradução livre).¹⁰³

O termo “*tekohá*”¹⁰⁴, utilizado no trecho traduzido acima, sintetiza em sua etimologia a relação que os guaranis têm com sua terra. “*Teko*” significa “vida”, “forma de ser” ou “cultura”, abrangendo, de igual modo, os costumes e o sistema de normas do povo, ao passo que “*há*” tem o sentido de “espaço” (Mondardo, 2020; Melià, 2008). O “*tekohá*”, desse modo, é onde “a forma de ser guarani se territorializa e se expressa”¹⁰⁵ (Mondardo, 2020, p. 168) ou,

¹⁰² Trecho original, em castelhano: “*La arqueología ofrece dos tipos de evidencias: los guaraní son pueblos que se mueven en una amplia geografía, con migraciones a regiones distantes y con desplazamientos frecuentes dentro de una misma región. No propiamente nómadas, sino colonos. Los guaraní ocupan tierras con características ecológicas constantes: tierras aptas para sus cultivos de maíz, mandioca, batata, porotos y calabazas. Los guaraní escogieron climas húmedos, con una temperatura media entre los 18 y 22 grados C, se localizaron preferentemente a orillas de ríos y lagunas, en lugares que no exceden los 400 metros sobre el nivel del mar, habitando bosques y selvas típicas de la región subtropical*” (Melià, 2008, p. 100).

¹⁰³ Trecho original, em castelhano: “*La estructura fundamental de tekohá y la relación de sus espacios se presenta de este modo: un monte preservado y poco perturbado, reservado para la caza, la pesca y la recolección de miel y frutos silvestres; unas manchas de tierra especialmente fértil para en ellas hacer las rozas y los cultivos, y por fin, un lugar abierto a cuyo alrededor crecen algunos pies de banana, de târtaço, de algodón y de urucú. Son estos tres espacios: monte, roza y aldea, los que dan la medida de la buena tierra guaraní*” (Melià, 2008, p. 101).

¹⁰⁴ Também é possível encontrar grafias sem acentuação (*tekoha*), tendo em vista que, no idioma guarani, as palavras não acentuadas são oxítonas, dispensando-se, assim, o uso do acento agudo na última sílaba para marcar sua tonicidade. Em alguns locais, suprime-se a consoante “h” (“*tekoa*”), dependendo da variante de guarani que se está utilizando.

¹⁰⁵ Trecho original, em castelhano: “*Por lo tanto, tekoha designa el territorio en el que la forma de ser guaraní se territorializa y expresa; es donde la vida es posible*” (Mondardo, 2020, p. 168).

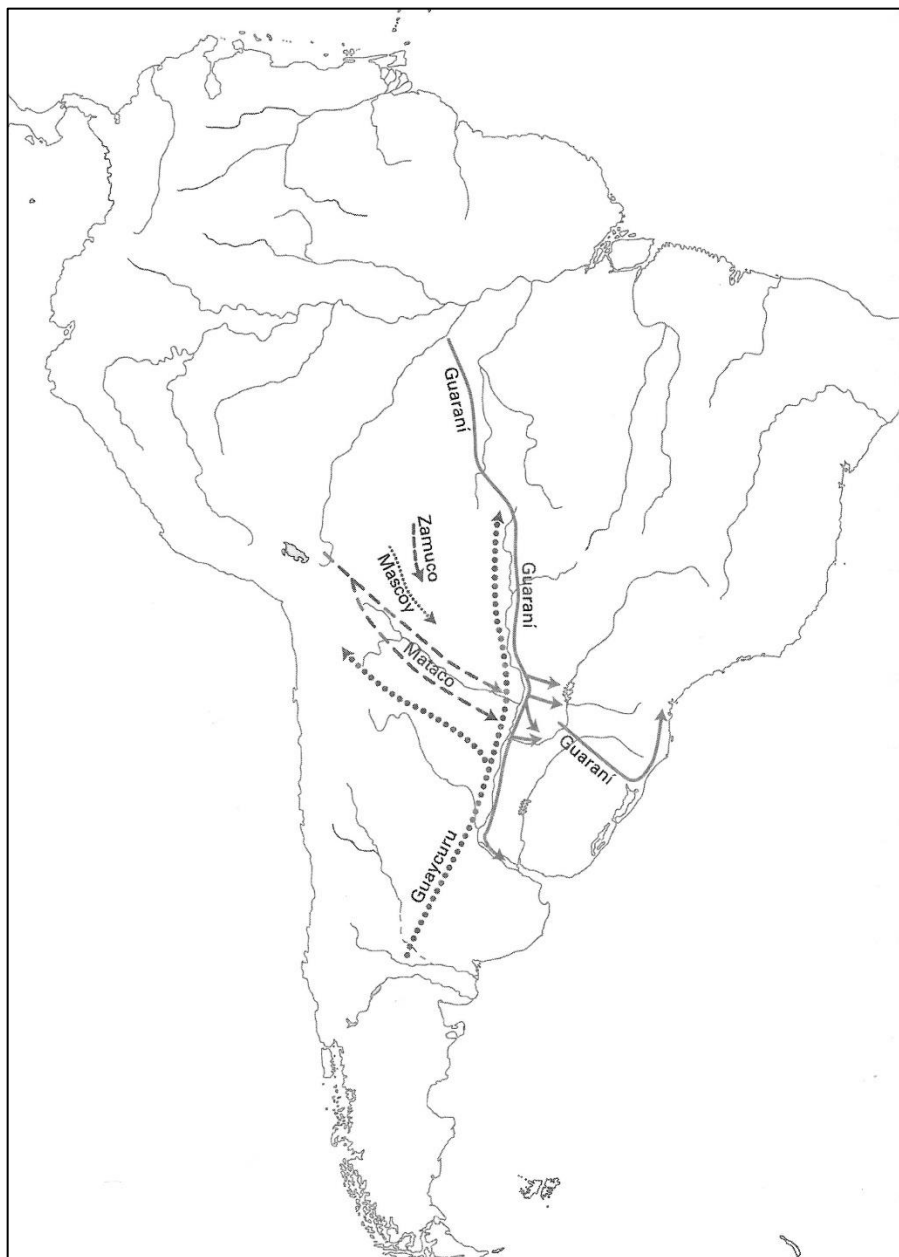
com o atrevimento da simplificação, o lugar em que os guaranis são o que são. Melià (2008, p. 100-101), nesse sentido, complementa dizendo que:

O *tekohá* significa, e ao mesmo tempo produz, relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida guarani. Ainda que pareça redundância, há de se admitir que sem o *tekohá* não há *teko*. O *tekohá*, com toda a sua materialidade terrenal, é sobretudo uma interrelação de espaços culturais, econômicos, sociais, religiosos e políticos (tradução livre).¹⁰⁶

O *tekohá* encontra ressonância na generalidade dos povos guaranis, que, apesar de habitarem aldeias distribuídas por um território vasto e cada vez mais desintegrado e pertencerem a denominações distintas – caso, por exemplo, dos *Aché*, *Mbyá Guaraní* e *Paĩ Tavyterã*, vistos na seção anterior –, compartilham de uma “homogeneidade etnocultural” comum, nos termos de Pusineri e Zalazar (2011, p. 57), assim como, historicamente, uma forte consciência de unidade.

Já no ocidente paraguaio, antes da colonização espanhola, estaria presente uma diversidade de grupos chaquenhos caçadores-coletores. Sua chegada à região teria se dado através de duas rotas, uma originada no planalto brasileiro – percorrida por integrantes das etnias Zamuco, Mascoy e Mataco – e outra, pelos Andes e seus arredores – caso dos Guaycurú, provindos do sul da Argentina (Pusineri; Zalazar, 2011) –, representadas no Mapa 5, logo abaixo:

¹⁰⁶ Trecho original, em castelhano: “El *tekohá* significa, y produce al mismo tiempo, relaciones económicas, relaciones sociales y organización político-religiosa, esenciales para la vida guaraní. Aunque parezca redundancia, hay que admitir que sin *tekohá* no hay *teko*’. El *tekohá*, con toda su materialidad terrenal, es sobre todo una interrelación de espacios culturales, económicos, sociales, religiosos y políticos” (Melià, 2008, p. 100-101).

MAPA 5 – Correntes de povoamento de grupos autóctones americanos presentes no Paraguai

Fonte: Pusineri e Zalazar (2011, p. 58).

Apesar de terem em comum aspectos como a subsistência baseada na caça, pesca e coleta de alimentos e o emprego de utensílios de osso, pedra e madeira, os povos chaquenhos eram culturalmente distintos uns dos outros e, por vezes, entravam em conflitos entre si. Quando a dominação ibérica teve início na América do Sul, algumas áreas do Chaco estavam em pleno processo de conquista por parte de grupos guaranis e outras culturas sub-andinas, que, em alguns episódios preliminares, chegaram a oferecer apoio a espanhóis quando estes também se enfrentaram com a resistência local em seu empreendimento colonialista (Pusineri; Zalazar, 2011). Em todo o caso, foi a região oriental do Paraguai que terminou sendo invadida,

conquistada e colonizada pelos europeus ainda no século XVI, enquanto o Chaco permaneceria quase intacto até o final do século XIX (Pusineri; Zalazar, 2011).

2.2.2 A colonização espanhola

As incursões iniciais dos espanhóis pela bacia do Prata foram justificadas principalmente por esta ser considerada então uma possível via de acesso, pelo interior do continente, às riquezas auríferas e platinas que já se sabia haver nos domínios do Império Inca¹⁰⁷. O primeiro a efetivamente adentrar essas terras e se apropriar de alguma carga de metais preciosos foi o navegador Alejo García, em 1524, acompanhado por guaranis. Embora terminasse morto em seu regresso, na altura do atual departamento paraguaio de San Pedro, as notícias de seu feito e suas descobertas chegariam à Europa, incentivando novas expedições à região. No final, contudo, não seria pela rota de García, mas a partir da costa do oceano Pacífico, que Francisco Pizarro e seus aliados se imporiam sobre os incas e fariam sucumbir seu império, em 1532 (Estragó, 2011).

De qualquer forma, expedições pela embocadura do rio da Prata continuaram ocorrendo. É o caso daquela liderada por Pedro de Mendoza, que arribou à localidade em 1536 e, nesse mesmo ano, fundou a cidade de Buenos Aires, subsequentemente abandonada devido a fatores como as constantes investidas de indígenas querandi, mas restabelecida décadas depois. Dela derivaram outras, como a de Juan de Salazar y Espinoza, que resultou na fundação de Asunción, em 1537. Uma série de novos assentamentos foram estabelecidos ao longo do século XVI por iniciativa de grupos partidos dessa que futuramente seria a capital do Paraguai, o que lhe brindou a alcunha de “mãe de cidades” (*“madre de ciudades”*). Destacam-se como exemplo Santa Cruz de la Sierra (a mais populosa cidade boliviana na atualidade), em 1561; Santa Fe (capital da província homônima argentina), em 1573; e Buenos Aires, refundada em 1580 (Estragó, 2011).

No território que atualmente corresponde ao Estado paraguaio, diferentemente do altiplano andino (sobretudo no que ora se conhece por Peru e Bolívia), não foram encontradas reservas significativas de ouro, prata ou outros metais valiosos, o que culminou em um declínio dos interesses da Coroa espanhola pela região (Estragó, 2011). Isso se refletia, entre outros âmbitos, na migração proveniente da Europa, que, segundo Brezzo (2011), teria praticamente cessado na segunda metade do século XVI, contribuindo para o predomínio de *criollos*

¹⁰⁷ Essa, inclusive, seria a explicação para a origem do nome Rio da Prata, acreditando-se que este conduziria a portentosas reservas do aludido metal (Estragó, 2011).

(descendentes de europeus, mas nascidos no continente americano) e mestiços na população local e do guarani como língua cotidiana – ainda que estivesse excluída da esfera administrativa e de toda comunicação oficial.

Apesar desse cenário, a inserção dos indígenas na sociedade colonial não pode ser considerada harmoniosa. Ainda que, inicialmente, os espanhóis tenham contado com o apoio de guaranis em diversas campanhas que empreenderam para a exploração de novas terras, como já se havia mencionado, e chegou até mesmo a desfrutar de certo acesso a suas famílias a ponto de ser-lhes permitido ter relacionamentos afetivos com integrantes delas, a deterioração da convivência entre esses grupos e a eclosão de conflitos entre eles¹⁰⁸ não tardaram. Um dos motivos foi a elevada frequência com que as ofensivas militares dos colonizadores ocorriam ao mesmo tempo que se tornava cada vez mais recorrente a adoção da coação como forma de conscrição de nativos para os combates. Outro foi a instituição da chamada *encomienda*, em 1556, a mando do governador Domingo Martínez de Irala, pela qual se pretendia explorar as terras férteis – consideradas, afinal, a grande riqueza da região – cobiçadas para fins agrícolas. Tratava-se de um sistema no qual os indígenas eram compulsoriamente utilizados como força de trabalho em terras deles próprios usurpadas, enquanto deveriam receber dos colonizadores como contrapartida os ensinamentos da doutrina cristã, além de alimentação, vestimentas e cuidados com a saúde, deveres que não apenas operavam sob termos deveras desiguais de troca como também seriam frequentemente negligenciados (Estragó, 2011)¹⁰⁹. A *encomienda* foi tão amplamente empregada principalmente no século XVII que, nas palavras de Estragó (2011, p. 67), chegou a ser “a coluna vertebral da economia paraguaia” (tradução livre)¹¹⁰.

¹⁰⁸ Exemplo disso foi um episódio ocorrido em Asunción na Sexta-Feira Santa de 1539, quando oito mil guaranis se reuniram para confrontar os espanhóis após as celebrações litúrgicas da data. Uma delação, no entanto, permitiu que as lideranças responsáveis fossem prontamente detidas, desarticulando-se, assim, o movimento (Estragó, 2011).

¹⁰⁹ Sobre esse período, Roa Bastos (1977, p. 52) oferece, em linguagem mais literária, uma imagética leitura: “Quando a miragem do áureo metal se dissipou, restou aos conquistadores apenas a enorme canteira humana da população indígena, que terminou por ser-lhes uma magra compensação. Começaram a explorar ‘o ouro de seus corpos’, esse metal escuro, vivente, que em vez de se esgotar, propaga-se sem cessar, provendo-lhes mão de obra escrava na economia de subsistência agrária das Encomiendas de Índios; mulheres escravas nos serralhos; uma descendência mestiça, aquela dos que logo seriam os *mancebos da terra* ou *criollos*, que, por sua vez, superariam seus pais brancos na opressão de seus meios-irmãos nativos que não tiveram o ‘privilegio’ de serem filhos de europeus” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*Cuando el espejismo del áureo metal se esfumó, sólo les quedó a los conquistadores la enorme cantera humana de la población indígena, que les resultó al final una magra compensación. Comenzaron a explotar ‘el oro de sus cuerpos’, ese metal oscuro, viviente, que en lugar de agotarse se propagaba sin cesar, proveyéndolos de mano de obra esclava en la economía de subsistencia agraria de las Encomiendas de Indios; de mujeres esclavas en los serrallos; de una descendencia mestiza, la de los que luego serían los mancebos de la tierra o criollos, los que a su vez iban a superar a sus padres blancos en la opresión de sus hermanastros nativos que no habían tenido el ‘privilegio’ de ser hijos de europeos*”).

¹¹⁰ Trecho original, em castelhano: “*Las encomiendas del siglo XVII llegaron a ser la columna vertebral de la economía paraguayana*” (Estragó, 2011, p. 67).

A submissão a esse sistema de exploração, junto à exposição a outros fatores que caracterizavam o regime colonial, implicou transformações sem precedentes a populações indígenas como a guarani. Sobre isso, Melià (2008, p. 106-107) oferece a seguinte síntese:

A sociedade guarani conhece desde tempos antigos situações de crise muito sérias que afetam sua vida e seu modo de ser. Mas não há dúvidas de que foi com a entrada do sistema colonial que o mal irrompeu com força inusitada e formas inéditas. Pestes, escravidão, cativo e perseguições foram os quatro cavaleiros do Apocalipse colonial. Quando o regime de *encomienda* foi implantado, no ano de 1556, e se estabeleceu o serviço pessoal, que desestruturava o sistema guarani, quebrando a regra da reciprocidade, os guaranis contestaram com repetidas rebeliões e outros modos de resistência. Até mesmo a instalação das Reduções jesuíticas, a partir de 1610, foram consideradas, não sem uma boa parte de razão, “um cativo disfarçado”, e houve resistência contra elas (tradução livre).¹¹¹

O trecho citado acima também chama a atenção para a experiência das Reduções ou Missões religiosas nos tempos coloniais. Estas, em linhas gerais, consistiam em comunidades formadas por indígenas – em sua maioria, guaranis, embora pudessem também contar com integrantes de outros grupos étnicos enquanto minorias – e administradas por sacerdotes cristãos, gozando de autonomia em sua organização política, social e produtiva, na doutrinação e exercício da fé e, até mesmo, na defesa contra ameaças externas – a partir da formação de milícias próprias –, ainda que continuassem subordinadas às autoridades coloniais e suas lideranças episcopais (Maeder, 2011; Estragó, 2011).

A primeira missão estabelecida no Paraguai foi de ordem franciscana, em 1580, a 40 quilômetros de Asunción, em região hoje situada no distrito de Altos (departamento de Cordillera). O propósito que orientava comunidades como essa, a princípio, era o de que, para cristianizar os indígenas, fazia-se necessário, antes, “humanizá-los”, o que, por sua vez, requereria sua submissão a determinada forma de organização política e social. Localizavam-se, inicialmente, em zonas de maior domínio da Coroa espanhola, sendo integradas por indígenas já submetidos ao regime de *encomienda* (Maeder, 1999). Com o tempo, os franciscanos tiveram mais êxito em restringir a exposição da população reduzida a essa forma de exploração, limitando-se o acesso de representantes de *encomenderos* a seus domínios (Estragó, 2011).

¹¹¹ Trecho original, em castelhano: “La sociedad guaraní habrá conocido desde antiguo situaciones de crisis muy serias que afectan su vida y su modo de ser. Pero no hay duda de que fue con la entrada del sistema colonial cuando el mal interrumpió con fuerza inusitada y formas inéditas. Pestes, esclavitud, cautiverio y persecuciones fueron los cuatro jinetes del Apocalipsis colonial. Cuando se implantó el régimen de encomienda, por el año de 1556, y se estableció el servicio personal, que desestructuraba el sistema guaraní, quebrando la regla de la reciprocidad, los guaraní contestaron con repetidas rebeliones y otros modos de resistencia. Incluso la instalación de las Reducciones jesuíticas, a partir de 1610, fueron consideradas, no sin una buena parte de razón, como “un disimulado cautiverio” y hubo resistencia contra ellas” (Melià, 2008, p. 106-107).

A experiência missioneira, no entanto, teria sua maior expressividade a partir da chegada dos jesuítas, no início do século XVII. Diferentemente do que ocorrera com os franciscanos, as missões fundadas por clérigos dessa ordem estavam situadas, em um primeiro momento, a distâncias mais longas dos centros do poder colonial, dispersas pela recém-criada Província Jesuítica do Paraguai, que abrangia principalmente terras atualmente pertencentes a Argentina, Brasil e Paraguai (Maeder, 1999). Desse modo, também os indígenas reduzidos estariam mais afastados da exploração por parte de *encomenderos*, o que terminou por propiciar um rápido crescimento não apenas demográfico, a partir da migração de novos integrantes, como do próprio número de novas missões, que podem ter alcançado um patamar próximo de quarenta (Maeder, 2011) – embora o mais usual seja se falar em trinta que, de fato, se consolidaram, sendo oito delas no que é hoje território paraguaio¹¹² (Maeder, 2011; Lugon, 2010), como se observa no Mapa 6:

¹¹² Eram elas: San Ignacio Guazú (a primeira de toda a Província Jesuítica do Paraguai a ser fundada, entre 1609 e 1610), Nuestra Señora de la Encarnación de Itapúa (1615), San Cosme y Damián (1632), Santa María de Fe (1647), Santiago (1651), Jesús de Tavarangüe (1685), Santa Rosa de Lima (1698) e Santísima Trinidad del Paraná (1706) (Blanco Conde, 2006; Soster, 2014).

MAPA 6 – As Missões Jesuíticas e sua localização tendo como referência os atuais territórios de Argentina, Brasil e Paraguai



Fonte: Rubiani (2019).

Entre 1628 e 1641, as missões estiveram especialmente suscetíveis aos ataques do bandeirismo paulista de preação, que visavam a captura de indígenas para a exploração de sua força de trabalho. Como consequência, muitas delas se desmantelaram ou tiveram que se trasladar de onde originalmente haviam se estabelecido, culminando em uma intensa reorganização espacial da província jesuítica. As pouco mais de vinte missões remanescentes terminaram por se concentrar em um espaço correspondente a um terço daquele pelo qual se distribuía anteriormente, o que, em compensação, lhes permitiu promover maior integração

entre si e o mútuo apoio inclusive em matéria de defesa, ao mesmo tempo que permaneciam afastadas do controle das autoridades coloniais (Maeder, 1999; 2011).

O subsequente desenvolvimento missioneiro se refletiu no crescimento da atividade pecuária e em um sistema produtivo que gerava excedentes comercializáveis, assim como na aceleração da urbanização e no aprimoramento da arte – como na música¹¹³ –, entre outros âmbitos. A partir de 1685, novas missões surgiram, havendo uma retomada da expansão do território ocupado por elas, ainda que sem recuperar as dimensões de outrora. Em 1732, a população jesuítico-guarani atingiu seu volume mais elevado, com 141 mil habitantes (Maeder, 1999; 2011).

Para a Coroa espanhola, as missões, a princípio, desempenhavam um papel importante tanto no que diz respeito à arrecadação de tributos (em vigor a partir de 1657) como no povoamento do território colonial e sua defesa contra a investida de grupos forâneos, como os bandeirantes (Maeder, 2011; Estragó, 2011). O êxito da experiência jesuíta, entretanto, terminou por entrar em atrito não só com os interesses da Espanha, mas, também, de Portugal. Estes países, em 1750, haviam restabelecido os limites territoriais de suas possessões nas Américas por meio do Tratado de Madrid, fazendo com que determinados povoamentos missionários não mais estivessem submetidos aos espanhóis, mas, sim, aos portugueses, vistos por boa parte da população guarani reduzida como um inimigo histórico. Este é o caso, especificamente, dos denominados Sete Povos das Missões – situados no que atualmente corresponde ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul –, que se puseram em resistência às ordens de realocação de sua população por parte da nova metrópole subordinante. Um dos desdobramentos desse cenário foram as “Guerras Guaraníticas”, ocorridas entre 1754 e 1756, que culminaram na repressão dos guaranis revoltosos a partir da ação conjunta de tropas dos dois Estados ibéricos. Os jesuítas, ademais, passaram a ser vistos com maior desconfiança pelas autoridades coloniais, a ponto de sua congregação, a Companhia de Jesus, ser expulsa de Portugal em 1759 e seus domínios no Brasil, secularizados. Ainda que, em 1761, o Tratado de Madrid viesse a ser anulado pelas partes envolvidas, os episódios experimentados na década anterior já haviam colocado em xeque, de forma irreversível, a autonomia das missões. Junto a isso, estava em curso a intensificação da disputa por terras para a criação de gado no Paraguai e suas adjacências rio-platinas por setores *criollos* mais abastados da sociedade colonial, cuja atenção já se aproximava das paragens jesuítas. Na Europa, por sua vez, ganhavam força as

¹¹³ A harpa paraguaia, instrumento que, até hoje, é símbolo da música popular do país, é um dos exemplos da contribuição artística das missões jesuíticas, considerando que sua origem está nas harpas renascentistas introduzidas nesses povoados pelo padre Anton Sepp (Szaran, 2011).

ideias iluministas, que, ao questionarem a posição de poder das ordens religiosas e defenderem a separação entre o político e o espiritual, geravam um ambiente desfavorável à Companhia de Jesus no continente¹¹⁴. O aumento das tensões levou, enfim, à expulsão dos jesuítas também da Espanha, em 1767. Suas missões na América do Sul, conseqüentemente, perderam tanto seu isolamento como a autonomia da qual gozavam, resultando na deserção abrupta de seus habitantes guaranis e, finalmente, em sua ruína (Maeder, 1999; 2011).

Os conflitos referentes às missões jesuíticas, no entanto, não eram apenas externos. Se, por um lado, a proteção que tais povoados ofereciam contra a ação de *encomenderos* e bandeirantes justificasse a significativa adesão de indígenas, a relação com os jesuítas principalmente no início da experiência missioneira tampouco estava isenta de contradições, que podiam resultar, inclusive, em deserções. Em Melià (1999), por exemplo, há relatos de pessoas de origem guarani que viam nas reduções uma forma de perda de seu modo tradicional de vida e da antiga liberdade de deslocamento por áreas mais extensas para se viver concentrado em povoados e exposto a uma doutrina distante dos ritos e costumes de seus antepassados. Sobre isso, afirma o autor que

É preciso reconhecer que, daqueles anos de consolidação do sistema reducional, quando a cifra estável dos Trinta Povos se conformava, contamos com poucos testemunhos indígenas, como se a convivência com os missioneiros e com o novo estilo de vida tivesse calado as eventuais vozes discordantes. Mas também não se pode desconhecer o fenômeno dos “fugitivos” que, com sua atitude, faziam seu protesto contra o que sentiam ser um “cativeiro disfarçado” (Melià, 1999, p. 59 – tradução livre).¹¹⁵

As populações autóctones americanas, sem embargo, não eram as únicas sobre as quais recaía o jugo do Paraguai colonial. Também nessa porção do continente houve a exploração de africanos sob o regime de escravidão, praticada desde pelo menos a década de 1530. As próprias ordens religiosas, incluindo-se os jesuítas em terras de seu colégio em Asunción e algumas fazendas no interior, faziam uso dessa força de trabalho, chegando a ter

¹¹⁴ Exemplo disso é uma passagem na obra “Cândido”, escrita em 1759 por Voltaire – um dos expoentes do Iluminismo francês –, em que se faz menção aos jesuítas na América do Sul: “– Já estiveste no Paraguai, pelo que vejo? – perguntou Cândido. – Sim, de fato! – disse Cacambo. – Fui fâmulos no colégio de Assunção, e conheço o governo de Los Padres como as ruas de Cádiz. É uma coisa admirável esse governo. O reino [missões jesuíticas] já se estende por mais de trezentas léguas de diâmetro, dividido em trinta províncias. Los Padres aí têm tudo; o povo, nada; é a obra-prima da razão e da justiça. Quanto a mim, nada sei de mais divino que Los Padres; aqui, fazem guerra ao rei de Espanha e ao rei de Portugal, e na Europa os confessam; aqui, matam os espanhóis, e em Madri os encomendam aos céus” (Voltaire, 1998, p. 48-49).

¹¹⁵ Trecho original, em castelhano: “Hay que reconocer que de aquellos años de consolidación del sistema reducional, cuando se conformaba la cifra estable de los Treinta Pueblos, contamos con pocos testimonios indígenas, como si la convivencia con los misioneros y con el nuevo estilo de vida hubiera acallado las eventuales voces discordantes. Pero tampoco se puede desconocer el fenómeno de los ‘fugitivos’ que con su actitud decían su protesta contra el que sentían ‘disimulado cautiverio’” (Melià, 1999, p. 59).

sob sua “posse”, em meados do século XVIII, mais da metade da população negra escravizada no Paraguai (Telesca, 2011).

Ainda que os fluxos de africanos para a bacia do Prata como um todo não fossem equiparáveis àqueles direcionados a colônias como o Brasil, sua presença na região, juntamente com a de seus descendentes, não pode ser negligenciada. Em Asunción, por exemplo, no ano de 1782, os negros compunham 55% dos quase cinco mil habitantes, sendo 31,3% em condição de liberdade e 23,4%, ainda sob regime de escravatura. Os números, no entanto, passaram a declinar a partir de então não só nessa cidade, mas em toda a sua província. Se, no fim do século XVIII, os afrodescendentes livres correspondiam a 7,4% do total da população do Paraguai, em 1846 – quando o país já era independente –, o percentual atingia os 3,6% (Telesca, 2011). Tal descenso se justificaria, em boa medida, à mestiçagem em um ambiente hostil à população negra, que era compelida a buscar formas de ser percebida como parte de outro estrato étnico e, desse modo, negar sua negritude. Sobre isso, vale ressaltar que, em uma sociedade na qual a presença de pessoas naturais da metrópole era cada vez mais rara – levando-se em conta a pouca atratividade econômica do Paraguai – e cujo caráter interétnico se fazia predominante, até mesmo mestiços poderiam ser, na prática, considerados “espanhóis” pelas autoridades locais, gozando, assim, de melhor tratamento. Com vistas a sê-lo também, algumas pessoas de origem africana lançavam mão de estratégias como integrar milícias da elite econômica, a fim de se provarem dignas de “serem espanholas”, e de se batizar e/ou casar na Igreja *criolla*, ainda que houvesse intensa resistência a isso por parte dos setores mais conservadores (Telesca, 2011).

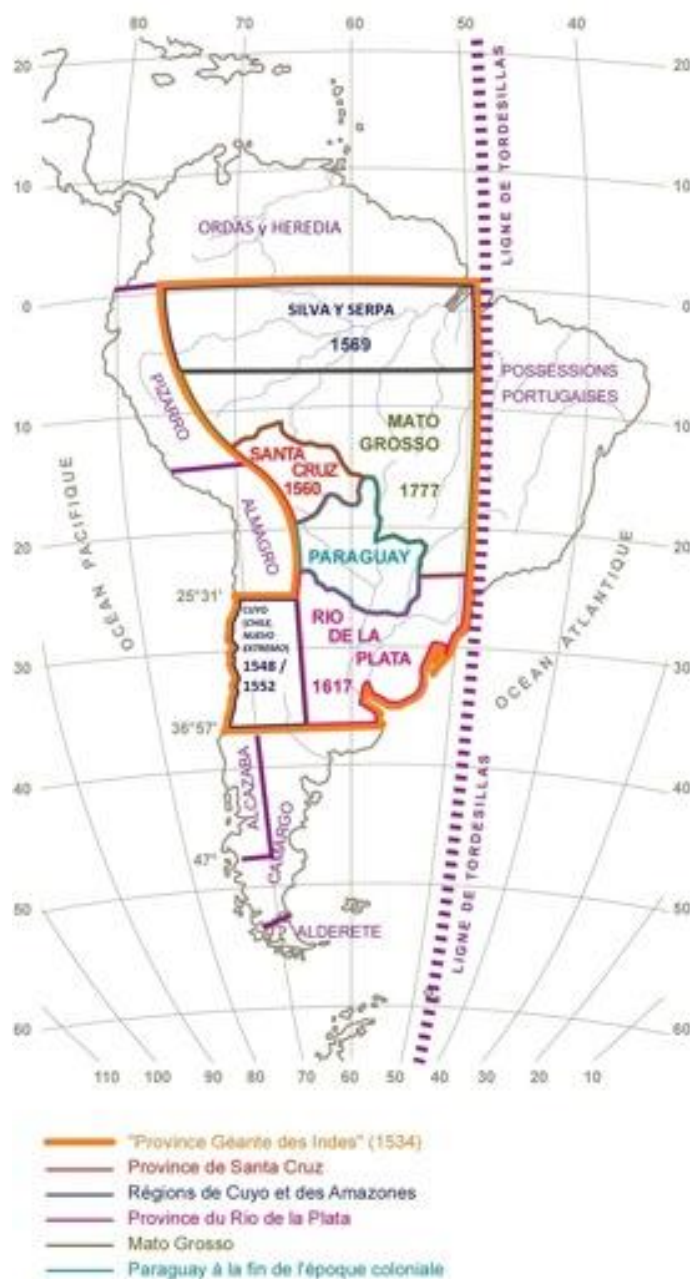
No final, o processo de apagamento dos traços africanos foi de tal magnitude que, no imaginário popular dos paraguaios atualmente, prevaleceria a ideia de que “no Paraguai não houve negros” e que, dessarte, a característica mestiçagem de sua população teria apenas componentes espanhóis e guaranis em sua formação (Telesca, 2011, p. 337). Isso, por sua vez, contribuiria com a invisibilização não só dos afrodescendentes do passado paraguaio, mas, também, do presente, como é o caso dos residentes das comunidades de Emboscada, Kamba Kuá e Kamba Kokué, citadas na seção anterior. Justifica-se, assim, a atuação dos grupos que compõem a chamada *Red Paraguaya de Afrodescendientes*, que traduzem a ampliação do conceito de mestiçagem no país em luta contra a discriminação e a exclusão social. Conforme manifestado por eles, o Paraguai, assim como seus vizinhos continentais, é tanto americano e europeu como africano (Telesca, 2011).

Pode-se dizer que nos tempos coloniais não são encontradas somente as origens da formação étnica e social do Paraguai, mas, de igual modo, as de sua condição geográfica de

país mediterrâneo ou sem saída direta ao mar, um dos fatores que, historicamente, orientam suas relações exteriores e inserção regional.

Antes de ser uma província, o Paraguai colônia – ou, mais especificamente, Asunción – era o centro de uma unidade cuja extensão tocava os dois oceanos que banham o continente sul-americano, o Atlântico e o Pacífico, abrangendo terras atualmente argentinas, bolivianas, brasileiras, chilenas e uruguaias, além das próprias paraguaias. Tratava-se da Província Gigante das Índias, subordinada ao Vice-Reino do Peru (criado em 1542) e fronteira com as possessões portuguesas a leste, conforme demarcado pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Com o estabelecimento de novas vilas – como aquelas fundadas por expedições partidas de Asunción – e seu crescimento, a Coroa espanhola e seus representantes na América autorizaram também a formação de novas províncias, como a de Santa Cruz, em 1560, com fins de garantir melhor eficiência na gestão do território colonial e sua proteção contra ameaças externas, como o eram os bandeirantes paulistas e indígenas de etnias resistentes aos “conquistadores”. Para tanto, a Província Gigante das Índias foi sendo desmembrada até ter seu fim decretado em 1617, com a separação do Paraguai da província do Rio da Prata, processo consolidado em 1620 (Domingo, 2012; Estragó, 2011). No Mapa 7, está ilustrada a extensão que a Província Gigante das Índias tivera, assim como identificadas as unidades político-administrativas que dela advieram:

MAPA 7 – A Província Gigante das Índias e seu desmembramento



Fonte: Domingo (2012).

Com a nova configuração territorial na América Hispânica, a área capitaneada por Asunción perdia seu acesso ao mar ao mesmo tempo que se tornava mais dependente de jurisdições vizinhas para as trocas comerciais com a metrópole – em especial, Buenos Aires, principalmente depois da criação do Vice-Reino do Rio da Prata, em 1776, do qual foi capital (Estragó, 2011). Soma-se a isso a vulnerabilidade às investidas do bandeirismo, que contribuiu

para que o povoamento paraguaio se concentrasse em uma estreita faixa de terra (Telesca, 2011). O consequente isolamento, entretanto, não seria apenas geográfico, reproduzindo-se em diferentes âmbitos ao longo da história. Roa Bastos (1977, p. 51) – escritor paraguaio ganhador do Prêmio Cervantes e um dos maiores representantes da literatura de seu país –, por exemplo, ao se referir à cultura, definia o Paraguai como “uma ilha rodeada por terra”, “pouco menos do que desconhecida” ao restante da América Hispânica (tradução livre)¹¹⁶. O insulamento seria convertido até mesmo em política de Estado logo após o rompimento da submissão colonial, no início do século XIX, como se verá a seguir.

2.2.3 Da independência (1811) à Guerra da Tríplice Aliança (1864/65-1870)

Não é raro ouvir que a luta pela independência que o Paraguai teve de travar não foi contra a Espanha, mas, efetivamente, Buenos Aires. Para sustentá-lo, é preciso resgatar o contexto da época. Em 1808, no transcurso das Guerras Napoleônicas (1803-1815), a Espanha é invadida pelas tropas francesas, que substituem seu monarca por José Bonaparte, irmão de Napoleão. Como alternativa, buscou-se estabelecer no sul do país um Conselho de Regência, que deveria representar o rei espanhol *de facto*, Fernando VII (López Moreira, 2015; Areces, 2011). Para a América Hispânica, este cenário implicava uma escolha entre manifestar lealdade ao líder espanhol deposto, submeter-se à autoridade que pretendia substituí-lo na metrópole ou insurgir-se contra qualquer domínio europeu. O Paraguai, inicialmente, seguiu a primeira opção (Areces, 2011).

Em Buenos Aires, por sua vez, em 25 de maio de 1810, após a destituição do então Vice-Rei do Rio da Prata, Baltazar Hidalgo de Cisneros, formava-se uma Junta Governativa, que logo tratou de se afirmar como liderança em sua região e ter sob sua autoridade o restante das províncias platinas. Incluía-se entre elas a paraguaia, governada por Bernardo de Velasco y Huidobro, que, ao rechaçar a iniciativa, enfrentou como reação o envio de um contingente militar por parte dos bonaerenses. Os paraguaios conseguiram se sair vitoriosos, feito que terminou por insuflar as aspirações emancipacionistas de determinadas forças políticas revolucionárias. A independência do país seria um processo desencadeado na madrugada do dia 14 ao 15 de maio de 1811, quando Velasco é retirado do poder, sem resistência. Na manhã seguinte, formou-se um triunvirato para administrar provisoriamente a república que estava

¹¹⁶ Trecho original, em castelhano: “*En un pequeño ensayo publicado hace muchos años escribí que en el panorama general de la cultura hispanoamericana el Paraguay ha sido siempre una tierra poco menos que desconocida: una isla rodeada de tierra en el corazón del continente*” (Roa Bastos, 1977, p. 51).

sendo gestada. O próprio Velasco viria a integrá-lo inicialmente, mas, em 9 de junho daquele mesmo ano, terminou exonerado ao mesmo tempo que era formalmente proclamada a emancipação paraguaia não só em relação a Buenos Aires, mas a todo e qualquer país estrangeiro (López Moreira, 2015; Areces, 2011).

Juntas governamentais estiveram a cargo da gestão nacional até serem sucedidas, em três de outubro de 1814, por José Gaspar Rodríguez de Francia. Dois anos depois, este seria declarado por um Congresso Nacional *ad hoc* “Ditador Perpétuo da República”, posto que, de fato, ocupou até a sua morte, em 1840 (Areces, 2011).

Tendo contado com o apoio dos setores da sociedade mais opostos à manutenção de vínculos com a antiga metrópole espanhola e a submetrópole bonaerense para se alçar ao poder, Francia estabeleceu como uma das prioridades de seu governo desde o início a defesa da soberania do Paraguai, o que incluía a preservação dos limites territoriais herdados dos tempos coloniais. Para a consecução desse objetivo, adotou-se como estratégia o isolamento do país, o que não apenas pressupunha a não intervenção em conflitos na bacia do Rio da Prata e o rechaço a alianças que poderiam comprometer a posição de neutralidade na região, mas, por vezes, o próprio bloqueio dos lindes internacionais. No final da década de 1810, por exemplo, diante do aumento da presença de forças portuguesas no Mato Grosso, Francia decretou o fechamento da fronteira norte paraguaia e a proibição de qualquer tipo de intercâmbio com o Brasil (ainda colônia naquele momento). Nos anos 1820, por sua vez, a medida foi estendida às províncias platinas vizinhas, sendo também interrompidas as atividades de todos os portos que se conectavam com o exterior. A exceção foi o de Itapúa, habilitado em 1823 como única via permitida para o comércio internacional do Paraguai. Em 1829, o porto de Pilar (no atual departamento de Ñeembucú) também receberia autorização para operar, embora o volume de suas trocas fosse menor (Areces, 2011).

O intercâmbio com o exterior era rigorosamente controlado pelo governo. Tanto as exportações de produtos locais – entre eles, erva-mate, tabaco, açúcar, couro, tecidos em algodão e ponchos de lã (López Moreira, 2015) – como as importações – que incluía artigos de ferro, ferramentas de trabalho e panos (López Moreira, 2015) – somente poderiam ocorrer mediante a obtenção de uma licença (Areces, 2011). Em muitos casos, exportações como as de frutas e madeira eram autorizadas apenas sob a condição de que as embarcações regressassem com armas e munições, uma forma de garantir a autonomia política do Paraguai (Areces, 2011).

A condição de mediterraneidade do país o tornava especialmente vulnerável a Buenos Aires, que controlava o comércio que fluía pela embocadura do Rio da Prata. A contestação de valores cobrados em tributos para a navegação por esse acesso ao Oceano

Atlântico muitas vezes gerava represálias por parte dos portenhos, inclusive como estratégia para reverter o distanciamento do Paraguai de sua esfera de poder. Um de seus efeitos foi a queda nas receitas paraguaias de exportação entre 1816 e 1820, com variação de aproximadamente 390 mil pesos a menos de 58 mil no período (Areces, 2011). Um dos objetivos de política externa de Francia era justamente a livre-circulação por todos os rios da bacia platina, algo que seguiu sendo tema de disputas mesmo depois de finda sua gestão (Areces, 2011).

O isolamento fez com que o Paraguai dirigisse sua atenção para dentro e investisse no desenvolvimento de seu mercado interno, orientado pelo entendimento de que a independência política do país dependia da consolidação de sua soberania econômica, sendo desejável aproximar-se o máximo possível de uma situação de autarquia do ponto de vista produtivo. Nesse esforço, viram-se incipientes indústrias manufatureiras caseiras, dedicadas à produção de tecido, utensílios de ferro, entre outros, assim como a difusão de serviços como os de sapateiros e fundidores e do artesanato em madeira, couro e cerâmica. Bens como móveis, que antes apenas eram importados, também começaram a ser produzidos nacionalmente (López Moreira, 2015). A política econômica de Francia, no entanto, estava voltada principalmente para a agricultura e a pecuária. Considerando que a maior parte do território paraguaio naquela época era de propriedade do Estado – resultado da posse de terras antes pertencentes à Coroa espanhola ou confiscadas de ordens religiosas e adversários políticos –, muitos camponeses se beneficiaram de arrendamentos a preços mais baixos, sob a condição de ter cultivos ou criar gado. Antes de subir ao poder, Francia teve em sua base de apoiadores pequenos e médios proprietários rurais e arrendatários, e seu governo terminou adotando políticas que contemplavam essas pessoas, como a promoção de uma repartição mais equitativa das terras públicas (Areces, 2011; López Moreira, 2015). Havia, ainda, as chamadas “*Estancias del Estado*” ou “*de la Patria*” (“Fazendas do Estado” ou “da Pátria”), de produção estatal, responsáveis, inicialmente, pelo provimento de alimentos, roupas e cavalos ao Exército, mas que, com os excedentes gerados ao longo do tempo, também passaram a fornecer cabeças de gado e outros animais a camponeses com menos recursos, assim como a exportar e a vender carne e outros produtos à população paraguaia no geral. Além da pecuária, predominante nessas *estancias*, também se praticavam a agricultura, o artesanato e atividades industriais de pequena escala (Villagra, 2012).

O projeto de Francia de defesa da soberania paraguaia envolvia, ademais, a desmobilização das antigas elites coloniais. Uma das formas de se atingi-lo foi a restrição de direitos matrimoniais. Europeus, por decreto, estavam proibidos de se casar com “mulheres

americanas conhecidas como espanholas ou assim reputadas”, tendo a permissão de fazê-lo apenas com indígenas, “mulatas” e negras (Báez, 2005 – tradução livre)¹¹⁷. Outro exemplo foram os confiscos de bens de falecidos “estrangeiros”, independentemente de terem herdeiros ou não (López Moreira, 2015). Tais medidas também estavam relacionadas a um objetivo de formação da identidade paraguaia pela alteridade, na qual se sustentava uma diferenciação principalmente em relação a espanhóis, bonaerenses e portugueses (Areces, 2011).

Francia desempenhou um governo altamente centralizado, monopolizando a política em suas mãos e recorrendo à coerção quando a via como necessária para a preservação de seu poder e garantia de seus interesses. Nesse sentido, não só proscreveu reuniões de pessoas sem prévia autorização governamental, com vistas a manter a ordem pública e evitar insurgências, mas, também, reprimiu conspiradores e detratores, em alguns casos, com a pena capital. Empenhou-se, ademais, em extinguir as milícias subordinadas à classe proprietária e, em contrapartida, estruturar as Forças Armadas do Estado como símbolo da soberania nacional (Areces, 2011). Não eram recrutados homens de famílias mais abastadas, com o intuito de se evitar que estas pudessem, a partir da inclusão de membros seus nas instituições militares,

¹¹⁷ O decreto, datado de 1º de março de 1814, foi assinado pelo chamado Consulado, regime que o próprio Francia integrou, ao lado de Fulgencio Yegros, antes de se tornar mandatário único meses depois (Areces, 2011). O teor do texto pode ser apreciado nas seguintes linhas: “Como medida necessária, exigida pela necessidade de facilitar o progresso da sagrada causa da liberdade da República contra as manobras de seus inimigos, o governo consular acorda: 1º Que não seja autorizado nenhum matrimônio de homem europeu com mulher americana conhecida como espanhola e assim reputada no povoado, da primeira até a última classe do Estado, por mais ínfima e baixa que seja, sob pena de degredo e confisco de bens dos párocos ou padres que permitam tal matrimônio; e de confinamento do europeu contraventor no Forte Borbón por dez anos e confisco de seus bens. 2º Que no caso de os europeus tentarem contrair clandestinamente matrimônio com mulher americana da expressada qualidade e classe espanhola, por mais ínfima que seja, serão castigados com as mesmas penas, sem prejuízo de decidir sobre a nulidade do matrimônio assim contraído. 3º Que em nenhuma repartição secular ou eclesiástica sejam admitidas petições ou uniões de europeus, ainda que prometidas por escritura pública, com mulheres da referida qualidade, nem em caso de estupro alegado com a finalidade de obrigar a contrair-se matrimônio entre tais pessoas, sob as mesmas penas indicadas. 4º Que os europeus não devem ser admitidos nos batizados como padrinhos de batismo, nem nas confirmações de crianças da classe mencionada; nem ser admitidos como testemunhas de nenhum matrimônio, sob as mesmas penas. Os europeus, porém, poderão se casar com índias dos povoados, mulatas conhecidas e negras – Asunción, 1º de março de 1814 – Francia – Yegros – Cônsules da República” (Báez, 2005, p. 92 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “Como medida necesaria, exigida por la necesidad de facilitar el progreso de la sagrada cusa de la libertad de la República contra las maquinaciones de sus enemigos, el gobierno consular acuerda: 1º Que no se autorice matrimonio alguno de varón europeo con mujer americana conocida y reputada por española en el pueblo desde la primera hasta la última clase del Estado, por ínfima y baja que sea, so pena de extrañamiento y confiscación de bienes de los párrocos o curas autorizantes de tal matrimonio; y de confinamiento en el Fuerte Borbón del europeo contrayente por diez años y confiscación de sus bienes. 2º Que en el caso de intentar los europeos contraer matrimonio con mujer americana de la expresada calidad y clase española, por ínfima que sea, clandestinamente, serán castigados con las mismas penas, sin perjuicio de decidir sobre la nulidad del matrimonio así contraído. 3º Que en ningún juicio secular o eclesiástico se admitan peticiones o esponsales de europeos, aun prometidos por escritura pública, a mujeres de la referida calidad, ni sobre estupro alegado con el fin de obligar a contraerse el matrimonio entre tales personas, bajo las mismas penas señaladas. 4º Que los europeos no deben ser admitidos en los bautizos como padrinos de pila, ni en las confirmaciones de niños de la clase mencionada; ni ser admitidos como testigos de ningún matrimonio, bajo las mismas penas. Pero los europeos podrán casarse con indias de los pueblos, mulatas conocidas y negras – Asunción 1º de Marzo 1814 – Francia – Yegros – Cônsules de la República”).

organizar qualquer tipo de oposição que ameaçasse a estabilidade da ditadura. Havia, ainda, o cuidado de impedir que chefes militares se dotassem de poder político, além de restringir as patentes mais altas às de tenente e capitão (Areces, 2011). No que concerne à Igreja, Francia não a expulsou, mas a nacionalizou e a submeteu ao Estado (López Moreira, 2015). Funcionários regionais do serviço público, por fim, eram designados às respectivas funções de acordo com sua adesão política (Areces, 2011)¹¹⁸.

Francia foi sucedido por uma junta provisional e, em seguida, um “consulado”, conformado por Mariano Roque Alonso e Carlos Antonio López, até que o último, em 1844, é nomeado presidente da República por um congresso reunido naquele ano. Seu mandato seria

¹¹⁸ A evocação ao legado de Francia na atualidade é especialmente chamativa no caso do autointitulado *Ejército del Pueblo Paraguayo* (EPP), grupo guerrilheiro instalado majoritariamente nos bosques remanescentes do norte da região oriental do Paraguai. Muitos aspectos de sua história ainda carecem de esclarecimento, entre eles, a suposta origem, em 1992, como um “braço armado clandestino” do *Partido Patria Libre*, de orientação marxista-leninista (Gutiérrez, 2013). A denominação “EPP”, no entanto, somente teria sido oficialmente adotada em 1º de março de 2008 – data que remete à morte de Francisco Solano López, mandatário paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864/65-1870) (Gutiérrez, 2013). Alguns de seus princípios e propósitos são explicitados por Alcides Oviedo Brítez, uma das lideranças do grupo, no livro *“La Ideología del Bien Llamado Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP): El Francismo del Siglo XXI”*, de 2012. A referência à gestão do “Ditador Perpétuo” como inspiração é escancarada já no título e perpassa todo o conteúdo da obra, sobretudo quando se proclama o objetivo de se estabelecer, pela luta armada, a “República Francista do Paraguai”, o que pressuporia a adoção de um ordenamento jurídico favorável às classes sociais menos abastadas em detrimento dos mais ricos e uma intransigente defesa da soberania política e da independência econômica do país – entendendo-se que uma não existiria sem a outra –, da qual fariam parte a desvinculação da economia nacional dos interesses do capital estrangeiro e a insubordinação ao “imperialismo estadunidense” e ao “subimperialismo brasileiro” (Brítez, 2012). Manifesta-se, ademais, oposição aos grandes proprietários de terra, com nominal menção aos “sojeros” – dedicados ao cultivo de soja (Brítez, 2012). Sobre esse ponto, Gutiérrez (2013) detalha que a ideologia *epéista* também contaria com um matiz ambientalista, pois rechaçaria não só a expansão de latifúndios monocultores, a concentração de terras e a pobreza no campo, mas, de igual modo, o uso de agrotóxicos e o desmatamento. Como parte dos meios de sustento de suas atividades e consecução de seus objetivos políticos, o EPP teria se valido, ao longo dos anos, de práticas como sequestros e extorsões, voltados, mormente, a personalidades de alto poder aquisitivo (Gutiérrez, 2013). Um dos casos de maior repercussão na mídia recentemente foi o do ex-vice-presidente da República Óscar Denis, abordado nas imediações de sua fazenda no departamento de Concepción em 2020 e, até hoje, desaparecido (Paraguay, 2023b; Última Hora, 2022b). Ações como essa têm sido alvos de críticas inclusive por movimentos de trabalhadores rurais e militantes do campo da esquerda. Em 2017, por exemplo, integrantes da *Federación Nacional Campesina* (FNC) recusaram o recebimento de doações que a família de um jovem sequestrado seria obrigada a dar em seu benefício, alegando que a atuação do grupo guerrilheiro era contraproducente à luta por reforma agrária no país (Última Hora, 2017). Sobre isso, há de se ter em mente que as ofensivas do EPP vêm sendo usadas como justificativa para a militarização do campo em favor de grandes empresários do agronegócio e para a condução de distintos episódios de repressão por forças de segurança do Estado contra populações camponesas (e indígenas) do interior, resultando em um sufocamento de reivindicações legítimas da classe, como a própria distribuição mais justa e equitativa da terra e a proteção de suas comunidades em relação aos efeitos nocivos à saúde da fumigação em latifúndios monocultores adjacentes (BASE-IS, 2020; Pereira, 2020). Complementarmente, o jornalista e pesquisador Hugo Pereira, em entrevista (Pereira, 2020), assevera que as reações do Estado na questão se orientam pela óptica da criminalização generalizada dos movimentos camponeses, fazendo-se reaplicar no norte da região oriental uma espécie de estado de exceção análogo à “doutrina do stronismo anticomunista [em alusão à ditadura de Alfredo Stroessner, 1954-1989] na qual se apresentava qualquer pessoa que reclamava um direito humano como um terrorista a ser neutralizado” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “[...] la doctrina del stronismo anticomunista en la que presentaban a cualquier persona que reclamaba un derecho humano como un terrorista a ser neutralizado”).

renovado em 1854 e, outra vez, em 1857, mas interrompido em 1862, com a morte do chefe de Estado (López Moreira, 2015).

Apesar de toda síntese trazer em si o risco da imprecisão, não parece inadequado afirmar que, enquanto Francia buscou garantir a soberania *de facto* do Paraguai, Carlos A. López tratou de obter seu reconhecimento *de jure*. O novo governo, efetivamente, fez disso uma de suas prioridades desde o início. Ainda durante o regime de consulado, aprovou-se, em novembro de 1842, a chamada Ata de Independência, documento em que se reafirmava às nações vizinhas a natureza do Paraguai como Estado independente. O ato foi seguido pela adoção oficial de símbolos pátrios, como a tradicional bandeira tricolor, em faixas horizontais nas cores vermelho, branco e azul (López Moreira, 2015). Apesar de países como a Bolívia e o Chile formalizarem o reconhecimento da independência paraguaia logo no ano subsequente, a Confederação Argentina – formada pelas províncias que futuramente integrariam a República Argentina e onde persistia, em alguns setores, os anseios de praticamente restabelecer o antigo Vice-Reino do Prata, incorporando a ele o Paraguai – somente o faria em 1852, ao tempo de firmar com López um tratado de navegação, comércio e limites. A questão do livre acesso aos rios da bacia do Prata e a definição de lindes – envolvendo, mais precisamente, divergências relacionadas à região do Chaco e a Misiones, atual província argentina –, entretanto, enfrentariam reveses posteriormente, mantendo-se inconclusas até pelo menos a década de 1870. O mesmo aconteceria em relação ao Brasil, não obstante este ter reconhecido a independência paraguaia anos antes, em 1844 (López Moreira, 2015). A livre passagem de embarcações brasileiras pelo rio Paraguai – principal acesso à então província de Matto Grosso – esteve, por muito tempo, condicionada à demanda de Carlos A. López pela demarcação das fronteiras entre os dois países. Apesar de as partes terem, enfim, firmado tratados sobre navegação – como entre 1855 e 1856 –, não só esta questão ainda sofreria retrocessos ao longo dos anos como a resolução das disputas em matéria lindeira seria recorrentemente postergada, de modo que as zonas em litígio deveriam permanecer sob o *status* de território neutro¹¹⁹ até que um acordo fosse finalmente lavrado (López Moreira, 2015).

De qualquer forma, houve um movimento de abertura do Paraguai ao exterior, o que resultou na intensificação de seu intercâmbio internacional. Exemplo disso foi a missão conduzida por um dos filhos do presidente, Francisco Solano López – que viria a ocupar o posto mais alto da República após a morte de seu pai –, pela Europa, em março de 1853, com o objetivo não só de obter o reconhecimento da soberania do país e de abrir novos mercados a

¹¹⁹ O território em questão estava situado entre os rios Apa e Branco. Enquanto o Brasil reivindicava o primeiro como limite entre os dois Estados, o Paraguai apontava o último como tal (López Moreira, 2015).

seus produtos – como a erva-mate, o tabaco e o algodão –, mas, também, de contratar técnicos e especialistas para coordenar uma série de empreendimentos em solo paraguaio. Profissionais de origem europeia participaram da implementação da ferrovia e do telégrafo no Paraguai, inaugurados, respectivamente, em 1861 e 1864 – sendo estes os primeiros exemplares na região do Rio da Prata –, assim como da construção de uma das primeiras fundições de ferro da América do Sul, em Ybycuí – a pouco mais de 120 quilômetros de Asunción –, nos anos 1850 (López Moreira, 2015). As importações, de igual modo, tiveram um significativo incremento, pondo-se em curso uma espécie de “renovação econômica” a partir da chegada de novos artigos, como máquinas de costura e as primeiras câmeras fotográficas (Areces, 2011).

A gestão de Carlos Antonio López também foi a responsável pela criação de uma moeda nacional, considerando-se que, antes, as trocas comerciais no país eram feitas principalmente na base do escambo ou, em menor medida, com o uso de moeda espanhola ou outra corrente nos países vizinhos (López Moreira, 2015). Em 1º de janeiro de 1842, começou a circular o primeiro jornal paraguaio, intitulado “*El Repertorio Nacional*”, dedicado exclusivamente à veiculação de disposições oficiais do governo (López Moreira, 2015)¹²⁰.

Investimentos significativos na educação, ademais, foram realizados, com a construção de mais de trezentas escolas e a expansão do ensino superior (Areces, 2011; López Moreira, 2015). Sobre a última, é ilustrativa a fundação da Escola de Direito Civil e Político, em 1850, e da Escola de Medicina, em 1861. No marco do intercâmbio promovido com a Europa, alguns estudantes paraguaios foram aprimorar sua formação no exterior, devendo, ao retornar, dar o seu aporte à sociedade com o conhecimento adquirido (López Moreira, 2015).

No que concerne às zonas rurais, houve uma expansão das fazendas pertencentes ao Estado, inclusive sobre terras de comunidades indígenas. Já em relação à sociedade

¹²⁰ Mais emblemático do que este, contudo, seria o periódico *El Paraguay Independiente*, cujo primeiro exemplar foi impresso em 25 de abril de 1845. O contexto de sua criação eram os esforços de Buenos Aires, sob a liderança do ditador Juan Manuel de Rosas, de submeter o Paraguai a sua esfera de poder tanto por meio de restrições ao trânsito de mercadorias pela bacia do Prata que tinham como origem ou destino o referido Estado como por uma “guerra jornalística”, pela qual a imprensa portenha reforçava a perspectiva de que o Paraguai “era uma província argentina e que sua subsistência como nação independente era impossível” (López Moreira, 2015, p. 178 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*En enero de 1845, el Dictador Rosas inició una enérgica y sistemática campaña contra el Paraguay por intermedio de los periódicos ‘La Gaceta Mercantil’ y ‘El Archivo Americano’.* De este modo pretendía señalar que el Paraguay era una provincia argentina y que su subsistencia como nación independiente era imposible, por ser la confederación argentina dueña de la navegación del Paraná, ‘única salida al exterior de aquel país mediterráneo’”). Como resposta, o novo periódico paraguaio publicava editoriais e outros textos que exaltavam e defendiam a independência do país, sendo citados em suas páginas, por exemplo, tratados já firmados com outros Estados e doutrinas do Direito Internacional que respaldavam o clamor pela soberania. Seu principal redator era o próprio presidente Carlos Antonio López, de modo que “*El Paraguay Independiente*” se converteu praticamente em instrumento de política internacional. Sua veiculação somente foi suspensa com o reconhecimento da independência paraguaia pela Argentina, em 1852, após a derrocada de Rosas (López Moreira, 2015).

paraguaia, surgiram novas famílias abastadas, vinculado às mudanças econômicas que estavam em curso, como a reativação do porto de Asunción, ao mesmo tempo que outras, da antiga elite, regressavam à capital depois de terem se retirado a suas propriedades no interior durante a gestão de Francia (Areces, 2011).

Já pela perspectiva política, embora o poder do Estado fosse reconhecido como tripartite, o Executivo seguiu tendo primazia, centralizado na figura de um só homem, Carlos A. López. Assim como nos tempos de Francia, concebia-se “o governo como uma instituição tutelar e unipessoal, herdeiro da tradição monárquica” (Areces, 2011, p. 179 – tradução livre)¹²¹. As Forças Armadas, também legadas de outrora, foram ampliadas, mais bem qualificadas e reequipadas com armamento mais moderno, sendo ilustrativo desse movimento a criação da Frota Nacional (Areces, 2011).

Por outro lado, Carlos A. López pôs fim à política de neutralidade e isolamento praticada por seu predecessor, o que incluiu a assinatura de tratados de comércio e navegação como aqueles expostos anteriormente. Outro fato relevante de ser mencionado é a promulgação, em 24 de novembro de 1842, da Lei do Ventre Livre, pela qual se estabelecia que filhas e filhos de mulheres em regime de escravidão ganhassem a liberdade a partir, respectivamente, dos vinte e quatro e vinte e cinco anos de idade (Areces, 2011; López Moreira, 2015). Acrescenta-se, por fim, que o Paraguai, ainda durante o governo de “consulado”, restabeleceu relações com a Santa Sé (López Moreira, 2015).

Em novembro de 1862, pouco depois do falecimento de Carlos A. López, uma Assembleia Constituinte designou o filho mais velho do ex-mandatário, Francisco Solano López, como chefe de Estado, em meio a uma conjuntura regional de acirramento das tensões (Areces, 2011). Ainda assim, em seu leito de morte, o pai do novo governante o teria aconselhado a tratar de resolver as pendências internacionais de seu país não pela “espada”, mas pela “pena” (ou caneta), sobretudo em relação ao Brasil (López Moreira, 2015; Doratioto, 2002).

Não mais do que dois anos depois, todavia, a beligerância eclodiu. Colocar-se-iam contra os paraguaios, ainda, Argentina e Uruguai, resultando na guerra de mais longa duração da história das Américas, comumente referida na historiografia brasileira como “Guerra do Paraguai” e, em outras partes, “Guerra da Tríplice Aliança”. Detalhes sobre ela serão fornecidos apenas no próximo capítulo, considerando não apenas as transformações imediatas que causou na realidade demográfica paraguaia de uma forma geral, mas, também, seu papel determinante

¹²¹ Trecho original, em castelhano: “Ambos [Francia e Carlos A. López] concibieron el Gobierno como una institución tutelar y unipersonal, heredero de la tradición monárquica [...]” (Areces, 2011, p. 179).

na definição de fatores que influenciariam a dinâmica migratória do país por muito tempo – sem mencionar o impacto em âmbitos como o político, o econômico e o social.

As tropas dos aliados chegariam a Asunción em 1868, forçando o retiro de Solano López ao interior de seu país, de onde buscou exercer seu governo e organizar sua resistência armada. Em 1869, enquanto se empenhavam em encurralar o líder paraguaio, argentinos e brasileiros estabeleceram na capital um triunvirato, alinhado a seus interesses, e o reconheceram como legítimo poder (Lewis, 2002). Compunham-no Cirilo Rivarola, José Díaz de Bedova e Carlos Loizaga. Solano López cairia em combate apenas em 1º de março de 1870, marcando o fim da guerra. De tudo ao que se pode fazer referência como sinteticamente representativo do saldo desse período ao Paraguai, o mais impactante são certamente as vidas humanas perdidas, havendo estimativas que apontam para algo em torno de metade da população sucumbida (Kleinpenning, 2002).

Os três grandes governos paraguaios do pós-independência até a derrota perante Argentina, Brasil e Uruguai tiveram em comum a centralização do poder no chefe do Executivo, um modelo que, apesar de negar o pluralismo na participação política, terminou por assegurar certa estabilidade interna. Nos mais de sessenta anos que se seguiram, no entanto, verificar-se-ia o oposto.

2.2.4 O período “entre guerras” (1870-1932)

Excetuando-se o citado triunvirato – dissolvido no ano seguinte de sua formação¹²² –, o Paraguai, entre 1870 e 1932, teve trinta e quatro governos, seja de caráter provisório, constitucional, civil ou militar. Dos trinta presidentes diferentes que comandaram o país no período, apenas seis completaram seus mandatos. As transições políticas, não rara vez, se deram por meio de golpes de Estado ou no curso de conflitos civis (Lewis, 2002).

Desde o fim dos anos 1870, três forças reivindicavam a primazia da política paraguaia, sendo elas: I) grupos de influência argentina, em especial, a denominada Legião Paraguaia, composta de antigos exilados em Buenos Aires críticos ao regime dos López; II) grupos alinhados ao Brasil, cujo expoente era Cirilo Rivarola, combatente na guerra como sargento, mas sem identificação com o governo vigente naqueles tempos, tendo, inclusive, sido preso e torturado por Solano López; e III) apoiadores remanescentes do “lopismo”, sendo o

¹²² O feito se deu por decisão de uma assembleia constituinte instituída em 1870. Apesar de os deputados reunidos terem nomeado outro presidente provisório na ocasião – Facundo Machaín –, impôs-se a vontade brasileira de que Rivarola ocupasse o cargo (Lewis, 2002).

general Bernardino Caballero seu maior representante. Em um país com uma economia desestruturada e profundamente empobrecido pela guerra, o governo e os cargos públicos se tornaram uma das poucas alternativas de mobilidade social disponíveis. A disputa pelo poder, por conseguinte, foi intensa nas décadas que se seguiram (Lewis, 2002). São ilustrativos desse período o assassinato do presidente Juan Bautista Gill em 1877, pelas mãos de lopistas independentes, e do próprio Cirilo Rivarola no ano seguinte, apunhalado no centro de Asunción, assim como os golpes de Estado de 1894 e 1908, que resultaram na derrubada, respectivamente, de Juan G. González e do general Benigno Ferreira (Lewis, 2002).

Ainda em 1870, foi adotada uma nova Constituição, de teor liberal e opositor aos preceitos do regime político predecessor. Defendiam-se valores como a propriedade privada e o livre comércio, bem como a separação dos três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – e sua capacidade de mútuo controle. O mandato presidencial era limitado a quatro anos, sem possibilidade de reeleição imediata, ao passo que, a cada biênio, renovar-se-ia metade dos assentos da Câmara de Deputados e um terço do Senado (Lewis, 2002).

Em meados da mesma década, Argentina e Brasil decidem retirar suas tropas do Paraguai, levando em conta o alto custo que mantê-las no país vizinho acarretava. O último o fez em 1876, enquanto o primeiro, em 1879, após a assinatura de tratados sobre a questão da demarcação de fronteiras (Lewis, 2002). Ainda que sua influência – principalmente a argentina – persistisse, a política paraguaia terminaria se reconfigurando, passando a se organizar ao redor de dois grandes partidos. São eles o Partido Liberal (atualmente PLRA – Partido Liberal Radical Autêntico), fundado inicialmente sob a denominação de Centro Democrático, em 1887, por antigos legionários, ex-lopistas e uma nova geração de reformadores idealistas, tendo maior alinhamento com a Argentina; e a Associação Nacional Republicana (ANR), mais conhecida como Partido Colorado, datada do mesmo ano e fruto da iniciativa de Bernardino Caballero, mais inclinado ao Brasil (Lewis, 2002; Moniz Bandeira, 1998). Ambos, desde então, dominam a cena política do Paraguai, como exemplifica a configuração da Câmara de Deputados do país correspondente ao mandato de 2018 a 2023 (Tabela 10)¹²³. Dos 80 representantes eleitos, 42

¹²³ Nas eleições para o Poder Legislativo do Paraguai – que é bicameral –, a distribuição de assentos segue o sistema de representação proporcional D'Hondt. Em linhas gerais, funciona da seguinte maneira: cada partido concorrente apresenta sua lista de candidatos. No final da apuração, constrói-se um quadro no qual a primeira coluna traz a soma de votos que cada uma dessas listas obteve. Nas colunas subsequentes, esse total é dividido primeiro por dois, depois por três, em seguida por quatro e assim sucessivamente, até o número referente à quantidade de assentos disputados. A título de ilustração, pode-se dizer que a terceira coluna exibe o resultado da divisão dos votos que cada lista obteve pelo denominador três. Com o quadro totalmente preenchido, identificam-se os maiores quocientes até o limite de vagas disponíveis no Parlamento, verificando-se a quais listas correspondem. Se três dos quocientes aludem à lista “A”, por exemplo, então os três primeiros nomes apontados nela estão eleitos, obedecendo-se a ordem de candidaturas definida pelo partido inicialmente (Paraguay, 1996b). Em 2023, introduziu-se uma mudança no sistema, permitindo-se que o eleitor não só vote em uma lista, mas,

(ou 52,5%) eram colorados e 30 (37,5%), liberais (Paraguay, [2018?]), em um universo de, pelo menos, vinte e cinco partidos formalmente registrados (Tribunal Superior de Justicia Electoral [TSJE], 2019).

TABELA 10 – Configuração da Câmara de Deputados da República do Paraguai no mandato de 2018 a 2023 segundo a filiação partidária e o departamento pelo qual se foi eleito

Departamento	PARTIDO			
	ANR	PLRA	OUTROS	TOTAL
Asunción (cidade autônoma)	4	1	2	7
Concepción	1	2	0	3
San Pedro	3	2	0	5
Cordillera	2	2	0	4
Guairá	2	1	0	3
Caaguazú	3	3	0	6
Caazapá	1	1	0	2
Itapúa	4	2	0	6
Misiones	1	1	0	2
Paraguarí	3	1	0	4
Alto Paraná	4	3	1	8
Central	8	7	5	20
Ñeembucú	1	1	0	2
Amambay	1	1	0	2
Canindeyú	1	1	0	2
Presidente Hayes	1	1	0	2
Alto Paraguay	1	0	0	1
Boquerón	1	0	0	1
Total	42	30	8	80

Fonte: Paraguay ([2018?]).

também, manifeste preferência por um de seus candidatos em específico, o que pode influenciar na sequência em que os nomes estipulados pelo respectivo partido se apresentarão ao final. Tecnicamente, ter-se-ia, assim, um sistema misto, de lista fechada e desbloqueada. Para mais detalhes, sugere-se a consulta a TSJE (2020). Pela Constituição vigente desde 1992 (art. 118º) e o Código Eleitoral Paraguaio (Lei nº 834 de 1996), o voto não só é um direito, como também um dever do eleitor habilitado, embora, até onde pudemos nos atualizar, ainda não estejam previstas sanções em caso de abstenção de seu exercício. O que há é um Projeto de Lei em tramitação no Parlamento, de autoria do senador Enrique Riera (ANR), pelo qual se busca estipular uma multa à referida infração (ABC Color, 2021).

Embora ideologicamente pouco distintos – defendiam em comum, por exemplo, o *laissez-faire* e outros preceitos do liberalismo –, as clivagens entre esses dois partidos logo se acirraram, alcançando também o cidadão comum, impelido a tomar lado ou, até mesmo, a se filiar a um ou outro. Isso porque, da forma como a política estava organizada, em um país de pronunciadas desigualdades e limitadas possibilidades de subsistência, formalizar a oferta de apoio poderia ser decisivo, no limite, para o acesso a recursos indispensáveis à sobrevivência. Mais do que o suporte popular, todavia, os governos constituídos dependiam da legitimação do Exército para se manterem. A instituição chegou a ser destinatária de um quinto do orçamento nacional em seus dias mais opulentos, o que evidencia sua relevância na política paraguaia daqueles tempos (Lewis, 2002).

Os colorados governaram o Paraguai de 1880 até a revolução de 1904, sendo sucedidos pelos liberais, que o fizeram até 1936. Estes, no entanto, estavam divididos em duas alas, uma “radical” e a outra, “cívica”, o que não só comprometia sua unidade como trazia novas nuances para as disputas de poder. Com a finalidade de estimular tal fragmentação para viabilizar um projeto de longo prazo de predomínio na política paraguaia, os colorados se abstiveram de participar de eleições tanto executivas como legislativas desde o ano do fim de seu último mandato até 1927, utilizando-se como argumento o de que o sufrágio no país estava corrompido (Lewis, 2002).

As gretas do Partido Liberal, de fato, se aprofundaram. Em 1908, o já citado general Benigno Ferreira, um liberal cívico, foi deposto por um golpe insuflado por pares seus da ala radical. Em resposta ao fato, os cívicos também retiraram sua presença nas eleições de 1910. Sem concorrentes, o liberal radical Manuel Gondra vence o pleito, mas é derrubado com apenas dois meses de governo, episódio que, segundo Lewis (2002), daria início a um dos piores períodos de anarquia da história paraguaia, que inclui uma guerra civil transcorrida entre os anos de 1911 e 1912.

As divergências entre os liberais também se manifestavam na postura política adotada por determinados governantes no exercício de sua gestão. É o caso do radical Eduardo Schaerer, o primeiro presidente civil do Paraguai no pós-Guerra da Tríplice Aliança a concluir seu mandato (1912-1916). Afastando-se um pouco de governos anteriores, menos flexíveis no compromisso com o conjunto de práticas que circundam o princípio do *laissez-faire*, Schaerer buscou tornar o Estado mais participativo e indutor do crescimento econômico. Nesse sentido, vale esclarecer que o Paraguai dos anos 1910 era essencialmente agrícola, com produção destinada fundamentalmente ao próprio mercado interno, além de não ter uma indústria desenvolvida. A pauta de exportação era predominantemente composta por produtos como

madeira, fumo e algodão, em baixos volumes. A proposta do então presidente, logo, era incentivar a participação do país no comércio internacional, implementando, para isso, medidas como a modernização do porto de Asunción e a expansão da malha ferroviária nacional (Lewis, 2002).

A irrupção da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) acarretou um aumento na demanda externa por alimentos do Paraguai, em especial, a carne, gerando um incremento nas receitas do país a partir das exportações. O fim da contenda, por outro lado, significou prejuízos à balança comercial e, consequentemente, uma aguda retração da economia. Ao se somar a isso o falecimento inesperado do presidente em exercício, Manuel Franco, no cargo desde 1916, produz-se uma nova ruptura da estabilidade política, cujo ápice foi outra guerra civil, entre 1922 e 1923. Na oposição armada ao governo constituído encontrava-se Schaerer, que, depois de derrotado, se exilou no exterior (Lewis, 2002).

Em 1923, antes de findo o conflito, Eligio Ayala assume a presidência, cumprindo, inicialmente, parte do mandato de seu predecessor, Eusebio Ayala, que renunciara. A quatro meses do término, Eligio também decide deixar o cargo, mas, na sequência, volta a ocupá-lo, após participar de um escrutínio sem concorrentes. Nos quatro anos seguintes, conduz um governo de cunho mais conciliatório, promovendo, entre outras iniciativas, uma nova lei eleitoral com vistas a permitir uma maior representação de minorias no Congresso e garantir a realização de eleições livres aos colorados, que voltaram às disputas no pleito legislativo de 1927. A mudança, conforme reconhecido por Lewis (2002), possibilitou que, em 1928, o Paraguai tivesse pela primeira vez uma corrida presidencial verdadeiramente competitiva.

O breve arrefecimento das tensões na política doméstica, porém, contrastava com o que se via no âmbito das relações internacionais, mais precisamente, no que tange à Bolívia. Naquele momento, os limites fronteiriços desse país com o Paraguai não estavam totalmente definidos, considerando que ambos reivindicavam soberania sobre territórios situados no Chaco. Do lado boliviano, dois pontos justificavam seus interesses pela região. Em primeiro lugar, com o fim da Guerra do Pacífico (1879-1883), a Bolívia perdera sua saída soberana ao mar para o Chile, de modo que o domínio sobre o Chaco lhe possibilitaria acessar o rio Paraguai e o restante da bacia do Prata para chegar ao oceano Atlântico, melhorando suas condições de troca com o mercado mundial. Além disso, na porção do território chaquenho que já era de sua posse, descobriu-se petróleo, levando a se supor (expectativa que, no final, se frustraria) que haveria significativas reservas desse mineral sob o solo em litígio, cujo escoamento para o exterior, para reforçar a relevância do aspecto previamente apontado, seria mais viável justamente por rios platinos (Lewis, 2002; Moniz Bandeira, 1998). Enquanto o Paraguai lidava

com seus problemas internos ao longo das primeiras décadas do século XX, seu vizinho setentrional empreendia um avanço sobre as terras que reclamava, estabelecendo nelas fortes militares (Peixoto, 2018; Lewis, 2002). Embora previssem que qualquer reação paraguaia poderia ser dirimida no campo diplomático, os bolivianos se preparavam para um eventual confronto bélico, o que incluía contar com um destacado oficial alemão, Hans Kundt – ex-combatente da Primeira Guerra Mundial –, para organizar suas Forças Armadas (Peixoto, 2018; Lewis, 2002).

O Paraguai, por sua vez, também viria a dispor de reforços provenientes de outros países, como é o caso dos treze ex-oficiais da Rússia czarista¹²⁴ trazidos por Eligio Ayala em 1924 em seu esforço de modernização do exército, com destaque ao general Ivan Beliaev (ou Juan Belaieff, na versão castelhanizada de seu nome) (Peixoto, 2018). A valia do Chaco aos paraguaios se fundamentava não apenas nos possíveis ganhos com a prospecção de petróleo, mas, também, em fatores como as receitas decorrentes da pecuária praticada na região. Em 1932, por exemplo, metade do rebanho bovino do Paraguai estaria para além da margem direita do rio que lhe dá nome (Moniz Bandeira, 1998).

Em 1928, forças sob o mando do major Rafael Franco repreenderam o expansionismo boliviano com a destruição do forte Vanguardia, erguido já na beira do rio Paraguai, ato que foi retaliado com a tomada de duas fortificações paraguaias e a imposição de um tratado pelo qual Asunción, entre outras obrigações, se comprometia a reconstruir a edificação militar que derrubara em um primeiro momento. A falta de resistência por parte do Paraguai era justificada como um esforço para se evitar ao máximo a guerra, levando-se em conta o despreparo de seu exército e a escassez de recursos para sustentar um conflito armado. Internamente, contudo, a inação do então presidente José P. Guggiari gerou intensa reação não só da oposição partidária, mas, também, de expressiva parcela da população. Um dos episódios mais críticos dessa conjuntura foi o fuzilamento de um grupo de estudantes que protestava em frente ao palácio presidencial em 23 de outubro de 1931, culminando na morte de onze pessoas e na renúncia temporária de Guggiari, reempossado alguns meses depois, quando investigações sobre sua possível responsabilidade no evento foram concluídas com sua absolvição (Lewis, 2002).

Nas eleições nacionais de 1932, a oposição voltou a se ausentar, dando passo ao retorno de Eusebio Ayala, candidato da situação, ao posto mais elevado do Executivo. Em julho daquele mesmo ano, a guerra com a Bolívia, enfim, eclodiria, na esteira da tomada do forte

¹²⁴ Tratava-se de membros do Exército Branco, caído na guerra civil que se seguiu à eclosão da Revolução Bolchevique de 1917 (Peixoto, 2018).

paraguaio Carlos Antonio López, nas proximidades do lago Pitiantuta (Lewis, 2002)¹²⁵. As hostilidades somente cessariam em junho de 1935, com a assinatura de um protocolo (Moniz Bandeira, 1998), após uma soma de pelo menos 90 mil mortos em combate (Yegros, 2011)¹²⁶. Embora desavenças entre Paraguai e Bolívia tenham se estendido – em volta de questões como o potencial econômico da exploração de hidrocarbonetos no Chaco e seu entorno – e as respectivas Forças Armadas, de fato, continuassem a ser robustecidas, não haveria mais uma escalada à confrontação bélica. Em julho de 1938, as partes envolvidas assinaram, finalmente, o Tratado de Paz, Amizade e Limites, concluindo a contenda (Moniz Bandeira, 1998). Ainda que, conforme identificado por Lewis (2002), o Paraguai viesse a deter o controle da maior parte do território em litígio¹²⁷, esta não incluía o rio Parapeti e suas adjacências, onde

¹²⁵ Em sua clivagem com a Bolívia, os paraguaios foram apoiados pela Argentina. Para compreender os fundamentos desse gesto, alguns fatos podem ser trazidos à luz. O primeiro deles é que o país via com interesse a questão chaquenha e a possibilidade de haver reservas significativas de petróleo a serem exploradas no Chaco, principalmente porque, confirmado isso, empresas como a Standard Oil, já com forte presença em território boliviano, não só estariam à frente da atividade como poderiam se beneficiar (dependendo do desfecho do litígio territorial) do acesso ao rio Paraguai e, conseqüentemente, ao estuário do Prata, facilitando o escoamento de sua produção ao mercado externo e prejudicando, assim, a competitividade da estatal argentina YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*). Sobre isso, Moniz Bandeira (1998, p. 183) oferece a seguinte síntese: “[...] à Argentina absolutamente não convinha a vitória da Bolívia, pois desviaria do seu território as atividades relacionadas com a indústria do petróleo, se ela a conquistar viesse um litoral apropriado [no caso, o do rio Paraguai]. Por outro lado, em face da completa dependência e subordinação da economia do Paraguai à Argentina, reforçada por toda a espécie de cooperação durante a guerra, inevitável tornar-se-ia a concentração de acordos, mediante os quais toda a produção de petróleo da região de Parapeti, na Bolívia [que os paraguaios, em algum momento, supuseram poder anexar], e a que ocorrer viesse no Chaco Boreal cairia em poder da YPF. Não sem razão todos perceberam [...] que o ‘objetivo estratégico’ da Argentina e do Paraguai só podia ser a destruição da máquina militar da Bolívia, tendo por ‘meta econômica’ o Chaco e o petróleo”. Além disso, há de se ter em mente que boa parte das fazendas de criação de gado no Chaco naquela época, assim como das empresas colonizadoras dedicadas à compra e venda de terras e daquelas do ramo da exploração de tanino, era argentina, sendo importante para Buenos Aires, desse modo, assegurar a manutenção de sua presença na região a partir do respaldo aos paraguaios. Nesse sentido, é necessário recordar que os governos liberais que se sucederam a partir de 1904 no Paraguai eram alinhados com a Argentina, cujos interesses, assim, foram favorecidos naquele país (Moniz Bandeira, 1998). Peixoto (2018, p. 42) recorda, por fim, que a questão chaquenha também deve ser percebida como parte de um contexto de “disputa da hegemonia regional”, no qual Estados como a Argentina e o Brasil se empenhavam em expandir suas áreas de influência e fortalecer seu poder um perante o outro.

¹²⁶ Ao contrário do que significou aos seus dois Estados protagonistas, a “Guerra do Chaco”, como viria a ser conhecido na história o conflito deflagrado entre Paraguai e Bolívia, trouxe benefícios às indústrias bélicas de diferentes países desenvolvidos, seja em termos de retorno financeiro com as exportações de seus produtos, seja na oportunidade de avaliar o emprego de novas tecnologias na prática tanto do ponto de vista técnico como estratégico-militar. O uso mais amplo de aeroplanos e de pistolas-metralhadoras – apenas para citar um par de exemplos – fazia parte da dinâmica dos campos de batalha e, dessa forma, do interesse dos citados atores externos. Entre todas as grandes potências que acompanhavam o desdobramento dos combates no Chaco, a Alemanha, segundo Moniz Bandeira (1998, p. 182), teria sido “a que melhor aproveitou suas lições, ao avaliar a importância do reconhecimento aéreo, da surpresa, das manobras de limpeza, do uso maciço dos tanques, da infantaria motorizada, das unidades técnicas e do conceito de nação em armas”. A Guerra do Chaco, ademais, contribuiria para o aprofundamento da crise de legitimidade da Liga das Nações – precursora da Organização das Nações Unidas (ONU) –, que, mais uma vez, fracassava em sua função de evitar que dois Estados do sistema internacional recorressem às armas para resolver suas disputas (Herz; Hoffmann; Tabak, 2015).

¹²⁷ O general Belaieff, um dos principais encarregados das campanhas militares paraguaias, teria confiado em alianças com indígenas chaquenhos que incluíam os maká (do grupo linguístico Mataco Mataguayo) para a defesa de postos como o forte de Nanawa (localidade pertencente ao atual departamento de Presidente Hayes), próximo da capital Asunción. Ainda que os oponentes também contassem com nativos americanos em suas tropas, estes

comprovadamente se encontrava petróleo. De qualquer forma, sua extração nunca se mostrou comercialmente expressiva (Moniz Bandeira, 1998).

2.2.5 Da derrocada liberal à ascensão dos colorados

No cenário doméstico, Eusebio Ayala, em fevereiro de 1936, é alvo de um golpe de Estado perpetrado pelo agora coronel Rafael Franco, um dos oficiais mais prestigiados em decorrência da atuação na Guerra do Chaco. Esta sucessão presidencial colocava fim à sequência de governos liberais iniciada em 1904 ao mesmo tempo que inaugurava um novo período de instabilidade política. Até 1954, o Paraguai teria nove mandatários diferentes – incluindo Higinio Morínigo e seus oito anos de ditadura (1940-1948) (Yegros, 2011).

Antes de tomar provisoriamente o poder, Franco e outros pares seus haviam tido sua prisão decretada pelo Executivo, sob a acusação de conspiração. Na ocasião, o coronel presidia a Associação Nacional de Ex-Combatentes (*“Asociación Nacional de Excombatientes”*), em um contexto no qual se denunciava que a desmobilização de oficiais e soldados da guerra contra a Bolívia não estava ocorrendo com as devidas compensações ou acompanhamento à reinserção dessas pessoas na vida civil (Yegros, 2011).

Na cadeira presidencial, Franco adotou uma postura antiliberal e, dessa forma, antagônica em relação às gestões anteriores, dotando o Estado de maior capacidade de intervenção na economia e responsabilidades para lidar com os problemas sociais. Como parte das medidas executadas nessa direção estão a afirmação dos direitos de liberdade sindical e a regulamentação da jornada laboral de oito horas diárias. Pôs-se em curso, outrossim, uma política de reforma agrária, declarando-se como princípio norteador o de que a terra deveria ser de quem a trabalhasse. Como resultado, entre junho de 1936 e fevereiro do ano posterior, aproximadamente 85 mil hectares foram expropriados e redistribuídos em benefício de cerca de dez mil famílias de agricultores (Yegros, 2011).

Apesar disso, no campo ideológico, empreendeu-se uma perseguição à militância de esquerda, sendo prescrito o comunismo e toda atividade dedicada à sua difusão no país. O governo, ainda, fundaria, em novembro de 1936, o seu próprio partido, a União Nacional

eram predominantemente quéchuas e aimarás, do altiplano andino, que, dessarte, enfrentavam mais dificuldades em um terreno tão desconhecido quanto inóspito, como era o Chaco. Desse modo, a prévia superioridade militar boliviana teria sido contrabalanceada pelo maior conhecimento que o lado paraguaio tinha do campo de batalha graças a fatores como o apoio de grupos étnicos locais. Depois da guerra, Belaieff teria se envolvido com a questão dos povos autóctones no Paraguai, participando da fundação do *Patronato de los Indígenas del Chaco*, em 1936, e da *Asociación Indigenista del Paraguay*, em 1942. Nesse sentido, é simbólico que, após seu falecimento em Asunción, em 1957, seus restos mortais tenham sido sepultados em território maká (Peixoto, 2018).

Revolucionária (“*Unión Nacional Revolucionaria*”). Como parte de um esforço de reparação histórica, por fim, houve o reconhecimento oficial de Solano López como “Herói Nacional sem exemplar” e, ao lado de seu pai e de Francia, “Prócer Benemérito da Nação” (Yegros, 2011).

Em agosto de 1937, teve início outra revolta militar, culminando na queda de Franco. A proposta que se proclamava era a de restauração institucional do país nos moldes de uma democracia liberal. Quem é posto no poder – também de forma provisória – é Félix Paiva, um civil, ex-reitor da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Asunción e alinhado ao Partido Liberal. A instabilidade política, entretanto, não foi interrompida, de modo que a nova gestão não deixou de conviver com sublevações militares e oposição partidária em seu tempo (Yegros, 2011).

Dois anos depois, foi eleito para a Presidência o general José Félix Estigarribia, outro consagrado combatente da Guerra do Chaco. Este, em 1940, com a anuência do Partido Liberal, promoveu uma reorganização da ordem institucional, na qual o Congresso – composto, em sua totalidade, por liberais, posto que os colorados se abstiveram das últimas eleições – se “autodissolveria” e o Executivo concentraria os poderes do Estado, respaldando-se em uma Constituição recém promulgada. Outra medida representativa do governo de Estigarribia foi a adoção de um “Estatuto Agrário”, pautado no reconhecimento da função social da propriedade e de uma distribuição mais equitativa da terra, que ainda se encontrava sobretudo nas mãos de um limitado número de companhias de capital externo (Yegros, 2011).

Em 7 de setembro de 1940, o então presidente, ao lado de sua esposa, falece em um acidente aéreo. Assumiria o posto vago o general Higinio Morínigo, a princípio, interinamente, mas, a partir de 1943, de forma efetiva, legitimado por um contestado plebiscito realizado junto à população naquele ano. Em seu governo, de caráter autoritário e apoiado nas Forças Armadas, os partidos tradicionais da política paraguaia passariam a ser cerceados, como o Comunista – prescrito no país –, o Liberal – dissolvido por decreto em abril de 1942 – e a ANR – que sofreu restrições ao exercício de suas atividades (Yegros, 2011).

Desde a ascensão de Morínigo até 1946, mormente em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as receitas paraguaias com exportações triplicaram, ainda que estas continuassem a se pautar em produtos primários tradicionais, como carne, fibra de algodão, madeira e couro. No mercado interno, em 1943, mudou-se a moeda nacional para o guarani, em circulação até hoje. Já no âmbito laboral, estabeleceu-se o salário-mínimo e o seguro social obrigatório. Em contrapartida, houve poucos avanços na questão da reforma agrária (Yegros, 2011).

Em 1946, em um contexto de divergências dentro da classe militar, por um lado, e de pressão de países como os Estados Unidos, por outro, o governo iniciaria um processo de abertura democrática e normalização institucional, permitindo, entre outras consequências, o regresso de dirigentes partidários do exílio e a reversão da dissolução do Partido Liberal e da proscrição da representação comunista, enquanto eram incorporados a cargos ministeriais, além de militares, lideranças coloradas e do movimento revolucionário *febrerista* – originado na chegada de Rafael Franco à Presidência, em 1936. Com isso, Morínigo permanecia no cargo, mas com autoridade limitada (Yegros, 2011).

A coalizão que deveria sustentar o governo, no entanto, sofreu cisões que culminariam na renúncia de *febreristas* e, ato seguido, na expulsão de colorados dos respectivos ministérios que chefiavam. Tampouco entre os integrantes de alta patente das Forças Armadas se manteve uma unidade, o que se refletiu na decisão do general-presidente de, à revelia de pares seus, formar um novo gabinete com outros colorados e militares para comandar o país. Nesse cenário, deflagrar-se-ia, em 1947, uma guerra civil, opondo o governo de Morínigo a *febreristas*, liberais, comunistas e diferentes regimentos castrenses, entre outros grupos organizados. As forças oficiais, ao final, se sobreporiam aos rebeldes, mas não sem legar grandes prejuízos ao país, como aqueles do âmbito econômico-produtivo. A atividade rural, por exemplo, foi comprometida tanto pela mobilização de combatentes como pela emigração, gerando reflexos nas exportações, cujos rendimentos, que ultrapassavam os 82 milhões de guaranis em 1946, declinaram a cerca de 65 milhões no ano subsequente (Yegros, 2011).

Do ponto de vista político, a guerra, que, em um primeiro momento, acarretara um fortalecimento do Partido Colorado, quando cessadas as hostilidades, fez se exacerbarem disputas internas de poder. Nesse sentido, duas alas se destacavam, sendo uma delas denominada “democrática”, no controle da estrutura partidária, e a outra, “*guiones*”, mais próxima de Morínigo. É desta última que advinha Natalicio González, vencedor da eleição para presidente levada a cabo em 1948. Morínigo, porém, não seria quem lhe transmitiria o cargo, considerando que, a um mês e meio de culminar seu mandato, se viu forçado a renunciar, expondo a fragilidade institucional na qual o país ainda se encontrava (Yegros, 2011). Ilustram tal assertiva, ainda, a brevidade dos governos que se seguiram. González foi impelido a deixar a Presidência apenas cinco meses após assumi-la, sendo sucedido por outros dois nomes – a dizer, Raimundo Rolón e Felipe Molas López –, até que Federico Chaves, colorado “democrático”, chegasse ao poder em setembro de 1947. Completaria, para começar, o mandato de seus antecessores para, em 1953, ser reeleito a mais cinco anos. Sob um sistema de partido único, houve, em parte da nova gestão, alguma estabilidade política, o que permitiu feitos como

a realização do primeiro censo oficial da República do Paraguai, em 1950, no qual foram enumerados 1,3 milhão de habitantes, com 65% deles vivendo em áreas rurais. Naquele momento, somente três cidades além de Asunción tinham uma população superior a 10 mil pessoas, sendo elas Villarrica (com 14.680 residentes), Concepción (14.640) e Encarnación (13.321) (Yegros, 2011).

Em 1954, contudo, novas clivagens se avultam no interior do Partido Colorado, e Chaves termina por abdicar da Presidência. Em 15 de agosto daquele ano, após uma célere transição, tem-se como substituto o então comandante-chefe das Forças Armadas, general Alfredo Stroessner, o que viria a ser o início de uma das ditaduras mais duradouras da história latino-americana (Yegros, 2011).

2.2.6 A ditadura stronista (1954-1989) e sua herança à política paraguaia

Na trajetória republicana do Paraguai do pós-1870, conforme visto ao longo das últimas seções, foi característica comum a suas transições políticas a violência, considerando-se a recorrência que golpes de Estado tiveram para se efetivar a alternância de poder. A ascensão de Stroessner não somente reforça tal tradição como consolida outras tendências herdadas de governos anteriores, entre elas, a da presença militar na vida política do país, “escancarada” a partir da gestão do coronel Rafael Franco, em 1936 (Rolon, 2011). Diferentemente da grande maioria de seus predecessores, porém, Stroessner se manteve no comando do Executivo por décadas – quase três e meia, para ser mais explícito, superando, assim, até mesmo o “ditador perpétuo” José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) –, tendo o mandato renovado por sete vezes até a sua derrocada, em 1989 (Rolon, 2011).

Muitos foram os fatores que permitiram que o stronismo se sustentasse por todo esse tempo. Do ponto de vista jurídico, respaldava-o, inicialmente, a Constituição de 1940 e, posteriormente, a de 1967 (modificada em 1972), que concentravam o poder estatal no presidente e o dotavam da capacidade de emitir decretos com força de lei e dissolver o Parlamento, além da possibilidade de reeleição ilimitada (Rolon, 2011). Esta forma de governo autoritário, na prática, foi operacionalizada a partir de uma estável e coesa articulação entre seu caudilho, as Forças Armadas e o Partido Colorado (Rolon, 2011).

Já em relação à legitimidade externa, ao adotar uma doutrina declarada e exacerbadamente anticomunista – da qual fazia parte uma “diplomacia sem comunismo”, nos termos de Simón G. (2000, p. 46) –, Stroessner contou principalmente com o apoio dos Estados Unidos nos momentos de maior distensão da Guerra Fria (1947-1991). Durante sua gestão –

alinhado ao que os colorados já sinalizavam nos tempos fundacionais de seu partido –, houve, ademais, uma pronunciada inclinação da política externa paraguaia ao Brasil, em especial, quando neste vigorava a ditadura militar de 1964-1985. Um dos feitos mais representativos desse movimento foi a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu sobre o rio Paraná, iniciada em 1975 (Fiorentin, 2012), mas pode-se mencionar, a título de complementação, a expansão agrícola empreendida em direção ao leste e o povoamento de departamentos lindeiros como o Alto Paraná, fazendo com que não só suas economias, mas as próprias populações desses países, estivessem mais próximas.

No que concerne à contenção de supostas ameaças que pudessem vir de contestadores ao regime, fez-se amplo uso da repressão. Encontravam-se entre os alvos não apenas lideranças políticas da oposição – como Domingo Laíno, do PLRA, preso e torturado no fim dos anos 1980 –, militantes de esquerda, ativistas dos direitos humanos, artistas e professores (Guená, 1996), mas, também, dissidentes colorados, que, à medida que a estrutura de seu partido foi sendo dominada pelos militares, passaram a ser perseguidos e/ou forçados ao exílio (Rolon, 2011)¹²⁸.

O stronismo se mantinha, ainda, por meio de um sistema patrimonialista, no qual a vontade ou interesses particulares do grupo que está no poder se confundem com a própria gestão da coisa pública, de modo que a distinção entre as esferas privada e pública se atenua (Rivarola, 2007; Rolon, 2011). O Estado, nesse sentido, passa a ser tratado como patrimônio do soberano e de seus aliados, que, por sua vez, podem se valer da distribuição de cargos e recursos públicos com a finalidade de obter lealdade política e, assim, manter sua posição de domínio. Essa “troca de favores”, prática à qual autoras como Rivarola (2007) se referem como “clientelismo”, teria maior propensão a ocorrer em um cenário de baixa institucionalidade – e.g. quando órgãos de fiscalização têm sua atuação comprometida ou cerceada –, elevada corrupção e acentuada desigualdade social. Em um país como o Paraguai, de alta concentração de renda e baixa oferta de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, o alívio a necessidades básicas do cotidiano por parte dos estratos menos abastados da população se daria, não rara vez, na forma de benefícios pontualmente distribuídos pela classe dirigente e seus interlocutores, e não por meio de políticas públicas, algo que persistiria mesmo em tempos

¹²⁸ No Informe Final da Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai (“*Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay*”), estimam-se em 20.090 as vítimas diretas de violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura stronista e o período de 1989 a 2003, que incluem detenções arbitrárias ou ilegais, torturas e execuções extrajudiciais, entre outras. Quando são levadas em conta também as vítimas “indiretas”, que é o caso de familiares e demais pessoas próximas afetadas pelos feitos supracitados, o número sobe para 128.076 (CVJ, 2008).

atuais, nos quais os volumosos investimentos em campanhas eleitorais se contraporiam ao baixo nível de gasto público social (Rivarola, 2007).

Nesse cenário, especialmente em períodos de sufrágio, teriam destaque figuras como a do “operador político”, pessoa com trânsito facilitado em determinada comunidade e que, em nome de um candidato por ela representado, se dispõe a oferecer auxílio em situações emergenciais – como a compra de remédios a um enfermo –, requerendo, em contrapartida, apoio eleitoral. Sendo assim, o operador político, devido à ausência do Estado, terminaria exercendo certo papel social nos locais em que atua, ajudando pessoas com demandas das mais distintas ordens e formando, com elas, uma rede de obrigações recíprocas (Rivarola, 2007). Esse desdobramento do clientelismo, por conseguinte, não teria por objetivo a superação das causas históricas da exclusão de parte expressiva dos paraguaios do acesso a condições minimamente dignas de vida, às quais responder-se-ia com iniciativas paliativas em vez, por exemplo, de mudanças na estrutura econômico-produtiva do país e na distribuição da riqueza gerada. A própria sobrevivência do sistema patrimonialista, na verdade, dependeria tanto da preservação das carências que afligem a população como de limitar-se o atendimento a suas demandas mais elementais à concessão discricionária, personalista, pontual e condicionada dos recursos do Estado apropriados pela elite político-econômica, minando-se, assim, as possibilidades de contestação ou resistência popular (Rolon, 2011). Esta, de acordo com Rivarola (2007), seria uma das heranças legadas pelo stronismo ao Paraguai de hoje¹²⁹.

Em consonância com tais apontamentos, Rolon (2011) observa que o Estado de Stroessner, ao concentrar as oportunidades de emprego no país, também condicionava para a filiação à legenda colorada quem almejasse disputar postos na função pública. O vínculo entre a ANR e o funcionalismo “como garantia de empregabilidade”, logo, fez com que o partido permanecesse hegemônico mesmo após a derrocada do stronismo, levando-o, inclusive, a vencer as primeiras eleições consideradas democráticas. Consequentemente, conforme prossegue o autor, “a ideia de uma possível oposição deve ser entendida no âmbito das dissidências no interior do próprio partido e não exatamente no surgimento de outra força política capaz de se constituir em alternativa de poder no período” (Rolon, 2011, p. 69).

¹²⁹ A autora, contudo, concebe a possibilidade de um encaminhamento mais favorável à questão. O clientelismo, por uma perspectiva mais otimista, poderia ser uma etapa de transição de um Estado oligárquico e patrimonialista a um democrático e social de direito. Isso porque, de um jeito ou de outro, tal prática acabaria por aproximar as elites das “massas excluídas”, incrementando a consciência e a participação política dos atores envolvidos (embora de forma ainda muito limitada e baseada em troca de favores). A população menos abastada passaria a integrar a política inicialmente por mecanismos clientelistas, mas, com o tempo, conseguiria passar a demandar direitos em vez de obséquios. Em outras palavras, a experiência clientelista poderia, colateralmente, desenvolver certa consciência política que culminasse no estabelecimento de um Estado moderno, democrático e social de direito (Rivarola, 2007).

Um dos reflexos do registro partidário como condição para se cobiçarem cargos públicos ou outros benefícios ofertados pelo Estado é a alta incidência de filiação¹³⁰. De acordo com Rivarola (2007), em meados dos anos 2000, quatro quintos dos paraguaios aptos a votar estariam filiados a algum partido. Concomitantemente, o abstencionismo nas eleições de várias esferas também seria elevado, como exemplificam os pleitos municipal de 2001 e o nacional de 2003, nos quais 45% e 36% dos eleitores, respectivamente, deixaram de participar. Desse modo, o que, em um primeiro momento, poderia sugerir uma alta politização da população seria, na realidade, consequência da robustez do sistema clientelista em vigor. Reforçam tal conclusão o aparente desinteresse pela política e pela atividade partidária no país, fruto, ainda segundo Rivarola (2007), da ineficiência do Estado e seus agentes na resolução dos problemas mais agudos da sociedade. Exemplo disso são duas pesquisas citadas pela autora. A primeira se trata de um levantamento realizado em 2005 pelo CIRD (*Centro de Información y Recursos para el Desarrollo*) e a USAID (*United States Agency for International Development*), apontando que para 55,3% dos entrevistados, a política “nada” interessava, ao passo que, para 33,6%, o grau de interesse era de “pouco” e a 10,9%, “muito”. Já a segunda seria uma enquete de opinião pública cujos resultados foram publicados em um informe da organização *Latinobarómetro* de 2006, no qual apenas 12% dos paraguaios participantes se manifestaram satisfeitos com o funcionamento da democracia em seu país, em contraste com números como os 66% referentes ao Uruguai.

¹³⁰ É bastante simbólica, nesse sentido, uma fala do atual presidente paraguaio, Santiago Peña, ainda durante a campanha eleitoral, no início de abril de 2023. Em discurso dirigido a funcionários da Itaipu Binacional e da *Administración Nacional de Electricidad* (ANDE) – empresa encarregada do fornecimento de energia no Paraguai –, o então candidato pela ANR declarou que “lamentavelmente, há muitos correligionários que não entendem, que acreditam que os cargos que têm são porque eles são ‘bonitinhos’, porque eles têm a parede cheia de diplomas. Mas os que chegam aos cargos, chegam graças ao Partido Colorado” (ABC Color, 2023b – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*Lastimosamente hay muchos correligionarios que no entienden, que creen que los cargos que tienen son porque son guapitos, porque tienen la pared llena de títulos. Pero los que llegan a los cargos llegan gracias al Partido Colorado*”). Poucas margens foram dadas, assim, para uma interpretação que não tome as palavras de Peña como a confissão de que a filiação ao Partido Colorado é o que efetivamente conduz aos postos de trabalho mais prestigiados no país e, no limite, à própria mobilidade social, minimizando-se, por efeito, a importância dos estudos e da formação acadêmica (El Urbano, 2023).

2.2.7 A queda de Stroessner e os passos vacilantes rumo à democratização

A transição democrática no Paraguai, contraditoriamente, também tem início a partir de um golpe de Estado, perpetrado em 1989 pelo general Andrés Rodríguez, no seio do Partido Colorado. Consistiu, portanto, em um processo iniciado “de cima para baixo” e em decorrência de desgaste dentro do próprio grupo dominante (Rolon, 2011). O mesmo partido, contudo, tanto permaneceria no poder como preservaria o sistema patrimonialista do qual havia muito se beneficiava, o que leva Rivarola (2007, p. 109) a declarar que o que aconteceu no país, na verdade, foi uma “transição democrática sem alternância”.

Poucos meses depois da deposição de Stroessner, seu sucessor convoca eleições e se lança como candidato pela ANR. O pleito, de legitimidade contestada pela oposição e organismos internacionais, é vencido por Rodríguez, que reassume a Presidência – dessa vez, de maneira constitucional (Simón G., 2000). Durante sua gestão, no ano de 1992, uma nova Carta Magna é promulgada, sendo esta vigorante até a atualidade. Entre as mudanças postas em curso pelo texto está o fim da reeleição para o cargo de autoridade máxima do Executivo tanto na esfera nacional como departamental (Paraguay, 1992b, art. 161º e art. 229º), de modo a contribuir com maior isonomia entre os poderes do Estado e o processo de democratização em curso.

Um dos fatos mais relevantes dos anos de governo de Rodríguez, no entanto, não estaria no âmbito da política interna, mas nas relações internacionais. Faz-se referência à fundação do Mercosul (Mercado Comum do Sul) em 1991, cujos detalhes serão conhecidos na sequência.

2.2.7.1 O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a inserção paraguaia

O mundo do início dos anos 1990 se regia pela dissolução da União Soviética, que determinou o fim incontestado da Guerra Fria, e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica, inaugurando uma nova ordem para o sistema internacional, comumente definida como “unimultipolar” – em alusão a um cenário em que a proeminência política, econômica e militar estadunidense conviveria com a consolidação de outros polos de poder em diferentes continentes e a ascensão de novos Estados como atores capazes de influenciar a dinâmica da política internacional, em um ambiente de expansão do liberalismo e multilateralização da economia. Em curso, de igual modo, estava o processo amplamente referenciado como “globalização”, no qual avanços nos sistemas de transporte e comunicação aceleravam o

intercâmbio de informações, bens e serviços e a movimentação de pessoas pelo planeta, atenuando, assim, os limites entre o local e o global. Experiências de regionalização, concomitantemente, se aprofundavam, engendrando, por vezes, a constituição de novos arranjos de cooperação interestatal ou, até mesmo, de organizações de caráter supranacional. É o caso da antiga Comunidade Econômica Europeia, cujo incremento da integração entre seus países-membros sobretudo a partir da segunda metade do decênio de 1980 culminou na assinatura do Tratado de Maastrich, em 1992, dando origem à União Europeia (EUR-Lex, 2018). Iniciativas como essa, conforme indicado por Lima e Coutinho (2005), devem ser entendidas como uma resposta ao conjunto de mudanças de escala global ao qual se fez menção anteriormente. Sobre isso, os autores argumentam que

[...] a hipótese da regionalização como efeito da globalização [...] está ancorada na ideia de defesa dos países frente a um processo histórico poderoso do qual não podem fugir, senão apenas buscar uma melhor adaptação estando reunidos em grupos e, dessa forma, suavizando suas vulnerabilidades externas. O regionalismo é, nesse sentido, uma postura reativa, entregue à necessidade de se tornar mais competitivo justamente num momento em que diminui a capacidade dos Estados de individualmente formularem políticas e regularem os mercados (Lima; Coutinho, 2005, p. 3).

Já no contexto regional, Argentina e Brasil, os maiores Estados da bacia do Prata, vinham de uma década tida como “perdida”, como o foi a de 1980, marcada por um alto endividamento externo e estagnação econômica, enquanto, no âmbito político, atravessavam um processo de democratização (Menezes; Penna Filho, 2006). O regime militar-ditatorial argentino perdurara entre 1976 e 1983, e o brasileiro, de 1964 a 1985. A partir de meados dos anos 1980, após um histórico de tensões e disputas pela supremacia na região, passaram a ser levados a cabo esforços de aproximação entre tais países, sendo esta a gênese do Mercosul. Um dos marcos desse movimento foi a Declaração de Iguaçu, assinada em novembro de 1985 por Raúl Alfonsín e José Sarney, chefes de Estado argentino e brasileiro, respectivamente. Além de se exaltar o restabelecimento da democracia, sinalizava-se, no documento, a disposição de fortalecimento da cooperação como uma estratégia de desenvolvimento conjunto. Foi com esse objetivo que, entre 1986 e 1989, aprovaram-se vinte e quatro protocolos no âmbito do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que, baseados nos princípios de abertura seletiva dos mercados nacionais, liberalização comercial e estímulo à complementação de setores da economia, abarcavam temas como a expansão do intercâmbio comercial binacional, o desenvolvimento da indústria de alimentação, a cooperação aeronáutica e o aprimoramento do transporte nos modais terrestre e marítimo (Oliveira, 2003). Em resumo, conforme apontado por Oliveira (2003, p. 62),

[...] todas essas iniciativas supunham a formulação de uma alternativa de desenvolvimento conjunto, por meio de um amplo programa de integração econômica entre os dois países na perspectiva do fortalecimento das economias nacionais, por meio da ampliação do mercado interno e da possível associação entre empresas dos dois países, elevando assim suas capacidades de produzir em escalas maiores, o que num segundo momento facilitaria a abertura comercial ao mundo externo e para a competitividade global, preservando ainda uma certa fronteira regional em relação ao espaço econômico mundial.

O propósito final era o de se formar um mercado comum entre Argentina e Brasil, estágio de integração que pressupõe o cumprimento prévio de duas condições. A primeira delas seria a observância de uma área de livre-comércio, na qual produtos com origem nos países que a compõem circulariam com isenção de tributos de importação. Em outras palavras, segundo Amaral (2004, p. 41-42),

As nações podem firmar acordos internacionais objetivando estabelecer um território que congregue as respectivas áreas territoriais nacionais, no qual as tarifas e outras barreiras comerciais são eliminadas para os produtos originados das nações que o integram (sendo, assim, fundamentais as regras pertinentes à certificação da origem das mercadorias). Neste caso, os Países-Membros limitam seus esforços na criação desta área de livre comércio, sem, entretanto, impedir que, individualmente, qualquer um dos membros mantenha outros tipos de acordos comerciais com países fora do bloco, de forma independente.

A outra condição seria a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) em relação a terceiros, de modo que um produto que não proviesse dos Estados acordantes estaria sujeito à mesma alíquota de importação no ingresso a qualquer um deles. Em caso de confirmação dessa hipótese, ter-se-ia estabelecida uma união aduaneira, em que, ainda conforme Amaral (2004, p. 42), “as nações não apenas buscam eliminar as barreiras tarifárias e não-tarifárias no âmbito dos Países-Membros, como também dão tratamento uniforme às relações comerciais com terceiros países”.

O mercado comum, por sua vez, além de incluir tais características em sua definição, traria como objetivo a liberação, “sem restrições, [d]o trânsito de pessoas, capitais, serviços e mercadorias, criando um verdadeiro direito comunitário, de natureza cogente e superior às ordens jurídicas nacionais” (Amaral, 2004, p. 42). A tais preceitos se alinhava a proposta de integração de Argentina e Brasil, que seria, por fim, estendida a Paraguai e Uruguai, culminando, em 1991, no ato fundacional do Mercosul, a dizer, o Tratado de Assunção. Em 2012, houve a adesão da Venezuela ao bloco, embora, em dezembro de 2016 e abril de 2017, o país fosse suspenso (BBC Mundo, 2017), situação que se mantém até a data de conclusão da redação desta tese¹³¹ (Mercosur, [2022?]). Além desses cinco membros efetivos, o Mercosul

¹³¹ A última suspensão venezuelana se respalda pelo Protocolo de Ushuaia, de 1998, que versa sobre compromissos democráticos no Mercosul (Mercosur, 2017). Lê-se, no primeiro artigo do referido texto, que “a plena vigência

contaria, ainda, com Bolívia¹³², Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname como associados (Mercosur, [2022?]).

Na prática, porém, o Mercosul não se consolidou como um mercado comum. Exemplo disso são as listas de exceção adotadas por seus países-membros em relação à incidência da TEC. De acordo com documento datado de julho de 2015 do Conselho do Mercado Comum (CMC) – órgão executivo do bloco, que reúne plenipotenciários designados por cada Estado –, Argentina e Brasil poderiam isentar até cem categorias de mercadorias da obrigatoriedade de adequação às respectivas alíquotas de importação comuns do bloco antes do fim de 2021, número que, para Uruguai e Venezuela, seria de 225 para cada um – com término em 31 de dezembro de 2022 – e, para o Paraguai, 649, expirando no último dia de 2023 (Mercosul, 2015). O prazo de caducidade dessas listas, porém, tem sido continuamente renovado, o que deve se esperar ocorrer também em relação a essa última atualização. O intuito com a iniciativa é permitir, entre outros fins, que cada país, de modo provisório, salvasse setores de sua economia considerados estratégicos ou sensíveis, até que consiga se adequar totalmente ao tratamento alfandegário estipulado em âmbito regional, com especial atenção aos membros menos competitivos, como o Paraguai. Para este, exceções à TEC garantem, por exemplo, a possibilidade de importação de produtos principalmente da Ásia com menor incidência de tributação para revendê-los em zonas de fronteira a preços mais competitivos, prática comumente referida como “triangulação comercial”.

Pode-se dizer que, embora sem a consecução dos avanços inicialmente previstos, a integração mercosulina ambicionou ir além do incremento das trocas comerciais intra e extrabloco. Iniciativas como o estabelecimento, em 2005, do Parlamento do Mercosul (PARLASUL), órgão legislativo unicameral e conformado por representantes de cada Estado-parte, são um exemplo disso (Mercosur, 2015a). Entre as funções designadas a essa casa por seu ato constitutivo estão não só a contribuição com o desenvolvimento do processo de integração do Mercosul a partir de estudos, projetos de normas e outros instrumentos, mas, também, a elaboração de relatórios anuais sobre a situação dos direitos humanos de cada país-membro e a atuação na preservação do regime democrático destes (Mercosur, 2005, art. 4º). Estariam constituídas, ainda, comissões permanentes para tratar de temáticas específicas, como

das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-partes do presente protocolo” (Mercosur, 1998b – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*La plena vigencia de las instituciones es condición esencial para el desarrollo de los procesos de integración entre los Estados Partes del presente Protocolo*”), o que representantes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 2017 entenderam estar comprometido naquele momento de instabilidade política da gestão de Nicolás Maduro.

¹³² A Bolívia, para ser mais preciso, está em processo de adesão, dependendo seu ingresso efetivo de ser ratificado pelas casas legislativas dos Estados-partes (Mercosur, [2022?]).

as de “Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários”, “Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte”, “Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social” e “Transportes, Infraestrutura, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca” (Parlamento Del Mercosur, [2023]).

Ilustra o fato de a concepção de integração concebida sobretudo nas primeiras décadas do Mercosul não se limitar à esfera mercantil, ademais, a assinatura de acordos como o Protocolo de Ushuaia, de 1998, concernente ao compromisso dos Estados-membros com a ordem democrática no território sob sua jurisdição. Para ser mais preciso, determina-se, em seu artigo 1º, que “a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-partes do presente protocolo” (Mercosur, 1998b – tradução livre)¹³³.

Mais alinhado aos propósitos desta tese, podem-se citar, por fim, as iniciativas do campo da migração e do trabalho, das quais se destacam aquelas já apresentadas no Capítulo 1, a dizer, o “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul” e a “Declaração Sociolaboral do Mercosul”. O primeiro, assinado em 2002, mas em vigor apenas a partir de 2009, traz logo em seu preâmbulo o reconhecimento de que a “implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região” e a solução “[d]a situação migratória dos nacionais dos Estados-partes e Associados” são fundamentais para que os objetivos de aprofundamento do processo de integração e de fortalecimento “dos laços que unem a comunidade regional” sejam atingidos (Mercosur, 2002 – tradução livre)¹³⁴. São nessas bases que se outorga a um indivíduo nacional de um Estado signatário do Tratado de Assunção com autorização de residência temporária ou permanente em outro – cuja documentação requerida para tanto também é estipulada no referido texto (artigos 4º e 5º) – uma série de direitos enquanto migrante intrarregional, que incluem a igualdade em relação a nacionais do país de recepção em matéria de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas e no exercício de atividade laboral – mormente no que tange à remuneração, às condições de trabalho e à seguridade social –, o acesso a mecanismos de reunião familiar e a possibilidade de efetuar remessas internacionais – especialmente em atenção ao sustento de parentes e dependentes

¹³³ Trecho original, em castelhano: “*La plena vigencia de las instituciones es condición esencial para el desarrollo de los procesos de integración entre los Estados Partes del presente Protocolo*” (Mercosur, 1998b).

¹³⁴ Trecho original, em castelhano: “*REAFIRMANDO el deseo de los Estados Partes y Asociados del MERCOSUR de fortalecer y profundizar el proceso de integración así como los fraternales vínculos existentes entre ellos. TENIENDO PRESENTE que la implementación de una política de libre circulación de personas en la región es esencial para la consecución de esos objetivos. BUSCANDO solucionar la situación migratoria de los nacionales de los Estados Partes y Asociados en la región a fin de fortalecer los lazos que unen a la comunidad regional*” (Mercosur, 2002).

econômicos próximos (Mercosur, 2002, art. 9º, alíneas “a”, “b”, “c” e “e”). Prevê-se, ainda, que, em caso de haver normas internas vigentes em um país mais favoráveis aos migrantes, estas devem se sobrepor às disposições do Acordo de Residência do Mercosul (art. 11º). Por fim, pode-se acrescentar o compromisso firmado pelos Estados-membros com o combate ao tráfico de pessoas e contra a exploração laboral de migrantes, conforme expressado no artigo 10º (Mercosur, 2002).

Já a Declaração Sociolaboral do Mercosul, documento não vinculante adotado, inicialmente, em 1998 e revisto em 2015, ao versar sobre o trabalho de maneira mais ampla, abrange também a atuação dos migrantes nesse campo. No Artigo 1º de sua versão mais antiga e no 4º daquela mais recente, em respaldo ao princípio da não discriminação, explicita-se a ascendência nacional e a nacionalidade como parte dos quesitos que não devem servir de base para negar ao trabalhador igualdade de direitos, tratamento e oportunidades em seu emprego ou ocupação. Tal aspecto é reforçado em trecho ulterior, como no inciso 1 do Artigo 7º do texto de 2015. Nele, declara-se que

Todos os trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à assistência, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho, assim como direito de acesso aos serviços públicos reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação de cada país (Mercosur, 2015b – tradução livre)¹³⁵.

Subsequentemente, discorre-se especificamente sobre os trabalhadores que circulam por zonas de fronteiras, instando-se os Estados signatários a “melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida” dessas pessoas (Mercosur, 2015b, art. 7º, inciso 3 – tradução livre)¹³⁶, além de promover, de modo mais vasto e com iniciativas de teor normativo e políticas laborais, “a livre circulação dos trabalhadores e a integração dos mercados de trabalho, de forma compatível e harmônica com o processo de integração regional” (Mercosur, 2015b, art. 7º, inciso 4 – tradução livre)¹³⁷. Nesse sentido, o

¹³⁵ Trecho original, em castelhano: “*Todos los trabajadores, independientemente de su nacionalidad, tienen derecho a la asistencia, información, protección e igualdad de derechos y condiciones de trabajo, así como derecho de acceso a los servicios públicos reconocidos a los nacionales del país en el que estuvieren ejerciendo sus actividades, de conformidad con la legislación de cada país*” (Mercosur, 2015b, art. 7º, inciso 1).

¹³⁶ Trecho original, em castelhano: “*Los Estados Partes se comprometen a adoptar y articular medidas tendientes al establecimiento de normas y procedimientos comunes relativos a la circulación de los trabajadores en las zonas de frontera y a llevar a cabo las acciones necesarias para mejorar las oportunidades de empleo y las condiciones de trabajo y de vida de dichos trabajadores, en los términos de los acuerdos específicos para esta población, sobre la base de los derechos reconocidos en los acuerdos de residencia e inmigración vigentes*” (Mercosur, 2015b, art. 7º, inciso 3).

¹³⁷ Trecho original, em castelhano: “*Los Estados Partes se comprometen, asimismo, a desarrollar acciones coordinadas en el campo de la legislación, de las políticas laborales, de las instituciones migratorias y en otras áreas afines, con vistas a promover la libre circulación de los trabajadores y la integración de los mercados de*

documento, ainda que, formalmente, não acarrete obrigações às partes, reitera compromissos assumidos por meio de outros instrumentos ao tempo de estabelecer diretrizes mais minuciosas em matéria laboral.

Ao ser o Mercosul, logo, um projeto ambicioso e heterogêneo de integração regional – mesmo que muitos dos logros almejados não viessem a se concretizar – e, além disso, formado por duas potências regionais sul-americanas – nomeadamente, Argentina e Brasil –, cabe o questionamento sobre os interesses do Paraguai em integrá-lo como membro fundador, levando-se em conta tanto a história de suas relações exteriores com os Estados vizinhos como o tamanho de sua economia e influência política em comparação com esses pares.

Por uma perspectiva geográfica, a histórica necessidade de superação da condição de mediterraneidade seria uma das justificativas para tanto, considerando que o Mercosul poderia favorecer a expansão e o aprimoramento das redes de transporte terrestre e fluvial para o intercâmbio comercial do país com sua região e o restante do mundo (Krauer, 2009). Já Rachid (2004), ex-ministra das Relações Exteriores do Paraguai, acrescenta que estar articulado em bloco daria a Asunción mais condições de diversificar seus parceiros comerciais e maior poder de barganha para o cumprimento de seus objetivos de política externa, como no caso das negociações do Mercosul com a União Europeia, ainda inconclusas. Poder-se-ia mencionar, ainda, a eliminação de barreiras ao comércio intrarregional, facilitando a entrada de produtos paraguaios nos países vizinhos – incluindo os excedentes da energia gerada nas usinas de Itaipu e Yacyretá –, como possíveis motivações. O embaixador Antonio Félix López Acosta, entretanto, sugere em entrevista que o fator decisivo foi o cálculo de que seria menos oneroso integrar o bloco a deixar de fazê-lo, pois, nesta última hipótese, o país estaria condenado ao isolamento (Oviedo, 2016).

Estar no Mercosul, de todo modo, traz desafios ao Paraguai. Um dos mais proeminentes diz respeito às assimetrias observadas entre os países-membros do bloco, precipuamente em suas dimensões econômica e social, e a necessidade de sua relativização como via a um desenvolvimento mais igualitário. Tal realidade tem justificado desde o início do processo de integração a concessão de um tratamento diferenciado ao Estado paraguaio, como na extensão da mencionada “lista de exceção” para a aplicação da Tarifa Externa Comum e nas parcelas reservadas a ele no chamado Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul

trabajo, en forma compatible y armónica con el proceso de integración regional” (Mercosur, 2015b, art. 7º, inciso 4).

(FOCEM)¹³⁸ – criado em 2005 como instrumento de redução de assimetrias entre os membros mercosulinos ao prever o financiamento de programas de saneamento, construção de vias terrestres, instalação de rede elétrica, expansão do número de escolas e outros (Mercosur, 2015a). Na 52ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, por exemplo, o então presidente Horacio Cartes reivindicou a necessidade de seu país receber um “tratamento especial e diferenciado”, principalmente em decorrência de sua condição geográfica mediterrânea, pelo qual se garantissem termos equitativos de competição no mercado internacional e oportunidades para a superação da posição de provedor exclusivo de matérias-primas, com vistas a favorecer sua integração à cadeia de industrialização da região (Paraguay, 2018). Afirmou, ainda, na função de Presidente pró-tempore do bloco, que “a redução das assimetrias é um dos elementos fundamentais para a sustentabilidade e legitimidade do Mercosul, já que somente dessa forma estaremos em condições reais para evoluir em direção a um nível de desenvolvimento econômico-social inclusivo” (Paraguay, 2018 – tradução livre)¹³⁹.

Ainda sobre a questão, Caichiolo (2017) afirma que na gênese do Mercosul havia assimetrias inclusive entre Argentina e Brasil. O último teria conseguido desenvolver, de certa forma, suas indústrias durante o regime militar, ao passo que o primeiro empreendera um sustentado regresso ao modelo de exportação de bens primários característico do final do século XIX. Os dois terminariam por se aproximar ainda assim, buscando complementariedade entre suas economias, saindo-se, por fim, como os maiores beneficiários da experiência integracionista, no ponto de vista do mesmo autor (Caichiolo, 2017). O Paraguai, por sua vez, conforme Menezes e Penna Filho (2006, p. 52-53), além de ser a menor economia do bloco, competia com o Brasil no setor agropecuário, além de ter uma industrialização muito pouco expressiva.

2.2.7.2 De 1993 até a atualidade

Retornando a atenção ao cenário interno, levou-se a cabo no Paraguai, em 1993, um novo pleito eleitoral, marcado, uma vez mais, por denúncias de irregularidades que favoreceriam a vitória do candidato do Partido Colorado, Juan Carlos Wasmosy. Uma delas foi o fato de, nas vésperas da votação, um juiz ter determinado o fechamento da fronteira com a

¹³⁸ No orçamento para 2022, por exemplo, dos quase 150 milhões de dólares estadunidenses do FOCEM, pouco mais de USD 122 milhões (ou 82%) se destinariam a projetos a serem conduzidos no Paraguai (Mercosur, 2022).

¹³⁹ Trecho original, em castelhano: “La reducción de las asimetrías es uno de los elementos fundamentales para la sostenibilidad y legitimidad del MERCOSUR, ya que solo de esa forma estaremos en condiciones reales para evolucionar hacia un nivel de desarrollo económico-social incluyente” (Paraguay, 2018).

Argentina, impedindo, assim, que milhares de paraguaios – em sua grande maioria, da oposição – participassem do escrutínio (Guená, 1996).

Ainda que a transição de poder não alterasse o domínio dos colorados no Executivo, a posse de Wasmosy trazia a novidade de, em quase quarenta anos, alguém de fora do círculo militar assumir a Presidência. Seria também o primeiro civil a terminar um mandato presidencial constitucional pela ANR (López Moreira, 2015). Não significa dizer, contudo, que sua gestão tenha transcorrido sem intercorrências. No campo político, a mais expressiva delas foi a tentativa de golpe de Estado perpetrada em abril de 1996 pelo general Lino Oviedo, um aliado do governo em seu início (Brun, 2011). Ao mesmo tempo, o país atravessava uma intensa crise financeira, que levou, entre outras consequências, ao fechamento de instituições bancárias e ao empobrecimento de diferentes setores da sociedade (López Moreira, 2015).

Em 1998, ocorreriam as eleições que autores como Rolon (2011, p. 61) considerariam como as primeiras efetivamente “em condições tidas como normais”. O resultado, de todo modo, foi a permanência dos colorados na cadeira presidencial, dessa vez, na figura de Raúl Cubas. Como uma de suas primeiras medidas, ordenou-se a soltura de Lino Oviedo da prisão, que havia sido decretada em decorrência dos atos contra Wasmosy em 1996. A escalada das tensões políticas culminou no assassinato do vice-presidente Luis María Argaña – advindo de uma ala opositora ao *oviedismo* –, no terceiro mês de 1999, e em uma série de manifestações nas ruas de Asunción como reação, exigindo-se a renúncia de Cubas da Presidência. Integravam-nas militantes políticos, membros da sociedade civil organizada, movimentos camponeses etc., que foram violentamente reprimidos pelas forças de segurança pública, gerando-se, em apenas uma semana, um saldo de sete mortos e trezentos feridos. No dia 28 daquele que ficaria conhecido como o “março paraguaio”, o governante em exercício, finalmente, cede, e o posto vago é ocupado por Luis Ángel González Macchi, presidente do Senado, que conclui em 2003 o mandato de seu antecessor (López Moreira, 2015).

Mais uma gestão teria curso – a dizer, a de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) – até que a sequência de seis décadas de governos colorados sofresse uma ruptura. Aquela, na verdade, era a primeira vez na história paraguaia que a alternância de poder entre forças políticas opositoras se dava de maneira pacífica (López, 2014). Em 2009, depois de vencer as eleições contando com uma frente ampla e heterogênea¹⁴⁰ de nove partidos – entre eles, o PLRA – e um conjunto de movimentos sociais, o ex-bispo da Igreja Católica Fernando Lugo assume a Presidência (López, 2014). Em contraste com suas propostas de cunho mais progressista –

¹⁴⁰ Sua denominação era “*Alianza Patriótica para el Cambio*” (APC).

como a implementação de um sistema de saúde gratuito e de cobertura universal, que, apesar das limitações, saiu do papel, de fato –, a composição de ambas as casas legislativas durante seu mandato era majoritariamente de conservadores colorados e liberais, o que lhe renderia dificuldades, a princípio, para governar e, por fim, para se manter no cargo (López Moreira, 2015). A própria coalização que o elegeu não tardou a se fragmentar. Os liberais, por exemplo, se viram insatisfeitos com medidas como o aumento do orçamento para ações sociais, ainda que o governo não tenha promovido, afinal, grandes mudanças nessa área. Este, por sua vez, seria o motivo para o enfraquecimento do apoio de movimentos sociais. Sobre isso, López (2014) relembra que Lugo não alterou o sistema de produção do país, pautado em um modelo agroexportador, assim como não atacou as bases da estrutura de propriedade agrária, que, nas palavras da autora, “é, com alto grau de certeza, o eixo central dos problemas socioeconômicos e políticos do país” (López, 2014, p. 102 – tradução livre)¹⁴¹.

Sem que logros como o forte crescimento econômico de 2010 – a uma taxa de 15% (CEPAL, 2012) – compensassem a insatisfação dos setores mais críticos, o Parlamento paraguaio levou a cabo, em junho de 2012, um célere julgamento político contra o chefe de Estado em exercício. Em tão-somente dois dias, aprovou-se a destituição de Lugo do cargo, com base no Artigo 225º da Constituição, que versa sobre o “mal desempenho da função pública” (López, 2014). A acusação que conduziu a tal fim estava baseada em cinco pontos, entre eles, uma atribuída incapacidade do presidente para lidar com a “crescente insegurança cidadã” que se alegava estar sendo experimentada no país e, principalmente, sua suposta responsabilidade no episódio conhecido como “massacre de Curuguaty”, ocorrido menos de uma semana antes. Trata-se de um conflito deflagrado em 15 de junho em Campos Morombi (distrito de Curuguaty, departamento de Canindeyú) na ocasião de uma operação em terras disputadas por um influente empresário do agronegócio e ex-senador da ANR, que não contava com título de propriedade, e requeridas pelo *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (Indert) – órgão do Estado cujas atribuições incluem a regularização fundiária – para destinação à reforma agrária (López, 2014). Onze camponeses e seis policiais terminaram mortos naquela data (López, 2014). Nessa tragédia, Lugo era acusado não só de ser negligente

¹⁴¹ Trecho original, em castelhano: “[...] no es intención de este escrito «defender» al presidente [...], quien, de hecho, tuvo acciones desacertadas, no cumplió con gran cantidad de sus compromisos electorales, no alteró el sistema de producción agroexportadora ni el de acumulación capitalista, no persiguió a los apoderados de las tierras mal habidas ni atacó las bases de la estructura de propiedad agraria (que es, con alto grado de seguridad, el eje central de los problemas socioeconómicos y políticos del país). Además, su presidencia se caracterizó por un liderazgo «tibio», una presidencia «bloqueada» por una mayoría opositora en el Congreso (y por una inacción propia del primer dirigente) y por un grupo de actores económicos que siguieron enriqueciéndose con la bajísima carga impositiva y la altísima tasa de ganancia que ha caracterizado la economía paraguaya de los últimos años” (López, 2014, p. 102).

como, de igual modo, cúmplice e incentivador da violência perpetrada (Paraguay, 2012). Dizia-se, ademais, que o governante

[...] representa o que há de mais nefasto para o povo paraguaio [...], quem, desde que assumiu a condução do país, governa promovendo o ódio entre os paraguaios, a luta violenta entre pobres e ricos, a justiça pelas próprias mãos e a violação do direito de propriedade, atentando, desse modo, permanentemente contra a Carta Magna, as instituições republicanas e o Estado de Direito (Paraguay, 2012 – tradução livre).¹⁴²

A remoção do presidente de seu cargo se mostrou controversa, seja pela rapidez do processo – negando-se, na prática, o direito à defesa pela parte acusada –, seja pela falta de provas e fragilidade argumentativa nas quais as acusações se sustentavam. No próprio documento em que estas estavam apresentadas, lia-se que “todas as causas mencionadas acima [a dizer, aquelas que fundamentavam o pedido de *impeachment*] são de notoriedade pública, motivo pelo qual não necessitam ser provadas” (Paraguay, 2012 – tradução livre)¹⁴³, elementos que levam autoras como López (2014) a qualificar o episódio como um “golpe parlamentar”.

O mandato de Lugo é concluído por seu vice, Federico Franco, do PLRA. Nesse período, o Paraguai ficou suspenso do Mercosul por quebra de cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia, devido aos eventos de junho de 2012. Isso acabaria permitindo o ingresso da Venezuela no bloco, que, antes, dependia da ratificação do Parlamento paraguaio, resistente a tal ato (Calado, 2012).

Em 2013, após esse breve “hiato”, os colorados voltam ao poder com a eleição de Horacio Cartes, que finaliza seu governo em 2018. No momento de redação destas linhas, recai sobre o ex-presidente um conjunto de denúncias referentes à prática de atos ilícitos de abrangência não só nacional, mas, também, internacional. No Paraguai, abriram-se contra ele investigações em 2022 sobre lavagem de dinheiro (Última Hora, 2022c), ao passo que, nos Estados Unidos, nesse mesmo ano, reconheceu-se seu envolvimento com “corrupção significativa” (Blinken, 2022)¹⁴⁴. Esta indicação consta em nota oficial de Antony J. Blinken, secretário de Estado, na qual lê-se, ainda, que

¹⁴² Trecho original, em castelhano: “*Fernando Lugo, hoy por hoy representa lo más nefasto para el pueblo paraguayo, que se encuentra llorando la pérdida de vidas inocentes debido a la criminal negligencia y desidia del actual Presidente de la República, quien desde que asumió la conducción del país, gobierna promoviendo el odio entre los paraguayos, la lucha violenta entre pobres y ricos, la justicia por mano propia y la violación del derecho de propiedad, atentando de ese modo permanentemente contra la Carta Magna, las instituciones republicanas y el Estado de Derecho*” (Paraguay, 2012).

¹⁴³ Trecho original, em castelhano: “*Todas las causales mencionadas más arriba, son de pública notoriedad, motivo por el cual no necesitan ser probadas, conforme a nuestro ordenamiento jurídico vigente*” (Paraguay, 2012).

¹⁴⁴ Suspeitas em relação a Cartes, porém, não são novas. Mesmo antes de assumir a Presidência, já se reportava seu suposto envolvimento com atividades criminosas, como o contrabando de cigarros ao exterior, como se vê nos resultados da investigação jornalística de Guevara et al. (2009).

O ex-presidente Cartes obstruiu uma importante investigação internacional sobre crime transnacional com o intuito de proteger a si mesmo e seus associados criminosos de possíveis investigações e danos políticos. Tais ações minaram a estabilidade das instituições democráticas do Paraguai ao contribuir com a percepção pública de corrupção e impunidade na Presidência paraguaia. Essas ações, ademais, permitiram e perpetuaram o envolvimento recentemente documentado de Cartes com organizações terroristas estrangeiras e outras entidades apontadas pelos Estados Unidos, o que prejudica a segurança dos Estados Unidos diante do crime transnacional e do terrorismo e ameaça a estabilidade regional (Blinken, 2022 – tradução livre).¹⁴⁵

A cadeira presidencial, por fim, seria subsequentemente ocupada por Mario Abdo Benítez (2018-2023) e, atualmente (até agosto de 2028, como constitucionalmente se prevê), por Santiago Penã Palacios, ambos também da ANR, com a diferença de que o último se elegeu alinhado a Cartes (tendo sido, inclusive, seu Ministro da Fazenda), enquanto o primeiro integra uma ala opositora, a “*Colorado Añetete*”. Como o historiador Jorge Coronel Prosman declararia em entrevista, “o Partido Colorado em si é o oficialismo e a oposição ao mesmo tempo” (Veiga, 2023 – tradução livre)¹⁴⁶.

2.3 Uma síntese possível

Há muitas formas de se tentar periodizar a história de uma sociedade. No caso paraguaio, frente às informações que se expôs neste capítulo, a que pareceu pertinente de ser aqui compartilhada a título de síntese é aquela oferecida por Melià (2007), por um viés que poderia ser caracterizado como decolonial. Sua proposta, mais precisamente, é oferecer uma leitura histórica pela perspectiva do colonizado, e isso sem se limitar ao período tradicionalmente referido como colonial, alcançando-se, logo, os dias de hoje.

Melià (2007) resume a trajetória do Paraguai em cinco movimentos, que não necessariamente se encerram para que o subsequente tenha início, podendo cada um, desse modo, ser tanto reincidente como atemporal. O primeiro deles foi intitulado “destruição” e diz respeito ao extermínio das populações indígenas. O autor relembra que quase todos os povos encontrados pelos europeus no início da colonização desapareceram, seja por guerras, epidemias ou maus tratos nas primeiras décadas do século XVI, no restante do tempo de

¹⁴⁵ Trecho original, em inglês: “*Former President Cartes obstructed a major international investigation into transnational crime in order to protect himself and his criminal associate from potential prosecution and political damage. These actions undermined the stability of Paraguay’s democratic institutions by contributing to public perception of corruption and impunity within the office of the Paraguayan President. Additionally, these actions enabled and perpetuated Cartes’s recently documented involvement with foreign terrorist organizations and other U.S.-designated entities which undermines the security of the United States against transnational crime and terrorism and threatens regional stability*” (Blinken, 2022).

¹⁴⁶ Trecho original, em castelhano: “*el Partido Colorado en sí, es el oficialismo y la oposición al mismo tiempo*” (Veiga, 2023).

domínio externo ou, até mesmo, do pós-independência em diante. Seus costumes, idioma e constituição social se perderam, mesmo no caso daqueles que não foram extintos, mas se mesclaram com outros grupos.

O segundo movimento apontado é o de “encobrimento”. Neste, os povos que resistem à sua eliminação física passam a ter de sobreviver à margem do processo colonial ou estar em isolamento. Exemplo disso seriam os grupos chaquenhos, que permaneceram por séculos “encobertos” da vista dos colonizadores, o que culminaria em um longo desconhecimento de sua existência e de seus valores (como aqueles relacionados à preservação ambiental) pela sociedade paraguaia. Parte dos indígenas do ocidente do país, após a independência, terminaria “descoberta”, mas para a exploração de sua força de trabalho em terras dominadas por latifundiários para a criação de gado ou agricultura. Mesmo em relação aos guaranis, seria falso dizer que os paraguaios absorveram sua cultura, já que as comunidades compostas por pessoas dessa família étnica continuam a ser não só desconhecidas, mas, principalmente, discriminadas (Melià, 2007).

Haveria, ainda, um processo de “substituição”, concernente à expansão da ocupação europeia de territórios no Paraguai em detrimento da presença indígena e à consequente reposição de uma sociedade por outra. Incluir-se-ia no rol de transformações impostas o abandono da economia de reciprocidade em favor de uma baseada na precificação das coisas e a conversão de áreas de agricultura indígena em fazendas para a prática da pecuária. A substituição de espaços físicos e culturais ocorreria até hoje, com efeitos igualmente negativos (Melià, 2007).

O quarto movimento seria o de “transformação”. Ao apontá-lo, Melià (2007) faz uma crítica à tese de mestiçagem como elemento constitutivo da sociedade paraguaia baseada na noção de que “os guaranis não teriam sido destruídos, nem encobertos ou substituídos, e sim, simplesmente transformados”, sendo a persistência do uso da língua guarani e de traços fenotípicos característicos de populações autóctones um suposto indicativo disso (Melià, 2007, p. 165). O autor argumenta que a transformação à qual o trecho faz alusão é, na verdade, um processo conflitivo, experimentado com maior ou menor intensidade e variadas consequências pelos diferentes grupos sociais envolvidos (Melià, 2007). Nesse sentido, dependendo das práticas culturais, econômicas, sociais e políticas que venham a se tornar predominantes em uma sociedade, adaptar-se a elas seria mais oneroso a uns do que a outros, como aconteceria com os povos indígenas.

Das clivagens do processo transformativo adviria o último movimento identificado por Melià (2007), a dizer, o da “criação”, quando novos modos de ser surgem. No caso

paraguaio, a sociedade que emergiu como resultado da colonização e de suas ambiguidades é, por um lado, majoritariamente guarani por parentesco e idioma, mas, por outro, totalmente “desguaranizada” por perspectivas como a política e a econômica, algo iniciado pelos *encomenderos* e continuado muito tempo depois por oficiais militares e a elite dirigente. No trabalho do autor, são apontadas algumas consequências dessa realidade. Uma delas se refere especificamente à classe camponesa, que, até hoje, viveria em uma condição, na prática, colonizada. Por essa linha de argumentação, eventos como a construção da hidrelétrica de Itaipu e a política de “marcha para o leste” – com seu impulso à expansão de latifúndios monocultores pelo oriente paraguaio – fariam parte de um novo colonialismo, gerador de exclusões e deslocamentos de grandes contingentes a centros urbanos sem que, ali, consigam melhorar sua qualidade de vida (Melià, 2007). Outra consequência seria o alento a práticas como o desflorestamento em larga escala para fins de agricultura e pecuária, que, caso se guardasse na sociedade paraguaia algum traço de “identidade guarani”, não teriam semelhante fluidez, por serem antagônicas aos valores dessa cultura (Melià, 2007)¹⁴⁷.

A leitura em cinco movimentos que Melià (2007) faz da história paraguaia, portanto, não necessariamente se limita à realidade dos povos autóctones e aos tempos coloniais propriamente ditos, já que está identificada nela uma dinâmica de dominação, marginalização e exclusão que atravessaria toda a linha cronológica esboçada neste capítulo. Cabe compreender, para os propósitos da presente tese, como a migração se insere nesse panorama e de que forma tal fenômeno se articula com os variados eventos assinalados.

¹⁴⁷ O sentido para os guaranis da deflorestação e da usurpação de terras enquanto prática colonialista que se prolonga até a contemporaneidade é expressado em trecho de outro texto de Melià (2008, p. 107), traduzido e transcrito a seguir: “A história colonial é para o guarani uma progressão de males que parece não ter fim nem limite. O pior de todos os males coloniais será simplesmente negar aos guaranis a terra. Aonde ir? Tanto ao oriente como ao ocidente, a mesma devastação, o mesmo cerco. Aquela terra que ainda não foi traficada nem explorada, que não foi violada nem edificada (que era uma das projeções ideais da terra sem mal [...]) simplesmente não existe mais. As selvas e os bosques desaparecem, tudo se torna campo, e o campo é reclamado pelo branco para suas vacas. Toda a terra se tornou mal” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*La historia colonial es para el guaraní una progresión de males que parece no tener fin ni límite. El peor de todos los males coloniales será simplemente negarles a los guaraní la tierra. ¿A dónde ir? Tanto a oriente como a occidente la misma devastación, el mismo cerco. Aquella tierra que todavía no ha sido traficada ni explotada, que no ha sido violada ni edificada (que era una de las proyecciones ideales de la tierra-sin-mal: yu- marane’y) simplemente no existe más. Desaparecen las selvas y los montes, todo se vuelve campo y el campo es reclamado por el blanco para sus vacas. Toda tierra se ha vuelto mal*”). Isso justifica que a noção de *tekohá* guarani, no qual estão articulados território e modo de vida (ou, no limite, a própria existência), também figure, segundo Mondardo (2020, p. 168), nas “lutas anticoloniais como contraponto ao avanço da fronteira agrícola moderna”, adquirindo, assim, “uma conotação política, no sentido de dar visibilidade às lutas que exigem o retorno das zonas indígenas expropriadas nos processos de exploração/colonização/modernização” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*La noción [de tekohá] parece haber surgido de las luchas anticoloniales como contrapunto al avance de la frontera agrícola moderna [...]. La noción ha adquirido una connotación política, en el sentido de dar visibilidad a las luchas que exigen el retorno a las zonas indígenas expropiadas en los procesos de exploración/colonización/modernización*”).

CAPÍTULO 3 – IMIGRAÇÕES E EMIGRAÇÕES NA HISTÓRIA PARAGUAIA E O LUGAR DO BRASIL E DE SÃO PAULO NESSAS MOVIMENTAÇÕES

INTRODUÇÃO

A emigração de pessoas a partir do Paraguai se torna um fenômeno tanto mais sobressalente como perene especialmente após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864/65-1870). Ao longo da história, houve diferentes períodos em que esses fluxos estiveram em alta, como no início do século XX, quando, em um contexto de forte polarização política, milhares de paraguaios partiam de sua terra ao mesmo tempo que, contraditoriamente, o governo tomava iniciativas com vistas a atrair migrantes provenientes sobretudo da Europa; ou durante a ditadura de Higinio Morínigo (1940-1948) e, particularmente, após a guerra civil de 1947, apenas para citar alguns exemplos (Palau, 2011).

Segundo estimativas da então *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos*¹⁴⁸ (DGEEC, 2005a) concernentes aos quinquênios de 1950 a 2000, o Paraguai exibiu taxas de migração líquida (TML)¹⁴⁹ negativas para todo o período assinalado, o que significa que houve mais pessoas emigrando do país do que imigrando a ele. Nem mesmo com a numerosa chegada de brasileiros a partir de meados dos anos 1960 a tendência de perda de população através da migração se reverteu.

A Argentina é, historicamente, o principal destino a essa emigração, país no qual os paraguaios compõem o maior grupo de imigrantes da atualidade, somando mais de 550.000 pessoas (cerca de 30% do total da população não nata) recenseadas em 2010 (Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC], 2010). No início, os fluxos eram direcionados majoritariamente a províncias vizinhas ao território do Paraguai, como Formosa, Misiones, Corrientes e Chaco (Palau, 2011), muitas vezes para satisfazer a demanda por trabalhos sazonais em colheitas (Águila, 2017) – a cargo dos comumente denominados “trabalhadores-andorinha” –, até que os grandes centros urbanos passaram a receber a maior parte dos migrantes – precisamente o caso da Grande Buenos Aires a partir do decênio de 1960, com expressiva inserção em ramos como o da construção civil e dos serviços domésticos, chegando

¹⁴⁸ Em 2020, a Direção mudou de nome para *Instituto Nacional de Estadística* (INE).

¹⁴⁹ A taxa de migração líquida consiste na divisão do saldo migratório de um determinado intervalo de tempo (ou seja, o número de imigrantes menos o de emigrantes em um quinquênio, no caso das estimativas da DGEEC) pela população na metade do mesmo período, multiplicando-se o resultado por mil, geralmente.

a concentrar aproximadamente 75% de todos os paraguaios residentes na Argentina em anos como os 1995 e 2010 (Águila, 2017).

A presença paraguaia, sem embargo, também se faz notar alhures, como no Brasil. De acordo com dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2011), no mesmo ano de 2010, havia aproximadamente 40.000 pessoas nascidas no Paraguai residindo em solo brasileiro, o que faz com que o país se situe na terceira posição dos destinos mais atrativos à emigração paraguaia, superado apenas por Argentina e Espanha (esta, com pouco mais de 135.000 pessoas). Conforme observado por Baeninger (2012, p. 15), a partir da década de 1970, o Brasil aparece cada vez mais como uma “área de expansão das migrações latino-americanas”, com um aumento não apenas relativo, mas, também, absoluto de migrantes provenientes de seu entorno no continente. Nesse cenário, estão envolvidos fluxos de distintas modalidades, desde os tradicionais deslocamentos de caráter fronteiriço até as migrações direcionadas a grandes centros urbanos mais distantes de limites territoriais internacionais. No que tange especificamente aos paraguaios, verifica-se que a RMSP é, possivelmente, para onde mais migrantes se encaminharam nos últimos tempos. Um dos dados que sustentam tal afirmação é o de que um quinto de todos os Registros Nacionais Migratórios (RNM) – o meio primordial de formalização da residência de imigrantes no país – efetuados a paraguaios entre 2000 e 2022 corresponde a pessoas residentes na referida região (Observatório das Migrações em São Paulo, 2022).

Tendo presente o panorama traçado no Capítulo 2 – ao qual se fará alusão sempre que oportuno –, dedica-se este segmento da tese especificamente à análise das imigrações e emigrações na história recente do Paraguai, com prioridade às trocas feitas com o Brasil, o que inclui não apenas uma periodização desse tipo de mobilidade e a mensuração dos fluxos mais proeminentes, mas, de igual modo, reflexões sobre os contextos de sua ocorrência e possíveis causas. Ao final, situar-se-ão as migrações paraguaias ao município de São Paulo e sua região metropolitana nos dias de hoje, fazendo-se uso dos antecedentes migratórios levantados neste capítulo para uma melhor compreensão do fenômeno em suas dimensões sociodemográfica e laboral. Para tanto, recorrer-se-á aos censos e registros administrativos de ambos os países envolvidos, assim como a fontes primárias de informação, como artigos publicados em livros e periódicos científicos, teses acadêmicas e relatórios de organismos internacionais.

Abordando-se primeiro as imigrações, iniciam-se os esforços de consecução do objetivo estipulado por se discorrer acerca da Guerra da Tríplice Aliança, que, com improvável discordância, é um divisor de águas na história paraguaia também no que tange à questão migratória.

3.1 Imigrações no Paraguai

3.1.1 A Guerra da Tríplice Aliança e as tentativas (frustradas) de atração de migrantes internacionais que se seguiram

Na segunda metade do século XIX, Paraguai, de um lado, e Argentina, Brasil e Uruguai, de outro, protagonizaram aquele que seria, como define Salles (1990, p. 7), “o conflito em larga escala de maior duração do continente americano, superando inclusive a guerra de Secessão nos Estados Unidos [1860-1864]”. Trata-se da chamada “Guerra do Paraguai” (como é mais comumente referenciada na literatura em português), “Guerra da Tríplice Aliança” (em alusão à tríade de países que conjuntamente se contrapuseram ao Paraguai) ou “Guerra *Guasu*” (vocábulo em guarani cuja acepção evoca grandeza, algo particularmente representativo da magnitude das consequências ao país derrotado).

Um dos eventos que se costuma adotar como marco do início do conflito é a apreensão do navio Marquês de Olinda, de bandeira brasileira, nas águas do rio Paraguai em 11 de novembro de 1864 por tropas do país homônimo e a subsequente invasão da então província de Mato Grosso a mando do Marechal Francisco Solano López. (Doratioto, 2002). Ambas as ações se deram na esteira de uma intervenção brasileira que ocorrera no Uruguai, cujo governo, constituído pelos denominados “*blancos*”, era aliado do mandatário paraguaio. Justificava-se o envio de um destacamento militar a partir do Rio Grande do Sul pela necessidade de defesa de cidadãos conterrâneos que estariam sofrendo abusos por parte das autoridades oficiais do país austral vizinho, conferindo-se apoio, ao mesmo tempo, às forças do caudilho *colorado* Venancio Flores, da oposição (Salles, 1990)¹⁵⁰. O ato, no entanto, foi interpretado por Solano López como uma declaração de guerra também ao seu Estado, que prontamente iniciou uma ofensiva contra o Brasil (Doratioto, 2002).

Outro marco que é usualmente indicado como referência é a formação da Tríplice Aliança, em 1865. Após os ataques no Mato Grosso, os paraguaios pretendiam passar suas tropas por províncias lindeiras argentinas com o objetivo de chegar ao Uruguai e agredir as forças do Exército brasileiro que ali estavam presentes. Esperavam contar, nesse movimento, com o respaldo de Justo José de Urquiza, líder federalista na Argentina que advogava pela autonomia das províncias interioranas e se opunha, por conseguinte, a Bartolomé Mitre, presidente do país e favorável à união nacional com centralidade em Buenos Aires. Diante do fracasso em obter a autorização de Mitre – até então, neutro nas hostilidades entre Paraguai e

¹⁵⁰ Um dos interesses do Brasil no Uruguai era a produção de charque (carne), produto usado na subsistência da população negra escravizada (Cervo; Bueno, 2002).

Brasil – para incursionar por território alheio, Solano López declara guerra também à Argentina, em 19 de março de 1865 – data de aprovação do ato pelo Congresso paraguaio (Doratioto, 2002)¹⁵¹. O Uruguai, já sob o governo de Venancio Flores, termina por se juntar à contenda ao lado de Argentina e Brasil, que, em 1º de maio daquele ano, firmam o Tratado da Tríplice Aliança¹⁵² (Doratioto, 2002, p. 137).

Escapa dos objetivos desta tese esmiuçar as causas da guerra, seja por sua complexidade ou pelas diferentes leituras que a historiografia produziu sobre o tema ao longo do tempo¹⁵³. Sem embargo, parece ser uma direção apropriada para tanto ir atrás dos interesses

¹⁵¹ Em 13 de abril de 1865, Solano López inicia sua primeira investida em solo argentino, mais precisamente, na província de Corrientes, fronteira com o Paraguai. Ao contrário do que previa, entretanto, não só não contou com o respaldo das milícias lideradas por Urquiza como este acabou concedendo seu apoio a Mitre e à resistência argentina (Doratioto, 2002).

¹⁵² O Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em segredo em 1º de maio de 1865, trazia uma série de imposições ao país oponente no caso de sua derrota. Em primeiro lugar, determinava-se como um dos objetivos primordiais da aliança o fim do governo de Solano López, cuja existência, conforme se anunciava no preâmbulo, impossibilitaria que vigorassem a paz, a segurança e o bem-estar na região. A partir de seu cumprimento, far-se-iam os arranjos necessários com as novas autoridades estabelecidas para garantir a livre-navegação dos rios Paraná e Paraguai (art. 11º). Determinava-se, ademais, que o Estado paraguaio deveria arcar com todas as despesas de guerra, além de reparações e indenizações por prejuízos causados a propriedades públicas e privadas e às pessoas (art. 14º). Por fim, resolver-se-iam todas as antigas disputas por demarcação de fronteiras em prejuízo aos históricos clamores do Paraguai (art. 16º). Suas perdas mais expressivas seriam para a Argentina, que reivindicava praticamente todo o Chaco ou, como hoje é conhecida, a região ocidental do país, de modo que o território paraguaio deveria se encolher entre os rios Paraná e Paraguai (Thompson, 2010). Os termos desse tratado viriam a ser revelados em março de 1866 por iniciativa do governo britânico, após ter contato com o teor do texto junto ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai (Doratioto, 2002).

¹⁵³ Há três grandes correntes interpretativas sobre a Guerra da Tríplice Aliança e suas causas. A primeira, que pode ser denominada “tradicional”, corresponde, em suma, à leitura dos vencedores subsequentemente ao fim das beligerâncias, pela qual se exaltam os feitos militares dos aliados e se reduzem as explicações sobre a eclosão do conflito basicamente à personalidade de Solano López, tido como agressivo, expansionista e, até mesmo, megalomaniaco (Salles, 1990). Uma contestação mais robusta a tal perspectiva passaria a ser feita a partir dos anos 1950, com o surgimento de obras que, hoje em dia, costumam se encontrar agrupadas sob o título de “revisionismo” (Salles, 1990). Ainda que guardem diferenças entre si, partilham do entendimento de que o Paraguai de meados do século XIX era “uma próspera república portadora de uma via original de desenvolvimento econômico e social. Desenvolvimento este que teria, por sua vez, como traço marcante, a resistência e independência em relação à penetração imperialista inglesa, que predominava no restante da região” (Salles, 1990, p. 18). Nesse sentido, oferece-se uma abordagem crítica aos países da Tríplice Aliança, acusando-os de subserviência aos interesses do Reino Unido às custas não só de uma profusão de vidas humanas – mormente de paraguaios –, mas, também, de uma efetiva emancipação política e econômica das nações rio-platenses poucas décadas depois de declarada sua independência do jugo das metrópoles ibéricas. No Brasil, a referência mais difundida dessa corrente é, provavelmente, o livro “Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai”, de Chiavenatto (1979). Já no prefácio, em suas primeiras linhas, lê-se que “durante mais de cem anos pairou uma onda de mentiras sobre a Guerra do Paraguai. Junta-se a essa onda de mentiras um silêncio criminoso, procurando ocultar de todas as formas possíveis o que foi aquela guerra, o que representou para os povos envolvidos e, principalmente, como, por sua causa, o Brasil e a Argentina (levando o Uruguai de contrapeso) ficaram definitivamente colonizados pelo capital inglês” (Chiavenatto, 1979, p. 9). É necessário fazer a ressalva, contudo, de que a responsabilização dos aliados por certos desdobramentos da guerra não se inaugurava aí. Thompson (2010), engenheiro inglês que lutou pelo lado paraguaio, embora não se furtasse de se apresentar como ferrenho crítico de Solano López, argumenta em seus relatos de campo de batalha que o Brasil, em especial, poderia ter evitado o prolongamento das hostilidades, mas não o fez, como se vê no trecho à continuação: “Na ordem do dia, Caxias [comandante-chefe das forças do Império brasileiro na ocasião] declara que López, em sua retirada, ‘só era acompanhado por 90 homens e que, destes, unicamente 25 chegaram com ele a Cerro León’. Se isso não é totalmente exato, pouco lhe falta para sê-lo; e sabendo-o, por que razão Caxias, general em chefe do exército aliado na guerra, *não com a nação paraguaia, mas com seu governo*, e tendo 8.000 homens de cavalaria admiravelmente montados e inteiramente desocupados, não

de cada ator envolvido no palco da geopolítica platina do século XIX em um contexto regional de formação e consolidação dos Estados nacionais no pós-independência e, em âmbito global, de expansão do capitalismo – que, como ressalta Salles (1990, p. 8), multiplicava “tensões no mundo não-europeu e não-capitalista”. Nesse sentido, Doratioto (2002, p. 93-96), ainda que sem esgotar todos os elementos envolvidos, oferece uma síntese plausível, reproduzida abaixo:

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. [...] A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu, graças a uma aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos *blancos* e por Solano López; para os *blancos*, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império [brasileiro], a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiro entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.

O fim das hostilidades ocorreu no dia 1º de março de 1870, com a morte de Solano López em combate na localidade de Cerro Corá, no atual departamento de Amambay, Paraguai. Especialmente para esse país, os anos que sucederam a captura do navio Marquês de Olinda em novembro de 1864 foram, nos termos de Salles (1990, p. 8), de uma “guerra total”, considerando

perseguiu López, a quem poderia ter tomado sem perder um só homem? Foi por imbecilidade ou pelo desejo de tirar mais dinheiro das provisões do exército? Foi um pretexto para manter permanentemente um exército brasileiro no Paraguai ou existia uma inteligência secreta entre Caxias e López? Ou fê-lo para dar a López o tempo necessário para reunir até o último paraguaio com o objetivo de exterminá-los *em guerra civilizada*? De qualquer maneira que a questão for considerada, o marquês de Caxias é responsável por todas as vidas que foram perdidas no Paraguai desde dezembro de 1868 e por todos os sofrimentos de homens, mulheres e crianças que continuam sob o poder de López” (Thompson, 2010, p. 261 – grifos do próprio autor e tradução livre. Trecho original, em castelhano, preservando-se a grafia em que foi escrito: “*En la orden del día, Caxías declara que López en su retirada, ‘solo iba acompañado por 90 hombres y que de estos únicamente 25 llegaron con él a Cerro León’. Si esto no es enteramente exacto, poco le falta para serlo; y sabiéndolo, ¿por qué razón Caxías, jeneral en jefe [sic] del ejército aliado en guerra, no con la nación paraguaya sino con su gobierno, y teniendo 8,000 hombres de caballería admirablemente montados y enteramente desocupados, no persiguió á López, á quien podía haber tomado sin perder un solo hombre? ¿Fue por imbecilidade, ó por el deseo de sacar más dinero de la proveeduría del ejército? ¿Fue un pretexto para mantener permanente un ejército brasileiro en el Paraguay, ó existía una inteligencia secreta entre Caxías y López? ¿O lo hizo para dar á López el tiempo necesario para reunir hasta el último paraguayo con el objeto de exterminarlos en guerra civilizada? De cualquiera manera que se considere la cuestión, el marqués de Caxías es responsable de todas las vidas que se han perdido en el Paraguay, desde diciembre de 1868, y de todos los sufrimientos de hombres, mujeres y niños que continúan en poder de López*”). Uma terceira corrente interpretativa, finalmente, emergiria mais recentemente, relativizando-se a ingerência britânica – sendo apontados, para tanto, fatos como o rompimento de relações do Brasil com o Reino Unido antes mesmo da eclosão do referido conflito (relacionado à chamada “Questão Christie”) e os registros de tentativa de intermediação para a paz conduzidas por Edward Thorton, representante diplomático em Buenos Aires, ainda em 1864 (Doratioto, 2002) – e explorando-se mais as próprias contradições entre os países platinos no contexto de consolidação dos Estados-nacionais na região no pós-independência. No Brasil, são referências dessa linha obras como “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército”, de Salles (1990), e “Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai”, de Doratioto (2002).

a escala em que foram mobilizados para o conflito tanto recursos materiais como humanos¹⁵⁴ na sociedade paraguaia. Uma das consequências disso foi a drástica retração populacional, decorrente de mortes não apenas em combate, mas, também, por epidemias e fome, assim como da emigração (Doratioto, 2002). Sobre a dimensão dessa queda, existem consideráveis divergências entre a maior parte das estimativas já realizadas. Entre aquelas que se mostram metodologicamente mais bem fundamentadas, há as que apontam para uma perda de população entre 1864 e 1870 de 8,7 a 18,5% (Reber, 1988); 43,1 a 51,6% (Kleinpenning, 2002); ou 60 a 69% (Whigham; Potthast, 1999), variações que, em termos absolutos, se dariam sem ultrapassar um limite máximo de 460 mil habitantes no começo do período e um mínimo de 290 mil no final dele. Das cifras expostas, não parece inadequado conceder especial atenção às de Kleinpenning (2002), tendo em vista – sem recorrer a justificativas mais técnicas – que são resultantes da revisão que o autor fez dos trabalhos de Reber (1988) e Whigham e Potthast (1999). Assumir-se-ia, dessarte, que a guerra fez o Paraguai perder algo em torno de metade de sua população¹⁵⁵.

Nos idos de 1870, haveria um forte desequilíbrio na população em relação à sua composição por sexo. Com fins de ilustração, pode-se lançar mão do censo realizado poucos meses após finda a guerra, encomendado pelo então governo provisório paraguaio¹⁵⁶ – estabelecido em Asunción sob a égide da Tríplice Aliança ainda em 1869, enquanto Solano López e as tropas remanescentes sob seu comando ainda resistiam, deslocando-se pelo interior

¹⁵⁴ Uma das facetas dessa ampla mobilização de pessoas é o emprego de crianças em combates armados, como ocorreu na batalha de Acosta Ñu, travada em 16 de agosto de 1869, quando as forças paraguaias já estavam altamente debilitadas. Na ocasião, o general Bernardino Caballero se contrapôs a um contingente de 20 mil aliados, tendo a seu comando cerca de seis mil combatentes, entre eles, infantes que, para aparentar maior idade, exibiam barbas postiças. A inexperiência militar, por um lado, e o uso de armamento obsoleto, por outro, resultou em prejuízos desproporcionais aos paraguaios. Enquanto, entre estes, contabilizaram-se aproximadamente duas mil mortes e 1.200 prisioneiros, as baixas entre os aliados foram de apenas 26, com outros 259 feridos (Doratioto, 2002). Dionísio Cerqueira, militar brasileiro presente na batalha e que viria a se tornar tenente em decorrência dela, faz um relato sobre isso, transcrito na sequência: “Foi uma derrota completa. O campo ficou cheio de mortos e feridos do inimigo, entre os quais causavam-nos grande pena, pelo avultado número, os soldadinhos, cobertos de sangue, com as perninhas quebradas, não tendo alguns ainda atingido a puberdade. [...] As noites de agosto na Cordilheira são frias. Viam-se muitas fogueiras no imenso bivaque. Em torno de algumas meio apagadas, tiritavam de frio soldadinhos paraguaios da última leva. O frio podia ser também da febre dos ferimentos que receberam. Como eram valentes para o fogo os pobres meninos! Que luta terrível aquela entre a piedade cristã e o dever militar! Os nossos soldados diziam que *não dava gosto a gente brigar com tanta criança* (grifo do próprio autor)” (Cerqueira, 1980, p. 329; o trecho, embora com mais cortes, também é reproduzido em Doratioto, 2002, p. 417). Em homenagem aos infantes combatentes, celebra-se atualmente, na data da batalha de Acosta Ñu, o Dia das Crianças (“*Día del Niño*”) no Paraguai.

¹⁵⁵ Sobre as mortes do lado aliado, Doratioto (2002) afirma que o mais provável é que tenham caído em torno de 50 mil brasileiros, 18 mil argentinos e 3.100 uruguaios.

¹⁵⁶ O intuito do governo era ter uma ideia mais precisa sobre os recursos humanos que ainda tinha à disposição, levando-se em conta as circunstâncias catastróficas nas quais se encontrava o Paraguai em decorrência da guerra. Os resultados desse censo somente vieram a conhecimento público recentemente (e com algumas lacunas), após pesquisadores terem tido acesso aos arquivos do Ministério de Defesa Nacional do Paraguai, algo antes inviabilizado pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) (Whigham; Potthast, 1999).

do país. Segundo tal levantamento, no estrato tido como jovem naquele momento (a dizer, com mais de 12 anos de idade e menos de 50), por exemplo, havia de quatro a cinco mulheres para cada homem, ao passo que, em casos específicos – como na vila de Luque¹⁵⁷, situada nos arredores assuncenos –, a proporção poderia chegar a patamares tão altos como o de vinte para um (Whigham; Potthast, 1999). Ainda que se imagine haver uma subenumeração mais acentuada de indivíduos do sexo masculino – posto que, entre outras hipóteses, muitos poderiam se esquivar de recenseadores por receio de serem identificados e obrigados a integrar as Forças Armadas em um eventual novo conflito, mal tendo sido encerrado o anterior –, é improvável que ela tenha se dado a tal ponto de alterar as conclusões supracitadas sobre os efeitos da guerra na distribuição por sexo da população paraguaia.

Os homens, além de mais expostos às baixas nos campos de batalha, seriam maioria entre os paraguaios que deixaram seu país durante a guerra, segundo Doratioto (2002). Exemplo disso é o que se vê entre os migrantes dessa nacionalidade no censo brasileiro de 1872, cuja razão de sexos a nível nacional chegava a quase 190 (Directoria Geral de Estatística, [1874?]) – o que implica dizer que havia quase dois homens para cada mulher. Na Argentina, o número seria ainda mais expressivo: 565, com base em dados do primeiro recenseamento realizado no país, em 1869 – portanto, quando a beligerância persistia (INDEC, 1872).

Em um cenário de escassez de força de trabalho masculina, as mulheres, ainda no transcurso da guerra, desempenharam um papel central em uma série de atividades, com destaque à agricultura. A princípio, conforme relembra Potthast (2011, p. 323 – tradução livre), “salvo alguns casos excepcionais e de autodefesa desesperada [...], a contribuição mais importante das mulheres na guerra não se produziu ‘no campo de batalha’, mas no campo propriamente dito”¹⁵⁸. Na realidade, complementa a autora que as paraguaias já eram responsáveis, havia séculos, por boa parte da economia de subsistência e do pequeno comércio em seu país, o que se mostrou indispensável para o abastecimento de víveres a seus pares combatentes por tantos anos (Potthast, 2011). À medida que as tropas de Solano López foram sendo acudadas pelos aliados, porém, as mulheres também tiveram que assumir tarefas nos próprios acampamentos militares, atuando na enfermaria – o que incluía o uso de plantas e ervas locais no tratamento de feridos, de acordo com seus conhecimentos ancestrais –, na cozinha e

¹⁵⁷ Quando Asunción passou a ser atacada pelas tropas brasileiras em 1868, Solano López transferiu provisoriamente a capital do país a Luque, que se tornou também uma referência a deslocados internos pela guerra (Whigham; Potthast, 1999). Outras localidades cumpriram a função de centro da administração pública à medida que os aliados cercavam a resistência paraguaia, como é o caso de Piribebuy, em 1869 (López Moreira, 2015).

¹⁵⁸ Versão original, em castelhano: “Salvo algunos casos excepcionales y de autodefensa desesperada [...], la contribución más importante de las mujeres a la guerra no se produjo ‘en el campo de la batalla’, sino en el campo propiamente dicho, es decir, en la agricultura”.

no transporte de material pesado, entre outras atribuições (Potthast, 2011)¹⁵⁹. Com o fim da guerra, e como consequência do profundo desequilíbrio numérico que se gerou entre os sexos, boa parte da reconstrução social e econômica do Paraguai ficou a cargo das mulheres – ainda que a política continuasse a ser de domínio dos homens, de modo que mudanças mais significativas nesse âmbito ocorreriam somente tempos depois e de forma gradual (Potthast, 2011)¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Os trabalhos nas lavouras, todavia, continuavam, ainda que fosse preciso aliá-los com a imperiosa necessidade de se mover constantemente. É nesse contexto que surgem as chamadas “*Residentas*”, grupos de pessoas compostos majoritariamente por mulheres que, após a evacuação de Asunción em 1868 – devido às investidas das tropas da Tríplice Aliança que culminariam na tomada da cidade –, se deslocavam continuamente pelo interior do país de um local a outro, seja para oferecer braços para a agricultura nas regiões que mais careciam de força de trabalho, seja por consequência da implementação da política de “terra arrasada” por parte de Solano López, com o intuito de evitar que os aliados usufríssem de cultivos nos territórios sobre os quais avançavam (López Moreira, 2015). A figura da *Residenta* é, ainda hoje, evocada como exaltação ao papel da mulher na preservação da nação paraguaia não só durante a Guerra *Guasu*, mas, também, nos tempos que se seguiram, como se vê representado em canções como “*A la Residenta*”, dos anos 1970, com letra de Juan Manuel Marcos e música de Carlos Noguera, cujos versos podem ser lidos em tradução livre ao português e em sua versão original, em castelhano, na sequência: “E veja, companheira, a Pátria está em chamas / Emprésteme-nos o seu olhar e seu cântaro seco / O arado cansado e o suor de sua testa / Residenta de fogo, mulher de mãos claras / Seus filhos ficaram atrás da campanha / E em seus olhos, há luas e lágrimas contidas / Que seu corpo de madeira seja / A matriz fulgurante de uma nova era. / Residenta doída, residenta calada / Prossiga com sua raquítica e longa e vaga marcha / Não se esqueça que cantamos para que você não se esqueça / De levar a bandeira dos heróis caídos. / Lembre-se, amiga, de todos nós que partimos / Vencedores ensanguentados de quem ganhou a guerra / E escute-nos, irmã, fecunde a semente / Porque estamos esperando debaixo da terra.” (“*Y ya ves compañera, la Patria está en llamas / Préstanos tu mirada y tu cántaro seco / El arado cansado y el sudor de tu frente / Residenta de fuego, mujer de manos claras. / Tus hijos se quedaron detrás de la campaña / Y en tus ojos hay lunas y detenidas lágrimas / Quisiéramos que sea tu cuerpo de madera, / La matriz fulgurante de una nueva era. / Residenta doliente, residenta callada / Prosigue tu raquítica y larga y vaga marcha / No olvides que cantamos para que no te olvides / De llevar de los héroes caídos la bandera. / Acuérdate amiga de todos los que fuimos / Vencedores sangrantes del que ganó la guerra / Y escúchanos, hermana, fecunda la semilla / Porque estamos esperando debajo de la tierra*”) (Marcos; Noguera, [201-?]).

¹⁶⁰ Considerações críticas sobre as implicações para as mulheres de ter de assumir o papel de reconstrução do Paraguai pós-guerra podem ser encontradas em obras como a tese “*Humanismo*”, de Serafina Dávalos, frequentemente referida como a primeira feminista proeminente do país. Antes de tudo, é relevante identificar que um dos propósitos desse texto – finalizado em 1907 – era pôr em questionamento o determinismo biológico imperante nos tempos da autora e que, na divisão de tarefas que fundamentava, imputava ao gênero feminino a obrigação da maternidade. Já em seus parágrafos inaugurais, liam-se as seguintes linhas: “Todas as vezes em que se fala do ‘Problema da mulher’, o que mais impiedosamente se explora contra ela é a sua condição de mãe. Efetivamente, seus impugnadores declamam sobre o aspecto sublime e santo da maternidade, fazendo alarde de um sentimentalismo hipócrita, o chamam de missão celestial, sacerdócio divino... e logo enunciam, com as honras de uma verdade indubitável, que a *única* missão da mulher é ser mãe. [...] Em paridade de circunstâncias, por que não se há de sustentar que a *única* missão do homem é ser pai? [...] Além disso, é notório o fato de que numerosas mulheres não chegam a ser mães; e prescindir sistematicamente delas ao falar do destino da mulher é demonstrar uma manifesta e refinada má fé. Proclamar que a mulher só deve desempenhar o papel de mãe e dona de casa é negar o direito à vida àquelas que não formam um lar próprio” (Dávalos, 2007, p. 9 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*Todas las veces que se habla del ‘Problema de la mujer’, lo que más despiadadamente se explota en contra de ella, es su condición de madre. En efecto, sus impugnadores declaman sobre lo sublime y santo de la maternidad, haciendo alarde de una sensiblería hipócrita, la llaman misión celestial, sacerdocio divino... y luego enuncian, con los honores de una verdad inconcusa, que la única misión de la mujer, es la de ser madre. [...] En paridad de circunstancias, ¿por qué no se ha de sostener que la única misión del hombre es la de ser padre? [...] Además, es notorio el hecho de que numerosas mujeres, no llegan a ser madres; y prescindir sistemáticamente de ellas al hablar del destino de la mujer, es demostrar una manifesta y refinada mala fe. Proclamar que la mujer sólo debe desempeñar el papel de madre y ama de su casa, es negar el derecho de vida a aquellas que no forman hogar propio*”). A vigência de semelhante paradigma no Paraguai do pós-Guerra da

Do ponto de vista material, pode-se dizer que é consensual na literatura que um lustro de embates foi desastroso ao Paraguai. Alcalá (2011) resume a situação da seguinte forma:

Possivelmente, a Guerra da Tríplice Aliança foi a primeira guerra total da história contemporânea. Em 1870, o Paraguai estava arrasado. [...] A agricultura e a pecuária haviam desaparecido. O gado bovino, estimado em mais de duas milhões de cabeças [no começo do conflito], não chegava a 15.000 em 1870 (composto, em sua maioria, por animais que voltaram a ser selvagens). O país tinha que importar artigos básicos (por exemplo, feijão e batatas) porque não produzia nada; por outro lado, também não tinha com o que pagar as importações; devido à falta de moeda nacional, circulavam as estrangeiras. As obras de infraestrutura e os sistemas de comunicação foram destruídos, como a fundição de ferro de Ybycui, o arsenal, o estaleiro, as ferrovias. As tropas brasileiras ocuparam o país até 1876; as argentinas, até 1879. Para isso, o Paraguai cedeu à Argentina o território do Chaco compreendido entre os rios Pilcomayo e Bermejo e o território de Misiones situado ao sul do rio Paraná. Ao Brasil, cedeu-se o território compreendido entre o rio Branco e o rio Apa (tradução livre).¹⁶¹

Os territórios perdidos, citados acima, teriam totalizado aproximadamente 160.000 km² (Areces, 2011) – algo equiparável à área da região oriental paraguaia hoje, como se mencionou no capítulo anterior – e atualmente compõem unidades subnacionais como as províncias de Formosa e Misiones, Argentina, e o estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil. Uma representação da reconfiguração do território paraguaio pode ser vista no Mapa 8:

Tríplice Aliança implicaria às mulheres, entre outras consequências, o inescapável exercício da maternidade para o repovoamento do país, enquanto era vetada sua participação nos processos de tomada de decisão política, sem mencionar a discriminação perpetrada particularmente contra aquelas que nunca chegavam a realizar a concepção. Ao interpretar Dávila, Monges (2023, p. 2 – tradução livre) sustenta que a sociedade paraguaia naquele momento “viveria a paradoxal situação de uma sociedade em que o papel reprodutivo das mulheres e o trabalho feminino era fundamental, mas, ao mesmo tempo, as estruturas patriarcais de dominação se fortaleciam pela relativa ausência dos homens” (Trecho original, em castelhano: “[...] en una sociedad como la paraguayana que posterior a 1870 viviría la paradójica situación de una sociedad en la que el papel reproductor de las mujeres y el trabajo femenino era fundamental, pero, al mismo tiempo, las estructuras patriarcales de dominación se fortalecían por la relativa ausencia de los hombres”). As mulheres, em outras palavras, eram “carregadas de grandes obrigações enquanto mães e reconstrutoras do país, mas sendo-lhes negada a titularidade de direitos básicos de cidadania” (Monges, 2023, p. 2 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “[...] una situación paradójica en que se encontraban las paraguayas: cargadas con grandes obligaciones en cuanto madre y reconstructoras del país, pero siéndoles negada la titularidad de derechos básicos de ciudadanía”), constatação que coloca em questionamento qualquer romantização que possa ser feita quando se fala no protagonismo das paraguaias na reconstrução de seu país após 1870.

¹⁶¹ Trecho original, em castelhano: “Posiblemente, la Guerra de la Triple Alianza fue la primera guerra total de la historia contemporánea. En 1870, el Paraguay estaba arrasado. [...] La agricultura y la ganadería habían desaparecido. El ganado vacuno, estimado en más de dos millones de cabezas, no llegaba a 15.000 en 1870 (en su mayoría, animales baguales). El país debía importar artículos básicos (p. e., porotos, papas) porque no producía nada; por otra parte, tampoco con qué pagar las importaciones; a falta de moneda nacional, circulaban las extranjeras. Se destruyeron las obras de infraestructuras y sistemas de comunicación, como la fundición de hierro de Ybycui, el arsenal, el astillero, el ferrocarril. Las tropas brasileñas ocuparon el país hasta 1876; las argentinas, hasta 1879. Para entonces, el Paraguay había cedido a la Argentina el territorio chaqueño comprendido entre los ríos Pilcomayo y Bermejo y el territorio misionero situado al sur del río Paraná. Al Brasil había cedido el territorio comprendido entre el río Blanco y el río Apa”.

assim como, em 7 de junho de 1881, foi sancionada uma “Lei de Imigração e Colonização” (“*Ley de Inmigración y Colonización*”), pela qual se alentava a fundação de colônias agrícolas por imigrantes (Palau, 2011). A iniciativa mais destacada, no entanto, foi a promulgação de um conjunto de leis de venda de terras públicas ao longo da primeira metade da década de 1880, durante a presidência do general lopista e colorado Bernardino Caballero (1880-1886), o que tendia a favorecer proprietários não nacionais, posto que a maior parte da população paraguaia seguia em uma condição financeira muito adversa (Palau, 2011; Morínigo, 2005)¹⁶². Há de se recordar que o Estado, até então, detinha um grande patrimônio fundiário, sendo que uma considerável parcela dele era arrendada, antes da guerra, a baixos preços a pequenos camponeses. A essas pessoas, restaria, enfim, ofertar seus braços aos novos donos das terras em que trabalhavam. O próprio Caballero e aliados seus teriam adquirido lotes com empréstimos concedidos por banco estatal, revendendo muitos deles a especuladores de fora com altos lucros (Lewis, 2002).

Diferentemente do que preconizava a doutrina liberal – praticada pelos governantes do pós-guerra –, a passagem do domínio público para a propriedade privada não trouxe progresso econômico ao Paraguai (Lewis, 2002). O resultado de tal mudança, na verdade, foi a origem dos latifúndios no país ou, nas palavras de Morínigo (2005, p. 5), da “matriz do problema da terra na sociedade paraguaia atual”¹⁶³ (Morínigo, 2005, p. 5 – tradução livre) – embora não se devam ignorar como antecedentes da referida problemática a usurpação colonialista do território dos povos originários e práticas como a *encomienda*, abordadas no Capítulo 2. As extensas propriedades adquiridas, de acordo com Lewis (2002), mais se pareciam com feudos nas mãos dos políticos mais influentes e dos “estrangeiros” mais abastados, sendo-lhes dispensado o recolhimento de impostos ou qualquer outro tipo de interferência do Estado. Os trabalhadores rurais, por sua vez, “afundados em dívidas e amarrados à terra, se assemelhavam mais a servos medievais que a cidadãos de uma república” (Lewis, 2002, p. 639) – ou, como se pode sugerir, aos próprios indígenas *encomendados* no Paraguai colonial.

¹⁶² O primeiro projeto oficial de colonização com imigrantes no Paraguai, no entanto, é anterior à Guerra Guasu. Em sua estada na Europa, Solano López incentivou a migração de franceses para o interior paraguaio a fim de fomentar a agricultura em seu país, culminando na fundação da *Colonia Nueva Burdeos*, no Chaco, entre 1855 e 1856. Pouco mais de 410 pessoas estavam envolvidas. A resistência dos colonos ao serviço militar obrigatório e outras divergências com o governo fizeram com que este decretasse a dissolução de *Nueva Burdeos* (Martínez Rodríguez, 2021; Rojas, 2018; López Moreira, 2015).

¹⁶³ Trecho original, em castelhano: “*Por consiguiente, la matriz histórica requiere siempre de un corte, en este caso tomamos como punto de partida la finalización de la guerra del 70 y posteriormente la promulgación de las leyes de venta de las tierras públicas promulgada en el año 1883 a 1885, en torno al cual se crea la matriz del problema de la tierra en la sociedad paraguaya actual*” (Morínigo, 2005, p. 5).

A consequente concentração de terras pode ser quantificada. Segundo Lewis (2002), no final do século XIX, 79 proprietários detinham quase metade do território paraguaio explorado, número que, em 1930, baixaria a dezenove, com especial presença de companhias estrangeiras (Lewis, 2002), muitas das quais provenientes da Argentina, o que contribuía para o endurecimento da histórica dependência paraguaia em relação a esse país (Moniz Bandeira, 1998). Sobre isso, vale lembrar que, quando a guerra com a Bolívia irrompia, boa parte das fazendas de criação de gado, das empresas colonizadoras e daquelas dedicadas à exploração de tanino no Chaco eram argentinas, reflexo, em alguma medida, da política fundiária de Caballero (Moniz Bandeira, 1998).

Durante as primeiras décadas do século XX, outras iniciativas para a atração de migrantes internacionais foram levadas a cabo, a começar pela sanção, em 1903, de uma nova Lei de Imigração, revogando-se aquela em vigor desde 1881 (Palau, 2011). Outras que podem ser mencionadas são aquelas ocorridas no contexto do acercamento diplomático com o Japão. Em 1919, firmou-se com este um Tratado de Comércio, pelo qual se acordavam compromissos como a reciprocidade de direitos no acesso à propriedade a migrantes paraguaios no país asiático e de japoneses no Paraguai e a isonomia de tratamento a essas pessoas em relação à população nata. Já em fevereiro de 1925, o governo de Eligio Ayala aprovou um decreto-lei que efetivamente promoveria a imigração japonesa, o que, contudo, apenas se concretizaria a partir de 1936 (Palau, 2011). Podem-se citar, por fim – embora sem esgotar os exemplos –, os esforços do general menchevique Belaieff, herói da Guerra do Chaco, de incentivar, na imprensa europeia no final dos anos 1920, a migração ao Paraguai de russos expatriados da Revolução Bolchevique (Peixoto, 2018).

De qualquer forma, as tentativas de atração de migrantes internacionais, no geral, resultaram pouco exitosas, ainda que alguns fluxos tenham sido registrados durante todo o período posterior a 1870. É o caso dos mais de 4.800 argentinos que ingressaram no Paraguai entre 1880 e 1889 provenientes principalmente da província de Corrientes (Palau, 2011); das centenas de australianos – e, posteriormente, britânicos – assentados em Caaguazú, a partir de 1893, e Caazapá, após 1894¹⁶⁴ (Perez, 2016); dos menonitas, que começaram a chegar em 1927

¹⁶⁴ A migração australiana ao Paraguai tem como pano de fundo a “Grande Greve dos Tosquiadores” (“*The Great Shearers’ Strike*”) em seu país de origem, que mobilizou mais de dez mil trabalhadores rurais em 1891 na cidade de Queensland, em meio a uma crise econômica. Como reação, William Lane, editor do diário *The Worker* – de circulação na classe trabalhadora – e um dos líderes do movimento, vislumbrou constituir uma sociedade baseada em princípios igualitários e com uma proposta socialista fora da Austrália. Revelou-se como solo viável para se pôr em prática tal projeto o Paraguai, que, em seus esforços de atração de migrantes como política para a superação das consequências da guerra contra a Tríplice Aliança, oferecia terras férteis e alto grau de autonomia a quem se dispusesse a se estabelecer nelas (Perez, 2016). O primeiro contingente que acompanharia Lane em sua empreitada era formado por mais ou menos 225 pessoas, selecionadas por critérios que incluíam a “homogeneidade étnica”.

(Rodríguez, 2017) e que tão somente entre 1940 e 1949 somaram pouco mais de 4.200 novas pessoas ao seu contingente de residentes¹⁶⁵ (Palau, 2011); dos ucranianos que imigraram a partir de 1926 e formaram colônias como a de Uru Sapucaí, no departamento de Itapúa (nas proximidades da cidade de Encarnación), dedicadas, em grande medida, ao cultivo de milho e erva-mate (Hauresko, 2019); e dos aproximadamente 4 mil japoneses estabelecidos entre 1950 e 1959 (Palau, 2011)¹⁶⁶. Mesmo com essa diversidade de movimentos, o volume de residentes

Foi por suas mãos que se fundou, em 1893, a colônia de “Nova Austrália” (“*New Australia*”), no atual departamento de Caaguazú, que se distinguia de seu entorno por aspectos como o uso prioritário do idioma inglês. Conforme esclarecido por Perez (2016, p. 171 – tradução livre), “considerando que o objetivo inicial da comunidade era constituir uma sociedade independente e superior, a distância estrutural e social entre o inglês e o guarani era, então, esperada como forma de prevenir os colonos de se misturarem com a população local” (trecho original, em inglês: “*As the community’s initial goal had been to constitute an independent and superior society, the structural and social distance between English and Guarani was hence expected to prevent the settlers from intermingling with the local population*”). Divergências internas, porém, não tardaram a aparecer, levando Lane e outros associados a se desvencilharem de Nova Austrália e fundarem, em 1894, um novo assentamento, chamado “Colônia Cosme” (departamento de Caazapá). Ao longo do tempo, outros australianos e, também, britânicos se juntariam aos colonos originários, fazendo com que o total de envolvidos nessa experiência migratório-civilizatória, no final, girasse em torno de seiscentas pessoas. O ideal de sociedade inicialmente concebido, de qualquer forma, não prosperaria. Em 1903, por exemplo, Cosme tinha apenas 97 habitantes, ao passo que sua “irmã univitelina”, em 1908, pouco mais do que 161. Boa parte dos membros fundadores e seus descendentes deixou as colônias, como é o caso do próprio Lane, que emigrou para a Nova Zelândia já em 1899. Atualmente, quase nada se perceberia da ancestralidade australiana nessas duas localidades, o que sequer inclui a referência no nome (Perez, 2016). Isso porque Nova Austrália, décadas depois, seria rebatizada como *Nueva Londres*, distrito com população estimada em aproximadamente 4,8 mil pessoas em 2012 (DGEEC, 2016a). Entre os descendentes mais famosos dos australianos que migraram ao Paraguai na passagem do século XIX ao XX está o cartunista Robin Wood, falecido em 2021 (Carneri, 2021).

¹⁶⁵ Os menonitas constituem uma vertente cristã surgida na primeira metade do século XVI, sendo sua primeira igreja fundada em 1525, na Suíça (Rodríguez, 2017). Suas comunidades, historicamente, reivindicam autonomia em relação ao Estado, como no direito a praticar uma educação própria, fundamentada em suas crenças religiosas e com conteúdo transmitido em idioma alemão, e na dispensa à conscrição militar. Foi em busca da satisfação de tais demandas que, na década de 1920, os primeiros menonitas, de ancestralidade russa e oriundos do Canadá, arribaram ao Paraguai, fixando-se, inicialmente, no Chaco. Seus interesses no país estavam resguardados pela Lei nº 514 de 1921, que, entre “direitos e privilégios”, garantia a essa população “praticar sua religião e seu culto com inteira liberdade, sem nenhuma restrição”, “estar isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz e em tempo de guerra em armas combatentes ou não combatentes” (art. 1º, inciso 1) e “fundar, administrar e manter escolas e estabelecimentos de instrução e ensinar e aprender sua religião e sua língua [...] sem nenhuma restrição” (art. 1º, inciso 2) (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*1) Practicar su religión y su culto con entera libertad, sin ninguna restricción, y como consecuencia, hacer afirmaciones por simple si o no, ante la justicia, en vez del juramento, y estar exentos del servicio militar obligatorio en tiempo de paz y en tiempo de guerra en armas combatientes o no combatientes; 2) Fundar, administrar y mantener escuelas y establecimientos de instrucción, y enseñar y aprender su religión y su lengua que es el alemán, sin ninguna restricción*”) (Paraguay, 1921). O Paraguai, por sua vez, incentivava o estabelecimento de colônias menonitas principalmente no Chaco como forma de legitimar sua soberania sobre esse território diante de ameaças anexionistas bolivianas (Peixoto, 2018). Existem, atualmente, 19 colônias menonitas em solo paraguaio, reunindo cerca de 40 mil habitantes, o maior contingente de crentes dessa religião de toda a América Latina (Mennonite World Conference, 2012).

¹⁶⁶ Outro exemplo interessante é o de judeus da bacia do Sarre que se viram sob ameaça depois de o mencionado território ter sido incorporado pela Alemanha hitlerista, em 1935. Na ocasião, cerca de oito mil pessoas – entre as quais também constavam não-judeus – seriam contempladas com o “passaporte Nansen” – documento emitido pelo Escritório Nansen, responsável internacionalmente por administrar os programas de assistência a indivíduos em situação de refúgio, para permitir o trânsito a países que os acolhessem (Barichello; Araujo, 2014) –, com a finalidade de emigrarem ao Paraguai e ao Brasil (Jewish Telegraphic Agency, 1935; Tartakower; Grossmann, 1944). Dentro do que se pôde averiguar para a elaboração desta nota, sem embargo, não se encontraram fontes que oferecessem uma confirmação suficientemente contundente de que aquelas pessoas, de fato, foram reassentadas nos citados países. Décadas antes (mais precisamente, em 1887), em contrapartida, determinados a dar existência

não nacionais foi muito inferior ao que se observou em outros países da região. O Uruguai (cuja extensão territorial é duas vezes menor do que a do Paraguai), por exemplo, recebeu mais de 235.000 migrantes internacionais entre 1881 e 1920, enquanto a cifra paraguaia para o mesmo período é de menos de 23.000 (Souchaud, 2007).

3.1.2 Mudança de cenário: chegam os brasileiros

Somente a partir de meados da década de 1960 é que passam a se dirigir ao território paraguaio fluxos migratórios mais expressivos, originários do Brasil. O fenômeno se insere em um contexto de aproximação política, econômica e comercial entre ambos os países, cada um com suas motivações para isso. O Paraguai, representado pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), empreendia naquele momento a chamada “marcha para o Leste”, movimento que compreendia tanto a promoção do povoamento e da exploração econômica da porção territorial mais próxima da fronteira internacional oriental¹⁶⁷ como um estreitamento da cooperação com o Brasil em distintos âmbitos, de modo a diminuir a histórica dependência em relação à Argentina e, por fim, permitir ao país “respirar por dois pulmões” (Rolon, 2011). Sobre isso, há de se recordar que, devido à sua condição de mediterraneidade, o Paraguai, por muito tempo, dependeu exclusivamente da navegação pelos principais rios da bacia do Prata para levar a cabo o seu intercâmbio comercial com o mundo, o que o punha em uma situação de vulnerabilidade diante da hegemonia argentina na região. Aproximar-se do Brasil, nesse sentido, poderia significar obter importantes ganhos em termos de autonomia, assim como melhores resultados na balança de pagamentos. São fatos representativos desse cenário a fundação de Ciudad del

a uma comunidade antisemita – em consonância com ideais supremacistas que já eram disseminados na Alemanha por figuras como o compositor Richard Wagner –, Bernhard Förster e Elisabeth Nietzsche (irmã do filósofo Friedrich Nietzsche) fundam a *Colonia Nueva Germania*, em terras que hoje correspondem ao departamento de San Pedro (Kurzweily, 2017). Já no século XX, assim como em outros países da região, estabeleceram-se no Paraguai fugitivos nazistas como o médico Josef Mengele, responsável por conduzir experimentos com judeus no campo de concentração de Auschwitz (United States Holocaust Memorial Museum, 2023). Guardando não muita distância ideológica em relação a essas experiências predecessoras, por fim, em meio a um aumento no número de migrantes alemães que se fez notar no transcurso da pandemia de Covid-19, noticiou-se a chegada de pessoas com um perfil antivacina e, por mais contraditório que pareça, anti-imigração – fundamentado no rechaço à presença de muçulmanos em seu país de origem (Carneri, 2022). Tais bandeiras, obviamente, não definem as centenárias e heterogêneas migrações alemãs ao Paraguai, mas, indubitavelmente, chamam a atenção.

¹⁶⁷ Há de se recordar que havia, no Paraguai, uma histórica concentração demográfica em Asunción e arredores, em contraste com uma diversidade de pequenos aglomerados populacionais fisicamente apartados da capital e uns dos outros (Vázquez, 2011). Seria o caso das colônias de migrantes no interior do país, como as dos menonitas do Chaco, que praticamente não estavam integradas ao oriente paraguaio antes da inauguração da “rota transchaco” nos anos 1960, a principal via terrestre do ocidente e cuja extensão vai da margem direita do rio Paraguai até a fronteira com a Bolívia (Breithoff, 2020).

Este, em 1957¹⁶⁸, e a pavimentação das primeiras rotas no Oriente, em especial, aquela entre a referida cidade e a capital (Vázquez, 2011); a inauguração da Ponte da Amizade, em 1965; e o acesso à rodovia BR-277, permitindo que os produtos paraguaios também pudessem ser exportados a partir do porto de Paranaguá, no estado do Paraná¹⁶⁹.

No que tange ao Brasil, além da possibilidade de expansão de suas atividades econômicas ao território de países vizinhos, estavam entre seus interesses primordiais aqueles de orientação geopolítica (Andersen, 2018). Primeiramente, há de se ter em mente a longeva disputa que o país sustentava com a Argentina pelo poder regional (o que perduraria pelo menos até o final dos anos 1970). Buenos Aires exercia o domínio sobre os rios da bacia do Prata, que eram as principais vias que conectavam uma parte considerável do interior do continente ao oceano Atlântico, de modo que a forma de privar os argentinos de semelhante vantagem seria oferecendo-se rotas alternativas para os fluxos comerciais que atravessavam a região. O Paraguai, nesse “tabuleiro”, era considerado o “*heartland* sul-americano” por sua posição geográfica estratégica, o que fazia com que o Brasil visse como algo chave estender sua influência sobre o país e aumentar sua presença nos arredores. O logro mais representativo das ambições brasileiras foi, provavelmente, a concretização do megaprojeto de Itaipu, que, além da energia que produziria para alimentar o desenvolvimento e o crescimento econômico anelados pela ditadura militar nos anos 1970 e da intensificação do povoamento da fronteira por parte de brasileiros, inviabilizaria, de uma vez por todas, qualquer plano hegemônico da

¹⁶⁸ A cidade, inicialmente, se chamava Puerto Flor de Lis, sendo rapidamente rebatizada como Puerto Presidente Stroessner, em homenagem ao ditador em exercício no país. Somente em 1989, com o início da transição democrática, é que “Ciudad del Este” passa a ser seu nome (Alto Paraná, [2012?]).

¹⁶⁹ A integração física do território paraguaio com outros pontos da América do Sul foi incluída em distintos projetos regionais ao longo dos anos, como naqueles elaborados no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), lançada em 2000 e incorporada, em 2009, pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), tendo por objetivo, em resumo, contribuir com a integração da infraestrutura de transportes, energia e comunicações do continente (Costa; Gonzalez, 2014; Grassi; Silva; Oliveira, 2020). Pode-se mencionar, além disso, a pavimentação em curso de uma estrada que cruza o Chaco de leste a oeste, do município de Carmelo Peralta (Alto Paraguay, fronteira com o Brasil) a Pozo Hondo (Boquerón, lindeiro com a Argentina), como parte do projeto chamado “Rota Bioceânica”, cujo objetivo seria estabelecer uma conexão viária (por rodovias, hidrovias e ferrovias) entre os oceanos Atlântico e Pacífico. A proposta, nesse caso, seria, de acordo com Almeida et al. (2021, p. 1147) “criar um corredor [...] que conectará os territórios de quatro países (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile), com os objetivos de reduzir o tempo de deslocamento da carga, melhorar a logística do transporte e elevar a competitividade das exportações para a Ásia, assim como fomentar o turismo, estimular a criação de novos fluxos de comércio regional e aprofundar a integração entre esses países” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*La Ruta Bioceánica trata de crear un corredor por carretera que conectará los territorios de cuatro países (Brasil, Paraguay, Argentina y Chile), con los objetivos de reducir el tiempo de desplazamiento de la carga, mejorar la logística del transporte y elevar la competitividad de las exportaciones a Asia, así como fomentar el turismo, estimular la creación de nuevos flujos de comercio regional y profundizar en la integración entre estos países*”). Acrescenta-se aos exemplos, por fim, a inauguração, inicialmente prevista para 2022, da “Ponte da Integração” entre Presidente Franco (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil) (Paraguay, 2022c), devendo, esta, apresentar-se como uma alternativa ao trânsito de veículos que atualmente ocorre entre o aludido município brasileiro e Ciudad del Este.

Argentina na região, considerando que não somente se limitaria a navegação pelos rios platinos a partir da capital bonaerense, como, também, comprometer-se-iam as possibilidades de exploração do potencial hidrelétrico em trechos fluviais localizados em território argentino (Andersen, 2018). A construção da usina foi acordada por tratado em 1973 (Germani, 2003), tendo início efetivamente dois anos depois (Fiorentin, 2012). Em outubro de 1982, começou-se a formar seu reservatório, que inundaria uma área de 1.350 quilômetros quadrados, sendo 780 em território brasileiro e 570 em paraguaio (Fiorentin, 2012). As águas não só encobriram as Sete Quedas – maior conjunto de cataratas em volume hídrico de todos os continentes (Santos, 2006) –, mas, também, uma ampla extensão de terras cultiváveis, expropriando mais de 40 mil pessoas (Fiorentin, 2012)¹⁷⁰. A inauguração da hidrelétrica se deu em 1984 (Soriano, 2012), tendo sido, por décadas, a maior do mundo em capacidade de geração de energia (Santos, 2006)¹⁷¹.

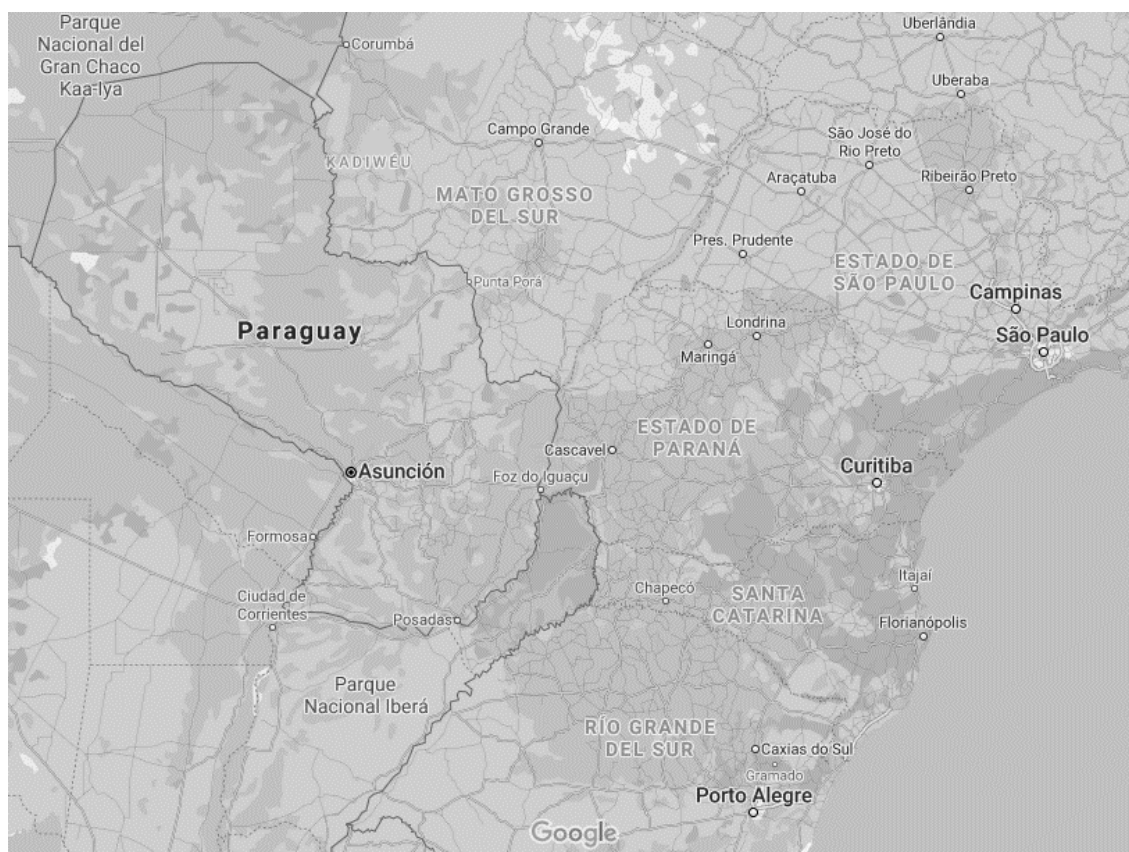
Além do panorama de acercamento político, econômico e comercial, é necessário ter em conta a combinação de fatores de expulsão vigentes no Brasil e de atração no Paraguai que contribuíram para que centenas de milhares de brasileiros migrassem ao país vizinho a partir dos anos 1960.

Deve-se esclarecer, primeiramente, que a maior parte dessas pessoas provinha do estado do Paraná, fronteiro com o território paraguaio (ver Mapa 9). Entre 1972 e 1977, por exemplo, estima-se que 63% dos migrantes eram paranaenses, seguidos de 18% de catarinenses e 12% de gaúchos – ou seja, pessoas oriundas de estados também situados no sul do Brasil (Albuquerque, 2005)¹⁷². Isso justifica a necessidade de se compreender melhor o que acontecia na região naquele momento.

¹⁷⁰ As expropriações teriam ocorrido entre 1977 e 1980, iniciando-se em centros distritais, com o fechamento de estabelecimentos comerciais, postos de combustíveis, entre outros. Com a perda desses serviços, os agricultores que permaneciam em suas propriedades tinham que se deslocar por distâncias mais longas para fazer compras e satisfazer outras necessidades cotidianas. No final, oito municípios no lado brasileiro seriam afetados pelo alagamento (Fiorentin, 2012).

¹⁷¹ Não deixou de haver contestações aos termos do Tratado de Itaipu desde sua entrada em vigor, principalmente por parte do Paraguai. Em 2023, estava prevista a renegociação do Anexo C, no qual se estabelecem as bases financeiras do acordo. Para uma compreensão mais abrangente sobre os interesses em jogo e potencialidades da revisão do texto do ponto de vista da soberania energética e dos direitos humanos, ver Vuyk, Achucarro e Costa (2021).

¹⁷² É possível que esses números se refiram, na verdade, ao estado de última residência antes da migração ao Paraguai, e não necessariamente à naturalidade das pessoas, o que a fonte consultada não permite esclarecer.

MAPA 9 – O território paraguaio e os estados brasileiros vizinhos

Fonte: Google (2023).

Entre 1930 e o começo da década de 1960, o Paraná figurou como uma área de forte atração migratória. O cultivo do café, principalmente, se espalhava do norte e noroeste do estado em direção ao oeste¹⁷³, contando com a atuação de empresas colonizadoras como a Paraná Plantations Limited, de capital britânico, e MARIPÁ (Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A), de proprietários gaúchos, as quais adquiriam grandes extensões de terra e as fracionavam em pequenos lotes para revendê-los a agricultores interessados (Banestado, 1989; Fiorentin, 2012). O crescimento da atividade agrícola atraiu pessoas de distintas partes do Brasil, em especial, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, incluindo imigrantes europeus (como alemães, italianos e poloneses) e descendentes. Nesses estados, a população se avultava ao mesmo tempo que as terras cultiváveis escasseavam devido à expansão de latifúndios – como aqueles reservados à criação de gado –, o que fez com que muitas famílias se deslocassem ao Paraná (Fiorentin, 2012). Como resultado, registrou-se um

¹⁷³ Desde pelo menos meados do século XIX, já se registravam incursões sobretudo de agricultores paulistas e mineiros à região hoje denominada como “Norte Pioneiro”, por onde se expandia o modelo de cafeicultura praticado no estado de São Paulo, baseado em grandes propriedades. Sem embargo, foi a partir da década de 1930 que o norte paranaense passou a receber contingentes mais volumosos de migrantes, acompanhando o sucesso da atividade cafeeira. Sobre isso, vale pontuar que, nos anos 1940, o estado alcançaria o posto de segundo maior produtor da *commodity* no país, ficando atrás apenas de São Paulo (Banestado, 1989).

aumento sem precedentes de residentes em território paranaense. O Censo de 1950, por exemplo, revelava que o Paraná era o estado brasileiro que sustentara o maior crescimento demográfico desde o início do século XX. Dez anos depois, a população do estado ainda dobraria de tamanho, uma variação de 2,1 a 4,2 milhões de pessoas, com 57% concentrada nas mesorregiões geográficas do norte (Banestado, 1989). De igual modo, a partir de 1930, com a função de prover serviços essenciais e espaços para o intercâmbio comercial aos trabalhadores do campo, surgiam centros urbanos que, em pouco tempo, se converteriam em algumas das grandes cidades que se conhecem hoje em dia, como Londrina (fundada em 1934) e Maringá (de 1947), que também acolheram elevadas somas de migrantes (Banestado, 1989).

Em meados da década de 1960, sem embargo, começa a haver uma reversão na dinâmica migratória paranaense. Por um lado, estava em curso a denominada “revolução verde”, que incluía inúmeros avanços para o cultivo agrícola, como a introdução de sementes híbridas, a mecanização da produção e o incremento de adubos, fertilizantes, pesticidas e outros insumos. Por outro, o Estado brasileiro passa a adotar uma série de medidas de incentivo à produtividade do campo – voltadas, em especial, às exportações de produtos como a soja¹⁷⁴ (Fiorentin, 2012) –, com investimentos e a disposição de linhas de crédito e benefícios fiscais que favoreceram essencialmente o desfrute dos logros previamente indicados por parte de grandes e médios produtores e da agroindústria (Fiorentin, 2012). As medidas (assim como a especulação praticada nesse mercado) culminaram em um encarecimento do preço da terra e um desequilíbrio na competição, posto que os pequenos proprietários, camponeses e outras classes de menor poder aquisitivo tinham mais dificuldades de acesso à nova tecnologia produtiva ou à posse de terras cultiváveis (Martine, 1990). Nos anos 1980, houve um arrefecimento nas políticas de estímulo à produção, com a queda nos subsídios oferecidos pelo governo em concomitância à alta dos juros bancários, e mais agricultores se viram forçados a negociar suas terras para pagar as dívidas adquiridas (Fiorentin, 2012). Junto com o rápido avanço de latifúndios produzido às custas de pequenas propriedades e o consequente esgotamento da expansão das fronteiras agrícolas, milhares de pessoas começaram a deixar o Paraná¹⁷⁵, resultando no início de uma série de saldos migratórios negativos para o estado que

¹⁷⁴ A soja teria sido introduzida no Paraná na década de 1950. Seu cultivo tinha por finalidade prover insumos a indústrias de óleos vegetais e, devido ao alto valor proteico do grão, alimento a rebanhos não apenas no mercado doméstico, mas, também, no externo (Fiorentin, 2012).

¹⁷⁵ Segundo Baltar (2011), entre as décadas de 1970 e 1990, além da migração para fora do estado, verificavam-se três processos simultâneos de redistribuição espacial de população no Paraná, sendo eles: I) a saída de pessoas do meio rural e sua contribuição ao crescimento da urbanização em todo o estado; II) o aumento no número de centros urbanos com mais de 50.000 habitantes; e III) a concentração espacial da urbanização, como no caso da Região Metropolitana de Curitiba e de outros centros, como Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

persistem até hoje¹⁷⁶. Além de Unidades Federativas (UFs) como São Paulo e, em menor medida, regiões como o Centro-Oeste (Baltar, 2011), países vizinhos também figuraram como destino a essa migração, sendo o Paraguai o principal. Isso justifica que autoras como Sales (1996, p. 92) caracterizem esses fluxos internacionais como praticamente um “desvio de rota das grandes levas de migrações internas”. Em suma, pode-se dizer que a modernização da produção agrícola como parte de um modelo de desenvolvimento conduzido pelo Estado não apenas contribuiu para uma maior concentração de riquezas e marginalização social no campo, como, também, constituiu-se como um importante fator de expulsão de população.

O Paraguai, por sua vez, oferecia incentivos para que brasileiros se estabelecessem no leste do país. Uma das medidas mais representativas adotadas foi a revogação, em 1967, da lei que proibia a venda de terras fronteiriças a não nacionais, em uma região de solo reconhecidamente fértil e onde os lotes poderiam ser adquiridos por preços abismalmente menores do que os praticados no Brasil – há relatos de agricultores que apontam para valores até dez vezes mais baixos em alguns momentos (ver Fiorentin, 2012)¹⁷⁷. Da mesma forma, concediam-se baixas taxas de juros para a tomada de empréstimos agrícolas¹⁷⁸, acesso a crédito por parte do Banco Nacional de Fomento – assim como de bancos brasileiros que começavam a abrir suas filiais no país – e reduzida tributação da propriedade rural (Andersen, 2018), com o intuito de promover a ocupação de novas fronteiras agrícolas após a extração de madeira de florestas nativas e as exportações paraguaias de grãos, em especial, a soja (Fiorentin, 2012).

Os movimentos migratórios que se seguiram, segundo Andersen (2018), podem ser divididos em dois períodos. Entre 1967 e 1977, predominaram os camponeses, arrendatários e pequenos proprietários, justamente aqueles que mais duramente foram afetados pelo processo

¹⁷⁶ Há de se enfatizar, contudo, que existem muitas diferenças dentro do próprio estado em termos de dinâmica migratória. Com base nos microdados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), verifica-se que a mesorregião geográfica denominada “Norte Pioneiro” – onde teve início a expansão da cafeicultura no Paraná já na segunda metade do século XIX e que compreende atualmente 46 municípios – perde população em seu intercâmbio migratório com outros estados brasileiros, enquanto a Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba – que alcança toda a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) propriamente dita e outros 8 municípios – sustenta um saldo migratório positivo não apenas com o resto do Brasil, mas, também, com as outras mesorregiões paranaenses. De qualquer forma, a partir da década de 1990, o Paraná como um todo passa a recuperar sua taxa de crescimento populacional, sendo influentes para isso tanto o decréscimo da emigração como o incremento da migração de retorno ao estado (Baltar, 2011). A concentração urbana da população em áreas cada vez maiores, por sua vez, que havia ganhado notoriedade dos anos 1970 em diante, continua. De 1991 a 2010, o percentual da população do Paraná que vive na RMC variou de 24,9 a 30,4, crescimento que também se verifica em relação às regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, mais precisamente, de 7,4 a 7,7% e de 5,9 a 6,6% no mesmo período, respectivamente (Baltar, 2011).

¹⁷⁷ Um dos depoimentos transcritos pela autora é este que se lê a seguir: “Lá no Brasil não tinha mais terra. A terra era muito cara. Lá na minha região, em Santa Rosa, um alqueire de terra era na base de 800 a 900 sacas de soja, e isso eu não tinha condições de pagar. Então com 900 sacas de soja que eu ganhei lá quando vendi, comprei dez alqueires aqui e ainda me sobrou um dinheirinho” (Fiorentin, 2012, p. 56).

¹⁷⁸ Os bancos paraguaios, conforme apontado por Fiorentin (2012), priorizavam os agricultores brasileiros que dispunham de capital proveniente da venda de suas terras no país de origem, desfavorecendo, em contrapartida, a classe camponesa paraguaia de poucos recursos.

de modernização do campo no Brasil, enquanto, após 1977, passou-se a ver um incremento na presença de latifundiários e grandes empresas do setor agropecuário dedicados sobretudo ao cultivo de soja. Isso significa que, embora se tratasse de uma migração majoritariamente de caráter rural-rural, havia uma grande diversidade de perfis entre os brasileiros que se estabeleciam no Paraguai, com distintas formas de inserção socioeconômica e laboral. A própria denominação “brasiguaios” – muito comumente usada desde esses tempos quando se trata da migração brasileira ao país vizinho – pode se referir a diferentes grupos em distintos contextos de acordo com o pesquisador que a empregar¹⁷⁹.

A grande maioria das pessoas que, em algum momento, se dirigiram ao Paraguai, entretanto, pertencia a camadas sociais menos abastadas¹⁸⁰, como é o caso dos chamados “posseiros”, que compuseram os primeiros fluxos migratórios. Esses trabalhadores, que, geralmente, portavam apenas um título de posse provisório sobre a terra, se dedicavam principalmente ao corte de árvores da mata nativa, preparando terrenos para que, ato seguido, pudessem ser cultivados. Como dificilmente dispunham de recursos suficientes para adquirir a terra para a qual tiveram a permissão temporária de exploração, sua presença costumava dar passagem à de um proprietário, fazendo com que se observasse, com o tempo, uma maior mobilidade espacial entre as pessoas menos favorecidas (Fiorentin, 2012)¹⁸¹. Não se pode

¹⁷⁹ Albuquerque (2005), em sua tese, identifica pelo menos cinco acepções para o termo. A primeira se refere a pessoas de origem mais pobre que migraram ao Paraguai em busca de mobilidade social e que, em muitos casos, por não a ter conseguido, regressaram ao Brasil. A segunda envolveria os grandes proprietários de terra brasileiros estabelecidos em território paraguaio; a terceira, por sua vez, os filhos de imigrantes nascidos no Paraguai e com a nacionalidade desse país. A quarta concerniria aos imigrantes e descendentes que já misturam a cultura brasileira com elementos da paraguaia. A quinta, finalmente, compreenderia todos os brasileiros que vivem no Paraguai. Por essa razão, mesmo quando se estuda especificamente a migração de origem brasileira a áreas rurais paraguaias, há uma pluralidade de facetas que devem ser levadas em conta para que não se corra o risco de homogeneizar ou reduzir a realidade dos “brasiguaios” a uma só perspectiva. Isso legitima a proposta de Sprandel (2006) de uso de uma metodologia “cartográfica” no estudo do referido tema, pela qual cada óptica (ou “mapa”) que se adote revela distintas particularidades da realidade dos migrantes brasileiros no Paraguai.

¹⁸⁰ De acordo com Fiorentin (2012), em 1995, por exemplo, cerca de 80% dos brasileiros radicados no Paraguai estavam em situação de indocumentação, algo que simbolizaria as difíceis condições de subsistência da maioria da população migrante dessa nacionalidade no país. O acesso à autorização de residência era um processo custoso, e as consequências de sua não obtenção poderiam ser uma maior vulnerabilidade diante da cobrança de suborno e outros abusos por parte de agentes de segurança pública, segundo depoimentos coletados pela mesma autora (Fiorentin, 2012).

¹⁸¹ Fiorentin (2012, p. 66) resume este cenário da seguinte forma: “Primeiramente, [as terras] passaram pelas mãos dos posseiros, que haviam adquirido títulos de posse sem direito à escritura. Esses posseiros, em um segundo momento, tiveram que sair de suas propriedades e dar lugar para os imigrantes que compravam a terra com título escriturado. Esses agricultores que adquiriram a terra com escritura, como os posseiros que chegaram antes deles, eram homens do campo em busca de uma vida melhor: venderam suas pequenas propriedades no Brasil sonhando em comprar mais terras e melhorar de vida. A diferença era que a segunda categoria tinha em mãos o capital adquirido com a venda de suas pequenas propriedades no Brasil. Acabaram sendo o pivô do desalojamento dos posseiros. Mas, se não fossem esses agricultores, seriam outros no lugar deles, pois este era o projeto da política agrária do governo paraguaio”, o qual, por sua vez, consistia em “disponibilizar terras a estrangeiros aptos a implantarem uma agricultura moderna”. Os posseiros, deve-se acrescentar, despossuídos de escritura, eram aliçados de créditos e outros incentivos oferecidos pelo governo paraguaio ou instituições bancárias, restringindo ainda mais suas possibilidades de acesso à terra (Fiorentin, 2012).

esquecer, ademais, dos brasileiros desapropriados por consequência da formação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu e daqueles que foram atraídos para os trabalhos na construção da usina, já que parte deles também se assentou no campo paraguaio¹⁸² (Germani, 2003; Fiorentin, 2012). É possível ver também, por fim, uma presença de pecuaristas em Alto Paraguay, no Chaco, a partir da segunda metade da década de 1990, embora em menores proporções (Viladesau et al., 2007).

Mormente a partir dos anos 1970, há no Paraguai uma gradual expansão do modelo monocultor latifundiário intensivo em tecnologia, de baixo uso de força de trabalho e com produção direcionada predominantemente à exportação. A penetração do capital no campo, alentada por fatores como os preços da soja em alta no mercado internacional e os benefícios anteriormente mencionados à prática agrícola no Paraguai, levou não apenas à valorização da terra, mas, também, ao acirramento de disputas por ela ou, nas palavras de Fiorentin (2012, p. 55), ao “confronto entre o modelo da agricultura empresarial e o modelo da agricultura de subsistência”¹⁸³. Significa que se produziu no Paraguai um processo muito similar ao que se havia testemunhado anteriormente em estados brasileiros como o Paraná, resultando também em consideráveis fluxos migratórios. Por um lado, muitos indígenas e camponeses de origem paraguaia forçosamente se deslocaram seja internamente – impulsionando o crescimento de urbes como a Área Metropolitana de Asunción¹⁸⁴ –, seja rumo ao exterior. Por outro, inicia-se um massivo retorno de brasileiros ao seu país, muitos dos quais já tendo passado por algo semelhante antes de se estabelecerem no Paraguai. A crescente desigualdade nos termos da

¹⁸² Pode-se mencionar, a título de ilustração, um relato compartilhado por Fiorentin (2012). Nele, a pessoa conta que a indenização recebida no fim da década de 1970 por ter de abandonar suas terras no município de Santa Helena não lhe permitia adquirir outras no estado do Paraná, o que a levou a emigrar ao Paraguai.

¹⁸³ Tal dicotomia, por sua vez, se remonta à discussão proposta por Sales (1996) sobre concepções conflitantes a respeito do sentido da posse da terra entre trabalhadores rurais e grandes proprietários. Para os últimos, prevaleceria a perspectiva liberal da “terra de negócio”, pela qual o acesso à propriedade asseguraria ao capital o direito de explorá-la com fins de lucro, ao passo que, para os primeiros, a terra, ainda que de posse privada, é o que daria base ao trabalho e à subsistência familiar, garantindo, assim, o direito à sobrevivência. Para elucidar a questão, a autora recorre a Hannah Arendt, que recorda que, na Antiguidade Clássica, a propriedade estava intrinsecamente ligada ao reconhecimento de um indivíduo enquanto ser humano. A pessoas em situação de escravidão, por exemplo, estava proscrito ter um lugar próprio, o que, na prática, reforçava a negação de sua existência humana. O sentido que a propriedade tinha outrora, desse modo, guardaria alguma relação com aquele evocado nas lutas contemporâneas por acesso à terra, já que este, no limite, se confundiria com o próprio direito à vida.

¹⁸⁴ Embora apenas no Censo paraguaio de 1992 seja registrado pela primeira vez um número maior de pessoas vivendo em áreas urbanas do que em rurais (DGEEC, 2004), a aceleração do processo de urbanização do país remete à década de 1970, com o aumento da expulsão de população por consequência das mudanças na estrutura produtiva do campo indicados anteriormente. A Área Metropolitana de Asunción (AMA) – onde, atualmente, se concentrariam 30,6% dos habitantes do Paraguai, segundo projeções para 2022 (DGEEC, 2015a) – foi o principal destino interno aos migrantes de origem rural naquele momento, sendo ilustrativos desse processo os denominados *bañados* assuncenos. Ainda que a presença de população migrante nesses bairros localizados na margem esquerda do Rio Paraguai seja registrada desde pelo menos a década de 1950 (Martín, 2013), isso se intensificou a partir dos anos 1970. Hoje em dia, vivem nos *bañados* aproximadamente 100.000 pessoas (SERPAJ, 2019, p. 6).

competição no campo, a especulação e a concentração de terras cultiváveis¹⁸⁵, cada vez menos ao alcance dos trabalhadores rurais, e a falta de acesso a crédito que afetava especialmente as pessoas em situação de indocumentação são alguns dos fatores que contribuíram para que aproximadamente 87.000 brasileiros e descendentes regressassem ao seu país de origem até meados dos anos 1980 (Andersen, 2018)¹⁸⁶. Graves danos ambientais, ademais, passaram a ser verificados, incluindo práticas como o contrabando de madeira (Laíno, 1979)¹⁸⁷, sendo este um dos antecedentes do acelerado processo de desmatamento em que o Paraguai se encontra atualmente¹⁸⁸.

Outros desdobramentos podem ser apontados. A introdução da soja transgênica entre as décadas de 1990 e 2000¹⁸⁹, que, do ponto de vista macroeconômico, contribuiu com o aumento das receitas paraguaias ao fazer com que as exportações dessa semente variassem de aproximadamente um milhão de toneladas em 1995 (ou USD 222 milhões) a mais de cinco

¹⁸⁵ Alguns dados do Censo Agropecuário paraguaio refletem a continuidade do processo de concentração de terras no país em tempos subsequentes. Comparando-se apenas as edições de 1991 e 2008, tem-se que as propriedades camponesas – a dizer, aquelas com até 50 hectares, segundo classificação da *Reunión Especializada para la Agricultura Familiar (RAEF)* do Mercosul –, apesar de constituírem 93,3% do total de propriedades no primeiro ano (ou 279.135, em termos absolutos), ocupavam menos de 10% da superfície (2,3 milhões de hectares), números que declinaram a, respectivamente, 91,4% (ou 264.047) e 6,3% (1,9 milhões de hectares). Em contrapartida, os latifúndios – propriedades com mil hectares ou mais de acordo com a classificação supracitada – aumentaram seu percentual tanto em relação ao número total de propriedades rurais paraguaias – mais precisamente, de 1,1% (3.240) a 1,6% (4.727) – como à superfície – de 77% (18,3 milhões de hectares) a 79% (24,5 milhões) (Riquelme; Kretschmer, 2016).

¹⁸⁶ Parte desses migrantes retornados integrariam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda em seus primórdios – já que sua fundação oficial também data da primeira metade do decênio de 1980 –, dando suas vozes às reivindicações por reforma agrária que se intensificavam no Brasil naquele momento (Sales, 1996).

¹⁸⁷ Denúncias sobre a instalação de serrarias de capital brasileiro na fronteira leste do Paraguai, aproveitando-se da permissividade da legislação ambiental local, e a negociação de madeira no Brasil sem qualquer controle alfandegário podem ser encontradas em Laíno (1979).

¹⁸⁸ É ilustrativo disso a presente situação do Gran Chaco, uma das regiões do continente sul-americano em que a conversão de bosques em terras para uso agrícola e pecuário vem avançando mais rapidamente. Na parte desse bioma que corresponde ao Paraguai, entre 1987 e 2012, ter-se-ia desmatado cerca de 44 mil km² – mais do que a superfície territorial de países como a Suíça e a Dinamarca (Maissen, 2021; Folke, 2021) –, dando lugar principalmente a pastos para a criação de gado (Baumann et al., 2017). Seria o caso também dos pelo menos 2.600 hectares supostamente invadidos e ilegalmente desmatados entre 2018 e 2020 em terras do Patrimônio Natural e Cultural Ayoreo Totobiegosode – uma reserva criada em 2001 pelo Estado paraguaio – pela cooperativa menonita Chortitzer – que já teve entre seus associados um condenado por tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo pelo emprego de 35 indígenas (incluindo crianças e adolescentes) do povo *Aché* em uma fazenda no departamento de Boquerón, em 2016 (Barros; Campos; Griffin, 2018) – e pelas empresas brasileiras Yaguareté Porá e Caucasian S.A. A finalidade das atividades desempenhadas por tais companhias na região seria a produção de couro para carros de luxo na Europa (Manzoni, 2020). A ação contaria com a aquiescência de órgãos públicos como o MADES (Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e o INFONA (Instituto Florestal Nacional), responsáveis pela proteção daquelas áreas (Manzoni; Carvalho, 2022). Seus habitantes originários, os Ayoreo Totobiegosode, são reconhecidos como o único povo indígena sul-americano em isolamento voluntário fora da Amazônia (Manzoni, 2020).

¹⁸⁹ A legalização do uso de sementes geneticamente modificadas no Paraguai se deu em 2004, mas sua introdução no país pode ter ocorrido anos antes (Ruíz-Díaz et al., 2020), por contrabando da Argentina e do Brasil (Viladesau et al., 2007). Atualmente, a transgenia caracterizaria praticamente a totalidade dos cultivos de soja em território paraguaio (Viladesau et al., 2007).

milhões em 2013 (ou USD 2,5 bilhões)¹⁹⁰ (Ruíz-Díaz et al., 2020), também trouxe consequências ambientais e sociais. Têm-se como exemplos a contaminação atmosférica e de mananciais decorrente da fumigação em plantações e seus impactos à saúde de habitantes do entorno¹⁹¹, por vezes forçados a emigrar por conta desses malefícios¹⁹² (Viladesau et al., 2007); a queda no emprego rural, considerando que os latifúndios de soja geram baixíssima demanda por força de trabalho (Fogel, 2015)¹⁹³; a perda de biodiversidade agrícola e os consequentes prejuízos à alimentação da população em favor da expansão da monocultura (Finnis et al., 2012)¹⁹⁴; a expulsão de camponeses inclusive por meios violentos, seja pelo próprio aparato de

¹⁹⁰ Em 2019, o Paraguai foi o quarto maior exportador de soja do mundo, com uma receita de USD 1,5 bilhão, atrás apenas de Brasil (USD 26 bilhões), Estados Unidos (USD 18,7 bilhões) e Argentina (USD 3,4 bilhões) (World Bank, [2020?]).

¹⁹¹ Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido foi a morte, em 2003, de Silvino Talavera, de onze anos, devido a sequelas de envenenamento por glifosato pulverizado irregularmente em colônias adjacentes em Itapúa (Viveros, 2017). A vulnerabilidade à contaminação por agrotóxicos também é recorrente no curso de atividades de ensino, como ocorreu com crianças e adolescentes de duas escolas rurais rodeadas por fazendas monocultoras de soja e trigo no mesmo departamento anteriormente citado, em um dia letivo de abril de 2019. Na ocasião, os estudantes foram acometidos por náusea, dor de cabeça, mal-estar estomacal e irritação na pele e nos olhos por conta de pesticidas empregados nos arredores. Vizinhos teriam relatado que, em contrariedade a proteções previstas em lei, fazia mais de dez anos que a comunidade vinha sofrendo com as fumigações do agrotóxico 2.4D, feitas entre 15 e 20 vezes ao ano (Rodríguez; Peralta, 2019). De acordo com reportagem do portal El Surtidor (Manzoni, 2021), em março de 2021, haveria pelo menos 90 instituições educacionais do Alto Paraná, Itapúa, San Pedro e Canindeyú localizadas próximas a cultivos extensivos que não respeitam o distanciamento mínimo exigido por lei para o uso de agrotóxicos.

¹⁹² O caráter forçoso comum no êxodo rural no Paraguai e a exposição a agrotóxicos como um dos fatores que propulsionam esses movimentos migratórios estão contidos nas conclusões de um estudo conduzido por Viladesau et al. (2007) com 144 famílias rurais residentes em oito comunidades vizinhas a plantações de soja nos departamentos de Itapúa, Alto Paraná, Caaguazú e San Pedro, conforme ilustram as linhas transcritas e traduzidas a seguir: “Nas 8 comunidades estudadas, 78% das famílias entrevistadas informaram algum problema de saúde ocasionado pelas frequentes fumigações em plantações de soja e 63% das mesmas disseram que as fumigações afetam sempre ou quase sempre as fontes de água utilizadas para o consumo doméstico. Além disso, 60% dos entrevistados ‘já deslocados’ apontam que os cursos de água em sua comunidade se encontravam contaminados, em alguma medida, por causa das fumigações. A maioria dos entrevistados da amostra de ‘já deslocados’ confirma que suas casas, no lugar de origem, se encontravam relativamente próximas de alguma plantação mecanizada de soja e relaciona a fumigação como um fator de sua expulsão. Os deslocados destacam que no campo se sentiam muito desprotegidos com respeito ao acesso a serviços de saúde e educação” (Viladesau et al., 2007, p. 321 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*En las 8 comunidades estudiadas, el 78% de las familias encuestadas informó de algún problema de salud ocasionado por las frecuentes fumigaciones en sojales y el 63% de las mismas dice que las fumigaciones afectan siempre o casi siempre a las fuentes de agua utilizadas para el consumo doméstico. Además, el 60% de los encuestados ‘ya desplazados’ señala que los cursos de agua en su comunidad se encontraban contaminados, en alguna medida, a causa de las fumigaciones. La mayoría de los encuestados en la muestra de ‘ya desplazados’ confirma que sus casas, en el lugar de origen, se encontraban relativamente cerca de alguna plantación mecanizada de soja y relacionan la fumigación como un factor de su expulsión. Los desplazados destacan que en el campo se sentían muy desprotegidos en lo que respecta a acceso a servicios de salud y educación*”).

¹⁹³ Fogel (2015) aponta que essas propriedades empregariam tão-somente um trabalhador por cada mil hectares de cultivo.

¹⁹⁴ Alguns dados ajudam a dimensionar a extensão das plantações de soja diante de outras culturas, como esses relacionados à primeira metade da década de 2010 contidos no trecho a seguir: “No Paraguai, o principal produto de exportação é a soja, cuja área de cultivo ocupa 62% de um total de 5.637.300 hectares destinados à produção agrícola; apenas 6% são destinadas a culturas agrícolas para alimentação (mandioca, feijão, batata e outros). O resto da superfície (32%) está cultivada com milho, arroz (rega por inundação), trigo, cana de açúcar e canola, somando em torno de 93,8% que é ocupada pela agricultura mecanizada. A superfície destinada ao cultivo de soja foi de 3.500.000 hectares na campanha agrícola de 2013/14. 70% da soja produzida no Paraguai é exportada em

segurança estatal, seja por forças extrajudiciais contratadas por latifundiários, como parte da dinâmica do modelo de concentração de terras implementado (Fogel, 2015)¹⁹⁵; e o fomento às mudanças climáticas a partir da deflorestação de extensas áreas para o plantio monocultor (Fogel, 2015). Sobre o último aspecto, é relevante acrescentar que há regiões em que o deslocamento involuntário de pessoas não se dá diretamente pela expansão de latifúndios de soja, mas, sim, por dificuldades de reorganização da produção por parte de pequenos agricultores frente ao impacto da elevação das temperaturas e alterações no regime de chuvas (Finnis et al., 2012). Em comunidades estudadas por Finnis et al. (2012), na região de Piribebuy (departamento de Cordillera), agricultores relatam não conseguir mais contar com conhecimentos tradicionais para lidar com as mudanças climáticas, e as alternativas tecnológicas que auxiliariam na adaptação aos imprevistos meteorológicos – como na coleta de água em distâncias mais longas – fugiriam às suas possibilidades financeiras – diferentemente do que se observaria entre os proprietários com maior poder aquisitivo. Nesse cenário, haveria famílias praticantes da agricultura de subsistência que estariam deixando de cultivar alimentos básicos de sua dieta – caso do milho –, passando a contar com o dinheiro enviado por filhos e netos que emigram às cidades ou ao exterior para adquiri-los. A nível comunitário, logo, perde-se a diversidade de frutas, tubérculos, hortaliças, entre outros, comprometendo-se não só a própria subsistência das pessoas, mas, de igual modo, sua cultura alimentar, além de elevar a dependência a fatores como as remessas de familiares emigrados (Finnis et al., 2012).

forma de grãos. A produção total de arroz na safra 2013/14 foi de 804.000 toneladas (o que representa 120.000 hectares), das quais 20% foram destinadas ao consumo interno e os 80% restantes, às exportações” (Ortega, 2015 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*En el Paraguay, el principal producto de exportación es la soja, cuya área de cultivo ocupa 62% de un total de 5.637.300 hectáreas destinadas a la producción agrícola; apenas 6% son destinadas a rubros agrícolas para alimentación (mandioca, poroto, batata y otros). El resto de la superficie, el 32%, está cultivada con maíz, arroz con riego, trigo, caña dulce y canola, sumando alrededor del 93,8% que es ocupada por la agricultura mecanizada. La superficie destinada al cultivo de soja fue de 3.500.000 hectáreas en la campaña agrícola 2013/14. El 70% de la soja producida en Paraguay se exporta en forma de grano. La producción total de arroz en la zafra 2013/14 fue de 804.000 toneladas, (lo que representa 120.000 hectáreas) de las cuales 20% fue destinada al consumo interno y el 80% restante, a las exportaciones*”).

¹⁹⁵ Viladesau et al. (2007), em seu estudo com comunidades adjacentes a latifúndios de soja, enumera em suas conclusões os principais fatores de expulsão de camponeses captados nas entrevistas, conforme se verifica no seguinte trecho: “[...] quando é impelido a tomar uma decisão, o camponês que está sendo afetado pela expansão da monocultura da soja não sai por vontade própria, ou seja, por fatores de atração, mas, sim, de maneira forçada, obrigado pelas circunstâncias: necessidade de vender ou alugar sua terra para obter recursos para sua subsistência; para poder pagar as dívidas dos financiamentos para a produção ou diretamente por efeito dos agrotóxicos nas fumigações, ou dos grupos paramilitares que operam para os plantadores de soja” (Viladesau et al., 2007, p. 315 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “[...] *puestos a elegir, el campesino que está siendo afectado por la expansión del monocultivo sojero no sale por voluntad propia, esto es, por factores de atracción, sino que sale forzado, obligado por las circunstancias: necesidad de vender o alquilar su tierra para obtener ingresos para su manutención; para poder pagar las deudas de las financiaciones para la producción o directamente por el acoso de los agrotóxicos en las fumigaciones, o de los grupos paramilitares que operan para los sojeros*”).

Em determinados departamentos, os brasileiros chegam a ser maioria entre os latifundiários. Em Canindeyú, por exemplo, 60% das propriedades com mais de mil hectares estariam sob posse de pessoas dessa nacionalidade (Fogel, 2015), que, em muitos casos, apesar de se encontrarem estabelecidas em território paraguaio, manteriam sua base socioeconômica e produtiva vinculada ao Brasil (Fiorentin, 2012). Sobre isso, Laíno (1979), em publicação do final dos anos 1970, denunciava que boa parte da madeira extraída por empresas brasileiras em departamentos fronteiriços do Paraguai antes da preparação do terreno para o plantio ou a criação de gado era negociada no mercado do país vizinho – com baixo ou nulo controle alfandegário –, destino, este, comum também aos produtos da agropecuária e do cultivo de soja, trigo, café e arroz, havendo, em contraste, exíguo recolhimento de impostos pelo governo paraguaio em quaisquer das etapas do processo produtivo e mercantil. Por outro lado, o fato de a origem do capital que penetrava dessa forma no campo paraguaio desde então ser brasileira suscitou, ao longo dos anos, manifestações hostis contra indivíduos dessa nacionalidade de maneira indiscriminada, ainda que a maioria dos migrantes estabelecidos no Paraguai não estivesse entre os beneficiários do modelo de exploração da terra levado a cabo no país. Há, inclusive, exemplos recentes, como a fala, em 2018, de Colym Soroka, deputado pela Associação Nacional Republicana (ou Partido Colorado) e, então, titular da Comissão de Agricultura da Câmara Baixa, na qual defendia que se freasse o que chamava de “migração bandeirante”, em referência ao ingresso de brasileiros, cuja presença no campo ocasionaria a expulsão de camponeses paraguaios às cidades (ABC Color, 2018). Fiorentin (2012, p. 75), por sua vez, em entrevistas com agricultores estabelecidos no Paraguai entre os anos 1970 e 1990, coletou o seguinte depoimento de um de seus interlocutores na época de sua migração:

Você não consegue andar como se estivesse no seu país. [...] Quando você saía para a cidade para fazer negócios, documentação e outras coisas, você sempre esbarrava em problemas por ser brasileiro. [...] Eles falavam: o que os brasileiros estão fazendo em nosso país? Era comum ouvir a expressão *brasileño de mierda* [...]. Até hoje a gente ouve isso.

A questão, na perspectiva da mesma autora, poderia ser resumida assim:

[...] na atualidade, a hegemonia econômica e cultural dos brasileiros é um dos principais agentes geradores dos conflitos entre agricultores e determinados segmentos sociais paraguaios. Para esses segmentos os brasileiros que vivem no Paraguai seriam empresários ricos, imperialistas, atraídos pelos baixos preços das terras e pela abolição da proibição de compra de terras por estrangeiros (promovida por Stroessner, em 1967), introdutores da monocultura de soja, responsáveis pela expansão da soja transgênica no país, expulsos de camponeses sem terra e índios e devastadores das florestas e do meio ambiente (Fiorentin, 2012, p. 91).

Percebe-se, pois, que a crítica (legítima) à latifundização no Paraguai – esta impulsionada, é certo, por proprietários e empresários brasileiros – e suas implicações ambientais e sociais – que incluem perda de patrimônio florestal e a emigração forçada de camponeses e indígenas de suas terras –, se não incorpora categorias de análise como a das classes sociais, facilmente culmina em xenofobia. O modelo de desenvolvimento a partir do qual dito processo se engendrou, baseado em uma proposta de modernização da produção agropecuária por meio de incentivos ao agronegócio monocultor, de capital externo, extensivo em terra, de baixo emprego de força laboral humana e detrimetoso à agricultura familiar, também gerou efeitos sobre trabalhadores rurais brasileiros de menor poder aquisitivo no Paraguai – caso dos milhares que retornaram a seu país nos anos 1980 –, de modo que os desafios de vida por eles enfrentados se acercariam àqueles experimentados pelos próprios paraguaios de semelhante condição social, com o agravante das dificuldades inerentes à realidade de ser migrante – incluindo a própria discriminação pela origem nacional.

Apesar das adversidades, as migrações provindas do Brasil foram suficientemente volumosas para que seus nacionais se tornassem maioria entre a população residente no Paraguai nascida no exterior. Isso pode ser constatado na Tabela 11, na qual estão expostas as variações no estoque de migrantes internacionais conforme contabilizado pelos Censos paraguaios de 1972, 1982, 1992 e 2002:

TABELA 11 – Migrantes internacionais no Paraguai segundo país de nascimento, 1972-2002

PAÍS DE NASCIMENTO	1972	1982	1992	2002		
				País (Total)	Urbana	Rural
Brasil	34.777	98.088	108.526	81.592	29.078	52.514
Argentina	28.012	43.638	49.166	63.153	48.946	14.207
Outros	18.311	26.378	33.037	27.679	21.951	5.728
Não informado	-	-	178	752	368	384
Total de migrantes	81.100	168.104	190.907	173.176	100.343	72.833
População do Paraguai	2.357.955	3.029.830	4.152.588	5.163.198	2.928.437	2.234.761
% Migrantes	3,4	5,5	4,6	3,4	3,4	3,3

Fonte: DGEEC (2004).

O grande salto no estoque de migrantes brasileiros no período se nota entre os Censos de 1972 e 1982, quando o número desses indivíduos passou de 34.777 a 98.088, o que contribuiu, inclusive, para que os migrantes internacionais em seu conjunto atingissem seu percentual mais elevado em relação ao total da população do Paraguai – mais precisamente, de 5,5%. Já no recenseamento de 1992, pode-se dizer que, embora tenha havido uma expressiva migração de retorno na década que o precedeu – conforme indicado pela bibliografia

anteriormente citada –, novos fluxos também se dirigiram ao país, fazendo com que o volume de brasileiros se aproximasse de 110 mil antes de declinar, por fim, a pouco mais de 81 mil em 2002¹⁹⁶. Pelos dados desse ano, vale observar que os residentes brasileiros, de fato, se fixaram majoritariamente nas zonas rurais (64%), diferentemente do que ocorreu com os argentinos – que conformam o segundo maior contingente de migrantes – e o restante dos residentes nascidos fora do Paraguai.

Sobre os últimos, para que se tivesse conhecimento das origens nacionais abarcadas por eles em 2002, recorreu-se às tabulações do *Minnesota Population Center*. Os resultados estão expostos na Tabela 12, com pequenas diferenças em relação aos dados exibidos acima em decorrência do peso amostral adotado em cada fonte:

¹⁹⁶ Há, na bibliografia especializada, outras estimativas sobre a dimensão da presença brasileira no Paraguai. Andersen (2018), por exemplo, cita que, em 1979, mais de 450.000 brasileiros residiriam no país, enquanto Souchaud (2007) aponta que, no final da década de 1990, seriam cerca de 500.000. Não está claro, contudo, se tais cifras incluiriam também os descendentes com nacionalidade paraguaia. Por dubiedades como essa, preferiu-se, nesta tese, dar ênfase aos resultados oficiais dos censos nacionais.

TABELA 12 – Migrantes internacionais residentes no Paraguai em 2002 segundo país de nascimento

PAÍS DE NASCIMENTO	Vol.	%
Brasil	82.666	48,0
Argentina	62.645	36,3
Uruguai	2.896	1,7
Coreia do Sul	2.881	1,7
Japão	2.337	1,4
Chile	2.231	1,3
México	1.798	1,0
Estados Unidos	1.792	1,0
Alemanha	1.692	1,0
Peru	1.685	1,0
Bolívia	1.318	0,8
China	1.316	0,8
Canadá	947	0,5
Espanha	890	0,5
Europa (outros)	807	0,5
Rússia/URSS	607	0,4
Américas (outros)	606	0,4
Ásia (outros)	562	0,3
Suíça	450	0,3
França	424	0,2
Líbano	396	0,2
Itália	350	0,2
Colômbia	300	0,2
Polônia	268	0,2
Reino Unido	253	0,1
Outros	243	0,1
Total	172.360	100,0

Fonte: Minnesota Population Center (2020).

Nota: Foram desconsiderados os casos com país de nascimento “desconhecido”.

Brasileiros e argentinos, que correspondiam a 84% de todos os migrantes internacionais no Paraguai em 2002, eram seguidos de uruguaios (com quase 2,9 mil indivíduos ou 1,7% do total), sul-coreanos (2,8 mil ou 1,7%), japoneses (2,3 mil ou 1,4%) e chilenos (2,2 mil ou 1,3%). As demais nacionalidades discriminadas na tabela respondiam, cada uma, a menos de 1% dos residentes nascidos no exterior, somando menos de 17 mil pessoas (Minnesota Population Center, 2020).

Dados mais atualizados virão após a divulgação dos resultados finais do Censo de 2022¹⁹⁷. De qualquer forma, a importância do Paraguai como destino à emigração brasileira é

¹⁹⁷ Não foram encontrados resultados relacionados às imigrações internacionais nas publicações oficiais do Censo de 2012 disponíveis *online* – nem mesmo na plataforma IPUMS, do *Minnesota Population Center*. No Capítulo

evidenciada por outros levantamentos recentes, como os do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil (2021). De acordo com estimativas do órgão – baseadas em informações fornecidas por representações diplomáticas no exterior –, cerca de 240 mil brasileiros residiriam em território paraguaio em 2020, número superado apenas pelos conterrâneos estabelecidos nos Estados Unidos (aproximadamente 1,7 milhão de indivíduos) e em Portugal (276.200). Países como o Reino Unido, Japão, Itália, Espanha, Alemanha, Canadá e França – todos situados no Norte global – exibem cifras inferiores à paraguaia, como se verifica na Tabela 13:

TABELA 13 – Brasileiros residentes no exterior (estoque), 2020

PAÍS DE RESIDÊNCIA	Vol.	%
Estados Unidos	1.775.000	42,1
Portugal	276.200	6,6
Paraguai	240.000	5,7
Reino Unido	220.000	5,2
Japão	211.138	5,0
Itália	161.000	3,8
Espanha	156.439	3,7
Alemanha	144.120	3,4
Canadá	121.950	2,9
França*	81.400	1,9
Outros	828.553	19,7
Total	4.215.800	100,0

Fonte: Brasil (2021).

* Incluídas 100 pessoas em Mônaco.

Nota-se que o estoque de brasileiros no Paraguai estimado pelo MRE para 2020 é bastante superior àquele contabilizado pelo Censo de 2002, o que poderia sugerir a ocorrência de novos fluxos migratórios do Brasil ao país vizinho nas duas décadas que se seguiram. Isso, contudo, deve ser posto à prova a partir dos resultados do recenseamento de 2022, quando estiverem disponíveis.

É pertinente averiguar, finalmente, os departamentos paraguaios nos quais os brasileiros – e demais migrantes – têm se fixado na virada ao século XXI. Na Tabela 14, constam os dados obtidos pelo Censo de 2002 por critério de data fixa¹⁹⁸:

2, já se havia feito a ressalva de problemas concernentes ao recenseamento daquele ano, o que pode explicar a dificuldade de acesso aos números procurados.

¹⁹⁸ Em linhas gerais, o critério repousa na pergunta de onde a pessoa recenseada residia em determinada data previamente estabelecida na pesquisa.

TABELA 14 – Imigração “estrangeira” (recente) no Paraguai em quantidade de migrantes por departamento, segundo país de origem, 1997-2002

Departamento de residência em 2002	PAÍS DE RESIDÊNCIA EM 1997									
	Argentina		Bolívia		Brasil		Resto da América		Outro continente	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Asunción	4.318	11,1	266	42,4	1.127	10,0	1.975	43,3	1.214	39,0
Concepción	228	0,6	5	0,8	416	3,7	58	1,3	23	0,7
San Pedro	715	1,8	14	2,2	238	2,1	56	1,2	44	1,4
Cordillera	1.329	3,4	7	1,1	61	0,5	96	2,1	49	1,6
Guairá	1.705	4,4	22	3,5	78	0,7	68	1,5	74	2,4
Caaguazú	1.938	5,0	37	5,9	365	3,2	130	2,9	92	3,0
Caazapá	1.038	2,7	1	0,2	125	1,1	25	0,5	13	0,4
Itapúa	5.312	13,7	16	2,5	320	2,8	125	2,7	216	6,9
Misiones	1.151	3,0	3	0,5	31	0,3	21	0,5	14	0,4
Paraguarí	1.654	4,3	2	0,3	29	0,3	30	0,7	58	1,9
Alto Paraná	3.076	7,9	29	4,6	2.936	26,1	239	5,2	309	9,9
Central	11.729	30,1	102	16,2	822	7,3	1.005	22,0	447	14,3
Ñeembucú	1.237	3,2	2	0,3	15	0,1	16	0,4	10	0,3
Amambay	115	0,3	2	0,3	1.725	15,3	19	0,4	40	1,3
Canindeyú	205	0,5	4	0,6	1.755	15,6	45	1,0	8	0,3
Presidente Hayes	385	1,0	4	0,6	23	0,2	84	1,8	24	0,8
Boquerón	71	0,2	56	8,9	36	0,3	190	4,2	142	4,6
Alto Paraguay	8	0,0	3	0,5	160	1,4	4	0,1	3	0,1
Não informado	2.700	6,9	53	8,4	986	8,8	375	8,2	335	10,8
Total	38.914	100,0	628	100,0	11.248	100,0	4.561	100,0	3.115	100,0

Fonte: DGEEC (2005b).

Os números revelariam que os brasileiros continuam migrando preferencialmente ao leste paraguaio. De todos aqueles que, em 1997, residiam em seu país de origem e, em 2002, se encontravam no Paraguai, 26,1% tiveram como destino o departamento de Alto Paraná; 15,6%, o de Canindeyú; e 15,3%, o de Amambay. Entre os argentinos, por outro lado, destaca-se o departamento Central (com 30,1% do total de migrantes de dita nacionalidade), que é, também, aquele que mais atraiu residentes internacionais como um todo no Paraguai (a dizer, 14.105 indivíduos). É chamativo, ainda, que as migrações de argentinos no período tenham sido mais volumosas do que a de brasileiros. Saber se esta é uma nova tendência na dinâmica das imigrações no país é algo que os resultados do Censo de 2022 deverão ajudar a esclarecer.

3.1.3 A imigração na legislação paraguaia em comparação com o lugar reservado às emigrações

A soma de pouco mais de 173 mil migrantes internacionais residentes no Paraguai em 2002, como já se pode adiantar, é significativamente inferior à de emigrantes desse país no exterior. Só na Argentina, no começo dos anos 2000, o volume de paraguaios ultrapassava os 320 mil. Em 2010, elevou-se a 550 mil, parte de um total de quase 778 mil no mundo – equivalente a 12% da população do Paraguai naquele ano (OIM, 2011). Em cada quinquênio entre 1950 e 2000, segundo dados da antiga *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC, 2005a)¹⁹⁹, as estimativas sobre as taxas de migração líquida anuais paraguaias foram de -9,84; -8,17; -6,78; -5,54; -4,36; -3,03; -1,21; -0,85; -1,35; e -1,70. Para as duas primeiras décadas do século XXI, projetou-se o mesmo cenário, prevendo-se uma reversão nos saldos negativos apenas em 2024, quando a cifra supostamente deverá ser de 0,04²⁰⁰ (DGEEC, 2015c).

Apesar desse contexto, a legislação paraguaia, ao menos até 2022, tendia a ser mais restritiva à imigração do que em outros países da região no que tange a épocas menos longínquas. A lei vigente sobre a matéria, até então, era a de número 978/96, que substituiu a Lei 470/74, do governo de Stroessner. Ainda que tenha sido sancionada já durante o período de redemocratização, seu texto manteve, em diversos trechos, princípios de defesa da segurança nacional característicos dos tempos de ditadura, “avançando pouco no enfoque aos direitos humanos no contexto contemporâneo das migrações”, conforme observado por Rodrigues e Silva (2018, p. 19). Exemplo disso são a falta de previsão de vistos humanitários, a limitação do direito à reunião familiar a casos excepcionais (Paraguay, 1996a, art. 7º) e a proibição de exercício de atividade laboral por parte de migrantes em situação irregular (Paraguay, 1996a, art. 62º)²⁰¹. Sobre o último aspecto, Rodrigues e Silva (2018) identificam na lei uma perspectiva “utilitarista”, baseada, mais especificamente, na concepção de “estrangeiros úteis”, pela qual dar-se-ia prioridade à migração de pessoas com conhecimento tecnológico conveniente para o

¹⁹⁹ Quando o órgão foi reestruturado, em 2020, como *Instituto Nacional de Estadística* (INE), o documento referenciado deixou de estar disponível *online*.

²⁰⁰ O fato de a população total do Paraguai revelada pelos resultados preliminares do Censo de 2022 ser significativamente menor do que projeções elaboradas na década de 2010 apontavam, conforme visto no Capítulo 2, sugere que as emigrações foram fortemente subestimadas e que, assim sendo, o saldo migratório negativo do país estaria longe de ser revertido.

²⁰¹ A íntegra do artigo que versa sobre a questão pode ser apreciada a seguir: “Art. 62. – Está proibido aos estrangeiros que residam ilegalmente no país trabalhar em tarefas remuneradas ou lucrativas, seja por conta própria ou a terceiros, com ou sem relação de dependência” (Paraguay, 1996a – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “Art. 62. - Está prohibido a los extranjeros que residan ilegalmente en el país trabajar en tareas remuneradas o lucrativas, ya sea por cuenta propia o ajena, con o sin relación de dependencia”).

desenvolvimento do país e que se dispusessem a residir sobretudo em locais de baixa densidade populacional (Rodrigues; Silva, 2018).

Santi (2020, p. 218-219 – tradução livre), por sua vez, percebe que a lei de 1996 “confere ao Estado um forte controle social, protegendo o emprego interno, defendendo as fronteiras, selecionando os migrantes e reconhecendo limitados direitos a eles”²⁰², além de ter um “forte viés econômico” – com manifesta preferência por quem se veja como possuidor de capital para contribuir com o desenvolvimento nacional e “agricultores destinados a projetos de colonização em áreas determinadas pelo Estado”²⁰³ – e traços discriminatórios – impedindo-se, entre outros exemplos, a admissão de pessoas com doenças infectocontagiosas ou transmissíveis que ponham em risco a saúde pública, com afecções mentais que possam gerar graves dificuldades familiares ou sociais (salvo em casos excepcionais, como alguns previstos para a reunião familiar) ou acometidas por deficiência física que lhes impossibilite exercer sua profissão, assim como de quem pratique a “vadiagem, mendicância e embriaguez habitual”²⁰⁴.

²⁰² Trecho original, em castelhano: “*Esta norma le otorga al Estado un fuerte control social, protegiendo el empleo interno, defendiendo las fronteras, seleccionando a los migrantes y reconociéndoles limitados derechos*” (Santi, 2020, p. 218-219).

²⁰³ Trecho original, em castelhano: “*El texto de la Ley n.º 978 (1996) promueve la inmigración calificada con fines de desarrollo, dando preferencia a quienes posean capital y a los agricultores destinados a proyectos de colonización en áreas determinadas por el Estado*” (Santi, 2020, p. 219).

²⁰⁴ Tais disposições estão contidas nos incisos 1, 2 e 7 do sexto artigo da Lei 978/96, que trata dos migrantes internacionais que não podem ser admitidos em território paraguaio, cuja íntegra é traduzida na sequência:

“Art. 6. – Não serão admitidos no território nacional os estrangeiros que desejem ingressar como residentes permanentes ou residentes temporários, compreendidos em alguns dos seguintes impedimentos: 1) Estarem afetados por doença infectocontagiosa ou transmissível que possa significar um risco para a saúde pública; 2) Padecerem de doença ou insuficiência mental que altere seus estados de conduta, tornando-os não responsáveis por seus atos ou provocando graves dificuldades familiares ou sociais; 3) Os acometidos por defeitos físicos ou psíquicos congênitos ou adquiridos, ou uma doença crônica, que os impossibilite de exercer a profissão, ofício, indústria ou arte que possuam; 4) Os que tenham sido condenados por delitos dolosos, a mais de dois anos de reclusão; 5) Os que tenham antecedentes penais, exceto quando os mesmos não acarretem ao seu autor uma periculosidade que torne inadequada sua incorporação à sociedade. Para tais efeitos, serão avaliadas a natureza dos delitos cometidos, a condenação aplicada, sua reincidência e se a pena ou ação penal se encontra extinta; 6) Os que exerçam ou lucrem com a prostituição, os que trafiquem ilegalmente com pessoas ou seus órgãos, os viciados em entorpecentes, os que se dediquem ao tráfico ilegal de drogas e os que fomentem seu uso ou lucrem com elas; 7) Os que careçam de profissão, ofício, indústria, arte, meio de vida lícito, ou os que pratiquem a mendicância ou sejam ébrios consuetudinários, os que por falta de hábitos de trabalho, vadiagem, mendicância, embriaguez habitual ou pela inferioridade moral do meio em que atuem, observem uma conduta inclinada ao delito; e, 8) Quem tenha sido objeto de expulsão e quem tenha o ingresso ou reingresso à República proibido, de acordo com ordens emanadas da autoridade judicial competente” (Paraguay, 1996a – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*Art. 6. – No serán admitidos en el territorio nacional los extranjeros que deseen ingresar como residentes permanentes o residentes temporarios, comprendidos en algunos de los siguientes impedimentos: 1) Estar afectados de enfermedad infecto-contagiosa o transmisible que pueda significar un riesgo para la salud pública; 2) Padecer de enfermedad o insuficiencia mental que alteren sus estados de conducta, haciéndolos irresponsables de sus actos o provocando graves dificultades familiares o sociales; 3) Los disminuidos por defectos físicos o psíquicos congénitos o adquiridos, o una enfermedad crónica, que lo imposibilite para el ejercicio de la profesión, oficio, industria o arte que posean; 4) Los que hubiesen sido condenados por delitos dolosos, a más de dos años de penitenciaría; 5) Los que tengan antecedentes penales, excepto que los mismos no denoten en su autor una peligrosidad tal que haga inadecuada su incorporación a la sociedad. A tales efectos se valorará la naturaleza de los delitos cometidos, condena aplicada, su reincidencia, y si la pena o acción penal se encuentra extinguida; 6) Los que ejerzan o lucren con la prostitución, los que trafiquen ilegalmente con personas*”

A categoria de “imigrante” no Paraguai, desse modo, teria sido construída a partir de um viés securitizador, no qual os indivíduos aos quais ela se refere são percebidos como possível ameaça à segurança nacional (Santi, 2020, p. 218).

Nas duas últimas décadas, contudo, o Paraguai adotou iniciativas que aproximaram sua abordagem sobre as migrações de práticas incentivadas internacionalmente. Em 2000, o país ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990. Já em 2011, sancionou-se a chamada “Lei de Anistia” (4.429/11), regularizando-se, assim, a situação de migrantes indocumentados. Em 2015, para concluir as exemplificações, aprovou-se a Política Nacional de Migrações – PNM (Decreto nº 4.483) –, cuja elaboração contou com a participação da Organização Internacional para as Migrações (OIM), representantes da academia, organizações da sociedade civil e associações de migrantes. Defendia-se que, com esse passo, a perspectiva dos direitos humanos era finalmente incluída no trato do Estado paraguaio aos migrantes internacionais, reconhecendo-se, entre outros aspectos, o direito a migrar, ausente na lei de 1996 (Santi, 2020). O paradigma no qual se embasa o texto é, mais precisamente, o das “migrações ordenadas”, promovido nos últimos anos pela ONU e suas agências e consagrado no Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, de 2018²⁰⁵. Há, entretanto, questionamentos em relação

o sus órganos, los adictos a los estupefacientes, los que se dediquen al tráfico ilegal de drogas y los que fomenten su uso o lucren con ellas; 7) Los que carezcan de profesión, oficio, industria, arte, medio de vida lícito, o los que practiquen la mendicidad o sean ebrios consuetudinarios, los que por falta de hábitos de trabajo, vagancia, mendicidad, ebriedad habitual o por la inferioridad moral del medio en que actúen, observen una conducta proclive al delito; y, 8) Quienes hayan sido objeto de expulsión y quienes tengan expresamente prohibido el ingreso o reingreso a la República, de acuerdo a órdenes emanadas de la autoridad judicial competente”).

²⁰⁵ No Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (Global Compact For Migration, 2018), apresentado no Capítulo 1, declaram-se como cerne de suas disposições as pessoas, estejam elas em sua comunidade de origem, de trânsito ou de destino, ao mesmo tempo que se reconhece a soberania dos Estados como princípio a ser respeitado, adotando-se, desse modo, um tom de pretensão conciliatória entre a defesa da dignidade humana e a não ingerência – uma dicotomia histórica nas Relações Internacionais –, característico da perspectiva de “benefícios compartilhados” descrita por Mármora (2010), também exposta no primeiro capítulo desta tese. Três trechos do documento podem ser citados como ilustrativos de tal assertiva. O primeiro deles se refere à alínea “e” do parágrafo 20, que trata da questão dos apátridas, no qual se lê o compromisso dos signatários de “fortalecer medidas para reduzir a apatridia [...] respeitando-se plenamente o direito humano a uma nacionalidade e os termos da legislação nacional” (Global Compact For Migration, 2018 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “*Strengthen measures to reduce statelessness, including by registering migrants’ births, ensuring that women and men can equally confer their nationality on their children, and providing nationality to children born in another State’s territory, especially in situations where a child would otherwise be stateless, fully respecting the human right to a nationality and in accordance with national legislation*”). Já no segundo, contido na alínea “d” do parágrafo 32, estabelece-se como objetivo “trabalhar para a construção de mercados de trabalho inclusivos e para a plena participação de trabalhadores migrantes na economia formal através da facilitação do acesso ao trabalho e ao emprego descentes para os quais estejam mais qualificados, em conformidade com as demandas locais e nacionais do mercado de trabalho e as aptidões que se possa oferecer” (Global Compact For Migration, 2018 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “*Work towards inclusive labour markets and full participation of migrant workers in the formal economy by facilitating access to decent work and employment for which they are most qualified, in accordance with local and national labour market demands and skills supply*”). O último, por

aos efeitos de sua aplicação, como aqueles realizados por Santi (2020), que usa o caso do Paraguai como ilustrativo. Para a autora, a promoção de uma “migração ordenada” tem se traduzido, na prática, em uma contradição, com uma mudança no plano do discurso para a defesa dos direitos humanos, por um lado, e o reforço à lógica do controle migratório, por outro. Isso porque o referido paradigma estaria apoiado em critérios de controle e seletividade ou de segurança e utilidade ao Estado, com implicações especialmente às pessoas que cruzam fronteiras internacionais em situação de indocumentação, comumente vistas como fonte de potenciais ameaças. As migrações “irregulares”, por essa óptica, deveriam ser “ordenadas”, e a forma de se fazê-lo seria fortalecendo os mecanismos de vigia sobre elas. No Paraguai, isso se refletiria na preservação de uma orientação securitária nas atividades de agências de inteligência, de segurança pública e de defesa, como no contato com autoridades de outros países com fins de obtenção de informações sobre determinados grupos que buscam se radicar em território nacional, e na modernização das tecnologias de monitoramento de pessoas e controle fronteiriço, com o suporte de organizações internacionais como a OIM²⁰⁶ (Santi, 2020).

fim, correspondente ao caput do parágrafo 27, no qual as partes afirmam estar comprometidas a “gerenciar nossas fronteiras nacionais de forma coordenada, promovendo a cooperação bilateral e regional, garantindo a segurança de Estados, comunidades e migrantes e facilitando o cruzamento de fronteiras de forma segura e regular por parte das pessoas ao mesmo tempo que se previne a migração irregular. Comprometemo-nos, ainda, a implementar políticas de gestão de fronteiras que respeitem a soberania nacional, o estado de direito, obrigações ante o direito internacional e os direitos humanos de todos os migrantes [...]” (Global Compact For Migration, 2018 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “*We commit to manage our national borders in a coordinated manner, promoting bilateral and regional cooperation, ensuring security for States, communities and migrants, and facilitating safe and regular cross-border movements of people while preventing irregular migration. We further commit to implement border management policies that respect national sovereignty, the rule of law, obligations under international law, and the human rights of all migrants, regardless of their migration status, and are non-discriminatory, gender-responsive and child-sensitive*”).

²⁰⁶ Exemplo disso é a implementação do “Sistema de Informação e Análise de Dados sobre Migração” (na sigla MIDAS, em inglês), um programa biométrico desenvolvido pela OIM para controle migratório e fronteiriço que, na América Latina, operaria apenas no Paraguai e em Belize, até a data de publicação do artigo de Santi (2020). A autora afirma que “a aquisição desses sistemas fornecidos pela OIM e, sobretudo, dessas perspectivas de ‘modernização’ da política migratória assentadas fortemente na segurança, colocou em poucos anos um país de emigração, como o Paraguai, na vanguarda de um processo de securitização das migrações” (Santi, 2020, p. 232 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*La adquisición de estos sistemas provistos la OIM y, sobre todo, de estas perspectivas de “modernización” de la política migratoria asentadas fuertemente en la seguridad, colocó en pocos años a un país de emigración, como Paraguay, a la vanguardia de un proceso de securitización de las migraciones*”). Santi (2020) argumenta, ainda, que iniciativas de acesso a documentação por parte de migrantes em zonas limbeiras levadas a cabo pelo governo paraguaio nos últimos anos estão baseadas na regularização migratória como requisito para a concessão de direitos a pessoas não nacionais do país. Sobre isso, a autora esclarece que “este enfoque expressa a tensão entre o binômio segurança e direitos humanos no contexto paraguaio. Os imigrantes, após serem submetidos ao controle de identificação, podiam ser considerados sujeitos de direito, apresentando-se, assim, os direitos como uma alternativa condicionada. Embora o estado possua a *monopolização dos meios legítimos de movimento* que faz com que as pessoas dependam de sua autorização para se deslocarem legitimamente [...], pode-se acrescentar que a permanência dos imigrantes também está ligada à autorização do Estado para que seja considerada legítima e os habilite como possuidores de direitos” (Santi, 2020, p. 227) (Trecho original, em castelhano: “*Este enfoque expresa la tensión entre el binomio seguridad y derechos humanos en el contexto paraguay. Los inmigrantes luego de ser sujetos del control de identificación podían ser considerados sujetos de derechos, planteándose así los derechos como una alternativa condicionada. Si bien, el Estado posee la monopolización de los medios legítimos de movimiento que hace depender a las personas de su autorización*”).

Ter-se-ia, como resultado, uma “política de controle com rosto humano” – termo que a autora toma emprestado de Domenech (2013) para caracterizar a situação paraguaia –, na qual se faz uso da “legitimidade do discurso dos direitos humanos para instrumentalizar o controle sobre a imigração irregular” (Santi, 2020, p. 227).

A “ênfase posta no desenvolvimento de políticas e práticas vinculadas à imigração como tópico de segurança”, para Santi (2020, p. 228 – tradução livre), seria contraditória, já que a emigração é que teria maior relevância no Paraguai enquanto fenômeno social²⁰⁷. Na lei migratória de 1996, no entanto, dos 140 artigos que compõem o texto, apenas 22 estariam dedicados aos paraguaios que saíram de seu país de origem (Santi, 2020). É o caso do Artigo 2º, que, em sua alínea “d”, estabelecia que a lei concederia especial atenção ao “fomento do retorno de paraguaios naturais emigrados em razão de necessidades demográficas, econômicas e sociais” (Paraguay, 1996a – tradução livre)²⁰⁸. Já no artigo 119º, declarava-se o compromisso de a *Dirección General de Migraciones* – órgão subordinado ao Ministério do Interior e responsável pela implementação das políticas e controles migratórios e concessão de autorização de residência no país (DGM, [2022?]) – conduzir estudos sobre as “causas e consequências da emigração de paraguaios”, com o propósito de “promover a execução de políticas e programas direcionados à sua retenção ou repatriação” (Paraguay, 1996a – tradução livre)²⁰⁹. As representações diplomáticas paraguaias no exterior, por sua vez, estariam imbuídas da responsabilidade de prover serviços culturais com a finalidade de preservar a identidade nacional dos emigrados (Paraguay, 1996a, art. 121º) e de guardar um registro atualizado dessas pessoas, no qual constem informações como sua profissão e composição familiar, para que possam ser informadas sobre as possibilidades de retornar ao Paraguai de acordo, como se explicita, com as demandas do mercado de trabalho nacional, a existência de programas de reassentamento ou necessidades demográficas, econômicas ou sociais do país (Paraguay, 1996a, art. 128º e 129º). No caso daqueles que, de fato, fossem “repatriados”, previam-se, enfim, compensações como a concessão – embora uma única vez – de isenção de impostos e

para desplazarse legítimamente [...], se puede añadir que la permanencia de los inmigrantes también se ata a la autorización del Estado para que sea considerada legítima y los habilite como poseedores de derechos”.

²⁰⁷ Trecho original, em castelhano: “Es decir, la emigración sigue siendo el principal fenómeno en Paraguay, lo que contradice el énfasis puesto en el desarrollo de políticas y prácticas vinculadas a la inmigración como tópico de seguridad” (Santi, 2020, p. 228).

²⁰⁸ Trecho original, em castelhano: “El fomento del retorno de paraguayos naturales emigrados, en razón de necesidades demográficas, económicas y sociales, y los que por sus altas calificaciones profesionales obtenidas se considera necesaria su incorporación al país” (Paraguay, 1996a).

²⁰⁹ Trecho original, em castelhano: “Art. 119. - La Dirección General de Migraciones, en coordinación con otros organismos nacionales y con la colaboración de organismos internacionales, cuando éstas así lo soliciten, efectuará y promoverá el estudio de las causas y consecuencias de la emigración de paraguayos, a efectos de proponer la ejecución de políticas y programas tendientes a su retención o repatriación” (Paraguay, 1996a).

outras despesas de importação para que pudessem trazer consigo instrumentos de trabalho para o exercício de suas atividades profissionais, veículo utilitário e mobília de uso familiar (art. 132º) (Paraguay, 1996a).

A Política Nacional de Migrações, de maneira mais abrangente, também traz menções a emigrados e retornados. Sobre os primeiros, manifesta-se a disposição do governo paraguaio de monitorar as condições de residência e de vida de seus conacionais residentes em outros países, provendo-lhes serviços como os de assistência jurídica com a finalidade de que sejam respeitados seus direitos no exterior (DGM, 2015, parágrafo 47). Afirma-se, ademais, o compromisso de se manter vínculos com as comunidades de emigrantes paraguaios, preservando-se com elas o sentido de integração nacional e fortalecendo-se as redes sociais de solidariedade das quais se valem (DGM, 2015, parágrafo 51). Assume-se a responsabilidade, de igual modo, com a promoção de iniciativas consulares para o acesso a documentos; apoio na regularização de residência no exterior; levantamento estatístico da comunidade; provimento das condições necessárias para o cumprimento do direito ao voto em eleições no Paraguai – sancionado por emenda constitucional em 2011²¹⁰ –; e aprimoramento dos sistemas de transferências de remessas internacionais e auxílio às famílias para o melhor aproveitamento desses recursos (DGM, 2015, parágrafos 53 a 56).

Já em relação aos que regressam, estabelece-se no decreto que o Paraguai “estimulará o retorno voluntário de conacionais que tenham emigrado” por meio de programas de reinserção que atendam às necessidades e interesses não apenas dos migrantes e suas famílias, mas, também, do desenvolvimento nacional (DGM, 2015, parágrafo 71 – tradução livre)²¹¹. Estão preservadas no texto, porém, uma especial atenção às pessoas com alta

²¹⁰ A alteração na Constituição que permitiu a paraguaios residentes no exterior votar em eleições de seu país de nacionalidade se deu no artigo 120º. Tal participação, na prática, já ocorreu em três momentos, sendo eles os pleitos nacionais de 2013, 2018 e 2023 (TSJE, 2023; Belda; Pintos, 2020). No mais recente, estavam habilitados a manifestar sua escolha para a Presidência (e Vice-Presidência) e o Senado do Paraguai – de acordo com a Resolução nº 16, de 2022, adotada pelo TSJE (2022) – 31.315 paraguaios na Argentina (sendo 53% mulheres), 7.248 na Espanha (70% mulheres), 2.402 nos Estados Unidos (51% mulheres) e 540 no Brasil (33% mulheres). Neste último, disponibilizou-se apenas um local de votação, a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, no bairro do Bom Retiro em São Paulo (ABC Color, 2023a; TSJE, 2023). A referida emenda constitucional foi feita, não por coincidência, durante o único período em mais de sessenta anos em que o Partido Colorado não detinha a Presidência do país – a dizer, durante a gestão de Fernando Lugo (2008-2012) –, quando a proposta foi submetida a referendo popular. Isso porque havia muita resistência por parte da ANR à medida devido ao temor de um predomínio de “anticolorados” entre os eleitores paraguaios estabelecidos no exterior, considerando a responsabilidade do partido em suas gestões pelos processos econômicos e sociais que culminaram na emigração de centenas de milhares dessas pessoas nas últimas décadas (Belda; Pintos, 2020).

²¹¹ Trecho original, em castelhano: “*El Paraguay estimulará el retorno voluntario de connacionales que hayan emigrado, a través de programas de reinserción que respondan a las necesidades e intereses de los retornados y sus familias, a su desarrollo humano y al desarrollo del país. Para este fin, se llevarán a cabo los estudios pertinentes a la intención de retorno de los nacionales en el exterior, identificando sus características y las*

qualificação profissional e a intenção de trazê-las de volta ao país, como se constata no parágrafo 48, traduzido abaixo:

Nos casos de emigração de profissionais altamente qualificados, especialmente do campo da ciência e tecnologia, a autoridade migratória, em coordenação com o Ministério do Trabalho e outros organismos competentes, assim como o setor privado, divulgará periodicamente através do Ministério das Relações Exteriores e seus escritórios consulares no exterior, as oportunidades de reinserção laboral que sejam apresentadas no país, promovendo seu retorno em condições de emprego dignas, sobretudo quando esses recursos não estejam disponíveis localmente (DGM, 2015, p. 43 – tradução livre)²¹².

Em 17 de outubro de 2022, uma nova lei de migração (Nº 6984) foi sancionada. Uma leitura preliminar sugere que o texto, em resumo, normatiza as diretrizes da Política Nacional de Migrações, consolidando avanços fundamentais em relação à Lei 978 de 1996, como o compromisso com o “princípio de universalidade”, pelo qual se reconhecem os direitos humanos como universais e inerentes a toda e qualquer pessoa, sem distinção por nacionalidade ou país de origem (Paraguay, 2022a, art. 4º); a retirada de requisitos discriminatórios para a concessão de autorização de residência, como o de não possuir doença infectocontagiosa²¹³; a ampliação das possibilidades de reunião familiar (Paraguay, 2022a, art. 10º) e a garantia do direito ao voto nas eleições municipais a residentes definitivos (Paraguay, 2022a, art. 15º); e a previsão de condições mais favoráveis para a regularização migratória. A exemplo da PNM, promove-se, ainda, a “imigração ordenada”, prioritariamente por meio de tratados internacionais com outros países, dotando-se o Poder Executivo da função de regulamentação dos fluxos através de convênios bilaterais nos quais sejam estipulados o número de imigrantes aceitos, a atividade a ser desempenhada por eles e o local onde fixarão residência (Paraguay, 2022a, art. 19º e 20º). Já em relação aos emigrados paraguaios, ainda que se reitere a tarefa de

mejores oportunidades de reinserción y se establecerán los contactos necesarios con las comunidades paraguayas del exterior para canalizar las gestiones de retorno” (DGM, 2015, p. 43).

²¹² Trecho original, em castelhano: “*En los casos de emigración de profesionales altamente calificados, especialmente del campo de la ciencia y la tecnología, la autoridad migratoria, en coordinación con el Ministerio de Trabajo y otros organismos competentes, así como con el sector privado, divulgará periódicamente a través del Ministerio de Relaciones Exteriores y sus oficinas consulares en el extranjero, las oportunidades de reinserción laboral que se presenten en el país, promoviendo su retorno en condiciones de empleo dignas, sobre todo cuando esos recursos no estén disponibles localmente*” (DGM, 2015, p. 36).

²¹³ O artigo 4º do documento, que traz os princípios norteadores da referida lei, inclui o de não discriminação, no qual se lê que “*Nenhuma pessoa poderá ser diminuída em seus direitos por questões de idade, sexo, etnia, raça, idioma, religião ou outras razões, como sua menor habilidade intelectual ou mental, seu estado de saúde deficiente, sua deficiência física ou qualquer outra que represente uma desvantagem para sua vida social; nem ser objeto de tratamento depreciativo, e, caso contrário, qualquer tratamento diferente que lhe seja oferecido deverá ser em benefício de sua maior dignidade*” (Paraguay, 2022a – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*Ninguna persona podrá ser disminuida en sus derechos por cuestiones de edad, sexo, etnia, raza, idioma, religión u otras razones como su menor habilidad intelectual o mental, su deficiente estado de salud, su discapacidad física u otra cualquiera que represente una desventaja para su vida social; ni ser objeto de trato despectivo y, por el contrario, cualquier trato diferente que se le preste deberá ser en beneficio a su mayor dignidad*”).

acompanhamento dessas pessoas – o que inclui a realização de estudos sobre sua condição de vida no exterior e as causas que as levaram a sair de seu país em um primeiro momento, assim como a reafirmação de seu direito à participação eleitoral –, a atenção que lhes é reservada no documento segue sendo bastante restrita – em termos textuais, consistiria em um capítulo de menos de uma página aos “conacionais que emigram”, com apenas seis artigos, e outro, ainda mais curto, às “comunidades de conacionais residentes no exterior”. No caso de retornados ou repatriados, as menções se limitam, basicamente, ao artigo 31º – quando se anuncia que haverá uma cooperação interinstitucional entre a *Dirección Nacional de Migraciones* e a *Secretaría de Desarrollo para Repatriados y Refugiados Connacionales*²¹⁴ para “facilitar o regresso, ingresso e reinserção de paraguaios que retornam ou se repatriem a partir do exterior” (Paraguay, 2022a – tradução livre)²¹⁵ – e ao Artigo 101º – que isenta da cobrança de determinadas taxas filhos e netos de até 18 anos de idade e cônjuges estrangeiros de repatriados conacionais (Paraguay, 2022a). De todo modo, é indispensável não só que se leia com maior minuciosidade tal lei como que se esteja atento aos desdobramentos práticos de sua aplicação e se conte com análises mais apuradas que certamente virão de especialistas, reconhecendo-se que os comentários feitos neste parágrafo são superficiais e, portanto, pouco conclusivos.

De volta aos demais instrumentos citados, nota-se, a título de sumarização, que a Política Nacional de Migrações, ainda que se encontrasse mais próxima de uma perspectiva de promoção dos direitos humanos, mantinha em suas disposições traços de seletividade mesmo em relação a retornados, à semelhança, neste aspecto, da lei de migração que a precede, esta que, por sua vez, estava explicitamente mais enfocada na imigração, conforme identificado por Santi (2020). A pouca atenção à emigração neste último instrumento – e, aparentemente, também na nova lei de migração (Nº 6984/22) – e a falta de um apoio mais abrangente e irrestrito ao retorno de emigrados no primeiro, caso esteja correta nossa leitura, podem ter relação com o modelo de desenvolvimento adotado pelo Paraguai na década de 1960, tal como descrito na subseção anterior. Para sustentar tal hipótese – que deve ser colocada à prova em ocasião mais oportuna –, é pertinente recorrer a Valentino (2018), que, apropriando-se de conceito inicialmente concebido por Godinho (1978) para tratar da realidade portuguesa,

²¹⁴ Há, de fato, registros de algumas iniciativas conduzidas em âmbito da Secretaria, ainda que não pareçam contar com recursos muito volumosos. Em setembro de 2023, por exemplo, pelo *Programa de Apoyo a Repatriados Emprendedores*, foram alocados aproximadamente PYG 370 milhões (equivalente a BRL 250 mil) para auxiliar vinte e sete iniciativas empreendedoras de “conacionais repatriados” nos departamentos de Caazapá, Misiones, Itapúa, Ñembucú, Paraguari e Guairá (Paraguay, 2023a).

²¹⁵ Trecho original, em castelhano: “*La Dirección Nacional de Migraciones colaborará con la Secretaría de Desarrollo para Repatriados y Refugiados Connacionales a los efectos de facilitar el regreso, ingreso y reinserción de paraguayos que retornan o se repatrian desde el extranjero*” (Paraguay, 2022a).

argumenta que a emigração paraguaia seria mais bem caracterizada como “estrutural”. Para o autor, o setor agroexportador, do qual o país dependeria como fonte de divisas internacionais, teria a expulsão de população como um componente para seu funcionamento, e não apenas um efeito colateral de sua dinâmica produtiva. Isso porque cultivos com fins de comercialização externa como os de soja demandariam o desalojamento de residentes de baixa renda em zonas rurais para a expansão das áreas de plantio e, ao mesmo tempo, ao serem intensivos em tecnologia, mas não em força de trabalho humana, não incorporariam às suas atividades a massa de trabalhadores desterrada. Para a classe dirigente paraguaia, nesse cenário, a emigração dessas pessoas seria interessante, por um lado, como forma de diminuição do desemprego gerado no campo e de alívio a uma eventual pressão social em reação aos prejuízos aos meios de subsistência dessa população – comumente deslocada às cidades – e, por outro, como fonte de ingressos ao país a partir das remessas internacionais feitas pelos novos residentes no exterior, consistindo, na prática, em uma exportação de força de trabalho (Valentino, 2018).

Ao se discorrer sobre essa “emigração estrutural”, é evidenciado, de antemão, o contexto de um dos períodos mais notáveis de saída de paraguaios de seu país natal na história. Desse modo, assim como foi feito em relação às imigrações, faz-se oportuno trazer à luz, ainda que sucintamente, o histórico das emigrações paraguaias desde o pós-Guerra da Tríplice Aliança, de modo a identificar causas e outros elementos que permitam um maior aprofundamento nos fluxos contemporâneos, em especial, aqueles que estão no centro desta tese, relacionados aos paraguaios migrantes inseridos no setor de confecção têxtil da Região Metropolitana de São Paulo.

3.2 Emigrações paraguaias

Pode-se adotar, como ponto de partida, a esquematização (Quadro 1) feita pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2011) sobre os grandes fluxos migratórios originados no Paraguai nos últimos cento e cinquenta anos, reproduzida abaixo em sua versão traduzida por nós ao português:

QUADRO 1 – Diagrama da emigração paraguaia e do principal fluxo de imigração, por ciclos, países de destino/origem e causas

DESTINO	Fronteira Argentina e Brasil	Argentina	Argentina e Uruguai	Argentina e Estados Unidos	Imigração brasileira no Paraguai	Argentina; Europa (Espanha)	Argentina; Espanha; outros
ANOS	1870/1900	1900/1930→	1947→	1954/1988	1972/1992	1992/2002	2003→
CAUSAS	Pós-guerra; econômicas	Econômicas	Recessão econômica; guerra civil; exílio	Recessão econômica; ditadura; exílio	Abertura da fronteira agrícola; Construção de Itaipu	Recessão; desemprego subemprego	Desemprego subemprego

Fonte: OIM (2011). Tradução livre.

3.2.1 De 1870 a 1900

O primeiro período destacado no Quadro 1 é o de 1870 a 1900, correspondente às décadas que sucederam o fim da Guerra da Tríplice Aliança. Segundo a OIM (2011), as emigrações paraguaias, naquele momento, rumavam mais destacadamente às regiões fronteiriças de Argentina e Brasil, em resposta, a princípio, especialmente aos efeitos de natureza econômica da longa beligerância com as tropas dos países platinos vizinhos. Os censos argentino e brasileiro realizados nos anos mais próximos da resolução da contenda contabilizavam, respectivamente, 3.730 (em 1869) e 2.587 (em 1872) residentes naturais do Paraguai (INDEC, 1872; Directoria Geral de Estatística, [1874?]). No caso do primeiro, houve, nas décadas seguintes, uma escalada no número, que, no recenseamento de 1895, já era de 14,6 mil (OIM, 2011). Nesse novo cenário, deve-se reconhecer entre as causas de migração as implicações das políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo paraguaio nos anos 1880 com a finalidade de impulsionar a recuperação do balanço de pagamentos do Estado (OIM, 2011), citadas atrás neste capítulo. Nesse sentido, o começo de um processo de latifundização no interior e as dificuldades de acesso à terra por parte da população camponesa e indígena estariam na história migratória de ao menos uma parcela dos paraguaios residentes no exterior.

3.2.2 Marcos de expulsão populacional do século XX

Têm-se delimitados, na sequência, os anos de 1900 a 1930 como correspondentes a fluxos migratórios predominantemente direcionados à Argentina. Em 1914, foram enumerados no país aproximadamente 28.600 paraguaios (OIM, 2011), volume que acompanha a tendência de crescimento iniciada no período anterior. Ainda que estejam sinalizadas causas

econômicas como impulsionadoras desses movimentos na diagramação da OIM (2011), não se pode preterir o contexto de instabilidade política que se evidenciava em diferentes eventos nas referidas décadas. São ilustrativas disso as guerras civis de 1911/12 e de 1922/23, apresentadas no capítulo anterior. Há autores que apontam para a emigração de até trezentas mil pessoas desde o início do século XX até as iminências da Guerra do Chaco, atribuindo sua ocorrência precipuamente à violência política (ver, por exemplo, Palau, 2011). A cifra está provavelmente superestimada²¹⁶, mas a referência às disputas de poder internas parece ser apropriada.

A observação acima é ainda mais pertinente no que concerne ao terceiro marco indicado no Quadro 1, que lança luz sobre as emigrações paraguaias decorrentes da guerra civil de 1947. Bruno (2013) afirma que o exílio paraguaio se transforma e se intensifica a partir do mencionado conflito, consolidando-se como tradição quando Stroessner ascende ao poder em 1954. Palau (2011), por sua vez, percebe no ano de 1947 a inauguração de um dos períodos de mais intenso êxodo de paraguaios à Argentina, que se estenderia até o início dos anos 1960. Com fins de explicitação, pelos censos argentinos, a variação no volume de migrantes naturais do Paraguai nesses treze anos abarcados teria sido de 93.248 a 155.269, um salto de 67% (Bruno, 2013)²¹⁷. Palau (2011) acrescenta, ainda, que, no final desse intervalo temporal, tal migração passaria a adquirir um caráter maior de arraigo ou permanência, e não de temporariedade. Essa mudança estaria correlacionada a outra, a dizer, a de uma atração migratória cada vez mais vigorosa exercida pela Região Metropolitana de Buenos Aires (ou AMBA, acrônimo para “*Área Metropolitana de Buenos Aires*”, como é originalmente denominada) em sobreposição aos históricos fluxos de paraguaios a províncias argentinas fronteiriças – como Formosa, Misiones, Corrientes e Chaco (Palau, 2011) –, que reuniriam os popularmente chamados “trabalhadores-andorinha”²¹⁸, dedicados a atividades laborais sazonais

²¹⁶ Um dos indícios que sustentam dita afirmação é o de que, apesar da persistência de eventos de grave violência em anos subsequentes – não só a própria Guerra do Chaco, entre 1932 e 1935, mas, também, perseguições internas no Paraguai a dissidentes e opositores dos governos vigentes e a instauração de ditaduras como a de Higinio Morínigo (1940-1948) –, no Censo Demográfico argentino de 1947, os residentes paraguaios não chegavam a 94 mil (Bruno, 2013), ao passo que, no Brasil, em 1940, somavam menos de 15 mil (IBGE, 1940), ressaltando-se que estes eram os maiores destinos a tal emigração na época.

²¹⁷ No Quadro 1, faz-se menção também ao Uruguai como importante destino aos paraguaios que deixaram seu país a partir de 1947. Os dados censitários mais próximos desse ano aos quais se tem acesso são de 1963, quando se contabilizaram em território uruguaio algo em torno de 1.720 residentes nascidos no Paraguai (Minnesota Population Center, 2020), um volume, portanto, pouco comparável àquele observado na Argentina naquele momento.

²¹⁸ Os “trabalhadores-andorinha” (“*trabajadores golondrinas*”) ou “migrantes temporários sazonais” (“*migrantes temporarios estacionales*”) fariam parte da realidade argentina até hoje, sendo majoritariamente migrantes internos, mas que englobariam, também, alguns internacionais. Há estimativas de que, em 2010, eram 350.000 os trabalhadores nessa situação no país, sendo eles, de acordo com Beneventana (2010), “o[s] que se encontra[m] em condições de maior precariedade entre os seus pares da atividade agrícola, já que sofre[m] com o afastamento de sua terra, a ausência familiar e a necessidade de readaptação permanente a contextos sociais e climáticos diversos. Além disso, sua marcada invisibilidade o[s] torna vulneráve[is] à exploração laboral, ainda mais se for[em]

em cultivos e que, concluídos os serviços, retornariam a seus locais de origem (Águila, 2017; Beneventana, 2010). Os censos anteriores ao de 1960 nunca apontaram para um percentual de paraguaios na AMBA superior a 15% (em relação ao total de residentes de dita nacionalidade na Argentina), número que, em anos como os de 1995 e 2010, se exibia na ordem de 75% (Águila, 2017). Um dos fatores que explicaria essa transição no padrão migratório ou “metropolização” da migração paraguaia seriam as transformações pelas quais o próprio campo argentino também passou – a exemplo do Brasil, na mesma década –, o que inclui a introdução de novas tecnologias de mecanização da colheita, que reduziram a demanda por braços humanos na produção e levaram muitos trabalhadores, por conseguinte, a buscar novos meios de subsistência nos grandes centros urbanos (Águila, 2017).

Na capital argentina e seus arredores, a inserção de homens paraguaios no mercado de trabalho desde o decênio de 1960 se daria mais destacadamente na construção civil. Em estudo realizado por Bruno e Águila (2010) com base em resultados da *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) e da *Encuesta Complementaria de Migraciones Internacionales* (ECMI), constatou-se que, no primeiro semestre de 2003, 40% dos paraguaios empregados na Grande Buenos Aires estariam no referido setor, sendo que um terço dessa força de trabalho teria estado ocupada anteriormente em atividades agrícolas ou pecuárias em seu país, caracterizando o que os autores denominam por “proletarização étnica” – a dizer, quando migrantes de origem rural se tornam proletários no meio urbano. Já no caso das mulheres, os serviços domésticos é que clamariam primazia. Em 2001, com base em dados do censo, Bruno (2011) percebe que 62,1% das paraguaias ocupadas na AMBA desempenhavam trabalhos na citada área.

A ditadura stronista (1954-1989) contribuiu para a manutenção da tendência de expulsão populacional no Paraguai, seja nos exilados que gerou ou nos deslocamentos decorrentes de determinados processos socioeconômicos instigados pelo governo, como a abertura das fronteiras agrícolas. Embora a menção a este último fator no Quadro 1 esteja associada à imigração brasileira, não se pode esquecer de seus efeitos tanto para a emigração internacional como para a migração interna de paraguaios, sobretudo do campo para grandes centros urbanos como o de Asunción e arredores, o que justifica dedicar algumas linhas aos fluxos migratórios domésticos nesse contexto.

estrangeiro[s] e não se encontrar[em] em situação regular” (Beneventana, 2010, p. 1 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*El cosechero es el que se encuentra en condiciones de mayor precariedad entre sus pares de la actividad agrícola, ya que sufre el desarraigo, la ausencia familiar y la necesidad de readaptación permanente a contextos sociales y climáticos diversos. Además, su marcada invisibilidad lo hace vulnerable a la explotación laboral, más aún si es extranjero y no ha sido regularizado*”).

3.2.3 Incluindo as migrações internas

As características das migrações internas no Paraguai em termos de situação de domicílio foram se modificando ao longo do último quarto do século XX. No Gráfico 4, levando-se em conta os períodos de 1977 a 1982, 1987 a 1992 e 1997 a 2002 e adotando-se o critério de data fixa, são distinguidos quatro tipos de movimento segundo sua origem e destino, sendo eles os de caráter urbano-urbano, rural-urbano, urbano-rural e rural-rural, indicando-se, ainda, o percentual ao qual cada um deles correspondia do total de migrantes internos:

GRÁFICO 4 – Correntes migratórias internas no Paraguai (origem-destino) por intervalos censitários, 1977-2002



Fonte: DGEEC (2005b).

Nota-se, a princípio, um predomínio cada vez maior das migrações urbano-urbano, que, em 1977-1982, incluíam 37,8% das trajetórias de todos os migrantes internos e que, em vinte anos, já ultrapassavam os 60%, refletindo a aceleração do processo de urbanização pelo qual o Paraguai passaria a partir do decênio de 1970 (ver, por exemplo, a nota de rodapé nº 184). Os fluxos rural-urbano, por sua vez, apresentaram declínio nas décadas analisadas, variando de quase 25% a menos de 10%. Sobre esse cenário, é necessário fazer um par de observações.

No relatório da outrora *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), lança-se como hipótese a de que estariam incluídas nas migrações urbano-urbano ainda no intervalo de 1977 a 1982 pessoas de origem rural que já haviam migrado anteriormente a cidades vizinhas menores como uma “etapa migratória” a destinos urbanos mais populosos, sendo esses casos caracterizados como correntes “rural-urbano de longo prazo”. Segundo se esclarece na publicação,

[...] algunas zonas urbanas, como as pequenas cidades do interior do país, poderiam ser utilizadas como ‘pontes’ para as maiores cidades ou polos de desenvolvimento. Assim, boa parte da migração urbana-urbana poderia estar ocultando o que se poderia descrever como a continuação do processo de migração rural-urbana. Por exemplo, um grupo de pessoas pode ter migrado antes de 1987 da zona rural de Itapúa a Encarnación, sendo registrados como parte da corrente rural-urbana no intervalo de 1987 a 1992. Posteriormente, o mesmo grupo pode ter migrado de Encarnación ao Departamento Central, sendo registrados, desse modo, como parte da corrente migratória urbana-urbana no intervalo seguinte. Do ponto de vista do modelo da decisão de migrar como investimento em capital humano, dito processo poderia ser interpretado como uma forma de reduzir os custos da migração mediante sua divisão em etapas. Os destinos ‘pontes’ seriam menos arriscados do que o destino final por se encontrarem a uma distância menor em relação à origem, o que reduziria os custos de transporte, de adaptação e de retorno no caso de surgirem inconvenientes (DGEEC, 2005b, p. 23-24 – tradução livre)²¹⁹.

Nesse sentido, é importante ter em mente, de igual modo, a questão das etapas migratórias dentro da lógica de correntes de longo-prazo quando se trata dos paraguaios que emigraram – e emigram – ao exterior, o que, em outros termos, será retomado no Capítulo 5²²⁰.

²¹⁹ Trecho original, em castelhano: “*Así mismo, existe una hipótesis que no se ha encontrado en la revisión literaria, pero que tampoco debería dejar de plantearse. La misma consiste en que algunas áreas urbanas, como las pequeñas ciudades del interior del país, podrían ser utilizadas como «puentes» hacia las ciudades más grandes o polos de desarrollo. De ser así, una buena parte de la migración Urbana-Urbana podría estar ocultando lo que podría describirse como la continuación del proceso de migración Rural-Urbana. Por ejemplo, un grupo de personas pudo haber migrado antes de 1987 desde el área rural de Itapúa a Encarnación, por lo que estarían registrados como parte de la corriente Rural-Urbana en el intervalo 1987-1992. Posteriormente el mismo grupo pudo haber migrado desde Encarnación hacia Central, registrándose de este modo como parte de la corriente migratoria Urbana-Urbana en el intervalo siguiente. Desde el punto de vista del modelo de la decisión de migrar como inversión en capital humano, dicho proceso podría interpretarse como una forma de reducir los costos de la migración mediante la división de la misma en etapas. Los destinos «puente» serían menos riesgosos que el destino final por encontrarse a menos distancia del origen, lo que reduciría los costos de transporte, de adaptación, y de retorno en caso de surgir inconvenientes*” (DGEEC, 2005b, p. 23-24). Cabe, ainda, um esclarecimento sobre o modelo de “investimento em capital humano”, mencionado no trecho. Trata-se de uma perspectiva alinhada às teorias neoclássicas de migração, na qual, em suma, aptidões e características individuais como idade, nível de instrução e habilidades são tidas como um tipo de capital, de modo que uma pessoa, guiada por uma racionalidade econômica, decidiria por migrar dependendo da expectativa de retorno que tivesse ao “investir” suas qualidades fora de seu local de origem. As diferenças de indivíduo para indivíduo e a adequação do capital de cada um às demandas do mercado do local de destino, logo, são o que explicaria o porquê de alguns terem maior propensão a emigrar do que outros (Haas, 2008).

²²⁰ Sobre as etapas migratórias, Singer (1980) fornece uma contribuição pertinente. Primeiramente, há de se recordar que, do ponto de vista do autor, grupos sociais, mais do que pessoas, são postos em movimento, impelidos a fazê-lo por causas estruturais, ideia exposta no Capítulo 1. Em segundo lugar, um “fluxo” migratório, que se define por movimentos desencadeados a partir de um mesmo conjunto de causas estruturais, pode compreender uma variedade de grupos, cada qual com um ponto de partida no espaço, de modo que mais coerente seria considerar como área de origem de seus deslocamentos “aquela onde se deram transformações socioeconômicas

Já a segunda observação é a de que o êxodo rural propriamente dito seria, até hoje, uma realidade que suscita preocupação no país, tendo como exemplo a inclusão do tema na pauta das eleições presidenciais de 2018. Leo Rubín, candidato à Vice-Presidência pela aliança opositora ao partido do incumbente, chegou a sustentar em entrevista que sessenta mil camponeses paraguaios iam à Argentina a cada ano (Paraguay.com, 2018). Ainda que seja necessária uma verificação da acurácia do número, a inclusão em uma campanha eleitoral dos movimentos aos quais ele se refere já atestam a importância que a questão segue tendo para o país.

É pertinente sublinhar, ainda, o aumento que houve nos fluxos urbano-rural de 1987-1992 a 1997-2002 – a dizer, de 13,4% a 20,9%. Também conforme o relatório do DGEEC (2005b) supracitado, essa variação pode ser decorrente da migração de retorno de indivíduos ou famílias que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho urbano ou ter relação com o ciclo de vida humano, dizendo respeito a pessoas que voltam aos seus lugares de origem após alcançarem determinada idade. Outra possível explicação – complementar às anteriores – estaria no processo de urbanização e na desatualização de dados para a sua captação, entendendo-se que a maior contabilização de migrantes urbano-rural pode ser consequência também da expansão de zonas urbanas sobre áreas ainda consideradas rurais pelo censo. Respalhariam tal hipótese fatos como o de que “só 31% dos migrantes da corrente urbano-rural se dedicam a atividades agropecuárias, e um alto percentual relata ocupações tipicamente urbanas” (DGEEC, 2005b, p. 25)²²¹.

Quando se adotam os departamentos como unidade geográfica de análise, novas constatações podem ser feitas. Na Tabela 15, estão expostas as taxas de migração líquida (TML)

que levaram um ou vários grupos sociais a migrar” (Singer, 1980, p. 239). Para ilustrá-lo, Singer (1980) traz à luz o seguinte caso: trabalhadores rurais deixam uma área em que a fertilidade do solo se esgotou, dirigindo-se a uma cidade próxima em busca de novas fontes de subsistência. A dinâmica econômica desta localidade, porém, também é afetada pela escassez de produtos decorrentes do problema supracitado, de modo que, ao final, tanto antigos residentes dessa cidade como os recentes migrantes rurais se deslocam a um terceiro destino, com níveis mais elevados de industrialização. Ter-se-iam, assim, movimentos de grupos diferentes, mas situados em um mesmo fluxo. Nesse entendimento, um local que sustenta saldos migratórios positivos em certo momento pode se constituir apenas uma etapa migratória dentro de determinado fluxo, revertendo sua situação ulteriormente. De igual modo, assim como o que é origem para uns pode ser apenas mais uma etapa migratória para outros, o que é destino para uns pode ser origem para outros (Singer, 1980). Exemplo dessa última situação – dessa vez, por nossa conta – seriam as migrações de brasileiros ao Alto Paraná, Canindeyú e outros departamentos a partir dos anos 1960 e, na sequência, as de trabalhadores rurais e populações indígenas dessa mesma região a outras localidades (conforme discutido no início do presente capítulo), desdobramentos, em suma, de um processo de concentração de terras nos dois lados da fronteira internacional. O primeiro grupo teria o leste paraguaio, a princípio, como destino ou, ao menos, uma etapa migratória, enquanto o último, como origem.

²²¹ Trecho original, em castelhano: “Esta hipótesis estaría respaldada por el hecho de que sólo el 31% de los migrantes de la corriente Urbano– Rural se dedica a actividades agropecuarias y un gran porcentaje reporta ocupaciones típicamente urbanas” (DGEEC, 2005b, p. 25).

para cada um deles em cinco intervalos censitários, com cálculos baseados no critério de data fixa:

TABELA 15 – Taxas de migração líquida (por mil pessoas) do Paraguai por departamento segundo intervalos censitários, 1950-2002

Departamento	INTERVALO CENSITÁRIO				
	1950-1962	1967-1972	1977-1982	1987-1992	1997-2002
Asunción	12,8	15,6	-4,9	-8,7	-12,0
Concepción	-4,8	-14,0	-11,2	-14,5	-6,2
San Pedro	-3,0	4,3	-4,4	-1,9	-7,1
Cordillera	-7,5	-20,5	-21,2	-17,0	-3,6
Guairá	-8,8	-11,4	-13,0	-10,0	-2,6
Caaguazú	14,2	-0,2	-0,1	-11,6	-6,7
Caazapá	-14,2	-15,5	-18,6	-10,2	-9,9
Itapúa	-4,3	4,3	1,9	-1,0	-2,8
Misiones	-6,2	-14,0	-12,0	-19,7	-2,9
Paraguarí	-10,0	-20,5	-23,7	-17,6	-7,0
Alto Paraná	49,7	36,0	21,5	18,2	0,7*
Central	0,6	14,7	35,0	23,6	13,9
Ñeembucú	-16,1	-3,3	-14,3	-12,8	-1,4
Amambay	24,6	6,6	0,1	-10,2	-3,9
Canindeyú	-	-	24,0	14,2	6,5
Presidente Hayes	6,8	-	-	-2,2	3,2
Boquerón	-	-	-	7,0	6,6
Alto Paraguay	-	-	-	-27,8	-7,1

Fonte: DGEEC (2005b).

* O dado originalmente publicado pela DGEEC (2005b) foi corrigido por nós, pois constatamos haver um erro no sinal (negativo) após refazermos os cálculos com base nos próprios dados do órgão.

Percebe-se que, nos mais de cinquenta anos abarcados, a maior parte dos departamentos figurou como “expulsora” populacional, considerando que, nela, as emigrações superavam as imigrações, gerando, por consequência, TML negativas. No intervalo de 1950 a 1962, nove dos quinze departamentos dos quais havia informações migratórias se enquadravam nessa situação, número que variou para oito (de um total de 14) em 1967-1972; 10 (de 15) em 1977-1982; 14 (de 18) em 1987-1992; e 13 (de 18) em 1997-2002. Em todos esses anos, sete departamentos exibiram saldos negativos de maneira invariável. Paraguarí, por exemplo, chegou a ter uma taxa de migração líquida de -23,7 em 1977-1982, enquanto em Cordillera, no mesmo período, o número foi de -21,2. Somam-se a eles Concepción, Guairá, Caazapá, Misiones e Ñeembucú. Pode-se mencionar, ainda, o caso de Alto Paraguay, com dados disponíveis apenas a partir de 1987-1992. Nele, a referida taxa atingiu os -27,8 no período

anteriormente assinalado, a maior entre seus pares em situação de expulsão populacional em toda a série analisada.

Identificam-se, por outro lado, departamentos tradicionalmente receptores de migrantes, com destaque ao Central, Alto Paraná e Canindeyú, cujo ápice nas TML foi de, respectivamente, 35,0 (em 1977-1982); 49,7 (em 1950-1962²²²); e 24,0 (em 1977-1982, embora para este não estejam disponíveis dados referentes a períodos anteriores). Também houve aqueles que momentaneamente sustentaram saldos migratórios positivos, como San Pedro (em 1967-1972) e Amambay (antes de 1987-1992), sendo o último localizado na fronteira com o Brasil e o primeiro, próximo dela. Acrescenta-se como exemplo o caso de Asunción, que, em 1967-1972, atingira uma TML de 15,6, mas que, nos períodos subsequentes, expôs taxas negativas cada vez mais robustas.

Em relação especificamente ao último período (de 1997-2002), é possível ter ciência dos volumes migratórios, intensidade dos fluxos e sua direção (origem e destino) nas trocas interdepartamentais a partir das Tabelas 16 e 17. A primeira é uma matriz migratória, construída com base no critério de data fixa, na qual, à esquerda, consta o departamento de residência dos migrantes em 1997 e, acima, aquele correspondente a 2002 no dia de referência do censo. Já a segunda tabela traz um conjunto de indicadores, nomeadamente, a migração bruta (MB)²²³, o saldo migratório (SM)²²⁴, a taxa de migração líquida (TML) e o índice de eficácia migratória (IEM)²²⁵, além da indicação do principal local de origem dos imigrantes e de destino dos emigrantes de cada departamento.

²²² O período coincide com a fundação de Ciudad del Este (em 1957) e o consequente povoamento dessa região da fronteira leste paraguaia.

²²³ Trata-se da soma do volume de imigrantes e emigrantes.

²²⁴ O saldo migratório resulta da subtração do número de emigrantes do volume de imigrantes.

²²⁵ O índice é obtido pela razão entre o saldo migratório (numerador) e a migração bruta (denominador). Sua interpretação, conforme Baeninger (2011), é a de que uma área se caracteriza como de rotatividade migratória quando os valores se aproximam de zero; retenção migratória quanto mais próximo se está de 1; e perda migratória quando se acerca a -1. É pertinente, no entanto, combinar o índice com outros indicadores para se atestarem as conclusões supracitadas. Isso porque uma unidade com baixo volume de trocas migratórias e IEM igual a zero pode apresentar o mesmo indicador de outra com intenso intercâmbio de migrantes, sendo inadequado caracterizar a situação de ambas como de rotatividade migratória, apenas para fornecer um exemplo.

TABELA 16 – Matriz migratória, população de cinco anos de idade ou mais por lugar de residência em 1997 (data fixa) e em 2002

Departamento	Departamento de residência na data do Censo de 2002																			
	Asunción	Concepción	San Pedro	Cordillera	Guairá	Caaguazú	Caazapá	Itapúa	Misiones	Paraguari	Alto Paraná	Central	Ñeembucú	Amambay	Canindeyú	Presidente Hayes	Boquerón	Alto Paraguay	Não informado	Total emigrantes
Asunción	397.841	1.919	2.417	2.671	1.106	2.327	634	2.080	1.346	2.366	4.463	52.965	900	777	838	1.138	560	280	291	79.078
Concepción	2.229	146.404	1.172	231	85	232	32	98	103	108	841	5.686	28	1.662	175	759	329	293	144	14.207
San Pedro	3.406	978	260.181	1.000	285	2.151	103	219	103	407	1.707	10.106	65	754	2.810	651	153	35	334	25.267
Cordillera	3.471	80	711	192.858	153	1.178	81	208	133	354	1.510	8.210	54	57	349	248	78	21	201	17.097
Guairá	1.529	69	271	175	149.245	1.288	494	331	51	256	2.413	2.971	29	38	250	93	30	3	167	10.458
Caaguazú	3.659	486	3.061	1.280	1.599	356.152	385	410	119	1.098	8.289	9.545	101	111	2.161	186	305	30	376	33.201
Caazapá	1.122	38	204	106	1.119	777	115.199	1.595	81	169	3.049	2.414	15	18	268	60	24	11	162	11.232
Itapúa	2.264	87	210	293	357	630	814	376.655	1.961	459	5.246	4.658	188	44	360	115	124	8	349	18.167
Misiones	1.249	47	109	199	39	224	33	1.509	82.133	334	738	2.699	356	17	154	197	48	9	81	8.042
Paraguari	3.244	62	447	1.222	360	775	81	309	293	186.538	1.201	8.190	96	120	230	241	95	11	184	17.161
Alto Paraná	3.451	735	1.506	1.333	1.838	6.118	1.634	3.658	617	1.004	433.641	7.483	273	423	3.288	243	102	35	406	34.147
Central	21.387	1.532	2.468	3.784	1.012	2.429	494	1.334	933	2.791	3.058	1.045.971	648	435	764	1.588	425	181	682	45.945
Ñeembucú	588	13	52	60	17	83	4	180	541	101	216	1.367	65.056	10	58	55	24	3	47	3.419
Amambay	789	2.020	721	101	39	125	7	62	41	67	616	1.670	6	92.616	314	61	32	27	69	6.767
Canindeyú	734	213	1.212	334	135	1.432	117	162	110	193	1.674	1.851	43	182	103.836	67	27	7	125	8.618
Presidente Hayes	774	437	349	218	52	142	32	44	115	149	177	1.716	47	45	56	64.342	897	147	56	5.453
Boquerón	351	141	72	70	16	86	16	56	33	83	56	494	10	25	25	627	32.094	105	10	2.276
Alto Paraguay	208	250	38	18	9	20	3	9	32	25	31	613	14	14	5	159	119	8.722	8	1.575
Não informado	880	231	343	282	150	346	150	363	127	198	665	1.676	68	94	253	75	57	11	339	5.969
Total imigrantes	51.335	9.338	15.363	13.377	8.371	20.363	5.114	12.627	6.739	10.162	35.950	124.314	2.941	4.826	12.358	6.563	3.429	1.217	3.692	348.079
População total	449.176	155.742	275.544	206.235	157.616	376.515	120.313	389.282	88.872	196.700	469.591	1.170.285	67.997	97.442	116.194	70.905	35.523	9.939	4.031	4.457.902

Fonte: DGEEC (2005b).

TABELA 17 – Migração bruta (MB), saldo migratório (SM), taxa de migração líquida (TML), índice de eficácia migratória (IEM) e principal origem e destino dos migrantes por departamento do Paraguai, 1997-2002

Departamento	MB	SM	TML	IEM	Principal origem dos imigrantes			Principal destino aos emigrantes		
					Dep.	Vol.	%	Dep.	Vol.	%
Asunción	130.413	-27.743	-12,4	-0,21	Central	21.387	41,7	Central	52.965	67,0
Concepción	23.545	-4.869	-6,3	-0,21	Amambay	2.020	21,6	Central	5.686	40,0
San Pedro	40.630	-9.904	-7,2	-0,24	Caaguazú	3.061	19,9	Central	10.106	40,0
Cordillera	30.474	-3.720	-3,6	-0,12	Central	3.784	28,3	Central	8.210	48,0
Guairá	18.829	-2.087	-2,6	-0,11	Alto Paraná	1.838	22,0	Central	2.971	28,4
Caaguazú	53.564	-12.838	-6,8	-0,24	Alto Paraná	6.118	30,0	Central	9.545	28,7
Caazapá	16.346	-6.118	-10,2	-0,37	Alto Paraná	1.634	32,0	Alto Paraná	3.049	27,1
Itapúa	30.794	-5.540	-2,8	-0,18	Alto Paraná	3.658	29,0	Alto Paraná	5.246	28,9
Misiones	14.781	-1.303	-2,9	-0,09	Itapúa	1.961	29,1	Central	2.699	33,6
Paraguarí	27.323	-6.999	-7,1	-0,26	Central	2.791	27,5	Central	8.190	47,7
Alto Paraná	70.097	1.803	0,8	0,03	Caaguazú	8.289	23,1	Central	7.483	21,9
Central	170.259	78.369	13,4	0,46	Asunción	52.965	42,6	Asunción	21.387	46,5
Ñeembucú	6.360	-478	-1,4	-0,08	Asunción	900	30,6	Central	1.367	40,0
Amambay	11.593	-1.941	-4,0	-0,17	Concepción	1.662	34,4	Concepción	2.020	29,9
Canindeyú	20.976	3.740	6,4	0,18	Alto Paraná	3.288	26,6	Central	1.851	21,5
Presidente Hayes	12.016	1.110	3,1	0,09	Central	1.588	24,2	Central	1.716	31,5
Boquerón	5.705	1.153	6,5	0,20	Pres. Hayes	897	26,2	Pres. Hayes	627	27,5
Alto Paraguay	2.792	-358	-7,2	-0,13	Concepción	293	24,1	Central	613	38,9
Não informado	9.661	-2.277	-113,0	-0,24	Central	682	18,5	Central	1.676	28,1

Fonte: DGEEC (2005b).

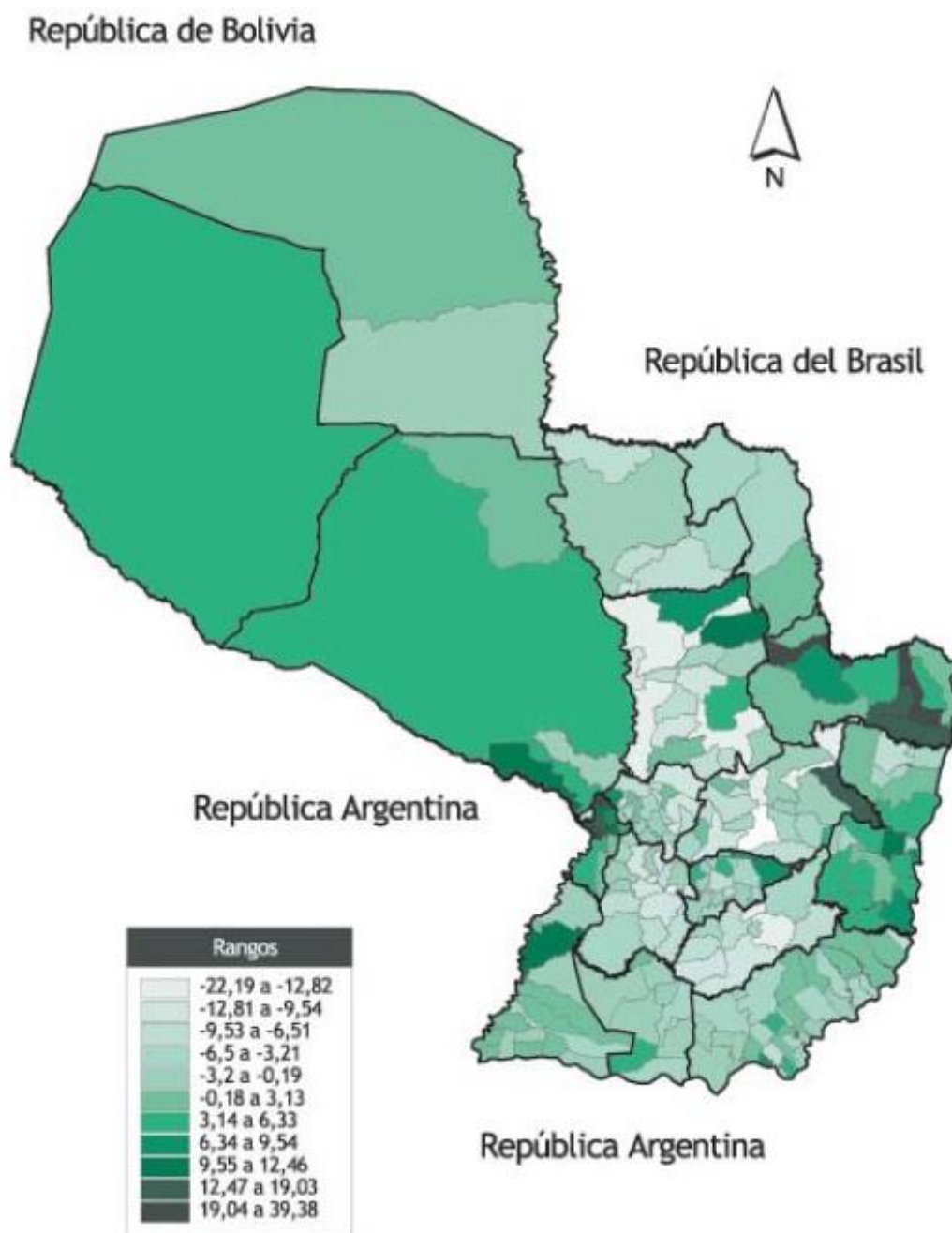
O departamento que mais proeminentemente apresentou no período de 1997-2002 um perfil de atratividade migratória é o Central. Seu IEM foi de quase 0,5, característico de unidades em situação de retenção migratória, algo corroborado por um SM próximo dos 80.000 indivíduos. Trata-se, ainda, de um departamento com um alto volume de movimentações migratórias – o maior entre seus pares, para ser preciso –, com uma migração bruta de cerca de 170.000 pessoas. Entre seus imigrantes, 52.965 residiam em Asunción em 1997, tornando o município o principal local de origem dos fluxos migratórios dirigidos ao referido departamento, seguido por San Pedro (com 10.106 pessoas) e Caaguazú (com 9.545). Asunción, por outro lado, é destino para quase metade dos 46 mil emigrantes *centralinos*, indicando que a dinâmica migratória entre essas unidades se define mais como a de um intercâmbio do que a de uma corrente que aponta a uma só direção. Central, ademais, predomina como o maior “retentor” de emigrantes de treze departamentos, o que se alinha ao histórico de atração migratória visto na série de TML da Tabela 15.

Outro departamento que apresenta saldo migratório positivo é o do Alto Paraná, no leste do país, com Ciudad del Este como capital. Os migrantes que residem em seu território são oriundos precipuamente de seus arredores, mais explicitamente, Caaguazú (8.289 pessoas ou 23,1% do total), Itapúa (5.246 ou 14,6%) e Caazapá (3.049 ou 8,5%), havendo um contingente expressivo também de Asunción (4.463 ou 12,4%). O Alto Paraná, contudo, possui um perfil mais próximo ao de rotatividade, com um IEM de 0,03 e uma migração líquida de apenas 1.803 pessoas, frente a um número de mais de 70 mil relacionado à migração bruta. A tendência ao longo das últimas décadas, ademais, foi de queda na taxa de migração líquida, de sorte que seria possível esperar saldos negativos para tempos mais recentes²²⁶. Sobre os destinos da emigração *paranaense*, tem-se entre os de maior destaque Central (7.483 ou 21,9%) e os vizinhos Caaguazú (6.118 ou 17,9%) e Itapúa (3.658 ou 10,7%).

A migração entre departamentos lindeiros é notável também em outros casos. Além das trocas vistas no leste paraguaio a partir dos dados do Alto Paraná, chama a atenção a situação de regiões como a do Chaco. O maior contingente de migrantes residentes em Boquerón – um dos cinco departamentos com saldo migratório positivo em 1997-2002 –, por exemplo, é de Presidente Hayes, enquanto esta é a unidade departamental que mais atrai *boqueroneses*. Os volumes, porém, são pequenos – a dizer, de 897 e 627, respectivamente –, considerando que se trata de departamentos pouco populosos. De qualquer forma, é possível supor, com base em trecho de publicação da DGEEC (2005b) sobre as correntes de longo-prazo exposto algumas páginas atrás, que ao menos parte desses fluxos entre departamentos vizinhos consista em etapas migratórias a destinos maiores, o que, no entanto, teria de ser mais bem apurado em outros estudos.

Pode-se, por fim, lançar um olhar sobre os municípios – ou, para ser mais fiel à nomenclatura originalmente usada nas fontes paraguaias consultadas, “distritos” – a partir de suas taxas migratórias líquidas (por mil habitantes) no mesmo período de 1997-2002, com especial atenção aos maiores receptores e expulsores de migrantes, conforme ilustrado no Mapa 10:

²²⁶ O fato de o departamento ter sido um dos poucos a apresentar aumento de população nos resultados preliminares do Censo de 2022 em relação aos de 2012, todavia, faz pensar que as imigrações podem seguir mais volumosas do que as emigrações.

MAPA 10 – Taxas migratórias líquidas (TML) de distritos paraguaios, 1997-2002

Fonte: DGEEC (2005b).

Os departamentos com os distritos de maiores taxas de migração líquida no Paraguai em 1997-2002 foram os de Canindeyú e Central. No primeiro, sobressaem-se Ypehú (com a maior TML do país, de 39,38, e uma população de 5.893) e General Francisco Caballero Álvarez (TML de 24,31 e população de 8.884); já no último, Ypané (com TML de 29,03 e população de 25.421 habitantes), Limpio (TML de 23,38 e população de 73.158), San Antonio (TML de 20,93 e população de 37.795) e Villa Elisa (TML de 18,58 e população de 53.166). Ainda no departamento Central, entre os distritos com mais de 100 mil habitantes, destacam-se

os de Capiatá (TML de 14,86 e população de 154.274), Fernando de la Mora (TML de 14,47 e população de 113.560) e San Lorenzo (TML de 14,19 e população de 204.356) (DGEEC, 2005b), todos pertencentes à *Área Metropolitana de Asunción*.

Os distritos de maior “expulsão” populacional, por sua vez, foram os de San Pedro (capital do departamento homônimo, com TML de -22,19 e população de 29.097 habitantes), La Colmena (Paraguarí, com TML de -21,48 e população de 5.234), Vaquería (Caaguazú, com TML de -15,58 e população de 10.257), San Juan Nepomuceno (Caazapá, com TML de -15,10 e população de 24.243) e Nueva Germania (San Pedro, com TML de -14,64 e população de 4.202)²²⁷. A capital Asunción teria a 11ª TML mais expressiva, de -12,24 (e população de 512.112 habitantes) (DGEEC, 2005b), completando o panorama proposto sobre as migrações internas no Paraguai.

3.2.4 Pós-redemocratização

De volta às informações do Quadro 1, em relação ao período posterior à redemocratização, por fim, constam como maiores causas para a emigração paraguaia aquelas de natureza econômica, como as recessões, o desemprego e a precarização laboral. Um dos momentos mais críticos nesse âmbito ocorreu na transição do século XX ao XXI, quando as taxas de crescimento do PIB do Paraguai, que, em 1995, atingiram os 6,8%, rapidamente despencaram a 0,1% em 1998, -1,4% em 1999 e -2,3% em 2000 (CEPAL, 2023), devido, entre outros fatores, ao fraco desempenho das exportações do país (Masi; Borda, 2002), em um contexto político doméstico igualmente adverso – vale recordar, a título de exemplificação, o assassinato do vice-presidente Luis María Argaña em março de 1999 (López Moreira, 2015). Mesmo com uma subsequente recuperação da economia, os níveis de subemprego – caracterizados por aspectos como extensas jornadas laborais e a baixa remuneração – se mantiveram elevados – em 2009, por exemplo, o percentual da População Economicamente Ativa (PEA) nessa situação foi de 25,1%, alcançando os 31,3% no caso das mulheres residentes em zonas urbanas (OIM, 2011)²²⁸.

²²⁷ A tendência de “expulsão” de população desses departamentos parece persistir. Nos resultados preliminares do Censo de 2022 (INE, 2023a), Caaguazú e Paraguarí apresentam retração no volume de residentes não só em relação a 2012, mas, também, a 2002, conforme visto no Capítulo 2. Já San Pedro e Caazapá somente o fazem frente ao que se captou no recenseamento de 2012, com, respectivamente, 52.274 e 32.285 pessoas a menos no cômputo de suas populações em dez anos (INE, 2023a; DGEEC, 2016c).

²²⁸ Embora não se esclareça no relatório da OIM qual é o denominador utilizado para o cálculo das taxas de subemprego expostas no texto, supõe-se que seja a PEA, já que os resultados trazidos pela fonte advêm da *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) do Paraguai, conduzida pelo antigo DGEEC e, hoje, INE, órgão que, ao menos

A crise econômica deflagrada na Argentina a partir de 2001, por seu turno, fez com que muitos paraguaios, a partir de então, buscassem não o país vizinho, mas a Espanha como alternativa, em volumes suficientes para que, ao longo da década de 2000, este se tornasse o segundo maior destino no mundo a migrantes da referida origem nacional pelo critério do estoque migratório, como se verifica na Tabela 18, abaixo:

TABELA 18 – População nascida no Paraguai e recenseada em outros países, 2000 (ou ano mais próximo) e 2010

PAÍS DE RESIDÊNCIA	2000*	2010	AUMENTO DE 2000 A 2010 (%)
Argentina	322.962	550.713	70,5
Espanha	2.113	135.517	6.313,5
Brasil	28.822	40.000	38,8
Estados Unidos	13.000	20.023	54,0
Canadá	5.290	7.680	45,2
Bolívia	3.201	4.500	40,6
Chile	1.222	3.500	186,4
Alemanha	854	3.500	309,8
Japão	1.211	2.548	110,4
Outros	-	9.920	-
Total	-	777.901	-

Fonte: OIM (2011).

* 2000 ou ano mais próximo.

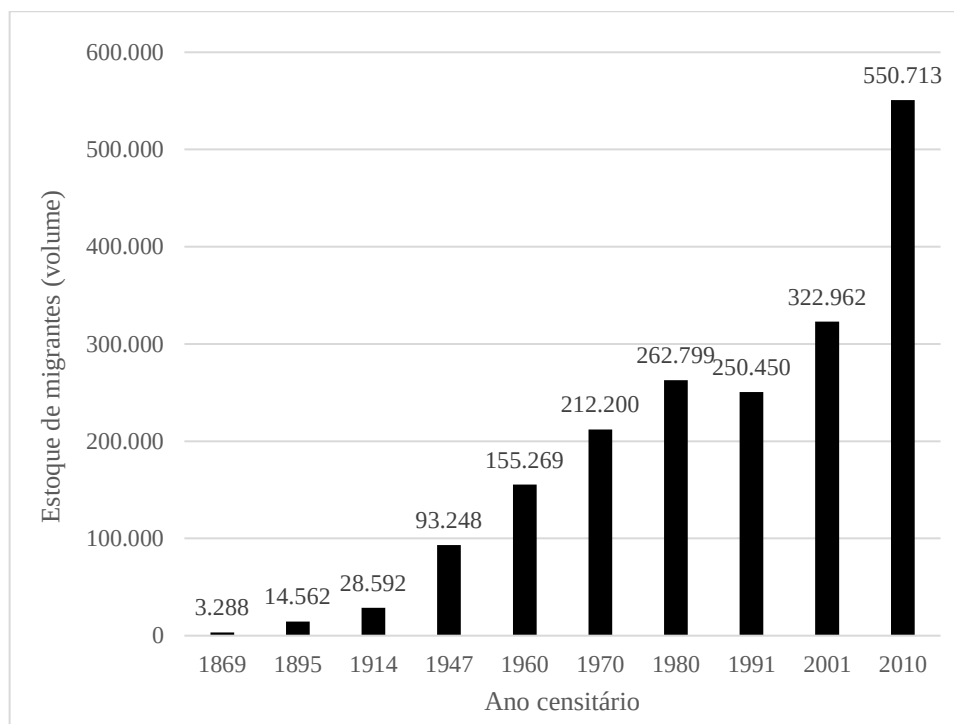
O salto no número de residentes paraguaios em território espanhol foi de 2.113 em 2001 a 135.517 em 2010, contingente que ultrapassa aquele correspondente a Brasil (com variação de 28.822 a 40 mil no período²²⁹), Estados Unidos (de 13 mil a pouco mais de 20 mil), Canadá (de 5.290 a 7.680) e Bolívia (de 3.201 a 4.500). Ainda de acordo com a publicação da OIM (2011), contudo, o ritmo da emigração paraguaia à Espanha – e a outros países desenvolvidos – teria começado a diminuir já em meados da década de 2000, devido a fatores como a implementação de políticas e normas migratórias mais restritivas. A Argentina, apesar das adversidades sofridas no campo econômico, não só se manteve como o país que historicamente mais migrantes paraguaios atrai no mundo como expandiu em 70% seu volume de residentes dessa nacionalidade em dez anos, que, em termos absolutos, superou os 550 mil indivíduos. A evolução do estoque migratório de paraguaios nesse destino ao longo do tempo

conforme publicações mais recentes, segue diretrizes da Organização Internacional do Trabalho e, logo, faz uso da População Economicamente Ativa (ver, por exemplo, DGEEC, 2018).

²²⁹ Há de se ter em mente, contudo, que as cifras possivelmente englobam um grupo numeroso de filhos de brasileiros nascidos no Paraguai, conforme sugerido por Souchaud (2010), questão discutida mais adiante.

está representada no Gráfico 5, feito com base em dados dos Censos Demográficos argentinos de 1869 a 2010:

GRÁFICO 5 – Paraguaio residentes na Argentina (1869-2010)

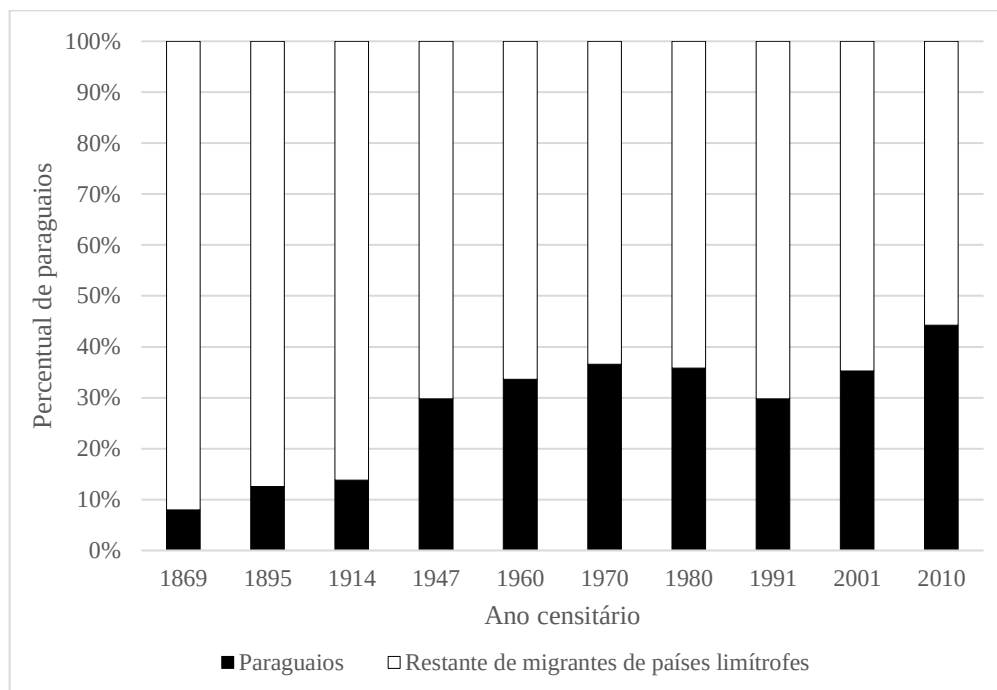


Fonte: Bruno (2013).

O aumento no volume de residentes paraguaios na Argentina foi praticamente contínuo desde 1869, havendo uma queda apenas do Censo de 1980 ao de 1991 (de 262.799 a 250.450 indivíduos), logo recuperada nas edições ulteriores, até chegar ao pico de 2010. Em relação ao restante de migrantes de países vizinhos fronteiriços, o percentual de paraguaios em solo argentino nunca foi tão elevado como nesse último ano, aproximando-se dos 45%, como se vê ilustrado no Gráfico 6, mais abaixo. Trata-se do maior valor entre todas as nacionalidades representadas²³⁰. Caso estivessem em seu país de naturalidade, os paraguaios radicados na Argentina corresponderiam a 8,5% da população nacional (Bruno, 2013).

²³⁰ Depois dos paraguaios estão os bolivianos (27,7% dos migrantes provenientes de países vizinhos ou, em termos absolutos, 345.272), chilenos (15,4% ou 191.147), uruguaios (9,4% ou 116.592), e brasileiros (3,3% ou 41.330). Haveria, ainda, 157.514 peruanos, 68.831 pessoas naturais de outros países americanos, 299.394 europeus (sendo quase metade italianos), 31.001 asiáticos, 2.738 africanos e 1.425 oceânicos (INDEC, [2010]).

GRÁFICO 6 – Paraguaio residentes na Argentina em relação ao total de migrantes de países limítrofes



Fonte: Bruno (2013).

A emigração seria um dos fatores que comprometeriam o aproveitamento do Paraguai do chamado “bônus demográfico” – fase da transição demográfica na qual, em suma, a proporção de pessoas em idade ativa ou “produtiva” (comumente assumida como de 15 a 64 anos completos) se eleva e alcança seu maior patamar em relação à população de 0 a 14 anos e de 65 ou mais, considerada “dependente” ou marcadamente consumidora, sendo este um período, em tese, mais favorável à expansão produtiva e ao crescimento econômico de um país (Vieira; Mortari A. C., 2021)²³¹. Considerando o predomínio de jovens adultos na composição dos paraguaios que deixam seu país para residir no exterior, Bruno (2017, p. 148) assevera que, “na última década, o bônus demográfico do Paraguai pagou seus dividendos em forma de

²³¹ Muitos fatores, porém, podem interferir para que o singular momento de se ter na população uma maioria de pessoas em idade ativa não se converta efetivamente em ganhos econômicos e sociais. No caso do Paraguai, Bruno (2017) enumera alguns dos mais sensíveis, entre eles, as desigualdades entre o campo e a cidade. No meio rural, a falta de empregos estaria levando, há muito, jovens a emigrar para trabalhar e conseguir prover os meios necessários de subsistência a crianças e familiares em idade mais avançada que permanecem no local de origem. O processo de urbanização e metropolização paraguaio foi, em ampla medida, impulsionado por fluxos como esses, mas os “dividendos” do “bônus demográfico” experimentado pelas grandes cidades pouco estariam sendo repartidos com o interior agrário do país, que ganharia cada vez mais características de um “reservatório de população dependente”. Outro fator considerado pelo autor – apenas para citar um último exemplo – são as desigualdades de gênero, que fariam com que os níveis de subemprego, informalidade e precarização laboral, já elevados na sociedade paraguaia como um todo, fossem especialmente preocupantes entre as mulheres, de modo que o “bônus demográfico” não necessariamente culminaria em uma melhora equitativa e abrangente na qualidade dos empregos (Bruno, 2017).

rejuvenescimento das populações de Argentina e Espanha” (tradução livre)²³². Pode-se dizer que parte desses “dividendos”, ainda que em menor medida, também iria para o Brasil e, particularmente, São Paulo, cujo lugar nas emigrações paraguaias será o tema da próxima seção.

3.2.5 Emigrações paraguaias ao Brasil

Os fluxos migratórios de paraguaios ao território brasileiro, em comparação com as históricas migrações de brasileiros ao Paraguai, são mais modestos em termos de volume, mas não menos importantes enquanto fenômeno social. Primeiramente, é preciso apontar que, diferentemente do que ocorreu no país vizinho, o Brasil atraiu numerosos contingentes de migrantes internacionais entre os séculos XIX e XX, destacando-se entre suas origens Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão, sem mencionar outros. Estima-se que de 1880 a 1930, por exemplo, imigraram exclusivamente do continente europeu aproximadamente quatro milhões de pessoas²³³. Na década de 1890, a de mais elevadas cifras, 70% dos migrantes arribaram ao estado de São Paulo (Martine, 1990), que se manteve como principal destino da migração internacional no Brasil de ponta a ponta do século XX. As migrações da América Latina como um todo, por sua vez, somente se fizeram mais expressivas a partir do decênio de 1970, com sua gente variando de 5,9%²³⁴ de toda a população não natural do país a 31% em quarenta anos, em decorrência não só da contínua retração do estoque de residentes europeus, mas, também, do próprio incremento do volume de latino-americanos – a dizer, de 72.119 indivíduos a 183.626 no intervalo assinalado –, como se vê na Tabela 19:

²³² Trecho original, em castelhano: “*En la última década, el bono demográfico de Paraguay pagó sus dividendos en forma de rejuvenecimiento de las poblaciones de Argentina y España*” (Bruno, 2017, p. 148).

²³³ Além da reposição de força de trabalho após a abolição da escravidão (1888) e da expansão do povoamento do território brasileiro, a política de atração de migrantes europeus ao Brasil tinha por objetivo o “embranquecimento” da população do país, em um período fortemente marcado por um “sentimento de inferioridade na sociedade” em relação a negros e indígenas (Petruccelli, 2013). É representativo dessa finalidade um dos instrumentos jurídicos que regulamentava a imigração naquele momento, o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, em cujo artigo 1º africanos e asiáticos eram discriminados como indesejáveis, como se pode ler a seguir: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Asia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas” (Brasil, 1890). Em 5 de outubro de 1892, com a promulgação da Lei nº 97, foi autorizada a entrada de chineses e japoneses (Brasil, 1892). Apesar disso, os últimos – que são um dos grupos de migrantes internacionais mais numerosos no Brasil até hoje – somente começaram a chegar ao país a partir de 1908.

²³⁴ O percentual é apenas ligeiramente superior ao dos anos de 1920 e 1940, que foram de 5,5% e 5,1%, respectivamente. No primeiro, cujo censo foi o que captou o maior número de migrantes internacionais de todas as edições, o volume de latino-americanos foi de 86.560 indivíduos – considerando-se tanto os denominados “estrangeiros” como aqueles que vieram a se naturalizar brasileiros –, decaindo a pouco mais de 70 mil um par de décadas depois. Entre os grupos nacionais mais representativos, estavam os uruguaios (com 33.621 pessoas em 1920 e 23.961 em 1940), os argentinos (com 22.117 e 17.924) e os paraguaios (com 17.329 e 14.687) (Directoria Geral de Estatística, 1926; IBGE, 1940).

TABELA 19 – Estoque de migrantes internacionais no Brasil por continente de nascimento (1970-2010)

ORIGEM	ANO CENSITÁRIO									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
América Latina	72.119	5,9	110.894	10,0	118.802	15,5	144.532	21,1	183.626	31,0
Europa	916.268	74,5	758.530	68,3	482.221	62,8	385.194	56,3	264.860	44,7
América do Norte	13.893	1,1	14.984	1,3	12.471	1,6	15.201	2,2	25.100	4,2
África	7.086	0,6	16.495	1,5	14.050	1,8	15.679	2,3	18.426	3,1
Ásia	214.052	17,4	198.775	17,9	135.590	17,7	121.787	17,8	98.766	16,7
Oceania	569	0,0	662	0,1	544	0,1	571	0,1	968	0,2
Não especif.	5.141	0,4	10.570	1,0	4.112	0,5	868	0,1	824	0,1
Total	1.229.128	100,0	1.110.910	100,0	767.790	100,0	683.830	100,0	592.570	100,0

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970).

Nota: Estão contemplados pelas cifras tanto as pessoas definidas como “estrangeiros” nos censos como os “brasileiros naturalizados”.

Do recenseamento de 1970 para o de 1980, algumas nacionalidades passaram a ter maior representatividade entre seus pares regionais, como é especialmente o caso da chilena, cujo estoque migratório se elevou de 1.900 a 17.830, fazendo com que o grupo, que correspondia a apenas 2,6% do total da população não natural do Brasil com origem em países das Américas – excetuando-se Canadá e Estados Unidos –, elevasse seu percentual a 16,1%. Argentinos e uruguaios também se tornaram mais numerosos – com variação de, respectivamente, 17.213 a 26.633 indivíduos e 13.582 a 21.238 –, ainda que tal movimento praticamente não tenha se traduzido em ganhos em termos relativos, como se verifica na Tabela 20:

TABELA 20 – Estoque de migrantes internacionais das Américas (exceto Canadá e Estados Unidos) no Brasil por país de nascimento (1970-2010)

ORIGEM	1970		1980		1991		2000		2010	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Argentina	17.213	23,9	26.633	24,0	25.468	21,4	27.531	19,0	29.067	15,8
Bolívia	10.712	14,9	12.980	11,7	15.690	13,2	20.388	14,1	38.816	21,1
Chile	1.900	2,6	17.830	16,1	20.435	17,2	17.131	11,9	15.432	8,4
Colômbia	870	1,2	1.490	1,3	2.077	1,7	4.159	2,9	6.851	3,7
Cuba	470	0,7	574	0,5	491	0,4	1.343	0,9	2.077	1,1
Equador	357	0,5	758	0,7	605	0,5	1.188	0,8	1.730	0,9
México	519	0,7	853	0,8	660	0,6	1.258	0,9	2.680	1,5
Paraguai	20.025	27,8	17.560	15,8	19.018	16,0	28.822	19,9	39.251	21,4
Peru	2.410	3,3	3.789	3,4	5.833	4,9	10.814	7,5	15.020	8,2
Uruguai	13.582	18,8	21.238	19,2	22.144	18,6	24.740	17,1	24.048	13,1
Venezuela	989	1,4	1.262	1,1	1.226	1,0	2.162	1,5	2.869	1,6
Outros	3.072	4,3	5.927	5,3	5.155	4,3	4.995	3,5	5.785	3,2
Total	72.119	100,0	110.894	100,0	118.802	100,0	144.531	100,0	183.625	100,0

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970).

Nota: Estão contemplados pelas cifras tanto as pessoas definidas como “estrangeiros” nos censos como os “brasileiros naturalizados”.

Os paraguaios figuravam entre as maiores coletividades no contexto de escalada da imigração latino-americana, embora seu estoque migratório, a princípio, se revelasse em níveis similares àqueles de levantamentos censitários anteriores. Por isso, é importante ter em mente fluxos predecessores de migrantes dessa mesma procedência, como é o caso daqueles que se seguiram ao final da Guerra da Tríplice Aliança em direção à então província de São Pedro do Rio Grande do Sul²³⁵ – que, pelo Censo de 1872, respondia como residência a quase metade dos paraguaios no Brasil, com pouco mais de 1.200 indivíduos, quando o número para São Paulo não passava de 126 (Directoria Geral de Estatística, [1874?]), conforme se vê na Tabela 21 – e ao Mato Grosso – que, até o fim da década de 1970, compreendia também as terras do atual estado do Mato Grosso do Sul, ao qual foi anexada parte do território perdido pelo Paraguai após as hostilidades. No último, de acordo com dados do Censo de 1920, concentravam-se em torno de 75% de todos os paraguaios residentes em solo brasileiro – que, em termos absolutos, somavam pouco mais de 17 mil pessoas, das quais apenas 107 estavam em São Paulo, como se pode verificar na Tabela 22 –, sendo uma das figuras identificáveis nesse grupo a do *mensú* – trabalhador de engenhos de erva-mate (PNUD, 2009) –, de modo que a presença paraguaia se fazia notar não só na demografia da região, mas, também, em sua cultura, costumes e idioma – com o uso do guarani –, entre outros âmbitos.

²³⁵ Atual estado do Rio Grande do Sul.

TABELA 21 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai, 1872

PROVÍNCIA	VOLUME	%
Município Neutro	310	12,0
Amazonas	34	1,3
Pará	34	1,3
Maranhão	22	0,9
Piauí	10	0,4
Ceará	61	2,4
Rio Grande do Norte	51	2,0
Parahyba do Norte	13	0,5
Pernambuco	68	2,6
Alagoas	10	0,4
Sergipe	6	0,2
Bahia	81	3,1
Espírito Santo	4	0,2
Rio de Janeiro	136	5,3
São Paulo	126	4,9
Paraná	9	0,3
Santa Catharina	41	1,6
S. Pedro do Rio Grande do Sul	1.228	47,5
Minas Geraes	34	1,3
Goyaz	3	0,1
Matto Grosso	306	11,8
Total	2.587	100,0

Fonte: Directoria Geral De Estatística ([1874?]).

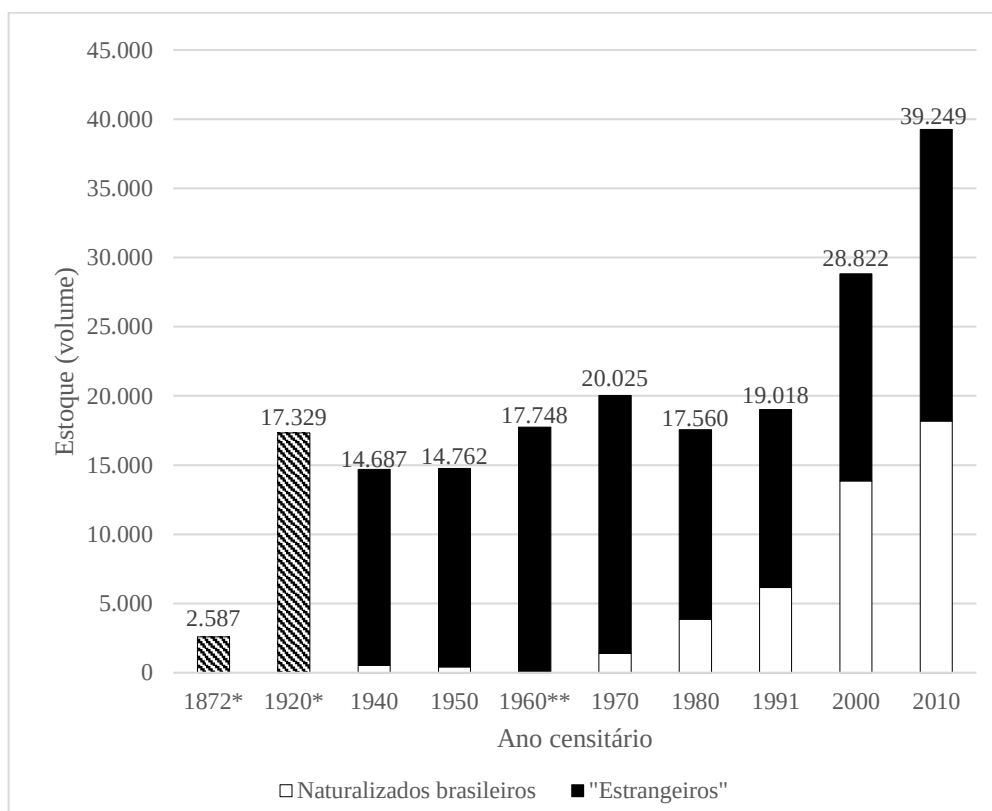
TABELA 22 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai, 1920

ESTADO	VOLUME	%
Alagoas	3	0,0
Amazonas	7	0,0
Bahia	8	0,0
Ceará	2	0,0
DF	293	1,7
Espírito Santo	1	0,0
Goyaz	5	0,0
Maranhão	3	0,0
Matto Grosso	13.118	75,7
Minas Geraes	35	0,2
Pará	11	0,1
Parahyba do Norte	3	0,0
Paraná	3.003	17,3
Pernambuco	12	0,1
Piauí	1	0,0
Rio de Janeiro	47	0,3
Rio Grande do Norte	1	0,0
Rio Grande do Sul	567	3,3
Santa Catharina	99	0,6
São Paulo	107	0,6
Sergipe	1	0,0
Acre	2	0,0
Total	17.329	100,0

Fonte: Directoria Geral De Estatística (1926).

Os volumes de residentes naturais do Paraguai no Brasil viriam a ser praticamente constantes ao longo do século XX, com flutuações pouco destoantes. Nos Censos de 1940 e 1950, por exemplo, foram enumeradas por volta de 14,7 mil pessoas, número que, em 1960, foi de 17.748 (nesse caso, excepcionalmente, sem incluir os que se naturalizaram brasileiros). Em 1970, o estoque migratório alcançou os 20.025 indivíduos, sofrendo uma leve redução em 1980 antes de novamente recuperar seu crescimento em 1991. Tal tendência, mais do que apenas se manter, intensificou-se, fazendo com que, em 2000 e 2010, fossem apreendidos os maiores volumes de pessoas naturais do Paraguai em todos os censos brasileiros²³⁶, como se observa no Gráfico 7, abaixo:

²³⁶ Foram realizados no Brasil até hoje treze censos demográficos, nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022. Sobre o último, deve-se informar que seus resultados não haviam sido totalmente disponibilizados até o momento de finalização desta tese, como é o caso daqueles relativos à migração.

GRÁFICO 7 – População residente no Brasil nascida no Paraguai, 1872-2010

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970; 1960; 1950; 1940); Directoria Geral de Estatística (1926; [1874?]).

* Dados referentes ao total, sem discriminação entre “naturalizados brasileiros” e “estrangeiros”.

** Não estão incluídos aqueles que se naturalizaram brasileiros, considerando que o dado está indisponível na fonte consultada.

Nota: Censos de 1872 a 1960 com base em população presente; Censos de 1970 em diante, com população residente.

A presença de quase 40.000 pessoas naturais do Paraguai em 2010 fez com que estas se alçassem como o terceiro maior grupo de migrantes internacionais no Brasil naquele ano, superado apenas pelos nascidos em Portugal (com mais de 135.000 pessoas) e Japão (aproximadamente 50.000), cujos últimos fluxos migratórios mais acentuados remetem à década de 1960. Há de se ter em mente, porém, que uma parte considerável desse contingente está provavelmente ligada à migração de retorno de brasileiros, contabilizando-se, portanto, os filhos de famílias brasileiras nascidos no Paraguai, como sugere Souchaud (2010) com respeito a 2000. A hipótese pode ser sustentada pela verificação da variação no percentual de brasileiros naturalizados dentro do total de pessoas nascidas em território paraguaio. Nos Censos de 1940 e 1950, a cifra não chegava a 4%, enquanto em 1970, correspondia a apenas 7%. Já em 1980, houve um salto para 22,1%, seguido de outro no levantamento subsequente, dessa vez, para 32,3%²³⁷. Em 2000 e 2010, por fim, o percentual calculado foi de, respectivamente, 48,1% e

²³⁷ Levando-se em conta os Censos de 1970, 1980 e 1991, vê-se que o número de paraguaios “estrangeiros” caiu (mais precisamente, de 18.632 indivíduos a 13.687 e, depois, a 12.873), mas, em compensação, o de

46,3%, o que significa que quase metade dos residentes naturais do Paraguai naqueles anos haviam adquirido a nacionalidade brasileira. A elevação nesses números coincide com o início e a intensificação das migrações de retorno de famílias de matriz brasileira daquele país²³⁸, permitindo-se supor que tal fenômeno possa ter colaborado fortemente para a proeminência da migração paraguaia nos Censos demográficos de 2000 e 2010.

É interessante comparar essa variação no percentual de brasileiros naturalizados nas migrações oriundas do Paraguai com aquela referente a outros fluxos latino-americanos. Na Tabela 23 e no Gráfico 8, percebe-se que o caso paraguaio discrepa dos demais levados em conta, já que, apesar de todos terem exibido aumento em seus respectivos números de 1970 a 2010, nenhum ultrapassou os 30% – com exceção dos cubanos, mas, ainda assim, muito pontualmente. Constata-se, na verdade, uma estabilidade no referido percentual na grande maioria dos casos quando confrontados os Censos de 1991, 2000 e 2010, diferentemente do que a curva dos paraguaio demonstra. Quer dizer que a busca pela naturalização parece ser menos um movimento generalizado entre os migrantes latino-americanos e mais uma particularidade daqueles naturais do Paraguai, o que, conforme já exposto, provavelmente se deve, em grande medida, à iniciativa de famílias brasileiras que regressam a seu país de origem e propiciam aos seus filhos a transmissão de sua nacionalidade. Está fora dos propósitos desta tese, contudo, pôr à prova essa hipótese.

“naturalizados” aumentou (de 1.393 a 3.873 e, posteriormente, a 6.145), o que sustentaria o crescimento no volume total de residentes naturais do Paraguai no último ano citado (IBGE, 1991; 1980; 1970).

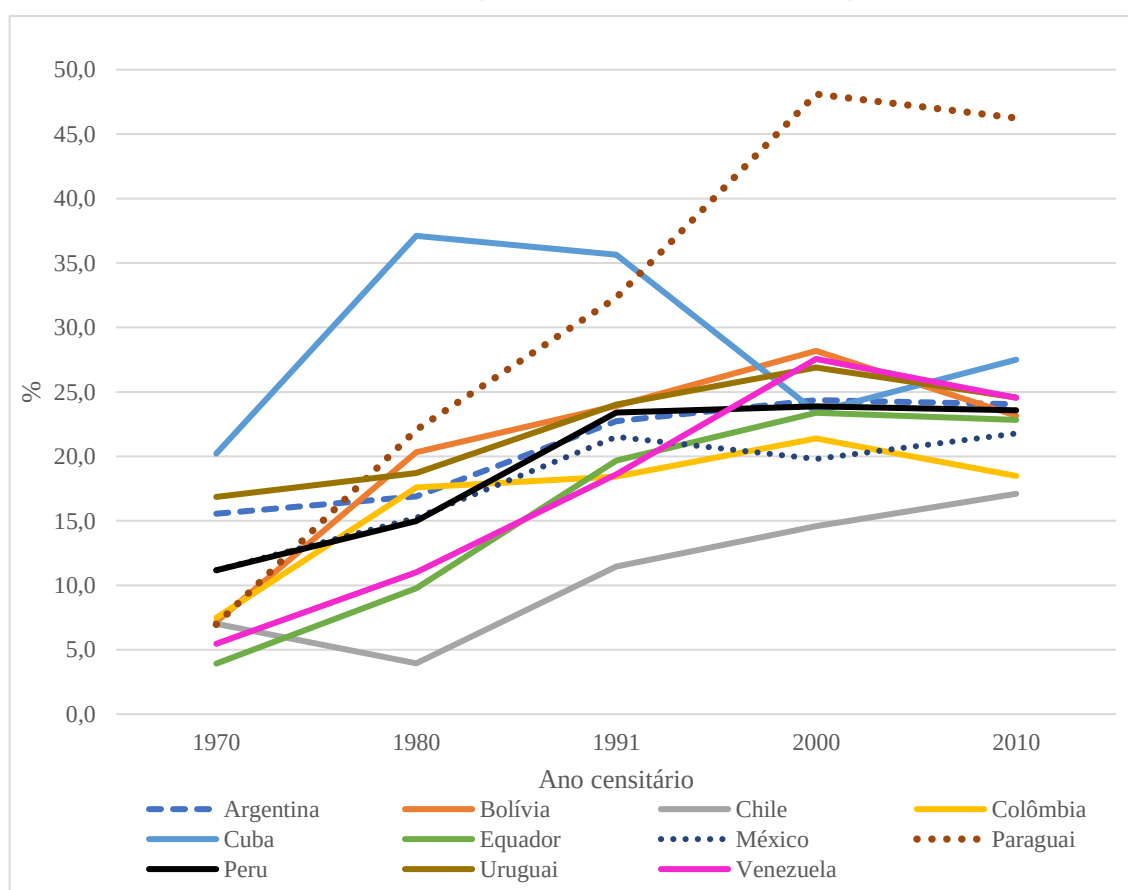
²³⁸ É ilustrativo, nesse sentido, o caso de Rondônia. Antes de tudo, é necessário ter em mente que, entre as décadas de 1970 e 1980, o estado passou a ser visto como uma alternativa migratória diante do esgotamento do processo de expansão das fronteiras agrícolas no Sul, o agravamento dos conflitos agrários no Centro-Oeste e o fracasso de projetos de infraestrutura e assentamento na porção setentrional do país, como a Transamazônica (Bassegio, 1989). Um levantamento feito em 1987 pelo Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes revelava que a imensa maioria das pessoas que se estabeleciam em solo rondoniense naquele momento (mais precisamente, 86%) já havia migrado antes em suas vidas, sendo a situação mais proeminente aquela de cumprimento de etapa migratória prévia no Paraná (Bassegio, 1989). No que concerne ao grupo de interesse desta tese, pelo Censo de 1980, eram 339 os residentes de Rondônia nascidos no Paraguai – sendo 198 “estrangeiros” e 141 naturalizados brasileiros (IBGE, 1980). Em 1991, o número teria saltado para 893 – 506 “estrangeiros” e 387 naturalizados (IBGE, 1991), o que parece ter estreita relação com o expressivo retorno de trabalhadores rurais do leste paraguaio ao Brasil ao longo do decênio de 1980, como migrações de caráter internacional que terminam por se inserir na dinâmica de fluxos domésticos. No final, o ciclo migratório em Rondônia rapidamente teria avançado da atração à estagnação e, subsequentemente, à expulsão (Martine, 1987; Bassegio, 1989). A presença de uma profusão de pequenos agricultores, que predominariam entre os primeiros migrantes da abertura de fronteiras agrícolas daquele estado amazônico, seria gradualmente substituída por grandes (e seletas) empresas agropecuárias (Bassegio, 1989), à semelhança do que se vira com a migração brasileira no Paraguai após os volumosos fluxos dos anos 1960 e 1970.

TABELA 23 – Percentual de brasileiros naturalizados entre a população não nata do Brasil, por país de nascimento (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

PAÍS DE NASCIMENTO	1970	1980	1991	2000	2010
Argentina	15,6	16,9	22,7	24,4	24,0
Bolívia	7,2	20,3	23,9	28,2	23,2
Chile	7,0	3,9	11,5	14,6	17,1
Colômbia	7,5	17,6	18,4	21,4	18,5
Cuba	20,2	37,1	35,6	23,5	27,5
Equador	3,9	9,8	19,7	23,4	22,8
México	11,2	15,2	21,5	19,8	21,8
Paraguai	7,0	22,1	32,3	48,1	46,2
Peru	11,2	15,0	23,4	23,9	23,6
Uruguai	16,9	18,7	24,0	26,9	24,6
Venezuela	5,5	11,0	18,6	27,6	24,5

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970).

GRÁFICO 8 – Percentual de brasileiros naturalizados entre a população não nata do Brasil, por país de nascimento (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

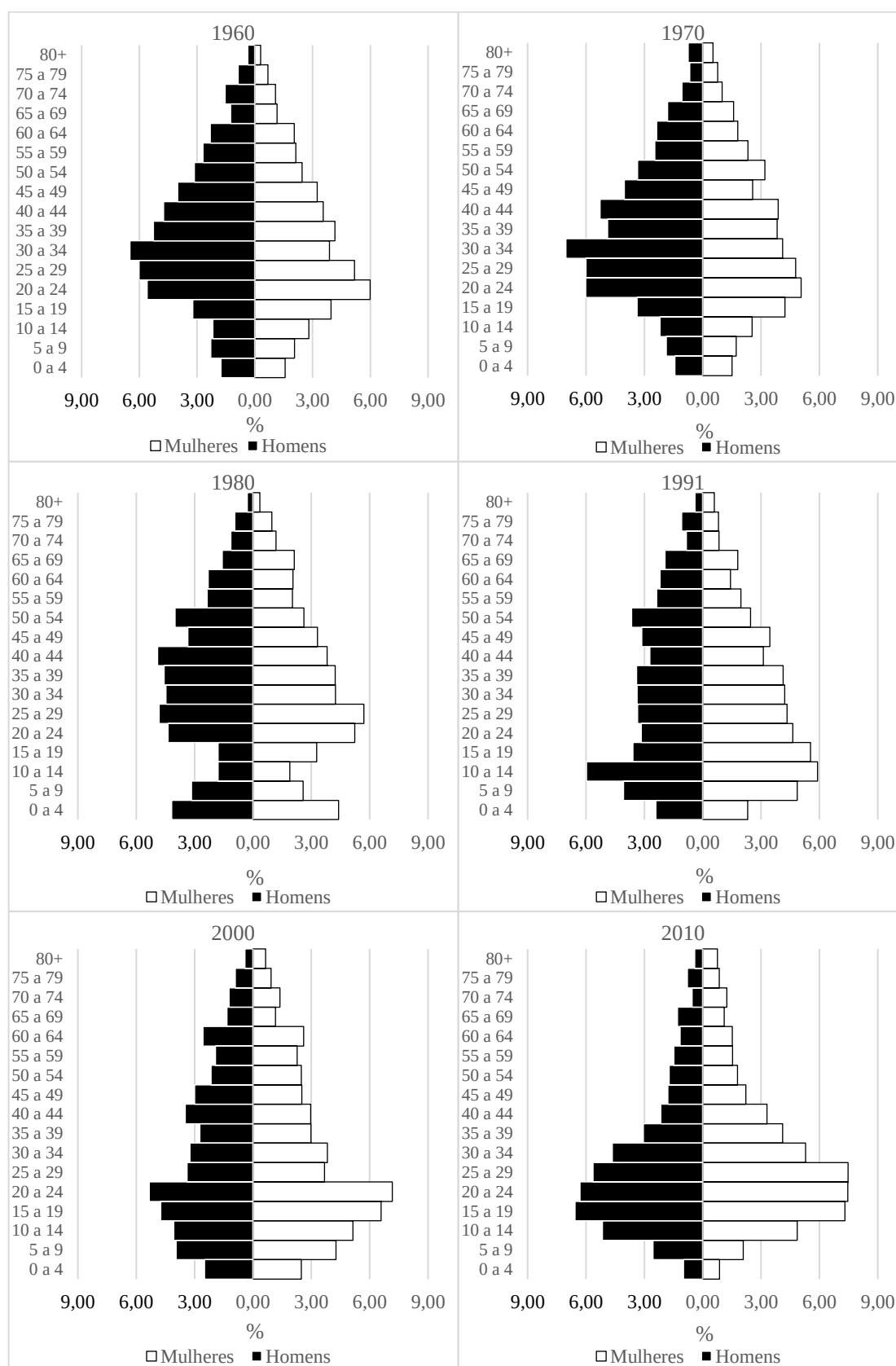


Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970).

Deve-se esclarecer, ainda, que os números indicados não necessariamente correspondem à quantidade exata de pessoas de origem paraguaia residentes no Brasil na data

de cada levantamento censitário, tanto porque a imigração internacional, neste caso, é contabilizada por técnicas de amostragem como pelo fato de que é mais difícil captar os migrantes em situação de indocumentação. De todo modo, o censo demográfico é uma fonte de dados imprescindível e inigualável para os estudos migratórios, seja pelo nível de desagregação dos dados, sua cobertura geográfica ou o tamanho da amostra, apenas para mencionar alguns aspectos.

Dito isso, pode-se recorrer a essa fonte para se compor um perfil demográfico dos migrantes naturais do Paraguai residentes no Brasil. No Gráfico 9, constam as pirâmides etárias desse grupo de pessoas de 1960 a 2010:

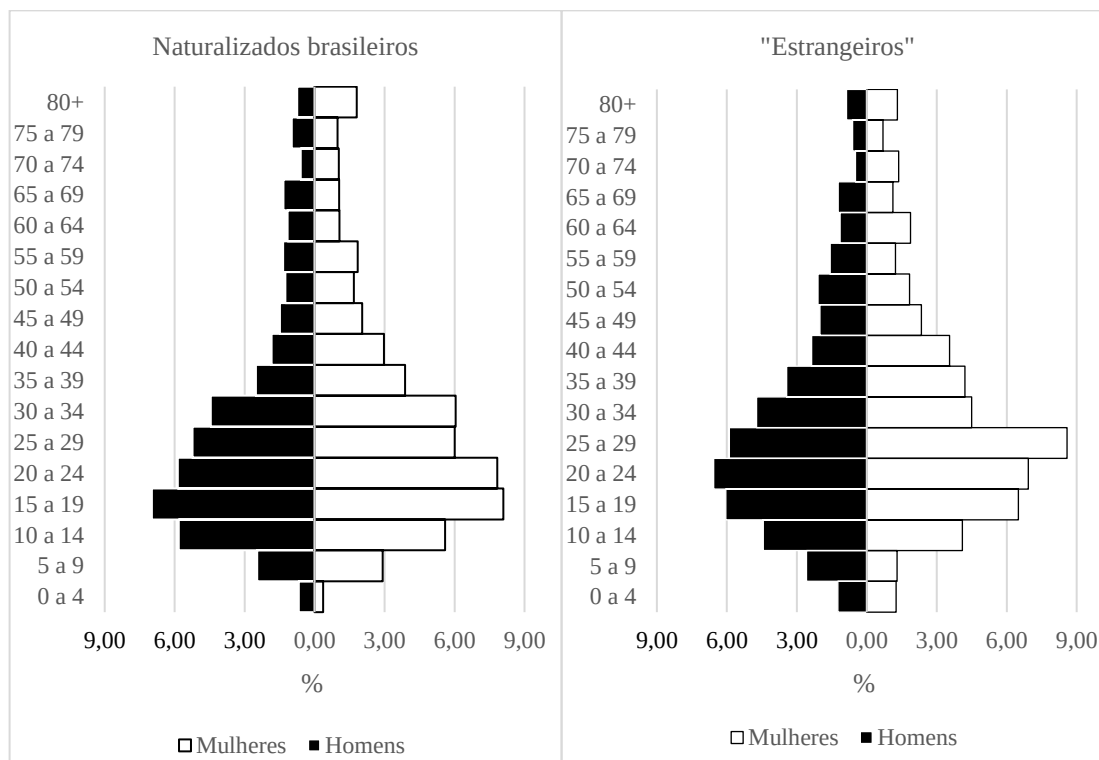
GRÁFICO 9 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai segundo sexo e grupo etário, 1960 a 2010

Fonte: Minnesota Population Center (2020) e IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970; 1960).

Nota-se, inicialmente, uma similaridade entre os resultados dos anos de 1960 e 1970, nos quais se aponta para uma migração predominantemente masculina (correspondente a algo entre 54% e 55% do total) e tendo como grupo etário mais proeminente o de 30 a 34 anos no caso dos homens e o de 20 a 24 entre as mulheres. Já em 1980, pelo menos duas mudanças chamam a atenção, sendo a primeira o equilíbrio na distribuição entre os sexos (no qual cada um responde precisamente por metade da população abarcada) e a segunda, o alargamento da base da pirâmide em concomitância com a diminuição das diferenças percentuais entre grupos em idade adulta, sugerindo que as migrações paraguaias, em alguma medida, adquiriam um caráter mais familiar. Pode ter contribuído com isso a presença de filhos pequenos de brasileiros regressados do Paraguai, conforme já mencionado, considerando-se que é justamente nesse ano que as taxas de naturalização entre os residentes paraguaios apresentam um salto em relação ao que fora captado em censos anteriores.

Em 1991, as mulheres se tornam maioria (com 52,4% do total), o que assim se mantém nos levantamentos posteriores. Em relação à idade, a barra protuberante no gráfico é aquela do grupo de 10 a 14 anos, relacionada àqueles indivíduos que, uma década antes, tinham de 0 a 4 anos. Essa mesma coorte de nascimento se destaca em 2000, já que, nesse ano, é o grupo de 20 a 24 anos o que exhibe o maior número de integrantes, sendo possível que esse fato reforce a hipótese de influência da migração de retorno brasileira no formato das pirâmides etárias de residentes naturais do Paraguai desde o Censo de 1980 caso se assuma que haveria uma maior tendência de as pessoas que migraram com tão curta idade permanecerem no país de origem de seus genitores. Em 2010, por fim, vê-se uma expansão notável de jovens de 15 a 29 anos sobretudo entre as mulheres. Quando se distingue o estoque de migrantes que mantiveram a nacionalidade paraguaia daquele referente aos que se naturalizaram brasileiros, o perfil etário, ao menos no último ano, não exhibe grandes diferenças, como se atesta na comparação entre as pirâmides abaixo (Gráfico 10):

GRÁFICO 10 – Residentes no Brasil nascidos no Paraguai nas categorias de “estrangeiros” e “naturalizados brasileiros”, 2010



Fonte: Minnesota Population Center (2020) e IBGE (2010).

A mais aparente distinção ilustrada acima é a de uma representatividade mais acentuada do grupo etário de 25 a 29 anos entre as mulheres “estrangeiras”, o que, no entanto, não alteraria as conclusões que se poderiam tirar sobre a migração paraguaia de forma geral no Brasil, a dizer, de prevalência de jovens adultos em idade produtiva. Em outras palavras, a migração de pessoas oriundas de famílias paraguaias não diferiria tanto, em termos de distribuição etária, daquela presumivelmente relacionada ao fenômeno de retorno de filhos de brasileiros nesse momento, como se ambos os grupos estivessem expostos a fatores similares de expulsão e atração em suas trajetórias ou obedecessem de maneira símil a tendências relacionadas ao ciclo de vida humano, suposições que também teriam que ser verificadas com maior minuciosidade.

Além dos fluxos migratórios entre Paraguai e Brasil, que implicam mudança de residência, há de se ter em conta outras facetas da mobilidade espacial de maneira mais ampla envolvendo esses países. Uma delas é o traslado de plantas produtivas de empresas brasileiras a território paraguaio, principalmente sob o regime das maquilas, instituído por meio da Lei 1.064/97, regulamentada em 17 de julho de 2000. Trata-se, segundo definido no Capítulo 1, de uma forma de subcontratação internacional pela qual empresas de matriz no exterior se

estabelecem em um país para a produção de bens – sobretudo procedimentos de montagem e acabamento – e/ou prestação de serviços para o mercado externo, gozando de benefícios como isenções fiscais. Ainda que pouca migração internacional decorra dessa experiência, as maquilas podem gerar importantes mudanças demográficas no país onde se estabelecem, como por meio do deslocamento de trabalhadores às zonas produtivas, sem mencionar os efeitos que costumam produzir na estrutura econômica, laboral e social desses lugares (ver, por exemplo, nota de rodapé nº 45).

Outra dessas facetas são os movimentos transfronteiriços entre municípios como Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, no marco da triangulação comercial – ou seja, a importação de produtos provenientes especialmente da China e sua comercialização a cidadãos de países vizinhos ao Paraguai –, cujo auge se deu na década de 1990 (Pinheiro-Machado, 2012).

Ciudad del Este foi fundada em 1957, mas, inicialmente, com o nome de Puerto Flor de Lis, que, rapidamente, seria alterado para Puerto Presidente Stroessner – em homenagem ao ditador paraguaio então em exercício –, até que, em 1989, com o início da transição democrática, o município passou a ser chamado da forma como é conhecido atualmente (Alto Paraná, [2012?]). Mormente no decênio de 1970, turistas brasileiros e argentinos se dirigiam para lá atraídos pelos cassinos e pela oferta de artigos de luxo a baixo custo para consumo próprio, considerando que, diferentemente dos países vizinhos, o Paraguai não praticava uma política de substituição de importações, mas, sim, de incentivo a elas por meio de reduções ou isenções tributárias sobre produtos provenientes do exterior, o que converteria Ciudad del Este em uma das maiores zonas francas do mundo (Silva, 2014). Segundo Masi (2006), também circulavam pela fronteira bens contrabandeados do Brasil e da Argentina, revendidos ao mercado desses países de forma irregular, ocorrendo o mesmo com importados de Miami, Estados Unidos (Silva, 2014).

No correr dos anos 1980, passaria a ganhar maior destaque o movimento dos popularmente denominados (por vezes, em tom pejorativo) “sacoleiros” ou “muambeiros”, que, em linhas gerais, eram comerciantes que iam do Brasil a Ciudad del Este e adquiriam produtos para atender a clientela de seus locais de origem. É nesse momento que começam a surgir no aludido mercado de fronteira marcas desconhecidas e cópias de produtos originais, oriundas sobretudo da República Popular da China²³⁹, incluindo perfumes, brinquedos, bebidas

²³⁹ Deve-se recordar que, como efeito da Revolução de 1949, duas Chinas emergiram, uma continental (República Popular da China) e outra, insular (República da China ou Taiwan), sendo que a primeira reivindica soberania sobre o território da última. Atualmente, apenas um seletivo grupo de países (mais precisamente, treze, até o fim de março de 2023 – Reuters, 2023) reconhece sem reservas Taiwan como independente e mantém relações diplomáticas com este, e não com Beijing, entre eles, curiosamente, o Paraguai – o único na América do Sul –,

alcoólicas, cigarros e eletrônicos (Silva, 2014; Masi, 2006). Sobre isso, vale lembrar que, a partir de 1978, Beijing – primeiramente na figura do presidente Deng Xiaoping – promoveu em seu país uma abertura econômica, que culminaria na produção de mercadorias a baixo custo em massa e em sua comercialização com diversas regiões do mundo. Boa parte das fábricas operava nas “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE), localizadas principalmente na província de Guangdong – também conhecida como “Cantão” – e tidas como estratégicas para o modelo de desenvolvimento industrial e crescimento econômico adotado (Pinheiro-Machado, 2012)²⁴⁰. A transição à década de 1980 marca, de igual modo, o início das migrações provenientes da China continental ao Paraguai, com destaque à de cantoneses, muitos dos quais se dedicariam à venda dos artigos produzidos em sua região de origem (Pinheiro-Machado, 2012)²⁴¹. Esses migrantes

que, desde os tempos de Alfredo Stroessner, sustenta com a ilha cooperações das mais diversas ordens, como econômica, comercial e cultural. Exemplos disso são o “Acordo de Cooperação Econômica entre a República do Paraguai e a República da China (Taiwan)” (“*Acuerdo de Cooperación Económica entre la República de Paraguay y la República de China (Taiwán)*”), firmado em 2017 (Paraguay, 2017), e o recebimento, em 2022, de 5,7 milhões de dólares para o fortalecimento do sistema de saúde paraguaio pelo projeto “Melhoria da Qualidade de Atendimento dos Estabelecimentos de Saúde do Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social” (“*Mejoramiento de la Calidad de Atención de los Establecimientos de Salud del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social*”) (Paraguay, 2022b).

²⁴⁰ Wu (1996, p. 45) fornece a seguinte síntese sobre as ZEE (ou SEZ, no acrônimo em inglês) na China: “Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) são usadas em todo o mundo em desenvolvimento como uma estratégia para o aumento das exportações desde a década de 1960. Seguindo um caminho similar, a China designou quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEE) – Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, na esteira da reforma iniciada em 1979. As ZEE são geograficamente isoladas, mas economicamente abertas, onde são conduzidas políticas econômicas especiais e flexíveis principalmente para promover investimento estrangeiro, transferência de tecnologia e exportações. Como objetivos secundários, elas também foram concebidas para se experimentarem novas políticas de reforma e um sistema de mercado e para servirem de zonas tampão ou intermediárias para a futura reunificação com Hong Kong e Taiwan. Naquele momento, o governo central percebeu que a China deveria tirar vantagem da tendência global de realocação industrial para atrair investimento estrangeiro para sua economia sedenta por capital. Tais investimentos permitiriam que a China fizesse o máximo uso de suas amplas reservas de força excedente e barata de trabalhadores rurais para produzir bens intensivos em trabalho para exportação e, em última instância, ter ganhos de divisas externas. O governo também reconhecia a importância da tecnologia avançada estrangeira para estimular o crescimento, tendo conhecimento do canal pelo qual a transferência de tecnologia costumava acontecer – investimento estrangeiro direto (IED). Desse modo, a promoção de investimento estrangeiro não tinha um fim em si mesmo, sendo um meio de trazer tecnologia estrangeira para a China” (tradução livre – trecho original, em inglês: “*Export Processing Zones (EPZs) have been used throughout the developing world as an export-oriented growth strategy since the 1960s. Following a similar path, China designated four Special Economic Zones (SEZs) – Shenzhen, Zhuhai, Shantou, and Xiamen, in the wake of the economic reform initiated in 1979 (Map). SEZs are geographically insulated but economically open areas, where special and flexible economic policies are carried out primarily to promote foreign investment, technology transfer, and exports. They were also designed, as secondary objectives, to experiment with new reform policies and a market system, and serve as buffer or intermediate zones for future reunification with Hong Kong and Taiwan. At the time, the central government realized that China should take advantage of the global trend of industrial relocation to attract foreign investment to its capital-starving economy. Such investment would allow China to make full use of its large reserve of inexpensive rural surplus labor to produce labor-intensive goods for exports and ultimately foreign exchange earnings. The government also recognized the importance of foreign advanced technology in stimulating growth and the channel through which technology transfer often happen - foreign direct investment (FDI). So the promotion of foreign investment is not the end in itself, but a means to bring foreign technology to China*”).

²⁴¹ A expansão da venda de produtos chineses promovida pelos migrantes no exterior terminou por fomentar migrações dentro da própria China, incluindo aquelas de caráter rural-urbano, direcionadas ao suprimento de força de trabalho nas indústrias de províncias como a de Guangdong, além de novas emigrações internacionais, muitas

teriam sido antecedidos por aqueles partidos de Taiwan, cuja regularização da situação migratória seria facilitada pela existência de acordos de cooperação com o Estado paraguaio, vigentes até hoje.

Nos anos 1990, a triangulação comercial na fronteira leste do Paraguai encontrou o seu apogeu. A reexportação de produtos estrangeiros pelo país chegou a ser três vezes superior às exportações de bens nacionais em meados da década. Já entre 1995 e 1999, 67% dos produtos importados teriam sido revendidos a Brasil e Argentina (Masi, 2006)²⁴². Em síntese oferecida por Masi e Borda (2002, p. 223), consta a relevância que as reexportações teriam para a economia paraguaia pelo menos até aquele momento, conforme traduzido abaixo:

Diferente da experiência dos demais sócios do Mercosul, o Paraguai se caracteriza por ser um país eminentemente comercial, com uma economia aberta e, portanto, não protecionista, com um escasso desenvolvimento industrial e agroindustrial e com uma especialização exportadora em duas ou três matérias-primas agrícolas. A particularidade deste modelo não está baseada precisamente no fôlego e na dinamização das exportações de produtos nacionais, mas em uma febril atividade reexportadora de produtos terminados provenientes principalmente dos Estados Unidos e países asiáticos direcionada aos mercados altamente protegidos de Brasil e Argentina, majoritariamente por canais ilegais (tradução livre)²⁴³.

Na virada para o século XXI, porém, tem início o declínio dessa atividade, por influência de fatores como a desvalorização do real (BRL) em 1999 (Masi, 2006) – reduzindo, portanto, o poder de compra dos brasileiros no exterior –, a abertura de casas de importação em São Paulo – motivando, inclusive, a vinda de chineses, libaneses e migrantes de outras nacionalidades anteriormente radicados e dedicados a atividades mercantis no Paraguai (Silva, 2014) – e o enrijecimento da fiscalização e de ações de combate ao contrabando, à pirataria e

vezes dirigidas a lugares pouco ou nunca habitados por chineses em tempos pretéritos (Pinheiro-Machado, 2012). Sobre as particularidades da presença chinesa em Ciudad del Este, há de se observar que não se levou a cabo ali o modelo das “*Chinatowns*”, comum na ocupação urbana da migração chinesa em outros locais de destino, do qual costuma fazer parte a instalação concentrada em determinada zona de lojas com produtos característicos das culturas da China, restaurantes de comidas típicas, entre outros empreendimentos. O que haveria na cidade paraguaia seria uma comercialização difundida de artigos “*made in China*”, em uma gama de opções que pouco se diferenciaria de vendedor para vendedor (Pinheiro-Machado, 2012). Pode-se acrescentar, ainda, que muitas dessas pessoas mantinham vínculos com chineses em São Paulo, valendo-se das facilidades de importação das quais gozavam para abastecer as galerias de contêrreos seus em pontos como os da rua 25 de Março – tradicional zona de comércio popular no centro da capital paulista (Silva, 2014).

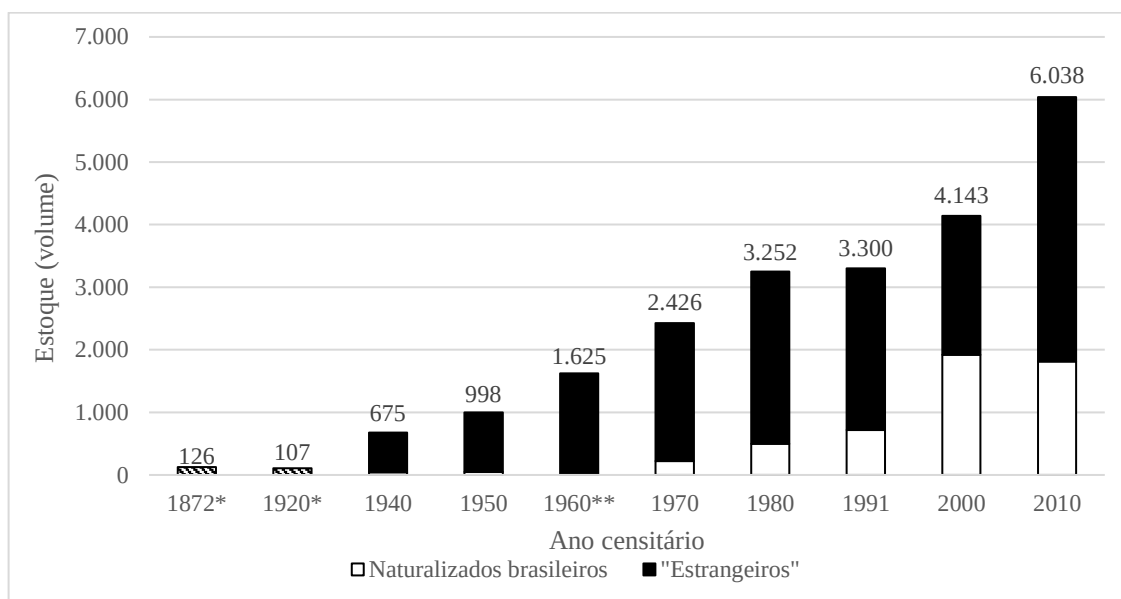
²⁴² Com a implementação da TEC (Tarifa Externa Comum) no Mercosul – descrita no Capítulo 2 –, o Paraguai teria incluído os itens mais importantes de sua “triangulação comercial internacional” na lista de exceções à tarifa (Masi, 2006).

²⁴³ Trecho original, em castelhano: “*A diferencia de la experiencia de los demás socios del Mercosur, el Paraguay se ha caracterizado por ser un país eminentemente comercial, con una economía abierta y por lo tanto no proteccionista, con un escaso desarrollo industrial y agroindustrial, y con una especialización exportadora en dos o tres materias primas agrícolas. La particularidad de este modelo no se ha basado precisamente en el aliento y la dinamización de las exportaciones de productos nacionales, sino en una febril actividad reexportadora de productos terminados provenientes principalmente de los Estados Unidos y países asiáticos, hacia los mercados altamente protegidos de Brasil y Argentina, mayormente por canales ilegales*” (Masi; Borda, 2002, p. 223).

ao crime organizado (Pinheiro-Machado, 2012), contando, até mesmo, com articulações bilaterais ou multilaterais para tanto²⁴⁴. A capital paulista, nesse contexto, passou a assumir cada vez mais o papel de centro de distribuição de produtos importados a consumidores não apenas de sua própria região metropolitana, mas, também, de cidades como Brasília, além de atrair comerciantes dedicados a atender uma demanda crescente vinda do Paraguai, um fluxo que, embora já existisse, era menos perceptível diante da prevalência dos deslocamentos no sentido oposto (Silva, 2014; Pinheiro-Machado, 2012).

Especialmente nas últimas décadas, dirigiu-se a São Paulo, ademais, um significativo contingente de migrantes paraguaios, o que se reflete nos números referentes à UF à qual a cidade pertence. Nesta, a contagem de tais residentes, que, em 1991, estava em 3.300, dobrou em vinte anos, como se observa no Gráfico 11:

²⁴⁴ Os Estados Unidos também participam de iniciativas que têm em seu escopo a Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, como o chamado Grupo 3 + 1, um foro diplomático integrado pelo país em 2002 dedicado a discutir “saídas para lidar com os ilícitos transnacionais, coordenar ações intergovernamentais e compartilhar informações de inteligência no combate aos diversos crimes na fronteira e também com a problemática do terrorismo” (Ferreira, 2012, p. 116). Sobre o último tema citado, é relevante notar sua constância em relatórios anuais do *Bureau of Counterterrorism* (“Escritório de Combate ao Terrorismo”, em tradução livre), do Departamento de Estado estadunidense, que sustentam que, na referida região, haveria a prática de atividades ilícitas cuja receita serviria para financiar grupos considerados “terroristas”, como o Hezbollah, no Líbano. É ilustrativo, nesse sentido, um trecho da edição relativa a 2020: “O grupo terrorista Hezbollah, baseado no Líbano e apoiado pelo Irã, continuou com sua longa história de atividades no Hemisfério Ocidental, incluindo a captação de recursos por parte de seus apoiadores e financiadores na região, como na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Os apoiadores do Hezbollah geram fundos por meio de atividades lícitas e ilícitas e doam montantes indeterminados ao Hezbollah no Líbano, que os usam para avançar com sua ampla agenda terrorista” (Bureau of Counterterrorism, 2021, p. 177 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “*The Lebanon-based and Iran-backed terrorist group Hizballah continued its long history of activity in the Western Hemisphere, including fundraising by its supporters and financiers in the region, such as in the Tri-Border Area where the borders of Argentina, Brazil, and Paraguay meet. Hizballah supporters generate funding through licit and illicit activity and donate undetermined amounts to Hizballah in Lebanon, which uses the funds to advance its broader terrorist agenda*”).

GRÁFICO 11 – População residente no estado de São Paulo nascida no Paraguai, 1872-2010

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970; 1960; 1950; 1940) e Directoria Geral de Estatística (1926; [1874?]).

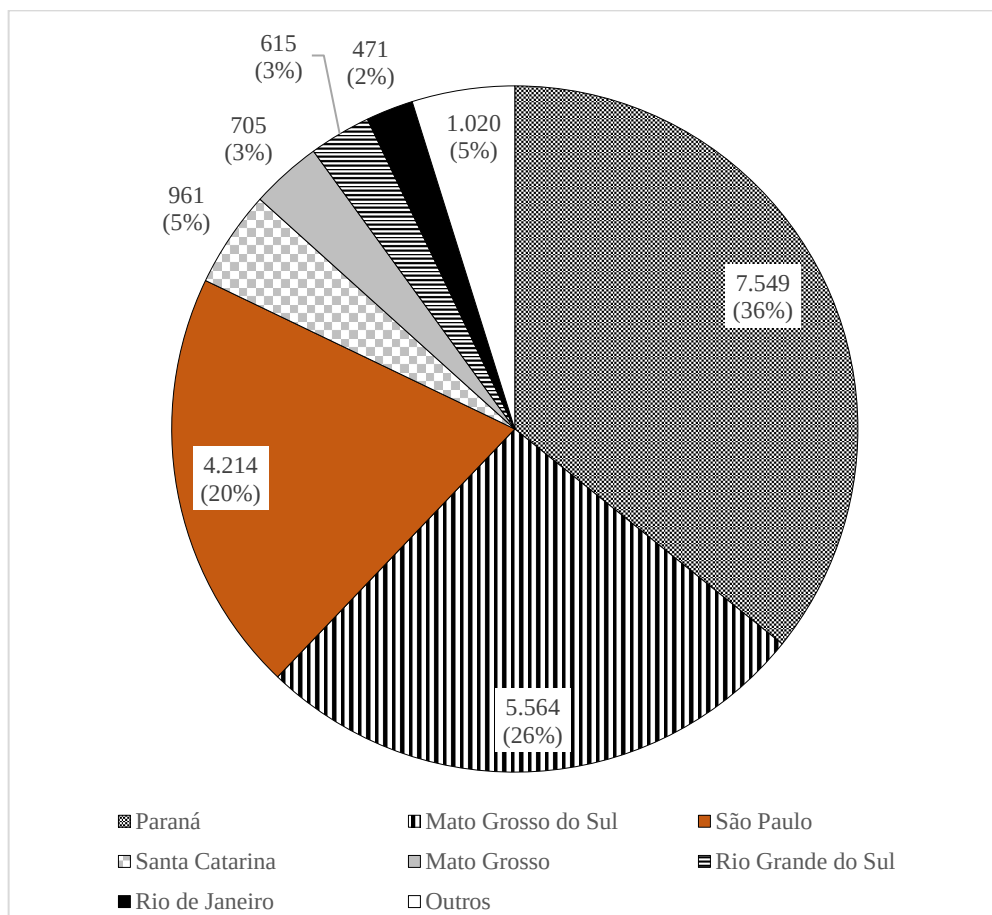
* Dados referentes ao total, sem discriminação entre “naturalizados brasileiros” e “estrangeiros”.

** Não estão incluídos aqueles que se naturalizaram brasileiros, considerando que o dado está indisponível na fonte consultada.

Nota: Censos de 1872 a 1960 com base em população presente; Censos de 1970 em diante, com população residente.

Restringindo-se o olhar ao ano de 2010 e às pessoas indicadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como “estrangeiras” – ou seja, nascidas em outro país e não naturalizadas brasileiras –, tem-se que o estado de São Paulo era o que reunia o terceiro maior contingente de residentes nascidos no Paraguai, de acordo com o censo realizado naquele ano. Fala-se, mais precisamente, de um estoque de 4.214 indivíduos, frente a 7.549 no Paraná, 5.564 no Mato Grosso do Sul, 961 em Santa Catarina, 705 no Mato Grosso, 615 no Rio Grande do Sul e 471 no Rio de Janeiro, além de 1.020 na soma do restante das UFs, como consta no Gráfico 12:

GRÁFICO 12 – Paraguaio “estrangeiro” no Brasil segundo Unidade Federativa (UF) de residência, 2010



Fonte: IBGE (2010).

Já a capital, junto com os demais municípios que compõem a RMSP, se destaca como o destino mais proeminente para a migração paraguaia não apenas de sua UF, mas, também, do país todo quando se desce à escala das cidades, como se verá na sequência.

3.2.6 Migrações paraguaias à Região Metropolitana de São Paulo no século XXI: uma primeira aproximação

A Região Metropolitana de São Paulo, junto com outras sete no país, foi estabelecida por meio da Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973²⁴⁵, e conta atualmente com 39 municípios²⁴⁶ e 20,7 milhões de habitantes segundo os resultados

²⁴⁵ As demais Regiões Metropolitanas instituídas pela referida lei são as de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador.

²⁴⁶ São eles, a recordar: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeceira da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba,

preliminares do Censo de 2022 (IBGE, 2023), sendo essa a maior concentração populacional do país. A região também se mostra como a que mais atrai migrantes internacionais de maneira geral, conforme fontes como o Censo de 2010 (IBGE, 2010) – que contou como residentes de lá pouco mais de 152 mil pessoas nascidas em outro país declaradas “estrangeiras” (35% de todos no Brasil) – e o SISMIGRA (OBMIGRA, 2023b) – que computou quase 480 mil novos registros de migrantes entre 2000 e 2022 (25% do total).

De igual modo, ainda segundo as mesmas fontes, a RMSP é a urbe com maior número de residentes paraguaios no Brasil. Levando-se em conta exclusivamente os naturais do Paraguai tidos como “estrangeiros” no Censo de 2010 (desconsiderando-se, por conseguinte, os que obtiveram a nacionalidade brasileira), contabilizaram-se, naquele momento, 3.094 indivíduos, o que correspondia a 73,4% de todos os paraguaios no estado de São Paulo e a aproximadamente 15% em âmbito nacional. Por outro lado, de acordo com a base do SISMIGRA, efetuaram-se no Brasil 53.213 novos Registros Nacionais Migratórios a paraguaios entre 2000 e 2022, dos quais o município de São Paulo, por si só, responde por mais de um quinto (ou, em termos absolutos, 11.482 registros), conforme se verifica na Tabela 24:

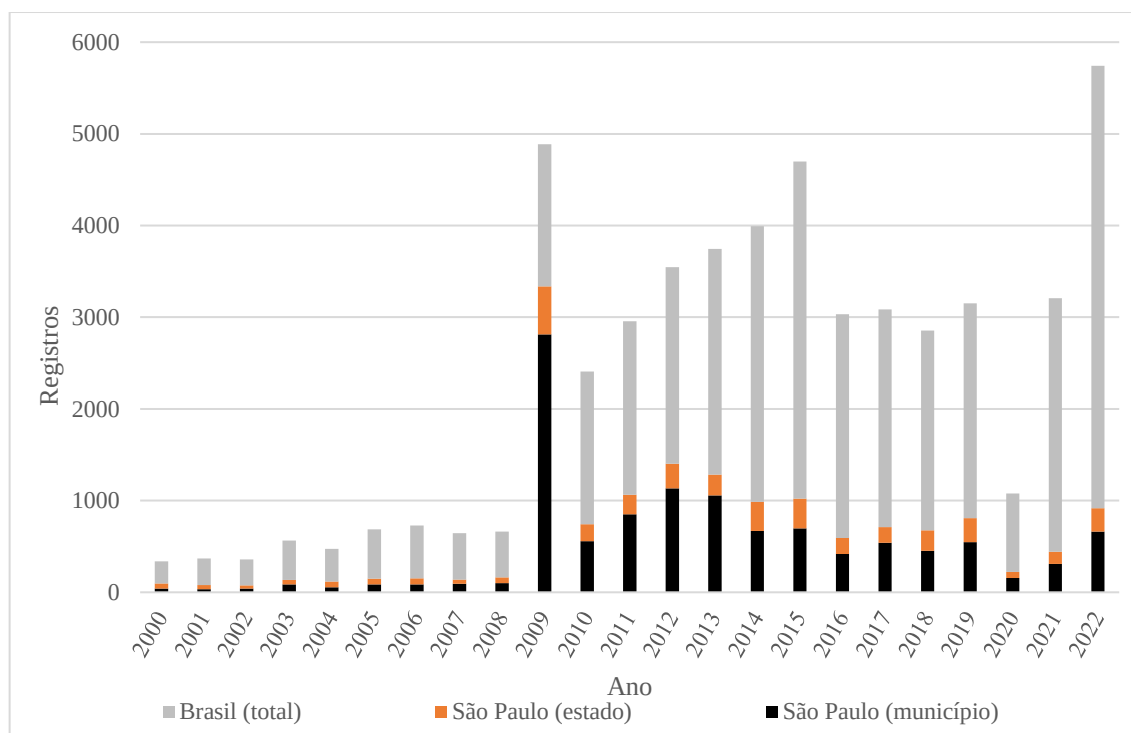
TABELA 24 – Município de residência no Brasil de pessoas naturais do Paraguai na data de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), 2000 a 2022

MUNICÍPIO	RESIDENTES	
	Vol.	%
São Paulo (SP)	11.482	21,6
Foz do Iguaçu (PR)	9.073	17,1
Ponta Porã (MS)	2.979	5,6
Campo Grande (MS)	1.757	3,3
Curitiba (PR)	970	1,8
Bela Vista (MS)	936	1,8
Porto Murtinho (MS)	826	1,6
Cascavel (PR)	722	1,4
Medianeira (PR)	805	1,5
Guarulhos (SP)	718	1,3
Outros	22.945	43,1
Total	53.213	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

No Gráfico 13, pode-se ver a distribuição desses RNM no Brasil, no estado de São Paulo e na capital paulista segundo o ano de emissão do respectivo documento:

GRÁFICO 13 – Registro Nacional Migratório (RNM) a nascidos no Paraguai e residentes no Brasil, no estado de São Paulo e na capital paulista por ano de obtenção do documento (2000 a 2022)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que os números expostos acima não necessariamente correspondem a pessoas que seguem residindo no Brasil. Alguém, por exemplo, pode ter obtido seu RNM em qualquer um desses anos representados e reemigrado a outro país ou, até mesmo, falecido em algum momento depois, de maneira que esses dados não permitem calcular o “estoque” migratório de paraguaios residentes em território brasileiro atualmente. O que, de fato, se pode obter a partir da base do SISMIGRA são tendências migratórias, além de determinadas características socioeconômicas, demográficas, laborais, geográficas e legais de migrantes segundo o ano de regularização de sua situação documental, como se verá mais adiante.

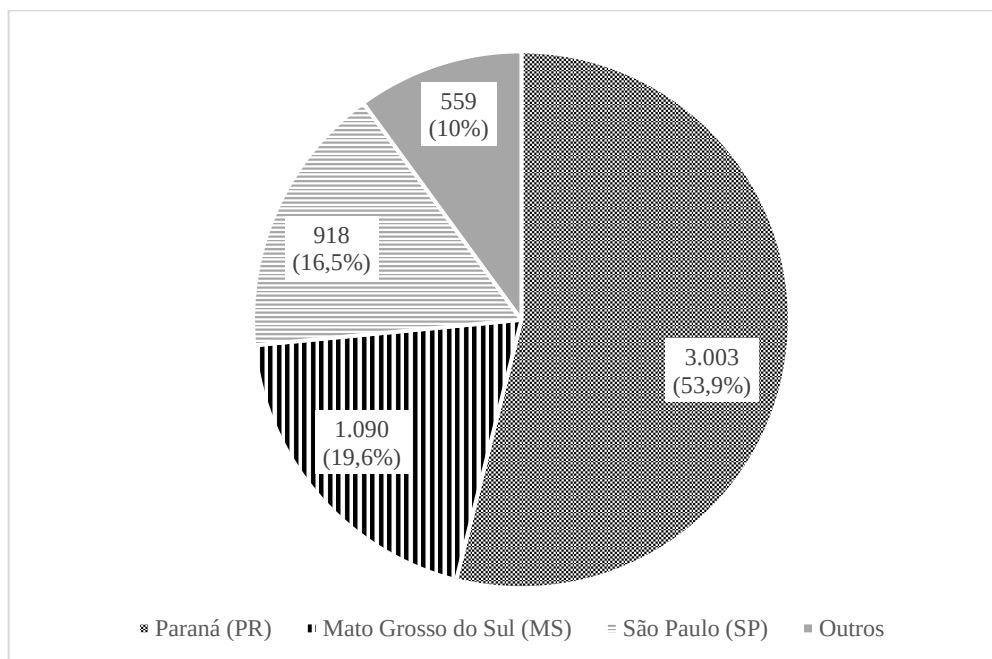
No Gráfico 13, um dos aspectos que chamam a atenção é o volume de registros a partir do final do primeiro decênio do século. Em 2009, os altos números se devem principalmente à sanção da Lei 11.961, mais conhecida como “Lei de Anistia”, pela qual milhares de migrantes chegados em diferentes momentos puderam ter acesso à documentação de residência no país. Os paraguaios estavam entre os mais contemplados pela medida, reflexo

da situação de indocumentação que acometia muitas pessoas dessa origem nacional. Nota-se, ademais, que a maioria desses paraguaios se encontrava em São Paulo, o que contribui para evidenciar o papel de atração migratória exercido pelo município.

Nos anos seguintes, a capital paulista continuou correspondendo à residência de uma fração significativa de paraguaios. Entre 2010 e 2022, somaram-se mais de oito mil novos registros a nacionais do Paraguai, resultando nos 11.482 documentos emitidos ao longo de toda a série histórica analisada. Desse total, cerca de 65% são amparados pelo Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 2002 e vigente a partir de 2009²⁴⁷. Ainda com os olhos postos sobre o Gráfico 13, é ineludível fazer ao menos uma menção à quantidade de RNM que não dizem respeito a São Paulo (seja o estado ou o município), em especial, em 2022, ano representado pela barra mais protuberante. Neste, para se ter uma ideia, 53,9% dos 5.743 novos registros em território brasileiro se deram no Paraná. A UF paulista seria apenas a terceira na lista de maiores volumes, conforme ilustrado no Gráfico 14, logo abaixo. Mesmo a nível de município, São Paulo deixou de liderar as concessões de autorização de residência a paraguaios, sendo superado por Foz do Iguaçu (PR), fronteiro com o país de origem dos aludidos migrantes, aspecto que será devidamente retomado em momento mais oportuno, no Capítulo 4.

²⁴⁷ Apesar da ampliação das possibilidades de regularização de residência através desse acordo, persiste a situação de indocumentação entre alguns paraguaios, o que eleva a exposição dessas pessoas a violações de direitos como a exploração laboral. Na RMSP, são ilustrativas as denúncias recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre migrantes em condições análogas às de escravo na indústria têxtil, tema que será mais bem abordado nos Capítulos 4 e 5.

GRÁFICO 14 – Registro Nacional Migratório (RNM) a nascidos no Paraguai e residentes no Brasil por Unidade Federativa (UF), 2022



Fonte: OBMIGRA (2023b).

Historicamente, a presença paraguaia na RMSP – com destaque ao seu município nuclear – começa a se fazer mais visível dos anos 1950 em diante. A aproximação entre Paraguai e Brasil impulsionou fluxos como o de estudantes por meio de programas de intercâmbio universitário. Agrega-se a isso a migração de opositores políticos perseguidos pela ditadura stronista (Côrtes, 2014), assim como de pessoas às quais Souchaud (2011, p. 3) se refere como “migrantes econômicos por ostracismo”, que, apesar de não serem alvos diretos do regime autoritário, sofriam severas restrições de atuação profissional em seu país devido à sua posição política não alinhada ou à sua não filiação à Associação Nacional Republicana, partido no poder.

A partir da década de 1970, torna-se mais predominante um perfil de migrantes com menor grau de escolaridade em busca de melhores oportunidades de subsistência. Nesse momento, os primeiros paraguaios se inserem no ramo da costura, que, hoje em dia, responde por parte substancial dos postos de trabalho ocupados por pessoas dessa nacionalidade em São Paulo. É interessante observar que o fato está fortemente ligado à trajetória de migrantes coreanos que, devido a restrições impostas para a obtenção de visto de viagem ao Brasil, somente conseguiam ingressar no país sem os documentos necessários a partir do Paraguai (ou da Bolívia), por via terrestre. Quando foram abertas as primeiras oficinas de confecção têxtil em São Paulo pelas mãos de coreanos, alguns paraguaios começaram a seguir a mesma rota

percorrida por aqueles que passavam por seu país rumando para a capital paulista, com vistas a se ocupar nesses estabelecimentos (Mera, 2009; Côrtes, 2014).

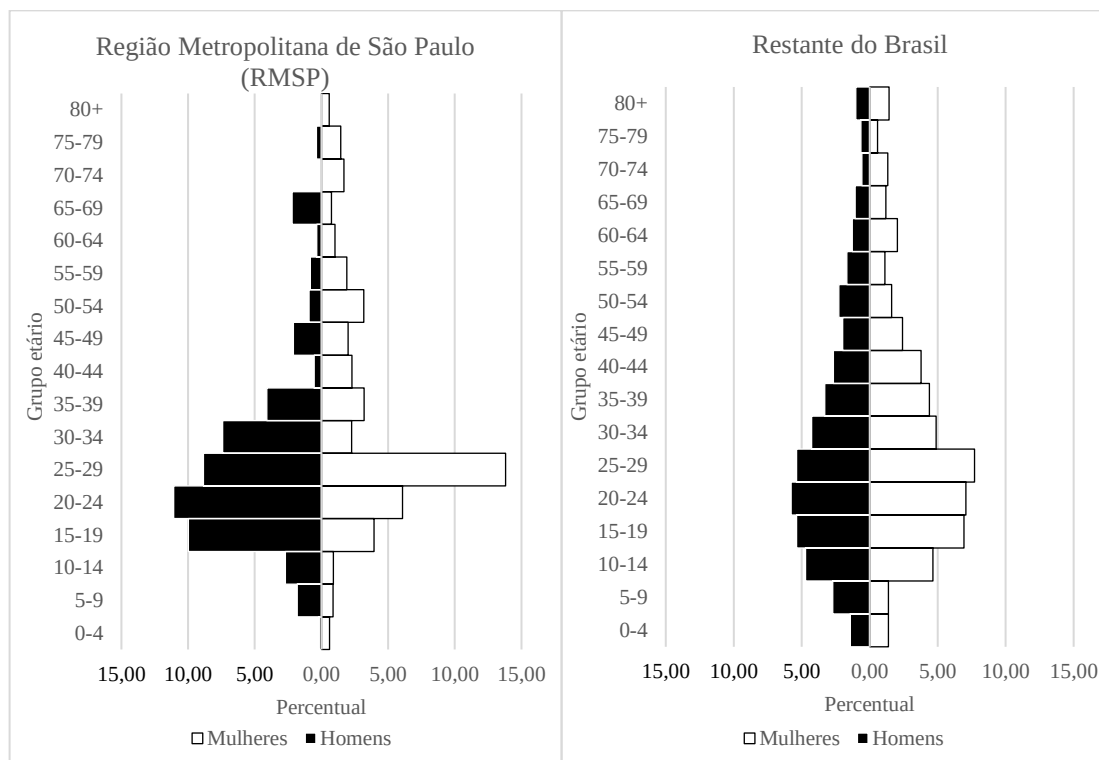
Na transição do século XX ao XXI, finalmente, é quando são registrados os volumes migratórios de paraguaios mais altos para a RMSP de maneira geral (a exemplo do Brasil em seu conjunto). Para se conhecer o perfil sociodemográfico e laboral dessa população na atualidade, lançaremos mão, inicialmente, de dados do Censo de 2010. Nessa tarefa, consideramos “migrante paraguaio” somente a pessoa nascida no Paraguai, residente na RMSP na data do recenseamento e declarada “estrangeira”. Contabilizavam-se, por esse critério, 3.094 residentes paraguaios na região²⁴⁸ – de 21.099 a nível nacional. A intenção com essa seleção é focar o máximo possível nas pessoas que tenham nascido no Paraguai e que não façam parte dos já mencionados fluxos de filhos de família brasileira, um fenômeno social que possui suas particularidades.

Em 2010, dos 39 municípios que compõem a RMSP, 15 registraram migrantes paraguaios. Essa população, entretanto, estava majoritariamente concentrada em São Paulo (com cerca de 75% do total de pessoas) e Guarulhos (com aproximadamente 20%), que são, ao mesmo tempo, os municípios com o maior número de habitantes da região – naquele momento, 11,2 e 1,2 milhões, respectivamente (IBGE, 2010).

Quanto à composição por idade e sexo e o estado civil dos migrantes paraguaios, apresentam-se, a seguir, duas pirâmides etárias (Gráfico 15) e uma tabela (25), pelas quais podem-se ver as particularidades das migrações à RMSP em relação àquelas direcionadas ao resto do Brasil:

²⁴⁸ Não parece inadequado supor haver uma subestimação das migrações paraguaias à RMSP no que os censos desvelam, seja por se presumir serem altas as movimentações em período intercensitário – as quais, assim sendo, não são captadas nos recenseamentos –, seja por casos como os de paraguaios alojados em oficinas de costura informais, nas quais imagina-se que muitos patrões, no contato com recenseadores, se sintam pouco confortáveis para passar informações sobre os funcionários, com receio de terem seus estabelecimentos denunciados às autoridades competentes por conta de eventuais irregularidades nas condições de trabalho, apesar das garantias de sigilo da pesquisa. Esses são alguns pontos que podem ser adiantados sobre a questão em fontes oficiais no geral, que será retomada em outros trechos mais adiante.

GRÁFICO 15 – Nascidos no Paraguai declarados “estrangeiros” e residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no restante do Brasil por sexo e grupo etário, 2010



Fonte: IBGE (2010) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

TABELA 25 – Estado civil de pessoas nascidas no Paraguai declaradas “estrangeiras” e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2010

ESTADO CIVIL	BRASIL (TOTAL)		RMSP		BRASIL SEM A RMSP	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Solteiro(a)	13.082	62,0	2.157	69,7	10.925	60,7
Casado(a)	5.311	25,2	739	23,9	4.572	25,4
Viúvo(a)	818	3,9	60	1,9	758	4,2
Divorciado(a)	345	1,6	20	0,6	325	1,8
Desquitado(a)*	196	0,9	11	0,4	185	1,0
Em branco	1.347	6,4	107	3,5	1.240	6,9
Total	21.099	100,0	3.094	100,0	18.005	100,0

Fonte: IBGE (2010) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

* A categoria foi substituída por “separação judicial” em 1977 (Lei 6.515/1977).

Nas pirâmides etárias (Gráfico 15), percebe-se, primeiramente, que há entre os paraguaios residentes na RMSP uma maior seletividade por idade, com uma concentração na faixa dos 15 aos 29 anos. Isso é ainda mais expressivo entre as mulheres, para quem se registra uma volumosa presença no grupo de 25 a 29 anos. Significa que se trata de uma migração preeminentemente jovem e que, ademais, pode-se supor ser pouco familiar, considerando tanto a baixa observação de crianças até os 14 anos completos como o fato de que 70% do total desses migrantes é de solteiros, como se vê na Tabela 25. Para os paraguaios no resto do Brasil (Gráfico 15), por outro lado, verifica-se um perfil um pouco mais heterogêneo, com uma distribuição

mais equitativa entre os grupos etários (sem que deixem de se mostrar de maneira mais pronunciada os indivíduos de 15 a 29 anos) e uma proporção um pouco menor de solteiros (60%). Ainda que, em ambos os casos, haja um equilíbrio entre os sexos no cômputo populacional, são ligeiramente mais numerosas as mulheres no resto do Brasil (53,8% do total), enquanto para a RMSP, são-no os homens (com 53,5%).

É importante ter em conta que essas são as idades das pessoas na data do recenseamento, e não no momento da migração. Não obstante, especificamente no caso da RMSP, a distância entre esses tempos é pouco expressiva. Quase 75% dos paraguaios na região fixaram residência no Brasil após 2001 – e entre eles, três quartos o fizeram entre 2006 e 2010 –, ao passo que para aqueles residentes em outras partes do país a cifra é de 56,3%. Quando se leva em consideração, além disso, que, segundo o Censo de 2000, residiam na RMSP 2.078 paraguaios (Oliveira, G. C., 2012) e que, em 2010, o número foi de 3.094, pode-se dizer que uma fração considerável desse “estoque” inicial reemigrou (supondo que os óbitos seriam menos numerosos), sendo repostos e ampliados por novos fluxos, o que sugere que a migração paraguaia ao município de São Paulo e seu entorno, por consequência, se caracterize majoritariamente por uma elevada rotatividade de pessoas jovens. Isso, contudo, será mais bem examinado a partir dos resultados qualitativos da presente pesquisa.

Com respeito às características de raça/cor de pele (Tabela 26), embora predominem em ambos os casos os paraguaios que se identificam como “brancos” – 66% para a RMSP e 57% para o resto do Brasil –, também se verifica no Censo de 2010 um percentual significativo de “pardos” – 31,1% e 38,7%, respectivamente. Indígenas e pretos, por sua vez, não aparecem nos registros referentes à RMSP, enquanto para as demais localidades brasileiras, correspondem a pouco mais de 3% dos residentes paraguaios. Há de se ter em conta, de qualquer forma, que, ainda que o levantamento censitário esteja orientado pela autodeclaração de raça/cor de pele por parte dos recenseados (ou por heteroatribuição, a cargo de pessoas com quem dividem residência), isso deve ser feito de acordo com as cinco categorias previamente estabelecidas pelo IBGE, que não necessariamente correspondem a como os migrantes paraguaios espontaneamente definiriam a si mesmos.

TABELA 26 – Raça/cor de pele de nascidos no Paraguai declarados “estrangeiros” e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2010

RAÇA/COR	BRASIL (TOTAL)		RMSP		BRASIL SEM A RMSP	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Branca	12.300	58,3	2.043	66,0	10.257	57,0
Amarela	299	1,4	88	2,8	211	1,2
Parda	7.923	37,6	963	31,1	6.960	38,7
Preta	373	1,8	0	0,0	373	2,1
Indígena	204	1,0	0	0,0	204	1,1
Total	21.099	100,0	3.094	100,0	18.005	100,0

Fonte: IBGE (2010) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

No que tange ao nível de instrução dos migrantes, há na RMSP um percentual mais elevado de pessoas com pelo menos o ensino fundamental completo, como se verifica na Tabela 27. Se nas demais localidades do Brasil cerca de 60% dos paraguaios declaram não ter qualquer tipo de instrução ou não ter concluído o ensino fundamental, o número para São Paulo e suas adjacências é de menos de 33%, seguido de 31,5% de pessoas com fundamental completo ou ensino médio incompleto e 28,2% com médio completo ou superior incompleto. De todo modo, em ambos os casos, há uma maioria de pessoas que não alcançaram o nível de ensino médio completo – 63,9% para quem reside na RMSP e 76,2% para o resto do Brasil, números elevados quando se considera que somente 20% e 28% dos migrantes paraguaios, respectivamente, têm menos de 19 anos completos.

TABELA 27 – Nível de instrução de pessoas nascidas no Paraguai declaradas “estrangeiras” e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2010

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	BRASIL (TOTAL)		RMSP		BRASIL SEM A RMSP	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Sem instrução e fundamental incompleto	11.590	54,9	1.002	32,4	10.588	58,8
Fundamental completo e médio incompleto	4.115	19,5	975	31,5	3.140	17,4
Médio completo e superior incompleto	3.854	18,3	873	28,2	2.981	16,6
Superior completo	1.527	7,2	244	7,9	1.283	7,1
Não determinado	13	0,1	0	0,0	13	0,1
Total	21.099	100,0	3.094	100,0	18.005	100,0

Fonte: IBGE (2010) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

Por fim, quanto à inserção laboral, sobressai especificamente na RMSP a ocupação de “operadores de máquina de costura”, realidade que corresponde a 33% dos paraguaios. Se se somam a ela outras categorias de trabalho relacionadas ao ramo da confecção – como as de “trabalhadores qualificados na preparação da confecção de roupas” (4%) e “costureiros, bordadeiros e afins” (1%) –, esse percentual pode abeirar os 40%, o que sugere haver uma espécie de concentração laboral em um setor específico da produção manufatureira por parte

de paraguaios em São Paulo – consolidando a tendência inaugurada nos anos 1970, conforme se expusera anteriormente. Essa é uma realidade comum também a outros grupos de migrantes sul-americanos, em especial, bolivianos e peruanos, que, assim como os paraguaios, costumam se ocupar em oficinas de costura localizadas no centro expandido da capital paulista, com destaque aos distritos de Brás, Bom Retiro e Pari. Trata-se de bairros que, após terem passado por uma intensa urbanização a partir do final do século XIX, com a instalação, inicialmente, de grandes indústrias e, depois, com o predomínio de pequenas e médias unidades produtivas – muitas operantes no quintal das casas dos próprios trabalhadores –, sofreram os efeitos do acelerado processo de metropolização e periferação de São Paulo após os anos 1940 e principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, o que implicou o traslado massivo de sua atividade industrial para os arredores da cidade ou a outros municípios do estado e uma consequente perda de população. Esse cenário seria ao menos parcialmente revertido devido a diversos fatores, que incluem o estabelecimento de oficinas de costura, com fundamental presença de migrantes internacionais, seja como proprietários ou trabalhadores em qualquer outra posição da hierarquia produtiva. Isso significa, de acordo com Souchaud (2011), que fluxos como os de paraguaios ao Centro de São Paulo contribuíram não apenas para alguma recuperação demográfica dessa região da cidade, mas, também, para a preservação – ainda que distante do que fora outrora – de sua atividade industrial a partir da manufatura têxtil, o que justifica, por sua vez, a relevância de se dedicar mais atenção a tal fenômeno migratório.

Em suma, os dados do Censo de 2010 sugerem que as migrações paraguaias à RMSP são predominantemente formadas por jovens brancos e solteiros, de menor escolaridade, com expressiva inserção no ramo da confecção têxtil e pouco tempo de residência no Brasil – o que, combinado com dados do Censo de 2000, aponta para uma provável rotatividade ou renovação constante dessa migração.

Considerando a defasagem de mais de dez anos dos dados anteriormente expostos – e a falta de acesso a tempo aos resultados finais do Censo de 2022 –, recorreu-se também ao Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), cobrindo-se o período de 2000 a 2022, com 70% dos registros de paraguaios feitos de 2010 em diante, no caso da RMSP.

Nessa base de dados, diferentemente do que se viu entre os resultados do Censo de 2010, constatou-se a presença de paraguaios em praticamente todos os municípios da RMSP (com exceção de três²⁴⁹). São Paulo, no entanto, registrou, sozinho, uma concentração ainda maior de residentes de dita nacionalidade, correspondendo a 90% do total da região, de acordo

²⁴⁹ São eles: Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis e São Lourenço da Serra.

com o que se vê na Tabela 28, que traz a variação anual dessa cifra (e dos respectivos volumes) de 2000 a 2022 e na qual também está incluída a situação de Guarulhos – que, vale reparar, nunca chegou a percentuais tão elevados como o do último biênio:

TABELA 28 – Variação nos Registros Nacionais Migratórios (RNM) concedidos a pessoas naturais do Paraguai nos municípios de Guarulhos e São Paulo em volume e em relação ao total na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por ano de obtenção do documento (2000-2022)

ANO DO REGISTRO	GUARULHOS		SÃO PAULO		RMSP
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.
2000	0	0,0	41	78,8	52
2001	2	4,9	33	80,5	41
2002	0	0,0	39	84,8	46
2003	3	2,9	85	83,3	102
2004	3	4,2	56	78,9	71
2005	0	0,0	87	88,8	98
2006	4	3,8	85	81,7	104
2007	2	2,0	92	90,2	102
2008	4	3,6	99	88,4	112
2009	252	7,9	2.813	88,4	3.183
2010	50	7,9	558	88,6	630
2011	42	4,4	850	89,9	945
2012	56	4,4	1.135	90,2	1.259
2013	32	2,8	1.056	93,5	1.130
2014	31	4,2	670	90,2	743
2015	23	3,0	696	89,8	775
2016	6	1,3	417	92,7	450
2017	22	3,8	541	93,1	581
2018	15	3,0	453	90,2	502
2019	39	6,2	548	86,4	634
2020	13	7,7	155	92,3	168
2021	35	10,1	310	89,9	345
2022	84	11,1	663	87,4	759
Total	718	5,6	11.482	89,5	12.832

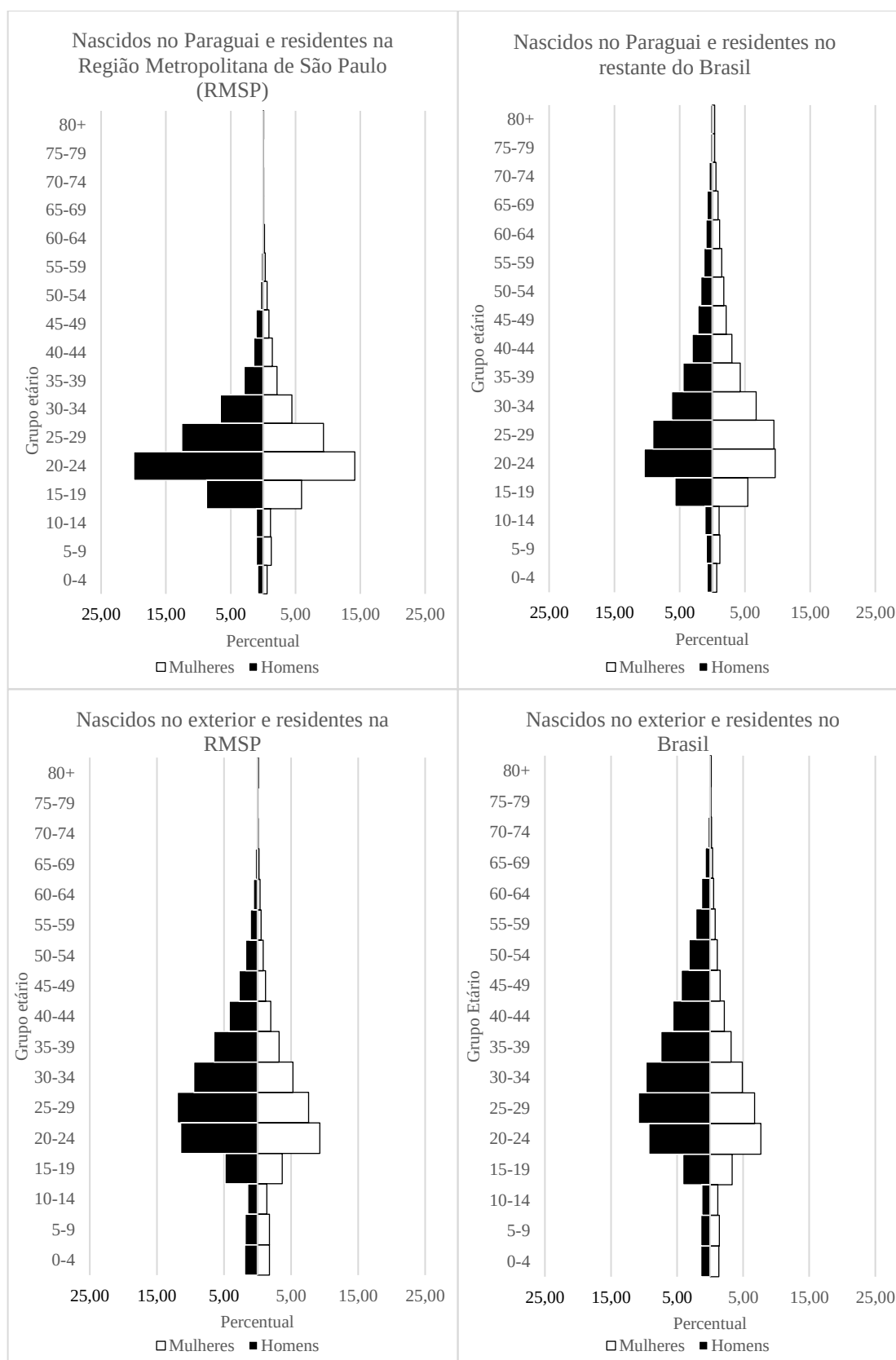
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

Além disso, consta, no SISMIGRA, um predomínio ainda mais acentuado de paraguaios na faixa etária de 15 a 29 anos, o que fica evidente quando se compara sua situação não somente com a de conterrâneos estabelecidos em outras partes do Brasil, mas, também, com a do total de migrantes internacionais no país sem distinção de nacionalidade, como se verifica nas pirâmides etárias a seguir (Gráfico 16) – dessa vez, com abrangência temporal que

não excede março de 2020²⁵⁰. Há de se ter em mente, contudo, que a regularização documental das pessoas representadas nos gráficos se deu em anos distintos, uma particularidade importante quando registros administrativos como esses são comparados com dados censitários (que reúnem características etárias referentes a uma só data).

²⁵⁰ A limitação a março de 2020 se explica pelo fato de que atualizações subsequentes na fonte consultada (nomeadamente, as compilações de dados feitas pelo Observatório das Migrações em São Paulo) já não trazem mais a distribuição etária dos migrantes por grupos quinquenais.

GRÁFICO 16 – Registro Nacional Migratório (RNM) a nascidos no Paraguai e no conjunto de países do exterior residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no Brasil, por sexo e idade no momento da obtenção do documento (2000 a março de 2020)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Observatório das Migrações em São Paulo (2020).

Cerca de 35% dos paraguaios na RMSP obtiveram seu RNM quando tinham entre 20 e 24 anos, número que se alça a 70% quando se levam em conta também os dois grupos etários adjacentes. Embora haja, de igual modo, um predomínio de jovens nos outros três cenários²⁵¹, isso, de modo nenhum, se dá na mesma magnitude, posto que o percentual de pessoas nos demais grupos etários é mais notável.

Quanto à distribuição por sexo (voltando ao recorte temporal de 2000 a 2022), assim como os resultados do Censo de 2010 indicavam, os homens são maioria entre os paraguaios na RMSP (56,7%), mas não no resto do Brasil (49,5%), ainda que os números nesse último caso sejam muito próximos. Em relação aos migrantes internacionais no geral, em ambos os cenários, a proporção de homens beira os 60% (OBMIGRA, 2023b; Observatório das Migrações em São Paulo, 2022).

No que concerne ao estado civil dos paraguaios, os dados do SISMIGRA apontam para uma preponderância incontestável de solteiros, que respondem por 90,5% dos migrantes na RMSP e 74,1% em outras partes do país. Para o total de migrantes internacional não oriundos do Paraguai (i.e. de todas as demais nacionalidades), os números são de, respectivamente, 71,1% e 66,7%, de modo que, especialmente no caso dos paraguaios na RMSP, reforça-se o caráter pouco familiar de suas migrações, tendo em conta, ademais, a baixa proporção de crianças com menos de 14 anos cumpridos (mais ainda do que no Censo de 2010). Os dados completos podem ser observados na Tabela 29, abaixo:

TABELA 29 – Estado civil de pessoas nascidas no Paraguai e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na data de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), 2000-2022

ESTADO CIVIL	BRASIL (TOTAL)		RMSP		BRASIL SEM A RMSP	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Solteiro(a)	41.551	78,1	11.614	90,5	29.937	74,1
Casado(a)	9.043	17,0	946	7,4	8.097	20,1
Viúvo(a)	381	0,7	40	0,3	341	0,8
Desquitado(a)*/Separado(a)/Divorciado(a)	114	0,2	5	0,0	109	0,3
Sem informação/Outros	2.124	4,0	227	1,8	1.897	4,7
Total	53.213	100,0	12.832	100,0	40.381	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

* A categoria foi substituída por “separação judicial” em 1977 (Lei 6.515/1977).

²⁵¹ De maneira geral, costuma-se esperar um predomínio de jovens no começo da idade adulta entre os migrantes, relacionado à busca por emprego e melhor renda, algo que está representado, por exemplo, no Modelo Etário da Migração de Rogers e Castro (1981). Ainda assim, a migração paraguaia para a RMSP segundo revelada pelos dados do SISMIGRA chama a atenção pela enorme concentração de pessoas em poucos grupos etários e, consequentemente, a parca presença de menores de 14 anos e adultos mais velhos.

Por fim, com respeito à inserção laboral (Tabela 30), registra-se uma concentração ainda mais evidente de paraguaios em atividades relacionadas à confecção têxtil na RMSP, que, sob a categoria “Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro ou assemelhado”, incluem 45,8% dos migrantes. Isso não é observado no resto do Brasil, onde muito poucos trabalham nesse setor (1,0%), havendo um maior equilíbrio entre as diferentes ocupações, sendo a de “prendas domésticas (lides do lar)” a que reúne o maior percentual de paraguaios (15,1%).

TABELA 30 – Ocupação laboral de pessoas nascidas no Paraguai e residentes no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na data de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), 2000 a 2022

OCUPAÇÃO	BRASIL (TOTAL)		RMSP		BRASIL S/ A RMSP	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro ou assemelhado	6.295	11,8	5.880	45,8	415	1,0
Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor a domicílio, jornalista, ou assemelhado	2.782	5,2	1.074	8,4	1.708	4,2
Estudante	6.689	12,6	883	6,9	5.806	14,4
Outra ocupação não classificada	6.315	11,9	919	7,2	5.396	13,4
Sem ocupação	3.174	6,0	715	5,6	2.459	6,1
Sem informação	3.086	5,8	581	4,5	2.505	6,2
Prendas domésticas (lides do lar)	6.474	12,2	363	2,8	6.111	15,1
Porteiro, zelador, ascensorista, faxineiro, empregado de limpeza, empregado doméstico ou assemelhado	1.804	3,4	277	2,2	1.527	3,8
Cozinheiro, mordomo, governanta, camareiro, garçom ou assemelhado	1.002	1,9	286	2,2	716	1,8
Menor (criança, não estudante)	935	1,8	209	1,6	726	1,8
Sacerdote ou membro assemelhado de ordens ou seitas religiosas	566	1,1	187	1,5	379	0,9
Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesseiro, vidraceiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação	3.161	5,9	156	1,2	3.005	7,4
Diretor, gerente ou proprietário	798	1,5	104	0,8	694	1,7
Médico, cirurgião, dentista ou assemelhado	652	1,2	94	0,7	558	1,4
Barbeiro, cabeleireiro, esteticista, especialista de instituto de beleza ou assemelhado	393	0,7	88	0,7	305	0,8
Mecânico, operador, ajustador, chapeador, lanterneiro de veículos, bombeiro hidráulico, encanador, soldador, galvanizador ou outro trabalhador em metais não classificado sob outra denominação	661	1,2	68	0,5	593	1,5
Profissional liberal, técnico ou assemelhado não classificado sob outra denominação	353	0,7	59	0,5	294	0,7
Padeiro, cervejeiro, açougueiro, trabalhador em laticínios, ou outro trabalhador na produção de alimentos ou bebidas	488	0,9	27	0,2	461	1,1
Trabalhador agrícola, jardineiro ou assemelhado, agricultor, lavrador	1.821	3,4	9	0,1	1.812	4,5
Outros	5.764	10,8	853	6,6	4.911	12,2
Total	53.213	100,0	12.832	100,0	40.381	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

Os dados recopilados da base de registros do SISMIGRA, portanto, não apenas se alinham à tendência indicada pelo Censo de 2010 como, também, a exacerbam em determinados aspectos, pondo em destaque o papel do município de São Paulo para as migrações paraguaias direcionadas à respectiva Região Metropolitana, o predomínio de jovens solteiros entre 15 e 29 anos, com ligeira vantagem numérica aos homens, e a concentração laboral no setor da confecção.

Sobre o último aspecto, a mesma constatação pode ser feita ao se explorarem dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que compreende uma série de informações fornecidas por estabelecimentos empregadores no Brasil sobre as atividades de seus trabalhadores registrados. Levando-se em conta o período de 2016 (ano de maior presença de migrantes do Paraguai no mercado de trabalho formal de São Paulo) a 2021, tem-se a seguinte distribuição de trabalhadores de nacionalidade paraguaia na RMSP segundo a sua ocupação (Tabela 31), com base na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) de 2002:

TABELA 31 – Paraguaio no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo segundo a família de ocupação, estoque 2016-2021

(continua)

FAMÍLIA DA OCUPAÇÃO (CBO 2002)	ANO											
	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	198	19,4	190	19,6	177	17,9	130	14,2	103	13,3	101	11,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	108	10,6	96	9,9	124	12,5	114	12,5	90	11,6	101	11,0
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	72	7,1	53	5,5	62	6,3	52	5,7	42	5,4	42	4,6
Almoxarifes e armazenistas	19	1,9	31	3,2	26	2,6	35	3,8	38	4,9	41	4,4
Oper. de máquinas para bordado e acabamento de roupas	48	4,7	46	4,8	38	3,8	48	5,2	37	4,8	26	2,8
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares admin.	48	4,7	47	4,9	40	4,0	47	5,1	31	4,0	38	4,1
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	41	4,0	49	5,1	41	4,1	37	4,0	26	3,4	31	3,4
Trab. polivalentes das indústrias da confecção de roupas	38	3,7	22	2,3	17	1,7	18	2,0	26	3,4	14	1,5
Trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação	21	2,1	16	1,7	26	2,6	27	3,0	24	3,1	21	2,3
Cozinheiros	29	2,8	26	2,7	28	2,8	19	2,1	23	3,0	21	2,3
Trab. nos serviços de manutenção de edificações	18	1,8	18	1,9	23	2,3	21	2,3	16	2,1	25	2,7
Técnicos em fisioterapia e afins	6	0,6	7	0,7	13	1,3	16	1,7	13	1,7	0	0,0
Gerentes de marketing, comerc. e vendas	14	1,4	16	1,7	17	1,7	9	1,0	12	1,5	21	2,3
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	8	0,8	10	1,0	16	1,6	18	2,0	12	1,5	11	1,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023) e OBMIGRA (2023a).

TABELA 31 – Paraguaio no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo segundo a família de ocupação, estoque 2016-2021

(continuação)

FAMÍLIA DA OCUPAÇÃO (CBO 2002)	ANO											
	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	15	1,5	14	1,4	15	1,5	11	1,2	10	1,3	12	1,3
Operadores de telemarketing	9	0,9	7	0,7	13	1,3	10	1,1	10	1,3	13	1,4
Alimentadores de linhas de produção	6	0,6	5	0,5	5	0,5	9	1,0	10	1,3	7	0,8
Analistas de sistemas computacionais	6	0,6	6	0,6	9	0,9	11	1,2	9	1,2	12	1,3
Porteiros, guardas e vigias	14	1,4	15	1,5	10	1,0	7	0,8	9	1,2	13	1,4
Médicos clínicos	6	0,6	6	0,6	6	0,6	8	0,9	8	1,0	10	1,1
Técnicos e auxiliares de enfermagem	5	0,5	6	0,6	7	0,7	8	0,9	8	1,0	9	1,0
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina	8	0,8	14	1,4	15	1,5	13	1,4	8	1,0	11	1,2
Escriturários de apoio à produção	3	0,3	3	0,3	5	0,5	4	0,4	7	0,9	8	0,9
Gerentes de operações comerciais e de reparação	12	1,2	8	0,8	11	1,1	9	1,0	6	0,8	8	0,9
Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	3	0,3	4	0,4	8	0,8	6	0,7	6	0,8	7	0,8
Desenhistas, projet. e modelistas de prod. e serv. diversos	7	0,7	4	0,4	8	0,8	5	0,5	6	0,8	6	0,7
Técnicos de vendas especializadas	5	0,5	7	0,7	5	0,5	5	0,5	6	0,8	13	1,4
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	5	0,5	6	0,6	11	1,1	11	1,2	6	0,8	12	1,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023) e OBMIGRA (2023a).

TABELA 31 – Paraguaio no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo segundo a família de ocupação, estoque 2016-2021

(continuação)

FAMÍLIA DA OCUPAÇÃO (CBO 2002)	Ano											
	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Receptionistas	5	0,5	10	1,0	10	1,0	8	0,9	4	0,5	6	0,7
Operadores de máq. de conformação de metais	1	0,1	0	0,0	2	0,2	1	0,1	4	0,5	3	0,3
Padeiros, confeiteiros e afins	6	0,6	6	0,6	6	0,6	4	0,4	4	0,5	6	0,7
Magarefes e afins	3	0,3	3	0,3	3	0,3	6	0,7	4	0,5	6	0,7
Diretores gerais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	3	0,4	5	0,5
Gerentes de oper. de turismo, alojamento e alimentação	2	0,2	2	0,2	3	0,3	4	0,4	3	0,4	2	0,2
Instrutores e professores de escolas livres	6	0,6	11	1,1	4	0,4	4	0,4	3	0,4	3	0,3
Atletas profissionais	3	0,3	3	0,3	2	0,2	2	0,2	3	0,4	2	0,2
Trab. nos serv. de manut. e conserv. de edifícios e logradouros	5	0,5	3	0,3	6	0,6	7	0,8	3	0,4	4	0,4
Tintureiros, lavandeiros e afins, à mão	10	1,0	9	0,9	4	0,4	4	0,4	3	0,4	4	0,4
Ajudantes de obras civis	8	0,8	2	0,2	2	0,2	2	0,2	3	0,4	7	0,8
Trab. de soldagem e corte de metais e de compósitos	2	0,2	3	0,3	1	0,1	3	0,3	3	0,4	6	0,7
Supervisores na confecção do vestuário	5	0,5	9	0,9	9	0,9	5	0,5	3	0,4	3	0,3
Trab. de acab., ting. e estamparia das ind. Têxteis	2	0,2	2	0,2	4	0,4	3	0,3	3	0,4	5	0,5

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023) e OBMIGRA (2023a).

TABELA 31 – Paraguaio no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo segundo a família de ocupação, estoque 2016-2021

(conclusão)

FAMÍLIA DA OCUPAÇÃO (CBO 2002)	ANO											
	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	4	0,4	3	0,3	2	0,2	2	0,2	3	0,4	5	0,5
Trab. na fabricação e conservação de alimentos	1	0,1	3	0,3	1	0,1	4	0,4	3	0,4	2	0,2
Outros	183	18,0	167	17,3	156	15,7	146	16,0	121	15,6	219	23,8
Total	1.018	100,0	968	100,0	991	100,0	915	100,0	775	100,0	922	100,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023) e OBMIGRA (2023a).

A ocupação com o maior número de pessoas nacionais do Paraguai nos seis anos abarcados pela Tabela 31 foi a de “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário”. Em 2016, essa era a realidade de quase um quinto dos paraguaio, grandeza que, embora tenha decaído a 11% em 2021, não impediu que tal ofício se mantivesse como o mais proeminente entre esses migrantes – dessa vez, em paridade com “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados”. Outras relacionadas à confecção têxtil, ainda, figuraram entre as mais frequentes no período analisado, como a de “trabalhadores da preparação da confecção de roupas”, “operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas” e “trabalhadores polivalentes das indústrias da confecção de roupas”. O conjunto de ocupações desse ramo²⁵² já foi responsável por absorver, em 2012, 45% da força de trabalho paraguaia registrada na RMSP, e ainda que o percentual, em 2021, revelasse um esmorecimento nessa prevalência – chegando a 24% (Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho [PDET], 2023) –, a relevância da confecção na inserção laboral do citado grupo de migrantes continuaria evidente, aspecto que será retomado no próximo capítulo.

²⁵² Tal conjunto contempla quarenta e oito ocupações, organizadas em vinte e três famílias ocupacionais segundo a CBO 2002, que serão devidamente apresentadas no Capítulo 4, mais precisamente, na Tabela 34.

3.2.6.1 Espaços de presença paraguaia em São Paulo e associativismo migrante

Para concluir o panorama inicial sobre as migrações paraguaias a São Paulo, dedica-se esta última subseção à menção de espaços urbanos emblemáticos de reunião e convívio de migrantes da referida nacionalidade e experiências de associação surgidas nas últimas décadas por iniciativa dessas pessoas.

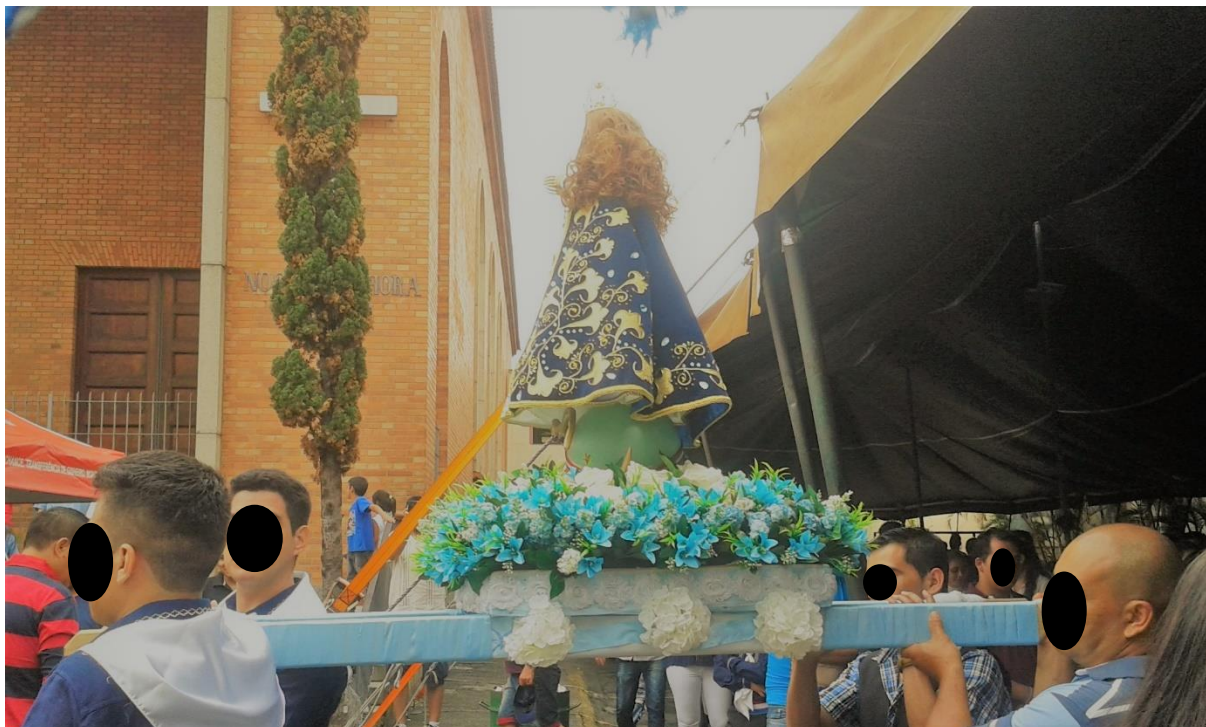
O primeiro destaque é a Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério (Centro da capital paulista), que, mesmo antes da virada para o século XX, já figurava entre os principais locais de encontro de paraguaios, à semelhança do que se observa com outras coletividades de migrantes latino-americanos. Ainda que isso venha se flexibilizando nos últimos anos, é no pátio dessa instituição que ocorrem tradicionalmente as duas maiores festas anuais celebradas pela comunidade paraguaia em São Paulo, sendo elas a de independência nacional – em meados de maio, juntamente com o Dia das Mães paraguaio – e a da Virgem de Caacupé – em 08 de dezembro ou no fim de semana mais próximo da data –, ilustradas, respectivamente, pelas Figuras 2 e 3 a seguir:

FIGURA 2 – Apresentação do grupo Alma Guarani na festa de independência e Dia das Mães paraguaio na Igreja Nossa Senhora da Paz



Fonte: Do autor (15 de maio de 2016).

FIGURA 3 – Imagem da Virgem de Caacupé carregada durante celebração no pátio da Igreja Nossa Senhora da Paz



Fonte: Do autor (11 de dezembro de 2016).

Em ambos os eventos, compõem a programação a realização de uma missa – conduzida em castelhano, mas com intervenções também em guarani –, apresentações de dança – em especial, ao ritmo da polca paraguaia – e barracas de comidas e bebidas típicas – que incluem a *chipa* (alimento à base de amido de mandioca e queijo, com inúmeras variações), a sopa paraguaia (que, apesar do nome, assemelha-se a uma torta, feita com farinha de milho), o *vorí vorí* (um caldo preparado com verduras, carne bovina ou de frango e massa de farinha de milho moldada na forma de pequenas bolas), o *mbejú* (similar a uma panqueca, feito com amido de milho e queijo fresco) e o *tereré* (infusão que traz como ingredientes essenciais a erva-mate e a água gelada).

Em 2008, a Pastoral do Migrante fez um chamado a articuladores proeminentes entre paraguaios residentes na capital paulista, resultando no surgimento da *Comunidad* ou *Colectividad Paraguaya en São Paulo*, grupo que passaria a se encarregar da organização das celebrações nacionais e religiosas da referida coletividade, como as duas festas anteriormente citadas. Seus integrantes seriam migrantes radicados há mais tempo na cidade e engajados em trabalhos sociais e eclesiais junto à pastoral (Ramírez, 2014).

Já no âmbito artístico-cultural, outras experiências merecem ser reconhecidas. Uma delas é a formação do *Grupo Folklórico Alma Guaraní*, ainda no início da década de 1990 –

naquele momento, sob o nome de “Renascer”, que mudaria para o atual no começo dos anos 2000 (Cantero, 2014). Dedicado à dança de ritmos paraguaios, teriam passado pelo grupo ao longo de suas décadas de existência pessoas também de outras nacionalidades, como argentinos, bolivianos, peruanos e, até mesmo, brasileiros, conforme apontado em entrevista por Cantero, um dos integrantes no ano de 2014. Em sua fala, recorda-se que elementos da cultura do Paraguai estão presentes também na vestimenta das dançarinas e dançarinos, que leva em sua confecção bordados típicos do país, como o *ñanduti* – termo em guarani que significa “teia de aranha” – e o *ao po’i* – “tecido fino” ou “peça delicada”, em tradução livre do mesmo idioma (Cantero, 2014). O *Alma Guaraní* comumente se apresenta nas festas promovidas pela comunidade paraguaia na Igreja Nossa Senhora da Paz, como se registrou na Figura 2, assim como em uma variedade de outros eventos para os quais são chamados ou se voluntariam para participar, como é o caso daqueles organizados pelo Memorial da América Latina. Recentemente, parte de antigos integrantes fundaram um novo grupo de danças, batizado de “*Grupo Jeroky Paraguay Mi Pasión*”. Sua agenda de apresentações em 2023 incluiu a participação na tradicional Virada Cultural de São Paulo (Planeta América Latina, 2023).

Outro grupo que se pode mencionar é o *Acuarela Paraguaya*, que parece não se apresentar mais. De acordo com um de seus idealizadores, a proposta de constituí-lo veio durante a 5ª Marcha dos Imigrantes, em São Paulo, realizada em 2011, após a constatação de uma falta de representatividade cultural da comunidade paraguaia no evento. O *Acuarela Paraguaya*, ainda que primordialmente dedicado à dança, atuava também em outros campos, como na reivindicação de direitos aos imigrantes – e.g. o de votar e ser votado – e do acesso a cursos de português e informática a esse público (Ramírez, 2014).

Pensando-se em associações mais explicitamente voltadas a fins políticos, aquela que melhor conseguiu se estruturar é, possivelmente, a *Japayke* (que, em guarani, significa “vamos despertar” ou “despertar-se”). Os paraguaios e descendentes que a constituíram em 2010 teriam sido motivados por denúncias de conterrâneos seus em situação de trabalho análogo ao de escravo que vinham à público naquele momento. Nas palavras de um de seus membros originários, “tratava-se de lutar pelos direitos das pessoas que trabalham mais de 14 horas por dia nas pequenas oficinas de costura de bairros como Bom Retiro, Brás, Casa Verde, Vila Medeiros e Vila Any, em Guarulhos, para citar algumas localidades” (Ramírez, 2014, p. 100). Tentativas anteriores de se estabelecer uma associação fora do âmbito da Pastoral do Migrante teriam sido levadas a cabo – inclusive para tratar de “acidentes de trabalho, necessidades básicas para a comunidade, assessoria para os trâmites de documentação, entre outros” (Ramírez, 2014, p. 100) –, porém, sem sucesso. Segundo Ramírez (2014, p. 100), “de

modo geral, as iniciativas com cunho e objetivo de organização política tendem a ser malvistas pela comunidade [paraguaia]”, de modo que experiências coletivas mais voltadas à arte ou ao esporte seriam menos suscetíveis a sofrer resistência entre os paraguaios. A explicação exposta na mesma fonte se respaldaria no conturbado histórico político do Paraguai – tal como se sintetizou no Capítulo 2 desta tese –, como se verifica a seguir:

A palavra política, em todos os seus sentidos, causa desconfiança. Podemos pensar que talvez um dos erros das lideranças paraguaias seja desqualificar a política em toda sua essência e confundi-la com a política partidária. A meu ver, a política deve ser entendida como a ação de se fazer o bem comum, através de organizações, mediando as necessidades e procurando soluções através de negociações. Para a maioria dos paraguaios, porém, política significa simplesmente politicagem, corrupção e dinheiro fácil. Trata-se de um senso comum muito arraigado entre os paraguaios. A corrupção apoderou-se da política paraguaia em todas as esferas do poder, por isso talvez esta visão seja predominante. Por exemplo, quando se tem uma iniciativa para arrecadar dinheiro para uma pessoa que passa por dificuldades, todos colaboram. Mas, se os fins forem para arrecadar recursos para a fundação de uma associação, a adesão é mínima e são grandes as dificuldades para se seguir adiante (Ramírez, 2014, p. 104).

Apesar dos empecilhos, a Japayke registra em sua história – já finda – reuniões com representantes dos governos brasileiro e paraguaio, sindicatos e movimentos sociais para abordar problemáticas relacionadas à migração, como direitos políticos, atendimento consular, condições inadequadas ou exploratórias de trabalho em oficinas de costura e repatriação. Chegou-se a discutir, também, a possibilidade de se ter uma “Casa Paraguaia”, onde os migrantes se encontrassem e expusessem sua arte (Ramírez, 2014, p. 101), o que não se concretizou.

Com a finalidade de divulgação da cultura paraguaia e, mais ainda, de afrontar estereótipos vigentes na sociedade brasileira e denunciar casos de discriminação e xenofobia, trouxe-se à luz em 2009 o *Núcleo Cultural Guaraní Paraguai Teete* (ou Paraguai “verdadeiro”). A principal forma de se cumprir com tais objetivos foi por meio da criação de um *blog*, no qual eram compartilhados notícias, pesquisas, eventos, entrevistas e outros textos. Expunham-se, de igual modo, as cartas que eram endereçadas a veículos de imprensa contra a reprodução do gentílico “paraguaio” como sinônimo de algo que é falso, enganoso ou de qualidade duvidosa, sentido pejorativo cujo emprego ainda se nota com alguma recorrência no Brasil. O trecho de uma delas, escrita em junho de 2017 a um portal de notícias esportivas – que se valeu do termo “cavalo paraguaio” em alusão a equipes de futebol que têm um começo de campeonato promissor, mas que, ao longo da competição, apresentam queda de rendimento –, pode ser averiguado abaixo, a título de esclarecimento sobre o trabalho desempenhado pelo Núcleo (Núcleo Cultural Guaraní Paraguai Teete, 2017):

Recentemente, tivemos conhecimento acerca de sua publicação intitulada **“10 maiores cavalos paraguaios do Brasileirão por pontos corridos”** [...], pelo que vimos, por meio da presente carta, expressar nosso **repúdio** à utilização de referência à nossa nação em alusão ao que fracassa ou se demonstra, pela práxis, falso. Em todo o Brasil, [...] milhares de paraguaios e descendentes lutam diariamente por suas vidas e contribuem, digna e respeitosamente, com o progresso deste país. Como migrantes, essas pessoas comumente são expostas a adversidades adicionais àquelas com as que os brasileiros se deparam, nas que se incluem o acesso restrito ao mercado de trabalho ou sua realização em posições subvalorizadas e mais mal remuneradas; dificuldades no desfrute de oportunidades no sistema de educação e em fazer-se compreendido em situações elementares como consultas médicas devido ao idioma que dominam; e desafios na adaptação a uma nova cultura. Alguns grupos de imigrantes, em especial, são frequentemente aturridos por manifestações veladas ou, até mesmo, explícitas de discriminação e xenofobia, sendo, geralmente, provenientes de países em desenvolvimento. Nesse sentido, é mister reconhecer que **a utilização de termos e expressões pejorativas e ofensivas em referência a um povo**, ainda que, a princípio, pareça inócuo ou insignificante, **alimenta falsos juízos e estigmas cujas consequências mais severas recaem, ao final, sobre as pessoas da referida nacionalidade**. No caso do Paraguai, cabe explicitar que **a ocorrência de práticas ilícitas** – como a de falsificação de produtos – não é uma exclusividade deste país e, assim como alhures, **não condiz com o engajamento profissional da maioria da população, de modo que isso não deve condenar toda uma nação de mais de 6,5 milhões de pessoas ao fardo de sustentar uma imagem de ilegalidade, transviamento e inconfiabilidade**. Quando se faz uso de expressões como “cavalo paraguaio”, alimenta-se uma imagem não só nada representativa do povo paraguaio, mas, também, injustamente condenatória, o que, em termos práticos, **legitima a exposição de seus imigrantes e descendentes a situações de discriminação** e prejudica, consequentemente, seu acesso a determinadas oportunidades de trabalho e seu convívio social – entre outros efeitos –, o que pode ser constatado por qualquer um com o mais raso contato com tais pessoas. Não raramente chegam a nós relatos de paraguaios que, sem entender o porquê e sentindo-se constrangidos ou humilhados, são alvos do que muitas pessoas consideram apenas “piadas” ou “brincadeiras” sobre uma origem nacional, mas que, na vida de quem as recebe, se traduzem como **subjugação e depreciação** e geram empecilhos à integração desses imigrantes à sociedade local. Há de se acrescentar também que **tal linguagem pode resultar desrespeitosa e constrangedora aos próprios atletas paraguaios que atuam no futebol brasileiro** [...]. **Jornalistas e demais profissionais da mídia**, como provedores de informação e formadores de opinião, **têm especial responsabilidade sobre a veiculação de preconceitos e a geração de estigmas através de ofensas e mentiras**. Por esse motivo, clamamos que [...] **revejam sua postura** não só com relação à citada publicação – **eliminando, como desejamos enfatizar, a referência pejorativa ao povo paraguaio** –, mas a todas as demais de seu sítio eletrônico, de modo a **não reproduzir preconceitos e estigmas que, em última instância, prejudicam a vida de milhares de pessoas que trabalham honrada e dignamente neste país**, contribuindo com seu progresso [...] (grifos do original).

Os trabalhos do Núcleo, atualmente, se encontram suspensos. A última atualização feita no *blog*, por exemplo, data de agosto de 2020²⁵³.

De volta a espaços comuns de convívio da comunidade paraguaia em São Paulo, pode-se destacar a Praça Nicolau de Moraes Barros Filho (também conhecida como “Areião” ou, em guarani, “Ybycu’i”), na Barra Funda, Zona Oeste da cidade. A Associação Japayke já

²⁵³ Por certo tempo, colaborei voluntariamente com algumas atividades do projeto, como a tradução de notícias para o português, a realização de entrevistas e a veiculação de denúncias semelhantes a essa anteriormente transcrita.

realizou eventos nesse local, como um em comemoração ao Bicentenário da Independência do Paraguai, em 2011, assim como lá já se apresentou o *Acuarela Paraguaya* (Ramírez, 2014). Há na praça um campo de futebol, que, ao menos por algum tempo, costumava reunir paraguaios para a disputa de partidas. O mesmo ocorria em outros bairros, como nas quadras da Gaviões da Fiel no Bom Retiro, associada ao Sport Club Corinthians Paulista. O esporte é um meio frequente de socialização entre os paraguaios, assunto que receberá nova menção no Capítulo 5.

Dentre o que há de mais recente, anunciou-se nas redes sociais, em outubro de 2023, o início da “1ª Feirinha Paraguaia”, na qual seriam comercializadas comidas e produtos típicos do Paraguai e haveria exibições de danças populares do país. Sua realização aconteceria na Rua José Pinheiro Bezerra, no bairro do Brás, todos os domingos, das 10:00 às 17:00 horas.

Há, de igual modo, locais fora do município de São Paulo – mas pertencentes à mesma região metropolitana – nos quais são recorrentes os encontros de paraguaios. É o caso da capela Nossa Senhora Aparecida (Figura 4), no bairro Jardim Jacy, em Guarulhos, que, até o momento de finalização deste capítulo, oferecia missas a essa comunidade de migrantes uma vez por mês, periodicidade cuja ampliação já era reivindicada pelos frequentadores. Em 2023, a tradicional celebração do Dia das Mães dos paraguaios baseados em São Paulo, por exemplo, se deu nesse templo, em lugar dos domínios da Igreja Nossa Senhora da Paz.

FIGURA 4 – Capela Nossa Senhora Aparecida, Jardim Jacy, Guarulhos (SP)



Fonte: Do autor (12 de março de 2023).

Por fim – mas sem esgotar os exemplos –, vale a menção ao restaurante Tembi’u, possivelmente o único especializado em comida paraguaia na RMSP. Localizado na Rua Guarani, bairro do Bom Retiro (capital), o local oferece não só refeições típicas do Paraguai – seja para o café da manhã, almoço, lanche da tarde ou jantar –, mas, também, apresentações ao vivo em determinados dias, o que lhe confere um papel significativo na preservação da cultura paraguaia entre os migrantes²⁵⁴.

3.3 A título de síntese

Ainda que sejam registrados importantes movimentos migratórios entre o Paraguai e o Brasil desde tempos tão pretéritos como as décadas que sucederam o fim da Guerra da Tríplice Aliança, esse intercâmbio adquire maior intensidade somente na segunda metade do século XX, na ocasião da aproximação política, econômica e comercial entre os mencionados

²⁵⁴ Existem também os “espaços de convívio” no ambiente digital, como grupos e comunidades de paraguaios residentes da RMSP na rede social Facebook, que não foram aqui abordados porque oportunamente o serão no Capítulo 5.

países. Os fluxos mais volumosos nesse histórico se deram predominantemente a partir de zonas rurais no território brasileiro (sobretudo em estados como o Paraná) rumo ao campo paraguaio após meados dos anos 1960. Nesse contexto, ambos os Estados, com base no modelo de desenvolvimento adotado por cada um, desempenharam um papel preponderante para o estabelecimento de fatores de expulsão de um lado da fronteira e de atração do outro, exercendo influência não apenas sobre os deslocamentos populacionais em si, mas, também, sobre o desequilíbrio nas condições de inserção sociolaboral entre as pessoas envolvidas no referido processo.

Para além da própria diversidade que já se observava nos movimentos migratórios anteriormente citados, de caráter fronteiriço, outros, com o tempo, foram gerados e ganharam regularidade, como aqueles com direção a regiões metropolitanas, sobressaindo-se a de São Paulo. Nessa urbe, conforme o que se expôs por meio de dados do Censo Demográfico brasileiro de 2010 e do SISMIGRA, houve, ao longo das últimas décadas, um aumento contínuo da presença paraguaia. Isso, entretanto, não é revelado a partir de um “estoque” migratório tão aparente como o de brasileiros no Paraguai, mas, como os dados sugerem, na forma de uma elevada “rotatividade” – ou seja, uma constante reemigração ou retorno ao país de origem após um curto tempo de residência – por parte principalmente de jovens solteiros e de menor nível de instrução, que, aos poucos, vai incrementando o contingente migratório paraguaio.

Por uma perspectiva teórica, a aludida “rotatividade” migratória se alinha à dinâmica das chamadas “migrações Sul-Sul”, relacionadas a deslocamentos ocorridos entre países em desenvolvimento. Phelps (2014), por exemplo, como se expôs no Capítulo 1, identifica entre alguns dos traços comuns a essas migrações a presença de pessoas com menores níveis de renda e de qualificação profissional e mais propensas a ocupações laborais temporárias, com baixa remuneração e informalidade ou instabilidade contratual, o que culminaria em oportunidades reduzidas de permanência no emprego e na tendência de retornar ao país de origem mais rapidamente.

Esses elementos parecem permitir uma aproximação com a situação à qual estão expostos muitos dos paraguaios ocupados especificamente na indústria de confecção têxtil na RMSP. Autores como Souchaud (2011), por sua vez, ressaltam também a capacidade de agência desses migrantes. Em sua argumentação, reconhece-se, primeiramente, que a cadeia na qual se inserem as oficinas de costura do Centro de São Paulo opera sob um modelo de flexibilização produtiva e laboral, frequentemente caracterizado (com a devida cautela com as generalizações) por elevados níveis de informalidade ou subcontratação, baixa remuneração e condições precárias de trabalho, com vistas a garantir uma rápida e profícua resposta às demandas do

mercado da moda e à fugacidade de suas tendências. Por outro lado, também faria parte dos planos de muitos dos migrantes uma ideia de “transitoriedade”, na qual as condições adversas de trabalho mencionadas anteriormente não seriam mais do que uma etapa temporária em sua busca por mobilidade social ou por recursos suficientes para a concretização de objetivos como a aquisição de seu próprio imóvel quando regressar ao país de origem²⁵⁵ – apesar de, para alguns, o tempo de residência acumulado no local de destino e determinados fatos ocorridos em seu ciclo de vida (como o nascimento de um filho) poderem fazer com que os planos iniciais sejam modificados, favorecendo o arraigo em detrimento do retorno (Souchaud, 2011).

A inserção de paraguaios em atividades relacionadas à confecção têxtil no Centro de São Paulo e localidades adjacentes deve ser compreendida dentro de um conjunto de transformações locais e globais pelas quais o referido setor passou ao longo dos séculos XX e começo do XXI, reconhecendo-se, nesse processo, o papel desempenhado por migrantes internacionais precursores, assunto abordado no próximo capítulo.

²⁵⁵ Tal perspectiva se assemelha ao que se propõe no chamado “Modelo Harris-Todaro”, voltado às migrações rural-urbano em países em desenvolvimento nos anos 1960 (Haas, 2008). Parte-se, inicialmente, de uma das premissas centrais da corrente neoclássica de estudos migratórios, na qual se tem a migração como um mecanismo de transferência de pessoas do campo – onde haveria, por um lado, excedente populacional, mas, por outro, limitada oferta de trabalho e baixos salários – às cidades – com baixa disposição de trabalhadores, mas elevada demanda por empregos e salários mais altos –, tendendo a resultar em um equilíbrio tanto demográfico como nos níveis de salário entre essas áreas. Ao se observar, no entanto, que, na prática, seria vultosa a incidência de desemprego e subemprego entre os migrantes de origem rural no meio urbano, mas que, mesmo sabendo disso, mais pessoas continuariam migrando, aponta-se para a necessidade de ir além da simples diferença salarial entre áreas rurais e urbanas para se entender o fenômeno (Haas, 2008; Brito, 2009). Sugere-se, mais precisamente, que tais migrações ocorreriam em dois estágios. Em um primeiro momento, o trabalhador, de fato, estaria mais exposto a se inserir no chamado “setor urbano tradicional”, que abarca o pequeno comércio ambulante e outros serviços informais no geral, assim como situações de subemprego e desemprego. Já em um segundo momento, concebe-se um “eventual engajamento desse trabalhador num emprego permanente no setor moderno” (Todaro, 1980, p. 153). Desse modo, ainda que as condições de subsistência no meio urbano sejam, a princípio, hostis, a expectativa de se ter, no longo prazo, acesso a um emprego mais estável e com melhor remuneração encorajaria a pessoa a migrar e a resistir às adversidades iniciais no local de destino. Assim sendo, a decisão de se migrar, por essa perspectiva, estaria “fundamentada no cálculo econômico d[a] renda esperada, ou permanente, e não na renda imediata após a emigração” (Brito, 2009, p. 8).

CAPÍTULO 4 – O ADVENTO DA “MODA RÁPIDA” NO MUNDO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR DA CONFECÇÃO TÊXTIL EM SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

É plausível conceber que uma roupa costurada por um paraguaio em uma oficina do Bom Retiro (capital paulista) ou do Jardim Jacy (Guarulhos) termine vestindo uma pessoa residente nos Estados Unidos ou no ocidente europeu e, após usada certa quantidade de vezes, cruze o oceano dentro de um container com outras milhões de peças de “segunda mão” e conclua seu ciclo de vida útil descartada em um aterro na periferia de Accra (Gana). Este, no entanto, não precisa ser o itinerário mais recorrente para que se reconheça o caráter global da cadeia de confecção têxtil operante com força de trabalho migrante em São Paulo.

Neste capítulo, buscar-se-á situar a atuação de paraguaios residentes em São Paulo e arredores na confecção de roupas em um cenário mais amplo de transformações no mercado da moda e vestuário, assim como, a nível local, nos históricos fluxos migratórios que fizeram (e fazem) parte do desenvolvimento desse setor em dita metrópole. A exposição do conteúdo se dará, mais precisamente, de acordo com a seguinte ordem: primeiramente, tratar-se-á especificamente dos sistemas de produção e consumo de peças de vestuário no Ocidente que se engendraram ao longo da Idade Contemporânea, apontando-se suas principais características e contradições. Posteriormente, dedicar-se-ão algumas páginas ao tema da origem e estruturação da confecção têxtil em São Paulo²⁵⁶ e o papel desempenhado por determinados grupos de migrantes internacionais nesse processo. Compreender-se-á, ademais, o funcionamento do referido setor produtivo na atualidade para que, por fim, seja possível identificar de que forma os paraguaios tendem se inserir nele. Nesse percurso, tangenciaremos questões como a sustentabilidade da cadeia da moda do ponto de vista ambiental e laboral; o processo de periferização paulistano e o movimento de oficinas de costura com empregados migrantes nessa direção; a incidência de trabalho em condições análogas à de escravo entre paraguaios; e impactos que a pandemia de Covid-19 teve sobre as migrações paraguaias ao Brasil e em sua inserção na confecção em São Paulo.

²⁵⁶ A proposta se alinha à recomendação metodológica de Waldinger (1994) de se conhecer o contexto histórico do desenvolvimento do setor produtivo em questão e como se apresentava sua estrutura e funcionamento previamente à inserção do grupo de migrantes internacionais que se está estudando, algo indispensável para o devido entendimento da situação de emprego dessas pessoas.

4.1 Transformações no mercado da moda e vestuário no mundo contemporâneo

A dinâmica do mercado da moda e vestuário no Ocidente – e suas mudanças – a partir de meados do século XIX, segundo Barreiro (2012), pode ser ilustrada por três grandes sistemas, que, embora surgidos em momentos diferentes, coexistiriam, em maior ou menor medida, até hoje, cada um com seus respectivos modelos de produção, consumo, difusão e cultura. São eles a “*haute couture*” (“alta costura”), o “*prêt-à-porter*” (“pronto para vestir”) e a “*fast fashion*” (“moda rápida”), sobre os quais se discorrerá na sequência.

4.1.1 A “haute couture” ou “alta costura”

Desde a Idade Moderna, a França (e, em particular, Paris) exerce primazia na indústria do luxo, encontrando nela uma relevância não só econômica, mas, também, identitária (Sant’Anna-Muller, 2011). É dessa tradição que se origina, em meados do século XIX, a denominada “*haute couture*” ou “alta costura”. Partindo de uma concepção do luxo como uma forma de distinção de classes (Barreiro, 2012) e do entendimento de que o consumo é um modo de “exaltar [a] prosperidade financeira através de produtos visíveis, como os produtos de moda” (Refosco; Oenning; Neves, 2011, p. 3), costureiros como Charles Frederick Worth (1825-1895) – um inglês radicado na capital francesa – passaram a atender a alta burguesia com peças de vestuário exclusivamente desenhadas para ela, com vista à satisfação de seus anseios por sofisticação, suntuosidade e singularidade (Refosco; Oenning; Neves, 2011).

A confecção da alta costura se dava – e ainda se dá – nas *maisons*. Para que um estabelecimento fosse assim reconhecido, era necessário que atendesse a diversos critérios, como o de estar localizado no chamado “Triângulo de Ouro” (“*Triangle d’Or*”) em Paris – formado pelas avenidas Montaigne, Georges V e Champs Elysées, três das mais icônicas da cidade – e de ter apenas um número reduzido de cada peça produzida, a fim de preservar sua unicidade (Refosco; Oenning; Neves, 2011). Sendo assim, as *maisons* não competiam com todo o restante da indústria de confecção do país – cujo advento também remete ao século XIX –, que tinham um mercado incomparavelmente maior, incluindo entre seus consumidores pessoas de estratos sociais menos abastados. Além dessa opção, a população não burguesa recorria também à confecção doméstica ou, no caso de se dispor de mais recursos, a ateliês de costura e à alfaiataria (Sant’Anna-Muller, 2011).

As tendências da *haute couture* eram difundidas predominantemente por dois meios. Um deles eram os desfiles de moda, instituídos por Worth ainda na segunda metade do

século XIX, nos quais eram exibidas as novas criações de um estilista. Em 1910, formalizou-se, pela primeira vez, um calendário de apresentação de coleções, consolidando a tradição desses eventos (Refosco; Oenning; Neves, 2011). Já o segundo meio eram as revistas de moda, que traziam também adaptações de roupas dos *maisons* a consumidores de menor poder aquisitivo (Sant’Anna-Muller, 2011), evidenciando-se, quiçá, o papel da alta costura como o que “sustentava conceitualmente a moda”, conforme sugerido em Refosco, Oenning e Neves (2011, p. 6). Nessas publicações, expunham-se, de igual modo, propostas de modelos próprios, tendo em mente pessoas cujos gostos não se alinhavam às tendências ditadas “de cima” (Sant’Anna-Muller, 2011).

Uma série de mudanças ocorridas após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), contudo, imporia uma crise às *maisons* e, por conseguinte, à moda francesa, que teria de se reposicionar para não perder espaço no mundo que emergia. A primeira delas foi a consagração dos Estados Unidos como a maior potência ocidental e, na esteira desse movimento, o fortalecimento da difusão de sua cultura nos países sob sua influência. Já a segunda seriam os avanços nas tecnologias de produção, transporte e comunicação, que não só reduziram os tempos de todos os processos das cadeias globais de comércio de bens e serviços como contribuíram para a modificação dos padrões de consumo nas sociedades capitalistas, exigindo das empresas, portanto, uma capacidade de rápida reação às novas demandas de seu público. A terceira, por fim, diz respeito à ascensão de uma nova elite econômica na Europa, que, detentora de capital financeiro e/ou industrial, expandiu-se a partir dos projetos de reconstrução dos Estados acometidos pelo conflito internacional, da ampliação do mercado consumidor mundial e do próprio progresso tecnológico anteriormente mencionado. Tratava-se de um grupo cujos integrantes, ao menos em parte, provinham de famílias de classe média – algumas até com histórico de fome e outras privações – e que, ao lograr uma condição material substancialmente mais confortável do que a de seus pais, não perseguiram os mesmos hábitos ou preferências de consumo que aqueles sustentados pelas elites tradicionais (Sant’Anna-Muller, 2011)²⁵⁷.

Na década de 1950, influentes veículos de imprensa da moda repercutiram suas reivindicações por uma modernização das *maisons*, a fim de que se adequassem ao gosto e às necessidades da classe que recém prosperava. A revista *Elle*, por exemplo, passou a trazer em suas páginas referências ao estilo de vida de Nova Iorque, com o objetivo de influenciar a realidade de Paris daquele momento. Preconizava, além disso, a adoção de medidas que

²⁵⁷ Para essa nova elite, de acordo com Sant’Anna-Muller (2011, p. 121), “a *Haute-Couture* trazia o signo de todo um passado que não devia ser mais glorificado”.

permitissem a redução do tempo de trabalho na alta costura – incluindo a criação de tamanhos padronizados de peças, que “exigiriam apenas adaptações rápidas” na hora de produzir novas unidades para comercialização (Sant’Anna-Muller, 2011, p. 117) – e o enxugamento do número de trabalhadores envolvidos, de modo a tornar possível a oferta de roupas a preços mais competitivos e atrativos para novos consumidores (Sant’Anna-Muller, 2011).

A resposta a tais clamores, porém, não viria das *maisons*. Desde o final da Segunda Guerra, a demanda por peças da alta costura já vinha em declínio, seja pelo encarecimento desses produtos, seja pela mudança no perfil de consumo de parte de sua clientela, que passaria a dar preferência à compra de outros artigos de luxo, como automóveis, à expensa da preocupação com o vestuário. A receita desses estabelecimentos, na verdade, já estava cada vez mais dependente de clientes de fora do país que adquiriam o direito de reprodução das roupas e compradores que as buscavam para orientar sua própria criação. As exigências por modernização, rapidez e flexibilidade, que poderiam trazer interessados da nova burguesia consumidora, por outro lado, enfrentavam resistência de parte do público já consolidado – e dos próprios costureiros –, que não gostaria de alterar a forma como se apresentavam à sociedade (Sant’Anna-Muller, 2011). Um dos reflexos disso é o de que as *maisons*, que já somaram mais de cem unidades outrora, hoje não chegariam a dez. Para estas remanescentes, a alta costura termina sendo útil para sua publicidade, mas não tanto para sua economia, que se alimenta, em grande medida, de outras práticas, como a venda de perfumes, cosméticos e acessórios (Refosco; Oenning; Neves, 2011).

Com a fragilização das *maisons*, estaria ameaçada a própria imagem da França e sua capital como “berço da elegância e de todas as elites mundiais” (Sant’Anna-Muller, 2011, p. 119), algo que carecia de encontrar sustento para além da *haute couture*. Ao mesmo tempo, conforme sintetizado por Sant’Anna-Muller (2011, p. 123), “era preciso propor uma forma de produção do ‘novo’ que combinasse a exaltação do ato criativo do costureiro, a atração de uma clientela suficientemente grande para manter os negócios em superávit e a fidelidade da elite mundial aos seus balcões”. Dessa necessidade de se preservar a primazia da confecção francesa, por um lado, e de se modernizar a produção, por outro, surge o “*prêt-à-porter*”.

4.1.2 O “prêt-à-porter” ou “pronto para vestir”

As origens do *prêt-à-porter* (ou “pronto para vestir”) se remontam a 1949, tendo como pioneiro o estilista francês Jean-Claude Weill, mas seria principalmente a partir da década de 1960 que esse sistema conquistaria espaço, com a queda no interesse pela moda elitista (Refosco; Oenning; Neves, 2011). Sua proposta não era a de atender à demanda por produtos da “moda das ruas” (Sant’Anna-Muller, 2011), mas, sim, “democratizar” o luxo (Barreiro, 2012), o que terminaria por contribuir para que a moda se tornasse acessível a mais pessoas (Refosco; Oenning; Neves, 2011). Ao mesmo tempo, assim como a *haute couture*, propunha-se a “ditar o que seria tendência de moda nas futuras estações”, servindo, logo, como um “esteio onde outros estilistas e criadores de moda vêm buscar inspiração para traduzir as demandas dos diferentes públicos consumidores” (Sant’Anna-Muller, 2011, p. 123-124).

Na prática, o esforço era o de conciliar dois objetivos que poderiam, a princípio, parecer antagônicos. O primeiro era o de responder às exigências do pós-Segunda Guerra Mundial de massificação da confecção, redução dos tempos ao longo de todo o ciclo de produção e distribuição, criação de um vestuário condizente a um estilo de vida mais moderno, renovação constante das coleções apresentadas e oferta de roupas a preços mais competitivos (Refosco; Oenning; Neves, 2011). Já o segundo consistia na preservação da criatividade e do requinte que tradicionalmente distinguiam a moda francesa, de forma que a consecução do objetivo citado anteriormente não se desse às custas desses valores. A figura do estilista, nesse sentido, continuaria a ser central, cabendo-lhe a tarefa de ditar tendências a uma clientela mais diversificada, da qual faria parte a burguesia emergente após a guerra e consumidores de diferentes lugares do mundo, que usariam em seu dia a dia as roupas concebidas pelos referidos profissionais (Sant’Anna-Muller, 2011).

Em relação às casas de confecção, se, na *haute couture*, havia as *maisons*, no *prêt-à-porter* estariam as *boutiques*, tendo a seu cargo, assim, combinar “criatividade, originalidade, tratamento personalizado e preços acessíveis” (Sant’Anna-Muller, 2011, p. 124). Os desfiles, ademais, permaneceriam como uma das vitrines da moda, nos quais novas coleções seriam promovidas ao público de interesse (Barreiro, 2012).

Em suma, o *prêt-à-porter* consistiu na “industrialização e comercialização de peças em grande escala e correspondente a um vestuário moderno, que continua a ser criado por um estilista de acordo com tendências de moda” (Refosco; Oenning; Neves, 2011, p. 8). Sobre o último aspecto, Sant’Anna-Muller (2011, p. 124) complementaria dizendo que

Ao prêt-à-porter, diante do novo sistema de produção de tendências sazonais, não coube responsabilidades revolucionárias, mas apenas a autoridade, que outrora a *Haute-Couture* possuía, de ditar os caminhos do novo a serem cultuados e a noção de elegância/sofisticação a serem perseguidos.

Com o advento do *prêt-à-porter*, Paris poderia se manter como “espelho da elegância mundial, sem a vulgarização ou ‘apelação’ dos modelos” (Sant’Anna-Muller, 2011, p. 124).

4.1.3 As crises e transformações dos anos 1970 como antecedentes para uma “moda [mais] rápida”

O mercado da moda passaria por mais um conjunto de mudanças, dessa vez, a partir dos anos 1970, com desdobramentos percebidos até a atualidade. Antes de introduzi-las, entretanto, é imprescindível compreender o contexto regional e global em que se inseriam.

4.1.3.1 A “crise das classes médias” na Europa Ocidental

Recorda-se que, sobretudo no ocidente europeu, as décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial trouxeram à luz uma nova elite econômica, ligada ao capital financeiro e/ou industrial. Concomitantemente, em meio ao aumento dos salários reais, a integração de setores populares à sociedade de consumo de massa e a universalização do Estado de Bem-Estar Social (que, entre outros efeitos, dilatou o acesso ao ensino superior), engendrava-se um processo de “aburguesamento da classe trabalhadora” (Barreiro, 2012, p. 157). A ampla elevação do padrão de vida fez com que uma geração de jovens adultos ganhasse condições de angariar posições mais elevadas na estratificação social do que seus genitores, contribuindo para que se caminhasse rumo a uma “sociedade de classes médias” (Barreiro, 2012, p. 157).

Desde meados dos anos 1970, contudo, estaria em marcha uma série de mudanças nesse cenário. A estabilidade dos empregos que se via até então começaria a ser comprometida, assim como a manutenção do Estado de Bem-Estar Social, que outrora garantia a satisfação de necessidades elementares de vida para que se pudessem almejar condições materiais mais ambiciosas. Adicionalmente, produzia-se uma crescente desigualdade nos salários e na renda familiar, constituindo-se um conjunto de fatores que levaria, enfim, a uma debilitação das classes médias. Nas palavras de Barreiro (2012, p. 158),

A precarização, a perda de segurança dos empregos e as dificuldades de muitos jovens para encontrar um primeiro trabalho e, principalmente, um trabalho de qualidade, estão levando um número considerável de jovens em países com economias prósperas a enfrentar ‘a perspectiva de uma mobilidade social intergeracional descendente’, de forma que serão realmente incapazes de superar ou, até mesmo, manter o nível de vida de seus pais. Por consequência, o que até hoje qualificávamos como classe média (comerciantes e pequenos e médios empresários, profissionais liberais, funcionários e trabalhadores com empregos fixos e razoavelmente remunerados) segue sendo dominante na geração dos *babyboomers* (os nascidos nos anos cinquenta e sessenta). Mas a geração posterior, já classificada como *babyloosers* [sic] (filhos perdedores), ainda que tenha um nível de formação muito mais alto, não está conseguindo ter acesso aos níveis de renda, de bem-estar e de segurança dos quais (ainda) gozam seus pais (tradução livre)²⁵⁸.

Na “crise das classes médias” – como Barreiro (2012) define tal fenômeno –, é cada vez mais frequente que jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho se encontrem sob regimes de contratos temporários e exercendo funções de menor qualificação do que aquelas para as quais se formaram. O desemprego, por sua vez, já não acometeria apenas os indivíduos que ocupam posições menos valorizadas (como os trabalhadores manuais assalariados), mas toda uma classe de profissionais urbanos, educadores, trabalhadores administrativos etc., de modo que as perdas com as quais arcariam essas pessoas seriam, mais do que de poder aquisitivo, também de capital social (Barreiro, 2012).

Do ponto de vista sociológico, há autores que sugerem estar em curso um processo de “desclasseamento” (“*desclasamiento*”) ou de “fim das classes”, que se tem quando os trabalhadores perdem sua consciência de classe e, somando-se a eles profissionais altamente qualificados com baixas expectativas sobre suas carreiras, são levados, todos, a um mesmo padrão de consumo de baixo custo, massivo e de rápida aquisição e descarte. Estas, por sua vez, seriam características do que Barreiro (2012) qualifica como “sociedade de consumo maduro”, que corresponderia à sociedade vigente pelo menos desde o decênio de 1970 e na qual operaria a chamada “*fast fashion*” ou “moda rápida”.

²⁵⁸ Trecho original, em castelhano: “La precarización, la pérdida de seguridad de los empleos y las dificultades de muchos jóvenes para encontrar un primer trabajo, y sobre todo un trabajo de calidad, están conduciendo a que en países con economías prósperas un número apreciable de jóvenes se enfrenten ‘a la perspectiva de una movilidad social intergeneracional descendente’, de forma que serán realmente incapaces de sobreponer o mantener siquiera el nivel de vida de sus padres. En consecuencia, lo que hasta hoy calificábamos como clase media (comerciantes y empresarios pequeños y medianos, profesionales liberales, funcionarios, y trabajadores con empleos fijos y razonablemente remunerados) sigue siendo dominante en la generación de los *babyboomers* (los nacidos en los años cincuenta y sesenta). Pero la generación posterior, calificada ya como *babyloosers* [sic] (niños perdedores), aun teniendo un nivel de formación mucho más alto, no está consiguiendo acceder a los niveles de renta, de bienestar y de seguridad del que (todavía) gozan sus mayores” (Barreiro, 2012, p. 158).

4.1.3.2 A consolidação da “sociedade de consumo maduro”

Barreiro (2012), em seu trabalho, identifica diversos aspectos que definiriam esse tipo de sociedade. Um deles é o individualismo enquanto “pano de fundo moral” e, a partir disso, o consumo não só como meio para a satisfação de necessidades e desejos materiais, mas, também, de realização pessoal e construção de identidade. O ato de comprar ou adquirir um produto, nesse sentido, seria uma forma de “dizer algo sobre si mesmo” (Barreiro, 2012, p. 162 – tradução livre)²⁵⁹, de modo que “ter”, mais do que um requisito, torna-se um sinônimo para “ser”. Barreiro (2012, p. 162), então, sustenta que “o papel que o trabalho desempenhava como elemento base na formação da identidade individual foi substituído, em grande medida, pelo consumo” (tradução livre)²⁶⁰.

A referida sociedade, ainda, corresponderia a uma transição entre o “poder escolher” os bens e serviços dos quais se deseja usufruir e o “ter que escolher”, já que, além de marcar um estilo de vida, disso dependeria a própria existência social do indivíduo (Barreiro, 2012). O sistema produtivo, por sua vez, não se limitaria a apenas responder às demandas dos consumidores, dedicando-se, ele mesmo, a gerá-las e reproduzi-las também, instigando-se, para tanto, um sentimento quase insaciável de necessidade que persuadiria o indivíduo à compra.

Já aos bens a serem adquiridos, conferir-se-ia um valor efêmero ou passageiro. A perda de sua utilidade funcional, através do desgaste decorrente do uso, é precedida com cada vez mais antecedência pela obsolescência ou “morte social”, que é quando se extingue sua função simbólica. O consumo, como resultado, mais comumente se converte em desperdício, já que os consumidores, ao mesmo tempo que são induzidos a comprar cada vez mais, também o são para se desfazerem rapidamente do que compraram (ainda mais quando o que foi comprado não lhes custou muito). Esta seria, nas palavras de Barreiro (2012), a cultura do “usar e jogar fora” (“*usar y tirar*”), que se manifestaria nos mais diversos âmbitos da vida em uma “sociedade de consumo maduro”. De acordo com a autora, em tempos pretéritos, o acesso a produtos era limitado, e entendia-se que seu usufruto deveria ser prolongado, ao passo que, hoje em dia, haveria um sem-número de produtos disponíveis, mas com datas de validade mais breves. A fácil aquisição e o rápido descarte, ademais, seria um ciclo presente até mesmo na esfera das relações sociais e laborais (Barreiro, 2012), como se resgatará mais adiante.

²⁵⁹ Trecho original, em castelhano: “*El individuo utiliza el consumo para decir algo sobre sí mismo*” (Barreiro, 2012, p. 162).

²⁶⁰ Trecho original, em castelhano: “[...] *el papel que jugaba el trabajo como elemento base en la formación de la identidad individual ha sido desplazado en gran medida por el consumo*” (Barreiro, 2012, p. 162).

A consolidação da “sociedade de consumo maduro” pode ser inserida no contexto de mudanças globais nos modos de produção, consumo e trabalho do sistema capitalista, em curso sobretudo desde a década de 1970. Vale lembrar, logo, as reflexões expostas no Capítulo 1 desta tese acerca da transição do modelo fordista ao regime de “acumulação flexível”, conforme proposto por Harvey (1999). Naquele momento, identificou-se como uma das características desse processo a chamada “compressão do espaço-tempo”, que culminaria em uma circulação mais célere de bens entre sua produção e a venda – reduzindo-se, assim, a necessidade de estoques – e na oferta de produtos de vida útil cada vez menor no mercado. O comportamento dos consumidores e suas preferências, de igual modo, também passariam a seguir semelhante lógica, movidos, entre outros impulsos, por um “desejo inexplicável pela mudança” (Barreiro, 2012, p. 150). Como afirmava Harvey (1999, p. 148),

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

A “*fast fashion*” ou “moda rápida” é produto desse conjunto de transformações apontado até aqui, tanto a nível regional como global. Suas características centrais e sua forma de operar serão mais bem conhecidos na subseção a seguir.

4.1.4 A “*fast fashion*” ou “moda rápida”

O mercado da moda, nas últimas décadas, estaria atravessando um processo de polarização na medida em que a *fast fashion* avança sobre espaços antes ocupados pelo *prêt-à-porter*. De um lado, ver-se-ia o luxo extremo, “com uma forte vocação de singularidade e exclusividade”; de outro, a “moda rápida”, “com as características de acessibilidade e rapidez”²⁶¹ (Barreiro, 2012, p. 151 – tradução livre). Entre as mudanças que se podem identificar nesse cenário de recuo do *prêt-à-porter* está a perda de protagonismo da figura do estilista ou *designer* na concepção de peças de vestuário, tarefa que não apenas seria dividida com uma diversidade de outros profissionais da cadeia produtiva como se orientaria crescentemente pela demanda dos próprios consumidores. Sendo assim, o processo criativo

²⁶¹ Trecho original, em castelhano: “[...] por un lado, el lujo o lujo extremo con una fuerte vocación de singularidad y exclusividad, y por el otro, está la moda rápida con las características de accesibilidad y rapidez” (Barreiro, 2012, p. 151).

nesse segmento se tornaria mais difuso, à extensão de os responsáveis por outrora ditar os rumos da moda e se antecipar aos anseios do mercado consumidor deixarem de ter nas mãos a incumbência da criação e passarem a se dedicar mais à tarefa de captar as tendências que surgem na sociedade (Barreiro, 2012). Em outras palavras, como sintetiza Barreiro (2012, p. 155),

Ficaram para trás os tempos em que os *designers* e as empresas de moda marcavam a tendência a ser seguida em seus desfiles e passarelas. No atual sistema da moda rápida, o processo foi invertido. Agora, cada vez mais são os *designers* e as empresas que recorrem às ruas e às redes sociais em busca de inspiração (tradução livre)²⁶².

Sobre o último aspecto mencionado acima, nota-se que as redes sociais digitais ganharam uma importância que vai além da comercialização de produtos, já que nelas se encontra a expressão do gosto popular que deve influenciar uma parte considerável do que será produzido em matéria de vestuário. De postagens de artistas e *influencers* do Instagram, Facebook, YouTube etc. surge o que muito rapidamente as empresas do ramo buscarão difundir em massa nas ruas. A comunicação da moda, assim, sai das páginas de revistas, de circulação limitada pela periodicidade de sua publicação, e vai para as telas de *notebooks* e *smartphones*, em que tudo é instantâneo. Mesmo as tendências promovidas em desfiles de moda são disponibilizadas em tempo real na *internet*²⁶³ (Barreiro, 2012), sendo essa uma das manifestações da “compressão do espaço-tempo” no referido mercado.

Outro exemplo alinhado a esse movimento seria a chamada “distribuição de circuito curto”, que consiste no encurtamento temporal entre o desenho das roupas até a sua disponibilização em lojas, valendo-se, para tanto, de tecnologias mais avançadas de informação, produção e logística (Barreiro, 2012). Ilustram tal modelo as “peças oportunistas” ou “*just in time*”, que, diferentemente daquelas consideradas “básicas” – que não saem de moda e, dessarte, têm uma rotatividade mais lenta no comércio –, são “suscetíveis a circular em ciclos mais

²⁶² Trecho original, em castelhano: “*Lejos han quedado los tiempos en los que los diseñadores y empresas de moda marcaban las tendencias a seguir en sus desfiles y pasarelas. En el actual sistema de la moda rápida, el proceso se ha invertido ahora, cada vez son más los diseñadores y las empresas que acuden a la calle y a las redes sociales en busca de inspiración*” (Barreiro, 2012, p. 155).

²⁶³ A *internet* propiciou mais condições para a expansão do regime de acumulação flexível, no qual se insere a “moda rápida”. Uma das evidências disso pode ser encontrada nas seguintes palavras de Barreiro (2012, p. 154): “A primeira coisa que a internet fez para a economia foi transformar o modelo de empresa; aquilo que foi o fordismo, a grande empresa industrial baseada na produção padrão e na linha de montagem, é, hoje em dia, a capacidade de funcionar em rede, de articular diretamente no mercado insumos, fornecedores e organização interna da empresa online em todas as tarefas” (tradução livre – trecho original, em castelhano: “*Lo primero que ha hecho Internet en la economía es transformar el modelo de empresa; lo que fue el fordismo, la gran empresa industrial basada en la producción estándar y en la cadena de montaje, es hoy en día la capacidad de funcionar en red, de articular directamente en el mercado, insumos, proveedores y organización interna de la empresa on-line en todas las tareas*” (Barreiro, 2012, p. 154).

curtos, atendendo às variações do mercado”²⁶⁴ (Barreiro, 2012, p. 154). Na época de redação do texto de Barreiro (2012), grandes empresas como a Zara já operavam com um ciclo de produção de duas semanas para essas peças, algo crucial no mercado, considerando-se que o tempo é uma variável central da *fast fashion*. Há, ainda, o crescente aumento no número de “estações” para o lançamento de roupas, permitindo que seja oferecida uma variedade maior de produtos, com a finalidade de atender uma demanda diversificada e em constante mudança (Barreiro, 2012)²⁶⁵.

Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido é o da Shein, uma empresa chinesa líder de compras por aplicativo em cinquenta e seis dos países onde tem presença. Sua competitividade no mercado é tão expressiva que, enquanto concorrentes como a Zara e a H&M oferecem entre 20 e 25 mil estilos diferentes de produtos ao seu público em um ano – o que já é uma cifra impressionante –, seu desempenho lhe propicia chegar a níveis tão altos como o de 1,3 milhão (Locke et al., 2022). Uma nova peça de roupa pode ser lançada em poucos dias, desde sua concepção até a colocação a venda. Ao não dispor de lojas físicas e, assim, concentrar todo o seu comércio na modalidade virtual, além de ter como responsáveis por boa parte de sua confecção indústrias estabelecidas na própria China ou em países vizinhos do Sudeste Asiático, a Shein conseguiria praticar preços 60% a 70% mais baixos do que as empresas anteriormente nomeadas. Em seu processo de criação, por fim, haveria uma intensa conexão com o aplicativo TikTok (de compartilhamento de vídeos curtos), também chinês, o que lhe permitiria captar novas tendências entre seus consumidores e responder a elas com muito mais rapidez. A estratégia da Shein é bem sintetizada por Terry Nguyen, jornalista entrevistada pela reportagem de Locke et al. (2022), no seguinte trecho:

Imagine, por exemplo, que eles [a Shein] estão criando um novo top e que desejam fazer, digamos, cem iterações desse top a serem produzidas. Depois, eles colocam isso no *site* e esperam para ver o quão rápido vão vender. [...] Eles podem fazer mais *designs* e, até mesmo, vender menos tops, mas ainda conseguirão, de alguma forma, inundar o seu *website* com uma variedade de estilos. E dependendo de qual deles viralizar no TikTok da noite para o dia, eles poderão aumentar a produção dessa peça de forma praticamente instantânea, dependendo da demanda (tradução livre)²⁶⁶.

²⁶⁴ Trecho original, em castelhano: “[...] *las prendas “oportunistas” o “just in time” [...] son susceptibles de rotar en ciclos más cortos atendiendo a las variaciones del mercado*” (Barreiro, 2012, p. 154).

²⁶⁵ Haveria marcas que lançariam até cinquenta e duas “microestações” por ano – ou seja, quase uma por semana –, não se limitando às tradicionais primavera/verão e outono/inverno (El Hilo, 2022).

²⁶⁶ Trecho original, em inglês: “*Say for example, they’re creating a new top, and they want to place, like, a hundred iterations of that top to be made. And then they put that on the site and they wait to see how quickly that sells out. Compared to maybe an ultra-fast fashion retailer, like Boohoo or Fashion Nova, they might have to order about 300 to 500 units for Shein. And they can essentially make more designs and even sell less tops, but still manage to kind of inundate their website with a variety of styles. And whichever ones go viral on TikTok overnight, they’ll be able to ramp up production on the garment, like almost instantaneously, depending on demand*” (Locke et al., 2022).

Assim como o ciclo de produção, também se acelera na “moda rápida” o tempo entre a compra e o descarte, um reflexo da cultura do “usar e jogar fora”. Os consumidores, inseridos na “sociedade de consumo maduro”, são induzidos tanto a adquirir novos bens como a se desfazerem deles mais brevemente. O “desapego”, por assim dizer, é favorecido pelo fato de se ter pagado pouco pelas peças compradas e por estas tenderem a não ser de alta qualidade. O consumo, nessas condições, terminaria por ter um baixo custo não só em termos econômicos, mas também, psicológicos, pois mais fácil do que usar seria “deixar de usar” (Barreiro, 2012, p. 163)²⁶⁷.

Desde o excesso na produção e na compra até o desperdício no descarte – tudo a passos marcados pela velocidade –, encontrar-se-iam traços da insustentabilidade da cadeia da “moda rápida”. No âmbito laboral, isso se manifestaria na precarização dos regimes de trabalho, incluindo, até mesmo, a incidência de ocupações em condições análogas à de escravo. A acirrada concorrência internacional no setor, no ponto de vista de Barreiro (2012), ao exigir a redução de custos ao longo de toda a cadeia produtiva, faria com que muitas economias emergentes, em especial, sucumbissem à prática de baixos salários e más condições de emprego para competir. A estas, acrescentar-se-iam a exploração da força de trabalho sem garantia de direitos laborais, estando entre os grupos mais suscetíveis a tal realidade migrantes internacionais em situação de vulnerabilidade social, e a instabilidade do mercado – com admissões e demissões ao sabor das variações na demanda – combinada com a falta de perspectiva de carreira – contribuindo para uma alta rotatividade de pessoas ocupando as vagas menos valorizadas. Sendo assim, as relações laborais também estariam permeadas pela cultura de “usar e jogar fora”, algo que se buscará ilustrar quando for abordada a questão de migrantes latino-americanos ocupados em oficinas de costura em São Paulo, mais adiante neste capítulo.

O caráter insustentável da “moda rápida” também se refletiria na esfera ambiental, levando-se em conta desde os processos de produção altamente contaminantes e intensivos em recursos naturais (como a água) até os impactos do descarte indevido da ampla gama de peças inutilizadas em decorrência de sua obsolescência ou “morte social” abreviada. Para que se tenha uma ideia mais clara sobre a dimensão da questão, expor-se-ão, na sequência, três casos recentes e representativos das consequências ambientais (e sociais) que o *modus operandi* da

²⁶⁷ A “rápida fabricação, flexibilidade, baixo custo e abordagens ágeis de varejo dentro da mesma organização”, característicos da *fast fashion*, não seriam exclusividade do setor de confecção têxtil, conforme observam Solino et al. (2015, p. 1022). Ainda que o termo “*fashion*” seja mais comumente associado ao vestuário, deve-se ter em mente que “há um elemento de moda em todas as facetas da vida moderna, podendo ser encontrado até mesmo em alimentos, móveis, ciência, tecnologia, informática, arquitetura, automóveis, artes, artesanato, utensílios de cozinha e de jardinagem (Solino et al., 2015, p. 1023).

fast fashion pode gerar ou, ao menos, contribuir com a persistência, sendo eles a desertificação do Mar de Aral, na Ásia Central, e a existência de aterros de roupas usadas no Atacama (Chile) e na periferia de Accra (Gana).

4.1.4.1 O cultivo de algodão e o desaparecimento do Mar de Aral

O Mar de Aral está localizado na Ásia Central, cercado pelos territórios de Cazaquistão, ao norte, e Uzbequistão, ao sul. Tendo sido o quarto maior lago do mundo no passado, hoje suas águas se limitam a 10% do volume que possuíam até meados do século XX (Qobilov, 2015; Hoskins, 2014). Naquele momento, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dava marcha a um amplo projeto de cultivo de algodão nos arredores, servindo-se, para tanto, dos rios de água doce que desaguam no lago, de água salgada. A prática se estendeu mesmo após a dissolução do bloco soviético, sendo conduzida, desde então e em maior dimensão, pelo Estado uzbeque (Grabish, 1999; Hoskins, 2014), ainda que com uma produção longe dos volumes de outrora (Abdullaev; Giordano; Rasulov, 2005).

Um conjunto de fatores, entretanto, teria feito com que a cotonicultura contribuísse – embora sem ser a única responsável – para um gradual processo de desertificação na região, entre eles, o estresse hídrico, com uma demanda superior à capacidade de reposição do manancial e a perda de água acima do usual por evaporação e filtração em função de canais de irrigação descobertos e com extensos trechos passando por terrenos arenosos (Grabish, 1999). Além da estiagem, Grabish (1999) enumera outras consequências, a começar pelo comprometimento da vida aquática do lago, considerando que, com a diminuição de seu volume e o desequilíbrio nos níveis de salinidade, as águas se tornaram nocivas para distintas espécies de peixes – inviabilizando, por conseguinte, a pesca, fonte de renda e subsistência de muitos habitantes locais anteriormente. O solo ao redor também passou a apresentar uma concentração de sal maior, prejudicando, no médio e longo prazo, o próprio cultivo de algodão²⁶⁸. Em adição a isso, partículas carregadas de minerais como cloreto de sódio, sulfato de sódio e cloreto de magnésio seriam levadas para longe pelos ventos que sopram dos arredores do Mar de Aral, afetando a atividade agrícola em comunidades localizadas, por vezes, a mais de mil quilômetros de distância. O clima da Ásia Central como um todo também viria sofrendo alterações devido

²⁶⁸ Abdullaev, Giordano e Rasulov (2005), por outro lado, atribuiriam como causa principal ao declínio que haveria na produção algodoeira do Uzbequistão na transição de séculos a escolha de expansão das áreas de cultivo de trigo por parte do governo, motivado, em parte, por preocupações relacionadas à segurança alimentar, observação que explicita a complexidade do tema, cujos fatores envolvidos não está ao alcance desta tese esmiuçar.

à seca do lago. Segundo Grabish (1999), “sem a influência moderadora de um corpo grande de água, as estações se tornaram mais extremas. Os verões, que já eram quentes, se tornaram ainda mais quentes, secos e prolongados; e os invernos, mais curtos, mais duros e mais secos” (tradução livre)²⁶⁹. Haveria, ainda, o problema da contaminação da água para fins de consumo humano, cujos efeitos à saúde se refletiriam nos indicadores de mortalidade materna e infantil (Grabish, 1999). Pode-se citar, por fim, o acirramento da disputa por recursos hídricos por parte dos países do subcontinente, considerando que, enquanto o Tajiquistão e o Quirguistão controlam as nascentes dos dois rios que alimentam o Mar de Aral (a dizer, Amu Dária e Sir Dária), Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão dependem dessas águas para sustentar sua economia algodoeira (Grabish, 1999)²⁷⁰.

Ainda que seu advento seja posterior ao início do encolhimento ininterrupto do Mar de Aral, a *fast fashion* poderia ter sua parcela de contribuição com a problemática em seus tempos. Sobre isso, há de se ter em mente que a cotonicultura – que fornece o insumo para a produção de uma das fibras mais utilizadas na confecção de roupas – é altamente intensiva em

²⁶⁹ Trecho original, em inglês: “Moreover, the shrinking Sea has also affected the continental climate of Central Asia. Without the moderating influence of a large body of water, the seasons have become more extreme. Already hot summers have become hotter, dryer and longer; and winters, shorter, more bitter and dry” (Grabish, 1999).

²⁷⁰ A diversidade de fatores (e perspectivas) envolvidos pode ser novamente ilustrada com base no trabalho de Abdullaev, Giordano e Rasulov (2005). Segundo os autores, a URSS teria feito a escolha deliberada de “sacrificar” o Mar de Aral em benefício da produção agrícola. O volume de água que fluía ao lago é o que seria apropriado para cultivos como o de algodão, de modo que, mesmo com a extinção dessa superfície aquática, ainda estariam disponíveis para a agricultura os recursos hídricos provenientes dos rios Amu Dária e Sir Dária – assertiva cuja validade, como se pode supor, já deve estar sendo colocada à prova, considerando, entre outros efeitos, a incidência das mudanças climáticas nos ciclos da água na região, instigadas por eventos que incluiriam a própria estiagem do Mar de Aral. Outra observação feita pelos autores é a de que, ainda que se reduza a produção algodoeira no Uzbequistão, tão intensiva em água, o que se economizaria desse recurso seria provavelmente destinado a outras culturas, como o trigo, cujas áreas de plantio estariam em expansão desde a dissolução do bloco soviético em 1991. A ideia é elucidada no seguinte trecho: “Um relatório recente de Chapagain et al. (2005) indica que, a cada ano, o Uzbequistão exporta essencialmente todo o escoamento da bacia do Mar de Aral na forma de água embutida no comércio de algodão. Ainda que essa seja uma superestimação, a sugestão que está implícita é a de que reduções nas exportações de algodão e na produção por trás delas poderiam salvar o abastecimento do Mar de Aral. É muito mais provável que qualquer volume ‘salvo’ a partir da redução da produção algodoeira seja usado, na verdade, em outros cultivos, como tem sido o padrão até hoje. Os planejadores soviéticos tomaram a decisão inicial de trocar a viabilidade do Mar de Aral pela agricultura. Não há, atualmente, nenhuma razão para se pensar que os governos atual e futuros tomarão uma decisão diferente” (Abdullaev; Giordano; Rasulov, 2005 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “A recent report by Chapagain et al. (2005) indicates that each year Uzbekistan exports essentially the entire runoff of the Aral Sea basin in the form of the virtual water embedded in cotton trade. Even if an overestimate, the implicit suggestion is that reductions in cotton exports and the production behind them might free supplies for the Aral Sea. It is much more likely that any water ‘saved’ from reduced cotton production will instead be used to produce other crops as has been the pattern to date. Soviet planners made the initial decision to trade the viability of the Aral Sea for agriculture. There is currently no reason to think that present and future governments will make a different decision”). Os mesmos concluem, finalmente, que a questão da escassez de água para atividades como a cotonicultura no Uzbequistão depende muito mais do lado para o qual penderá a balança entre a agricultura praticada no país com uso de águas do baixo curso dos rios Amu Dária e Sir Dária e a produção de energia no alto curso, localizado no Quirguistão e no Tajiquistão, do que da relação entre agricultura e meio-ambiente – isso ao menos no futuro próximo, como ressaltam os autores (Abdullaev; Giordano; Rasulov, 2005).

água e, sendo assim, responde por parte considerável do que se consome desse recurso na indústria têxtil. Uma única camiseta, por exemplo, poderia requerer, no total, até 2.700 litros de água para sua produção (Hoskins, 2014), enquanto para uma calça *jeans* – que, além do algodão, também pode conter algum percentual de fibras sintéticas em sua composição – o volume se aproximaria dos 7.500 L (United Nations, 2019). Já do ponto de vista social, ao menos no caso uzbeque e até a metade da década de 2010 – que é de quando data o texto consultado como referência –, constariam entre os trabalhadores dedicados à colheita de algodão pessoas em regime laboral forçado e crianças – ainda que o seu emprego nessa atividade esteja proibido no país desde 2012 –, com boa parte dos resultados de sua faina sendo dirigida a unidades produtivas em Bangladesh ou China, que, por sua vez, podem incluir fornecedoras de grandes marcas de roupas de continentes como o europeu (Hoskins, 2014). Nessa cadeia de produção e distribuição, Hoskins (2014) concluiria haver uma conexão intrínseca entre a “destruição ambiental e o trabalho forçado” (tradução livre)²⁷¹, o que deve ser levado em conta no momento de se apurar a relação que empresas da “moda rápida” global porventura tenham direta ou indiretamente com a produção algodoeira na bacia endorréica do Aral²⁷².

4.1.4.2 Um aterro de roupas em pleno deserto do Atacama

De 2000 a 2015, segundo a Ellen MacArthur Foundation (2017), a produção de roupas no mundo dobrou. De pouco menos de 50 bilhões de novas unidades confeccionadas e comercializadas, o número saltou para mais de cem, o que na fonte consultada se atribui mais largamente ao fenômeno da “moda rápida”. Somente em 2016, algo próximo a 107 bilhões de novas peças de vestuário foram adquiridas. Dividindo-se pelo total da população mundial, ter-se-ia como resultado treze peças por pessoa (Fashion United, [2022?]). Nos Estados Unidos,

²⁷¹ Trecho original, em inglês: “*The two issues – of environmental destruction and forced labour – are intrinsically linked*” (Hoskins, 2014).

²⁷² Na matéria redigida por Hoskins (2014), recomenda-se que as grandes marcas da indústria da moda no mundo se assegurem de que não haja em sua linha de produção algodão de origem uzbeque. Reconhece-se, contudo, que logrará-lo é um desafio, já que a rastreabilidade dos produtos dessas marcas se perde nas mais diversas etapas da cadeia produtiva, que comumente tem entre seus intermediários empresas de terceiros países, como os mencionados Bangladesh e China. De qualquer forma, a questão parece ser mais complexa do que o que se propõe, tendo em vista que o corte da demanda de algodão pode comprometer a subsistência de diversas comunidades locais caso não esteja acompanhado de iniciativas que apontem para fontes alternativas de ingressos, mais sustentáveis tanto pela perspectiva ambiental como econômica e social. Afinal, já são os habitantes do entorno do Mar de Aral os que mais arcam com o ônus da economia algodoeira uzbeque e da degradação ambiental – cujos benefícios, em parte, só são sentidos alhures, na contribuição de curto prazo à garantia da oferta de roupas da “moda rápida” a preços mais acessíveis e com maior diversidade em mercados geográfica e socialmente tão distantes como os do Norte global, como se pode inferir a partir da matéria de Hoskins (2014) –, devendo a superação desse cenário compor qualquer solução que se conceba à problemática. Finalmente, sugere-se em Hoskins (2014) que se reduza o consumo de algodão “convencional” na indústria da moda, conferindo-se preferência ao de procedência orgânica – que consumiria menos água.

em particular, a média seria de cinquenta e três, com base em dados referentes a 2017, tornando o país o maior consumidor de roupas *per capita* do planeta (Fashion United, [2022?]).

Estima-se, por outro lado, que mais da metade do que é produzido pela *fast fashion* é jogado fora em menos de um ano (Ellen Macarthur Foundation, 2017). A quantidade de vezes que uma peça de roupa é vestida até ter esse fim – já considerando sua reutilização após eventualmente ser revendida ou doada como usada –, na média mundial, teria caído 36% nos primeiros quinze anos do terceiro milênio (Ellen Macarthur Foundation, 2017). O descarte desse material – cada vez mais volumoso e que mais cedo se torna obsoleto –, a exemplo de seu processo de produção, também, em alguma medida, se globalizou, a ponto de uma camiseta confeccionada na China e vestida por um jovem na Inglaterra poder acabar em um aterro no Chile.

Esse país latino-americano é o maior importador de roupas usadas de seu continente (Reyes, 2021). As mercadorias chegam principalmente pelo porto da Zona Franca de Iquique (ZOFRI), no norte chileno, provenientes de Estados Unidos, Canadá, Europa e Ásia, com a finalidade de serem revendidas como bens de segunda mão em varejistas ou atacadistas na própria região e em lojas distribuídas por diferentes pontos do território nacional (Reyes, 2021; Tena, 2021; El Hilo, 2022). Trata-se de um comércio já consolidado, com quase quatro décadas de prática (Reyes, 2021).

As roupas arribam à costa *iquiqueña* prensadas em pacotes, que, de tão sortidos, podem conter itens de uso tão descabido para aquela localidade como botas de esqui. Vendedores fazem uma seleção do que lhes interessa comercialmente, e o que resta, quando não é redirecionado ao mercado de países vizinhos – por meios ilícitos – ou incinerado, termina em aterros, especialmente em um a pouca distância, em pleno deserto do Atacama (Reyes, 2021). Atualmente, das cerca de 60 mil toneladas de roupas que entram todo ano pelo porto de Iquique, 39 mil encontrariam o mencionado destino (Tena, 2021). Uma vez ali, passariam ainda pelas mãos de catadores ou residentes das imediações, que procurariam peças ainda aproveitáveis seja para a revenda – algo difícil, considerando que já foram duplamente descartadas, primeiro, no exterior, e, depois, por comerciantes no Chile – ou para uso próprio e de suas famílias. Entre as pessoas que desempenham tal ofício haveria migrantes em situação de vulnerabilidade, como aqueles de origem venezuelana citados em Reyes (2021) e Tena (2021).

Além do estado de conservação do material em alguns casos e a eventual inadequação do tipo de peça ao ambiente local, um dos fatores que sustentaria o baixo aproveitamento das roupas de segunda mão que chegam ao porto de Iquique estaria na própria

dinâmica da “moda rápida”, que acelera a obsolescência social dos artigos e torna constrangedor o seu uso quando o respectivo lançamento no mercado já não é recente o suficiente, ainda que careça de qualquer sinal de deterioração aparente. O que “está na moda” muda a passos cada vez mais ligeiros, de maneira que, se as roupas trazidas do exterior têm um, dois, três, quatro ou cinco anos de existência, já não serão de interesse de muitos dos consumidores chilenos, que, conectados às redes sociais, sabem o que já se tornou ou não antiquado em termos de vestuário. Tampouco se encontram em meio aos pacotes descarregados no porto, como compensação, peças mais “duradouras” – seja do ponto de vista material ou social –, como os clássicos vestidos na cor preta, que fazem parte de um estilo de vestimenta mais refinado e menos marcado por temporadas (El Hilo, 2022).

Conforme apontado pela socióloga Beatriz O’Brien, consultada para uma reportagem de El Hilo (2022), há um conjunto de matizes que devem ser percebidos para que se compreenda a realidade dos aterros de roupas no Chile de maneira mais holística ou integrada. Pensando na Europa e em outros locais de origem desses produtos no mundo “desenvolvido”, um dos aspectos pontuados é o sentimento de benevolência combinado, como se pode definir, com uma óptica marcadamente neocolonialista que orientaria o gesto de muitos que se dispõem a doar as roupas que não usam mais. Nas palavras da especialista, “no Norte, as pessoas costumam deixar a roupa como beneficência. Lá existe essa ideia de que existem pessoas que precisam de roupa, então ‘que bons somos doando esta roupa que não estamos usando para pessoas pobres do Sul que precisam de roupa’” (El Hilo, 2022)²⁷³.

Pensando, por outro lado, no país de destino, traz-se à luz a legislação chilena, que seria branda o suficiente tanto para facilitar a importação de roupas usadas como para fazer incidir sobre esse comércio uma carga relativamente baixa de impostos. Em contraste, segundo O’Brien (El Hilo, 2022), outros países da região, como a Bolívia, teriam estipulado em seu ordenamento jurídico até mesmo a proibição da prática, de modo que peças de vestuário de segunda mão somente ingressariam em seu território por contrabando – levado a cabo, muitas vezes, a partir justamente do Chile, devido à frágil regulamentação ao referido comércio ali vigente.

No final, como resultado da confluência de fatores como esses apresentados, O’Brien (El Hilo, 2022) conclui que, na prática, o Chile se mostraria “como o lixão de um

²⁷³ Trecho original, transcrito do castelhano oral por nós: “*En el Norte la gente suele dejar la ropa como en beneficencia. Allí existe esta idea de que existe gente que necesita ropa, entonces ‘qué bueno somos donando esta ropa que no estamos ocupando a gente pobre del Sur que necesita ropa’*” (El Hilo, 2022).

sistema global de moda rápida”²⁷⁴. Sê-lo, por sua vez, traria uma série de implicações, entre elas, a contaminação ambiental. Sobre isso, O’Brien (El Hilo, 2022), em sua fala, expõe que a indústria têxtil disporia de mais de 1.900 diferentes tipos de produtos químicos²⁷⁵ para serem empregados na etapa de acabamento das roupas ou, no caso das peças usadas levadas a Iquique, no acondicionamento da mercadoria em pacotes, para facilitar o seu transporte. Esses componentes podem se desprender das roupas descartadas nos aterros e contaminar lençóis freáticos e outros mananciais, comprometendo, inclusive, as reservas de água potável de comunidades vizinhas²⁷⁶. Danosa à saúde humana, de igual modo, seria a incineração desse material, devido às toxinas lançadas no ar²⁷⁷. Deve-se ter em mente, além disso, que os aterros, ainda que sejam de roupas, também atraem ratos e outros animais que expõem populações do entorno ao risco de infecções²⁷⁸.

²⁷⁴ Trecho original, transcrito do castelhano oral por nós: “Somos como el vertedero de un sistema global de moda rápida” (El Hilo, 2022).

²⁷⁵ De acordo com publicação da Ellen MacArthur Foundation (2017), 20% da contaminação industrial de água no mundo são atribuídos ao tingimento e tratamento de tecidos.

²⁷⁶ O simples e corriqueiro ato de lavar roupas no dia a dia já contribuiria para a contaminação de reservas hídricas. Considerando que cerca de 60% do material atualmente utilizado na confecção de peças de vestuário são plásticos – o que inclui poliéster, acrílico e nylon, escolha justificada pela leveza, durabilidade, flexibilidade e redução de custos que proporcionam –, cada lavagem dessas roupas faria se desprender do tecido microfibras plásticas, terminando em ambientes de água e no organismo de animais aquáticos e, conseqüentemente, no de quem os consome – como os seres humanos. Segundo publicação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2019b), para ser mais preciso, “a lavagem de roupas, por si só, faz com que seja lançada meio milhão de toneladas de microfibras plásticas no oceano todo ano – o equivalente a quase três bilhões de camisetas de poliéster. Isso ocorre porque estações de tratamento de água despejam até 40 por cento das microfibras que elas recebem em lagos, rios e no oceano, devido ao pequeno tamanho das partículas. A maior parte dessas estações não está designada a coletar microfibras. [...] Microfibras e outros microplásticos, que entram na cadeia alimentar quando são confundidos com comida por peixes e outros animais marítimos, geralmente levam consigo contaminantes preocupantes, como pesticidas tóxicos e químicos industriais. Os efeitos da ingestão de microplásticos para a vida marítima são catastróficos; eles têm causado fome, desregulação endócrina, crescimento atrofiado em algumas espécies e colapso no sistema digestivo” (UNEP, 2019b – tradução livre. Trecho original, em inglês: “Laundry alone causes around half a million tonnes of plastic microfibres to be released into the ocean every year—the equivalent of almost three billion polyester shirts. This happens because water treatment plants let up to 40 per cent of microfibres they receive into lakes, rivers and the ocean due to their small size. Most treatment plants are not mandated to capture microfibres. [...] Microfibres and other microplastics, which make their way up the food chain when they are mistaken for food by fish and other marine animals, often carry concerning contaminants such as toxic pesticides and industrial chemicals. The effects of microplastic ingestion on marine life are catastrophic; they have caused starvation, endocrine disruption, stunted growth in some species and broken down digestive systems”).

²⁷⁷ A contaminação atmosférica seria antecipada no próprio processo de produção têxtil. Segundo relatório da Ellen MacArthur Foundation (2017), em 2015, por exemplo, as indústrias do ramo, em seu conjunto, emitiram 1,2 bilhões de toneladas de CO² ou outros gases do efeito estufa, mais do que a soma do que foi gerado por todos os voos e viagens marítimas no mundo naquele ano.

²⁷⁸ Com a valorização do que se convencionou denominar “economia verde”, muitas empresas do ramo têm sido constrangidas a adequar sua forma de trabalho com vista a reduzir os impactos ambientais que geram. O’Brien (El Hilo, 2022), contudo, alerta em seu depoimento para a prática de “greenwashing” no mercado, uma “manobra” de marketing pela qual se visaria conferir à empresa uma imagem de comprometimento com a sustentabilidade mesmo que mudanças significativas no processo produtivo não sejam conduzidas. Uma das estratégias alinhadas a isso é o lançamento altamente alardeado de uma linha minoritária de produtos de menor impacto ambiental ao mesmo tempo que todo o restante do catálogo oferecido segue intocável.

Algumas iniciativas, porém, têm sido adotadas para ao menos mitigar os danos. Há na região, por exemplo, uma fábrica que coleta resíduos de roupa de aterros e os transforma em painéis de isolamento térmico para casas populares (Tena, 2021; El Hilo, 2022). Em 2016, ademais, foi sancionada no Chile a “Lei de Responsabilidade Estendida do Produtor” (Nº 20.920), que, entre outros efeitos, determina que fabricantes e importadores (incluindo os de bens de vestuário) se responsabilizem pela “gestão dos resíduos derivados da comercialização de seus produtos no país”, o que implica, em resumo, que sejam encarregados da coleta e da reciclagem – ou de outra destinação que seja mais apropriada – daquilo que venderam no mercado e está sendo descartado por seus consumidores (Chile, [201-]; El Hilo, 2022). Há, por fim, uma proposta de lei feita por movimentos sociais para que, com a finalidade de promover a conscientização da sociedade, inclua-se nas etiquetas das roupas os recursos que cada peça em específico consumiu em sua produção, sejam materiais ou humanos. Em outras palavras, deveria constar não apenas a quantidade de água e produtos químicos utilizados, mas, também, as pessoas envolvidas na confecção, os locais pelos quais a peça passou ao longo do processo produtivo etc. (El Hilo, 2022).

4.1.4.3 Descarte de roupas em Accra

Algo similar à realidade do aterro de Iquique ocorre na periferia de Accra, Gana. A cada semana, até quinze milhões de peças de roupas usadas chegariam ao país, tendo como origem sobretudo Reino Unido – entre outros países do ocidente europeu –, América do Norte e Austrália. Neste último, em particular, o que se vê pode ser tomado de referência para que se compreenda a trajetória de ao menos parte desses artigos até arribarem à costa oeste africana. Conforme apurado por Besser (2021) em reportagem,

Os australianos doam 310.000 toneladas de roupas para instituições de caridade a cada ano. Muitas dessas roupas são vendidas para levantar \$527 milhões para fundos de programas de bem-estar social. Mas um terço dessas roupas não pode ser vendido em bazares beneficentes locais. Em vez disso, são enviadas ao exterior. Instituições de caridade as vendem para exportadores australianos por cerca de 50 centavos o quilo. Depois, essas peças são exportadas para Malásia, Paquistão e Emirados Árabes Unidos, onde são separadas em fardos de acordo com seu segmento de mercado, como “camisetas masculinas” ou “jaquetas femininas”. Esses fardos são, então, vendidos a importadores do Leste Europeu, do Pacífico e da África. Uma vez que as roupas chegam a esses mercados, muitas terminam em aterros (tradução livre).²⁷⁹

²⁷⁹ Trecho original, em inglês: “Australians donate 310,000 tonnes of clothing to charities every year. Many of these clothes are sold to raise \$527 million for the funding of social welfare programs. But one-third of these clothes can’t be sold in local op shops. Instead, they are shipped overseas. Charities sell them to Australian exporters for around 50 cents a kilogram. They’re then exported to Malaysia, Pakistan and the UAE for sorting into bales based on their market segment, for example “men’s shirts” or “women’s jackets”. Those bales are then

Na capital ganesa, os importadores não sabem com que tipo de peças (e em que estado) vão se deparar ao abrir um dos aproximadamente sessenta contêineres que vêm do exterior toda semana. Segundo Besser (2021), a qualidade das roupas tem caído constantemente, a ponto de haver casos em que se encontram até mesmo manchas de sangue no tecido, de forma que estimados 40% dos itens não podem ser revendidos. A respeito disso, um dos comerciantes escutados pela reportagem supracitada lamenta ao constatar que

Na Europa, no Reino Unido, na Austrália e na América eles acham que na África – desculpem-me dizer isso – nós não somos seres humanos. Mesmo que uma pessoa bata à sua porta pedindo ajuda, você não pode simplesmente pegar algo do seu lixo e dar para ela. E é isso que estão fazendo conosco (tradução livre)²⁸⁰.

A fala do gerente de resíduos da cidade registrada por Besser (2021) se alinha à constatação de O'Brien (El Hilo, 2022) no caso chileno, pois, nela, sustenta-se que Gana “se converteu no aterro do lixo têxtil que é gerado na Europa, nos Estados Unidos e em outros lugares” (tradução livre)²⁸¹. As consequências ambientais e sociais também nesse país da África Ocidental são notáveis. Em primeiro lugar, parte da mercadoria que não é aproveitada termina sendo incinerada ao ar livre em aterros sanitários comuns, o que, em adição à contaminação atmosférica, tem o risco de resultar em explosões devido à concentração de gás metano nesses locais, algo especialmente preocupante para os residentes de comunidades vizinhas, habitadas por pessoas que já estão em situação de vulnerabilidade social – incluindo migrantes provenientes do norte ganês que deixaram a região pela falta de meios de subsistência e conflitos. Além disso, o massivo descarte de roupas comprometeria a já precária rede de esgoto de Accra ao tornar mais suscetível o entupimento de vias de escoamento de águas pluviais, favorecendo, assim, inundações e a proliferação de mosquitos, poluição de zonas costeiras etc. (Besser, 2021).

Devem-se levar em conta, ainda, efeitos à economia e, até mesmo, à cultura local. Por um lado, as peças usadas provenientes do exterior são tão baratas que produtores locais de roupas não conseguem competir com elas no mercado (Besser, 2021), culminando, como se pode supor, em prejuízos à indústria têxtil doméstica e agudizando a dependência externa do país nesse ramo. Por outro, é importante não perder de vista que a roupa, mais do que só

sold to importers in Eastern Europe, the Pacific and Africa. Once these garments arrive in those markets, many end up in landfill” (Besser, 2021).

²⁸⁰ Trecho original, em inglês: “In Europe, the UK and Australia, America, they think [that in] Africa here, sorry to say, we are not like human beings. Even if somebody knocked [on] your door [to beg], you cannot just ... pick something from your dustbin. In this case ... they're doing this to us” (Besser, 2021).

²⁸¹ Trecho original, em inglês: “We have become the dumping ground for textile waste that is produced from Europe, from the Americas and (elsewhere)” (Besser, 2021).

vestimenta, também é uma expressão de cultura. Conforme O'Brien (El Hilo, 2022) observava com base no caso chileno, “há muita história na roupa, e nossa indústria a banalizou, e nós, também. Esse descarte que temos no Norte é também o descarte de nossa cultura” (tradução livre)²⁸². A inserção periférica no sistema da “moda rápida” – que, dentre as implicações, reserva a setores das sociedades que a empreendem o consumo dos despojos da cultura de “usar e jogar fora” – se dá, no limite, a expensas da própria identidade de consumidores com menor poder de escolha.

4.1.4.4 Resistências à “fast fashion”

Nos últimos anos, vêm-se registrando, em contrapartida, algumas iniciativas que se propõem como alternativa à “moda rápida” e seus ditames. Entre elas estão o “*slow design*” e a “*slow fashion*”, pelos quais se incentiva a confecção de roupas com maior durabilidade e o consumo a um ritmo mais lento, com especial atenção aos impactos da economia têxtil sobre trabalhadores, comunidades e o meio-ambiente, alinhando-se, assim, ao conceito de desenvolvimento sustentável²⁸³, de modo que esteja interligada “a condição do bem-estar humano com a dos ecossistemas” (Refosco; Oenning; Neves, 2011, p. 11). Tratar-se-ia, em outras palavras, da “desaceleração da moda”, pautada na oferta de “peças perenes e esteticamente absorvidas em mais de uma estação” (Refosco; Oenning; Neves, 2011, p. 12). Far-se-ia, ainda, uma oposição aos produtos “impessoais e homogêneos” característicos da *fast fashion*, o que incluiria o manifesto respeito às tradições locais. O *design* e a moda “lenta”, contudo, acabariam por se confundir com uma expressão do “novo luxo”, considerando que seus produtos, ao demandarem na confecção o uso de matéria-prima “ecologicamente correta” – de alto custo –, elevado grau de personalização e o emprego de profissionais altamente

²⁸² Trecho original, transcrito do castelhano oral por nós: “*hay mucha historia en la ropa, y nuestra industria la banalizó y nosotros también. Este desecho que tenemos en el Norte es también el desecho de nuestra cultura*” (El Hilo, 2022).

²⁸³ Conforme originalmente proposto, em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (formada no âmbito da Organização das Nações Unidas) na publicação “Nosso Futuro Comum” – mais conhecida como “Relatório Brundtland” –, entende-se como “desenvolvimento sustentável” aquele em que “se atendem as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development, 1987 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “*Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*”). Com o lançamento da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que a compõem, evidenciou-se sua extensão para além de temas como a preservação ambiental e as mudanças climáticas, incluindo-se, de igual modo, a redução das desigualdades sociais, a erradicação da fome, a promoção da igualdade de gênero e tantos outros (CEPAL, 2018a).

capacitados e bem remunerados, são de acesso limitado, excluindo-se quem não goza de uma condição financeira confortável (Refosco; Oenning; Neves, 2011).

Outra iniciativa que se pode destacar é a da “economia de compartilhar”, que envolveria tanto a troca de roupas entre diferentes consumidores por meio de plataformas digitais como o reaproveitamento de peças usadas em detrimento da aquisição de artigos novos, recorrendo-se a profissionais da costura seja para reparos de eventuais defeitos ou gasturas, seja para uma remodelagem do vestuário que permita novos usos e combinações daquilo que já se tem (El Hilo, 2022)²⁸⁴. Um dos exemplos de onde essa forma de economia é subscrita é a Fashion Revolution, um movimento ativista de caráter global composto por acadêmicos, *designers*, escritores, produtores e outros profissionais com atuação ou algum interesse na indústria da moda. Seu início, em 2013, sucedeu uma das maiores tragédias já registradas no ramo, a dizer, o desabamento, no dia 24 de abril daquele ano, do complexo de oficinas de confecção Rana Plaza, em Daca, capital de Bangladesh, que vitimaria fatalmente 1.134 pessoas (Salvá, 2021)²⁸⁵. No manifesto da Fashion Revolution, constam dez postulados, entre eles o de que

A moda nunca destrói ou descarta de forma desnecessária, mas redesenha e recupera com consciência e de maneira circular. A moda é reparada, reutilizada, reciclada e transformada em algo de ainda mais qualidade. Nossos guarda-roupas e aterros não transbordam de roupas que são cobiçadas, mas não apreciadas, compradas, mas não mantidas (Fashion Revolution, [201-])²⁸⁶.

No documento, assume-se idealisticamente, ademais, que “a moda proporciona trabalho digno, desde a concepção até a criação e as passarelas. Ela não escraviza, põe em risco,

²⁸⁴ Afrontar-se-ia, com isso, a cultura do “consumo e descarte”, “em que as pessoas não suportam a ideia de repetir um *look*” (El Hilo, 2022 – tradução livre. Trecho original, transcrito do castelhano oral por nós: “[...] *donde la gente no soporta la idea de repetir un look*”).

²⁸⁵ As oficinas instaladas no Rana Plaza, ao menos em parte, eram subcontratadas por grandes grifes, tendo entre seus empregados migrantes de baixa renda provenientes de zonas rurais de Bangladesh (Salvá, 2021). No dia anterior à tragédia, já haviam sido identificadas rachaduras comprometedoras na estrutura do prédio, mas, ao não ser declarada qualquer suspensão das atividades fabris, boa parte dos trabalhadores teve que se dirigir ao local, com receio de que ausentar-se implicasse descontos na remuneração (Salvá, 2021) – ou, como se pode supor, risco de demissão. Um dos efeitos do ocorrido foi a redação do intitulado *Accord on Fire and Building Safety in Bangladesh* (“Acordo sobre Incêndio e Segurança Predial em Bangladesh”, em tradução livre), envolvendo entre os signatários representantes de mais de duzentas marcas da moda – algumas, inclusive, com trabalhadores que produziam para elas no Rana Plaza. A proposta era, por um instrumento vinculante, levar as empresas a adotarem medidas voltadas à prevenção de desastres similares no país, como a realização periódica de inspeções nas instalações elétricas, no equipamento de combate a incêndios e na estrutura das unidades produtivas (Salvá, 2021). Mais recentemente, o acordo, de vigência expirada após uma renovação em 2018, teria dado lugar ao estabelecimento de uma instituição privada chamada RMG [Ready-Made Garment] Sustainability Council (RSC) (Salvá, 2021; RSC, [2023]).

²⁸⁶ Trecho original, em inglês: “*Fashion never unnecessarily destroys or discards but mindfully redesigns and recovers in a circular way. Fashion is repaired, reused, recycled and upcycled. Our wardrobes and landfills do not overflow with clothes that are coveted but not cherished, bought but not kept*” (Fashion Revolution, [201-]).

explora, sobrecarrega, assedia, abusa ou discrimina ninguém [...]”²⁸⁷. Para concluir com um terceiro exemplo, cita-se que “a moda conserva e restaura o meio ambiente. Não esgota recursos preciosos, degrada nosso solo, polui nosso ar e água ou prejudica nossa saúde. A moda protege o bem-estar de todas as coisas vivas e preserva nossa diversidade de ecossistemas”²⁸⁸ (Fashion Revolution, [201-]). De qualquer forma, mostra-se desafiador resistir à *fast fashion*, tendo em conta que este é um modelo consonante com as transformações mais profundas ocorridas no sistema capitalista ao longo das últimas décadas, como as considerações de Harvey (1999) sobre a “acumulação flexível” demonstram.

Tendo sido traçado um panorama sobre a ascensão e a consolidação da *fast fashion*, discorrer-se-á, na próxima seção, a respeito de como se deu o desenvolvimento do setor de confecção têxtil no município de São Paulo até a sua inserção no atual cenário da moda, pondo-se ênfase na participação de migrantes internacionais ao longo de todo o processo.

4.2 Migrantes internacionais e o desenvolvimento da costura no Centro de São Paulo desde o final do século XIX

A presença de migrantes internacionais em atividades de confecção têxtil na capital paulista se concentra, historicamente, na região em que esse próprio setor encontra sua origem e desenvolvimento mais portentoso no município, a dizer, o Centro, sobretudo em distritos como Brás, Bom Retiro e Pari. Sua localização pode ser identificada no Mapa 11, mais precisamente, nas áreas marcadas com os números 09 e 25, referentes, respectivamente, às subprefeituras da Sé e da Mooca:

²⁸⁷ Trecho original, em inglês: “*Fashion provides dignified work, from conception to creation to catwalk. It does not enslave, endanger, exploit, overwork, harass, abuse or discriminate against anyone. Fashion liberates worker and wearer and empowers everyone to stand up for their rights*” (Fashion Revolution, [201-]).

²⁸⁸ Trecho original, em inglês: “*Fashion conserves and restores the environment. It does not deplete precious resources, degrade our soil, pollute our air and water or harm our health. Fashion protects the welfare of all living things and safeguards our diverse ecosystem*” (Fashion Revolution, [201-]).

MAPA 11 – Regiões, subprefeituras e distritos do município de São Paulo



Fonte: São Paulo (2022).

A trajetória desses bairros, com a devida identificação da inserção de pessoas não naturais do Brasil em ofícios que envolvem a produção de roupas, é organizada por Silva, S. C.

(2012) em cinco períodos, que servirão de referência para a exposição do conteúdo das próximas páginas. São eles: I) “Bairros das chácaras” (1850 a 1889); II) “Bairros operários” (1889 a 1930); III) “Decadência industrial” (1930 a 1950); IV) “Consolidação da especialização no circuito espacial de produção de confecções” (1950 a 1980); e V) “Reorganização do circuito espacial de confecções” (1980/90 aos dias atuais).

4.2.1 “Bairros das chácaras” (1850-1889)

Durante a maior parte do século XIX, Brás, Bom Retiro e seus arredores ainda eram predominantemente ocupados por chácaras (Silva, S. C., 2012), embora já se observassem elementos que permitissem defini-los como uma “região intermediária entre a zona rural e a cidade” (Truzzi, 2001, p. 144). O respectivo processo de urbanização ganharia impulso a partir da década de 1860. No caso específico do Bom Retiro, ingleses inauguraram, em 1867, a primeira linha férrea construída no município de São Paulo, marcando os limites do referido bairro com os Campos Elíseos (Truzzi, 2001). Ao longo de sua extensão, foram se instalando as primeiras indústrias, destino laboral de parte dos migrantes internacionais que desciam dos vagões dos trens que já circulavam (Truzzi, 2001). A incipiente industrialização e o gradual crescimento demográfico, afinal, seriam o prenúncio da metrópole que, décadas depois, viria a se constituir (Silva, S. C., 2012).

4.2.2 “Bairros operários” (1889-1930)

Distanciando-se de sua origem rural, Brás, Bom Retiro, Pari e outros próximos se constituiriam como “o primeiro conjunto de bairros operários da capital [São Paulo]” (Truzzi, 2001, p. 145) e abrigariam, na transição do século XIX ao XX, a “primeira fase da industrialização” paulistana (Silva, S. C., 2012, p. 13). Dois fatores seriam decisivos para tanto: a localização central desses bairros, próxima do principal mercado consumidor da cidade, e a abundante oferta de força de trabalho, composta, em boa parte, por migrantes internacionais. Sobre o último fator, há de se levar em conta que a instalação da primeira hospedaria de imigrantes no Bom Retiro – que funcionou entre 1882 e 1887, antes de ser transferida para o Brás – e o adensamento da rede de transportes – com ênfase no modal ferroviário, cujos vínculos com a industrialização, naquela altura, já eram evidentes – levaram muitos trabalhadores recém-chegados sobretudo da Europa a se fixarem na região (Silva, S. C., 2012). É o caso dos italianos inseridos em fábricas de fiação e tecelagem – um dos marcos do início da presença de migrantes

na cadeia de produção de roupas em São Paulo –, assim como de pares seus ocupados nas grandes indústrias de calçados, alimentos e bebidas, móveis, ferragens etc. que se expandiam ou nos pequenos empreendimentos que também conquistavam seu espaço, como marcenarias nos fundos de armazéns (Truzzi, 2001). O consequente incremento populacional – insuflado, também, por aqueles que estariam de passagem rumo ao interior do estado para trabalhar em fazendas de café, mas que, nas semanas ou meses de espera, permaneciam nas proximidades das estações de trem – proporcionaria, por sua vez, uma intensificação do consumo local, de modo que parte das pessoas que não eram absorvidas pelo trabalho industrial passaria a se dedicar ao comércio, atividade que, até hoje, é uma das “vocações” pelas quais são reconhecidos esses bairros. A crescente demanda por habitação, por fim, resultaria em uma das forças por trás da rápida urbanização experimentada pela região (Truzzi, 2001; Silva, S. C., 2012).

4.2.3 “Decadência industrial” (1930-1950)

Boa parte das grandes indústrias, com o tempo, deixariam o Centro da capital paulista, deslocando-se a distritos vizinhos – como Barra Funda (na área de número 08 no Mapa 11), Lapa (também na área 08) e Ipiranga (área 13) – ou, até mesmo, a outros municípios da RMSP e proximidades – caso de Osasco e daqueles que compõem a região tradicionalmente conhecida como ABC Paulista ou Grande ABC, que inclui Santo André, São Bernardo e São Caetano, entre outros. Três grandes fatores explicariam tal movimento. O primeiro deles é a necessidade, por parte das fábricas, de maior espaço para suas plantas produtivas, algo que a densa urbanização já não permitia encontrar facilmente em bairros como o Brás e o Bom Retiro. Já o segundo se refere ao declínio do sistema ferroviário perante a expansão das rodovias principalmente a partir dos anos 1940. A industrialização do estado de São Paulo como um todo, nesse contexto, passaria a acompanhar “os eixos de modernização rodoviária”²⁸⁹ (Silva, S. C., 2012, p. 20), alinhado ao processo de metropolização e periferização que já se via em curso a partir da capital. O terceiro, por fim, diz respeito à queda da imigração internacional proveniente da Europa desde o prólogo do decênio de 1930, fazendo-se reduzir, com isso, a disponibilidade de força de trabalho de tal origem.

²⁸⁹ Exemplo disso foi o impulso à urbanização e industrialização do município de São José dos Campos após a finalização das obras da Rodovia Presidente Dutra (BR-116/SP-060), no início dos anos 1950 (Oliveira; Gomes, 2010).

Em contrapartida a isso que autoras como Silva, S. C. (2012) definem como “decadência industrial”, teve início no Brás, Bom Retiro, Pari e arredores uma “especialização produtiva [e] comercial em atividades de confecções” (Silva, S. C., 2012, p. 16), que, desde então, contou com o protagonismo de migrantes tanto internos como internacionais. Entre os grupos envolvidos podem-se destacar os judeus, cuja trajetória de atuação no referido setor será descrita a seguir.

4.2.3.1 As migrações judaicas e a confecção e venda de roupas no Centro de São Paulo na primeira metade do século XX

A primeira “onda” migratória de judeus ao Centro da capital paulista, segundo Truzzi (2001), remete ao começo dos anos 1920. Tratava-se de pessoas de nacionalidade russa, oriundas de regiões submetidas ao império czarista, em declínio desde o estopim da Revolução Bolchevique em 1917. Em São Paulo, dedicavam-se precipuamente ao comércio ambulante ou ao ofício de mascate, tornando-se, com o tempo, pequenos comerciantes. Posteriormente, mas ainda na mesma década, uma segunda “onda” se produziria, dessa vez, composta majoritariamente por judeus poloneses vindos de pequenas cidades ou, até mesmo, aldeias, e não de grandes núcleos urbanos como Varsóvia. Antes de ter o Brasil como destino no continente americano, as migrações judaicas originadas no Leste Europeu se direcionavam, de maneira mais notável, aos Estados Unidos e à Argentina, ainda no final do século XIX. Desse modo, os “pioneiros” – nos termos de Waldinger (2005), conforme apresentado no Capítulo 1 – que buscaram se estabelecer em São Paulo provavelmente eram pessoas que, a princípio, não conseguiram emigrar a esses países. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, é relevante ter ciência de que, nos anos vinte, uma série de políticas restritivas à imigração foi adotada. Por outro lado, com a ascensão do Terceiro Reich na Alemanha nos anos 1930 e o recrudescimento da ameaça nazista, mais judeus recorreriam à emigração como estratégia de sobrevivência, tendo o Brasil se apresentado como uma alternativa possível.

Os judeus estabelecidos no Bom Retiro e outros bairros centrais da capital, em boa parte, já possuíam experiência com comércio ou oficinas em seus locais de origem, prática que se mostraria apropriada frente à expansão do mercado consumidor na região. Com o êxito na inserção laboral, fortaleceram-se as redes migratórias, que, por sua vez, desempenharam um papel fundamental para a chegada de novos conterrâneos. Nas palavras de Truzzi (2001, p. 149), “há muitos relatos de imigrantes que logo encontraram colocação junto a firmas cujos proprietários, também de origem judaica, já eram prósperos e encontravam-se há mais tempo

estabelecidos”. O consequente crescimento da colônia foi suficiente para que consolidasse em São Paulo uma “estrutura comunitária nos moldes da que conheciam na Europa Oriental” (Truzzi, 2001, p. 148), o que resultou não só na construção de sinagogas e escolas, mas, igualmente, na fundação de “instituições de assistência econômica, social e moral” (Truzzi, 2001, p. 149), dando giro, enfim, a um ciclo de facilitação da inserção de novos pares na sociedade seguida do fortalecimento de iniciativas da coletividade.

No Bom Retiro, em particular, os judeus não tardaram em predominar entre os migrantes, o que outrora estava a cargo dos italianos²⁹⁰. Em meados dos anos 1940, já era deles o domínio do comércio da parte alta do bairro, constituindo-se, ali, algo com características de um “enclave étnico” – ou, como se poderia sugerir, um “nicho étnico, na terminologia de Waldinger (2005), também introduzida no Capítulo 1. Seu ramo mais forte de atuação era o de vestuário, no qual não se dedicavam somente à venda de roupas, mas, também, à própria confecção delas, abrangendo “casacos, coletes, vestidos, camisas, *pull-overs*, meias, ternos, chapéus, sobretudos, roupas brancas, gravatas e pijamas” entre os artigos de maior circulação.

Na transição para uma presença mais notável dos judeus, muitos deles passaram a alugar imóveis dos italianos para fins de moradia, em alguns casos, grandes o bastante para serem compartilhados por famílias desses dois grupos étnicos. Integrantes da colônia judaica, ademais, costumavam adquirir bebidas, alimentos, móveis e outros bens vendidos em estabelecimentos italianos, cuja comunidade, em contrapartida, frequentemente recorria ao que era oferecido pelas lojas de confecções de judeus. Logo, conforme observado por Truzzi (2001, p. 156), “cada colônia, ao mesmo tempo que consumia produtos fabricados pela outra, também a tinha como cliente”, havendo entre elas, portanto, uma complementariedade econômica mais do que uma concorrência mercadológica. Muitos judeus, por fim, terminariam comprando imóveis comerciais de italianos na medida em que seus negócios prosperavam, pagando, com base em relatos coletados por Truzzi (2001), valores geralmente acima do estipulado no mercado²⁹¹. A partir do decênio de 1950, parte crescente dos judeus, residente sobretudo no

²⁹⁰ No Censo Estadual de São Paulo de 1934, apontava-se que um terço da população do Bom Retiro era composto de italianos (Truzzi, 2001).

²⁹¹ No âmbito social, Truzzi (2001) qualifica as relações entre italianos e judeus no Centro de São Paulo como bastante amigáveis no geral. Um dos exemplos disso seria o intercâmbio cultural cultivado entre esses grupos com o tempo, tendo como uma de suas expressões a adoção, por parte de muitos judeus, de hábitos alimentares dos italianos, aderindo ao consumo de pizza e outras massas. Os casamentos interétnicos, por outro lado, seriam mais raros, de forma que tensões nesse âmbito “somente foram diluídas muito lentamente, ao longo de décadas” (Truzzi, 2001, p. 159). Mesmo entre judeus de origem russa e polonesa, o matrimônio tinha seus empecilhos no começo, algo que também foi se atenuando com o tempo, a partir das gerações já nascidas no Brasil e mais expostas a pessoas de fora da comunidade (Truzzi, 2001).

Bom Retiro, acabaria por deixar o bairro para ir a outros, onde não fosse tão incidente a mistura de características residenciais e comerciais-industriais (Truzzi, 2001).

Assim como os judeus do Leste Europeu, outros grupos de migrantes atuavam no ramo da produção e venda de roupas. Um dos mais proeminentes era o dos libaneses, que, segundo Silva, S. C. (2012, p. 22), teriam sido os que, de fato, trouxeram “o ofício da confecção para São Paulo”, concentrando-se mais destacadamente no Brás. Há de se mencionar, ainda, o papel de migrantes internos, em especial, naturais do Nordeste brasileiro, dedicados sobretudo à cadeia de “carregação” – que supre o mercado popular e conta com grande rotatividade de força de trabalho, alto grau de informalidade e recorrência de confecção em domicílio ou em oficinas “clandestinas” (Freitas, 2008) –, produzindo peças para serem vendidas também em seus estados de origem, fazendo-se uso, para tanto, de suas redes familiares (Silva, S. C., 2012). A magnitude dessas migrações era de tal sorte que a Hospedaria dos Imigrantes, que, em tempos anteriores, tinha como principais residentes os italianos, passou a receber muitos nordestinos (Silva, S. C., 2012).

4.2.4 “Consolidação da especialização no circuito espacial de produção de confecções” (1950-1980)

Nos aproximadamente trinta anos contados a partir da metade do século XX, a especialização na produção e comercialização de roupas se consolidou no Centro de São Paulo, a ponto de tornar bairros como o Brás e o Bom Retiro, na prática, uma “fábrica de vestuário de grande parte do Brasil” (Silva, S. C., 2012, p. 23)²⁹². Nesse período, segundo Freitas (2008, p. 7),

o setor de confecções que se estabelece na década de 1950, na RMSP [Região Metropolitana de São Paulo], em torno de fábricas que procuravam alcançar o ideal fordista de verticalização da produção, começa a consolidar nos bairros do Brás e Bom Retiro, tradicionais receptores de imigrantes na cidade, uma produção diferenciada, baseada em estruturas fabris de diversas escalas e com diversos graus de auto-suficiência e verticalização da produção. As desvantagens de escala em relação ao modelo da planta industrial fordista clássica, que direcionava estas indústrias para uma intensificação de sua especialização, eram compensadas por uma rede de comércio e serviços especializada em produtos para a confecção de roupas, fios, tecidos e roupas para o varejo que, além de apoiá-las, possibilitava que boa parte de sua produção entrasse rapidamente no mercado.

²⁹² Por outro lado, estes são bairros que atravessaram profundas mudanças urbanísticas sobretudo a partir da instauração da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Como parte de projetos de modernização viária e solução a problemas de deslocamento na cidade adotados pelo regime, instalou-se, por exemplo, um viaduto em 1968 (na Avenida Radial Leste) que rompeu a comunicação do Brás com a Mooca. Já em 1975, o estabelecimento do metrô na região afetou alguns de seus setores mais populosos, levando à demolição de centenas de imóveis caracterizados como “cortiços” (Silva, S. C., 2012). Como resultado, ter-se-ia favorecido, portanto, uma deterioração desses bairros, não de forma espontânea, mas, sim, “planejada” (Silva, S. C., 2012).

Nos anos 1960, é introduzido no Brasil o *prêt-à-porter*, baseado, a princípio, no modelo de produção industrial descrito na citação anterior – a dizer, marcadamente fordista –, voltado à satisfação da demanda de diversos segmentos da população, incluindo os menos abastados, para os quais eram oferecidas peças que imitavam as de grandes grifes (Silva, S. C., 2012). A massificação produtiva, dessa forma, não deveria dispensar preocupações com o estilo.

A partir dos anos 1970, o desenvolvimento da confecção têxtil no Centro da capital paulista se confunde com a própria história da migração coreana à cidade, à qual é pertinente, desse modo, reservar alguns parágrafos.

4.2.4.1 Chegam os coreanos

Embora haja registros anteriores de migrações da península coreana ao Brasil²⁹³, fluxos mais volumosos com tais origem e destino seriam observados apenas a partir da década de 1960. Conforme visto no Capítulo 1, diversos governos nacionais pelo mundo, nesse momento, manifestavam preocupação com uma suposta “explosão demográfica”, o que não foi diferente na Coreia do Sul. Nesse caso, não era apenas o crescimento vegetativo da população – ou “*baby boom*” – que gerava apreensão nas autoridades, mas, também, as imigrações, incluindo desde aquelas correspondentes ao retorno de milhões de pessoas após o término da Segunda Guerra Mundial até os fluxos de refugiados norte-coreanos prévios ao anúncio do armistício que interrompeu – ainda que não de forma definitiva – as hostilidades com o país vizinho no contexto da Guerra das Coreias (1950-1953). O governo sul-coreano, como resposta, tanto empreendeu um controle de natalidade em seu território como incentivou a emigração, com a participação de companhias migratórias, a exemplo da experiência japonesa no início do século XX²⁹⁴ (Mera, 2009).

²⁹³ Um dos exemplos mais relevantes de presença coreana na história brasileira foi a vinda de pessoas feitas prisioneiras durante a Guerra das Coreias (1950-1953), conflito que resultou no surgimento de dois Estados dissociados um do outro na península coreana. Após o estabelecimento de um armistício entre as partes beligerantes, um grupo de cerca de cinquenta norte-coreanos foi libertado e reassentado no Brasil – um país “neutro” – ao optar por não retornar ao local de origem. A pequenez do número condiz com a baixa atratividade que a América Latina como um todo exercia sobre as migrações coreanas até então, o que se reverteria a partir dos anos 1960 especificamente no caso de Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia (Mera, 2009).

²⁹⁴ Até que o navio Kasato Maru pudesse aportar em Santos (SP), em 1908, com as primeiras famílias japonesas a se estabelecerem no Brasil, houve anos de tratativas entre os governos dos dois países. Vislumbrando uma saída para o êxodo rural em curso em seu território desde o início da Restauração Meiji, em 1867, Tóquio incentivou a emigração de nacionais seus, lançando mão, entre outras estratégias, de propagandas que despertassem interesse em trabalhar em locais como as fazendas de café do estado de São Paulo (Ohno, 2008). A proposta, a princípio, previa o retorno dessas pessoas a seu país de origem após certo tempo de trabalho e poupança no exterior, mas com o fim da política *dekassegui*, em 1927, passou-se a alentar a “emigração para radicação permanente” (Soares;

Um dos países aos quais os migrantes que saíam da Coreia do Sul – que poderiam, eventualmente, incluir também pessoas com origem norte-coreana – se dirigiam era o Brasil. A chegada das primeiras famílias data de dezembro de 1962. A proposta inicial, articulada com o governo sul-coreano, era de que os migrantes trabalhassem em áreas rurais. Não tardaria, entretanto, para que a iniciativa se mostrasse inexitosa, seja pelas condições inadequadas de residência encontradas pelos coreanos nas terras que lhes foram reservadas – com precária infraestrutura sanitária e serviços de educação insuficientes –, seja pela falta de experiência de parte expressiva deles com atividades agrícolas – ainda que, em tese, esse fosse um requisito para a autorização de seu ingresso em território brasileiro²⁹⁵. Como consequência, muitos se deslocaram a zonas urbanas, à procura de oportunidades mais favoráveis de subsistência (Mera, 2009).

No município de São Paulo, o primeiro endereço onde essas pessoas se estabeleceram foi a Rua Conde de Sarzedas, no bairro da Liberdade. Neste, a presença mais longeva de japoneses e descendentes teria feito com que, nas palavras de Truzzi (2001, p. 150), se atenuassem “possíveis choques culturais” da sociedade paulistana em relação aos novos residentes coreanos, tendo em vista que já seria habitual na cidade a convivência com a “imagem de asiáticos”²⁹⁶. As condições de vida da “Vila Coreana” – como ficaria conhecido o conjunto de quarteirões em que residiriam os coreanos “pioneiros” na capital paulista –, por outro lado, eram pouco favoráveis, com habitações insalubres e alta criminalidade vicinal (Freitas, 2008).

Em um primeiro momento, muitos dos residentes da “Vila Coreana”, tendo chegado à cidade empobrecidos e sem conhecimento da língua portuguesa, vislumbraram como

Gaudioso, 2011, p. 56). Ainda assim, o governo manteve seu papel de indutor de deslocamentos para fora das fronteiras nacionais. Na década de 1950 – em um contexto de pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em que a produção agrícola do Japão se mostrava insuficiente frente ao ritmo de crescimento da população –, novos acordos migratórios foram firmados com o Brasil e outros países latino-americanos para o emprego de japoneses em atividades agrícolas, como foi o caso das trinta e três famílias selecionadas para se fixarem em Uruguaiana (RS) em 1957 (Soares; Gaudioso, 2011).

²⁹⁵ Na Argentina – onde também fora acordado que os coreanos se estabeleceriam em zonas rurais – resultados similares foram vistos (Mera, 2009), embora não necessariamente por consequência de falta de vivência prévia com práticas agrícolas. Exemplo disso pode ser encontrado no relato de um migrante para o episódio “*Migrantes II: Coreanos en Argentina*”, do Canal Encuentro (2018). Engenheiro agrônomo formado em seu país, o entrevistado afirma que pensara ser possível exercer sua profissão na Argentina, o que se mostrou inviável, considerando que, na Coreia do Sul, a agricultura praticada era, ainda, majoritariamente manual, enquanto no novo local de residência, “industrial” (Canal Encuentro, 2018). Sobre isso, é pertinente recordar as mudanças promovidas pelo processo de modernização da produção do campo pelo qual países como Argentina e Brasil passaram a partir de meados dos anos 1960, comumente referido como “revolução verde” – apresentado no Capítulo 3 desta tese.

²⁹⁶ O mesmo, contudo, não teria acontecido com pares coreanos em Buenos Aires, onde a migração coreana não foi precedida, em altos volumes, por nenhuma outra oriental. Por isso, Truzzi (2001, p. 150) afirma que “a sociedade paulista, pelo fato de estar habituada a acolher orientais, tornava a aceitação da diferença mais simples que na capital portenha”.

alternativa de sustento a prática do “bendê” ou venda ambulante em domicílio, da qual sobretudo as mulheres se encarregariam (Freitas, 2008). Os artigos inicialmente comercializados eram aqueles trazidos pelas próprias migrantes de seu país de origem. Quando esses se esgotam, começa-se a costurar roupas para continuar atendendo a clientela, o que daria início, ato seguido, às primeiras confecções coreanas, no fim dos anos 1960 (Freitas, 2008). Ainda que parte dos coreanos não contasse com experiência no campo da confecção, a atividade apresentava importantes vantagens, como o pouco capital demandado na produção, o baixo risco de perda dos recursos investidos e a possibilidade de empregar toda a família – e, assim, não depender da contratação de terceiros –, além da menor necessidade de proficiência no idioma português inclusive na etapa de venda dos produtos (Truzzi, 2001; Freitas, 2008).

A princípio, os coreanos tiveram maior inserção na cadeia de “carregação” (Freitas, 2008). Com o tempo, ao se especializarem no ramo, foram se estabelecendo no Bom Retiro, onde o comércio da confecção já era tradicional. A trajetória dos judeus no bairro, nesse sentido, serviu de referência a muitos coreanos, havendo entre eles exemplos de pessoas que chegaram a trabalhar como costureiros e vendedores para proprietários do referido grupo antes de abrirem seu próprio negócio (Truzzi, 2001). Pertencia a judeus, de igual modo, parte das lojas que coreanos adquiriam na região para comercializar suas roupas, assim como há casos de compra de imóveis de árabes e libaneses (Silva, S. C., 2012).

Muitos empreendimentos coreanos experimentaram uma vertiginosa ascensão, o que se pode atribuir a uma combinação de fatores. O primeiro deles diz respeito ao engajamento da família no trabalho. Precipuamente no início, a maior parte da confecção coreana em São Paulo ocorria nas próprias casas dos migrantes, com o envolvimento de todos os integrantes. Desse modo, mesmo que dispusessem de não mais do que um par de máquinas de costura, conseguia-se mantê-las operando vinte e quatro horas por dia a partir do revezamento de familiares, desde o mais jovem ao mais idoso (Truzzi, 2001). Isso conferia ao negócio uma vantagem competitiva decisiva no mercado, tanto pela quantidade de peças produzidas como pelo uso de uma força de trabalho barata (Silva, S. C., 2012). Posteriormente, passou-se a empregar conterrâneos recém-chegados, muitos deles em situação de indocumentação, até que, com a prosperidade dos negócios, contratar-se-iam mais frequentemente oficinas de terceiros – como de donos bolivianos ou de outras nacionalidades latino-americanas – para a execução dos trabalhos de confecção (Silva, S. C., 2012).

Outro fator a se levar em conta é a estrutura de apoio construída pelos coreanos. Além do papel relevante de instituições como as igrejas – em especial, as protestantes – como espaços de compartilhamento de informações, vivências e oportunidades de trabalho e de

estreitamento dos vínculos comunitários a partir da promoção de casamentos intraétnicos, deve-se enfatizar a adoção do “*kye*”, que funcionava como uma “espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros” (Truzzi, 2001, p. 152). Conforme complementa Truzzi (2001, p. 152),

Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos, os *kyes* podem envolver a captação de recursos para a colheita agrícola, para a educação ou o casamento dos filhos, para a realização de futuros funerais, ou, o que mais nos interessa, para a montagem de um negócio. Aqui importa ressaltar a relevância dessa forma de cooperação financeira praticada pelos coreanos, capaz de oferecer grandes oportunidades de se levantar capital, sem que a comunidade tenha de recorrer aos serviços de intermediação bancária, fora de seu controle e aos quais ela teria menos acesso. Tal sistema de autofinanciamento viabilizou e acelerou o sucesso econômico de muitas futuras famílias de empreendedores da colônia no Bom Retiro. O resultado é que hoje os coreanos dominam as atividades comerciais do bairro.

O *kye*, desse modo, foi fundamental para impulsionar muitos empreendimentos coreanos no Bom Retiro, permitindo a obtenção de recursos principalmente a pessoas que, estando em situação de indocumentação, não teriam acesso a linhas de crédito formais, oferecidas por instituições bancárias (Truzzi, 2001; Silva, S. C., 2012).

Acrescenta-se, ainda, a maior facilidade dos coreanos para a importação de máquinas e tecidos de seu país de origem e arredores, tendo em mente o acesso mais viável que tinham ao bloco de nações asiáticas (Silva, S. C., 2012).

Deve-se explicitar, por fim, que, no decênio de 1970, houve uma “segunda onda” de migração coreana a São Paulo, dessa vez, composta por pessoas com maior poder aquisitivo²⁹⁷ – e, portanto, capacidade mais robusta de investimento do que seus predecessores – e trabalhadores com experiência na indústria têxtil na Coreia (Freitas, 2008). De qualquer forma, há de se supor que o êxito de sua atuação contou com os caminhos abertos por seus pares “pioneiros” no ramo.

À medida que mais judeus deixavam bairros como o Bom Retiro, maior proeminência foram conquistando os coreanos na região, tendo a confecção como seu principal campo de ocupação. Como afirma Truzzi (2001, p. 163-164), esses grupos – somando-se a eles os italianos, de presença ainda mais antiga – “mais se sucederam uns aos outros do que propriamente coabitaram o bairro [Bom Retiro e entorno mais imediato]”. Mesmo nos períodos

²⁹⁷ Na Argentina, na década de 1980, viu-se chegar um perfil semelhante de migrantes coreanos – a dizer, que dispunham de somas mais elevadas de capital para investir –, provenientes, quase em sua totalidade, de Seul e instalados predominantemente na cidade autônoma de Buenos Aires e na província homônima. Em 1990, o volume de residentes coreanos no país atinge seu maior nível, mais precisamente, de 42.000 pessoas, sendo que metade delas migrou durante o lustro que antecede o citado ano. Desde então, o número estaria em declínio (Mera, 2009).

de maior convívio²⁹⁸, teria havido muita complementariedade entre as atividades desempenhadas por cada um, o que atenuaria “o potencial de conflitos” (Truzzi, 2001, p. 164). O autor acrescenta que “há ainda fortes indícios de que cada um dos grupos anteriormente instalados se beneficiou da vinda do seguinte, sobretudo do ponto de vista da dinamização do bairro e de sua valorização imobiliária” (Truzzi, 2001, p. 164). Em outras palavras, não houve, no geral, disputas pela área comercial de bairros como o Bom Retiro entre judeus e coreanos²⁹⁹, considerando que os primeiros, com o tempo, passaram a ter interesses profissionais distintos para as gerações sucessoras, como ocupações consideradas mais bem qualificadas na medicina, engenharia etc. Isso, inclusive, justifica, ao menos em parte, o movimento que essas pessoas já estavam realizando para zonas mais nobres de São Paulo. Filhos e netos dos judeus que fizeram suas vidas no comércio de roupas e outros artigos em distritos centrais da cidade tiveram mais oportunidades de acesso à educação de nível superior, de forma que, aqueles que almejavam uma nova inserção laboral, não dariam sequência ao empreendimento dos progenitores. Nesse contexto, “os judeus, sem herdeiros para tocar o negócio original, vislumbraram nos coreanos uma ótima oportunidade para passar adiante suas lojas” (Truzzi, 2001, p. 158).

²⁹⁸ A relação de judeus com coreanos acontecia principalmente no âmbito dos negócios – ou nas escolas, no caso das crianças –, algo delimitado, em larga medida, pelas próprias transformações pelas quais bairros como o Bom Retiro haviam passado ao longo do tempo. Sobre isso, é elucidativo o seguinte trecho de Truzzi (2001, p. 155): “Em primeiro lugar, o Bom Retiro dos anos [19]70 em diante não é o mesmo de décadas antes, quando havia muitos terrenos baldios, pouca urbanização, muitas ruas sem calçamento e uma várzea, em grande parte ainda por ser ocupada, de um rio ainda não poluído. Nas condições mais recentes, os espaços de lazer e sociabilidade tornaram-se mais exclusivos, seja privatizando-se no âmbito familiar, ou sendo apropriados por grupos definidos, organizados em clubes, associações, igrejas, escolas etc. Além disso, o próprio bairro tornou-se mais comercial e muito menos residencial. Muitos judeus, como já notamos, mudaram-se do bairro, e os próprios coreanos nunca o elegeram preferencialmente para residir. Assim sendo, a convivência interétnica que ultrapassasse as relações comerciais deveria ocorrer em instituições frequentadas pelos dois grupos. Clubes, associações e igrejas ou sinagogas, judeus e coreanos têm as suas próprias, algumas localizadas inclusive fora do bairro”.

²⁹⁹ Truzzi (2001), porém, faz a ressalva de que não se podem esconder eventuais clivagens entre pessoas dos dois grupos que permaneciam no mesmo bairro e se inseriam no mesmo ramo comercial. Diz o autor que “apesar de tais complementariedades muito significativas, obviamente nem tudo foram flores no relacionamento comercial entre judeus e coreanos. Para aqueles judeus que efetivamente têm que operar, sem nenhum outro trunfo, no mesmo setor dos coreanos, a concorrência é muito árdua. Isso acontece sobretudo graças à disposição dos coreanos de engajar o trabalho de toda sua família no negócio. Nessas condições, reduzem ao máximo o número de funcionários externos ao núcleo familiar, o que naturalmente deprime de modo sensível custos advindos de salários e outros encargos. Por causa disso, reúnem possibilidades de praticar preços menores [...]. Provavelmente, os judeus, ao chegarem ao Bom Retiro nos anos 20 e 30, submeteram-se a regimes de trabalho igualmente exaustivos, em que também muitas vezes tiveram que engajar seus filhos no negócio da família. Ocorre, contudo, que nos anos [19]70, transcorridas já algumas décadas desde a chegada do grupo, muitos já não estavam mais dispostos a isso (provavelmente também porque não mais precisassem). Nessa situação é que os coreanos são vistos como praticamente imbatíveis” (Truzzi, 2001, p. 158).

4.2.5 “Reorganização do circuito espacial de confecções” (1980/90-)

Na década de 1970, após o insucesso da inserção dos sul-coreanos da “primeira onda migratória” em atividades rurais no interior, o Brasil decide restringir a concessão de vistos a migrantes dessa nacionalidade, de modo que apenas indivíduos com características muito específicas poderiam ser admitidos, como aqueles com formação universitária ou vínculo empregatício previamente firmado (Freitas, 2008; Mera, 2009). O mesmo, por outro lado, não acontecia nos vizinhos Paraguai e Bolívia, em cujo território o ingresso por parte de cidadãos coreanos era facilitado. Sendo assim, muitos passaram a buscar primeiro esses países para, logo, entrar por via terrestre no Brasil, que, apesar das restrições migratórias, era percebido, geralmente, como um destino economicamente mais atrativo³⁰⁰ (Mera, 2009; Côrtes, 2014). Em 1980 e 1988, com a sanção de “leis de anistia”, coreanos com semelhante trajetória migratória puderam regularizar sua situação de residência no território brasileiro (Mera, 2009).

Essa que seria a “segunda onda” de migrações da Coreia do Sul terminou por ter uma estreita relação com o ingresso em atividades de costura em São Paulo de migrantes provenientes dos dois países mediterrâneos pelos quais os coreanos tiveram que transitar para entrar no Brasil. A dinâmica dessa relação é descrita por Côrtes (2014, p. 21) no trecho abaixo:

[...] os primeiros paraguaios que se inseriram nas oficinas de costura, de modo semelhante ao que ocorreu com bolivianos, foram mobilizados por coreanos que já se encontravam no setor. Os migrantes asiáticos espalhados entre Paraguai e Bolívia foram importantes para que a indústria de confecções se concretizasse como nicho de mercado de paraguaios e bolivianos, que começaram a fluir à cidade no começo dos anos 1980. [...] alguns coreanos agenciavam suas redes transnacionais a fim de trazerem trabalhadores que iriam operar as máquinas de costura de suas oficinas [...].

Na transição ao decênio de 1990, tem início uma fase de reorganização do ramo do vestuário, em consonância com as reformas neoliberais promovidas pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), nas quais se incluem a abertura do mercado brasileiro a produtos importados (Silva, S. C., 2012) e um alinhamento a tendências globais nos sistemas de produção (Freitas, 2008). Nesse momento, os coreanos seriam os principais encarregados da especialização do Bom Retiro e do Brás “tanto na produção quanto na comercialização das confecções” (Silva, S. C., 2012, p. 16), estando nas mãos desses migrantes e seus descendentes a maior parte da indústria e do comércio de roupas desses bairros (Silva, S. C., 2012). Seu

³⁰⁰ Parte dos coreanos que aterrizavam no Paraguai e na Bolívia, entretanto, permanecia nesses países. No caso daqueles estabelecidos no primeiro, tem-se como início de sua chegada o ano de 1965, envolvendo, na ocasião, um grupo de 1.200 pessoas. A proposta, assim como na Argentina e no Brasil, era que os migrantes trabalhassem na agricultura, o que, no caso do Paraguai, também não surtiu os resultados esperados (Mera, 2009). No Censo de 2002, foram enumerados no país 2.881 residentes coreanos (Minnesota Population Center, 2020).

domínio se reflete sobretudo no que se denomina na literatura especializada “circuito superior” da economia urbana, no qual se veem as atividades mais valorizadas e intensivas em capital, abrangendo, na moda, desde os processos de criação – como o *design* das peças que devem prevalecer no mercado – até a gestão da cadeia de produção têxtil, o *marketing*, a propaganda, a logística e a comercialização (Freitas, 2008; Silva, S. C., 2012; Etzel, 2020).

As transformações postas em curso notadamente por migrantes mais abastados da “segunda onda” de coreanos em São Paulo – que culminaria em um *modus operandi* distinto ao de conterrâneos predecessores – incluiriam a descentralização da produção em pequenas confecções cada vez menos verticalizadas em termos de estrutura fabril – similares aos *sweatshops* estadunidenses – e o rápido giro de mercadorias em estoque e sua distribuição por uma diversidade mais ampla de lojas (Freitas, 2008), em consonância, como podemos acrescentar, com o regime de acumulação flexível (conforme descrito por Harvey, 1999) e os ditames da *fast fashion*. Contar-se-ia de maneira mais consistente, ademais, com uma “rede de subcontratação de trabalhadores imigrantes, geralmente indocumentados, para o trabalho de confecção de roupas” (Freitas, 2008, p. 10), envolvendo atividades desempenhadas em estabelecimentos de tamanho reduzido – por vezes, em domicílios – e em condições laborais comumente precarizadas (Freitas, 2008), características que serão retomadas posteriormente. Ao mesmo tempo que se observaria uma desconcentração produtiva, haveria uma tendência de concentração financeira na cadeia da confecção, mais precisamente, nas empresas atuantes no “circuito superior” da moda. As vantagens competitivas de grandes empresários coreanos no setor, por fim, se incrementariam, de igual modo, pela intensificação dos vínculos com a Coreia do Sul, seja para a aquisição de matéria-prima – como tecidos – e equipamentos a preços mais favoráveis (Freitas, 2008), seja, eventualmente, para a comercialização de produtos em um mercado consumidor de dimensões sem equivalentes, como o é o asiático.

Os latino-americanos, por outro lado, teriam uma inserção na cadeia de produção têxtil de São Paulo em posições geralmente menos prestigiadas. Entre eles, o volume de trabalhadores que mais se destaca é o de bolivianos (Freitas, 2008).

Sobre isso, vale esclarecer que as migrações provenientes da Bolívia para a capital paulista e sua região metropolitana começaram a se fazer mais notáveis a partir da década de 1950. Além de estudantes contemplados por programas de intercâmbio científico e cultural acordados com o Brasil, também se identificavam no deslocamento dos migrantes motivações de ordem econômica – a busca, em suma, por condições mais dignas de subsistência – e política (Silva, S. A., 2012) – tendo-se em mente os períodos de instabilidade atravessados pela Bolívia, como o da última ditadura militar, transcorrido de 1964 a 1982 (Rocha, 2008). A título de

comparação, Freitas (2008, p. 8) agrega que, enquanto a migração sul-coreana foi inicialmente incentivada e subsidiada pelo governo de seu país, a boliviana se viabilizou basicamente como um “projeto individual ou familiar”. O encontro de migrantes dessas duas nacionalidades na indústria de confecção têxtil, assim como no caso dos paraguaios, se daria apenas por volta do princípio dos anos 1980, quando o perfil predominante de bolivianos que se dirigiam a São Paulo se consolida como sendo o de jovens solteiros, de escolaridade média, oriundos do altiplano andino – em especial, dos departamentos de Cochabamba e La Paz – e atraídos pelas ofertas de trabalho no referido ramo produtivo (Silva, S. A., 2012; Freitas, 2008)³⁰¹. O volume da migração boliviana também se incrementou desde então, como fica demonstrado nos censos brasileiros: de 1.516 residentes com a mencionada nacionalidade (não abarcados, portanto, os naturalizados brasileiros) no estado de São Paulo em 1960, o número variou para 4.322 em 1980 (sendo 85% na RMSP e 75% só na capital), 5.223 em 1991, 8.392 em 2000 e 22.658 em 2010 (IBGE, 2010; 2000; 1991; 1980; 1960)³⁰².

As condições de inserção dos bolivianos – assim como de pares seus paraguaios, peruanos e de outras nacionalidades latino-americanas – no setor de confecção paulistano, contudo, foram, no geral, distintas daquelas que mormente os migrantes de “segunda onda” da Coreia do Sul desfrutaram. É preciso notar que esses migrantes do “Sul global” tendem a se ocupar no chamado “circuito inferior” da moda, que, sendo intensivo em trabalho, está reservado, em boa medida, à tarefa braçal e repetitiva da costura propriamente dita, comumente desempenhada em pequenas oficinas, com baixa remuneração e produção não exclusiva, mas majoritariamente destinada ao consumo popular, além de maior suscetibilidade à informalidade ou a termos precários de contratação e a jornadas laborais exaustivas (Silva, S. C., 2012; Freitas, 2008; Etzel, 2020). Bom Retiro, Brás e seu entorno mais imediato, por sua vez, ofereceriam as condições urbano-sociais para que esse trabalho pudesse ser realizado da forma exposta. Para

³⁰¹ Silva, S. A. (2012, p. 21) resume a importância da confecção para os migrantes bolivianos dos anos 1980 em São Paulo da seguinte forma: “Oriundos de várias partes da Bolívia, porém com uma predominância dos pacenhos e cochabambinos, estes imigrantes, muitos deles de origem rural, passaram a apostar tudo na atividade da costura, alimentando, assim, sonhos de uma vida melhor para si mesmos e seus familiares que lá ficaram. Em alguns casos, o resto da família também acaba emigrando, inclusive os pais, completando-se, assim, o processo de reunificação familiar”. Sobre a pregressa experiência laboral de parte dos migrantes no país de origem, Freitas (2008) reconhece não só as supracitadas atividades rurais – com casos de atuação interrompida nesse setor por processos de expulsão do campo – como, também, trabalhos na mineração – que passariam a ser afetados pela privatização de minas na Bolívia.

³⁰² Souchaud (2010), porém, faz a ressalva de que o volume de bolivianos residentes no Brasil tende a estar subestimado nos censos, algo atribuído, entre outros fatores, à situação de indocumentação comum a parte importante do conjunto desses migrantes (principalmente na edição de 2000, anterior à “Lei de Anistia” – nº 11.961 – de 2009).

compreendê-lo, deve-se situar mais enfaticamente a realidade desses bairros na história recente de São Paulo.

4.2.5.1 O processo de “deterioração” do Centro de São Paulo como condição para a reprodução de atividades produtivas do “circuito inferior” da moda

Desde os anos 1940, conforme abordado algumas páginas atrás, evidencia-se o transcurso de um novo padrão de crescimento urbano em São Paulo, direcionado a distritos periféricos e a alguns municípios do entorno de sua região metropolitana. Houve, em primeiro lugar, uma diversificação dos locais de trabalho, inclusive em relação ao emprego industrial, cujas vagas disponíveis se distribuíam por distâncias cada vez maiores, desconcentrando-se dos históricos bairros proletários paulistanos. Para o deslocamento da classe trabalhadora, do ponto de vista da gestão pública, priorizavam-se os ônibus, fomentando a acelerada ampliação da malha viária metropolitana. Na periferia, local frequente de residência dessas pessoas, a autoconstrução se tornava recorrente diante do desinteresse de investimento no mercado imobiliário dessa região por parte de grandes proprietários, justificado por medidas como a Lei do Inquilinato de 1942 (nº 4.598), de alcance federal, que congelava os preços dos aluguéis. O auge dessa forma de moradia se propulsionaria com o início da década de 1960, no contexto dos volumosos fluxos de migração rural-urbana interna. A possibilidade de compra de lotes na periferia dava acesso à casa própria a uma parte considerável dos trabalhadores estabelecidos especificamente no município de São Paulo (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018).

Um conjunto de fatores, todavia, que incluía a sanção da Lei Geral de Zoneamento de 1972 (nº 7.805), a vasta redução de salários e o encarecimento da terra urbana, culminaria em uma limitação na disponibilidade de lotes na capital paulista, impulsionando, por um lado, os loteamentos irregulares como um negócio imobiliário rentável – embora com consequências como a falta de acesso a escrituras por parte dos novos proprietários e construções erguidas em locais de alto impacto ambiental – e, por outro, levando uma parcela maior da população a buscar municípios vizinhos para residir, que experimentariam um crescimento demográfico sem precedentes (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018). Ao mesmo tempo, o centro financeiro de São Paulo, nos anos 1960, se deslocava para a Avenida Paulista – “antiga sede dos casarões da elite cafeeira” (Fix, 2009, p. 46) – e, a partir do final do decênio de 1970, para o eixo das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini, próximo da Marginal do rio Pinheiros (Fix, 2009). Tal movimento contribuiu para que bairros do Centro sustentassem, no último par de décadas do século XX, taxas negativas de crescimento populacional, revertidas

apenas recentemente³⁰³. Entre as pessoas responsáveis por essa recuperação estão migrantes internacionais Sul-Sul, atraídos, em grande parte, por oportunidades de trabalho consideradas de baixa qualificação oferecidas pela nova matriz econômica local, que, se antes era industrial, ora seria predominantemente de serviços (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018). Algumas contradições longevas, no entanto, persistem nesses bairros, como a existência de imóveis desocupados ao mesmo tempo que se registra um alto déficit habitacional (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018), conforme evidenciado por sua população em situação de rua³⁰⁴.

A já mencionada especialização de bairros como Brás e Bom Retiro na confecção têxtil, calcada em duas características históricas da região – a dizer, uma “vocação” para a produção manufatureira e a tradicional presença de migrantes internacionais –, ocorreu, portanto, em meio a um processo de intensas transformações demográficas – levando, em determinado momento, a taxas de crescimento negativo da população – e socioeconômicas – relacionadas ao deslocamento do capital industrial e financeiro do Centro de São Paulo a outros distritos ou municípios, refletindo-se, entre outros sinais, na piora das condições de moradia locais. Alinhado a tal constatação, Silva, S. C. (2012, p. 28) conclui que “   justamente nos espaços ‘deteriorados’ da metrópole que as atividades do circuito inferior tomam forma, pois uma das características desse circuito é o uso de espaços onde os baixos custos e o acesso ao consumidor sejam as regras de existência”.

Em complemento ao último aspecto exposto na citação anterior, Souchaud (2011) relembra que a proximidade geográfica entre os diversos atores que comp   em a cadeia de produção e consumo de peças de vestuário, como se observa no Brás e no Bom Retiro,    parte da resposta do setor às exigências por rapidez na circulação da mercadoria. Nesse cenário, oficinas de costura e seus empregados, comerciantes de roupas (sejam em lojas, barracas nas calçadas ou no comércio ambulante nas ruas) e consumidores se concentrariam e compartilhariam de um mesmo espaço urbano, de modo que o tempo para que a interação entre esses atores aconteça é reduzido.

³⁰³ Segundo apurado por Magalhães; Bógus e Baeninger (2018) com base nos Censos Demográficos de 1960 a 2010 e em estimativas populacionais de 2017, a taxa geométrica de crescimento anual da população do Centro do município de São Paulo variou de 0,69 no período de 1960 a 1970 para 2,23 em 1970/80; -0,94 em 1980/91; -2,05 em 1991/00; 1,24 em 2000/10; e 0,60 em 2010/17.

³⁰⁴ O Censo da População em Situação de Rua 2021, da Prefeitura da Cidade de São Paulo (2023), identificou aproximadamente 32 mil pessoas em situação de rua na capital paulista, sendo 40% são no distrito da S  , no Centro. Já um levantamento feito pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS-UFMG) em fevereiro de 2023 com base no Cadastro   nico para Programas Sociais (Cadúnico) – vinculado ao Governo Federal, com informações acerca de famílias de baixa renda no país – eleva a cifra total para mais de 52 mil (Leite; Líder, 2023).

Do ponto de vista dos trabalhadores da costura, essa presença em bairros centrais da cidade e mais próxima do mercado consumidor seria particularmente típica entre migrantes internacionais, cujo predomínio, no caso, é de latino-americanos. Em 2000, por exemplo, quase 40% dos costureiros que moravam em Bom Retiro, Brás e Pari – entre imigrantes e brasileiros – eram bolivianos, paraguaios e peruanos. Migrantes internos brasileiros atuantes no mesmo setor, por sua vez, apresentariam outro padrão de dispersão socioespacial, geralmente residindo longe do Centro (Souchaud, 2011). De acordo com Souchaud (2011), um dos fatores que explicaria essa diferença seriam os objetivos que cada grupo teria na Grande São Paulo. Enquanto os migrantes brasileiros almejavam, de forma geral, adquirir uma propriedade nessa mesma região, o que seria financeiramente mais exequível em localidades mais periféricas, a concretização do projeto de compra de um imóvel para bolivianos, paraguaios e peruanos tenderia a ser pensada não para o Brasil, mas para a terra natal dessas pessoas. Para tanto, o Centro de São Paulo historicamente lhes ofereceria opções menos custosas de alojamento temporário, seja em cortiços ou nas próprias oficinas de costura, permitindo que alguma poupança pudesse ser feita antes de voltarem a seus países de origem. É, de igual modo, certo, como o mesmo autor ressalva, que “o tempo acumulado no lugar de destino” e “acontecimentos decisivos no ciclo de vida” – como um nascimento ou a entrada dos filhos na idade adulta e sua decisão de permanecer no lugar onde cresceram – podem mudar esse planejamento inicial, afastando a perspectiva do retorno e propiciando, em contrapartida, a “sedentarização” do migrante (Souchaud, 2011, p. 11).

Por outro lado, nos últimos anos, também estaria em curso um processo de “descentralização espacial” das oficinas de confecção que empregam migrantes latino-americanos em São Paulo, movimento que já era percebido por Souchaud (2011) desde pelo menos o início da década de 2010. Cidades do entorno da RMSP, como Guarulhos, estariam experimentando uma expansão na quantidade desses estabelecimentos, muitas vezes improvisados em sobrados onde os próprios migrantes residem de aluguel. Para Souchaud (2011), o intuito desse deslocamento rumo às margens do núcleo metropolitano continuaria não sendo a execução de planos de adquirir uma propriedade na região, mas, sim, a viabilização de se ter a própria oficina de costura – ainda que não regularizada – como meio de incremento dos rendimentos do trabalho dessas pessoas. Tratar-se-ia, posto de outra maneira, da busca pela “materialização de um projeto empresarial”, o que também seria mais viável na periferia, considerando as crescentes diferenças nos valores de locação em relação ao Centro (Souchaud, 2011, p. 11). Como sustenta o autor, “para eles [migrantes bolivianos, paraguaios e peruanos], a saída do assalariado e a entrada no empresariado [com a montagem de suas próprias oficinas

de costura] justificou um movimento em direção à periferia” (Souchaud, 2011, p. 11). A sequência desse processo de “periferização” das oficinas de migrantes latino-americanos – ou, mais especificamente, de paraguaios – e alguns de seus desdobramentos poderão ser conferidos no Capítulo 5, a partir de relatos recolhidos no trabalho de campo conduzido para o desenvolvimento da presente tese. De qualquer forma, o traslado de unidades produtivas da cadeia de confecção a bairros ou cidades mais afastadas do Centro faz com que o “circuito inferior” da moda em São Paulo com emprego de migrantes internacionais permaneça operando em “espaços deteriorados”, nos termos de Silva, S. C. (2012, p. 28), comumente pouco assistidos por serviços públicos de saúde, saneamento básico, ensino, transporte, moradia, segurança e lazer.

4.2.5.2 A articulação entre os circuitos “superior” e “inferior”: subcontratação/terceirização

Apesar de terem dinâmicas e atribuições distintas, o circuito “inferior” é cada vez mais apropriado pelo “superior”. Conforme observado por Freitas (2008, p. 3),

a precarização das condições de trabalho em oficinas de costura informais e a utilização da mão-de-obra de imigrantes latinos indocumentados não seriam apenas características de circuitos produtivos populares para comercialização de roupas de baixo custo, mas passaram a ser estratégias de diminuição de custos de produção desenvolvidas também em outros circuitos, abarcando, além do comércio popular, as grandes lojas de departamentos da cidade e também as confecções para o comércio da alta moda paulistana e este circuito produtivo dinamizado pelos atacadistas coreanos.

Em outras palavras, embora o circuito “superior” se especialize em atividades tidas como mais sofisticadas, em um aparente movimento de distanciamento dos trabalhos propriamente de confecção, vistos como de menor qualificação e característicos do circuito “inferior”, há algo que permite que grandes e médias empresas se beneficiem dos serviços de oficinas de costura, a dizer, a subcontratação (Silva, S. C., 2012), que, ao fim e ao cabo, seria o grande diferencial da fase de “reorganização do circuito espacial de confecções” iniciada na passagem da década de 1980 para a de 1990, nos termos de Silva, S. C. (2012). Faz parte do quadro de mudanças o fato de que, se, a princípio, muitos bolivianos e paraguaios eram diretamente contratados por empresários coreanos, com o tempo, migrantes dessas mesmas origens abririam suas próprias oficinas para prestar os serviços requisitados por aqueles “subcontratantes”. Significa dizer que a “organização do circuito de subcontratação” (Freitas, 2008, p. 15) vai para as mãos dos próprios bolivianos e paraguaios (entre outros migrantes latino-americanos), que, sem embargo, continuariam empregando, não raramente, conterrâneos

em situação precária de trabalho, em locais de dimensões reduzidas e organização produtiva rudimentar, com vista a responder à demanda não só das camadas menos abastadas, mas, também, das empresas atuantes no circuito “superior” da economia urbana (Freitas, 2008; Silva, S. C., 2012).

A subcontratação de confecções de latino-americanos renderia reduções nos custos de produção de grandes e médias empresas – incluindo abonos na folha salarial e menos encargos trabalhistas –, mas não necessariamente melhoraria de forma significativa os ganhos dos donos das oficinas. É o caso do estabelecimento no qual trabalhava um migrante boliviano entrevistado por Oliveira (2011) em São Paulo. Em sua fala, expõem-se o baixo valor – ainda que em preços correntes de 2011, quando o depoimento foi colhido – recebido por peça produzida não só pelos costureiros, mas, também, pelo encarregado da unidade. De acordo com o que se transcreveu, na época da entrevista, o empresário – identificado como sendo um coreano – repassaria ao dono da oficina que emprega esse trabalhador um real por peça produzida. Dessa quantia – que, embora não esteja suficientemente claro se era precisamente o que se pagava, parece, ao menos, não destoar do que lhes era corriqueiro –, metade ficaria com os costureiros envolvidos no processo – no caso do relato, dá-se a entender que seriam três, cada um operando uma máquina de costura diferente –, ao passo que os outros cinquenta centavos iriam para o responsável pelo estabelecimento, que, nessa posição, deveria arcar com o aluguel do imóvel e as contas de água e luz, entre outros gastos, restando-lhe um lucro pouco elástico.

A subcontratação permite que se reproduza, na relação do circuito “superior” com o “inferior”, a dicotomia de Martins (2018) apresentada no Capítulo 1, na qual o “sofisticado”, para sê-lo, também se apropria do “arcaico”. Um dos reflexos disso é a contradição apontada por Silva, S. C. (2012, p. 111) de que “a introdução da subcontratação no ramo têxtil criou indústrias sem teares”, de modo que “há indústrias de confecção [...] sem máquinas de costura”. Nesse contexto, ainda segundo a autora, o circuito “inferior” da economia cresce não só pela admissão de indivíduos que são excluídos do circuito “superior”, mas, precipuamente, “por aqueles que são inseridos indiretamente no circuito superior por meio de mecanismos de subcontratação ou terceirização” (Silva, S. C., 2012, p. 112). Tal dinâmica, por sua vez, se assemelha à da “exportação indireta” de força laboral definida por Wise (2020) – também discutida no Capítulo 1 –, com a diferença de que, enquanto a concepção original trataria de trabalhadores do Sul global explorados no território de seus próprios países por empresas vinculadas ao capital do Norte, a perspectiva ora proposta lança luz sobre trabalhadores de oficinas subcontratadas – entre eles, migrantes desse mesmo Sul – que participam do circuito

“superior” apenas indiretamente e para fins exclusivos de geração de riqueza, sem usufruir do que produzem, já que o fazem sem deixar de estar ocupado no circuito “inferior”.

Silva, S. C. (2012), em sua tese, traz alguns exemplos do funcionamento dessa dinâmica. Um deles diz respeito às Lojas Pernambucanas, que, conforme viria a conhecimento público após investigação da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo (SRTESP), contava, ao menos em parte da organização de sua produção em 2011, com oficinas de costura subcontratadas na capital paulista e com a força de trabalho de migrantes internacionais. Em um dos casos divulgados, a rede varejista pagava a uma intermediária no Brás a quantia de R\$ 33,50 por um casaco confeccionado, que seria vendido em uma de suas lojas por R\$ 79,90. A intermediária, por sua vez, subcontratava uma oficina para a execução do serviço, pagando-lhe R\$ 4,30 pela peça.

Outro exemplo toca a empresa Marisa. Na Figura 5, tem-se um organograma de como funcionava a dinâmica de subcontratação da qual a varejista se valia, no mínimo, em uma parcela de sua produção no início da década de 2010, segundo esquematizado por Silva, S. C. (2012) – e adaptado por nós – com base em informações da SRTESP, apurações da ONG Repórter Brasil e resultados de trabalho de campo feito pela própria pesquisadora:

A varejista, indicada no canto superior esquerdo da Figura 5, possuía um escritório no Centro de São Paulo, encarregado de processos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – relacionados à concepção de novos produtos, com atenção às tendências lançadas nos grandes centros mundiais da moda, como Paris, Nova Iorque e Milão – e gestão da produção – incluindo desde o preço e a qualidade das peças comercializadas até a logística. Era de sua responsabilidade, logo, prover as peças-piloto – modelos a serem replicados em série nas oficinas de costura – e demais especificações que orientariam a produção das roupas.

Na sequência, um representante comercial – identificado em hexágono com a letra “A” na Figura 5 – intermediava o contato com a primeira empresa de confecção da cadeia, com estabelecimento no Brás. Esta não dispunha de máquinas de costura, sendo responsável, assim, não por produzir as roupas, mas por coordenar as etapas subsequentes que levariam a isso.

A próxima empresa acionada era uma oficina localizada no Bom Retiro, que, no que concerne ao manejo dos produtos, desempenhava trabalhos apenas após já confeccionadas as peças, tais como acabamento, lavagem, eventuais reparos e controle de qualidade, baseado nos modelos providos pela varejista. Servia, ademais, como depósito das roupas já finalizadas. Antes disso, porém, repassava a ordem de serviços de produção a uma terceira empresa de confecção. Tratava-se de uma loja de rua no Brás que, apesar de também atuar com algumas atividades de beneficiamento de peças e modelagem, teria como função primordial, segundo Silva, S. C. (2012), “dissimular a relação” das duas primeiras empresas de confecção (e, consequentemente, da própria varejista) com o estabelecimento no qual efetivamente se faria a costura das roupas, identificada no organograma como “oficina de costura acionada”, tendo-se em conta que haveria outras à disposição para a realização do serviço.

Esta oficina, no caso estudado por Silva, S. C. (2012), era subcontratada e tinha como proprietário um boliviano, que empregava, em sua maioria, conterrâneos seus para os ofícios de confecção. As peças feitas ali eram recolhidas por uma transportadora (hexágono com a letra “B” na Figura 5) e encaminhadas de volta para a primeira empresa de confecção da cadeia. Depois, seguiriam para a segunda empresa, onde receberiam um último tratamento e seriam armazenadas, até que uma companhia de logística coordenasse seu transporte aos centros de distribuição da varejista e, de lá, a lojas situadas em diversas regiões do país, nas quais, por fim, poderiam ser adquiridas pelos consumidores finais.

4.2.6 Trabalho em condição análoga à de escravo e tráfico de pessoas

Em cadeias produtivas da confecção têxtil como essa ilustrada anteriormente, das quais a subcontratação é um elemento constitutivo, a submissão de pessoas ao que tecnicamente se refere como “trabalho em condição análoga à de escravo” não seria algo meramente episódico ou circunstancial. No ordenamento jurídico brasileiro, sua tipificação como crime e o estabelecimento das devidas sanções a quem o pratica são feitos por meio do Artigo 149 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), cuja última alteração data de 11 de dezembro de 2003, por meio da Lei nº 10.803. De acordo com o citado dispositivo, a verificação de pelo menos um dos seguintes elementos bastaria para que uma situação se configurasse como trabalho em condição análoga à de escravo, a dizer: I) o trabalho forçado propriamente dito – abrangendo-se, segundo Etzel (2020, p. 512), “a atividade exigida sob ameaça de qualquer punição, com cerceio da liberdade do trabalhador por meio de isolamento geográfico, ameaça física, moral ou psicológica ou pela retenção de documentos”; II) a servidão por dívida – quando a pessoa recebe cobranças indevidas e não tem recursos para quitá-las, sendo coagida a oferecer sua força de trabalho como forma de pagamento ou tendo sua locomoção limitada por parte do empregador (Etzel, 2020); III) jornada exaustiva – concernente “à submissão a um ritmo de trabalho intenso, sem pausa ou descanso semanal, colocando em risco a saúde física ou mental do trabalhador, não se restringindo apenas ao número de horas trabalhadas” (Etzel, 2020, p. 512); e IV) condições degradantes de trabalho – quando a atividade laboral ocorre em ambiente insalubre, com condições precárias de higiene e saneamento, sem as devidas salvaguardas à integridade física da pessoa, com prejuízos à alimentação ou o descumprimento de outros direitos básicos similares (Etzel, 2020)³⁰⁵. A pena prevista ao infrator é de reclusão de dois a oito anos e pagamento de multa, além do que pode ser imposto em relação à violência empregada em cada caso em específico (Brasil, 2003, art. 1º, caput). Na hipótese de a pessoa submetida a trabalho em condição análoga à de escravo ser criança ou adolescente, agrava-se a sanção, assim como se o referido crime tiver sido motivado por “preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem” (Brasil, 2003, art. 1º, § 2, incisos I e II). É mister esclarecer que, mesmo que o trabalhador, porventura, expresse consentimento em relação à situação de exploração à qual está submetido, o crime de trabalho escravo não deixa

³⁰⁵ Exemplos de afecções especificamente relacionadas ao trabalho em oficinas de costura são as pulmonares – como a tuberculose (Etzel, 2020) –, tendo em vista que muitas oficinas “funcionam em galpões ou porões insalubres, com ventilação insuficiente, sem instrumentos de proteção adequados ao trabalho, expondo-se a respirar o pó dos resíduos gerados pelos tecidos do processo da costura” (Bustamante; Brietzke; Cerqueira, 2017, p. 139).

de ser caracterizado, já que, considerando o estado de vulnerabilidade em que se encontra, não se pode assumir que a pessoa estava em condições de fazer uma escolha, de fato (Etzel, 2020, p. 515). Alinhado a isso, acrescenta-se, por fim, que a ausência de constatação de coerção física – comumente tida no imaginário popular como um dos elementos definidores da escravidão – não basta para se descartar um caso como sendo de trabalho escravo³⁰⁶.

Quando os órgãos competentes – como as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) – recebem denúncias e flagram a ocorrência de trabalho em condição análoga à de escravo, se o caso não é passível de regularização do vínculo trabalhista³⁰⁷, faz-se o cálculo da rescisão contratual e de outros encargos previstos por lei a serem recebidos pelo trabalhador resgatado, que também ganha acesso à sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e às devidas guias do seguro-desemprego, além de ter prioridade na fila de programas de bem-estar social e transferência de renda, como o Bolsa Família. Caso o deseje, a pessoa poderá ser encaminhada ao seu local de origem, seja em território brasileiro ou em outro país. O estabelecimento onde se fez o flagrante, por sua vez, pode ter de assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que prevê a aplicação de multas e a adoção de metas para evitar que a ocorrência se repita. Medidas mais duras, no entanto, também estão previstas em caso de não se chegar a um acordo com a empresa ou de haver reincidência no crime, incluindo-se desde pedidos de indenização até o bloqueio de bens dos sócios (Etzel, 2020).

De acordo com apuração da ONG Repórter Brasil (2022), entre 1995 e 2021, foram flagradas em todo o território brasileiro – e nas mais diversas atividades econômicas – 57.661 pessoas em situação de trabalho escravo. Dessas, 1,6% (ou 936, em termos absolutos) são nacionais de outros países que não o Brasil. Se analisadas unidades geográficas menores, porém, tal percentual pode alcançar níveis muito superiores. No estado de São Paulo, por exemplo, este seria de 26% – aproximadamente 540 trabalhadores em um universo de 2.077³⁰⁸.

³⁰⁶ Sobre isso, Etzel (2020, p. 512) reforça que, pela legislação brasileira, “não é necessário suprimir a liberdade do sujeito para a caracterização do crime [de trabalho em condição análoga à de escravo], visto que a retirada da dignidade também coisifica e instrumentaliza o ser humano”.

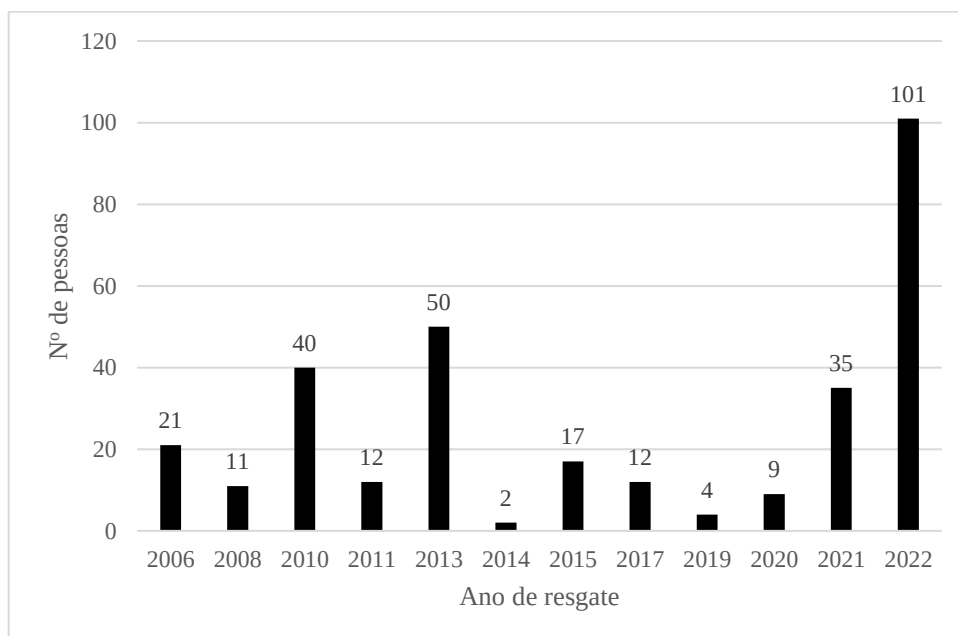
³⁰⁷ Os indivíduos encontrados em situação de trabalho escravo podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é o dos “resgatados”, referente, segundo publicação da Repórter Brasil (2022, p. 36), “àqueles que foram retirados das atividades laborais onde eram explorados em situação de trabalho escravo. Com isso, eles recebem as verbas rescisórias, os direitos trabalhistas devidos pelo tempo em que trabalharam no local e o recurso do seguro-desemprego por três meses”. Já os demais trabalhadores “são aqueles cuja situação laboral é passível de regularização, com a garantia de seus direitos. Portanto, nem sempre o vínculo trabalhista é rompido e, assim, eles se mantêm trabalhando”.

³⁰⁸ A Unidade Federativa com o maior número de pessoas encontradas trabalhando em condição análoga à de escravo no Brasil entre 1995 e 2021 foi o Pará, com 13.371 trabalhadores, seguido de Mato Grosso (6.190), Maranhão (3.536) e Mato Grosso do Sul (2.918), os únicos que superam São Paulo (Repórter Brasil, 2022).

O setor de confecção têxtil, por sua vez, embora compreenda apenas 1,1% do total de trabalhadores (migrantes internacionais ou não) “libertados” no país no período assinalado – em contraste com atividades como a pecuária, com cerca de 30%, e trabalhos em lavouras (20,3%) e com corte de cana-de-açúcar (19,4%) (Repórter Brasil, 2022) –, correspondeu a mais de 25% do contingente referente ao estado de São Paulo no ano de 2022 – ou seja, das 146 pessoas em situação de trabalho escravo nessa Unidade Federativa, 39 estavam em atividades ligadas à costura, sendo 14 na capital e 25 na cidade de Indaiatuba (Portal da Inspeção do Trabalho, [2023]).

No que concerne especificamente aos migrantes de nacionalidade paraguaia, segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação em abril de 2023³⁰⁹ –, de 2006 a 2022, 314 pessoas foram resgatadas de trabalhos em condição análoga à de escravo no Brasil, sendo que quase um terço desse volume remete ao último ano do período assinalado, conforme ilustrado no Gráfico 17:

GRÁFICO 17 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil, 2006-2022

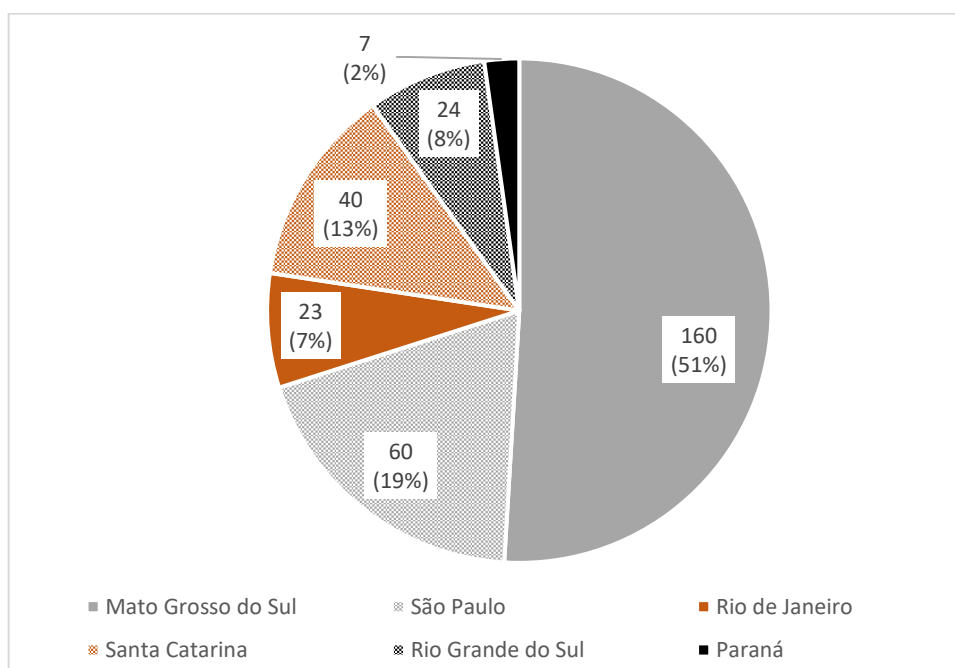


Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Obtido por Lei de Acesso à Informação.

³⁰⁹ Os dados foram solicitados por nós no dia 29 de março de 2023, com resposta dada em 10 de abril do mesmo ano por auditor-fiscal do trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A UF com o maior número de paraguaio resgatados nos mais de quinze anos abarcados pelos dados acima é o Mato Grosso do Sul (MS), com metade do contingente (ou, em termos absolutos, 160 pessoas). São Paulo (SP) aparece logo na sequência, com 19% (ou 60 trabalhadores), à frente de Santa Catarina (13%), Rio Grande do Sul (8%) e Rio de Janeiro (7%). Os dados podem ser conferidos no Gráfico 18, abaixo:

GRÁFICO 18 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil por Unidade Federativa (UF), 2006-2022



Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Obtido por Lei de Acesso à Informação.

Se observada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) na qual se enquadrava a ocupação desses migrantes no momento de seu resgate, constatar-se-á que a atividade que mais reuniu paraguaio em situação de trabalho escravo no Brasil de 2006 a 2022 foi o cultivo de mandioca, com 97 trabalhadores (ou 31%). Desses, a maioria (69 pessoas) se encontrava justamente no Mato Grosso do Sul, ao passo que o restante se distribuía entre São Paulo (21) e Paraná (7). Atividades relacionadas à pecuária³¹⁰ são as que mais se destacam na sequência, nas quais se inseriam 17% dos trabalhadores de dita nacionalidade resgatados, praticamente a totalidade no citado estado do Centro-Oeste. A confecção de peças de vestuário também chama a atenção, com flagrantes de trabalho escravo em 2011, 2014, 2017 e 2022,

³¹⁰ Para efeitos de análise, juntaram-se em uma só categoria a criação de bovinos para corte (CNAE 0151-2/01) e as atividades de apoio à pecuária (CNAE 0162-8/99), sendo a primeira a responsável pela maior parte dos trabalhadores resgatados (a dizer, 45).

envolvendo a soma de 38 paraguaios, todos no estado de São Paulo³¹¹. Somente nesse último ano, foram catorze as pessoas resgatadas, o número mais elevado já registrado. Podem-se mencionar, ainda, os 40 paraguaios dedicados ao processamento industrial do fumo (casos referentes ao Rio Grande do Sul, em 2021, e ao Rio de Janeiro, em 2022); outros 40 na construção de edifícios (referentes a uma única operação de fiscalização, ocorrida em Santa Catarina no ano de 2010); e mais 31 na extração de madeira tanto em florestas nativas como plantadas (sendo a maioria também no MS), como se verifica na Tabela 32:

TABELA 32 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil por atividade econômica (CNAE), 2006-2022

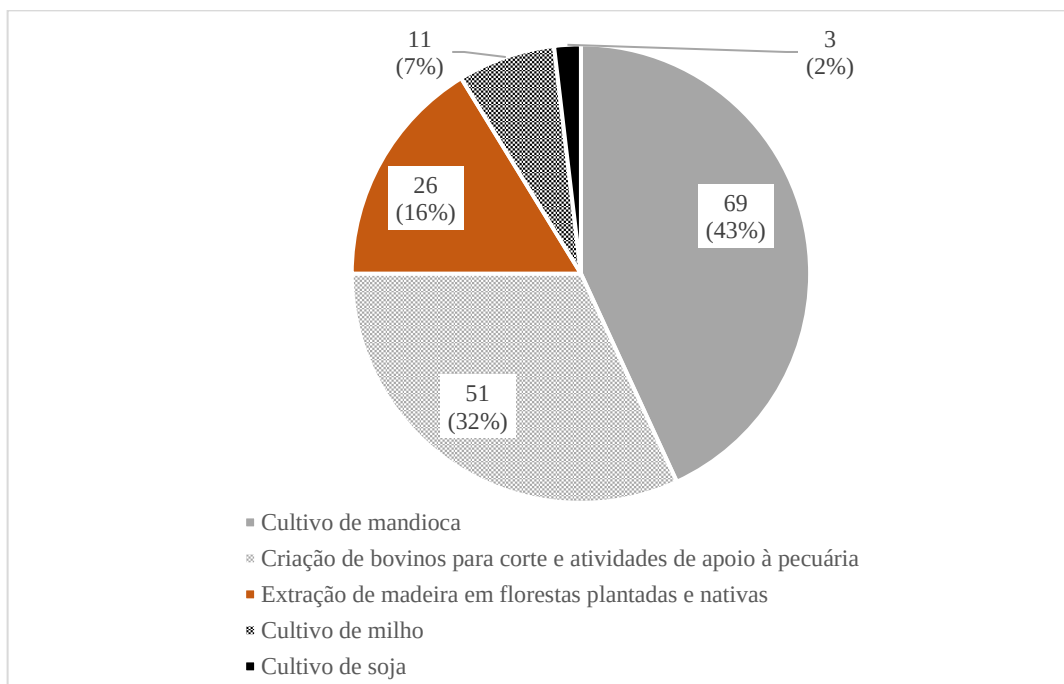
CNAE	ATIVIDADE ECONÔMICA	Vol.	%
0119-9/06	Cultivo de mandioca	97	30,9
0151-2/01 e 0162-8/99	Criação de bovinos para corte e atividades de apoio à pecuária	53	16,9
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	40	12,7
4120-4/00	Construção de edifícios	40	12,7
1412-6/01	Confecção de peças de vestuário	38	12,1
0210-1/07 e 0220-9/01	Extração de madeira em florestas plantadas e nativas	31	9,9
Outros	Outros	15	4,8
Total	Total	314	100,0

Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Obtido por Lei de Acesso à Informação.

Com o olhar direcionado precisamente às UFs que se sobressaem dentro da temática dos paraguaios resgatados de situações de trabalho escravo no Brasil, tem-se que, no caso do Mato Grosso do Sul, quase 45% dos trabalhadores desempenhavam funções no cultivo de mandioca, setor seguido pelos de criação de bovinos para corte e atividades de apoio à pecuária (com a maior incidência de operativos que resultaram em resgates – dez em todo o período assinalado –, englobando 51 pessoas ou 32% do contingente total do estado), extração de madeira em florestas plantadas e nativas (16%) e cultivos de milho (7%) e soja (2%). Já em São Paulo, os trabalhadores resgatados ao longo dos anos analisados se concentravam em três atividades, sendo a preponderante a de confecção de peças de vestuário, com 63% das pessoas, à frente do cultivo de mandioca (35%) e do comércio atacadista (2%). Essa distribuição é representada nos Gráficos 19 e 20:

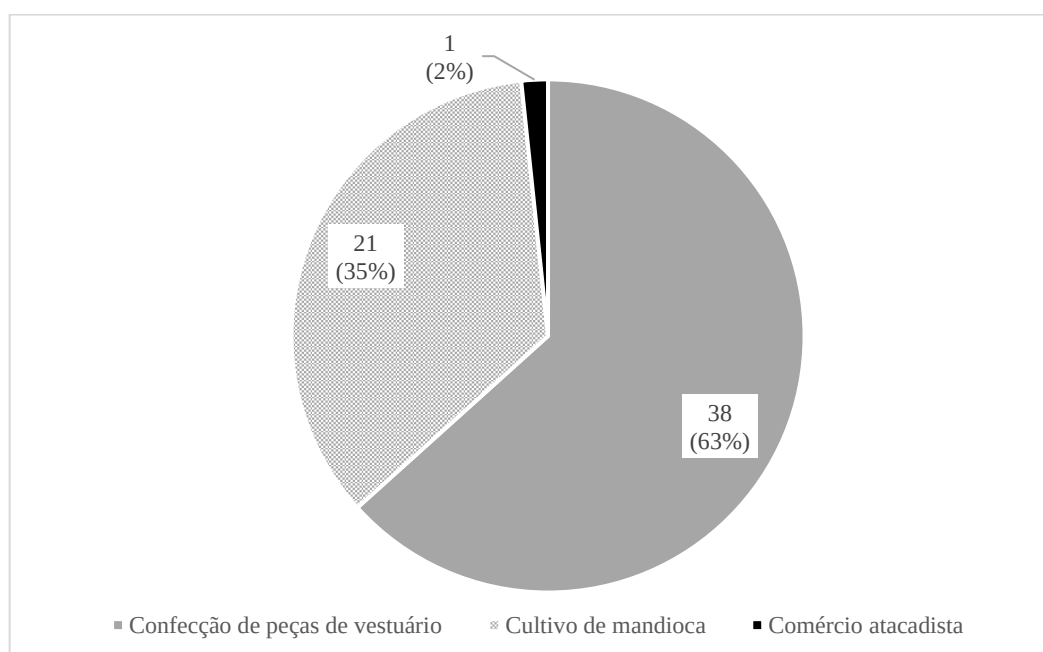
³¹¹ O número de paraguaios resgatados em cada um dos anos citados foi de, respectivamente, 12, 2, 10 e 14.

GRÁFICO 19 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Mato Grosso do Sul por atividade econômica desempenhada, 2006-2022



Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Obtido por Lei de Acesso à Informação.

GRÁFICO 20 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo em São Paulo por atividade econômica desempenhada, 2006-2022



Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Obtido por Lei de Acesso à Informação.

Redirecionando o enfoque a 2022 e ampliando o alcance geográfico para cobrir o Brasil como um todo, nota-se que o aumento sem precedentes no número de paraguaios

resgatados de trabalho em condição análoga à de escravo – atingindo, a relembrar, o patamar de 101 pessoas – fez deste o grupo mais volumoso dentre os migrantes internacionais em semelhante situação no país naquele ano. Os trabalhadores da referida nacionalidade, para ser mais preciso, corresponderam a dois terços³¹² do contingente de não brasileiros flagrados em trabalho escravo, composto por 148 pessoas³¹³ (Brasil, 2023). As UFs e as atividades nas quais esses paraguaios estavam inseridos constam na Tabela 33, a seguir:

TABELA 33 – Migrantes de nacionalidade paraguaia resgatados em condição análoga à de escravo no Brasil por Unidade Federativa (UF) e atividade econômica desempenhada, 2022

UF	ATIVIDADE ECONÔMICA	Vol.
São Paulo	Cultivo de mandioca	21
São Paulo	Confecção de peças de vestuário	14
Mato Grosso do Sul	Cultivo de mandioca	35
Mato Grosso do Sul	Criação de bovinos para corte	6
Rio de Janeiro	Processamento industrial do fumo	23
Rio Grande do Sul	Atividades de apoio à pecuária	2
Total		101

Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Obtido por Lei de Acesso à Informação.

Desprendem-se dos dados acima casos como o dos vinte e três paraguaios resgatados em setembro em uma fábrica de cigarros clandestina em Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. Segundo noticiado na imprensa (Jornal Nacional, 2022), os migrantes teriam sido trazidos de ônibus de Asunción, atraídos pela falsa promessa de emprego em uma fábrica

³¹² Para a formulação de hipóteses a essa fração, poder-se-ia dirigir a atenção à realidade do país de origem desses migrantes, mais propriamente, a possíveis impactos do processo de expansão das fronteiras agrícolas e de “latifundização” do campo paraguaio, de acordo com o que se descreveu no Capítulo 3. Constatando-se que a maior parte dos paraguaios flagrados em condição análoga à de escravo no Brasil em 2022 desempenhava funções na agricultura – nomeadamente, no cultivo de mandioca – no Mato Grosso do Sul e no oeste paulista e supondo-se que a origem desses trabalhadores seja predominantemente rural, pode-se imaginar que o modelo de desenvolvimento agrícola paraguaio – que tem como um de seus elementos constitutivos a expulsão de população para a ampliação de áreas de monocultura de produtos como a soja transgênica, intensiva em tecnologia e não em força de trabalho – acirraria tensões sociais no campo e minaria as alternativas de subsistência para a população camponesa e indígena, colocando-a em situação de vulnerabilidade e, assim, expondo-a a maiores riscos de exploração laboral, seja no próprio Paraguai ou no exterior. A hipotética correlação entre o avanço da fronteira agrícola no Paraguai e o incremento no número de paraguaios em situação de trabalho escravo no Brasil, não obstante, precisa ser devidamente testada, levando-se em conta outros fatores incidentes, como a dinâmica das operações de fiscalização por parte dos órgãos competentes no Brasil e particularidades na realidade socioeconômica desse país – incluindo os prejuízos à garantia de direitos trabalhistas e à proteção social e o agravamento de problemas como a fome nos últimos anos –, o que não está em nosso alcance realizar nesta pesquisa.

³¹³ O restante dos migrantes internacionais flagrados em trabalhos em condição análoga à de escravo em 2022 se distribui da seguinte forma: 25 bolivianos, 14 venezuelanos, 4 argentinos e 4 haitianos (Brasil, 2023). Na série histórica, os paraguaios estão atrás apenas dos bolivianos em termos de volume. Dos 860 migrantes internacionais flagrados na referida situação de 2006 a 2020, por exemplo, tais nacionalidades correspondiam a, respectivamente, 20% e 47% do total, com maior incidência, a nível federal, nos setores de agropecuária e extrativismo, para os primeiros, e confecção têxtil, para os últimos (Rabelo, 2021).

de roupas, na qual deveriam receber R\$ 3,5 mil por mês, além de benefícios. Em vez disso, terminariam sendo submetidos ao trabalho forçado na produção de cigarros, sem comunicação com a família no Paraguai – pois os celulares de todos teriam sido confiscados pelos empregadores – ou possibilidade de deixar o galpão onde trabalhavam e estavam alojados, passando as noites no segundo andar do estabelecimento, em um ambiente sem ventilação e com camas muito próximas umas das outras (Jornal Nacional, 2022)³¹⁴.

Outro resgate ocorreu em setembro, em uma fazenda no município de Iguatemi, Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira com o Paraguai. Dessa vez, foram mais de trinta trabalhadores rurais, dedicados a atividades em lavoura de mandioca (Polícia Federal, 2022). Além das condições degradantes de trabalho às quais estavam expostos e da precariedade dos aposentos onde deveriam pernoitar, sua remuneração era feita através de “vales”, aceitos apenas nos estabelecimentos de propriedade dos empregadores, criando, conforme nota divulgada pela Polícia Federal (2022), “um círculo vicioso que aprisionava as vítimas no local, impedindo ou dificultando o retorno ao Paraguai”.

³¹⁴ Outros dois casos no ramo da fabricação de cigarros e processamento industrial do fumo constam nos registros oficiais de paraguaios em condição análoga à de escravo até a finalização deste capítulo. Um deles data de 2021, tendo ocorrido em Triunfo, Rio Grande do Sul. Dezesete paraguaios e um brasileiro foram encontrados no subsolo de um galpão com aparência de abandono e cujo acesso, quando não estava bloqueado por um container, somente poderia ser feito por meio de um elevador hidráulico. Este, por sua vez, em sua posição mais elevada, impedia qualquer possibilidade de fuga do local por parte dos trabalhadores, que passavam seus dias em um ambiente sem janelas e, dessa forma, sem ventilação nem luz natural. O aliciamento desses migrantes teria acontecido ainda em Asunción, com a falsa promessa de uma remuneração diária de R\$ 200,00. Ao serem confinados no pavimento subterrâneo do estabelecimento, confiscavam-se seus telefones celulares, a única forma de comunicação externa. As verbas salariais e rescisórias nesse caso foram calculadas em cerca de R\$ 480 mil pelos auditores-fiscais do trabalho (Brasil, 2022b). Já o outro resgate no setor ocorrera em março de 2023. A exemplo do caso de 2022, esse teria se dado em Duque de Caxias (RJ), dessa vez, envolvendo dezenove paraguaios. A eles também teria sido feita a promessa de trabalho na confecção de roupas – o que poderia ser interpretado como um indício do quão consolidado está esse nicho laboral entre migrantes paraguaios no Brasil, a ponto de se evocar uma inserção nele como forma de atrair trabalhadores a serem explorados em outras atividades no país. Os migrantes teriam sido trazidos do Paraguai com os olhos vendados e, mesmo quando já haviam se instalado no local no qual trabalhariam, não tinham conhecimento de onde estavam. Segundo nota da Polícia Federal, “os estrangeiros estavam alojados na própria fábrica e trabalhavam em jornada excessiva: 12 horas por dia, sete dias por semana, em dois turnos - inclusive de madrugada - e sem descanso semanal. Além disso, os trabalhadores se encontravam em local sem as mínimas condições de higiene, convivendo com animais, esgoto a céu aberto e com os próprios resíduos da produção dos cigarros. Eles não recebiam qualquer remuneração pelos serviços prestados, tinham a liberdade de locomoção restrita e ainda eram forçados a laborar sem equipamentos de proteção. [...] Além disso, eles também relataram que mantinham contato com apenas uma pessoa, a qual aparecia para trazer mantimentos, armada e vestindo uma máscara que ocultava seu rosto” (Polícia Federal, 2023). Em todos esses casos, chama a atenção o fato de as ocorrências se darem apenas a partir de 2021 – ou seja, em anos mais recentes. É inevitável, ademais, remeter-se à questão da produção e comercialização ilícita de cigarros por parte de empresas estabelecidas no Paraguai (Guevara et al., 2009), mencionada no Capítulo 2 desta tese. Uma possível relação entre essa economia e o tráfico de trabalhadores paraguaios para a produção clandestina de cigarros em solo brasileiro mereceria ser apurada, de modo a se verificar se há qualquer conexão entre as fábricas no Paraguai e no Brasil atuantes no mesmo ramo e se os migrantes aliciados para trabalhar em solo brasileiro passam por semelhante experiência laboral em seu local de origem.

Em caso anterior e similar, treze paraguaios – contando um adolescente – foram encontrados na zona rural de Pirapozinho, Oeste de São Paulo. Em meados de abril, em operação realizada pela Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE) – vinculada ao Ministério Público do Trabalho (MPT) – juntamente com o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), constataram-se “condições degradantes” nos alojamentos onde os trabalhadores ficavam, que consistiam em apenas dois cômodos onde colchões a serem compartilhados por duas ou três pessoas cada um se distribuíam pelo chão. Já no trabalho, que envolvia a colheita de mandioca, não eram oferecidos equipamentos de proteção – salvo um par de luvas, pago pelos próprios trabalhadores. O transporte ao local, por sua vez, era realizado em ônibus “em péssimo estado de conservação” (G1 Presidente Prudente, 2022). Os trabalhadores resgatados foram encaminhados a um hotel no centro de Pirapozinho, com estadias e refeições custeadas pelo empregador, onde permaneceriam até que pudessem voltar ao seu local de origem, a dizer, a cidade de Salto del Guairá (departamento de Canindeyú), na fronteira com o Brasil. Ser-lhe-iam pagas, ademais, indenizações por danos morais, assim como verbas referentes ao salário e à rescisão (G1 Presidente Prudente, 2022)³¹⁵.

Já no setor de confecção têxtil, registraram-se catorze pessoas em situação de trabalho escravo em São Paulo, cujo caso provavelmente corresponde àquele divulgado em matéria do periódico paraguaio *Última Hora* em 09 de dezembro de 2022. No texto, relata-se que treze paraguaios – logo, um a menos do que o número exposto na Tabela 33 – “estavam sendo explorados em uma oficina de costura clandestina” na capital paulista (tradução livre)³¹⁶, o que incluiria dois adolescentes. Acrescenta-se, ainda, que uma investigação seria aberta por parte das autoridades brasileiras para apurar se o fato teria contado com a articulação de uma suposta rede internacional de tráfico de pessoas responsável por explorar a força de trabalho de migrantes quando chegam ao Brasil (Última Hora, 2022a).

Em anos anteriores, outros casos no mesmo setor vieram a público. Em novembro de 2011, por exemplo, auditores-fiscais do trabalho resgataram oito homens e quatro mulheres

³¹⁵ O outro caso registrado de paraguaios em situação de trabalho escravo no cultivo da mandioca em São Paulo ocorreu em Martinópolis, também nos arredores de Presidente Prudente, no oeste do estado. Os oito trabalhadores resgatados na ocasião teriam sido aliciados em Asunción. Em nota do Ministério do Trabalho e Previdência, sustenta-se que “o empregador não tinha empresa constituída, tampouco condições financeiras de fazer frente às obrigações trabalhistas”, embora reconheça sua responsabilidade e se comprometa “a quitar as verbas rescisórias a serem calculadas pelos auditores-fiscais do Trabalho e pagar as passagens para que os trabalhadores paraguaios retornem ao país de origem” (Brasil, 2022a).

³¹⁶ Trecho original, em castelhano: “Las autoridades brasileñas rescataron a trece paraguayos, entre ellos dos menores de edad, que estaban siendo explotados en un taller de costura clandestino, en la ciudad de San Pablo, informaron este jueves fuentes oficiales” (Última Hora, 2022a).

de nacionalidade paraguaia em uma oficina de costura do Bom Retiro (Marinho, 2020)³¹⁷. O Ministério Público Federal (MPF), na ocasião, denunciou quatro empresários sul-coreanos, sócios da grife La-Fee Confecções Ltda., pelo suposto crime de ter submetido as doze pessoas a trabalho em condição análoga à de escravo. Dezenove autos de infração teriam sido aplicados. Alguns detalhes do flagrante podem ser conferidos no trecho a seguir, retirado de publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) de março de 2020 (Marinho, 2020):

De acordo com os autos, os trabalhadores eram submetidos a jornada exaustiva de 7 às 21h e tinham sua locomoção reduzida em razão de dívida [...]. Entre as irregularidades trabalhistas foram encontradas instalações sanitárias precárias e coletivas, instalações elétricas sobrecarregadas e feitas de forma irregular, quartos de tamanho diminuto, sobrecarregados com diversos trabalhadores e seus pertences pessoais; colchões rasgados e mofados e cadeiras improvisadas. Não havia refeitório e o botijão de gás ficava nos ambientes das cozinhas; com ventilação e iluminação insuficientes que causavam grande desconforto. Também não havia fornecimento de roupas de cama ou de banho e nem extintor de incêndio. Além disso, as máquinas de costura não tinham aterramento elétrico e ficavam com partes móveis expostas, colocando os trabalhadores e principalmente crianças que circulam no ambiente a graves riscos. No total, os trabalhadores receberam R\$ 65.803,96 em verbas rescisórias.

Como parte de esforços adotados não só na esfera pública, mas, também, a partir da sociedade civil com fins de se coibirem práticas abusivas e exploratórias como as anteriormente expostas, grandes marcas da moda presentes no Brasil são submetidas a cada ano a uma avaliação por parte da Fashion Revolution, por meio de seu Índice de Transparência da Moda³¹⁸. Este, de acordo com a própria organização (Fashion Revolution Brasil, 2022, p. 3), consiste em

Uma análise anual das grandes marcas e varejistas de moda que operam no país, classificados de acordo com o nível de informações que divulgam publicamente sobre suas políticas, práticas e impactos nos direitos humanos e meio ambiente, tanto em suas operações próprias quanto em suas cadeias de fornecimento.

Um dos resultados observados no relatório referente a 2022, em meio a tantos outros, foi o de que 38 das 60 marcas analisadas não mostraram qualquer grau de transparência no quesito “rastreadabilidade”, relacionado à divulgação dos fornecedores com os quais contam,

³¹⁷ Entre os órgãos envolvidos na ação estariam o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público do Estado de São Paulo, além de integrantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Sindicato das Costureiras de Osasco, na condição de observadores da fiscalização (Marinho, 2020).

³¹⁸ Outra iniciativa que poderia ser citada é o aplicativo Moda Livre, desenvolvido pela ONG Repórter Brasil, que disponibiliza aberta e gratuitamente informações sobre marcas da moda no Brasil no tocante a políticas e práticas adotadas no combate ao trabalho em condição análoga à de escravo e o possível histórico de flagrantes em seus estabelecimentos. O acesso ao conteúdo pode ser feito tanto pelo celular como pelo endereço eletrônico <https://modalivre.org.br/>.

da origem da matéria-prima utilizada na confecção de suas roupas, do percentual de migrantes entre os trabalhadores empregados em toda a extensão da cadeia produtiva e das certificações que cada instalação envolvida apresenta, apenas para citar alguns dos aspectos considerados. Para o restante das empresas, o desempenho foi variado (Fashion Revolution Brasil, 2022; Júnior, 2022).

O enfoque nas maiores marcas e varejistas é justificado pela organização pelo fato de serem “elas as que causam os grandes impactos negativos sobre os trabalhadores e o meio ambiente e, portanto, têm maior responsabilidade em mudar sua forma de operar” (Fashion Revolution Brasil, 2022, p. 3). É por isso que, ainda que as chances de incidência de trabalho escravo sejam maiores na ponta da cadeia – a dizer, nas oficinas subcontratadas, principalmente aquelas em situação irregular ou “clandestina” –, as operações de fiscalização atualmente tendem a priorizar as empresas do “circuito superior” da moda, que são as que têm, efetivamente, o poder econômico para dirigir o processo produtivo, estipular prazos e valores, entre outras atribuições (Etzet, 2020)³¹⁹. Buscar-se-ia, assim, induzir “mudanças de postura por parte da classe empresarial, que, a fim de evitar represálias, passa a cumprir com obrigações antes negligenciadas e a criar novos mecanismos de controle em toda a cadeia produtiva” (Etzet, 2020, p. 514). Tal abordagem resulta de uma transformação institucional pela qual passaram os agentes fiscalizadores do Estado, considerando que, até pelo menos meados dos anos 2000, suas operações se voltavam mais enfaticamente à responsabilização dos próprios migrantes por sua situação de exploração laboral, nutrindo nessas pessoas o perene receio da deportação e inibindo, por conseguinte, suas possibilidades de denunciar a realidade à qual estavam submetidas (Etzet, 2020).

A falta de transparência nas cadeias produtivas da moda detectada nos trabalhos da Fashion Revolution Brasil (2022) traz um alerta sobre a possível ocorrência de violações de direitos de trabalhadores de forma velada. Há de se ter em mente que a terceirização, “quarteirização” ou “quinteirização” recorrentes no setor podem não ser apenas meios para se baratarem custos e, logo, obterem ganhos de competitividade em um mercado altamente

³¹⁹ Como uma derivação dessa óptica, poder-se-ia, então, concluir ser imprudente equiparar a situação de boa parte dos paraguaios donos de oficinas com a dos atores com maior capacidade econômica na cadeia de produção no momento de se aferirem responsabilidades. De certa forma, é algo que também se pode desprender de uma fala de Humberto Jara, fundador da associação Japayke – formada por migrantes paraguaios radicados em São Paulo em 2010 e atuante, durante os anos em que existiu, na questão do trabalho no setor de confecção, conforme apresentado no Capítulo 3 –, transcrita a seguir: “Estamos falando de pessoas que pouco conhecem sobre seus direitos, que deixam a enxada para vir costurar no Brasil. Antes de cobrarmos que se sindicalizem, que se registrem, vamos conversar para conhecer a realidade com a qual convivem. Caso apenas criminalizemos os paraguaios que comprem máquinas para produzir para grandes redes, e que são tão miseráveis quanto os outros que costumam, teremos muito mais gente na cracolândia” (CUT, 2010; o trecho também é reproduzido em Ramírez, 2014, p. 101).

disputado, mas, também, para se esquivar de eventual responsabilização por emprego de força de trabalho em condição análoga à de escravo. É possível supor que, muitas vezes, tal estratégia corresponda, na prática, a uma terceirização, “quarteirização” ou “quinteirização” da escravidão dita “moderna”, levando-se em conta que, ao recorrerem a ela, grandes grifes e varejistas se absteriam do “trabalho sujo” de submeter empregados sob contratos seus ao trabalho forçado, em condições insalubres etc., já que, pela dinâmica do circuito por elas encabeçado, a exploração laboral seria perpetrada por oficinas subcontratadas³²⁰. É o que as mudanças no *modus operandi* das instituições de fiscalização, ao que consta, têm visado contornar.

Da perspectiva dos migrantes, a relação especificamente com os empregadores das oficinas nas quais vão, de fato, desempenhar o seu trabalho, pode ser ambígua. Por um lado, há a provável ciência de toda a gama de possíveis violações de direitos a serem experimentadas, como a sujeição a um “período probatório” – no qual o trabalhador recém-incorporado recebe moradia e comida, mas tem seus ganhos descontados (por dias ou até meses) para recompensar o empregador por ter coberto os gastos de sua viagem – ou um “período de aprendizado” – que tampouco é remunerado, correspondente ao tempo do qual eventualmente se necessite para ser instruído ao desempenho do novo ofício (Oliveira, 2011). Por outro lado, autoras como Etzel (2020) percebem que, em muitos casos, é possível que o migrante sinta alguma gratidão pela pessoa que o empregou, que, não rara vez, é um compatriota ou, até mesmo, um parente seu. Este, no caso, seria visto pelo migrante como alguém que lhe ofereceu uma oportunidade de sustento em um momento difícil de vida, ainda que em condições distantes do que consideraria ideal.

Outro aspecto que ilustra a complexidade dessa relação entre o trabalhador migrante e o dono da oficina é o de se morar, muitas vezes, no local de trabalho. Em entrevistas conduzidas por Etzel (2020) com bolivianas, houve manifestações positivas a respeito desse fato, considerado oportuno por algumas sobretudo no início, quando a situação de residência

³²⁰ Ao estarem submetidas, de igual modo, ao funcionamento do capitalismo em seu estágio atual, cujo avanço se sustenta em formas arcaicas de exploração, outras cadeias produtivas operam de maneira similar, como é o caso, em alguma extensão, daquela que tem como produto o chocolate. Conforme sintetizado por Ulin (2022), já na época do comércio colonial transatlântico, a atividade voltada ao abastecimento do mercado europeu se respaldava na exploração da força de trabalho de africanos e descendentes escravizados no Caribe e no litoral tropical sul-americano, de onde provinha a matéria-prima, em especial, o cacau e a cana de açúcar. O primeiro, nativo da Mesoamérica, foi levado pelos britânicos à costa ocidental da África no início do século XIX, mais precisamente, a porções de terra hoje pertencentes aos Estados de Gana e Costa do Marfim. Nestes, que são, atualmente, os maiores fornecedores de cacau de, no mínimo, uma boa parcela das grandes companhias produtoras de chocolate no mundo, verificar-se-ia, com alguma frequência, a incidência de tráfico de crianças para as tarefas de cultivo e colheita do fruto. Nas fazendas onde se dão ditas atividades, os proprietários também seriam, geralmente, pessoas de baixa renda, de modo que a real rentabilidade com a exploração do trabalho infantil nessas propriedades seria desfrutada apenas pelas grandes marcas de chocolate, situadas no “circuito superior” da referida cadeia. Para detalhes, consultar Ulin (2022).

no país não está regularizada e os preços de aluguéis são inacessíveis perante os recursos dos quais dispõem. A alimentação também aparecia como uma vantagem nos relatos, tendo em conta os casos em que as refeições são feitas no próprio estabelecimento, o que, na perspectiva de uma das entrevistadas, lhe permitia se preocupar exclusivamente com a tarefa de costurar, pois todo o resto já estaria ali, ao seu alcance (Etzet, 2020). No que concerne às mães, em particular, residir em uma oficina pode significar conseguir estar mais próxima dos filhos e cuidar deles durante o trabalho, quando as possibilidades de os ter em uma creche, por exemplo, são restritas ou inviáveis (Magalhães; Bógus; Baeninger, 2018).

Submeter-se a um ofício de caráter, no mínimo, desgastante também pode ser algo visto pelos migrantes como uma etapa ou “um preço a se pagar” para a consecução de uma futura mobilidade social, conforme sugerido em estudos como o de Souchaud (2011), citado no Capítulo 3. Além disso, retornando-se a atenção a Etzel (2020), verifica-se que parte de suas entrevistadas, ainda que reconhecessem as extenuantes condições impostas em seu trabalho, declaravam que, no caso de não cumprir com elas, outras se disporiam a fazê-lo, ocupando, assim, o seu lugar. Algumas, em seu entendimento, resistiam até mesmo a enquadrar o regime laboral exploratório ao que estavam submetidas como “trabalho escravo”. No depoimento de uma delas, que, nos primeiros meses de residência no Brasil – os piores de sua vida, como ela o define –, trabalhava de segunda a sábado das 7:00 da manhã até meia-noite – além de algumas horas nos domingos, pois, ainda que fosse opcional, “não veio para descansar nem para ter férias” –, consta a seguinte declaração:

Trabalho escravo são aquelas crianças que estão quebrando castanha ou estão nas minas de carvão. São crianças! A gente já adulta, a gente sabe o que quer. O que a gente faz é ganhar a vida, o que a gente faz é conseguir as nossas metas, os nossos objetivos, comprar as nossas coisas, sabe? O nosso é trabalho duro (Etzet, 2020, p. 518).

O receio quanto à fiscalização por parte dos órgãos estatais competentes, de igual modo, aparece em relatos coletados por Etzel (2020). Em alguns deles, as operações contra casos de trabalho escravo são apontadas como algo que não traz benefícios aos migrantes, “uma vez que ao interromper a situação de violação, poucas alternativas de emprego e renda lhes são dadas” (Etzet, 2020, p. 518). A complexidade da problemática leva a pesquisadora, enfim, a concluir que

Apesar de a repressão ao crime ser essencial para barrar violações de direitos humanos e punir os responsáveis por elas, a política pública de combate ao trabalho escravo, que também prevê ações de prevenção e reinserção dos resgatados ao mercado de trabalho, permanece com o desafio de integrar tais ações de modo a possibilitar alternativas reais de trabalho digno aos trabalhadores. (Etzet, 2020, p. 518).

A dimensão dos desafios envolvidos, como é possível complementar alinhado ao que já se suscitou em outros momentos desta tese, se estende aos limites da própria dinâmica do capital, com todas as suas contradições, de modo que a devida resposta a esses desafios certamente extrapola as competências de qualquer superintendência.

Não raramente associado ao trabalho escravo, vale ressaltar, está o tráfico de pessoas. No âmbito do Direito Internacional Público, um dos principais instrumentos que abrangem tal crime é o “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças” – também conhecido como “Protocolo de Palermo”, de 2000 –, incorporado à legislação brasileira por meio do Decreto Nº 5.017, de 12 de março de 2004. Define-se o tráfico de pessoas nesses dispositivos como

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (Brasil, 2004, art. 3º, alínea “a”).

Nota-se, no trecho exposto, que há dois conjuntos de elementos definidores do tráfico de pessoas, sendo um relacionado aos meios utilizados para se recrutar, transportar e alojar uma pessoa – como a coerção, a fraude e a manipulação – e o outro, à finalidade de exploração, que, em suas variações previstas, inclui também as situações de trabalho em condição análoga à de escravo³²¹. Também neste caso, a verificação do consentimento por parte da vítima é dispensável para que esteja caracterizado o crime, conforme explicitado na alínea “b” do mesmo artigo (Brasil, 2004).

Um dos exemplos que se pode mencionar de tráfico de pessoas é o de paraguaias levadas de seu país à Espanha para fins de exploração sexual, conforme abordado por Salinas (2019). Com falsas promessas de trabalho bem remunerado no exterior – vindas, muitas vezes, de alguém da família ou do círculo de amizades – e, em alguns casos, despesas de alimentação

³²¹ No ordenamento jurídico de países como os Estados Unidos, encontram-se termos que, no uso cotidiano do idioma inglês, podem ser tomados como sinônimos, mas que se referem a crimes distintos. Fala-se, nomeadamente, de “*human smuggling*” – em alusão, geralmente, a empresas e outros agentes que transportam migrantes que, voluntariamente, querem entrar no país, mas que não têm a documentação requerida para tanto – e “*human trafficking*” – que corresponderia mais precisamente à definição de “tráfico de pessoas” do Protocolo de Palermo, concernente à exploração de corpos humanos em atividades como a prostituição ou o trabalho escravo (ICE, 2017). No castelhano, também se estabelece essa diferenciação, embora os termos equivalentes sejam, respectivamente, “*tráfico de personas*” y “*trata de personas*” (ICAT, 2016).

e transporte ao lugar de destino pagas, por um lado; e com a expectativa de superação de problemas econômicos, por outro, muitas mulheres – sobretudo quando provenientes de zonas rurais e em situação de pobreza – se tornam mais suscetíveis a serem vítimas do referido crime e, assim, se verem coagidas à atividade da prostituição em outro continente (Salinas, 2019). É o que teria ocorrido com uma jovem de Caaguazú mencionada pela autora, sobre a qual se comenta, ainda, que “sua especial vulnerabilidade se vê acrescentada por três fatores: a dívida contraída, ter que viver no apartamento onde é obrigada a exercer a prostituição e não dominar em plenitude o castelhano, [...] dado que sua língua materna é o guarani”³²² (Salinas, 2019, p. 91 – tradução livre)³²³.

No Brasil, prevê-se a possibilidade de concessão de autorização de residência à vítima de tráfico de pessoas – seja no caso de exploração sexual, servidão ou qualquer outro previsto pela lei correspondente –, assim como “de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória”, nos termos da Portaria nº 87, de 23 de março de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2020b)³²⁴. A lei seria uma das formas de brindar proteção a migrantes em situação considerada vulnerável. Ainda assim, ao menos no setor de confecção, “a denúncia por parte dos próprios costureiros, apesar de existir, não é comum”, de acordo com Etzel (2020, p. 516). A resistência a expor eventuais responsáveis pelo tráfico de pessoas e a submissão a trabalhos em condição análoga à de escravo pode se sustentar por diversos fatores, entre eles, a ambígua relação de exploração e gratidão que há entre o patrão e o migrante em alguns casos (Etzel, 2020), conforme citado anteriormente.

³²² Trecho original, em castelhano: “*Su especial vulnerabilidad se ve acrecentada por tres factores: la deuda contraída, tener que vivir en el piso donde es obligada a ejercer la prostitución y no dominar en plenitud el castellano, a pesar de que es idioma oficial en Paraguay, dado que su lengua materna es el guaraní*” (Salinas, 2019, p. 91).

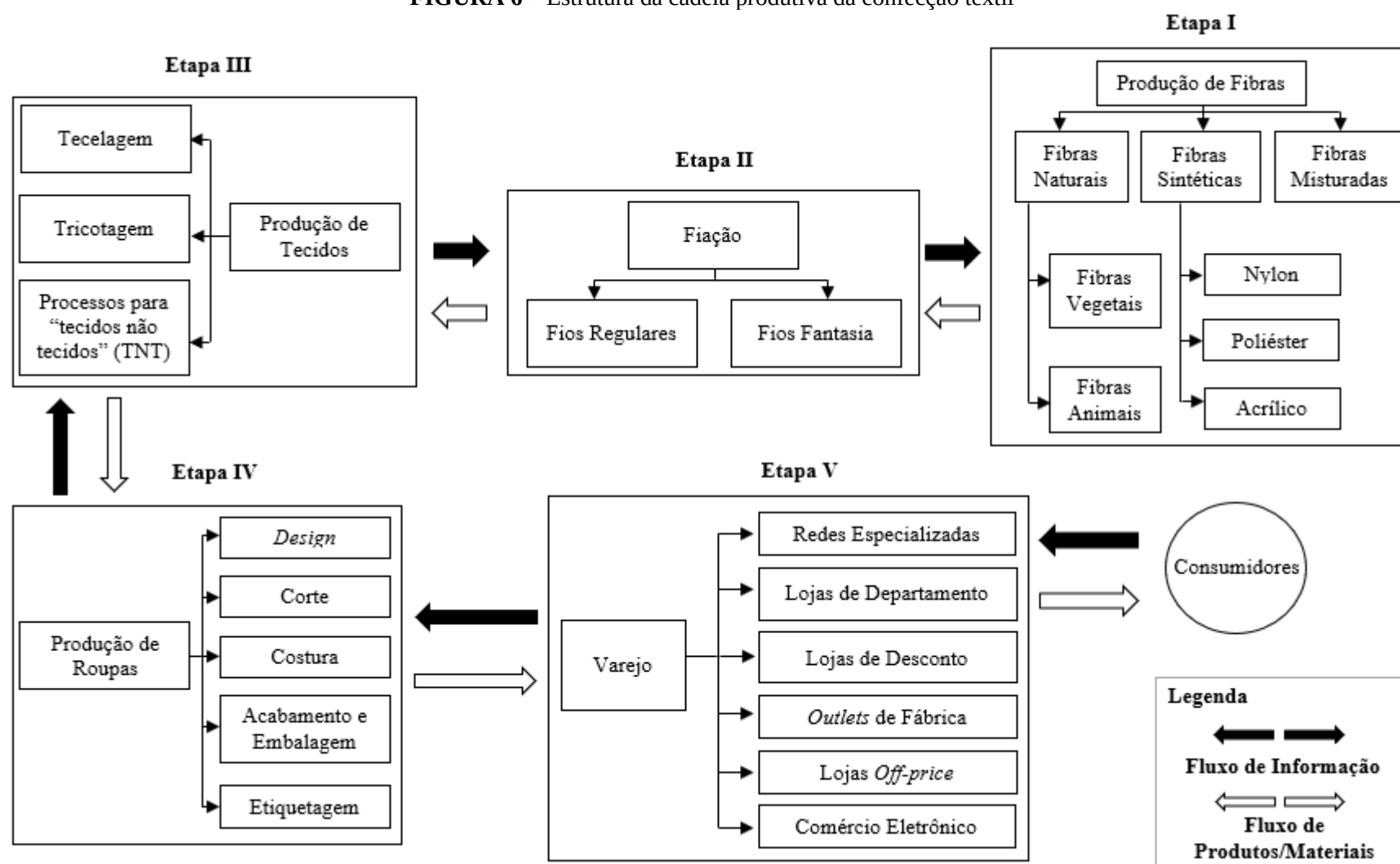
³²³ Trata-se de um tema que também tem repercussão na mídia internacional. A título de ilustração, a rede espanhola RTVE, em 2010, realizou uma reportagem intitulada “Vendidas como Escravas” (“*Vendidas como Esclavas*”, no original), na qual se lançava luz sobre paraguaias vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual na Espanha, algumas com passagem pela Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Uma das mulheres entrevistadas conta que, em um momento de vida em que se encontrava endividada e buscando alternativas de renda para cuidar da família, uma ex-cunhada lhe propôs um trabalho como empregada doméstica naquele país europeu. A partir de sua aceitação, uma série de outros atores seriam mobilizados, entre eles, o advogado que financiaria a viagem de saída do Paraguai. Ao chegar no exterior, todavia, a mulher, à revelia das promessas que lhe foram feitas, acabaria sendo forçada a trabalhar em uma casa de prostituição, onde cobranças pelos gastos com passagem e estadia e ameaças em caso de denúncia da situação às autoridades a manteriam por algum tempo, até o dia em que conseguiu escapar e voltar a seu país de origem (RTVE, 2010).

³²⁴ O texto sucede um conjunto de outros dispositivos revogados ao longo da década de 2010, como as Resoluções Normativas nºs 93 e 122, de, respectivamente, 21 de dezembro de 2010 e 3 de agosto de 2016, ambas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (CNIg, 2010; 2016).

4.3 A cadeia da confecção têxtil em toda a sua extensão e os postos nos quais se encontram os paraguaios em São Paulo na atualidade

Há uma ampla gama de atividades laborais desempenhadas e profissionais mobilizados para que uma peça de roupa possa ser vestida por um consumidor em sua casa. Com o intuito de ilustrar toda essa cadeia produtiva, lançou-se mão de um modelo desenvolvido por Giri e Rai (2013). Embora concebido com base na realidade da Índia – o que, sendo assim, requer admitir-se a existência de particularidades na dinâmica produtiva de outros lugares, inclusive naqueles em que o referido processo pode perpassar mais de um país, seja no fornecimento de matéria-prima, na comercialização do produto final etc. –, avalia-se ser pertinente sua utilização como referência para se compreender a cadeia na qual estão inseridas as unidades produtivas de São Paulo que empregam paraguaios. O modelo, com ajustes feitos por nós – que se expressam tanto na tradução dos termos usados como em pequenas alterações na diagramação do fluxograma, sem prejuízo ao conteúdo original –, consta na Figura 6. É preciso recordar, conforme esclarecido na Introdução desta tese, que, tecnicamente, a confecção é uma atividade que se situa na ponta do que se denomina “indústria têxtil” (Pereira, 2009), formada pelo conjunto de processos identificados na esquematização abaixo. Ao se reconhecer, no entanto, que as unidades produtivas atuantes em toda a extensão dessa indústria não necessariamente estão vinculadas à finalidade de confecção de roupas – podendo oferecer seus produtos até mesmo como finais no mercado (Pereira, 2009) –, optou-se, neste trabalho, pelo emprego do termo “cadeia produtiva da confecção têxtil”, de modo a não só dar ênfase à confecção de roupas propriamente dita, mas, também, levar-se em conta todos os processos ou etapas produtivas precedentes e necessárias para que a referida atividade possa, efetivamente, acontecer, assim como todas as unidades inseridas na indústria têxtil em sua concepção mais ampla, mas especificamente envolvidas com a produção final de peças de vestimenta.

FIGURA 6 – Estrutura da cadeia produtiva da confecção têxtil



Fonte: Traduzido e adaptado de Giri e Rai (2013).

Identificam-se, na Figura 6, cinco estágios da cadeia produtiva da confecção têxtil. O primeiro deles é o de produção de fibra, a matéria-prima básica de peças de vestuário. Esta se subdividiria em três categorias, sendo elas a de fibras “naturais” – que abrangeriam aquelas de origem vegetal, como o algodão, e animal, como a lã e a seda, todas produzidas por empresas agrícolas –, “sintéticas” ou “artificiais” – geradas, via de regra, a partir de petróleo, carvão ou óleo de rícino, como o poliéster, o nylon e o acrílico – e “mistas” – uma combinação dos dois tipos anteriores (Giri; Rai, 2013).

Já o estágio seguinte seria o de fiação, que concerne a todo o processo de transformação das fibras naturais, sintéticas ou mistas em fios. Estes, no fluxograma, se subdividem em “regulares” e “fantasia” (termo comumente empregado em português como tradução de “*fancy yarn*”), sendo que o último se distinguiria pela introdução deliberada de “irregularidades, descontinuidades e variações de cor” na estrutura do fio com a intenção de gerar “impressões estéticas e elegantes mais intensas” (Elmogahzy, 2020, p. 236 – tradução livre)³²⁵.

Subsequentemente, tem-se a fabricação de tecidos, que pode se repartir em pelo menos três modalidades. Na tecelagem (“*weaving*”) e na tricotagem ou malharia (“*knitting*”), fios constituídos na etapa anterior seriam entrelaçados para se formar um tecido, embora a partir de técnicas ou instrumentos distintos. Na última, por exemplo, o trabalho é feito por meio de agulhas de tricotar, seja manual ou mecanicamente, formando-se uma malha. Já nos processos para “tecidos não tecidos” (“*non-woven process*”), dispensa-se o uso de fios como intermediários, formando-se tecidos diretamente a partir de fibras (Elmogahzy, 2020, p. 266). Após a fabricação do tecido, realiza-se seu tingimento, estampagem e acabamento (Giri; Rai, 2013).

A quarta etapa, por sua vez, consistiria na confecção de roupas propriamente dita. As tarefas envolvidas para sua consecução, entretanto, são diversas. A primeira apontada na Figura 6 é a do *design* das peças, realizado com base em tendências de mercado, necessidades percebidas entre potenciais consumidores e previsões de demanda. Trata-se de um trabalho que pode ser tanto desempenhado dentro de uma própria grife como terceirizado (Giri; Rai, 2013). Posteriormente está o corte do tecido fabricado na etapa anterior em formas e tamanhos específicos, dependendo das roupas que se pretende confeccionar (Giri; Rai, 2013). Uma das

³²⁵ Trecho original, em inglês: “*Fancy yarns, also called novelty or effect yarns, represent another category of yarns in which deliberate irregularities, discontinuities, and color variations are introduced into the yarn structure with the primary intention being the production of enhanced aesthetic and fashionable impressions*” (Elmogahzy, 2020, p. 236).

técnicas comumente empregadas para tanto é a da enfiagem, na qual camadas de tecido são dobradas e sobrepostas umas às outras para, ato seguido, receberem o devido corte, podendo o procedimento ser realizado por máquinas chamadas enfiadeiras, com a finalidade de conferir maior agilidade e precisão ao serviço. Uma vez separados os pedaços de tecido, procede-se à sua costura, dando forma às peças de vestimenta. O produto, então, passa por uma revisão para fins de reparo de imperfeições, acabamento e limpeza, até ser embalado e etiquetado. A partir disso, dar-se-ia sua comercialização, correspondente à última etapa da cadeia, que poderia ser feita tanto em grandes lojas de departamento como em boutiques de bairro e no comércio eletrônico, entre vários outros meios (Giri; Rai, 2013).

Atentando-se mais especificamente aos paraguaios na RMSP, a fonte de dados mais adequada para se verificar a partir de que postos de trabalho ocorre sua inserção na cadeia produtiva descrita acima é, possivelmente, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dado o seu enfoque no mercado laboral. Vale recordar, entretanto, que nela são levados em conta apenas os vínculos formais de trabalho, aspecto especialmente relevante de se ressaltar no que tange aos migrantes aos quais nos referimos, que, com alguma frequência, atuam no mercado informal ou abrem suas próprias oficinas – conforme já apontado em trechos retirados da bibliografia especializada e verificado com alta recorrência nas entrevistas realizadas para esta tese, abordadas no próximo capítulo –, escapando, no mínimo em larga medida, do alcance de registros administrativos e demais fontes de dados oficiais.

Considerando o período de 2003³²⁶ a 2021, é pertinente salientar, em primeiro lugar, que, dos 39 municípios que compõem a RMSP, 24 tiveram ao menos um registro de paraguaios em ocupações relacionadas à cadeia produtiva da confecção têxtil ao longo desses anos. São Paulo, contudo, respondeu sozinho por 93% dos casos, seguido por Guarulhos, com 5%. Em segundo lugar, a referência adotada para se considerar o posto de trabalho ocupado por um paraguaio como pertencente ao âmbito da confecção foi a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002. Abrangeram-se ocupações de todos os possíveis estágios urbanos de produção da cadeia, com exceção do último, relacionado às vendas, já que, da forma como estão definidos os postos relacionados a essa atividade na CBO, não seria possível distinguir em quais se trabalhava com peças de vestuário³²⁷. Nosso esforço, logo, foi o de abarcar todos os trabalhos em que é certa ou altamente provável a vinculação com a produção de roupas – e

³²⁶ A base consultada para o acesso aos resultados anuais da RAIS (PDET, 2023) traz dados sobre paraguaios dissociados de migrantes de outras nacionalidades sul-americanas desde 2002. Nesse ano, porém, não foram registradas pessoas nacionais do Paraguai em trabalhos da indústria têxtil na RMSP.

³²⁷ O mesmo acontece com funções como a de cozinheiro, frequentes em oficinas de costura com presença de migrantes internacionais, mas desconsideradas no levantamento feito por nós.

calçados, eventualmente – em etapas anteriores à comercialização desses produtos. A imensa maioria das ocupações observadas, de qualquer forma, corresponde à quarta etapa da Figura 6, sendo que as demais se distribuem pelas Etapas 3 e, em menor volume, 2. Na Tabela 34 estão organizadas todas em que houve ao menos um registro de paraguaio entre 2003 e 2021, agrupadas pelos critérios de família ocupacional da própria CBO. O volume atribuído a cada ocupação diz respeito ao acumulado de registros anuais durante todo o período, não devendo ser interpretado, portanto, como o estoque atual de paraguaios em cada uma delas. A título de esclarecimento, pode-se dizer que, se um paraguaio foi registrado em determinada ocupação em 2003 e permaneceu nela ininterruptamente até 2021, por exemplo, ele terá sido contado dezenove vezes, e não apenas uma, de modo que a opção por expor essas cifras na tabela foi a de tão-somente evidenciar a relevância de determinados postos de trabalho em comparação com outros no que se refere à inserção de paraguaios no setor de confecção têxtil da RMSP. Elucidase, por fim, que os vínculos empregatícios considerados foram aqueles ativos no dia 31 de dezembro de cada ano.

TABELA 34 – Registros de paraguaiois no mercado formal da confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por ocupação, 2003-2021

(continua)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			
Família da ocupação	Cód. Ocup.	Ocupação	Nº de registros (soma no período)
Técnicos têxteis	3116-15	Técnico têxtil de fiação	1
Coloristas	3117-10	Colorista têxtil	8
Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos	3188-10	Modelista de roupas	110
Técnicos do vestuário	3191-10	Técnicos em confecções do vestuário	1
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina	5163-25	Passador de roupas em geral	122
Lavadores e passadores de roupa à mão	5164-15	Passador de roupas à mão	107
Supervisores da indústria têxtil	7601-05	Contramestre de acabamento (indústria têxtil)	1
	7601-10	Contramestre de fiação (indústria têxtil)	1
	7601-25	Mestre (indústria têxtil e de confecções)	20
Supervisores na confecção do vestuário	7603-05	Encarregado de corte na confecção do vestuário	15
	7603-10	Encarregado de costura na confecção do vestuário	41
Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis	7610-05	Operador polivalente da indústria têxtil	3
Operadores de tear e máquinas similares	7613-09	Tecelão (tear automático)	7
	7613-27	Tecelão de malhas à máquina	2
	7613-30	Tecelão de malhas (máquina circular)	1
	7613-60	Passamaneiro à máquina	2
Trab. de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis	7614-10	Estampador de tecido	36
	7614-15	Operador de calandras (tecidos)	3
	7614-30	Operador de máquinas de lavar fios e tecidos	1
Inspetores e revisores de produção têxtil	7618-10	Revisor de fios (produção têxtil)	1
	7618-15	Revisor de tecidos acabados	12
Trabalhadores do curtimento de couros e peles	7622-05	Curtidor (couros e peles)	9
Trabalhadores do acabamento de couros e peles	7623-05	Estirador de couros e peles (acabamento)	1
	7623-10	Fuloneiro no acabamento de couros e peles	5

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

TABELA 34 – Registros de paraguaiois no mercado formal da confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por ocupação, 2003-2021

(conclusão)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			
Família da ocupação	Cód. Ocup.	Ocupação	Nº de registros (soma no período)
Profissionais polivalentes da confecção de roupas	7630-0	Alfaiate	18
	7630-1	Costureira de peças sob encomenda	226
	7630-1	Costureira de reparação de roupas	113
	7630-2	Costureiro de roupa de couro e pele	29
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	7631-0	Auxiliar de corte (preparação da confecção de roupas)	68
	7631-1	Cortador de roupas	161
	7631-1	Enfestador de roupas	82
	7631-2	Riscador de roupas	2
	7631-2	Ajudante de confecção	379
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	7632-0	Costureiro de roupas de couro e pele à máquina na confecção em série	80
	7632-1	Costureiro na confecção em série	1.624
	7632-1	Costureiro à máquina na confecção em série	728
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	7633-0	Arremateira	41
	7633-1	Bordador à máquina	86
	7633-1	Marcador de peças confeccionadas para bordar	6
	7633-2	Operador de máquina de costura de acabamento	64
	7633-2	Passadeira de peças confeccionadas	265
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados	7640-0	Trabalhador polivalente da confecção de calçados	3
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	7641-0	Cortador de calçados à máquina (exceto solas e palmilhas)	1
Operadores de máquinas de costurar e montar calçados	7642-0	Costurador de calçados à máquina	4
	7642-1	Montador de calçados	7
Trabalhadores de acabamento de calçados	7643-0	Acabador de calçados	15
Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos	7682-0	Bordador à mão	6
	7682-1	Cerzidor	7
Total			4.525

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Nota-se que há quatro famílias ocupacionais nas quais os paraguaios inseridos no mercado formal de trabalho da RMSP tendem a se concentrar, sendo elas as de “profissionais polivalentes da confecção de roupas”, “trabalhadores da preparação da confecção de roupas”, “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário” e “operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas”. Do acumulado de registros de 2003 a 2021, 88% se referem a essas quatro famílias. A de “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário”, por si só, compreendeu 54% do volume total, embora apenas três das quarenta e oito ocupações incluídas na Tabela 34 estejam por ela abarcadas.

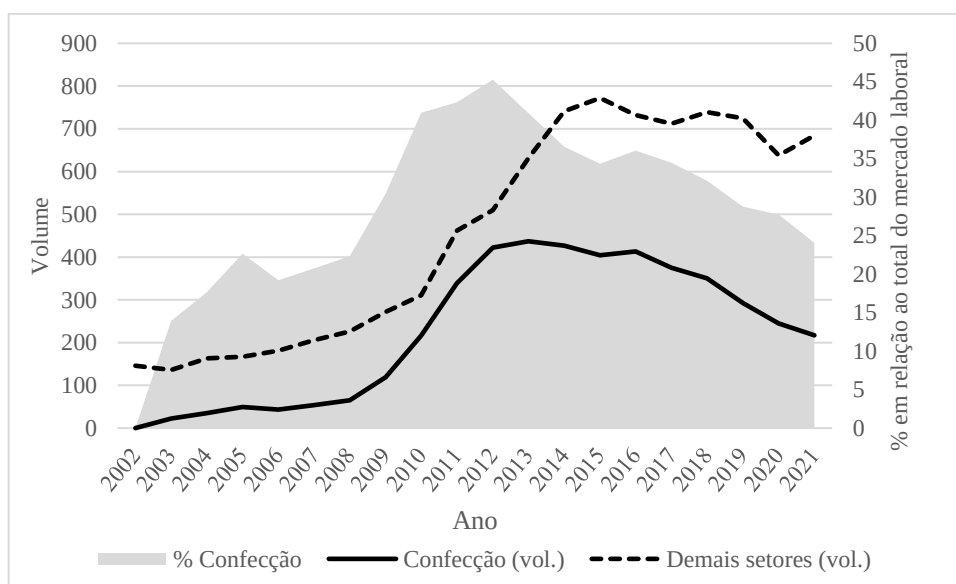
Ainda com base nos mesmos dados, pode-se afirmar que os paraguaios no ramo da confecção na Grande São Paulo se dedicam principalmente aos ofícios de “costureiro na confecção em série” e “costureiro à máquina na confecção em série”, tendo somados, respectivamente, 1.624 e 728 registros no período (36% e 16% do total). Fora das quatro maiores famílias ocupacionais, chamam a atenção as categorias de “passador de roupas em geral” e “passador de roupas à mão”, com 122 e 107 registros, na mesma ordem. É plausível supor que, além de trabalhadores de lavanderias, também estejam incluídos nelas, em alguma extensão, paraguaios efetivamente inseridos na cadeia de produção de roupas³²⁸ – ainda que conste na Tabela 34 a categoria específica de “passadeira de peças confeccionadas” –, motivo pelo qual foram levadas em conta no presente estudo.

Ainda tomando-se como referência as 48 ocupações previamente delimitadas, nota-se que o auge da presença paraguaia no mercado de trabalho formal da confecção têxtil na RMSP se deu entre 2012 e 2016. Nesse quinquênio, os volumes de trabalhadores paraguaios registrados no setor estiveram acima dos 400, com um pico de 437 em 2013. Já em termos relativos, o ano que se sobressai é o de 2012, quando 45% de todos os paraguaios com registro laboral na região estavam inseridos em postos na confecção. Evidenciar-se-ia entre os paraguaios em São Paulo, desse modo, a consolidação de um “nicho étnico”, nos termos de Waldinger (2005, p. 349), definido, conforme inicialmente exposto no Capítulo 1, como “um conjunto de atividades econômicas nas quais imigrantes estão fortemente concentrados”. No lustro subsequente, porém, os números passam a apresentar uma queda contínua, até atingirem, em 2021 – último ano com dados aos quais tivemos acesso –, seu menor volume (217) e

³²⁸ Justifica-se tal suposição não apenas pelo fato de se ter formado em torno da confecção um “nicho étnico” a paraguaios estabelecidos em São Paulo e por esse setor demandar os serviços de passadoria de roupas, mas, também, por conceberem-se possíveis erros ou imprecisões de classificação, pois as categorias “passador de roupas à mão” e “passador de roupas em geral” são amplas o suficiente para que, no momento de se enquadrar na CBO 2002 a situação de uma pessoa cujo trabalho é passar peças de vestuário após sua produção, possivelmente se caia, com alguma recorrência, em uma dessas duas categorias.

percentual (24%) desde o fim do decênio de 2000. Esse movimento, por outro lado, não necessariamente foi acompanhado pela dinâmica dos paraguaiois nas demais atividades econômicas. Ainda que o volume desses trabalhadores nunca mais viesse a se equiparar aos 772 contabilizados em 2015 – o ano de maior robustez –, houve, no período seguinte, alguns momentos de recuperação, sendo o último deles correspondente justamente a 2021, quando o número se aproximou dos 700. As variações descritas anteriormente estão ilustradas no Gráfico 21:

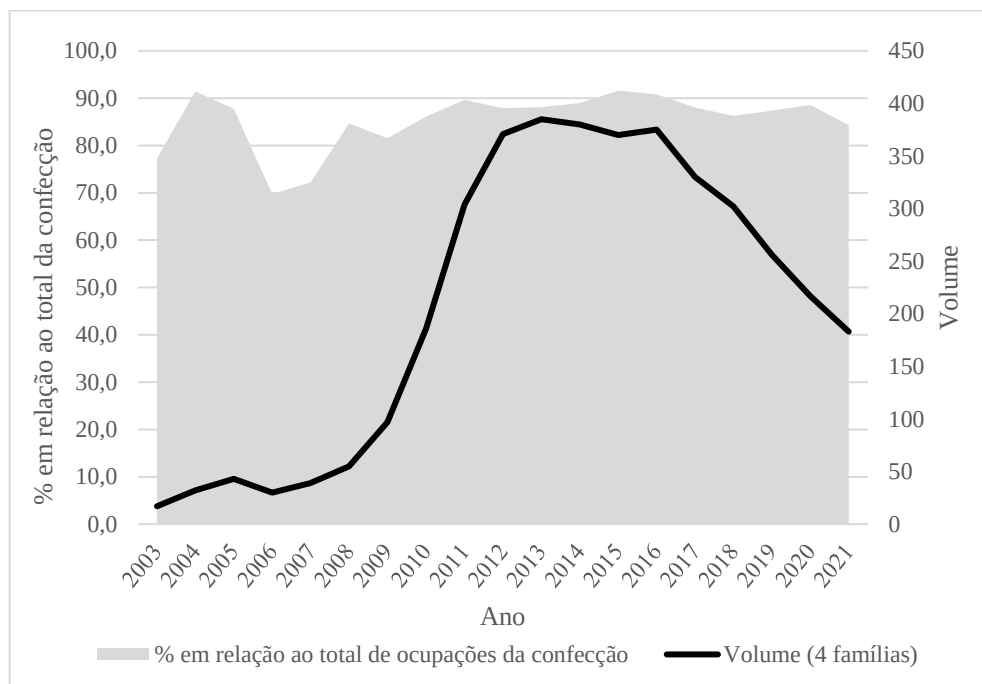
GRÁFICO 21 – Variação do volume de paraguaiois no setor da confecção têxtil e demais ocupações na RMSP e sua comparação com o total de migrantes de dita nacionalidade no mercado formal da região, 2002-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Focando-se nas quatro maiores famílias ocupacionais, deve-se explicitar, antes de tudo, que, ao corresponderem a algo em torno de 90% dos paraguaiois na confecção têxtil da RMSP na maior parte do período – em especial, na década de 2010 e, mais ainda, nos anos de “apogeu”, entre 2012 e 2016 –, a variação na curva de trabalhadores nelas inseridos coincide com o que se vira para o total do setor, conforme consta no Gráfico 22:

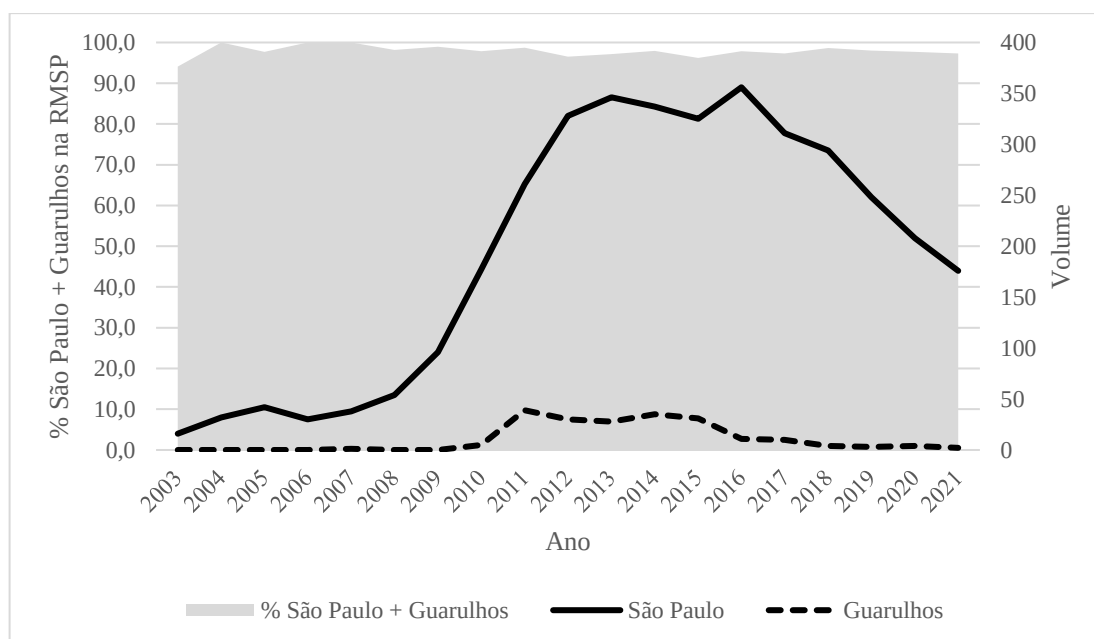
GRÁFICO 22 – Paraguaio nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção têxtil em volume e em relação ao total de pares seus no setor na Região Metropolitana de São Paulo, 2003-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

No que concerne aos municípios de inserção laboral, como já se havia adiantado, a quase totalidade dos paraguaio nas quatro maiores famílias ocupacionais da confecção têxtil entre 2003 e 2021 estava em São Paulo e, em menor medida, Guarulhos. No Gráfico 23, pode-se verificar a respectiva variação de volumes, assim como a quanto o somatório de trabalhadores desses dois municípios correspondia do total de paraguaio na RMSP inseridos no mesmo conjunto de atividades econômicas. Em Guarulhos, o ano com mais registros de paraguaio foi o de 2011, com 39 pessoas, ao passo que, em São Paulo, foi o de 2016, com um volume de 356.

GRÁFICO 23 – Paraguaios em São Paulo e em Guarulhos nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção por volume e percentual em relação ao total de migrantes da referida nacionalidade no mesmo conjunto de atividades na RMSP, 2003-2021

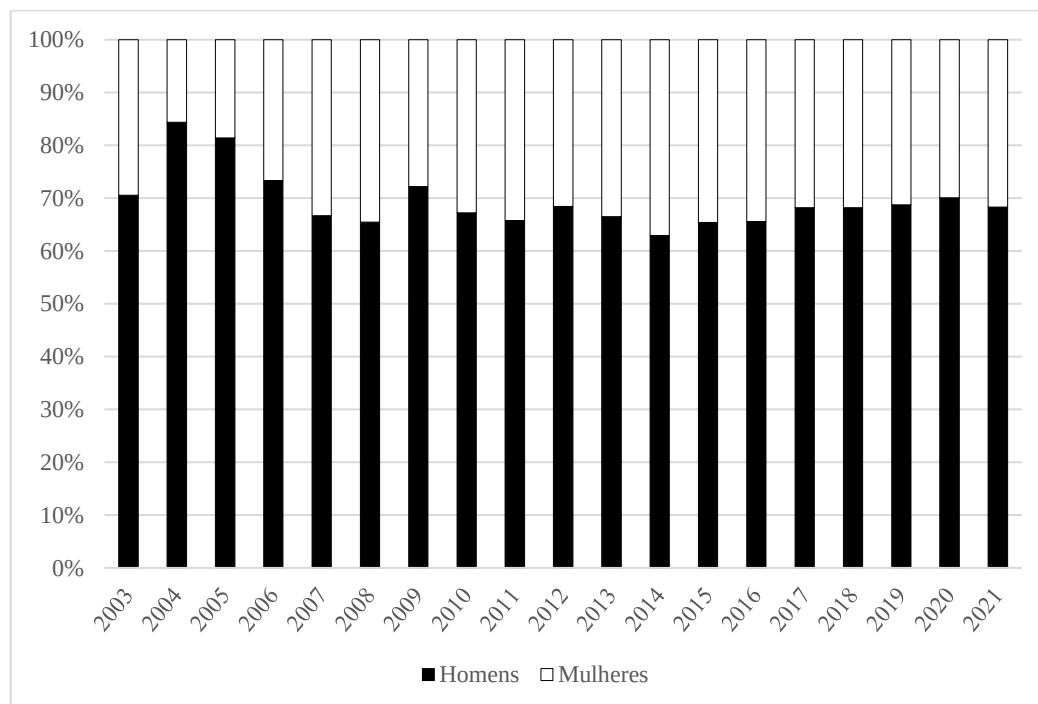


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Já no que diz respeito à distribuição por sexo, observa-se, no Gráfico 24, que os homens foram maioria em todos os anos de 2003 a 2021. O percentual de sua presença na soma de trabalhadores paraguaios nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção têxtil na RMSP oscilou entre 62,9% (menor valor, de 2014) e 84,4% (de 2004), com média próxima dos 70% no período³²⁹.

³²⁹ Tal tendência seria verdadeira também entre bolivianos e peruanos no setor, como pudemos constatar em estudo que realizamos em outra ocasião com dados da RAIS de 2019 (Correa, 2022b). Naquele ano, os percentuais de presença masculina entre esses contingentes de trabalhadores eram de, respectivamente, 61,7% e 69,1%, ambos, no entanto, superados pelos paraguaios, com 69,5% (Correa, 2022b).

GRÁFICO 24 – Distribuição relativa de paraguaiois nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por sexo, 2003-2021

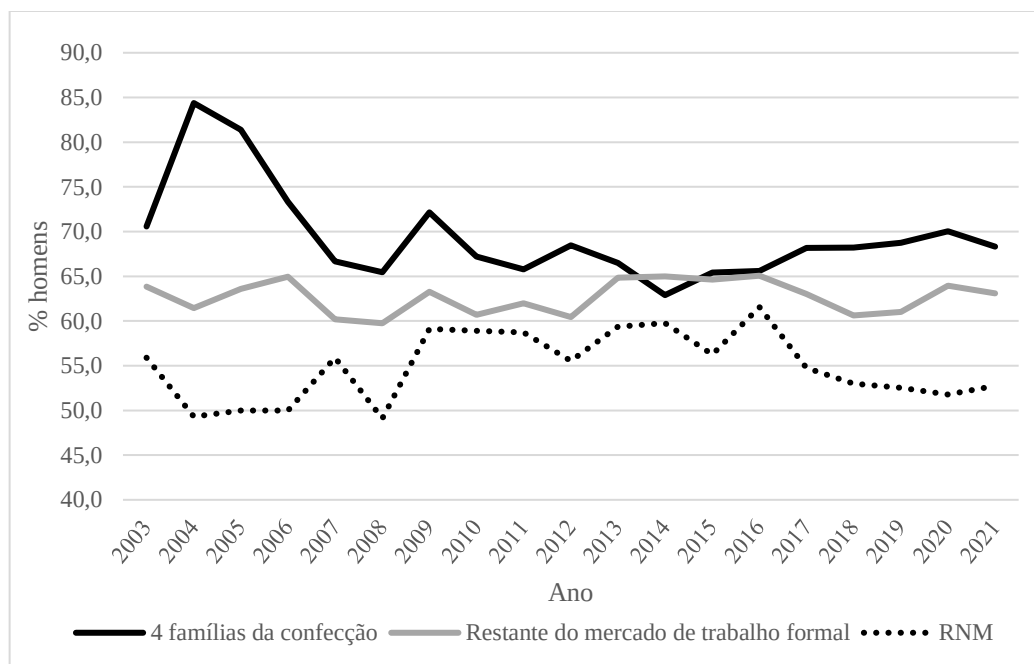


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Também entre paraguaiois no total das demais ocupações do mercado de trabalho formal da RMSPP os homens se revelam maioria, embora em níveis menores. Nesse caso, o percentual mais elevado de presença masculina foi de 65,1%, referente a 2016. Já quando se levam em conta os dados de autorizações de residência concedidas a paraguaiois anualmente como forma de se abranger um pouco mais extensivamente o conjunto de residentes dessa nacionalidade na capital paulista e arredores – não se restringindo, logo, às pessoas inseridas no mercado de trabalho formal –, o que se verifica é uma distribuição por sexo muito mais equitativa. Aqui, a marca de 60% de homens foi superada uma única vez, em 2016, quando atingiu os 61,6%, como se poderá verificar no Gráfico 25. Uma análise inicial desses dados sugere que o mercado de trabalho formal e, mais acentuadamente, o setor de confecção têxtil exercem uma considerável seletividade em favor dos homens. Isso porque as mulheres, que, no que se pode considerar como mais próximo do cômputo geral da população paraguaia residente na RMSPP, se apresentam em proporções não muito distantes daquelas referentes a seus pares do sexo oposto, terminariam por estar subrepresentadas na costura e demais postos de trabalho registrados. Uma das hipóteses que se pode lançar sobre isso é a de que as mulheres se dedicariam mais a ocupações laborais informais, incluindo-se o trabalho doméstico não remunerado, o que mereceria ser mais bem investigado em ocasião mais oportuna. Atendo-se à confecção têxtil, é interessante observar, em contrapartida, que, entre os brasileiros – que são

maioria no setor na RMSP³³⁰ –, são as mulheres as que respondem pela maior parcela dos trabalhadores. Pode-se mencionar, a título de exemplificação, que, em 2019, elas compunham mais de 70% da força de trabalho brasileira da referida indústria (Correa, 2022b).

GRÁFICO 25 – Percentual de homens entre paraguaios nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção têxtil, no restante do mercado de trabalho formal e nos Registros Nacionais Migratórios (RNM) na Região Metropolitana de São Paulo, 2003-2021



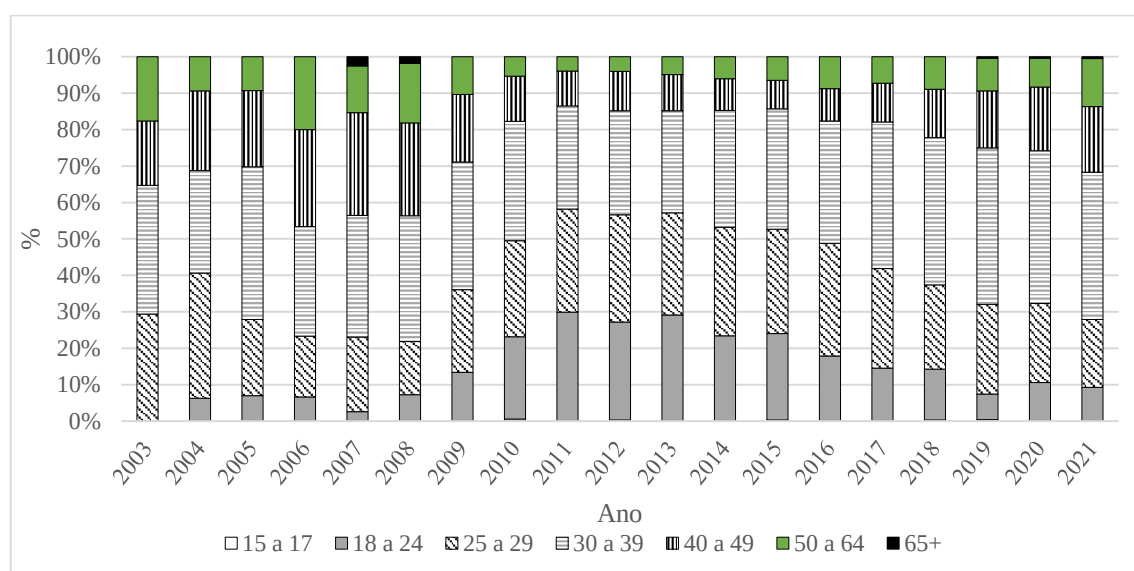
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023) e OBMIGRA (2023b).

No que tange à idade, é necessário enfatizar, antes de tudo, que a amplitude dos grupos etários delimitada na base de dados consultada não é uniforme, o que compromete comparações. Feito o esclarecimento, identifica-se como o grupo mais representativo entre os paraguaios da confecção na RMSP na maior parte do período de 2003 a 2021 o de 30 a 39 anos. Desde 2017, por exemplo, mais de 40% dos referidos migrantes têm idade contemplada por tal intervalo. Entre 2011 e 2014, por outro lado, observava-se um maior equilíbrio desse grupo etário com outros dois, relativos a indivíduos de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, cada um correspondendo a algo em torno de 30% do total. A partir de 2014, o grupo de idade mais tenra entre os últimos citados passa a perder representatividade. Em relação a idades mais elevadas, consta que adultos de 40 a 64 anos equivaliam, entre 2012 e 2016, a aproximadamente 15% do

³³⁰ Em 2019, por exemplo, no município de São Paulo, dos quase 34 mil trabalhadores situados nas quatro principais famílias ocupacionais da confecção têxtil anteriormente delimitadas, 94,5% eram brasileiros. Especificamente no caso dos homens que atuavam como “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário”, por sua vez, mais de 40% dos trabalhadores registrados na cidade eram bolivianos, paraguaios ou peruanos, o que revela a forte inserção de pessoas dessas nacionalidades nos postos de trabalho contemplados por dita categoria (Correa, 2022b; PDET, 2023).

total de paraguaio no setor de confecção, percentual que vem se elevando gradualmente, chegando a 31,1% em 2021, cifra mais alta do que aquela sustentada pelos pares de 18-29 nesse ano (27,9%). Significa dizer que, no cenário generalizado de queda nos volumes de paraguaio no mercado formal da confecção em São Paulo, os mais jovens se tornaram os menos representados nessa população, o que nos faz indagar se encontraríamos na informalidade uma contrapartida a tal movimento. Paraguaio com idades entre 15 e 17 e mais de 65 anos, por fim, nunca superaram a marca de um indivíduo em cada um desses grupos. A distribuição relativa dessas pessoas pode ser conferida no Gráfico 26:

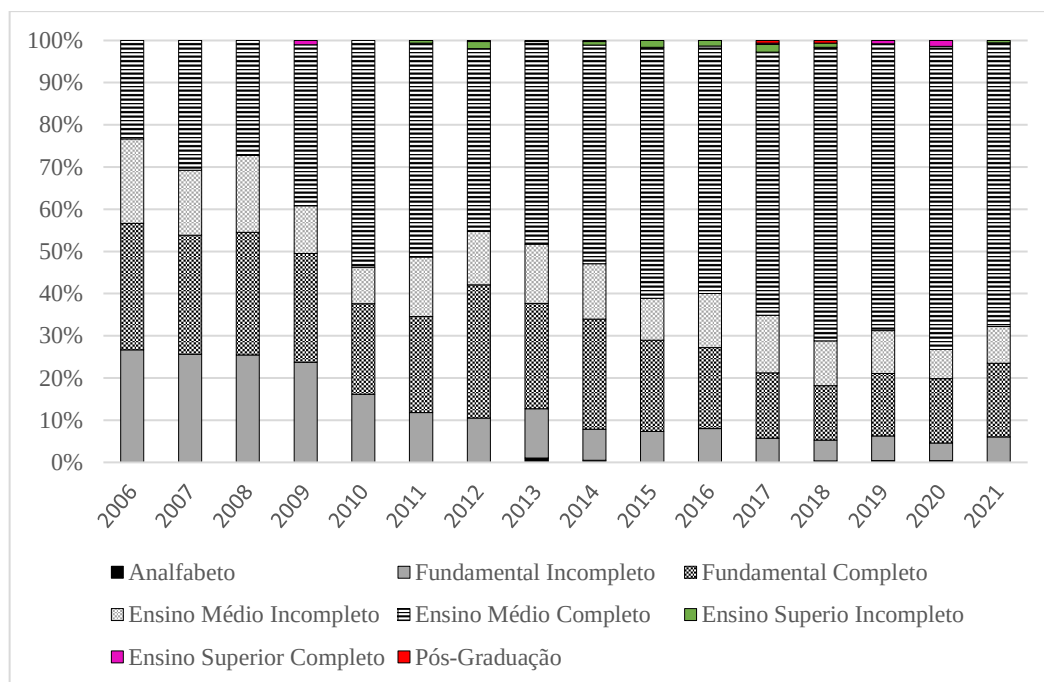
GRÁFICO 26 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por grupo etário, 2003-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Em relação à escolaridade, levando-se em consideração, excepcionalmente, o ano de 2006 como ponto de partida, destaca-se a situação dos paraguaio com ensino médio completo, o maior grupo em praticamente todos os anos analisados, constituindo-se como maioria absoluta nos períodos de 2010 a 2011 e 2014 a 2021. Em 2020, por exemplo, 72% dessa população detinha o citado nível de escolaridade, como se confere no Gráfico 27:

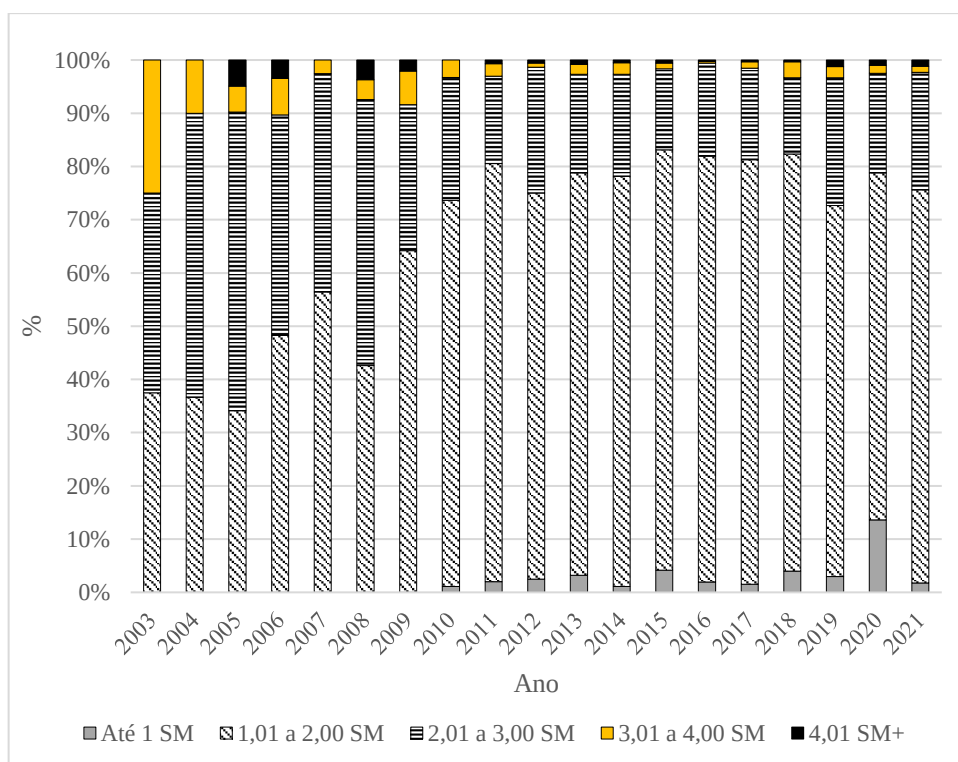
GRÁFICO 27 – Distribuição relativa de paraguaio nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por nível de escolaridade, 2006-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Sobre a remuneração, desconsiderando-se os registros com valores nulos ou iguais a zero, percebe-se que a maioria dos paraguaio no mercado formal da confecção na Região Metropolitana de São Paulo durante praticamente todo o período de 2003 a 2021 ganhou entre 1,01 e 2,00 salários-mínimos mensalmente, segundo o critério do salário recebido em dezembro de cada ano. O percentual de indivíduos inseridos nessa faixa de remuneração se mantém acima dos 60% desde 2009, exibindo seu nível mais elevado em 2016, quando o número se igualou a 80%. Tal predomínio está representado no Gráfico 28, a seguir:

GRÁFICO 28 – Distribuição relativa de paraguaiois nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por remuneração em dezembro (em salários-mínimos), 2003-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

Nota: Foram eliminados valores não classificados ou iguais a zero, mas não se fez qualquer outra correção na base original.

Concluindo-se a exposição de dados da RAIS, tem-se que, das quatro principais famílias ocupacionais para paraguaiois no setor da confecção têxtil da RMSP, a mais proeminente é a de “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário”, cuja parcela de trabalhadores inseridos nunca foi inferior a metade da população analisada. É nos anos mais recentes, contudo, que esse predomínio se revela em seus menores níveis, quando a atuação de paraguaiois especialmente como “trabalhadores da preparação da confecção de roupas” ganha um incremento, em termos relativos, conforme ilustrado no Gráfico 29:

GRÁFICO 29 – Distribuição proporcional de paraguaiois nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo, 2003-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

As variações de volumes em cada uma das ocupações que compõem essas quatro famílias – descendentes na série histórica, como se deve reiterar – podem ser apreciadas no Anexo III desta tese. Ao se analisarem esses dados, pede-se particular atenção à dinâmica das ocupações de “costureiro na confecção em série” e “costureiro à máquina na confecção em série”, que não só são as mais recorrentes entre paraguaiois nos registros da RAIS como também entre trabalhadores em situação informal, segundo os relatos coletados no trabalho de campo desta pesquisa, expostos no Capítulo 5.

Em resumo, pode-se dizer que os paraguaiois que ocupam postos de trabalho no mercado formal da confecção têxtil na RMSP nas primeiras décadas do século XXI estão altamente concentrados no município nuclear da região; são, em sua maioria, homens, mais proeminentemente em idades entre 30 e 39 anos, com ensino médio completo e rendimento de um a dois salários-mínimos; e se dedicam especialmente às ocupações de “costureiro na confecção em série” e “costureiro à máquina na confecção em série”, com os maiores volumes registrados entre 2012 e 2016. Algumas dessas características e tendências foram reforçadas e outras, atenuadas durante os primeiros anos da pandemia de Covid-19, cuja chegada ao Brasil foi oficialmente reconhecida em março de 2020, prontificando a adoção de medidas para a contenção da disseminação do vírus que incluíam o fechamento das fronteiras internacionais. Para finalizar este capítulo, reservar-se-ão as próximas linhas para considerações sobre os

efeitos desse cenário para as migrações paraguaias ao Brasil e, particularmente, São Paulo e sua inserção no setor de confecção têxtil.

4.4 Considerações acerca dos efeitos da pandemia de Covid-19 nas migrações paraguaias e em sua inserção no setor de confecção têxtil

Sobretudo nos primeiros meses que se seguiram à declaração de emergência sanitária pelo governo brasileiro por conta do advento da pandemia de Covid-19 – doença causada pelo SARS-CoV-2, da família dos coronavírus, que acomete mais sobressalentemente o sistema respiratório –, milhares de paraguaios buscaram retornar ao seu país de origem, seja em decorrência da perda de empregos e outros fatores que levaram à piora nas condições de vida, seja pelo ímpeto de estar mais próximo dos familiares em um cenário que suscitava profunda preocupação quanto à saúde e às incertezas do porvir, em seus vários âmbitos. Nesse movimento, depararam-se com medidas adotadas por um dos países que mais rápida e energicamente reagiam à penetração do vírus no continente sul-americano³³¹, que envolviam não só a restrição da circulação de pessoas nas ruas em horários preestabelecidos e a interrupção de atividades escolares e universitárias, mas, também, o cumprimento obrigatório de uma quarentena em albergues públicos por parte principalmente de cidadãos que almejassem ingressar em território paraguaio a partir do exterior (Última Hora, 2020; Mortari A. C., 2020a). Essas unidades, abertas pelo governo, funcionavam em “depósitos e outros edifícios de propriedade estatal como escolas”, chegando a somar 84 em todo o país no fim de maio de 2020 (Amnistía Internacional, 2020, p. 19 – tradução livre)³³².

Antes de o mês de junho daquele ano terminar, segundo a Anistia Internacional (2020, p. 4), cerca de oito mil pessoas já haviam passado pelos albergues, “em sua maioria, paraguaios e paraguaias que trabalhavam no setor informal do vizinho Brasil” (tradução

³³¹ O forte incentivo ao isolamento social como resposta à pandemia desde o seu início se justificava, entre outros fatores, pelo reconhecimento das limitações do sistema de saúde do país. Naquele momento, a população, de algo entre seis e sete milhões de habitantes, tinha à disposição apenas 775 leitos de terapia intensiva, distribuídos por todo o território nacional. Desses, não mais do que vinte contavam com respiradores (Duarte, 2020; Mortari A. C., 2020a). Anteriormente, no verão de 2019/2020, um surto de dengue já havia lançado luz sobre as limitações de hospitais e demais unidades de saúde para fazer frente a epidemias de maior dimensão (Caballero, 2020; Mortari A. C., 2020a).

³³² Trecho original, em castelhano: “A finales de mayo, las autoridades habían establecido 84 centros de cuarentena, en su mayoría en depósitos y otros edificios de propiedad estatal como escuelas, en los que habían ingresado a 1.834 personas” (Amnistía Internacional, 2020, p. 19).

livre)³³³, incluindo aqueles que se dedicavam à confecção em São Paulo³³⁴. Em seu retorno, muitos tiveram que aguardar por dias em postos de controle fronteira antes de serem autorizados a cruzar ao Paraguai e, efetivamente, cumprir a quarentena obrigatória. Cáceres e Acuña (2020), por exemplo, noticiam o caso de um jovem que esperou por seis dias na aduana de Ciudad del Este, tendo ao seu lado outras trezentas pessoas, que passavam seu tempo aglomeradas e sem acesso a condições adequadas de higiene pessoal, favorecendo a disseminação do vírus nesses espaços.

Nos albergues públicos, por sua vez, mormente entre abril e maio de 2020, houve uma série de denúncias relacionadas à falta de distanciamento entre os leitos usados pelos hóspedes temporários e lotação nas unidades, além de casos de pessoas cuja estadia ultrapassava os catorze dias inicialmente determinados (Cáceres; Acuña, 2020; Amnistía Internacional, 2020; Correa, 2022a). Sobre o último aspecto, a Anistia Internacional, em relatório que cobria os meses de março a agosto de 2020, expunha, a título de ilustração, a situação de um jovem de vinte e um anos que perdera o emprego em uma oficina de costura na RMSP no início da pandemia e que, em sua tentativa de voltar ao Paraguai, foi separado de sua esposa e filho para cumprir com uma quarentena que, ao fim e ao cabo, perduraria por 46 dias (Amnistía Internacional, 2020; Correa, 2022a). Entre as diversas consequências de episódios como esse, a organização ressaltava o comprometimento da renda dos migrantes e de suas famílias em um contexto que, por si só, já impunha severas restrições às alternativas de subsistência, como se verifica no trecho a seguir:

Esses períodos tão longos de quarentena fazem com que muitas pessoas, que já se viram obrigadas a migrar após ficarem sem emprego devido aos confinamentos pela Covid-19, não possam manter suas famílias economicamente durante semanas. Esta tem sido uma causa importante de estresse e preocupação para as pessoas em quarentena que muitas autoridades não têm abordado de maneira adequada (Amnistía Internacional, 2020, p. 31 – tradução livre)³³⁵.

³³³ Trecho original, em castelhano: “En Paraguay, a finales de junio, las autoridades habían impuesto la cuarentena obligatoria a alrededor de 8.000 personas, en su mayoría paraguayos y paraguayas que trabajaban en el sector informal en la vecina Brasil que habían perdido su empleo tras la imposición de confinamientos por la COVID-19 y que habían regresado al país” (Amnistía Internacional, 2020, p. 4).

³³⁴ Federico González, então ministro-assessor da Presidência da República do Paraguai para Assuntos Internacionais, declarou, em meados de maio de 2020, que, até aquele momento, 85% das pessoas vindas do exterior que transitaram pelos albergues públicos haviam entrado no país pela Ponte da Amizade, entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, sendo que, dessas, 98% provinham de “São Paulo e arredores” (González, 2020; Mortari A. C., 2020a).

³³⁵ Trecho original, em castelhano: “Estos periodos tan largos de cuarentena hacen que muchas personas, que ya se han visto obligadas a migrar tras quedarse sin empleo debido a los confinamientos por la COVID-19, no puedan mantener económicamente a sus familias durante semanas. Esta ha sido una causa importante de estrés y preocupación para las personas en cuarentena que muchas autoridades no han abordado adecuadamente” (Amnistía Internacional, 2020, p. 31).

Diante do elevado trânsito de pessoas pelos albergues e em condições pouco adequadas para o controle da Covid-19, reconhecia-se, inclusive por parte de autoridades sanitárias, que uma parcela significativa de contágios ocorria precisamente nesses ambientes (Cáceres; Acuña, 2020), sobretudo em um período em que a disseminação comunitária do vírus – a dizer, quando a transmissão, *grosso modo*, se dá entre integrantes de uma mesma população, e não a partir de indivíduos que ingressam no país infectados – ainda era baixa³³⁶. Em 5 de junho de 2020 – quase três meses depois de decretadas as primeiras medidas sanitárias no país pelo então presidente Mario Abdo Benítez –, por exemplo, 68% das 1.087 pessoas diagnosticadas com Covid-19 no Paraguai se encontravam nos albergues ou por eles haviam passado após o cumprimento da quarentena obrigatória (Paraguay, 2020b; Mortari A. C., 2020a), enquanto, do outro lado do rio Paraná, o Brasil batia recordes de óbitos diários, com números entre os mais elevados do mundo (G1, 2020a; 2020b; Mortari A. C., 2020a)³³⁷. Esse cenário contribuiu para sustentar outra das adversidades enfrentadas pelos migrantes paraguaios retornados, nomeadamente, o estigma. Como expusemos em outra oportunidade acerca desse assunto,

A insegurança diante da propagação de uma doença ainda pouco conhecida fez com que parte da população paraguaia visse conterrâneos seus que retornavam ao país como uma ameaça à saúde pública, o que moldou algumas manifestações de bairro específicas nas quais se reivindicava o fechamento inexorável das fronteiras internacionais e se opunha à instalação de albergues (Correa, 2022a, p. 4 – tradução livre)³³⁸.

Sobre os episódios citados no final do trecho, dois deles foram descritos por nós em outro trabalho (Mortari A. C., 2020a, p. 514), sendo oportuno transcrevê-los aqui também:

No começo de maio [de 2020], na cidade de Capitán Bado (fronteira com o Brasil), um grupo não identificado de pessoas disparou contra os portões de um ginásio poliesportivo que se cogitava usar como albergue para receber paraguaios vindos do exterior, deixando, ainda, uma nota de advertência no local na qual se expressava contrariedade à destinação do prédio a tal finalidade, tida como contraproducente aos

³³⁶ No início da operação dos albergues para o cumprimento da quarentena obrigatória, e após as primeiras críticas em relação aos contágios ocorridos nesses estabelecimentos, o então responsável pela Direção Geral de Vigilância da Saúde, órgão subordinado ao Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social do Paraguai, teria defendido que parte de sua estratégia para a contenção do vírus era “expor poucos ao risco para evitar o risco a muitos” (Cáceres; Acuña, 2020 – tradução livre. Trecho original, em castelhano: “*Exponer al riesgo a pocos para evitar el riesgo a muchos*”), não estando claro, porém, se essa era a posição oficial do governo naquele momento.

³³⁷ No mesmo 5 de junho de 2020, o Brasil acumulava 646.438 casos confirmados da doença, com 35.047 mortes (G1, 2020a; Mortari A. C., 2020a). No dia anterior, havia-se anunciado o volume mais alto de óbitos em um período de 24 horas até então – a dizer, 1.471 –, colocando o país na terceira posição entre aqueles com maiores perdas humanas acumuladas pela referida doença no mundo (G1, 2020b; Mortari A. C., 2020a).

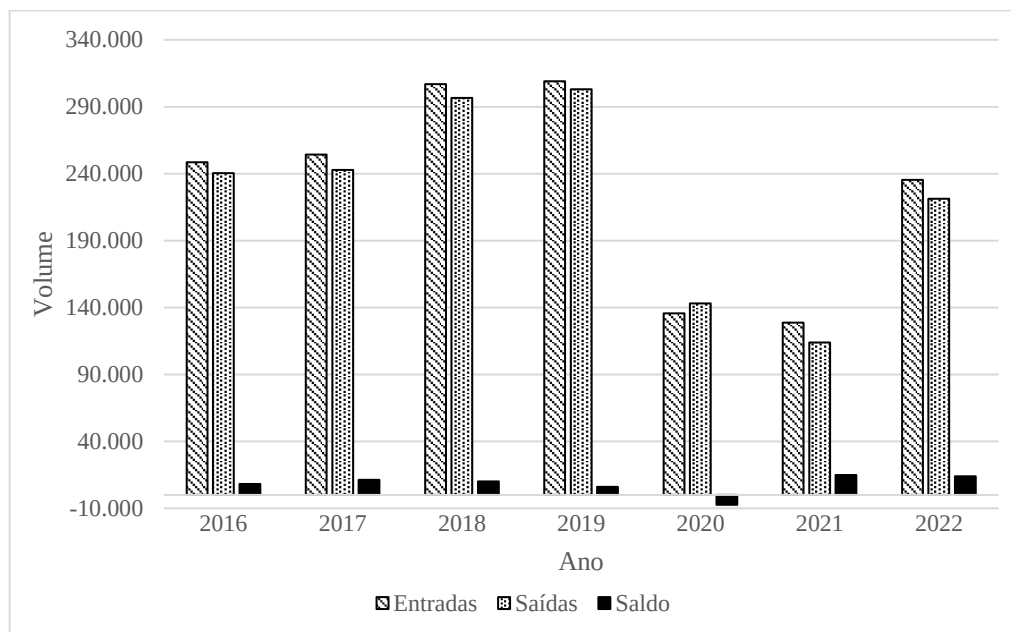
³³⁸ Trecho original, em castelhano: “*La inseguridad ante la propagación de una enfermedad aún poco conocida hizo que parte de la población paraguaya viera a conterrâneos suyos que volvían al país como una amenaza a la salud pública, lo que plasmó algunas manifestaciones barriales específicas en las que se exhortaba a la clausura inexorable de los lindes internacionales y se oponía a la instalación de albergues*” (Correa, 2022a, p. 4).

cuidados que a população estaria praticando em relação à sua saúde (Díaz, 2020). No mesmo mês, com ordens de dispersar aglomerações a fim de se evitar a propagação da Covid-19, a polícia interrompeu uma mobilização de vizinhos na cidade de Areguá, a poucos quilômetros de Asunción, pela qual se opunham à habilitação de albergues em seu bairro. Os moradores manifestavam preocupação em relação às consequências que o feito poderia acarretar tendo em vista o grande número de idosos que residiam nas redondezas (La Nación, 2020). Retomando a menção a González, o ministro alegou que ao menos 20 operativos de retorno de compatriotas foram abortados devido a manifestações como essas (González, 2020).

Em suma, entre as consequências da pandemia de Covid-19 para os migrantes paraguaios residentes em São Paulo e arredores está, em primeiro lugar, o fomento ao retorno ao Paraguai e, entre os que empreenderam tal movimento, adversidades como o risco mais elevado de contágio ao longo de todo o trajeto, desde o transporte tomado em direção à fronteira – sendo, comumente, um ônibus, em uma viagem que dificilmente se faz em menos de 15 horas – até a passagem pelos postos de controle aduaneiro e a estadia nos albergues para cumprimento da quarentena obrigatória no país de nacionalidade, além do estigma de ser considerado uma potencial ameaça à saúde pública, precipuamente nos primeiros meses de emergência epidemiológica. Em termos quantitativos, dados de fontes como o Sistema de Tráfego Internacional (STI) – no qual constam as entradas e saídas de pessoas do território brasileiro registradas – ilustram as mudanças na dinâmica migratória atribuíveis ao advento da pandemia e às medidas sanitárias adotadas para a sua contenção. No Gráfico 30, logo abaixo, ao se levar em conta o período de 2016 a 2022, nota-se que, além de uma acentuada queda no volume total de movimentos fronteiriços – uma variação de pouco mais de 610 mil a menos de 280 mil –, o ano de 2020 foi o único em que as saídas superaram as entradas, sugerindo, por sua vez, ter ocorrido nesse momento uma significativa migração de retorno de paraguaios ao seu país de origem. O saldo das entradas descontadas as saídas voltaria a ser positivo a partir de 2021 (14.971 e, subsequentemente, 13.898), assim como o volume resultante da soma dessas movimentações se aproximaria, no ano seguinte, dos números exibidos no início do período (456.650, quando, em 2016 e 2017, eram de, respectivamente, 488.785 e 497.037), depois da flexibilização das restrições de trânsito entre Paraguai e Brasil³³⁹.

³³⁹ A passagem de pessoas na Ponte da Amizade, entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, por exemplo, foi reaberta no dia 15 de outubro de 2020, o que seria replicado, em seguida, pelos demais postos terrestres de controle fronteiriço entre Paraguai e Brasil. Já os voos comerciais de um país a outro foram restabelecidos seis dias depois, com a exigência de cumprimento de determinados protocolos sanitários (Cano, 2021; Correa, 2022a).

GRÁFICO 30 – Entradas e saídas de pessoas nacionais do Paraguai registradas em postos de controle fronteiriços do Brasil, 2016-2022



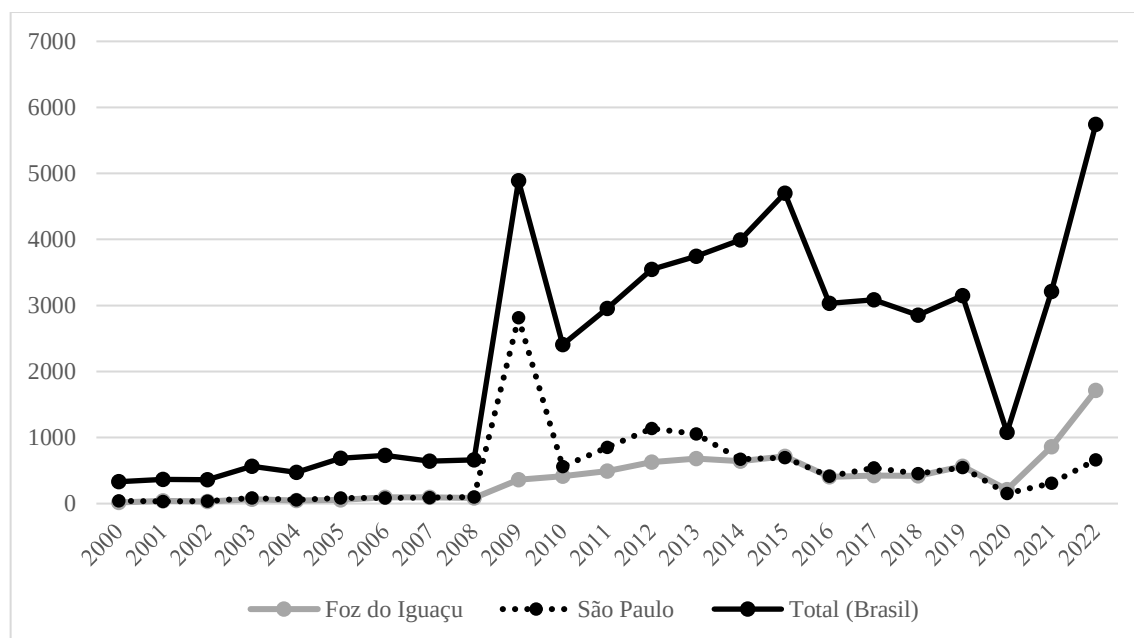
Fonte: Sistema de Tráfego Internacional (STI). OBMIGRA (2023c).

Observa-se algo similar no caso das autorizações de residência. Em 2020, houve um notável descenso no volume de paraguaios que obtiveram sua Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), seja no Brasil como um todo ou, especificamente, em São Paulo e Foz do Iguaçu, os municípios mais sobressalentes na concessão desse documento a migrantes da referida nacionalidade, como se aprecia no Gráfico 31. No biênio seguinte, não obstante, os números apresentaram uma robusta recuperação, atingindo em 2022 seu maior nível já registrado em âmbito nacional – a dizer, 5.743 (OBMIGRA, 2023b). Outro aspecto que vale ser destacado é que, desde 2019, Foz do Iguaçu exhibe emissões anuais de CRNM a paraguaios superiores às de São Paulo, tendência que parece ter se intensificado no transcurso da pandemia de Covid-19. Em 2022, por exemplo, o município paranaense teve o recorde de 1.715 documentos concedidos a migrantes dessa nacionalidade, 2,5 vezes mais do que o registrado na capital paulista no mesmo ano³⁴⁰. O número, porém, não necessariamente corresponde a pessoas que estabeleceram residência em Foz do Iguaçu, mas, sim, que tiveram acesso a seus documentos de residência em território brasileiro nessa localidade. No acumulado de 2000 a 2022, de qualquer modo, São Paulo se mantém como o principal destino às migrações

³⁴⁰ Há de se ter em mente, porém, a alta incidência de pessoas sem registro de lugar de obtenção de autorização de residência na base consultada. Nos últimos quatro anos, por exemplo, elas corresponderam a algo entre 15% e 30% dos casos.

paraguaias pelo critério de CRNM emitidas, com quase 11,5 mil registros, frente a 9.074 de seu par sulista.

GRÁFICO 31 – Autorizações de residência concedidas a pessoas nacionais do Paraguai nos municípios de São Paulo e Foz do Iguaçu e no Brasil, 2000-2022



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b) e Observatório das Migrações em São Paulo (2022).

Para finalizar as considerações sobre impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações paraguaias ao Brasil e, particularmente, a São Paulo com uma atenção dirigida, dessa vez, ao setor de confecção têxtil em específico, além da perda de volume de trabalhadores, em curso desde anos anteriores e que encontra sustentação também após 2020, duas variáveis merecem destaque, começando pela remuneração. Na Tabela 35, tem-se a distribuição de paraguaios nas quatro principais famílias ocupacionais do ramo da costura na RMSP por sexo e faixa de salário recebido em dezembro, abrangendo-se o período de 2016 a 2021. Adotou-se como critério de seleção de dados a eliminação de valores de remuneração iguais a zero e menores do que 1,0 quando a carga de trabalho semanal contratada por indivíduo era de 41 a 44 horas. Nota-se que, embora a maioria sempre estivesse entre as pessoas que ganham de 1,01 a 2,00 salários-mínimos, a tendência ao longo dos anos era de uma diminuição relativa desse grupo frente a outro de maior remuneração, sendo ele o de 2,01 a 3,00 salários-mínimos. Sem embargo, em 2020, tal movimento sofreu uma reversão, sobretudo com a constatação, pela primeira vez, de pessoas com rendimento igual a um salário-mínimo ou menor. Isso se deve especialmente ao aumento nos casos de contratados para jornada de trabalho de menos de 41 horas semanais, que, em 2019, não chegavam a 1,5%, mas que, em 2020, passaram a constituir

mais de 7%. As mulheres, apesar de serem minoria no setor entre os paraguaios, tiveram a mais alta representatividade no grupo de menos de um salário-mínimo recebido em dezembro. Em termos relativos, 15% delas se encontravam nessa categoria, enquanto o percentual para os homens era de menos de 5% (PDET, 2023; OBMIGRA, 2023a). Verificou-se, ademais, um encolhimento na média (μ) e na mediana (md) salariais para ambos os sexos. Os números referentes à última medida, por exemplo, variaram de 1,79 a 1,71 para os homens entre 2019 e 2020, ao passo que, para as mulheres, de 1,72 a 1,61, no mesmo período. Para 2021, até a finalização deste capítulo, apenas tivemos acesso a dados organizados por faixas salariais, e não valores nominais, prejudicando a atualização desses indicadores.

TABELA 35 – Porcentagem de paraguaios no mercado formal da confecção têxtil na RMSF por faixas de remuneração em dezembro (em salários-mínimos de valor corrente em cada ano), considerando as quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor, 2016-2021

REMUNERAÇÃO (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS), DEZEMBRO															
Ano	Sexo	Até 1 SM		1,01 a 2,0 SM		2,01 a 3 SM		3,01 a 4 SM		4,01 a 5 SM		5 SM ou mais		μ	md
		Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%		
2016	M	0	0,0	189	81,1	43	18,5	0	0,0	1	0,4	0	0,0	1,73	1,68
	F	0	0,0	102	85,0	18	15,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1,67	1,59
	Total	0	0,0	291	82,4	61	17,3	0	0,0	1	0,3	0	0,0	1,71	1,66
2017	M	0	0,0	170	79,1	42	19,5	2	0,9	1	0,5	0	0,0	1,77	1,71
	F	0	0,0	87	85,3	14	13,7	1	1,0	0	0,0	0	0,0	1,70	1,63
	Total	0	0,0	257	81,1	56	17,7	3	0,9	1	0,3	0	0,0	1,74	1,67
2018	M	0	0,0	148	77,5	35	18,3	7	3,7	0	0,0	1	0,5	1,87	1,77
	F	0	0,0	78	86,7	11	12,2	1	1,1	0	0,0	0	0,0	1,73	1,70
	Total	0	0,0	226	80,4	46	16,4	8	2,8	0	0,0	1	0,4	1,83	1,74
2019	M	0	0,0	105	68,6	41	26,8	5	3,3	2	1,3	0	0,0	1,93	1,79
	F	0	0,0	56	80,0	13	18,6	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1,76	1,72
	Total	0	0,0	161	72,2	54	24,2	6	2,7	2	0,9	0	0,0	1,88	1,79
2020	M	6	4,7	91	71,7	27	21,3	2	1,6	1	0,8	0	0,0	1,71	1,61
	F	8	14,8	35	64,8	10	18,5	1	1,9	0	0,0	0	0,0	1,58	1,61
	Total	14	7,7	126	69,6	37	20,4	3	1,7	1	0,6	0	0,0	1,67	1,61
2021	M	0	0,0	86	74,1	27	23,3	1	0,9	1	0,9	1	0,9	-	-
	F	0	0,0	41	77,4	11	20,8	1	1,9	0	0,0	0	0,0	-	-
	Total	0	0,0	127	75,1	38	22,5	2	1,2	1	0,6	1	0,6	-	-

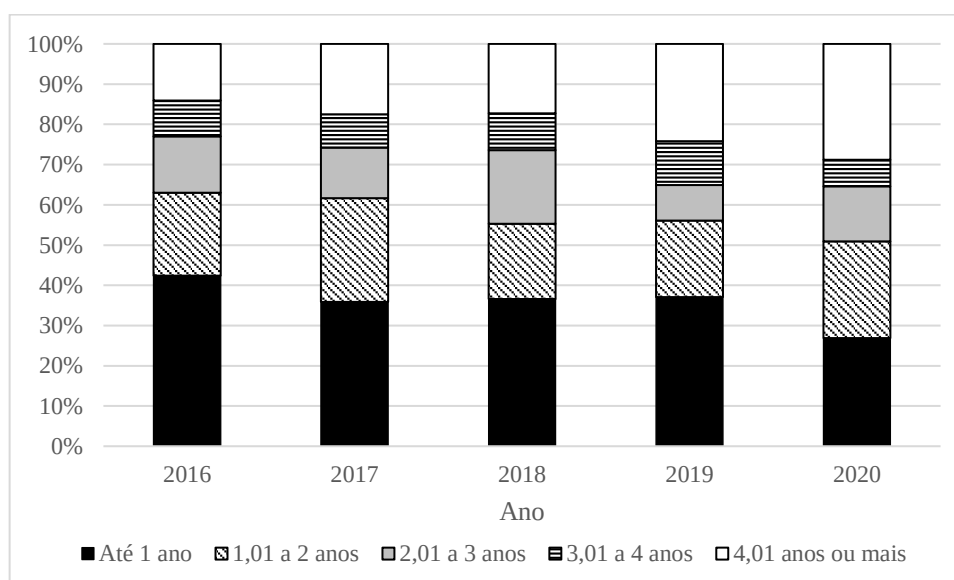
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023) e OBMIGRA (2023a).

Nota: Foram eliminados valores de salário-mínimo “não classificados”, equivalentes a zero e menores do que 1,0 quando a faixa de horas semanais trabalhadas pelo indivíduo era de 41 a 44 horas.

A outra variável que se pode explorar é a de tempo no emprego (não incluída na subseção prévia). No Gráfico 32, com base em dados da RAIS e referência ao quinquênio de

2016 a 2020, percebe-se que o ano de chegada da pandemia de Covid-19 foi o único em que paraguaiois com quatro anos ou mais na mesma ocupação superaram aqueles com menos de um. Esta última faixa citada correspondia em 2016 a 42% dos paraguaiois atuantes no mercado formal da RMSF a partir das quatro famílias ocupacionais mais proeminentes da confecção têxtil, número que se manteria em torno dos 37% nos três anos seguintes para, então, despencar a 27% no fim do período. Em contrapartida aos prejuízos na representatividade de recém-ingressados, a faixa de quatro anos ou mais no emprego elevou seu percentual, praticamente sem recuos, de catorze a vinte e nove entre 2016 e 2020 – com leve incremento de volume –, conforme ilustrado abaixo:

GRÁFICO 32 – Distribuição relativa de paraguaiois nas quatro famílias ocupacionais mais volumosas do setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo por tempo no emprego, 2016-2020



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). OBMIGRA (2023a).

4.5 Considerações finais (a título de síntese)

As recentes mudanças no sistema capitalista às quais se fez referência ainda no Capítulo 1 desta tese, que abrangem desde a dispersão espacial da atividade produtiva até processos como o de “compressão do espaço-tempo” – com o encurtamento das distâncias cronológicas não só entre a produção e a venda de um produto, como, também, entre sua aquisição e seu descarte – e a flexibilização de regimes trabalhistas (Harvey, 1999), também se refletem no mercado da moda e vestuário, nesse caso, especialmente pelo advento da chamada “moda rápida”, como se buscou demonstrar na presente sequência de páginas. Em São Paulo e seu entorno metropolitano, essa nova dinâmica de produção (e consumo) de roupas contará, em

alguma medida, com a histórica atuação de migrantes internacionais no setor, inicialmente concentrada em distritos centrais do município nuclear, mas cada vez mais notada também em regiões periféricas. Os paraguaios, integrantes desse grupo de trabalhadores desde pelo menos a passagem aos anos 1980, à semelhança do que ocorre com outras coletividades latino-americanas – mais expressivamente, bolivianos e peruanos –, tendem a desempenhar funções situadas no “circuito inferior” da economia urbana da moda, no qual são mais recorrentes a informalidade e trabalhos precarizados ou, no limite, em condições análogas à escravidão. Mesmo quando se toma em conta exclusivamente o mercado de trabalho formal, de acordo com os dados de fontes oficiais analisados até aqui, percebe-se que os paraguaios residentes na RMSP se inserem na confecção sobretudo como costureiros de produção em série, cuja remuneração mais frequentemente recebida não alcança os dois salários-mínimos mensais. Inclusive nos casos em que a produção das oficinas de costura nas quais trabalham se dirige total ou predominantemente ao comércio popular local não se perde a vinculação dessas unidades à cadeia global da moda rápida, seja quando são subcontratadas por grandes grifes ou varejistas – que, caso não sejam multinacionais, ao menos costumam estar alinhadas a tendências gestadas no exterior em seus processos de criação e gestão –, seja por operarem dentro de uma lógica produtiva que é própria do sistema capitalista de forma mais ampla em seu estágio atual, ainda que com as particularidades de o fazerem a partir do Sul global.

Algumas lacunas para o devido entendimento do fenômeno das migrações paraguaias ao setor de confecção têxtil de São Paulo, contudo, persistem, entre elas, a relação das redes migratórias com a trajetória de um migrante que sai de seu local de residência habitual e encontra um posto de trabalho em uma oficina de costura na maior metrópole sul-americana. Para isso, deve-se ter em mente que a hipótese que lançamos inicialmente nesta tese é a de que “as migrações paraguaias que passam pela RMSP são altamente rotativas e contam com suas redes migratórias para o estabelecimento de um espaço de circulação possível frente à reestruturação produtiva global”, o que poderá ser, em alguma extensão, verificado no capítulo a seguir. Este será composto pelos resultados do trabalho de campo realizado junto a migrantes paraguaios como parte de nossa investigação, que respondem, também, aos objetivos específicos que delimitamos a princípio, como o de conhecer a trajetória migratória dessas pessoas e o funcionamento das unidades produtivas nas quais estão presentes, com a consciência de que a baixa produção acadêmico-científica sobre as migrações paraguaias ao Brasil de forma geral torna oportuno que descobertas para além de nosso foco de pesquisa sejam igualmente iluminadas. Abstemo-nos, assim, da preocupação de sermos exaustivos.

CAPÍTULO 5 – PARAGUAIOS NA CONFECÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

Ao longo do segundo semestre de 2022 e do primeiro de 2023, fizeram-se entrevistas com paraguaias e paraguaio em cujas histórias laborais constam experiências relacionadas à confecção têxtil da Região Metropolitana de São Paulo. O intuito central desse trabalho foi verificar a relação entre redes migratórias e a inserção em oficinas de costura e outras unidades produtivas que possam pertencer ao referido setor. Conscientes de que a atuação de parentes, amigos, conterrâneos, instituições e outros possíveis atores na execução de um projeto migratório ocorre, também, em articulação com uma série de fatores tanto estruturais, históricos e conjunturais como familiares e individuais, buscou-se fazer com que o questionário que nortearia o contato com os migrantes fosse suficientemente abrangente, de modo a permitir uma compreensão mais holística e integrada sobre o tema. Isso, por sua vez, implicou estar-se aberto a ouvir cada um sobre o que incidiu na decisão de deixar o país, os meios dos quais se dispunha para realizar a migração, as condições de vida e inserção laboral encontradas no local de destino, o funcionamento do setor de produção de peças de vestuário por sua própria perspectiva e as vivências migratórias suas e das respectivas famílias dentro do Paraguai antes e, eventualmente, depois da radicação em São Paulo, apenas para citar alguns aspectos.

Baseado totalmente nesse trabalho de campo, o presente capítulo está organizado em duas partes. Na primeira, a mais sucinta, expõe-se a metodologia adotada, incluindo-se desde o conjunto de perguntas utilizadas como referência nas conversas com os migrantes até detalhes acerca das estratégias de seleção de potenciais participantes. Já na segunda parte estão os resultados dessas interações, apresentados por eixos temáticos, tendo em conta a amplitude de assuntos abarcados. Especificamente no que concerne ao papel das redes migratórias na trajetória de paraguaio de seu país de origem até o ingresso no ramo da confecção, os aspectos apontados nas entrevistas são complementados por um material coletado em grupos abertos de paraguaio residentes na RMSP na rede social digital Facebook, que consiste em divulgações de vagas de emprego, venda de maquinário de costura, discussões sobre o mercado laboral e outros tipos de postagem observados. Sempre que oportuno, alude-se ao conteúdo abordado nos quatro capítulos anteriores, aprimorando-se a leitura dos resultados do trabalho de campo com conceitos e demais aportes teóricos, dados e contribuições retiradas da bibliografia

especializada. A intenção, de qualquer forma, é que, sem que se descuide do compromisso com a análise científica, façam-se predominar neste capítulo as vozes das próprias paraguaias e paraguaios entrevistados acerca da experiência de se migrar do Paraguai ao Brasil e de se inserir em uma oficina de costura. Eventualmente, valemo-nos também de experiências pessoais nossas tidas no transcurso da pesquisa que ajudam a esclarecer determinadas questões levantadas a partir das entrevistas, sendo assim explicitamente identificadas para que não se confundam com informações de natureza científica ou com o ponto de vista dos migrantes que participaram do estudo.

5.1 Metodologia

5.1.1 Informações gerais sobre a pesquisa

Em 14 de abril de 2022, por meio do parecer de número 5.351.574 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) sob a identificação 56635622.7.0000.8142, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) aprovou o projeto no qual se previa a realização de entrevistas para a elaboração desta tese. Tratar-se-ia de uma pesquisa não amostral e de caráter especialmente qualitativo, apesar de também ter sido sinalizada a intenção de se levar a cabo alguma análise quantitativa, nos casos em que fosse possível agrupar as respostas em categorias fixas.

Os requisitos de participação em nosso estudo foram ser natural da República do Paraguai, ter idade mínima de dezoito anos completos e haver trabalhado no setor de confecção têxtil de São Paulo (e arredores) em algum momento da vida, seja de forma registrada ou não. Considerando que, no momento de elaboração do projeto submetido ao CEP – a dizer, março de 2022 –, a pandemia de Covid-19 ainda persistia no Brasil e no mundo – embora de maneira mais controlada do que outrora, tendo em vista a aplicação das primeiras doses de vacina e a observação de taxas de mortalidade e internação já muito distantes do que se registrara durante os piores surtos em anos predecessores –, planejou-se dar prioridade, inicialmente, aos meios remotos para a realização das entrevistas, nomeadamente, aplicativos de mensagens instantâneas, plataformas de videoconferência e ligações telefônicas. Entretanto, com o relaxamento das medidas sanitárias anunciado pelas autoridades competentes – incluindo a liberação generalizada do uso de máscaras de proteção respiratória –, e diante da preferência manifestada por parte de muitos migrantes, terminou-se por recorrer mais frequentemente às interações em pessoa, que, ao inspirarem maior confiança nos entrevistados, também os

deixaria mais à vontade para darem seu relato, resultando em maior fluidez, extensão e profundidade à conversa.

Assim, entre junho de 2022 e julho de 2023, foram feitas 12 entrevistas, sendo 7 presenciais e 5, remotas. Das primeiras, cinco ocorreram na Grande São Paulo (capital e, em menor medida, Guarulhos) e duas, no Paraguai. As entrevistas duraram, em média, uma hora, com poucos casos extrapolando essa marca, sendo conduzidas em castelhano e/ou português, segundo a preferência dos entrevistados entre os idiomas em que tenho proficiência. Apenas uma migrante se expressou em guarani, o que requereu que se recorresse a uma pessoa da confiança de ambos para atuar como intérprete. As entrevistas, com a devida anuência dos participantes, foram gravadas em áudio para acesso exclusivo do pesquisador responsável e com a estrita finalidade de facilitar o trabalho de análise das informações e dados obtidos.

5.1.2 Roteiro de entrevista

No contato com os migrantes que participaram da pesquisa, guiamo-nos por um roteiro de entrevista semiestruturada, composto por quarenta e oito perguntas, organizadas, por sua vez, em nove blocos temáticos. No primeiro, teve-se como objetivo traçar o perfil sociodemográfico de cada um, buscando-se saber sua idade, o gênero com o qual se identifica, o local de naturalidade e o idioma que fala em sua casa, entre outros aspectos. Já o segundo tratou das etapas migratórias, incluindo os municípios pelos quais pode-se ter passado, as motivações para o estabelecimento de residência em São Paulo e uma possível intenção de efetuar um novo movimento migratório no futuro. No terceiro bloco, abarcou-se a trajetória migratória dos genitores e parentes mais próximos, no intuito de se averiguar como a migração é vivenciada pela família de maneira mais ampla e como essa experiência se relaciona com as decisões e condições de deslocamento do próprio entrevistado. O quarto bloco foi dedicado ao tema da moradia, com um par de perguntas relacionadas aos integrantes do domicílio em que se residia. Já o seguinte dizia respeito especificamente às redes migratórias, permitindo, entre outras contribuições, identificar as pessoas que o entrevistado eventualmente já conhecia antes de ir a São Paulo, assim como aquelas que o possam ter ajudado na emigração do Paraguai e na inserção no local de destino, seja com moradia, trabalho ou qualquer outra finalidade. No sexto bloco, fizeram-se questionamentos acerca da situação documental da pessoa no Brasil, com vista principalmente a entender como foi o processo de obtenção de autorização de residência nos casos em que se dispusesse dela. No sétimo, constava tudo o que se desejava saber sobre a experiência profissional na confecção têxtil na RMSP, desde a forma como se obteve o primeiro

emprego no ramo até a dinâmica de trabalho do dia a dia, a remuneração tida, o tipo de peças produzidas, a nacionalidade dos colegas etc. No oitavo bloco, os entrevistados responderam se já efetuaram ou receberam remessas financeiras durante seu tempo de residência no Brasil. O bloco nove, por fim, foi reservado exclusivamente aos migrantes que retornaram ao Paraguai e residiam no país na data de realização da entrevista, tendo-se como objetivo verificar em que medida a experiência laboral e social na RMSP afetou – positiva ou negativamente – sua relação com amigos e familiares e interferiu – para bem ou para mal – nos termos da (re)inserção no mercado de trabalho paraguaio, entre outros pontos. A íntegra do roteiro de entrevista pode ser conferida na Figura 7, a seguir:

FIGURA 7 – Roteiro de entrevista semiestruturada com paraguaios inseridos atualmente ou outrora no setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo

(continua)

Bloco 1: Perfil sociodemográfico

- 1.01 Qual é a sua idade?
- 1.02 Com que gênero você se identifica?
- 1.03 Qual é a sua escolaridade?
- 1.04 De onde você é natural (município e departamento)?
- 1.05 Onde você mora atualmente (município e estado ou departamento)?
- 1.06 Qual é a sua nacionalidade?
- 1.07 Qual é o seu idioma materno?
- 1.08 Que idioma você fala em sua casa?

Bloco 2: Etapas migratórias

- 2.01 Liste os municípios onde morou na sequência do mais recente ao mais antigo (no Brasil, no Paraguai e em qualquer outro país pelo qual possa ter passado), com a devida referência temporal.
- 2.02 Liste os bairros onde você já residiu no município de São Paulo, do mais recente ao mais antigo.
- 2.03 O que te levou a migrar a São Paulo?
- 2.04 De onde vem sua relação com o Brasil?
- 2.05 Você voltou ao Paraguai em algum momento desde que veio ao Brasil pela primeira vez? Quanto tempo ficou lá antes de regressar ao Brasil?
- 2.06 O Brasil (e a cidade de São Paulo, em específico) era o seu destino de escolha ou você preferia ter migrado a outro país/município?
- 2.07 Você pretende migrar a outro país a partir deste onde reside atualmente?

Bloco 3: Ancestralidade e família

- 3.01 De onde são naturais os seus pais (município e departamento) e qual é a nacionalidade deles?
- 3.02 Onde vivem seus parentes mais próximos (genitores, irmãos, tios etc.)?
- 3.03 Você possui na família ou entre as pessoas mais próximas alguém que já havia migrado ao Brasil?

Bloco 4: Moradia

- 4.01 Com quem você vive em sua casa? (Para retornados ao Paraguai, perguntar com quem vivia na última residência em São Paulo).
- 4.02 Você já conhecia essas pessoas antes de se mudar a São Paulo?

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 7 – Roteiro de entrevista semiestruturada com paraguaios inseridos atualmente ou outrora no setor de confecção têxtil na Região Metropolitana de São Paulo

(conclusão)

Bloco 5: Redes migratórias

- 5.01 Você já conhecia alguém no Brasil (ou, particularmente, em São Paulo) antes de vir ao país?
- 5.02 Você teve a ajuda de alguma pessoa ou instituição para vir ao Brasil? Se sim, de quem?
- 5.03 Em que consistiu essa ajuda (ex.: dinheiro, lugar para morar inicialmente, informações para migrar)?
- 5.04 Alguém pagou sua passagem para vir a São Paulo ou arcou com qualquer outro custo relacionado ao seu deslocamento e estabelecimento na cidade?
- 5.05 Onde estavam as pessoas que te ajudaram a migrar a São Paulo e onde estão atualmente?

Bloco 6: Documentação

- 6.01 Você possui autorização de residência no Brasil? (Para retornados ao Paraguai, perguntar se possuía autorização de residência quando estava no Brasil).
- 6.02 Quando e como você a obteve?

Bloco 7: Ocupação laboral

- 7.01 Qual é a sua ocupação atualmente?
- 7.02 Há quanto tempo você se encontra nessa ocupação?
- 7.03 Você tem carteira assinada?
- 7.04 Qual é o seu rendimento mensal na ocupação em que você se encontra atualmente? (A resposta deve ser dada em intervalos de valores, sendo eles: a. menos de 1 salário-mínimo; b. entre 1 salário-mínimo e menos de 2 salários-mínimos; c. entre 2 salários-mínimos e menos de 3; d. entre 3 salários-mínimos e menos de 4; e. entre 4 salários-mínimos e menos de 5; f. 5 salários-mínimos ou mais).
- 7.05 Que trabalhos você já desempenhou (com ênfase àqueles no ramo da confecção)? Liste-os do mais recente ao mais antigo, especificando em que município foram e em quais deles contou com carteira assinada.
- 7.06 Como você começou a trabalhar com confecção? Você teve a ajuda de alguém para se inserir nesse ramo?
- 7.07 Você recebeu algum tipo de treinamento para a atuação no ramo da confecção antes de vir ao Brasil?
- 7.08 Você trabalhava com confecção no Paraguai ou em qualquer outro país pelo qual possa ter passado?
- 7.09 De que nacionalidade é o seu chefe na última função desempenhada na confecção? E qual é o cargo dele no trabalho?
- 7.10 Seus colegas de trabalho na última função desempenhada na confecção eram todos paraguaios? Se não, quais outras nacionalidades você identificava entre eles?
- 7.11 Em que bairro está localizado o estabelecimento do ramo da confecção onde você trabalha (ou o último onde trabalhou)?
- 7.12 Como opera o estabelecimento no qual você trabalha no ramo da confecção (ou o último em que trabalhou)? A produção é vendida ao cliente final ou a outra empresa? As peças são exportadas ou comercializadas no mercado brasileiro?
- 7.13 Você já ajudou alguém a conseguir um trabalho na confecção? Se sim, que pessoa e de que forma?

Bloco 8: Remessas financeiras

- 8.01 Você recebe remessas financeiras? Se sim, de quem e com origem em qual país?
- 8.02 Você efetua remessas financeiras? Se sim, a quem e com destino a que país?

Bloco 9: Retorno ao país de origem (apenas a quem se encontra atualmente no Paraguai)

- 9.01 Você desempenha a mesma atividade laboral que desempenhava em São Paulo?
- 9.02 Sua experiência de trabalho em São Paulo tem alguma relação ou contribuição com o que você faz hoje no Paraguai?
- 9.03 Você mantém contato com alguém em São Paulo? Se sim, quem?
- 9.04 O fato de você ter morado no Brasil (ou, especificamente, em São Paulo) muda alguma coisa em sua vida no Paraguai (ex.: oportunidades de trabalho, amizades, relação com a família e amigos)?
- 9.05 O que te levou a voltar ao Paraguai?
- 9.06 Você já auxiliou algum conterrâneo seu a migrar a São Paulo após a sua passagem pela cidade?

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode averiguar, a maioria das perguntas era aberta, mas havia, também, algumas dicotômicas, que, ainda assim, permitiam ao entrevistado discorrer mais sobre o assunto abordado. Em nossa interação com as pessoas, não necessariamente se seguia a ordem

das perguntas tal como exposta anteriormente, de modo que a conversa é que terminava por ditar seu próprio curso. De qualquer forma, tentou-se sempre abarcar todos ou, pelo menos, o máximo possível de pontos do questionário, respeitando-se a liberdade do entrevistado de deixar de responder o que não soubesse ou não lhe conviesse. Dependendo do andamento da entrevista, o participante poderia introduzir outros assuntos de seu interesse para serem compartilhados, assim como nós enquanto pesquisadores.

5.1.3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

As entrevistas se respaldavam por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), redigido, com igual teor, em português e castelhano e cuja íntegra consta nos Anexos desta tese. Seu conteúdo, que incluía os objetivos da pesquisa, as garantias de sigilo e a consulta sobre a possibilidade de gravação da entrevista, era apresentado ao participante ainda durante os primeiros contatos com ele e, posteriormente, no momento de efetiva realização das perguntas. O documento era assinado em duas vias pelas partes envolvidas, ficando uma com o participante e a outra, com o pesquisador responsável. Em alguns casos de entrevistas *online*, diante da dificuldade de se imprimir o TCLE para sua assinatura, digitalização e devolução a nós, a autorização de uso das informações foi manifestada por meio de áudio.

5.1.4 Possíveis riscos aos participantes

O principal risco que previmos a um migrante que se dispusesse a participar de nossa pesquisa era o de sua identificação, sobretudo por parte de pessoas de seu círculo de convívio e conhecimento. A fim de minimizá-lo, alguns procedimentos foram levados a cabo. O primeiro, no momento da entrevista, foi a adoção de um nome fictício, que deveria ser apontado pelo próprio participante e ao qual se faria menção sempre que fosse necessário referir-se a essa pessoa na tese. Já o segundo procedimento foi o de não disponibilizar (sequer em anexo) a íntegra das entrevistas realizadas, algo complementado, por fim, com uma seleção cuidadosa das informações de cada participante que seriam, de fato, divulgadas. Em alguns trechos, deixou-se de lado até mesmo o uso do nome fictício em favor do termo “entrevistado”, mais genérico, ou outros, substituindo-se, por vezes, a última letra (também em artigos e pronomes relacionados) pela consoante “x” para a neutralização do gênero, dificultando, assim, a correspondência de determinadas informações expostas ao longo do capítulo a um perfil em específico. Tais esforços se justificam pelo entendimento de que, em alguns casos, tratamos

com pessoas em situação de vulnerabilidade social ou cuja identificação poderia supostamente resultar em sanções perante a justiça ou represálias por parte de quem eventualmente não estivesse de acordo com sua participação no estudo ou com o tipo de informação compartilhada. É necessário ter a clareza de que o recorte de pesquisa feito da comunidade de migrantes sobre a qual nos debruçamos propicia que certas pessoas sejam mais facilmente reconhecidas por seus pares dependendo do conjunto de informações que tornamos públicas sobre elas (e da forma como o fazemos, no caso de se revelarem marcas de linguagem muito particulares da fala de alguém). A simples escolha de um nome fictício, logo, não resguarda o anonimato de um participante perante as pessoas que melhor o conhecem, e é por essa óptica que buscamos nos guiar na garantia efetiva de sigilo e na organização e exposição dos resultados de pesquisa que compõem este capítulo. Por esse mesmo princípio, evitamos efetuar registros fotográficos de oficinas de costura e outros locais que fazem parte da intimidade dos migrantes entrevistados e aos quais possamos ter tido acesso, tentando compensar eventuais perdas na ilustração das questões abordadas com descrições o mais imagéticas possível, recurso que nos proporcionou um controle total sobre as “luzes” e as “sombras” de cada cena e o que se revelaria ao leitor. Afinal, nenhum benefício científico ou acadêmico valeria o comprometimento da vida de um participante.

5.1.5 Estratégias de contato com potenciais participantes

Para se ter acesso a potenciais participantes para a pesquisa, recorreremos, primeiramente, a membros da comunidade paraguaia estabelecida em São Paulo com quem já tínhamos amizade ou qualquer outro tipo de proximidade, com o objetivo de que nos fizessem indicações de contatos. Com a realização das primeiras entrevistas, deu-se segmento à prospecção de novos participantes por meio da estratégia de “bola de neve”, na qual cada pessoa sugere outros possíveis interessados em conversar conosco. Em paralelo, consultamos funcionários de instituições da sociedade civil com atuação junto a migrantes internacionais em São Paulo, em especial, da Missão Paz – sediada no bairro do Glicério, no Centro da cidade –, que, gentilmente, facilitaram nossa presença em determinados eventos da comunidade paraguaia e nos propiciaram canais de contato com alguns de seus integrantes mais articulados. Em relação ao acesso a pessoas que residiam no Paraguai no momento de realização do trabalho de campo, contamos com amigos que tínhamos nesse país. No final, foram distintas as “bolas de neve” que conseguimos formar, o que garantiu certa heterogeneidade de perfis aos

participantes. Tratou-se, portanto, de entrevistados selecionados por escolha intencional, caracterizando-se sua participação como totalmente voluntária.

5.1.6 Orçamento para a pesquisa

Esclarece-se, por fim, que todos os gastos necessários para a realização das entrevistas foram custeados com recursos próprios, seja para a impressão dos TCLE, seja para deslocamentos como aquele feito ao Paraguai para o contato com potenciais participantes.

5.2 Resultados do trabalho de campo

Foram entrevistadas para o presente estudo doze pessoas, de um total de vinte e oito diretamente convidadas a participar. Indiretamente, porém, englobaram-se muitos outros trabalhadores paraguaios da confecção. Quatro dos entrevistados, por exemplo, atuavam no ramo ao lado dos respectivos cônjuges, que, em três das ocasiões, estavam presentes no momento da entrevista. Se formos considerar todos os familiares mencionados nos relatos com passagem pela costura na RMSP, chegaremos a uma soma de, pelo menos, 32 pessoas – sem incluir amigos e conhecidos com vínculos de outra natureza³⁴¹ –, das quais também se obtiveram informações, em maior ou menor grau de minuciosidade. A abrangência da pesquisa, desse modo, se demonstra tanto pela extensão das questões abordadas junto àqueles que foram diretamente entrevistados como pelo conhecimento que se adquiriu em relação a dezenas de outros trabalhadores com quem não pudemos conversar, mas que, de certa maneira, participaram de nosso levantamento, ainda que indiretamente.

Os resultados desse trabalho de campo estão organizados em cinco subseções, começando por aquela que permite conhecer o perfil sociodemográfico dos paraguaios entrevistados.

³⁴¹ Foram contemplados, nomeadamente, genitores, irmãos/irmãs, cônjuges, filhos/filhas, primos/primas, cunhados/cunhadas e afilhados/afilhadas. Em apenas um caso, incluiu-se também um namorado. Os familiares contabilizados foram apenas aqueles espontaneamente mencionados pelos entrevistados, de modo que, se apurássemos em detalhes na história de cada um quantos mais tinham histórico de ocupação na confecção têxtil na RMSP, o número provavelmente cresceria.

5.2.1 Perfil sociodemográfico

Para a apresentação das pessoas que integraram o estudo, elaborou-se o Quadro 2, exposto abaixo, no qual constam o nome fictício de cada uma, o gênero, a idade no momento de nossa interação, o nível de instrução, a língua-mãe, informações sobre o fato de ainda estar trabalhando com confecção ou não, a forma de condução da entrevista e como foi estabelecido o contato entre nós.

QUADRO 2 – Perfil dos paraguaiois entrevistados para a tese

Nome fictício	Gênero	Idade	Nível de instrução	Idioma materno	Trabalhava na confecção no momento?	Como foi feita a entrevista?	Como foi contactado?	Caminho para o contato
Michael	Masculino	30	Médio Incomp.	Jopará	Não	Online	Amigo pessoal	1
González	Masculino	37	Médio Completo	Castelhano / Jopará	Sim	Presencial	Por um amigo	1
Humberto	Masculino	37	Superior Completo	Jopará	Não	Online	Por amiga paraguaia no PY	2
Emiliano	Masculino	48	Fundam. Incomp.	Guarani	Sim	Presencial	Instituição (Missão Paz)	3
Augusto	Masculino	57	Superior Completo	Guarani	Sim	Presencial	Por amiga paraguaia no PY	2
Luan	Masculino	30	Superior em curso	Jopará	Não	Presencial	Por amiga paraguaia no BR	4
Joana	Feminino	31	Superior Incomp.	Guarani	Sim	Presencial	Instituição (Missão Paz)	3
Josefina	Feminino	31	Superior em curso	Castelhano	Sim	Online	Indicação de entrevistado	2
Zacaria	Masculino	60	Superior Completo	Guarani	Não	Presencial	Instituição (Missão Paz)	3
Marisa	Feminino	22	Médio Incomp.	Guarani	Não	Online	Por amiga paraguaia no PY	2
André	Masculino	52	Fund. Completo	Guarani	Não	Online	Instituição (Missão Paz)	3
Luana	Feminino	37	Fund. Incompl.	Guarani	Sim	Presencial	Indicação de entrevistado	3

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode constatar, compuseram nosso estudo oito pessoas identificadas com o gênero masculino e quatro, com o feminino, com idades entre 22 e 60 anos, predominando aquelas que superaram a terceira década de vida, mas não a quarta. Os perfis, por outro lado, se homogeneízam quando observada a idade tida ao se migrar pela primeira vez ao Brasil (não incluída no Quadro 2), que, em praticamente todos os casos, se situa entre os 18 e os 20 anos. As exceções seriam uma jovem que, com 17 anos, viajou com a mãe já residente de São Paulo e um senhor de 48 anos, que migrou com a esposa e os filhos.

Quanto à escolaridade, duas pessoas tinham o ensino fundamental incompleto; uma, o fundamental completo; duas, o médio incompleto; uma, o médio completo; três, o superior incompleto ou em curso; e três, o superior completo. Já em relação ao idioma materno, sete identificaram-no como sendo o guarani, ao passo que três, o jopará – resultante, a recordar, da mistura do castelhano com o guarani –; uma, o castelhano com o jopará; e uma, o castelhano. Sobre isso, é necessário esclarecer que a maioria dos participantes que indicaram o guarani ou o jopará como língua “de berço” aprenderam, em algum momento, o castelhano, com exceção de Marisa, que é monolíngue em guarani. Com ela, foi preciso recorrer ao serviço de intérprete de uma pessoa de confiança que tínhamos em comum.

No momento de nosso contato, metade dos migrantes ainda trabalhava na confecção, sendo a maioria em oficina própria. Quanto à condução das entrevistas, sete se deram de forma presencial, enquanto cinco, por aplicativo de chamada de vídeo ou troca de mensagens de áudio. O acesso a essas pessoas, por fim, ocorreu por quatro meios distintos, enumerados no Quadro 2 para uma melhor visualização de como foi o uso da estratégia de “bola de neve” na prática. De todos os participantes, um já era amigo pessoal, e dele veio a indicação de outro participante, ambos assinalados com um “1”. O número 2 envolve contatos de uma amiga nascida e residente no Paraguai e nomes sugeridos por essas pessoas na medida em que foram sendo entrevistadas. Já o “percurso” de número 3 foi aberto por funcionários da Missão Paz, seja por indicações de migrantes, seja pela facilitação de minha presença em eventos promovidos pela comunidade paraguaia nos quais pude conhecer potenciais participantes, como as missas celebradas na Capela Nossa Senhora Aparecida, no bairro do Jardim Jacy, em Guarulhos. Finalmente, sob o único “4” está um entrevistado recomendado por outra amiga paraguaia, esta, porém, temporariamente residente no Brasil. Os números, pois, evidenciariam alguma diversidade nos caminhos que me levaram aos participantes – embora não representem

a totalidade daqueles dos quais lancei mão³⁴² –, assim como uma tentativa de se enviesar o menos possível a seleção deles.

De todas essas variáveis expostas, merece uma atenção mais aprofundada neste momento aquela referente ao idioma guarani.

5.2.1.1 O idioma guarani

Conforme abordado no Capítulo 2, entre boa parte dos paraguaios, o guarani é a língua preferencial da intimidade, sobre a qual se sustentam as trocas com a família e os amigos, se cultivam os afetos e se expressam as emoções mais viscerais. Em uma de nossas entrevistas, foi qualificado precisamente como “um idioma muito sentimental”, sendo comumente empregado, entre outras finalidades, quando se quer ser enfático no elogio ou no insulto. Humberto, por exemplo, ilustra tal assertiva dizendo, com um riso na boca, que “ser xingado em guarani dói mais do que em castelhano”. Nessa mesma linha, reforçando-se as diferenças entre os idiomas oficiais do Paraguai, Zacaria faz a seguinte declaração: “se você quer falar com um paraguaio, pedir informação... fale em castelhano. Agora, você quer tocar o coração do paraguaio? Fale em guarani”. Embora não fosse intenção sua dar conselhos ou reprimir-nos, é inevitável reconhecer, a partir dessas palavras, que algum prejuízo podemos ter tido em nosso trabalho de campo ao não ter proficiência nesse idioma autóctone sul-americano, considerando sua importância para o estabelecimento de uma relação de confiança com quem desconhecemos ou não temos proximidade suficiente.

Mesmo entre paraguaios falantes nativos do vernáculo da antiga metrópole espanhola, o guarani costuma ser empregado. González, por exemplo, cresceu e se educou em castelhano, mas nem por isso sua fala prescinde de referências da língua-símbolo de seu país, como ele próprio conta:

*Siempre estoy hablando en español, pero, sin querer – creo que es automático – entra un guaraní en el medio de las expresiones, y eso creo que es una identidad de cada paraguayo, porque, queriendo o no, se escapa aquel guaraní que está guardado. Se escapa en medio de las cosas que decís en español*³⁴³.

³⁴² Especial menção deve ser feita a contatos do Consulado Geral da República do Paraguai em São Paulo, que, gentilmente, também me deram indicações de possíveis participantes.

³⁴³ Tradução livre para o português: “Estou sempre falando em espanhol, mas, sem querer – acho que é automático – sai um guarani no meio das expressões, e isso acho que é uma identidade de cada paraguaio, porque, querendo ou não, aquele guarani que está guardado escapa. Escapa no meio das coisas que você diz em espanhol” (González).

Apesar disso, reafirmando-se o que já se havia constatado em consulta à bibliografia especializada, alguns dos entrevistados denunciaram a persistência de certa discriminação contra o guarani na sociedade paraguaia. Emiliano, que foi criado no departamento de Caaguazú e aprendeu o castelhano apenas quando já era adolescente, relata que, mesmo no interior, em zonas urbanas, há pessoas em comércios e ambientes públicos que recriminam o uso do guarani, constrangendo, por meio de linguagem pejorativa ou discriminatória, quem se põe a comunicar nesse idioma. Semelhante depreciação ocorreria por parte de grupos sociais em situação mais cômoda na capital, conforme testemunhado por Josefina em sua vivência em um bairro de classe média alta do Centro da cidade:

Lá onde eu estava morando, eles falavam mais o espanhol. ‘Castelhano’, né, que eles chamam. E... eles são muito preconceituosos, dependendo de onde você estiver. Por exemplo: quem mora muito no Centro e tem uma classe social mais favorecida, tem um certo preconceito pelo guarani. Então, quando a gente tem aquelas [falas] – vou até falar aqui em espanhol, para você mais ou menos ter noção –, tipo ‘¿por qué pio te fuiste?’... Se você falar esse ‘pio’... O ‘pio’ é do guarani, né... Se você colocar, eles já começam a... Não vou falar que é *bullying*, mas eles começam a [dizer]: ‘ah, pio, pio... Você agora virou pintinho?!’ [em alusão ao piado da cria da galinha].

Os relatos trazem, ainda, elementos que parecem ser ilustrativos da tendência de retração na utilização do guarani no Paraguai (conforme também exposto no Capítulo 2), relacionados à transmissão do idioma de uma geração a outra. Destaca-se o caso de González, cujos pais, embora tivessem o guarani como primeira língua, não o educaram nele, mas em castelhano. Pode-se supor que o fato seja atribuível a um esforço de adequação da família, oriunda do interior de San Pedro, à realidade da Grande Asunción, onde se estabeleceram antes do nascimento do entrevistado, o que não foi possível confirmar. Em suas lembranças de infância, recorda que os momentos em que os pais se dirigiam a ele e aos irmãos em guarani se resumiam, basicamente, a quando queriam “dar uma bronca” ou chamar sua atenção. De qualquer modo, afirma que, atualmente, consegue entender bastante bem o idioma e consumir textos e canções produzidos nele.

É certo que, entre os entrevistados, predomina a situação de quem, no berço, recebeu o guarani, segundo se expôs no Quadro 2. Não significa dizer, entretanto, que tal padrão necessariamente seja reproduzido também em relação à família que se possa ter constituído no Brasil (ou mesmo no Paraguai) no curso da vida. Os filhos de André, por exemplo, ainda que tenham boa proficiência em guarani, se comunicam melhor com o pai em português, idioma do país onde cresceram³⁴⁴. Já Joana mantém vivo o guarani em sua interação com o marido, mas

³⁴⁴ Reflexão similar pode ser feita em relação ao castelhano. Josefina, uma das entrevistadas que reconhece o referido idioma como o seu principal, concede o seguinte depoimento: “E tem a questão que a maioria que eu

não consegue fazê-lo com a filha brasileira de menos de dez anos, que, por não gostar do idioma, somente responde em português ou castelhano. Talvez à medida que for amadurecendo e definindo sua identidade queira reivindicar essa herança linguística, acredita a entrevistada. Luana e o cônjuge, de igual modo, interagem em guarani um com o outro, mas se dirigem aos filhos apenas em português, pois seria o idioma que precisariam aprimorar para garantir um bom desempenho na escola e, por conseguinte, melhores oportunidades de vida no futuro. Augusto, finalmente, em casa com a esposa e os filhos de volta ao Paraguai, fala o jopará, enquanto, em sua própria criação, só ouvia o guarani. São casos que ajudam a dimensionar os desafios para a preservação do guarani também entre as famílias migrantes³⁴⁵, mesmo quando este resiste em sua variação misturada com seu par ibérico, tendo em conta a posição particularmente vulnerável do referido idioma sul-americano nos contextos de bilinguismo, conforme apontado por Melià (2011) e exposto no Capítulo 2. De qualquer forma, em diversas situações no trabalho de campo, testemunhamos o uso corrente do guarani, como nos diálogos de Emiliano com sua família durante nossa entrevista – mantidos exclusivamente nessa língua –, nas tratativas de André com clientes seus enquanto conversávamos e nas interações de Zacaria com jovens paraguaios que o buscavam em seu local de trabalho, apenas para citar alguns exemplos.

Não se pode deixar de mencionar, ainda, a presença de monolíngues em guarani entre os migrantes estabelecidos na Grande São Paulo, como a entrevistada Marisa, que, relembando Verón (2020a) – também outrora citado nesta tese –, constituiria com seus semelhantes o “pulmão da língua”. Em seu relato, porém, ficam claras as particulares dificuldades de comunicação que enfrentou no Brasil, conforme demonstrado no seguinte trecho, em jopará: *“La verdad mante che forza’i la guaraní... O sea que la Brasilpe gua che*

vejo... Hoje está mudando um pouco, mas a maioria, assim, os filhos não falam, por exemplo, espanhol, falam português, e eu fiz questão que as minhas filhas falassem espanhol aqui em casa. Não é nem pela questão cultural, vou falar sendo sincera. Foi mais pela questão do ganho... que eu lia muito sobre psicolinguística, neurologia, a criação de pontes neurais, e eu ficava pensando... parece que é interessante, como funciona o cérebro de um bilingue, diferente de um monolíngue. Aí pensei: ‘hum... acho que vou querer isso para a minha filha’. Aí eu comecei a ir por esse caminho. Mas, se você for ver, são poucas as pessoas que falam no idioma materno deles, dos pais, com os filhos. A maioria que eu conheço fala em português”. A experiência que tivemos em alguns dos eventos da comunidade paraguaia que frequentamos durante o trabalho de campo se alinha à fala da entrevistada. Em uma missa de Dia das Mães celebrada em Guarulhos em maio de 2023, todas as crianças que notamos interagindo com os pais e familiares usavam o português para falar com eles, ainda que tudo o que lhes fosse dito estivesse em castelhano ou jopará. Significa dizer que entendiam o que era falado nesses idiomas, mas não o expressavam na hora de se expressarem.

³⁴⁵ Uma das possíveis implicações da perda de transmissão intergeracional de um idioma é o comprometimento da comunicação de filhos e netos nascidos e/ou crescidos no Brasil com familiares que ficaram no Paraguai, culminando em um distanciamento entre essas pessoas.

forza'i va'ekue. Primerorã nañe'êkuaái va'ekue la brasil ñe'êpe, o sea que castellanope memete ajopy hendie kuéra pero notendepa quasui avei hikuái, umi brasileiro”³⁴⁶.

5.2.2 Etapas migratórias

Nos relatos coletados em nosso trabalho de campo estão apontados os movimentos migratórios empreendidos pelos paraguaios entrevistados para além daquele que os levou a fixar residência em São Paulo. Para fins de análise, organizamo-los em cinco etapas migratórias, iniciando-se pelo local de origem dos genitores e passando pelos municípios de nascimento, de maior tempo de vida no Paraguai, de última residência antes da migração ao Brasil e de morada quando realizada a entrevista, conforme consta no Quadro 3, abaixo. O nome fictício da pessoa à qual corresponde cada trajetória foi omitido, com o intuito de se minimizarem os riscos de que conhecidos seus a identifiquem, sobretudo nos casos de quem demonstrou algum receio a esse respeito. Os dados de sua biografia migratória tampouco são apresentados necessariamente na mesma ordem seguida no Quadro 2.

³⁴⁶ Tradução livre para o português: “Na verdade, me ‘forçava’ [o fato de eu só falar] o guarani... Ou seja, isso do Brasil [em referência ao idioma português] me ‘forçava’. Primeiro, eu não sabia falar no idioma que falavam no Brasil. Ou seja, me esforçava com eles em castelhano, mas eles também não me entendiam muito, esses brasileiros”.

QUADRO 3 – Etapas migratórias dos paraguaios entrevistados para a tese

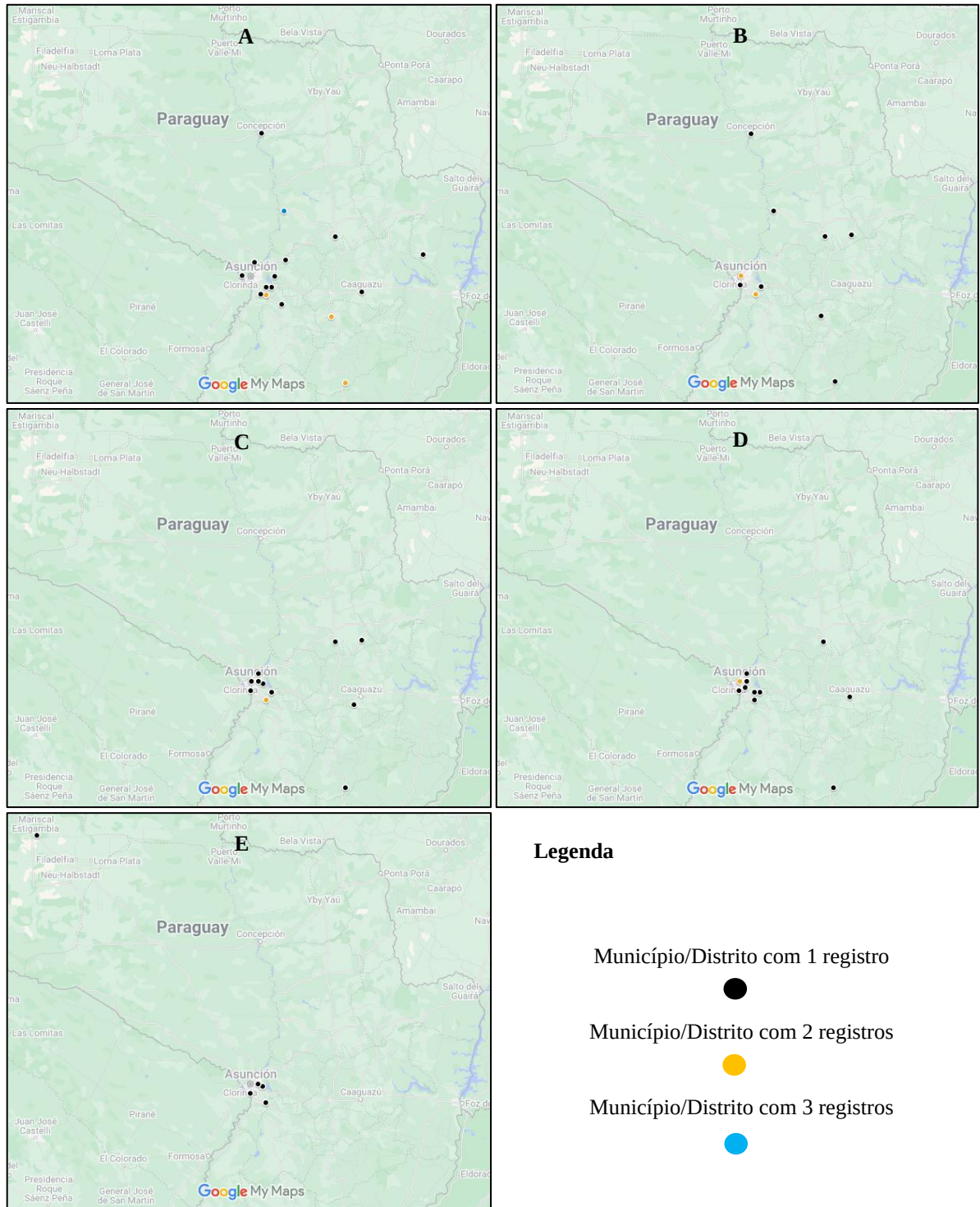
Trajetória	Naturalidade dos Genitores		Local de Nascimento	Cidade de Maior Tempo de Residência No PY	Última Cidade de Residência no PY Antes de Migrar ao BR	Residência no Momento da Entrevista
	Pai	Mãe				
1	Guarambaré (Dep. Central)	Itá (Dep. Central)	Itá (Dep. Central)	Itá (Dep. Central)	Asunción	São Paulo (São Miguel Paulista)
2	Ypacaraí (Dep. Central)	Itaiguá (Dep. Central)	Ypacaraí (Dep. Central)	Ypacaraí (Dep. Central)	Ypacaraí (Dep. Central)	Itá (Dep. Central)
3	Itá (Dep. Central)	Villa Hayes (Dep. Pres. Hayes)	Itá (Dep. Central)	Itá (Dep. Central)	Itá (Dep. Central)	São Paulo (Zona Norte)
4	Villa del Rosario (Dep. San Pedro)	Villa del Rosario (Dep. San Pedro)	Villa del Rosario (Dep. San Pedro)	Luque (Dep. Central)	Luque (Dep. Central)	Luque (Dep. Central)
5	José Falcón (Dep. Pres. Hayes)	Villa del Rosario (Dep. San Pedro)	Asunción	Limpio (Dep. Central)	Limpio (Dep. Central)	São Paulo (Bom Retiro)
6	-	Altos (Dep. Cordillera)	Asunción	Asunción	Asunción	São Paulo (Bom Retiro)
7	Arroyos y Esteros (Dep. Cordillera)	Caaguazú (Dep. Caaguazú)	Capiibary (Dep. San Pedro)	Capiibary (Dep. San Pedro)	Itaiguá (Dep. Central)	São Paulo (Guaianases)
8	Paraguarí (Dep. Paraguarí)	Itakyry (Dep. Alto Paraná)	Villa Elisa (Dep. Central)	Villa Elisa (Dep. Central)	Villa Elisa (Dep. Central)	Villa Elisa (Dep. Central)
9	-	Concepción (Dep. Concepción)	Concepción (Dep. Concepción)	Areguá (Dep. Central)	San Lorenzo (Dep. Central)	Areguá (Dep. Central)
10	Yuty (Dep. Caazapá)	Yuty (Dep. Caazapá)	Yuty (Dep. Caazapá)	Yuty (Dep. Caazapá)	Yuty (Dep. Caazapá)	São Paulo (Bom Retiro)
11	-	San Estanislao (Dep. San Pedro)	San Estanislao (Dep. San Pedro)	San Estanislao (Dep. San Pedro)	San Estanislao (Dep. San Pedro)	Mcal. Estigarribia (Boquerón)
12	Villarrica (Dep. Guairá)	Villarrica (Dep. Guairá)	Villarrica (Dep. Guairá)	Itá Planchón (Dep. Caaguazú)	Caaguazú (Dep. Caaguazú)	Guarulhos (Jardim Jacy)

Fonte: Elaboração própria.

Para ilustrar a distribuição dos municípios ou distritos citados anteriormente, foram feitos, ainda, cinco mapas (Mapa 12), um para cada etapa migratória previamente mencionada, que, juntamente com os dados do Quadro 3, serão analisados na sequência. No último deles

(identificado com a letra “E”), vale explicitar que estão ressaltados somente os locais de residência no tempo da entrevista de quem se estabeleceu novamente no Paraguai.

MAPA 12 – Municípios ou distritos de origem dos genitores (A), naturalidade (B), maior tempo de residência no Paraguai (C), última residência antes da migração ao Brasil (D) e de moradia no momento da entrevista (E)



Fonte: Google (2023), com marcações nossas.

Adotando-se como ponto de partida o local de origem dos genitores, observa-se que, dos dezesseis municípios ou distritos identificados, nenhum está entre os onze que compõem a Área Metropolitana de Asunción (AMA), embora alguns se situem em seu entorno próximo. Em contrapartida, municípios da AMA não só passam a aparecer nas etapas migratórias subsequentes dos entrevistados como o fazem em número crescente na medida em que se avança de uma para outra, chegando a compor mais da metade das menções de último local de residência no Paraguai antes da primeira migração ao Brasil. Pelo histórico migratório familiar e a própria trajetória dos entrevistados, notam-se, desse modo, movimentos que parecem refletir os processos de migração interna em direção à capital paraguaia e seu entorno metropolitano em curso ao longo das últimas décadas, abarcados no Capítulo 3.

De volta à primeira etapa migratória que se delimitou, se, por um lado, não constam municípios da AMA, por outro, é notável a diversidade de origens inclusive quando se tomam como unidade geográfica de referência os departamentos. Nesse caso, tem-se a relação de nove departamentos citados (de um total de 17 no país, além de Asunción como distrito capital), nomeadamente, Alto Paraná, Caazapá, Central, Concepción, Cordillera, Guairá, Paraguarí e San Pedro, da região oriental, e Presidente Hayes, da ocidental ou Chaco. No caso do último, os municípios que aparecem são os de Villa Hayes e José Falcón, ambos próximos da margem direita do rio Paraguai e a poucos quilômetros de distância da capital nacional. As únicas referências a nível municipal que se repetem em relatos de pessoas diferentes são Villa del Rosario (no departamento de San Pedro) e Itá (departamento Central).

Sobre os locais de nascimento dos entrevistados, enquanto têm-se os primeiros registros alusivos à AMA nos relatos, o restante dos municípios mencionados corresponde àqueles de origem de pelo menos um dos genitores. São eles: Villarrica (departamento de Guairá), Concepción (departamento homônimo), Villa del Rosario (San Pedro), San Estanislao (San Pedro), Yuty (Caazapá), Itá (Central) e Ypacaraí (Central). A exceção seria Capiibary (San Pedro). Não constam mais nessa etapa localidades em Alto Paraná, Cordillera, Paraguarí e Presidente Hayes.

A concentração de menções em municípios da AMA e de suas cercanias mais imediatas no departamento Central se intensifica quando se dirige a atenção aos locais de residência mais longa no Paraguai. Os departamentos de Concepción e Guairá já não são mais relacionados, assim como um dos municípios de San Pedro. Por outro lado, tem-se um registro em Caaguazú, departamento ao qual são reservadas algumas linhas mais adiante.

Ao se prosseguir aos locais de residência prévios à primeira migração ao Brasil, duas realidades distintas se fazem notar. A primeira é uma presença ainda maior dos

entrevistados na AMA, considerando que, antes de emigrar, seis deles se distribuíam por Asunción, San Lorenzo, Limpio, Luque e Villa Elisa. A outra realidade é a dos paraguaios oriundos de departamentos mais próximos da fronteira com o Brasil, que realizaram seu deslocamento ao exterior sem ter alguma vez migrado à capital nacional e seus arredores.

Mapearam-se, de igual modo, os municípios onde se estabeleceram os paraguaios que voltaram ao país natal e ali residiam no momento da entrevista. Do total, quatro estão no departamento Central (sendo três deles pertencentes à AMA) e um, em Boquerón – correspondente à entrevistada nascida na zona rural de San Estanislao, San Pedro.

Vale pontuar que as trajetórias traçadas anteriormente não esgotam todas as etapas migratórias que uma pessoa possa ter cumprido. Nosso entrevistado natural de Concepción, por exemplo, migrou ainda infante à conurbação que abrange a AMA e algumas cidades do entorno, onde, além dos municípios de San Lorenzo e Areguá, transitou como residente por Asunción e Villeta. Semelhante ressalva se aplica às movimentações ocorridas já em território brasileiro. Ainda que nenhum dos entrevistados tenha residido em outro município a não ser aqueles localizados na RMSP, as mudanças de endereço aparecem, com variada frequência, nos relatos, sejam elas de caráter intermunicipal – com destaque aos fluxos de São Paulo a Guarulhos – ou de um bairro a outro da própria capital paulista – geralmente, do Centro às zonas Leste e Norte –, podendo, ambas, ser situadas em um processo mais amplo de “periferização” não só das migrações paraguaias em específico, mas daquelas de natureza Sul-Sul como um todo na referida região metropolitana. O tema, com foco na população à qual está dedicada esta tese, será mais bem discutido quando tratarmos da localização das oficinas de costura (e, eventualmente, outros estabelecimentos da cadeia de confecções) em que se ocuparam os paraguaios entrevistados.

Tampouco estão contemplados no Quadro 3 e no Mapa 12 os movimentos de caráter não migratório que possam ter sido feitos ao Paraguai após estabelecida a residência na Grande São Paulo, como visitas familiares. Estas foram recorrentemente citadas, ocorrendo principalmente nos finais de ano. González, Joana e Luana, por exemplo, contaram que sempre vão ao Paraguai em dezembro para passar as festividades da época com os pais, parentes e amigos, como o faziam Humberto e Michael quando moravam no Brasil. Esse aumento no volume de viagens é sentido por Zacaria na empresa de viação em que trabalha, dedicada especialmente a essa rota de São Paulo até o país vizinho. Segundo relata, “no fim do ano, a gente manda ônibus todo dia a partir do dia 10 de dezembro até o 20 de dezembro... Mandamos três ônibus, quatro ônibus por dia para a fronteira [com o Paraguai]. Só da nossa empresa. Tem outros aí [...]”.

A frequência e a extensa difusão do hábito das visitas ao Paraguai nos fins de ano são uma das demonstrações de preservação dos vínculos que se sustentam com o país de origem enquanto parte do “espaço de vida” do migrante – para fazer uso de um dos conceitos apresentados no Capítulo 1 (Courgeau; Lelièvre, 2006). Outra demonstração seriam movimentos (ainda) não concretizados, como o retorno, planejado por entrevistados como Emiliano e Josefina, que já têm propriedade (no caso do primeiro) ou terreno para construir (no caso da última) no Paraguai, e González. Sobre o último, é curioso notar que, no início de nossa conversa, ao ser indagado a respeito de seu local de nascimento, respondeu: “*soy de la ciudad de Asunción, [pero] actualmente estoy en [...] Limpio*”³⁴⁷. Vê-se que, mesmo já tendo completado mais de quinze anos de residência ininterrupta em São Paulo, González se refere a Limpio como o lugar onde, de fato, estaria estabelecido, embora passasse apenas poucas semanas ali, entre dezembro e janeiro de cada ano, de visita à família. A fala permite remeter-se ao conceito de “multiresidência” de Domenach e Picouet (1995) – também estudado no Capítulo 1 –, já que nela se reconhece a existência de uma “residência-base” – ou seja, um lugar ao qual é altamente provável o retorno – que é distinta daquela onde mais tempo do ano se passa. Origem e destino, para González, pouco parecem se distinguir, considerando que é em São Paulo que o paraguaio encontraria, há muito, sua radicação, enquanto o Paraguai mesmo seria vislumbrado olhando-se para a frente, como a terra a se alcançar no porvir.

O regresso ao país de nascimento, por outro lado, também pode ser algo vivenciado mais de uma vez ao longo do curso de vida. Aproveitando-se a menção a Domenach e Picouet (1995), é possível abordar a trajetória de alguns dos entrevistados a partir da noção de “reversibilidade migratória” (definida também no Capítulo 1), que compreende o referido movimento, seja ele recorrente ou esporádico. Um caso emblemático nesse sentido é o de Michael, que, após ter se estabelecido em São Paulo pela primeira vez em 2011, mudou-se novamente ao Paraguai duas vezes (sem contar com as ocasionais visitas feitas em datas festivas), país em que atualmente reside. Já André, depois de dois anos de residência na capital paulista, regressou a sua cidade natal e lá permaneceu por dez anos, até que migrou outra vez ao Brasil, de onde não se mudou mais. Em momento mais oportuno, tendo-se discorrido com mais profundidade sobre a vivência dos entrevistados em São Paulo, retomar-se-á o tema das migrações de retorno, incluindo-se tanto os fatores relacionados à tomada de tal decisão como suas possíveis implicações.

³⁴⁷ Tradução livre para o português: “Sou da cidade de Asunción, [mas] atualmente estou em [...] Limpio” (González).

Como última ressalva referente aos dados expostos no Quadro 3 e no Mapa 12, é preciso dizer que estes não necessariamente refletem a real proporção em que se apresentam os locais de origem na biografia da generalidade dos migrantes paraguaios que se dirigem à RMSP, pois, como se deve lembrar, nossa pesquisa não tem caráter amostral. O cuidado é especialmente válido para o caso de Caaguazú, que, nas palavras de todos os entrevistados que se pronunciaram sobre o assunto, consta como o departamento de mais recorrente procedência entre os pares nos últimos tempos, o que justifica que se dedique a ele uma atenção mais acurada.

5.2.2.1 Caaguazú

Conforme observado no Capítulo 3, Caaguazú tem se caracterizado há décadas como um departamento que mais expulsa do que atrai população do ponto de vista migratório. Nos resultados do Censo de 2002, por exemplo, vê-se que, dos vinte e cinco distritos com os saldos migratórios negativos mais proeminentes, quatro se localizam ali, sendo eles Vaquería (3º pior saldo), Santa Rosa del Mbutuy (6º)³⁴⁸, San Joaquín (8º) e a homônima Caaguazú (24º) (DGEEC, 2005b). No relatório em que estão divulgados ditos dados, sugere-se que tal realidade seria explicada pela “pressão” demográfica que haveria nesse e em outros departamentos adjacentes em decorrência da combinação de altas taxas de fecundidade – em 2002, a TFT *caaguaceña* era de 4,05, a quinta maior do país naquele ano – e poucas alternativas de subsistência disponíveis (DGEEC, 2005b).

A particular situação de “expulsão populacional” de Caaguazú se reflete nas migrações que se dirigem à RMSP. Embora os censos demográficos e outras fontes de dados oficiais não permitam a verificação do local de origem dos paraguaios radicados na região por município ou departamento, outros levantamentos podem ser utilizados como uma *proxy*, entre eles, registros administrativos de instituições da sociedade civil com intenso trânsito de migrantes internacionais, como os da Missão Paz. Nestes, de acordo com apuração de Domingues (2019), consta que, de um total de 2.440³⁴⁹ paraguaios que passaram pelo Centro

³⁴⁸ Santa Rosa del Mbutuy está localizada na divisa com o departamento de San Pedro, próximo a San Estanislao, Capiibary e Curuguaty (esta em Canindeyú). Na volta de nossa estadia no Paraguai para a realização de parte do trabalho de campo da presente pesquisa em abril de 2023, tomamos um táxi cujo motorista provinha desse distrito. Na ocasião, contou-nos, entre outros detalhes, que, devido à aguda falta de oportunidades de subsistência na região, muitos de seus conterrâneos, quando não migravam internamente ou ao exterior, terminavam trabalhando para menonitas, que eram as pessoas que detinham boa parte das fazendas dedicadas à agricultura e à criação de gado que absorviam força de trabalho local.

³⁴⁹ Domingues (2019) salienta que, para a composição do número, foram desconsideradas as fichas que não tinham a informação de local de origem preenchida.

Pastoral de Mediação ao Migrante (CPMM) entre 2000 e 2012, 25% (ou 622, em termos absolutos) eram de Caaguazú, seguidos de 19% (437) do departamento Central, 9% (228) do Alto Paraná, 6% (153) de Paraguarí e 5% (130) de San Pedro (Domingues, 2019). Outra fonte relevante é o cadastro de famílias realizado na RMSP por um dos coletivos paraguaios de atuação mais ressaltante durante a pandemia de Covid-19, que, para fins de garantia de sigilo, não será nomeado. Tivemos entre nossos entrevistados um (ou uma) de seus integrantes, que, de igual modo, não distinguiremos sequer com o nome fictício adotado para resguardar o máximo possível sua identidade. Quando questionado sobre a distribuição dos migrantes paraguaios estabelecidos na região segundo sua origem, respondeu o seguinte:

De todos que vêm [à RMSP], vou colocar para você em porcentagem: dos imigrantes que vêm do Paraguai, 30% [são] de Caaguazú. [...] De Ciudad del Este [Alto Paraná], eu diria, 15%. De Encarnación [Itapúa], 10%. Capiibary e San Pedro... Não! San Pedro, que é um departamento... De San Pedro, põe aí uns 20%. De San Pedro, tem muitos. Depois vem... tem Caacupé, Assunção... são pequenas porcentagens.

Pelas cifras fornecidas, a soma de Caaguazú com San Pedro corresponderia pelo menos à metade dos paraguaios, o que o entrevistado reestimou para “quase 60% já” quando repassamos o cálculo com ele, sendo que a maioria proveria da zona rural desses departamentos. A coincidência com os dados da Missão Paz está justamente no topo da lista, no qual figura o nome de Caaguazú. Joana, outra participante de nossa pesquisa, compartilha da mesma percepção ao asseverar que, no Bom Retiro (onde reside e trabalha), “*hay más gente de Caaguazú [trabajando en talleres de costura] que de otros sitios*”³⁵⁰. Este, inclusive, é o caso de seu marido, com quem tem uma oficina de confecção, assim como dois cunhados que trabalham com eles³⁵¹. Outros migrantes naturais desse mesmo departamento apareceram nos relatos coletados, mas, ao final, entrevistamos apenas uma pessoa de lá³⁵², a dizer, Emiliano, que, embora tenha nascido em Villarrica (Guairá), ainda bebê se mudou para a zona rural de Caaguazú, onde cresceria e constituiria sua família também. Sua esposa, com quem tem uma oficina em Guarulhos, parte dos filhos e uma funcionária (que não é parente) são *caaguaceños*,

³⁵⁰ Tradução livre para o português: “Tem mais gente de Caaguazú [trabalhando em oficinas de costura] que de outros lugares”.

³⁵¹ Outro indício da prevalência de Caaguazú enquanto berço das migrações paraguaias à RMSP atualmente veio em uma conversa informal tida com um dos funcionários da Missão Paz mais próximos da comunidade. Ao ser indagado sobre o lugar de onde costumavam vir os novos paraguaios que chegavam especificamente a Guarulhos, respondeu-me, prontamente e sem hesitações, que a maioria era do referido departamento. Acrescentou, ainda, que muitos tinham como primeira língua o guarani.

³⁵² Marisa, outra de nossas entrevistadas, é de San Pedro, mas de uma localidade na divisa com Caaguazú, o que permitiria que ela fosse citada também como oriunda dessa mesma região, que compartilha de um mesmo conjunto de características sociais, econômicas e geográficas.

assim como uma afilhada e seu cônjuge, vizinhos na cidade e precursores da família na inserção no ramo da confecção local.

Emiliano conta que seus pais se estabeleceram na “*campaña*” – termo comumente empregado no Paraguai em alusão ao campo – dos arredores do município de Caaguazú há cinquenta anos, quando ainda havia “*montes*” – em referência a bosques. Trabalhavam com agricultura nos quase doze hectares de terras então adquiridas, atividade à qual o entrevistado e a esposa deram sequência. O principal cultivo que tinham era o de mandioca. Além do tubérculo recém-colhido, comercializavam também seu amido. Emiliano esclarece, no entanto, que suas vendas apenas eram boas quando havia falta do referido produto no mercado; do contrário, a competição era acirrada, e os ganhos, por conseguinte, muito reduzidos. Caminhoneiros de diferentes partes do país se dirigiam a sua propriedade e compravam a produção, que ulteriormente era distribuída por centros urbanos como Asunción.

Um ano, contudo, o excesso de oferta de mandioca no mercado fez com que esses intermediários se valessem de outros fornecedores – talvez mais acessíveis em termos de localização e preço –, levando Emiliano e a família a ficar com quase a totalidade de uma colheita que havia sido farta. Sua esposa, para compensar as perdas e tentar incrementar a renda da família, passou a fazer *chipas* e vendê-las na cidade de Caaguazú, distante a pouco tempo de viagem em moto. Parte do dinheiro era investido em novo cultivo de mandioca, além de milho e feijão, tanto para subsistência como para a diversificação dos produtos a serem comercializados. A persistência do parco retorno financeiro com a principal atividade que desempenhavam culminou na decisão de se desfazer de uma parcela da propriedade que tinham no campo e se mudar para Caaguazú. Lá, abriram uma *chipería*, que, logo no primeiro ano de funcionamento, daria bons resultados, com um número de trabalhadores contratados para vender os salgados pela cidade. Não tardou muito para que montassem também um açougue, no mesmo estabelecimento.

Com a chegada da pandemia de Covid-19, as receitas da família voltariam a despencar. A implementação de medidas de distanciamento social no Paraguai para a contenção da disseminação do vírus impediu que se pudesse circular pelas ruas para vender comida. A busca por carne também cairia significativamente. Alternativas a esse cenário se estreitariam na medida em que uma volta ao campo não era cogitada, seja devido às frustrações com as últimas tentativas de escoamento da produção de mandioca, seja pelo fato de Emiliano padecer de diabetes e já não gozar de uma condição de saúde vigorosa o suficiente para se submeter a um labor que, como ele mesmo definiria, é duro, ainda mais sob o intenso calor que faz no Paraguai durante a maior parte do ano. A partir do contato com uma afilhada, que já tinha com

o cônjuge sua oficina de costura em Guarulhos, surgiu a oportunidade da migração ao Brasil, que se concretizaria em 2022. Emiliano descreve o contexto de tomada dessa decisão como alguém que resiste, mas é vencido pelas circunstâncias, como se vê abaixo:

*Nosotros le llamamos por teléfono a nuestra ahijada. ‘Es muy seria la situación acá’. Nosotros le hablamos por teléfono. ‘¿Y por qué, padrino?’ ‘No hay más venta. Se nos cortó todas las cosas. Ya no hay más venta’. Nosotros luchamos bastante por no venir acá. Yo no me quería venir. En primer lugar, yo no me acostumbro a venir a un trabajo ajeno. Nunca [...]. A mí no me entra bien de una persona de decirme las cosas, de hacer las cosas... No me gusta.*³⁵³

Emiliano trabalharia por apenas um mês para a afilhada antes de montar sua própria oficina com a esposa. Ele, debilitado pela enfermidade, terminaria se dedicando mais à cozinha, onde prepararia não só as refeições da família e dos funcionários, mas, também, salgados típicos de seu país para vender pelas demais oficinas de paraguaios do bairro, aspectos que serão retomados em momento mais oportuno.

Esse caso é ilustrativo de parte das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores da região de Caaguazú. Alinha-se, ademais, às considerações sobre tal realidade incluída no relatório da DGEEC (2005b) citado no começo desta subseção, como se traduz na sequência:

Nos departamentos que registram a maior quantidade de distritos expulsos [de população], como San Pedro, Caazapá e Caaguazú, também são registradas as maiores incidências de atividades primárias em sua estrutura ocupacional. É possível concluir, portanto, que o desmantelamento desse tipo de processos está associado com a mudança das tecnologias de produção. Para isso, seria necessário o incentivo à associação dos agentes para permitir-se incrementar a escala da produção agropecuária, assim como sua capitalização, além do incentivo a projetos de investimento nos setores secundário e terciário da economia desses lugares, como agroindústrias, cooperativas, comércios, serviços de comunicação e transporte etc. Sem dúvidas, também é necessário o investimento público em infraestrutura viária para facilitar o acesso aos mercados (DGEEC, 2005b, p. 54 – tradução livre)³⁵⁴.

³⁵³ Tradução livre para o português: “Nós ligamos para nossa afilhada. ‘É muito séria a situação aqui’. Nós falamos com ela por telefone. ‘E por quê, padrino?’ ‘Não tem mais venda. Todas as nossas coisas foram cortadas. Já não tem mais venda’. Nós lutamos bastante para não vir aqui [a Guarulhos]. Eu não queria vir. Em primeiro lugar, não me acostumo com um trabalho alheio. Nunca [...]. Não me cai bem que uma pessoa me diga as coisas, o que tenho que fazer... Não gosto” (Emiliano).

³⁵⁴ Trecho original, em castelhano: “En los departamentos que registran la mayor cantidad de distritos expulsos [de población], como San Pedro, Caazapá y Caaguazú, también se registran las mayores incidencias de las actividades primarias en su estructura ocupacional. Es posible concluir, por tanto, que la desmantelación de este tipo de procesos está asociada con el cambio de las tecnologías de producción. Para ello sería necesario el incentivo a la asociación de los agentes para permitir incrementar la escala de la producción agropecuaria, así como su capitalización, además del incentivo a proyectos de inversión en los sectores secundario y terciario de la economía de estos lugares, como agroindustrias, centros de acopio, comercios, servicios de comunicación y transporte, etc. Sin duda también es necesaria la inversión pública en infraestructura vial para facilitar el acceso a los mercados” (DGEEC, 2005b, p. 54).

Pode-se supor que a baixa diversificação das atividades econômicas locais à qual se faz referência no trecho acima seja um dos elementos relacionados à falta de trabalho que Emiliano e entrevistadas como Joana – com vínculos com *caaguaceños* – e Marisa – que é de San Pedro, mas de uma localidade na divisa com Caaguazú – também relatariam. Para eles, o mercado laboral da região não ofereceria oportunidades suficientes de subsistência, seja no campo ou nas cidades, situação que seria especialmente aguda no caso dos trabalhadores de baixa qualificação. Este último aspecto fica evidente em uma fala de Emiliano, na qual reconhece a existência de fábricas de açúcar e de erva-mate em locais pouco distantes de onde morava, mas cujas vagas de trabalho não poderia disputar, já que demandam uma formação técnica que ele e a maioria de seus conterrâneos não têm.

As adversidades que impelem muitos paraguaios do interior de departamentos como o de Caaguazú a migrar a São Paulo podem, também, ser observadas por uma perspectiva histórica, como o faz x integrante daquele coletivo paraguaio entrevistadx por nós. Em sua fala, alude-se a incentivos públicos à produção do pequeno agricultor que teriam chegado a vigorar até mesmo durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) – que, como se expôs no Capítulo 3, seria mais bem reconhecida pelas medidas que conduziriam a uma exacerbação da concentração de terras no país e à agudização dos conflitos no campo –, mas que terminariam sendo minados ou extintos, em prejuízo a essa população:

Eles [paraguaios de departamentos como Caaguazú e San Pedro] migram muito do interior para grandes cidades, seja outro país ou Assunção... porque Assunção está cheio de migrantes do interior. Por quê? Na ditadura, o presidente Stroessner tinha um banco chamado 'Banco de Fomento'. Então, esse Banco de Fomento fomentava agricultura e *ganadería* [pecuária] no interior. Então, o que é que acontecia? O agricultor ia lá, pegava o dinheiro, plantava o algodão dele, mandioca e tudo mais. Produzia. Então, o próprio governo comprava dele o produto dele. O governo era o patrão deles, entendeu? E ele ia, administrava assim o Paraguai. Então, o que é que acontece? O pequeno produtor e o médio produtor vendia para o governo a um preço... que o preço do governo ninguém conseguia. Ele pagava melhor. Então, ninguém... o atravessador não conseguia nada em cima do agricultor. Então, quando acabou isso, o que é que acontece? O brasileiro esperto, aí na região do Alto Paraná, Canindeyú e tudo mais, viu aquela terra improdutivo... O agricultor de lá [do Paraguai] não tinha capital, não tinha mais crédito... O que é que eles fizeram? Venderam o terreno e foram para a capital, comprar um pedaço [de terra] lá. Levou toda a família lá... a família sem estrutura, sem estudo, sem nada, então não tinha como eles sobreviverem lá... Então, ou migra para a Espanha, migra para a Argentina ou migra para o Brasil. E a maioria que ficou com um terreno pequeno lá no interior... a maior parte... 70% dessa população que está ocupando esse departamento que foi atingido por esse problema, migram para o Brasil. [...] Eu faço uma pequena entrevista... [...] quando [a pessoa] vem de Capiibary... aí eu falo assim: 'Capiibary é uma região produtiva'. Ela produzia muito algodão, né. Aí eu pergunto para ele: 'O que é que vocês fizeram?'. 'Ah, meu pai vendeu [a propriedade]. Só ficou um pedaço lá da terra. Gastou todo o dinheiro, ficou sem terra'. Porque ele não tinha aquele incentivo do governo que tinha antes [...] para ele produzir. Então, devido a isso é que tem muita terra improdutivo, com seis, sete filhos... um aqui no Brasil, dois na Espanha, dois na Argentina... e os filhos ajudam ele, tipo, [com] uma aposentadoria, e vivem essa vida.

Desprende-se das palavras dx entrevistadx a exposição que pequenos agricultores de Caaguazú e departamentos adjacentes passariam a ter a uma competição desigual inclusive com proprietários de terra brasileiros, muitos deles dedicados – como também se abordara no Capítulo 3 – ao cultivo de soja, o que seria mais um fator de expulsão populacional na região. Emiliano discorre sobre esse fato, afirmando que os mais pobres estariam particularmente suscetíveis a pressões econômicas para negociarem suas terras com latifundiários, conforme ilustrado no seguinte trecho: *“Ellos compran muchos lugares. Si yo no quiero vender mi lugar... Si está en un precio... de, digamos, a 25 mil reales la hectárea, ellos le ponen 40 o 50 [mil]. El doble... para que la gente se salga. Y ellos para plantar la soja ahí”*³⁵⁵. Por necessidade, esses trabalhadores rurais acabariam vendendo tudo o que possuiriam, incluindo o terreno onde estaria erguida sua moradia, tendo que, assim, migrar de lá para refazer a vida, como concluiria. O uso de veneno nas grandes plantações vizinhas também é citado como um fator que levaria as pessoas a migrarem de seus locais habituais de residência. Emiliano, contudo, esclarece que não enfrentou esse tipo de problema, pois sua propriedade ainda guardaria distância das áreas mais afetadas pela expansão dos latifúndios em Caaguazú.

5.2.3 Redes migratórias e o primeiro pé em São Paulo

Tendo-se percorrido acerca dos locais de origem dos entrevistados e as etapas migratórias percorridas, torna-se propício começar a entender o papel que as redes migratórias desempenharam ao longo de toda a trajetória de deslocamento dessas pessoas. O ponto de partida adotado para tanto foi o momento da primeira migração do Paraguai ao Brasil, reservando-se a subseção seguinte, de número 5.2.4, mais especificamente para aspectos relacionados à vida social e laboral da pessoa uma vez já estabelecida na RMSP.

Antes de tudo, não é trivial lembrar que, no Capítulo 1 desta tese, foram expostos os conceitos de “redes migratórias” que servem de referência também para o presente capítulo, sendo indicado, portanto, sua revisão antes de se prosseguir com a leitura.

Feita a recomendação, elucida-se que, além da compreensão da atuação de parentes, amigos, conterrâneos e outros atores na viabilização da experiência migratória dos entrevistados, almeja-se perceber, de forma mais ampla, quais mudanças ocorreram na articulação das redes migratórias ao longo da história dos fluxos de paraguaios trabalhadores

³⁵⁵ Tradução livre para o português: “Eles [grandes proprietários de terra, sobretudo brasileiros] compram muitos lugares. Se eu não quero vender o meu lugar... Se está a um preço... de, digamos, 25 mil reais o hectare, eles oferecem 40 ou 50 [mil]. O dobro... para que as pessoas vão embora. E eles, para plantar soja ali” (Emiliano).

da confecção têxtil à RMSP. Com esse objetivo em mente, organizou-se a exposição dos respectivos resultados de pesquisa em três períodos, com o conteúdo de cada um deles baseado precipuamente nos relatos dos entrevistados que, nesse tempo delimitado, realizaram sua primeira migração ao Brasil. No Quadro 4, constata-se o ano em que ditos movimentos se deram, respeitando-se a mesma ordem de exposição seguida no Quadro 3:

QUADRO 4 – Ano da primeira migração à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) dos paraguaios entrevistados para a tese

TRAJETÓRIA	LOCAL DE NASCIMENTO	ANO DA 1ª MIGRAÇÃO À RMSP
1	Itá (Dep. Central)	1982
2	Ypacaraí (Dep. Central)	1984
3	Itá (Dep. Central)	1990
4	Villa del Rosario (Dep. San Pedro)	2004
5	Asunción	2005
6	Asunción	2008
7	Capiibary (Dep. San Pedro)	2008
8	Villa Elisa (Dep. Central)	2010
9	Concepción (Dep. Concepción)	2011
10	Yuty (Dep. Caazapá)	2011
11	San Estanislao (Dep. San Pedro)	2021
12	Villarrica (Dep. Guairá)	2022

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro período abarcado tem início no final dos anos 1970 e transcurso na década de 1980. Foi nele que três dos entrevistados se estabeleceram pela primeira vez na Grande São Paulo, sendo dois de Itá e um, do vizinho município de Ypacaraí, região que, como se verificará na sequência, pode ser considerada o berço das migrações paraguaias dirigidas ao setor de confecção paulistano.

5.2.3.1 Itá na rota dos coreanos e seu papel na origem das migrações paraguaias ao setor têxtil de São Paulo (fim dos anos 1970 e começo da década de 1980)

Em momento anterior da tese, já se havia adiantado que a inserção de paraguaios em oficinas de costura de São Paulo estava estreitamente vinculada à trajetória de migrantes provenientes da Coreia do Sul no setor. Essa relação, como se deve esclarecer a partir de agora, teria sido gestada em Itá, município localizado no departamento Central, a cerca de 40 quilômetros do Centro de Asunción.

Assim como Argentina e Brasil, embora em menor volume, o Paraguai passou a receber migrantes coreanos nos anos 1960, com o objetivo inicial de que se estabelecessem em zonas rurais e se dedicassem a atividades agropecuárias. Tendo a iniciativa resultado em insucesso semelhante ao que se observara nos dois vizinhos citados, as famílias coreanas radicadas no interior do Paraguai passaram a buscar alternativas de subsistência especialmente em centros urbanos, estivessem eles situados no próprio país, como Asunción, ou no exterior, que é o caso de São Paulo. No que concerne aos fluxos direcionados ao último, com as restrições impostas à entrada regular de coreanos no Brasil nos anos 1970, intensificou-se a passagem de migrantes dessa nacionalidade pelo território paraguaio com o mencionado destino (Mera, 2009; Côrtes, 2014). Vínculos com residentes nos locais de trânsito acabariam sendo criados no curso desses deslocamentos, sendo eles acionados a partir do momento em que crescia a demanda por força de trabalho nas oficinas de costura de coreanos em bairros paulistanos como o Bom Retiro e o Brás.

A princípio, procuravam-se trabalhadores que já contassem com experiência na confecção de peças de vestimenta. Nesse contexto, Itá respondia ao perfil desejado, pois, na época, o município era referência no Paraguai para o ofício de alfaiataria. A forma como essas duas pontas (oferta e demanda) se juntariam é ilustrada por um episódio narrado por nosso entrevistado que migrou a São Paulo em 1982. Remetendo-se a 1979, ano que corresponderia aos primórdios do aliciamento de paraguaios para o trabalho em oficinas em São Paulo, o relato se centraliza na figura de um senhor coreano que já tinha passagem e conhecidos conterrâneos por Asunción e que volta à cidade com a finalidade de conseguir braços à sua produção:

Também tem uma história, um fundamento, [do] porquê os [paraguaios] de Itá vieram para cá [São Paulo]. Porque tinha um moço aí que era casado com uma paraguaia, né [...], que trabalhava como alfaiate lá no Centro de Assunção. Aí, então, em frente a essa alfaiataria, tinha um hotel onde os coreanos se hospedavam. E aí esse coreano que morava aqui [em São Paulo], esse que me trouxe, ele foi para Assunção e ficou nesse hotel. Aí ficou observando a alfaiataria... Tudo homem trabalhando. E tinha muito homem trabalhando lá. Aí ele chegou... porque os orientais têm esse negócio de crescer o interesse deles em cima de alguma coisa que ele está querendo, sabe... Então ele desceu e foi lá, conversou com esse senhor que é dono da alfaiataria. E na alfaiataria perguntou para ele de onde é que vinha tanto costureiro para ele ali, né. Aí ele falou assim: ‘não, meus costureiros vêm de Itá. Todos de Itá’. [...] A terra da costura era Itá. Alfaiate, tudo quanto é tipo de costura, era Itá. [...] Então, aí, esse coreano foi conversar com ele [o dono da alfaiataria], que deu para ele [o coreano] a cidade de Itá. Isso daí foi no ano de [19]79 [...]. Esse coreano, então... ele foi, chegou na cidade de Itá e perguntou, no Mercado Municipal [...]. Então, o coreano chegou lá, e o pessoal [dizia]: ‘ah, é turista o coreano...’. E ele falou assim: ‘¡Costulelo! [em imitação à suposta forma de um coreano falar ‘costureiro’ em castelhano ou português] ¿Dónde? [Onde]’. Aí o pessoal... muito, muito gentil lá, pegou o coreano e [indicou]: ‘ah, costureiro é aqui, aqui’. [...] Aí o Hugo [nome fictício], que hoje é morador aqui em São Paulo... o Hugo e o Roque [nome fictício] estavam tomando tereré, recém-saídos do Exército. Aí o coreano falou assim: ‘você é *costulelo*?’. Aí ele

falou: ‘sou!’. Aí ele pegou esses dois. Esses dois puxou mais cinco, e vieram uma turma de sete pessoas. [...] Aí vieram, e esse coreano era tão inteligente que ele começou a levar cada profissional num canto e começou a montar oficina aqui em São Paulo. E esse... aí nesse meio [tempo], veio o Patricio [nome fictício], e ele foi a célula... que ele montou outro grupo, e depois... às vezes, ele já está no grupo aqui de sete, oito pessoas... levava outra vez essa célula para outro lugar e traziam mais [paraguaios]. Foi vindo assim o pessoal de Itá.

O próprio entrevistado, posteriormente, migraria para trabalhar para o senhor coreano mencionado no trecho acima. Um amigo (identificado pelo nome fictício “Patricio”), que já se dedicava à confecção em São Paulo, foi o responsável por mediar o contato entre os dois. Ato seguido, o senhor coreano foi até Asunción, onde o entrevistado, havia pouco tempo, residia, e formalizou sua proposta de trabalho, comunicando-se em castelhano. Os dois, então, tomariam juntos um ônibus (da companhia Pluma) em direção ao Brasil. Ao registrar sua entrada no país no posto de controle fronteiriço, o entrevistado recebeu um visto de turista. Em Foz do Iguaçu, trocariam de veículo, seguindo diretamente a São Paulo. Sua experiência prévia como alfaiate teria sido decisiva para que fosse escolhido pelo empregador coreano, assim como certo exagero no currículo, como ele mesmo, com bom-humor, admite: “Eu até menti na época, porque eu nem sabia... eu trabalhava só naquela máquina simples... A reta simples. E a overloque... eu nem sabia como era aquela máquina. Aí ele falou assim: ‘Overloque?’. ‘Não, sou profissional!’ [risos]”.

Similar é a história do participante natural de Ypacaraí, município a pouco mais de 15 quilômetros de distância de Itá. Antes mesmo de surgir a oportunidade de emigrar, contou-nos que já tinha a intenção de “tentar a vida” fora do país (embora não necessariamente no Brasil), devido às adversidades do mercado de trabalho local, como se lê em suas próprias palavras:

*En mi ciudad, por ejemplo, no había... no hay trabajo. No hay fuente de trabajo en mi ciudad. Hasta hoy día. Ypacaraí es... Porque ninguna fábrica puede fabricar nada ahí por el tema del lago [de Ypacaraí, el más famoso del país], porque puede contaminar. Muy poco trabajo... Si vos querés trabajar, tenés que salir de Ypacaraí, irte a Asunción*³⁵⁶.

³⁵⁶ Tradução livre para o português: “Na minha cidade, por exemplo, não tinha... não tem trabalho. Não tem fonte de trabalho na minha cidade. Até hoje. Ypacaraí é... Porque nenhuma fábrica pode fabricar nada aí pela questão do lago [de Ypacaraí, o mais famoso do país], porque pode contaminar. Muito pouco trabalho... Se você quer trabalhar, tem que sair de Ypacaraí, ir a Asunción”.

Ainda que não tivesse mexido especificamente com tecidos antes, o participante já produzia bolsas e outros acessórios em couro, de modo que sua destreza em operar as máquinas necessárias para o serviço que fazia também serviu de diferencial para que lhe oferecessem uma oportunidade de trabalho em São Paulo. No seu caso, porém, foi uma senhora que, após receber recomendações de moradores de Ypacaraí, se encarregou de fazer o contato, conforme relatado:

En aquella época, había una señora que venía... Coreana. Las coreanas traían antes... vendían camperas, pantalones... Una señora vino a preguntar por ahí si alguien quería irse a Brasil a trabajar. Ella recurría [la región de Ypacaraí], porque vendía los pantalones, camperas, y preguntaba [por gente para trabajar en Brasil]. [...] Llegaba casa por casa ahí. De repente así, un día, ella hizo un comentario: 'necesitamos gente que quiera trabajar [en la confección de ropas en São Paulo]'. [...] Y era con su hijo... Llevaba para trabajar con su hijo. Él que tenía el taller³⁵⁷.

A fala do entrevistado indica que, ao menos na primeira metade da década de 1980, parte dos coreanos que circulavam por Itá, Ypacaraí e arredores à procura de costureiros também comercializavam roupas na região. Em outro trecho, sugere-se que essas peças seriam confeccionadas no Paraguai mesmo, como seria o caso da senhora à qual se fez alusão anteriormente. Explicita-se, ademais, a origem da relação que essa pessoa tinha com o país:

Es que muchos coreanos se fueron de acá. Esa, por ejemplo [la señora que lo invitó a trabajar en São Paulo], se fue de acá... de Paraguay se fue a São Paulo. [...] Ella dijo que tenía un taller en Asunción. Allí fabricaba las prendas que venía a vender por la campaña, digamos, así por el casco urbano, y ahí conocía a gente así. Y de repente se fueron a São Paulo y vinieron a llevarnos también allá³⁵⁸.

Quando supus que coreanos como essa senhora houvessem passado justamente por Itá ou Ypacaraí em sua chegada à América do Sul e que, ali, pudessem ter conhecido residentes locais e formado suas redes, as quais, por sua vez, seriam futuramente acionadas para o provimento de força de trabalho às oficinas que conterrâneos abririam em São Paulo – um mercado mais pujante do que o paraguaio –, o entrevistado concordou sem ressalvas. Ele próprio viria a ter tal destino em 1984. A senhora que o contatou não especificou valores ou detalhes de como seria o trabalho, limitando-se apenas a dizer que estaria na produção de roupas, como jaquetas *jeans*, o que, de qualquer forma, bastou para que o entrevistado aceitasse

³⁵⁷ Tradução livre para o português: “Naquela época, tinha uma senhora que vinha... Coreana. As coreanas traziam antes... vendiam jaquetas, calças... Uma senhora veio perguntar por aí se alguém queria ir para o Brasil trabalhar. Ela percorria [a região de Ypacaraí], porque vendia as calças, jaquetas, e perguntava [por pessoas para trabalhar no Brasil]. [...] Chegava casa por casa aí. De repente, assim, um dia, ela fez um comentário: ‘precisamos de gente que queira trabalhar [na confecção de roupas em São Paulo]’. [...] E era com o filho dela... Levava para trabalhar com seu filho. Ele que tinha a oficina”.

³⁵⁸ Tradução livre para o português: “É que muitos coreanos partiram daqui. Essa, por exemplo [a senhora que o convidou para trabalhar em São Paulo], partiu daqui... do Paraguai, foi a São Paulo. [...] Ela disse que tinha uma oficina em Asunción. Lá, fabricava as peças que vinha vender pelo interior, digamos assim, pelo perímetro urbano, e lá conhecia gente assim. E, de repente, foram para São Paulo e vieram nos levar também para lá”.

a vaga. A ele, somar-se-ia ainda um pouco mais de 30 paraguaios – até então desconhecidos seus –, que se distribuiriam entre as duas oficinas de costura que o filho da coreana tinha. Esta, por fim, arcaria com todos os gastos da viagem, como as passagens de ônibus.

Os dois entrevistados até aqui citados coincidem em identificar como “pioneiros” nas migrações paraguaias a São Paulo para o trabalho com confecção os *iteños*, considerando seu predomínio nos referidos fluxos. Nas palavras do *ypacaraiense* (agora residente de Itá): “*En los [años mil novecientos] ochenta [los migrantes que iban a São Paulo] eran de acá, de Itá. [...] Había, tipo así, un comentario de que, de tantos iteños que había allá, tenían ya vergüenza de decir de dónde eran, y decían que eran ‘ita-lianos’ [risas]*”³⁵⁹. Esse cenário teria se mantido por alguns anos, graças à articulação das redes migratórias: “*Sí, porque, si yo me voy allá [a São Paulo] y después vengo para mi ciudad, le invito a mi vecino etc., y se van todos*”³⁶⁰. Olhando-se para o local de origem, vale acrescentar que Itá, por não dispor de uma oferta suficiente de empregos e estar localizada a uma distância relativamente próxima da capital, sustentava fortes características de uma “cidade-dormitório” – nos termos do outro entrevistado –, com deslocamentos periódicos de pessoas para atividades de trabalho e/ou estudo fora, de modo que a ida a São Paulo poderia ser vista quase como um desvio ao exterior das movimentações que, de outra forma, se tornariam, talvez, migrações internas. Nesse sentido, deve-se notar que um dos entrevistados havia se mudado a Asunción antes de partir para São Paulo, ao passo que o outro chegara a ter uma experiência profissional naquela mesma cidade, ainda que haja regressado à sua terra de nascimento posteriormente.

Em resumo, as migrações paraguaias para o desempenho de atividades na confecção têxtil em São Paulo estariam em curso pelo menos desde 1979 e envolveriam pessoas abordadas em seu próprio país de origem por coreanos com alguma passagem pelo Paraguai e vinculados às oficinas nas quais viriam a se inserir no exterior. Na prospecção de potenciais trabalhadores, contava-se com as recomendações de outros paraguaios, sendo requerido, inicialmente, experiência no ramo, o que justificaria o predomínio de migrantes provenientes de Itá naquele momento, município que gozava de reconhecida tradição na alfaiataria.

O relato do entrevistado que se mudou pela primeira vez a São Paulo em 1990, por outro lado, já sinaliza uma transição no padrão de aliciamento de trabalhadores, com uma maior articulação da própria rede migratória dos paraguaios e dispensa da obrigatoriedade de

³⁵⁹ Tradução livre para o português: “Nos [anos mil novecientos e] oitenta, [os migrantes] eram daqui, de Itá. [...] Tinha, tipo assim, um comentário de que, de tantos *iteños* que havia lá, já tinham vergonha de dizer de onde eram, e diziam que eram ‘ita-lianos’ [risos]”.

³⁶⁰ Tradução livre para o português: “Sim, porque, se eu vou para lá [para São Paulo] e depois venho para a minha cidade, convido meu vizinho etc., e vão embora todos”.

conhecimento prévio na confecção. Isso porque, em primeiro lugar, no caso dessa pessoa, foi seu irmão quem o contatou já residindo na capital paulista e o convidou a trabalhar na oficina em que estava, no Bom Retiro, sem que coreanos fossem ao seu encontro no Paraguai. Os donos desse estabelecimento, porém, eram dessa nacionalidade. O entrevistado sintetiza essa forma de abordagem da seguinte maneira: “*Los coreanos, por ejemplo, le dicen [a un funcionario suyo de Paraguay]: ‘¿no tiene más paraguayos para que vengan a trabajar con nosotros?’*”³⁶¹. Assim já teria sido com seu irmão, que migrara em 1989 para São Paulo por intermédio de amigos, todos de Itá também. Até esse momento, ainda parecia persistir o predomínio de *iteños* entre os migrantes, algo que se sustentaria pela atuação das redes:

*Es más por los amigos [que se sostenían las migraciones desde Itá]. Más por los amigos, porque... se va tu amigo, después te dice: ‘acá es mejor que ahí’. Y te vas. [...] Es así que se migra mucho. No es por... ¿cómo te voy a decir? Por... porque no cabe más en el país, ni eso. No es así. ¿Entendés? Porque hay algunos que son expulsados como por juicio político. Es una cosa... No es así. En aquella época, era más para la costura, y se migraba más de Itá por los amigos, por los conocidos que tenés ahí*³⁶².

O entrevistado admite, ainda, que não tinha experiência na costura, o que tampouco lhe seria exigido, diferentemente do que ocorrera com os outros dois entrevistados que emigraram na primeira metade da década de 1980. Os patrões apenas solicitavam aos demais funcionários que ajudassem o recém-chegado a aprender o ofício: “*Se ayudaban [los unos a los otros]. Los que entendían más enseñan a costurar, a hacer las cosas, así [...]. Cuando era hora libre de los otros, vos te sentabas para poder tratar de manejar las máquinas [...]. En aquella época, no había enseñanza profesional para que aprenda rápido*”³⁶³.

Por fim, esclareceu que o traslado a São Paulo foi feito em apenas um ônibus (também da empresa Pluma), que partiu de Asunción, com passagem paga pelo próprio entrevistado.

³⁶¹ Tradução livre para o português: “Os coreanos, por exemplo, falam [a um funcionário seu do Paraguai]: ‘você não conhece mais paraguaios para vir trabalhar com a gente?’”.

³⁶² Tradução livre para o português: “É mais pelos amigos [que as migrações a partir de Itá se sustentavam]. Mais pelos amigos, porque... seu amigo vai embora, depois te diz: ‘aqui é melhor que aí’. E aí você vai embora. [...] É assim que se migra muito. Não é por... como vou te dizer? Por... porque não cabe mais no país, nem isso. Não é assim. Entende? Porque tem alguns que são expulsos como por questões políticas. É uma coisa... Não é assim. Naquela época, era mais para a costura, e migrava-se mais de Itá pelos amigos, pelos conhecidos que você tem aí”.

³⁶³ Tradução livre para o português: “Se ajudavam [uns aos outros]. Os que entendiam mais ensinavam a costurar, a fazer as coisas assim [...]. Quando era o horário livre dos outros, você se sentava para poder tentar mexer nas máquinas [...]. Naquela época, não havia ensino profissional para aprender rápido”.

5.2.3.2 Fortalecimento das redes migratórias no contexto da subcontratação (a partir dos anos 1990 e, principalmente, 2000)

O primeiro aspecto que se deve ter em mente para a compreensão da sequência das mudanças indicadas no relato do último entrevistado *iteño* citado são as transformações na organização do setor de confecção em São Paulo, que incluem a tendência de, aos poucos, paraguaios, bolivianos e outros latino-americanos terem suas próprias oficinas e, muitas vezes, por um sistema de subcontratação, fornecerem peças de roupas a fábricas e lojas com numerosa presença de coreanos entre os proprietários. O mesmo migrante já o havia sinalizado ao falar que “*en aquella época [en la que empezó a trabajar con confección en São Paulo, en 1990], los patrones eran casi todos coreanos. [...] Ahora, por ejemplo, ya son diferentes. Más bolivianos y paraguayos que son patrones [dueños de talleres de costura]*”³⁶⁴. Não significa dizer que não existissem, antes, oficinas de donos paraguaios; o entrevistado que migrou a São Paulo em 1982, por exemplo, já havia montado a sua ainda nos anos 1980 (com outros conterrâneos seus), na Zona Leste da cidade – mais um fato incomum para a época, como ele mesmo reconheceria. Por outro lado, há entrevistados como Humberto, em cuja primeira experiência com costura, em 2004, via como dona do estabelecimento em que estava ocupado uma coreana; e González, que em seus mais de quinze anos no ramo, nunca teve chefes paraguaios (mas, sim, coreanos, como o de seu trabalho mais recente, em uma empresa de estamparia de roupas). Trata-se, portanto, de um processo, que se faz notar durante os anos 1990 e se intensifica ao longo das décadas seguintes.

Observando-se as trajetórias profissionais dos entrevistados de forma agregada, de todo modo, vê-se o reflexo do cenário supracitado. Na Tabela 36, estão contabilizadas as oficinas pelas quais essas pessoas tiveram passagem ao longo de suas vidas na RMSP, organizadas pela nacionalidade dos donos. Estabeleceu-se, ademais, um corte temporal correspondente à virada do século XXI, marcando-se dois períodos nos quais pode-se situar cada experiência laboral, de acordo com o ano de seu início. Deve-se esclarecer, todavia, que não está representada na tabela a totalidade de estabelecimentos constante na biografia dessas pessoas, mas apenas aqueles dos quais se registrou nos relatos a nacionalidade de seus responsáveis. Acrescenta-se, ainda, que as oficinas assinaladas como “paraguaias” também incluem aquelas que eventualmente foram abertas pelos próprios entrevistados. Por fim, outros

³⁶⁴ Tradução livre para o português: “Naquela época [na qual começou a trabalhar com confecção em São Paulo, em 1990], os patrões eram quase todos coreanos. [...] Agora, por exemplo, já são diferentes. Mais bolivianos e paraguaios que são patrões [donos de oficinas de costura]”.

estabelecimentos, ainda que situados na cadeia da confecção têxtil, não foram levados em consideração, restringindo-se o alcance dos dados especificamente às oficinas de costura.

TABELA 36 – Oficinas de costura na Região Metropolitana de São Paulo com passagem pelos paraguaios entrevistados segundo a nacionalidade do dono do estabelecimento, 1982-2022

NACIONALIDADE DO DONO DA OFICINA	1982-2000		2001-2022		TOTAL	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Coreana	5	71,4	1	4,5	6	20,7
Paraguaia	2	28,6	12	54,5	14	48,3
Boliviana	0	0,0	3	13,6	3	10,3
Peruana	0	0,0	2	9,1	2	6,9
Brasileira	0	0,0	4	18,2	4	13,8
Total	7	100,0	22	100,0	29	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os números não correspondem ao total de oficinas pelas quais os entrevistados passaram, mas apenas àquelas sobre as quais se registrou no relato a nacionalidade do dono. Entre as paraguaias estão incluídas as oficinas que eventualmente foram abertas pelos próprios entrevistados. Em um dos casos concernentes às paraguaias e outro, às bolivianas (do período 2001-2022), a oficina pertencia a um casal no qual um dos cônjuges era brasileiro.

Percebe-se que as oficinas de donos coreanos, que prevaleciam no período de 1982 a 2000, exibiram, na sequência, um declínio tanto em volume como em proporções, ao contrário do que ocorreria com estabelecimentos chefiados por paraguaios. Estes, somados com os de donos bolivianos e peruanos, constituíram mais de 75% do total daqueles com passagem por parte dos entrevistados de nossa pesquisa após 2001, quando, antes, não alcançavam os 30%. A menção a essas duas outras nacionalidades latino-americanas, aliás, prenuncia que não se podem isolar as experiências paraguaias no ramo da costura na Grande São Paulo daquelas vivenciadas por outros grupos de migrantes de mesma origem tanto hemisférica (pensando-se no Sul global) como continental, cujas trajetórias se cruzam com frequência entre gestos de colaboração e contradições, como se discutirá mais para a frente.

Ainda como parte do mesmo processo, nota-se nos relatos coletados que a maioria das oficinas de donos paraguaios, bolivianos e peruanos listadas na Tabela 36 como operantes de 2001 em diante produzia para fábricas ou lojas de coreanos. Das dezessete, ao menos nove se enquadrariam nessa situação, sendo que há casos em que não foi esclarecida a nacionalidade do responsável pelo estabelecimento que encomendava as roupas. Nas três oficinas de costura em que Luana trabalhou antes de ter a sua própria, por exemplo, a produção era direcionada, total ou parcialmente, a comerciantes coreanos, caso também das unidades produtivas que Augusto e André abriram no começo dos anos 2000 e de um número de experiências tidas por Humberto, Luan e Joana. Josefina, por sua vez, trabalhou em uma empresa de *design* de

estampas de proprietários da referida nacionalidade, enquanto González teve passagem pelo setor de estamparia de uma empresa coreana que contava com uma equipe de estilistas, encarregada da criação de roupas da marca, e demandava, em regime de exclusividade, os serviços de dez a quinze oficinas de costura como as que constam no currículo dos migrantes entrevistados por nós, com a finalidade de abastecer suas lojas no Bom Retiro, assim como o comércio eletrônico e, até mesmo, clientes no exterior. Esses são registros que evidenciam o movimento que coreanos têm feito ao longo das últimas décadas no mercado de peças de vestuário da RMSP, deixando a gestão de oficinas de costura para se lançar em empreendimentos de maior rentabilidade e posição mais elevada na hierarquia da cadeia produtiva, algumas vezes situados no “circuito superior” da economia urbana – na terminologia empregada no Capítulo 4 –, como o caso da empresa na qual González atuou.

Mais recentemente, perceber-se-ia também a ascensão de alguns latino-americanos com mais recursos a negócios de maior prestígio, com exemplos de quem teria logrado lançar sua própria marca e linha de produtos – realidade que, vale esclarecer, não parece corresponder à de nenhum dos entrevistados desta pesquisa, nem mesmo daqueles que têm sua própria oficina. Segundo x integrante daquele já citado coletivo paraguaio que participou de nosso estudo,

Hoje em dia, tem muito boliviano já que são fabricantes. Dos paraguaios... também tem muito paraguaio que são fabricantes, que já trabalham aqui na ‘Feirinha’ [da Madrugada, tradicional local de comércio popular de roupas e acessórios em São Paulo]. Tem muito progresso nessa parte aí, tem muitos patrões já paraguaios aqui que eu conheço. [...] Agora, no século XXI, tem muito mais [paraguaios nessas posições]. Na década de [19]80, [19]90, apenas era mão de obra paraguaia. Não tinha fabricante, não tinha oficina grande. A maioria trabalhava para coreanos. Então era difícil encontrar alguém, alguma oficina grande do Paraguai. Então, agora, no século XXI [...], eu conheci várias pessoas já... de paraguaio com poder aquisitivo maior.

Com a consciência das transformações pelas quais o mercado da confecção têxtil na RMSP passou do ponto de vista dos grupos de migrantes internacionais nele inseridos, pode-se dar prosseguimento à exposição dos resultados de nosso trabalho de campo dirigindo-se a atenção à atuação das redes migratórias no contexto da primeira migração ao Brasil por parte dos entrevistados.

Primeiramente, é relevante observar que nenhum dos paraguaios com quem conversamos que migraram no século XXI teve a experiência de ser aliciado em seu país pelo dono ou qualquer representante da oficina na qual viria a trabalhar em São Paulo, prática que os relatos, portanto, sugerem ser menos provável hoje em dia. Luan, por exemplo, alega que nunca ouviu falar nisso e que, hipoteticamente, somente poderia conceber sua ocorrência no

interior paraguaio, não na Grande Asunción. Com o advento das redes sociais digitais, como acrescentaria, boa parte da “oferta e demanda” de trabalhadores é feita *online*, dispensando-se a necessidade de que alguém se desloque ao Paraguai para conseguir costureiros para sua oficina. Em consonância com tal perspectiva, Josefina, com uma década e meia de vida no Brasil, também diz desconhecer casos assim, embora manifeste uma vaga lembrança de ter visto alguma menção nesse sentido uma vez no Facebook. A exemplo de Luan, está destacado em sua fala o papel desempenhado pelas redes sociais na atualidade, meio pelo qual até mesmo as oportunidades enganosas de trabalho circulariam.

X membrx daquele coletivo paraguaio entrevistado por nós forneceu alguns exemplos de como funcionaria essa articulação pela *internet*. Ainda que o assunto seja mais bem abordado posteriormente, é relevante adiantar que, em redes sociais como o Facebook, há páginas e grupos criados por paraguaios (mas abertos também a brasileiros, bolivianos, entre outros) para fins como a veiculação de vagas de trabalho na RMSP (mormente no setor de confecção) e a manifestação de pessoas em busca de emprego, estejam elas no Brasil ou no exterior. A administração de ao menos um deles estaria a cargo de um integrante desse coletivo, que receberia, ali, mensagens de pessoas interessadas em migrar, contratar, alugar imóvel para instalar seu negócio etc. e as remeteria a pares seus, no intuito de dar uma resposta às demandas apresentadas. Sobre paraguaios procurando trabalho na RMSP que recorrem a esse meio mesmo estando ainda em seu país, nossx entrevistadx faz um comentário ilustrativo:

Tem muito. Já vejo aqui [em São Paulo] se tem lugar [quando a pessoa entra em contato perguntando sobre vagas na confecção]. Converso com o patrão. Eu converso com ele. ‘Ah, tem um lugar para você trabalhar. O horário é assim, assim, assim. Se você aceita, você vai vir. Aí eu vou interferir para ele [o patrão] ficar responsável pela sua passagem. Aí, quando você chegar aqui, ele vai te recolher, vai trabalhar com ele, e no primeiro mês, vai descontar de você o gasto que você... a despesa de sua passagem’. Acontece isso [como se o patrão estivesse emprestando o dinheiro para o traslado do trabalhador]. [...] Porque, antes, o pessoal mandava o dinheiro [para fora] e, às vezes, a pessoa não vinha. Aí é que eu entro muito agora nessa questão. Eu interfiro aí. Eu sou uma ponte.

No caso exposto acima, x entrevistadx, enquanto integrante do coletivo, faria até mesmo a intermediação da compra da passagem do Paraguai ao Brasil quando o migrante não arcasse com esse gasto. Em termos gerais, o patrão da oficina lhe daria o dinheiro para que se reservasse um assento junto a uma das companhias de viação parceiras da comunidade e frequentemente contatadas para o trajeto entre os dois países. Em caso de desistência do

migrante, o dinheiro seria devolvido ao dono da confecção, evitando-se, assim, o risco de prejuízos por sua parte³⁶⁵.

Asseverar que, por fatores como a existência das redes sociais, o aliciamento de trabalhadores no Paraguai para o preenchimento de vagas em oficinas de costura na RMSF é, ao que consta, menos recorrente na atualidade não é o mesmo que dizer que a prática tenha se extinguido. Um episódio vivenciado no trabalho de campo ajuda a sustentar essa cautela. No final de uma das entrevistas conduzidas, o parente de um participante, responsável pela migração deste ao Brasil e com quem também programaríamos uma conversa se não tivéssemos perdido o contato com ele, acercou-se a nós e, após diferentes assuntos discutidos, contou que sua vinda ao país, por volta de 2018, se dera por intermédio de um brasileiro cuja função era ir ao Paraguai para “prospectar” possíveis interessados em trabalhar no ramo da confecção paulista. Não obstante ser este o único caso concreto com o qual se teve contato na pesquisa e a impossibilidade de se obter os devidos detalhes do fato, sua mera menção já permite suspeitar da persistência, em algum grau, dessa forma de recrutamento de trabalhadores paraguaios³⁶⁶.

A trajetória que mais se aproxima desse cenário é a de Marisa. No início de 2021 – poucos meses depois da reabilitação do trânsito de pessoas pela fronteira entre Paraguai e Brasil, interrompido por cerca de sete meses como medida de contenção da pandemia de Covid-19 –, seu então namorado a convidou para ocupar uma vaga na oficina de costura em que trabalhava em Guarulhos. Após sua aceitação, os donos, também paraguaios, deram a ela todas as orientações que deveria seguir para sair do país e chegar ao endereço do estabelecimento: em Ciudad del Este, um táxi a estaria aguardando para cruzar a fronteira, feito que realizariam sem passar pela aduana. A princípio, deixara seu município sozinha, mas, no extremo-leste paraguaio, juntou-se a outras pessoas, até então desconhecidas, que seriam levadas ao mesmo destino no Brasil. Em Foz do Iguaçu, no Paraná, foram todos conduzidos a uma agência de transportes, que não funcionava no terminal de ônibus da cidade, mas em outra região. Lá, funcionários da empresa pediam os documentos de todos, que deveriam, ainda, assinar um papel no qual constava que estavam viajando para fins de turismo. Marisa não soube detalhar o teor desse papel ou esclarecer o que estava acontecendo naquele momento, mas é possível imaginar

³⁶⁵ Por vezes, o procedimento é feito sem envolver o dono da oficina, como esclareceria em outro trecho: “Pessoas que estão no Paraguai às vezes pedem ajuda para passagem, aí eu entro em contato com a empresa [de viação], trago em ‘fiado’, apresento onde vai trabalhar, aí dou um tempo para ele pagar a passagem... Então, dessa forma é que nós atuamos. Sem fins lucrativos. Então, se a passagem dele custou duzentos reais para ele chegar até São Paulo, então só duzentos reais que ele vai pagar”.

³⁶⁶ Além disso, não se deve esquecer dos recentes casos de paraguaios que, em seu próprio país, foram ludibriados com falsas promessas de emprego em oficinas de costura antes de serem submetidos a situações análogas à escravidão no Brasil, conforme exposto no Capítulo 4, o que também suscita suposições de que algumas pessoas possam, de fato, ser traficadas para trabalhar em dito setor.

que esse fosse um procedimento de respaldo à empresa; caso fossem parados por agentes rodoviários, teriam condições de alegar que apenas transportavam “turistas”. Os paraguaios, então, se repartiram em dois ônibus, que seguiram viagem sem paradas até Guarulhos. Ao longo do trajeto, toda a comunicação com autoridades e trâmites necessários eram manejados pelos encarregados da patroa, como aquele taxista, de modo que Marisa e os demais migrantes não dirigiam a palavra a ninguém. Diante disso e do fato de terem cruzado a fronteira sem registrar entrada no Brasil, a entrevistada, expressando-se em jopará, usa o termo “*contrabando*” – idêntico em grafia e aceção ao vocábulo em português – para caracterizar a forma como seus pares e ela saíram do Paraguai. Indica, para finalizar, que os gastos da viagem estiveram a seu próprio encargo e que foram realizados com recursos que havia tomado emprestado da mãe.

Serve de complemento a esse depoimento parte do relato de Joana. Embora não tenha passado por isso, a entrevistada diz que conhece casos em que o dono de uma oficina custeia a viagem do trabalhador e aciona uma pessoa de confiança na fronteira para colocá-lo em um ônibus, solicitando que, no instante do embarque, seu documento de identidade seja retido e assim permaneça até que se ressarçam as despesas tidas com seu traslado. Com exceção desse último aspecto, a situação descrita se assemelha ao exemplo dado pelo integrante daquele coletivo paraguaio, citado um par de páginas atrás.

De qualquer forma, o que mais recorrentemente se constatou na biografia dos entrevistados, em linhas gerais, foram paraguaios que bancaram a viagem ao exterior com recursos próprios ou, no máximo, levantados junto a pessoas mais próximas e que emigraram após o contato com amigos, parentes ou conhecidos já estabelecidos na RMSP ou com alguma passagem pela região, sem qualquer incidência de aliciamento no país de origem. A partir disso, cabe dar atenção a alguns detalhes da trajetória de cada um.

Humberto migrou à cidade de São Paulo em 2004, ano também de seu primeiro trabalho como costureiro em uma oficina. Muito antes disso, no entanto, já tinha, em sua própria casa, referências a esse universo. Nas lembranças de infância, encontra nítida a imagem da mãe diante de uma máquina de costura, que, por certo tempo, teve na confecção e no reparo de peças de vestuário uma fonte de renda. Chegou a incentivar os filhos a aprenderem o ofício, o que, ao menos por parte de Humberto, foi recusado naquele momento:

Minha mãe sempre teve máquina [de costura]. Desde que eu me lembro como criança, minha mãe já tinha uma máquina de costura. Eu via a minha mãe costurando, mas eu, nunca... Eu odiava! [...]. Ela tentou [ensinar o Humberto e seus irmãos a costurar quando menores]. Minha irmã é que fazia roupinha para bonecas, essas coisas, mas mais do que isso, eu também não me lembro. Mas comigo... eu não queria nem saber, porque chamavam isso de ‘trabalho de mulher’, né.

Anos depois, seria ele, curiosamente, o primeiro da família a costurar roupas no exterior, à semelhança da imagem da mãe em suas recordações de outrora, tendo que desenvolver fora de casa as aptidões que, por muito tempo, rechaçara. “Nunca imaginei que teria ligação com isso!”, confessaria em outro momento da conversa.

Entre os fatores que o teriam conduzido a esse irônico destino estava a conjuntura política e econômica paraguaia da transição de séculos, definida por ele da seguinte forma:

Na época que eu saí daqui [do Paraguai], não tinha muita coisa para fazer. O Paraguai, [...] nessa época, estava se reestruturando da ditadura [de Stroessner], porque, para mim, a década de noventa foi a ‘década perdida’ no Paraguai. Aqui não tinha empregos. Não tinha. Para você ter noção: a maioria dos estudantes que saíam da escola... só alguns é que conseguiam estudar [em uma universidade]. A maioria tinha que procurar um emprego, trabalhar. [...] De 2000 a 2003, 2004... a gente passou muitas necessidades, não só aqui na minha família, mas no país mesmo. Todos passavam a mesma coisa. E muita gente migrou.

Os anos delimitados por Humberto reverberam efeitos não só da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), mas também, mais recentemente, do período de instabilidade experimentado pelo país a partir da segunda metade do decênio de 1990, que inclui uma tentativa de golpe de Estado no ano de 1996, o chamado “março paraguaio” – que compreende um conjunto de manifestações populares em reação ao assassinato do vice-presidente Luis María Argaña – e uma forte crise financeira, conforme apresentado no Capítulo 2. A decisão de deixar o Paraguai responde à falta de perspectivas de trabalho e estudo que o entrevistado tinha lá. Foi, então, que, pelo primo de um amigo, o Brasil se apresentou como uma alternativa:

Então, quando surgiu a oportunidade do Brasil? Surgiu de uma conversa com um amigo que comentou que o primo dele estava voltando do Brasil, que trabalhou em costura. E falou assim: ‘ó, vamos lá conversar com ele. De repente, ele leva você, sabe’. E eu fui! Não perco nada em escutar e conhecer. Eles moravam em uma *villa* [comunidade, no Paraguai]. Falavam muito bem de lá [do Brasil]. ‘Ah, não, lá você trabalha... você chega e já trabalha, trabalha com confecção. Já te dão um lugar para você morar, te dão comida’. Então fui, conversamos com ele, aí ele me disse: ‘ah, não, eu vou ficar aqui [no Paraguai] um tempo, vou trabalhar aqui, porque em dezembro e janeiro não tem nada no Brasil. Só em fevereiro, talvez em março, no setor de confecções’. Bom, conversamos, trocamos telefones e ficamos nisso. Isso foi em dezembro. Depois, em janeiro... foram dois dias antes de viajar, que a mulher dele veio até a minha casa e falou: ‘meu marido vai para São Paulo no sábado de manhã’. Era uma quarta ou quinta-feira. ‘Ele pediu para você ir com ele’. Fomos eu [e] mais dois amigos. Fomos em três pessoas.

Na sequência, Humberto começa a relatar o dia de sua partida ao Brasil, abrangendo os detalhes de como custeou a viagem e as reações de sua família à empreitada:

Eu não comentei com ninguém [da ida a São Paulo], só com minha mãe e meu pai. Eu estava trabalhando com o meu pai de ajudante de pedreiro. Tinha um dinheiro, e um outro amigo meu me emprestou um dinheiro que faltava. Não me lembro bem da

quantidade de dinheiro que levei, mas tinha mais ou menos uns trezentos reais. [...] Ele [o primo do amigo] me disse que eu tinha que esperar ele às seis da manhã lá no terminal [de ônibus] em Assunção. Eu saí daqui [de casa] às quatro e trinta. Foi muito simbólico. No primeiro momento, minha mãe e meu pai aceitaram tudo [a ideia de ir a São Paulo], mas depois, de manhã, minha mãe não queria que eu fosse. Me abraçou, começou a chorar... Aí eu não entendi o significado daquilo. Depois eu fui entender... quando eu fui sentir saudade de verdade, fui entender tudo aquilo.

Mencionar-se-iam, ainda, outras pessoas que se juntariam ao entrevistado em sua ida a São Paulo, entre elas, uma adolescente:

Eu fui ao terminal aqui em Assunção. O rapaz não chegou às seis, chegou às sete e trinta. Chegou com... eu não me lembro bem, mas chegou com umas três moças. As três meninas eram sobrinhas dele, que era primo do meu amigo. Uma delas era menor de idade. Tinha treze anos aproximadamente. Treze para catorze. Ela casou, hoje tem filhos lá em São Paulo. Vejo no Instagram. Está no Brasil. Continua lá.

Deslocar-se-iam, finalmente, a Ciudad del Este para atravessar para o Brasil. Esse trecho da entrevista, apesar de extenso, é transcrito na íntegra, considerando sua minuciosidade, que permite-nos construir no imaginário o ambiente da fronteira pela perspectiva de um paraguaio que a cruzava pela primeira vez em meados dos anos 2000 em direção a São Paulo:

Compramos a passagem. Aí ele [o primo do amigo] me disse: ‘nós vamos a Cidade do Leste [Ciudad del Este]. A gente passa a ponte [da Amizade, na fronteira entre Paraguai e Brasil]’. Eu queria ir! Não tinha noção... Não sabia se a gente ia com sacoleiros. Para mim, era tudo uma aventura. Era a primeira vez que eu estava passando Coronel Oviedo [capital do departamento de Caaguazú, no Paraguai, a cerca de 140 quilômetros de distância de Asunción]. O máximo que eu fui foi Coronel Oviedo, que é a metade do caminho entre Assunção e Ciudad del Este. E quando eu fui chegando a Cidade do Leste... É engraçado, porque, culturalmente, eu achava que Assunção era muito grande, que Assunção era melhor do que todas as cidades, tanto da América do Sul [quanto do resto do mundo, supõe-se]... Fui chegando a Cidade do Leste e vi o tamanho das galerias... Eram maiores do que as daqui [da Grande Asunción]. E quando chegamos no terminal [de ônibus de Ciudad del Este] [...], pegamos uma van. Acho que era uns dez mil guaranis [para] cada um. A gente foi com ela até perto da ponte [da Amizade], perto da fronteira. Descemos e fomos caminhando. Atravessamos a ponte caminhando. Passamos caminhando [pela aduana brasileira, onde registrariam a entrada no Brasil e receberiam um visto de turismo] eu e o rapaz, que era o responsável por nos levar. As três sobrinhas passaram de van. E a Polícia Federal controlava naquela época. A Polícia Federal controlava um por um, ficava ali olhando a sua cara. Eu me lembro disso. Atravessamos a ponte e nos encontramos com um outro grupo do outro lado. Aí ficamos esperando um rapaz... Não me lembro o nome dele. Vamos dizer que é Fernando [nome fictício]. Não me lembro o nome dele. Tanto é que eu só vi ele aquele dia; depois, nunca mais me encontrei com ele. Acredita? Ficamos esperando o Fernando. Ele foi lá e ficou conversando com os caras... conversou com um, conversou com outro. Aí veio um rapaz com ele e nos disse: ‘vamos, lá tem outro ônibus que vai sair’. Aí ele estava negociando o custo das passagens. Eu acho que, naquela vez, a passagem era quarenta e cinco ou cinquenta reais, alguma coisa assim. Isso já no lado brasileiro [em Foz do Iguaçu] [...]. Era um lugar onde ficavam os sacoleiros. [...] Subimos no ônibus, mas tinha só alguns lugares para ocupar. Todos os outros lugares já estavam ocupados com produtos, com sacolas pretas e caixas. Saímos de lá de ônibus e ficamos em uma cidade próxima para comer um lanche. Porque tinham passageiros conosco, tinham brasileiros conosco. Foi uma parada para jantar. Não me lembro o nome da cidade, ainda no Paraná.

O veículo em que trafegava seria, ainda, submetido a um controle policial antes de chegar a São Paulo, cujas primeiras impressões por parte de Humberto podem ser conferidas abaixo:

Eu me lembro que, à noite... eu estava dormindo já, mas acordei, porque tinha muitas luzes. Era um controle. A Polícia sobe com as lanternas e faz um controle. E passamos. Quando foi amanhecendo, chegando em São Paulo, fui ficando *sorprendido* [surpreso], porque... Cara! Quem não vai ficar *sorprendido* com o monstro que se vê?! Tudo que você vê é grande! As pontes, a avenida... Tudo o que você olha é coisa grande. Os prédios... Eu ficava *sorprendido*... Como é que as casas são feitas no *cerro* [morro]? Porque aqui [no Paraguai] não tem isso, né. E eu ficava *sorprendido* até chegar lá. Chegamos lá perto da [Rua] Vinte e Cinco de Março [endereço de referência no comércio popular da cidade]. Digo perto da Vinte e Cinco porque eu não sei. Não conhecia nada. Só depois que passou um tempo... porque um dia eu fiz o trajeto de novo e vi.

Ao longo do deslocamento, novas pessoas foram se incorporando à rede migratória de Humberto ao mesmo tempo que outras a iam deixando. Para além do primo do amigo, que, ainda no Paraguai, proveu as devidas orientações para a viagem, e do outro amigo, que emprestou o restante do dinheiro necessário para a viabilização dos planos migratórios, o entrevistado contou com a ajuda de paraguaios para fazer a primeira refeição em São Paulo, assim como de um casal (no qual o marido era peruano) para a primeira estadia e de um conterrâneo recém-conhecido para conseguir o primeiro emprego, na oficina de uma coreana, o que demonstra a pluralidade de papéis que a rede pode assumir na trajetória migratória de uma pessoa em atenção à miríade de demandas que o lugar de destino já de início impõe. Os detalhes dessa articulação no caso de Humberto são informados em sequência à sua chegada à capital paulista, em um trecho que traz uma série de outros elementos que compõem as vinte e quatro horas inaugurais de sua presença na cidade, como o reconhecimento de rostos familiares pelas ruas (sem saber que estariam lá) e a circulação por um espaço de frequência majoritariamente boliviana em seu primeiro esforço de busca por emprego (expandindo, assim, o rol de nacionalidades registradas em um só dia de experiência como migrante internacional em São Paulo):

Pegamos um trem na estação Brás. Foi a primeira vez que subi em um trem. Fomos a um bairro que se chama Penha, na Zona Leste. Descemos na estação Penha e caminhamos uns oito quarteirões. Lá tinha uma casa, que era onde morava uma parente do Fernando. Eu encontrei várias pessoas lá, vários paraguaios, e alguns deles eu conhecia de vista, que eram daqui da minha cidade [Luque]. [...] Era domingo, mas não dormi ali. A gente almoçou ali e voltamos para o Centro de São Paulo. Fomos para a praça Kantuta [no Pari, onde há uma tradicional feira aos domingos, com presença majoritária de bolivianos] e ali tinha uma feira de trabalhos. Então, cada um ficava com um letreiro divulgando trabalho, negociando já salário... Eu me lembro bem que uma das meninas [que viajaram com ele a São Paulo] foi com uma família

boliviana. Eu queria ir com ela, porque eu não queria ficar sozinho. As duas que já eram maiores de idade foram com duas famílias diferentes. E a outra, que era menor de idade, ficou com os primos. E eu encontrei um menino que eu conhecia, que eu jogava bola com ele aqui [no Paraguai]. Eu não sabia que ele estava lá. Encontrei ele lá, e a pessoa que me levou [a São Paulo] conversou com ele. Hernán [nome fictício] era o nome dele. E falou ‘Hernán, esse é amigo e vizinho do fulano... E vai ficar com você. Você pode ajudá-lo, né, porque eu já tenho que ir’. Aí eu fiquei lá na Kantuta com Hernán, e ele me levou ao Canindé ou ao Brás, não saberia dizer, e me deixou na casa de um peruano – que era amigo dele – e [d]a mulher dele – [que] era uma paraguaia –, para passar a noite. Não conhecia ninguém. Como tinha mais alguns paraguaios, eu senti mais confiança e fiquei lá. Tomei banho, troquei de roupa e dormi. No dia seguinte, acordei, e a mulher, que era paraguaia, ofereceu café da manhã para a gente, até esperar que o Hernán fosse me procurar. [...] Ele passou lá umas nove da manhã e me disse: ‘vamos lá, vamos a um bairro que se chama Bom Retiro’. Mas, antes disso, a gente ficava ligando para ele. Tinha conseguido um cartão para ligar do ‘orelhão’ [telefone público]. Ficava ligando, até que ele me disse ‘achei para você! Achei um lugar: uma coreana’. Eu nunca vou esquecer o endereço.

Após a ajuda para ter seu primeiro emprego em uma oficina de costura em São Paulo, Humberto nunca mais falou com Hernán. Conta que algumas vezes o via na praça da Kantuta, mas que não mantiveram o vínculo. “É como se ele dissesse: ‘ah, normal. Comigo também fizeram isso, praticamente’ [risos]”, sugerindo que essa “rotatividade” no contato com outros migrantes – que se apresentam em um momento, oferecem um lugar para pernoitar, indicam uma vaga de trabalho e, depois, deixam de estar presentes – seria algo frequente, como se parte das redes das quais a pessoa fosse se servindo ao longo de sua vida migratória se renovasse rápida e constantemente.

Outra de nossas entrevistadas passou pela experiência de migrar antes mesmo de completar dezoito anos. Sua mãe já residia em São Paulo havia alguns anos e tinha na cidade sua oficina de costura. Na década de 2000 foi ao Paraguai para buscar a filha, com idade entre dezesseis e dezessete anos naquele momento. Como parte do percurso ao Brasil, as duas foram de carona com um parente até Ciudad del Este, descendo do carro próximo da fronteira. Cruzaram a Ponte da Amizade caminhando, escolha que a entrevistada justifica com o fato de não ter “*permiso* [permissão] de menor” para ir a outro país regularmente. “Era tudo no clandestino. Eu meio que saí sem avisar”, complementa. Seria, até hoje, uma prática corriqueira, como ela mesma afirmaria:

E isso, eh, tipo assim, acontece muito. Quando tem, por exemplo, pessoas que vêm para migrar para o Brasil e têm criança... por exemplo, têm filhos e o pai não deixa, ou não têm dinheiro para poder tirar a documentação – porque custa dinheiro. Tudo lá no Paraguai custa dinheiro –... Então, eles fazem esse trajeto mesmo³⁶⁷.

³⁶⁷ A questão suscita, ainda, preocupações acerca da possível atuação de redes de tráfico de pessoas (e especificamente, de crianças e adolescentes) nesse contexto. Sobre isso, é ilustrativo o episódio que um dos entrevistados (a quem nem por nome fictício faremos referência) apresenta como uma lembrança que o assombraria até hoje por sentir que pode se referir ao mencionado crime. Segundo relata, uma conhecida sua foi até a Ponte da Amizade recepcionar um irmão que migraria a São Paulo. Ali, uma moça carregando um bebê se

Humberto e essa entrevistada foram os únicos com quem conversamos que fizeram a travessia sobre o rio Paraná a pé, com a diferença de que o primeiro registrou sua entrada em solo brasileiro, obtendo um visto de turismo, dando a entender que as meninas que viajavam com ele – uma delas, vale recordar, com menos de dezoito anos de idade –, ao percorrer o trecho em uma van, é que teriam logrado evadir o controle fronteiriço. Há de se ter em mente, entretanto, que as experiências desses entrevistados remetem a anos distintos, de modo que é possível conceber a hipótese de ocorrência de mudanças nos procedimentos de supervisão do trânsito de pessoas de um país a outro que levariam os migrantes a adaptarem suas estratégias de mobilidade de tempos em tempos.

De qualquer modo, a trajetória dos dois migrantes citados voltaria a coincidir na sequência. Após caminharem até a outra margem do rio, já em Foz do Iguaçu, ambos relataram terem tomado outro ônibus, que, já sem transbordos, alcançaria São Paulo. A entrevistada explica que os paraguaios frequentemente recorrem a esse itinerário quando querem evitar os trâmites aduaneiros, muitas vezes compartilhando do transporte utilizado por comerciantes que se deslocam entre o Brasil (precipualemente a capital paulista) e a fronteira leste do Paraguai: “É uma coisa comum, só que a gente não pode pegar aqueles ônibus oficiais, por exemplo, ‘Nossa Senhora de Asunción’, qualquer ônibus assim, mais... ‘Cometa’. Esses daí não pega. Mas têm outros ônibus, que eles chamam de ‘sacoleiros’, que eles pegam ‘de boa’”. Sua primeira ida ao Brasil, como concluiria, foi bancada por ela mesma, depois de vender boa parte dos pertences que tinha na época, em especial, roupas e calçados.

Outra de nossas entrevistadas migrou a São Paulo também por ter ali parentes já domiciliados. Tratava-se, no caso, de irmãs, que lhe forneceram todas as diretrizes e os recursos necessários para a realização da viagem internacional e lhe ofereceram um lugar para ficar inicialmente, na casa de uma delas. Com o pai recém-diagnosticado com a doença de Parkinson, a entrevistada foi convencida de que no Brasil poderia encontrar um trabalho que lhe desse mais condições de cuidar dele, seja pela perspectiva financeira, seja pelo fato de que, uma vez

acercou a ela pedindo-lhe que segurasse seu filho, pois, como não tinha sua documentação, não poderia passar com ele pela aduana. Como reação ao estranhamento que a situação lhe provocou, essa conhecida começou a indagar a moça sobre cada documento que, por si só, já lhe bastaria para cruzar a fronteira, desde a cédula de identidade da criança até a declaração de nascido vivo, cuja posse de um em um foi sendo negada. “Qual mãe sai com um bebê recém-nascido sem nenhum tipo de documento e qual mãe é que deixa o bebê com um estranho no meio da fronteira para segurar?”, se questiona o entrevistado ao pensar sobre o caso. No final, outra mulher teria se encarregado de fazer o “favor” solicitado, até que a suposta genitora registrasse sua saída do Paraguai, tomasse o bebê nos braços novamente e seguisse viagem. Consonante com as aflições compartilhadas pelo entrevistado, recordo uma das conversas que tive com um integrante da Missão Paz, a quem funcionários do Consulado paraguaio em São Paulo teriam manifestado preocupação com casos recentes de mulheres – algumas com menos de dezoito anos e, por vezes, com a anuência da própria família – que estariam sendo traficadas ao Brasil com fins de exploração sexual.

estabelecida no país, poderia trazê-lo algumas vezes para se tratar no Sistema Único de Saúde (SUS) sem custos e em condições de atendimento melhores do que aquelas às quais tinha acesso no Paraguai. Os planos de fazer um curso universitário foram uma motivação a mais para a decisão de migrar.

No início da década de 2010, a entrevistada foi sozinha a Ciudad del Este e lá tomou um ônibus, que seguiu viagem direto para o Terminal Rodoviário da Barra Funda, na Zona Oeste de São Paulo. Embora não fosse o seu caso, também fez menção a paraguaios que descem próximo à fronteira com o Brasil e se valem de outro meio de transporte para chegar a Foz do Iguaçu, onde trocariam uma vez mais de veículo. A entrevistada relata que passou pelo posto de controle fronteiriço brasileiro, onde obteve um visto de turismo válido por três meses. Esclarece, ainda, que, apesar da certeza de onde residiria, não migrara com um trabalho definido. Foi apenas algum tempo depois que uma das irmãs indicou para ela uma vaga de empregada doméstica e cuidadora de crianças na casa de um casal de coreanos no Bom Retiro, atuantes no ramo da confecção têxtil. O serviço, no final, se constituiria um dos impeditivos para o cumprimento dos objetivos de investimento na formação superior, pois requeria morar no próprio local de trabalho e dedicar a ele uma grande quantidade de horas do dia. Por outro lado, conseguiria remeter regularmente algum dinheiro ao pai no Paraguai.

Há outra entrevistada que tem em seu histórico laboral o serviço doméstico remunerado, mas como última ocupação antes de vir ao Brasil. Oriunda do interior do departamento de San Pedro, sua trajetória migratória compreende uma saída da casa dos pais ainda adolescente para trabalhar, justificada pela situação de pobreza da família. A migração a São Paulo aconteceu em seus vinte e poucos anos, quando já era mãe solo. Vislumbrou na indicação de uma oferta de trabalho na oficina de costura de um conhecido de sua então patroa a chance de dar melhores condições de vida à filha, que ficaria temporariamente sob os cuidados da avó no Paraguai.

Era um 18 de janeiro quando a entrevistada, junto com irmãos seus, subiu no ônibus que a levaria de Asunción direto à capital paulista. A recordação precisa do dia e do mês é bastante sugestiva da importância que a data teria em sua história. Registraram seu ingresso em solo brasileiro e receberam seus respectivos vistos de turismo. As passagens foram compradas por eles mesmos, com recursos próprios, como esclareceria, enfim, a entrevistada: “*Vivíamos en un alquiler con mi hermano. Vendimos todo para venir [a São Paulo]*”³⁶⁸.

³⁶⁸ Tradução livre para o português: “Vivíamos de aluguel com um irmão. Vendemos tudo para vir [a São Paulo]”.

Dessa mesma forma, nos primeiros anos do decênio de 2010, viajaria o participante de Villa Elisa de nosso estudo. Após ser barrado na fronteira em sua primeira tentativa de cruzar para o Brasil, foi necessário juntar novamente dinheiro para, em quase quinze dias, comprar outra passagem de ônibus e finalmente conseguir concluir a travessia. O motivo para tanto não foi bem esclarecido, mas ele alega que, desde o início, estava tentando entrar “legalmente” no país. Em seu caso, pôde desembarcar no Bom Retiro, pois, segundo conta, o itinerário de certas empresas de viação incluía paradas em “bairros paraguaios”, e não necessariamente nos terminais rodoviários da cidade.

Assim como a entrevistada anterior, este também já sabia onde iria trabalhar antes de sair do Paraguai. Uma de suas irmãs, residente em São Paulo havia cinco anos, era costureira em uma oficina de donos bolivianos no Bom Retiro. Em certo momento, sabendo que o irmão buscava oportunidades mais rentáveis de trabalho, ela lhe estendeu a possibilidade de inserção no mesmo estabelecimento, mas na condição de ajudante de confecção, o que foi prontamente abraçado.

Esse entrevistado não foi o único a relatar contratempos para entrar pela primeira vez no Brasil. Trabalhando desde os treze anos, o migrante nascido em Concepción, próximo de ter completado duas décadas de vida, se viu desempregado, situação que, além de angustiante por si só, tornava ainda menos suportável o conflituoso ambiente familiar que, havia um tempo, o circundava. A ida a São Paulo, nesse sentido, mais do que uma alternativa de subsistência, foi concebida também como um escape aos problemas pessoais que o afligiam. Por isso, quando o amigo de um parente, de visita ao Paraguai, lhe comentou sobre a cidade e se dispôs a recebê-lo em sua casa lá, não pensou duas vezes em migrar. Teria dessa pessoa as informações sobre o ônibus que deveria pegar no Paraguai e o número de celular para chamá-lo quando decidisse ir ao Brasil.

No dia da viagem, contudo, não conseguiu fazer contato com esse conhecido. Ainda assim, resolveu arriscar e prosseguir com os planos, tomando o transporte indicado na Grande Asunción que cruzaria o país em direção a Ciudad del Este. Na fronteira, porém, foi impedido de passar ao país vizinho, pois não contava com a documentação requerida para tanto. Recorreu, então, a um taxista, que lhe recomendou um hotel para pernoitar. Na manhã seguinte, encontrar-se-iam no mesmo local para uma nova tentativa de chegar a Foz do Iguaçu, que, ao final, resultaria exitosa.

Por outro lado, devido ao imprevisto, o entrevistado teve que embarcar em outro ônibus, cujo itinerário não coincidia com o daquele de saída de Asunción. Em São Paulo, por conseguinte, acabou descendo em um terminal diferente do que havia planejado. Ali, tentaria

um novo contato com o amigo do parente, mas, outra vez, sem sucesso. Perdido em uma metrópole imensa e sem conhecer ninguém, decidiu entrar em um restaurante próximo para almoçar e pensar no que fazer. Logo na porta, deparou-se com o anúncio de que estavam em busca de um cozinheiro. Dirigiu-se, então, ao responsável do estabelecimento para ver se haveria a possibilidade de ficar com a vaga. Em meio a uma conversa truncada pelas diferenças de idioma, recebeu com decepção a negativa a sua candidatura, justificada por lhe faltarem fluência no português e documentos para o registro laboral. Após acompanhar a cena, uma jornalista, que trabalhava em uma emissora de televisão vizinha ao local, acercou-se e se ofereceu para ajudar. Terminou intermediando um contato com o Consulado Geral do Paraguai, que seria responsável, enfim, por encontrar um lugar onde o entrevistado pudesse se alojar antes de conseguir falar com o único conhecido que tinha na cidade. Era a casa de um casal de paraguaio com brasileira, situada no Bom Retiro.

O amigo do parente seria localizado dias depois, e o entrevistado, de fato, chegaria a residir com ele, mas por não mais do que uma semana. Caminhando pelas ruas daquele mesmo bairro em uma tarde dominical, topou-se com um grupo de conterrâneos, que, no transcorrer da conversa, convidou-o a se juntar a eles na oficina de confecção na qual trabalhavam. Diz que, até então, não sabia que havia paraguaios costurando roupas em São Paulo.

Semelhante surpresa teve o último entrevistado que citaremos nesta subseção. Natural de Asunción, define sua experiência em São Paulo como “uma aventura”. Isso porque, inicialmente, sua presença na cidade tinha como propósito a visita a um primo, além da finalidade turística. O primeiro lugar que pôde conhecer foi o Bom Retiro, que, em suas palavras, “*es un barrio muy pequeño, pero a la vez muy grande porque se ve de todo, toda la cultura, todas las nacionalidades, restaurantes, comida, música [...]. También la [cultura] brasileña, con samba, capoeira [...]. Es un barrio bien mezclado*”³⁶⁹. Gostou tanto do que viu, e tão insatisfeito estava com o emprego que tinha em um restaurante no Paraguai, que decidiu ficar por algum tempo mais.

Seu primo o recebeu em casa, onde funcionava também uma oficina de costura, da qual era dono. Até sua chegada a São Paulo, o entrevistado não tinha consciência da dimensão desse mercado para os paraguaios. Sua inserção nele aconteceria pouco tempo depois, mas não na oficina do primo, e sim, em um estabelecimento indicado por ele, de chefes peruanos. Seu caso, como ele próprio diz, se equipara ao de uma enorme parcela de conterrâneos seus, que

³⁶⁹ Tradução livre para o português: “É um bairro muito pequeno, mas, ao mesmo tempo, muito grande, porque se vê de tudo, toda a cultura, todas as nacionalidades, restaurantes, comida, música [...]. Também a [cultura] brasileira, com samba, capoeira [...]. É um bairro bem misturado”.

vão à capital paulista sem saber nada de costura e terminam aprendendo diversos ofícios no setor. Alguns seguiriam nele por muito tempo, enquanto outros o usariam como um ponto de partida para a busca de novos trabalhos na cidade.

Uma das conclusões que se pode tirar a partir das histórias compartilhadas é que as redes migratórias que suprem com força de trabalho paraguaia a confecção têxtil da RMSP demonstram uma capacidade de mobilização mais robusta e extensa nas primeiras décadas do século XXI em relação ao período anterior. Ao mesmo tempo que o recrutamento de trabalhadores no Paraguai por parte dos patrões ou representantes seus deixa de ser a modalidade dominante – embora não se possa descartar por completo sua incidência –, amigos, parentes, conterrâneos e, até mesmo, pares migrantes de outras nacionalidades assumem cada vez mais centralidade na viabilização dos planos migratórios de quem virá a se inserir no referido setor, seja com o provimento das informações e/ou recursos necessários para o traslado entre os locais de origem e destino, com o oferecimento de um lugar para ficar nos primeiros dias ou semanas ou com indicações da primeira oportunidade de emprego em uma oficina. Os próprios entrevistados, em sua grande maioria, desempenharam ao menos um desses papéis em algum momento de suas vidas. É o caso de Humberto, que nos deu o seguinte depoimento:

E eu me lembro quando eu voltei, em 2004 e janeiro de 2005, quando eu estava indo para o Brasil, eu me lembro que catorze pessoas foram comigo daqui. Todos eles eram conhecidos meus. Todos eles queriam ir, queriam trabalhar. Eu sempre falei que eram catorze horas [de trabalho nas oficinas]. Essa foi a única vez que eu levei pessoas comigo. Depois, nunca mais. [...] A gente chegando lá [em São Paulo], eu comecei a ligar e a perguntar: ‘fulano, você precisa de alguma pessoa [em sua oficina]? Eu tenho um amigo meu que chegou agora e que precisa trabalhar’. [...] Até o segundo dia, estavam todos já encaminhados, no Bom Retiro.

O último entrevistado *asunceno* citado, por sua vez, alega que já indicou trabalho também a outros latino-americanos, como “*bolivianos y peruanos que llegaron y, muchas veces, fueron ignorados por sus propios paisanos*”³⁷⁰, além dos próprios paraguaios “*que no se sentían a gusto donde estábamos. Ellos querían otra cosa o querían estar en otro lugar, o inclusive querían volver y no tenían conocimiento, y yo les dije: ‘ah, existe el consulado paraguay’ [...] ‘la comisión de los paraguayos, que ayuda también cuando se puede*”³⁷¹. Dois irmãos seus também se estabeleceram em São Paulo depois de sua migração. Um deles,

³⁷⁰ Tradução livre para o português: “[...] bolivianos e peruanos que chegaram e, muitas vezes, foram ignorados por seus próprios compatriotas”.

³⁷¹ Tradução livre para o português: “[...] os próprios paraguaios que não se sentiam à vontade onde estávamos. Eles queriam outra coisa ou queriam estar em outro lugar, ou, inclusive, queriam voltar e não tinham conhecimento, e eu lhes disse: “ah, existe o consulado paraguaio” [...], “a comissão dos paraguaios, que ajuda também quando podem”.

graças à sua intermediação, teve como primeiro emprego na cidade o de vendedor em uma loja de roupas de dono paraguaio.

Praticamente todos os entrevistados que, em algum momento, tiveram sua própria oficina de costura também ajudaram familiares ao convidá-los a trabalhar em seus estabelecimentos, o que, eventualmente, se estendeu a outros paraguaios, conhecidos ou não. Coletivos de migrantes como aquele integrado por um dos participantes de nossa pesquisa se somam aos atores que valem ser mencionados por ora, destacando-se, inclusive, o uso que fazem das redes sociais digitais para a circulação de informações e resposta às demandas apresentadas pela comunidade.

Junto com o fortalecimento das redes migratórias, consolida-se na confecção têxtil um “nicho étnico” – nos termos de Waldinger (2005) – para os paraguaios na RMSP. Mesmo quem não tem nenhuma experiência prévia na costura – como a maioria incontestável dos entrevistados que migraram a partir dos anos 2000 – encontra no ramo uma porta aberta pelos “pioneiros” ainda no século passado para o mercado de trabalho de São Paulo e arredores. Por outro lado, além de não garantir que essa inserção se dê em condições laborais minimamente dignas – como se discutirá melhor posteriormente –, a existência desse nicho pode ser um condicionante às perspectivas de vida dos migrantes de classes sociais menos abastadas, desencorajando-os a conceber outras possibilidades de emprego que não sejam na confecção, como parecem indicar as palavras de um dos entrevistados: *“El trabajo más común, por decirlo así, el motivo por el cual migramos nosotros a São Paulo, más que nada, es costurar”*³⁷².

Verifica-se, finalmente, uma diversificação dos locais de origem dos migrantes paraguaios em comparação com a prevalência de Itá (e imediações) de outrora, de modo que as redes migratórias também ampliaram seu alcance do ponto de vista geográfico. Isso, cada vez mais, é válido também quando se olha para o destino, como se verá na sequência.

5.2.3.3 “Pe avião ovevehape” (“onde voam os aviões”): a periferização das migrações paraguaias na Região Metropolitana de São Paulo (anos 2000 e, principalmente, transição entre as décadas de 2010 e 2020)

X integrante daquele coletivo com x qual conversamos apontou para a seguinte distribuição de paraguaios pela RMSP na atualidade, com base nos levantamentos feitos por seu grupo:

³⁷² Tradução livre para o português: “O trabalho mais comum, por assim dizer... o motivo pelo qual nós migramos a São Paulo, mais do que nada, é costurar”.

Pela última informação que nós tivemos aqui... agora, na pandemia [de Covid-19], nós tivemos mais clareza de onde era mais concentrado os paraguaios. [1] Bom Retiro. Muito forte. O primeiro lugar, eu diria. [2] Segundo, o Brás. Agora, indo na periferia, o que mais concentra paraguaio é [3] São Miguel Paulista e, logo, [4] Guarulhos. Então, a Zona Norte concentra muito paraguaio aqui. A Zona Norte... aí já junta com Guarulhos, vai indo... Porque Guarulhos é muito grande. Ele faz divisa com Guarulhos, né. Zona Norte. Então, aí, essa parte aí é imenso.

Ao mesmo tempo que se confirma a posição de Bom Retiro e Brás, no Centro de São Paulo, como os locais de maior concentração de residentes paraguaios até hoje, chama-se a atenção no trecho para um movimento centrífugo que vem ganhando corpo. Situado dentro de uma tendência concernente a migrantes internacionais de menor renda de uma forma geral – ver, por exemplo, Vêras, 2020; e Magalhães; Bógus, 2020 –, bairros mais afastados nas Zonas Leste e Norte paulistanas e cidades do entorno metropolitano têm registrado um importante contingente de paraguaios nos últimos tempos. Entre os primeiros, São Miguel Paulista é um dos exemplos mais proeminentes. Embora tenha recebido menção em um dos relatos como endereço de uma oficina aberta ainda no final dos anos 1980, o próprio entrevistado responsável pela fala reconhece que, naquele momento, era bastante incomum ver paraguaios por ali, de forma que, também segundo ele, não teria sido antes dos anos 2000 que essa presença passou a se fazer mais notável. No levantamento que aquele coletivo fez durante a pandemia de Covid-19 para organizar o provimento de ajuda à comunidade, teriam sido cadastradas cerca de setenta famílias paraguaias em São Miguel Paulista e bairros vizinhos, incluindo Itaqueria, Guaianases e Itaim Paulista, número que surpreenderia o próprio grupo, como transparecem as palavras dx integrante entrevistadx por nós: “Nessa pandemia, eu descobri muita gente, muita gente que morava lá. Eu publicava na página no Facebook que estava distribuindo cesta básica para as pessoas”.

Já para além dos limites do município de São Paulo, cobra destaque a cidade “onde voam os aviões”, forma como a mãe de uma das entrevistadas se referiria, em guarani, a Guarulhos (“*Pe aviõ ovevehape*”). Talvez não por coincidência, os dois migrantes com chegada mais recente entre os participantes de nossa pesquisa tiveram esse como primeiro (e, até onde acompanhamos, único) local de residência na RMSP. O fato provavelmente reflete a crescente atratividade do destino aos paraguaios na atualidade, que lá, por vezes, se estabelecem sem cumprir estadia prévia na capital, como é o caso das duas pessoas supracitadas. Curioso é observar, também, que ambas são de origem rural, sendo que uma delas sequer vivera em zona urbana antes de emigrar do Paraguai.

Para x integrante daquele coletivo, a presença mais aparente de paraguaios em Guarulhos está fortemente relacionada ao encarecimento do custo de vida no Centro de São

Paulo, especialmente no que tange aos aluguéis. Estaria também atrelada, nesse sentido, ao cumprimento mais exequível do objetivo compartilhado por alguns de ter um imóvel próprio não no país de origem, mas no Brasil mesmo, como se aponta:

E, hoje em dia, o pessoal está indo muito mais do Centro da cidade [de São Paulo] para Guarulhos devido ao aluguel. Outra coisa também: imobiliária, Paulo. Eles lá começam a parcelar terreno... eh... imóvel para eles. Então, eles [os paraguaios] acham melhor parcelar um imóvel próprio [em Guarulhos] que estar pagando aluguel aqui no Centro da cidade.

Um dos indicativos da relevância da comunidade paraguaia em Guarulhos é a conquista da celebração mensal de uma missa em castelhano para ela na Capela Nossa Senhora Aparecida, no bairro de Jardim Jacy, por um padre da ordem dos scalabrinianos designado – salvo engano nosso – pela Diocese da Sé, no Centro de São Paulo. Tivemos a oportunidade de assistir à cerimônia duas vezes no primeiro semestre de 2023. Na última delas, em comemoração ao Dia das Mães, o templo estava lotado, como tentamos registrar na Figura 8 abaixo (porém, com prejuízos em qualidade de definição e enquadramento):

FIGURA 8 – Missa em celebração ao Dia das Mães na capela Nossa Senhora Aparecida, Jardim Jacy, Guarulhos – SP, 14 de maio de 2023



Fonte: Do autor (14 de maio de 2023).

Circular por essa região de Guarulhos suscita questionamentos sobre as limitações dos dados oficiais de órgãos do governo expostos nos Capítulos 3 e 4 em refletir a realidade da presença paraguaia na cidade. Pelo SISMIGRA, de 2020 a 2022, foram captados 132 migrantes naturais do Paraguai que obtiveram sua autorização de residência em Guarulhos no período, número do qual o público daquela missa no Jardim Jacy – composto, se não em sua totalidade, pelo menos em maioria, de residentes locais, como se pode supor –, por si só, deve se aproximar. É possível que uma parte substancial dos paraguaios residentes na cidade “onde voam os aviões”, quando não em situação de indocumentação, tenha tido acesso a seu registro migratório

ainda em São Paulo, sendo contabilizados ali, e não acolá, pelo SISMIGRA. Já pela RAIS, o volume de paraguaios ocupados no mercado formal da confecção têxtil³⁷³ em cada ano de 2018 a 2021 é contado sem esgotar os dedos de uma mão, quando, em um pequeno punhado de interações que tivemos na saída da capela naquele dia de maio, nós mesmos nos deparamos com uma amostra mais expressiva de trabalhadores desse setor. Sem medo de se equivocar, pode-se justificar a baixa quantidade de registros de paraguaios na citada base de dados pela alta incidência de informalidade entre pessoas dessa nacionalidade nas oficinas de costura locais, assunto que será discutido mais adiante.

Outras considerações sobre Guarulhos e bairros paulistanos mais afastados do Centro também serão feitas em outro momento. Por ora, cabe concluir que há uma significativa presença de paraguaios fora dos destinos mais tradicionais a essa migração em São Paulo, remetendo-se a um processo que viria crescendo desde os anos 2000 e que, aparentemente, conquistaria especial dimensão na transição entre as décadas de 2010 e 2020, como alguns dos elementos trazidos dos relatos dos entrevistados sugerem. Nesse sentido, será interessante observar o que o Censo Demográfico de 2022 captou sobre essa população quando os resultados completos da pesquisa forem publicados.

5.2.3.4 As redes sociais digitais

Como já se havia adiantado, na articulação de pessoas e instituições que respalda o deslocamento de um paraguaio desde sua saída do país de origem até a inserção no mercado de trabalho da RMSP (e, eventualmente, seu retorno ou reemigração) na atualidade estão presentes as redes sociais digitais, incluindo aplicativos de mensageria instantânea, páginas *online* e diversas outras plataformas e mídias disponíveis no espaço virtual. Para ilustrar parte do papel que essas redes desempenham nas migrações paraguaias, dirigiu-se o olhar especificamente para uma delas: o Facebook, da empresa Meta.

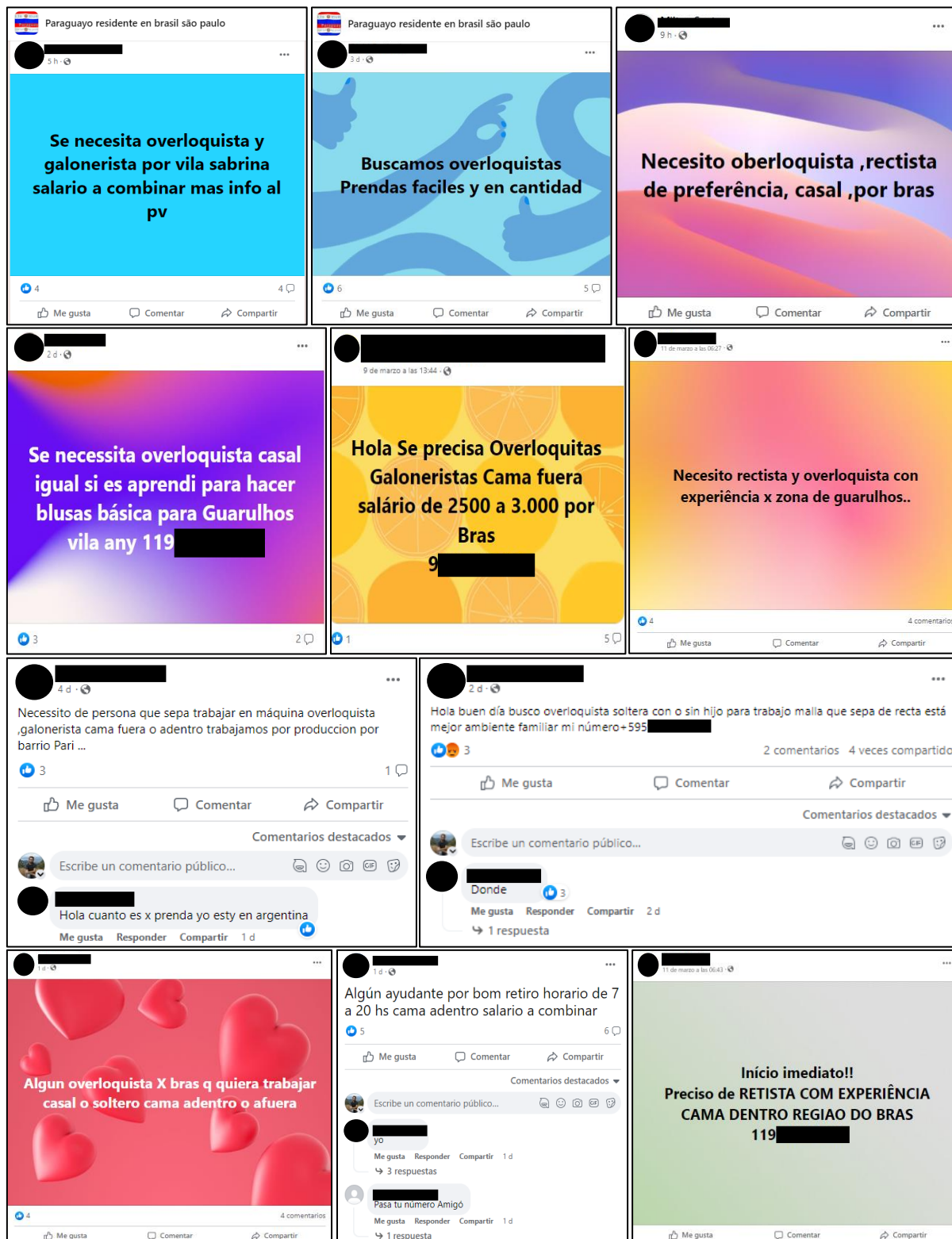
Há uma diversidade de grupos de paraguaios residentes na RMSP formados nessa plataforma, sendo que os maiores deles são públicos e “visíveis” (o que significa que qualquer pessoa pode encontrar e acessar seu conteúdo e se juntar a eles). O que mais se sobressai em termos de adesão se intitula “*Paraguayos En São Paulo - BR*”, que, criado em abril de 2013, conta com mais de 34 mil membros dez anos depois. Na sequência está o grupo “*Paraguayo residente en brasil são paulo*”, de novembro de 2011, com 22.240 membros em meados de

³⁷³ Referimo-nos, mais especificamente, às quatro principais famílias ocupacionais do setor, identificadas em capítulos anteriores da tese.

julho de 2023. Pode-se citar, ainda, o “*Paraguayos en Bom Retiro e Brás São Paulo Brasil*”, de janeiro de 2019, com pouco mais de 20 mil pessoas associadas também em meados de 2023.

Nesses três grupos, a maioria absoluta das postagens gira em torno do mercado da confecção têxtil, o que se soma aos indícios de consolidação de um nicho étnico por parte de paraguaios nesse ramo na RMSP. Nesse caso, predominam os anúncios de vagas de trabalho em oficinas de costura. Na Figura 9, estão expostos alguns deles, a título de ilustração:

FIGURA 9 – Vagas de trabalho em oficinas de costura divulgadas em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



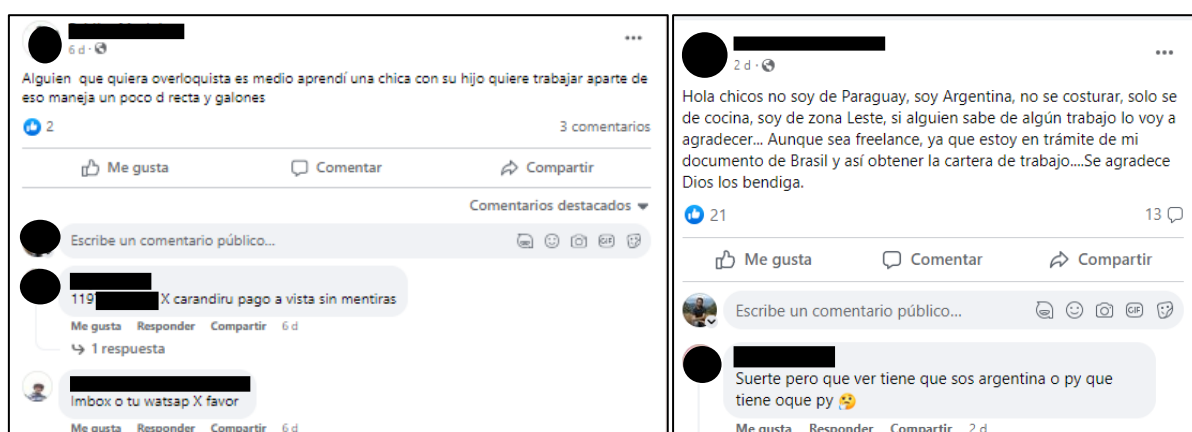
Fonte: Paraguayos En São Paulo - BR (2023) e Paraguay residente en brasil são paulo (2023).

Ainda que restritos às oficinas de costura, os anúncios trazem uma diversidade de aspectos concernentes às funções demandadas (como ajudante de confecção e costureiro), ao

tipo de máquina a ser operada (em especial, reta, *overlock*/overloque e galoneira), à modalidade de remuneração (por peça produzida ou salário mensal fixo), ao *status* conjugal ou situação familiar do migrante (solteiro ou casal, com ou sem filhos), ao conhecimento do ofício (aprendiz ou com experiência), à localização do estabelecimento (com exemplos em Guarulhos, Brás, Bom Retiro, Pari e Vila Sabrina) e à forma de residência (“cama dentro” ou “cama fora”, referentes, respectivamente, a quando se mora no próprio imóvel onde trabalha ou em outro endereço). Em uma das postagens, também se evidencia o alcance que as publicações podem ter, com o comentário de uma pessoa que se mostra interessada na vaga divulgada e diz estar na Argentina, dando a entender que, dependendo da remuneração acertada, teria a disposição de se mudar para São Paulo.

Há, de igual modo, quem usa os grupos no Facebook para oferecer sua força de trabalho a empregadores do setor. Na Figura 10, vê-se um par de exemplos disso:

FIGURA 10 – Ofertas de força de trabalho a oficinas de costura divulgadas em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayos En São Paulo - BR (2023) e Paraguayo residente en brasil são paulo (2023).

Na postagem da esquerda, uma pessoa parece indicar uma jovem mãe com um filho para trabalhar como “overloquista”, aparentemente, com baixa experiência, mas disposta também a operar máquinas dos tipos reta e galoneira, cujo manejo seria de algum conhecimento seu. Obteve ao menos duas respostas, uma delas de alguém que teria seu negócio no bairro do Carandiru, Zona Norte de São Paulo. À direita, por sua vez, uma argentina já residente no Brasil, após deixar claro que não sabe costurar, se oferece para trabalhar como cozinheira, provavelmente consciente da demanda por esse tipo de serviço nas oficinas de costura. Nota-se aqui que não são apenas paraguaios os que recorrem a esses grupos no Facebook em busca de emprego.

Além das oportunidades laborais, faz-se nas redes sociais a comercialização de equipamentos e insumos de uso nas oficinas, mormente máquinas de costura, como se expõe na Figura 11:

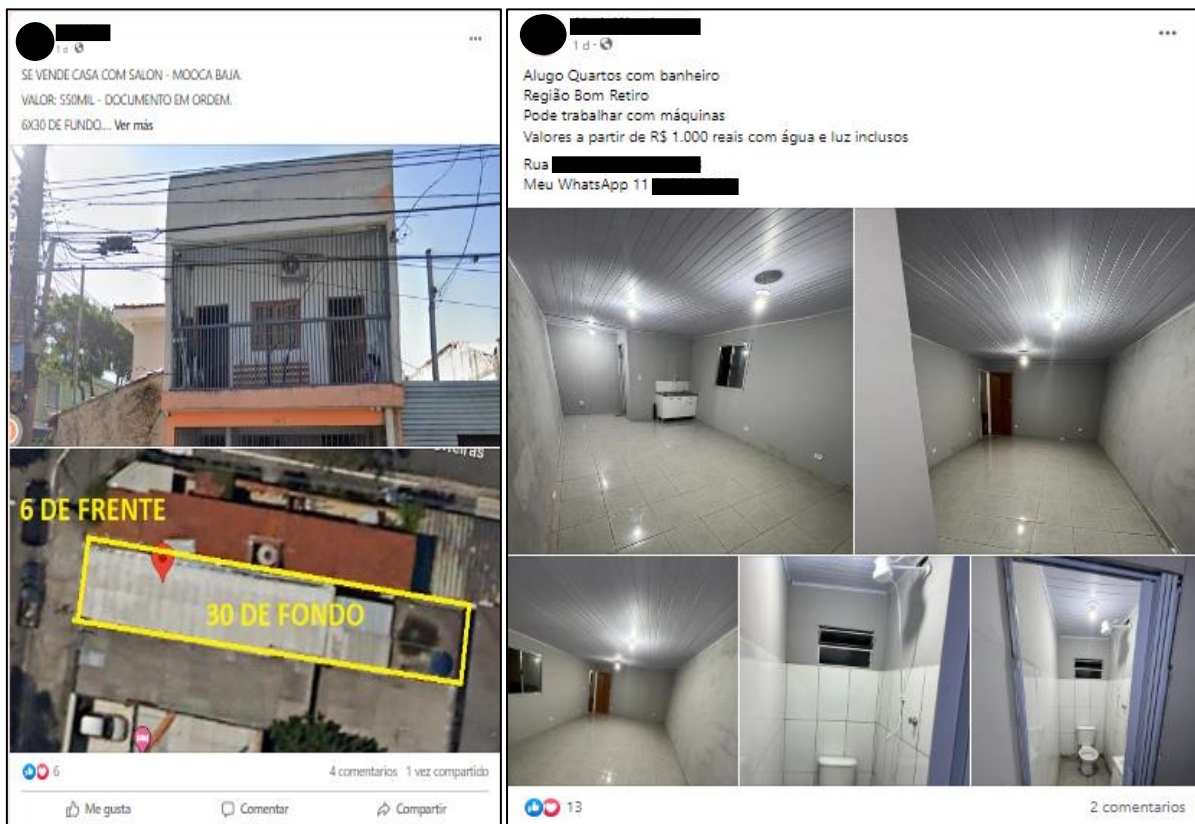
FIGURA 11 – Anúncios de venda de máquinas de costura em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayos En São Paulo - BR (2023) e Paraguayo residente en brasil são paulo (2023).

Assim como o maquinário, os próprios espaços nos quais se podem montar oficinas são anunciados. Na Figura 12, constam postagens referentes a um imóvel à venda na Mooca (Zona Leste de São Paulo) e outro, para alugar, no Bom Retiro:

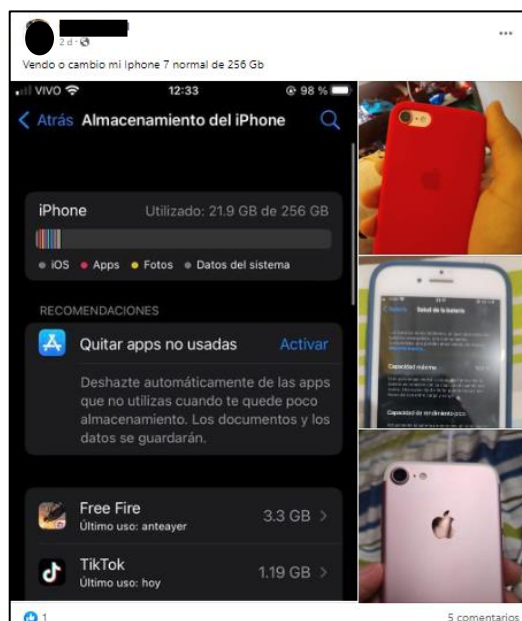
FIGURA 12 – Anúncios de imóveis para eventual montagem de oficina de costura em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayo residente em brasil são paulo (2023).

Publicações de outros tipos também são feitas nas páginas desses grupos, extrapolando o âmbito da confecção. Na Figura 13, por exemplo, tem-se um usuário anunciando seu celular para venda ou troca:

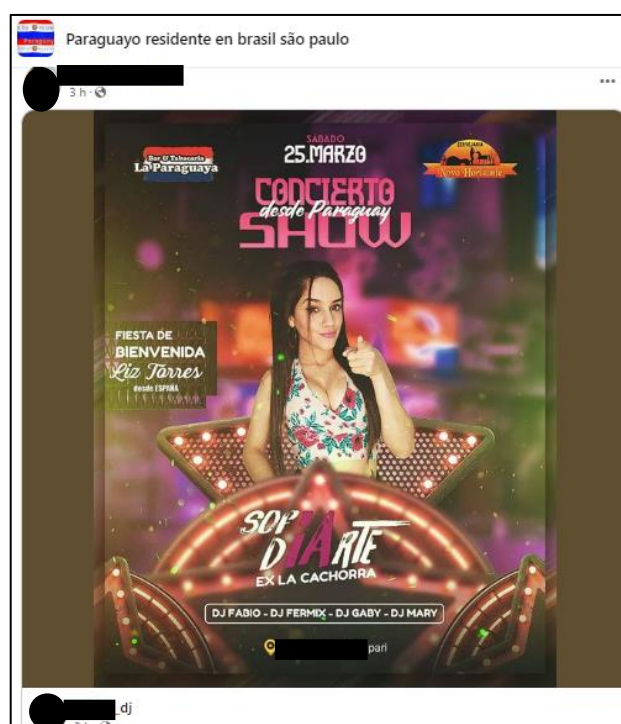
FIGURA 13 – Exemplo de anúncio de produtos diversos em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayo residente en brasil são paulo (2023).

O mesmo ocorre em relação a eventos e programas culturais e de lazer de interesse para a comunidade paraguaia, caso do cartaz de divulgação que se vê na Figura 14, relativo à vinda de uma artista do Paraguai para se apresentar a conterrâneos seus em São Paulo:

FIGURA 14 – Evento para entretenimento anunciado em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayo residente en brasil são paulo (2023).

Para finalizar a exposição de tipos de publicação constantes nos grupos do Facebook – mas sem esgotá-los –, expõem-se na Figura 15 exemplos de ofertas de serviços diversos à comunidade e informações de utilidade pública. Incluem-se o informe de desaparecimento de um paraguaio monolíngue em guarani, o anúncio de uma companhia de viação para viagens entre a São Paulo e Foz do Iguaçu, um questionamento acerca de remessas financeiras e a nota de uma empresa de consultoria sobre a regularização documental de migrantes.

FIGURA 15 – Oferta de serviços e informações de utilidade pública em grupos abertos de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayos En São Paulo - BR (2023).

No conjunto de postagens coletadas dos grupos públicos de paraguaios residentes na RMSP no Facebook, portanto, enfatizou-se o predomínio daquelas voltadas à confecção têxtil, o que atestaria a importância do setor para as migrações paraguaias à região, sobretudo considerando que não consta qualquer delimitação prévia de assuntos que devem ser abordados nesses espaços. Por outro lado, o conteúdo das publicações vai além dos muros das oficinas de costura, tocando uma série de outras demandas que conformam a realidade paraguaia migrante, como a obtenção de documentos, o envio de dinheiro ao exterior e o traslado ao país de origem.

Um último aspecto que envolve a articulação das redes migratórias e que se deve endereçar antes de adentrar, de fato, a questão do trabalho e residência na RMSP são os destinos que, por mais contraditório que pareça a princípio, fazem parte da vida até mesmo de migrantes que nunca passaram por eles (mas que poderiam tê-lo feito), como se identificará em alguns dos relatos reunidos em nosso trabalho de campo.

5.2.3.5 A relação com Argentina, Espanha e outros destinos migratórios no exterior

No Capítulo 3, identificou-se como o principal destino migratório dos paraguaios a Argentina, com fluxos especialmente volumosos sobretudo a partir do decênio de 1940. Em 2010, último ano a cujos resultados censitários se teve acesso até a finalização desta tese, o “estoque” de residentes da referida nacionalidade no citado país atingiu seu pico tanto em termos absolutos como relativos, com mais de 550 mil pessoas e o equivalente a 30% de todos os migrantes internacionais lá contabilizados. A Espanha, por sua vez, despontaria como o segundo país com maior presença paraguaia no mundo nos anos 2000, após ver o número de residentes dessa origem saltar de pouco mais de dois mil a 135 mil em menos de uma década.

Considerando esse cenário, era esperado que alusões a esses países fossem feitas nas falas dos entrevistados. Um dos que chegaram a São Paulo antes da virada ao século XXI, por exemplo, lembra da profusão de conterrâneos cujas trajetórias migratórias, diferentemente da dele, apontaram a um rumo mais austral na época: “*muchos fueron. Bastante. La mayoría que yo conozco [que] son de mi ‘faixa etária’, digamos así, están en Argentina*”³⁷⁴. Já outro participante, mais jovem, após responder afirmativamente ao questionamento de se o Brasil era, desde o princípio, o seu destino de escolha para migrar, menciona espontaneamente o país do tango e justifica o porquê de tê-lo descartado como opção naquele momento, como se “naturalmente” devesse essa explicação. Em suas palavras, “*cuando vos intentás migrar a salir*

³⁷⁴ Tradução livre para o português: “Muitos foram. Bastante. A maioria que eu conheço [que] são da minha faixa etária, digamos assim, estão na Argentina”.

*de tu país es para el progreso [...], y la moneda brasileira, hasta ahora, es más elevada tanto que la de Paraguay como la de Argentina. Entonces hice esa comparación [...]*³⁷⁵. Subsequentemente, esclareceria que o motivo central de ter optado pelo Brasil frente a qualquer outro destino foi o fato de já ter uma irmã residindo em São Paulo. De qualquer forma, diria que o interesse dos paraguaios por migrar para a Argentina, em geral, estaria diminuindo, devido a sua alta inflação. Ainda assim, identifica tios e primos que moram lá atualmente, a exemplo de outros entrevistados, como Marisa (que tem uma irmã mais velha no país), o que demonstra a atratividade migratória que a Argentina exerceria até hoje, mesmo que sem a força de outrora.

Humberto também tem parentes naquele país, mas quando decidiu sair do Paraguai, não achou que esse fosse um destino tão interessante quanto o Brasil, como ele mesmo expõe:

A Argentina era muito comum, porque todo mundo tem um parente na Argentina. Um parente direto. Eu, por exemplo, tenho uma prima. [...] Mas não me chamava a atenção ir para a Argentina. Eu gostaria de conhecer Buenos Aires, mas o estilo deles... não sei... Não sentia atração. Mas quando me falaram do Brasil, eu não vi barreira de idioma, não vi nada disso. Eu só queria ir. E quando eu cheguei lá, tudo o que eu imaginava... era muito maior do que eu imaginava.

Sendo mais específico sobre o que o fazia olhar com mais simpatia para cá, o entrevistado desvela algumas subjetividades que também são levadas em conta na margem de escolha da qual o migrante dispõe em sua empreitada:

Todo paraguaio que gosta de futebol não tem como não gostar do Brasil. Qualquer pessoa no mundo que goste de futebol vai ter uma conexão com o Brasil, mais do que com a Argentina. Na minha época de criança tinha Maradona, tinha Batistuta, mas o Brasil tinha Ronaldo, tinha Romário, tinha Bebeto, Taffarel... Ou seja, era outra coisa. Era campeão do mundo. Então a minha ligação com o Brasil foi essa sempre.

Apesar dos gostos que nutria por esta terra, Humberto admitiria que o lugar para onde realmente gostaria de ter ido era a Espanha. Primeiramente, transparece em seu relato o abrupto interesse que se alastrou por muitos paraguaios por esse país logo no início dos anos 2000. No caso do entrevistado, o responsável por lhe provocar isso foi um tio, como conta:

³⁷⁵ Tradução livre para o português: “quando você tenta migrar para sair de seu país é para o progresso [...], e a moeda brasileira, até agora, é mais elevada tanto em relação à do Paraguai como à da Argentina. Então, fiz essa comparação [...]”.

No ano de 2001, meu primeiro tio, que é irmão da minha mãe... Eu estava trabalhando em um supermercado aqui... Sabe aqueles meninos que carregam as coisas para os clientes? Eu estava trabalhando assim, com quinze anos, em um supermercado aqui na cidade, e meu tio foi e me perguntou: ‘você sabe onde tem uma casa de câmbio aqui?’. Eu falei: ‘aqui dentro, não tem, mas lá fora tem. Por quê?’. ‘Eu preciso comprar dólares. Estou indo para a Espanha’ [...]. Então meu tio foi, e quando ele foi, depois de seis meses, começava a mandar dinheiro. A mulher dele aqui [no Paraguai] recebia dinheiro, comprava as coisas. Eu via que andava de táxi, coisas que não eram comum. Eu não sei o que ele fez nem como ele fez. Depois, eu me lembro que algumas famílias aqui de nosso bairro [em Luque] iam para a Espanha, começavam a ir.

Por um lado, chamava a atenção a aparente ascensão social da qual rapidamente parentes e outros conterrâneos que migravam à Espanha gozariam, refletida no volume das remessas internacionais feitas a quem havia permanecido no Paraguai e nos bens ostentados por eles próprios no regresso ao país. Por outro lado, viajar à Europa implicava gastos que muitos não tinham condições de sustentar. A partir da segunda metade da década de 2000, ademais, a economia espanhola daria sinais de arrefecimento, limitando as possibilidades de inserção laboral para migrantes, em especial, aos homens, pois a maior parte das vagas oferecidas no mercado se referiam a serviços domésticos e cuidados com crianças e idosos, geralmente preenchidas por mulheres – sem falar no enrijecimento das políticas migratórias. São aspectos cobertos pela seguinte fala de Humberto:

Sabe por que o Brasil? Eu não tinha dinheiro para ir à Espanha. Eu queria ir à Espanha, na verdade. Eu queria muito ir à Espanha. E meu tio falava que tem mais empregos para mulher do que para homem [na Espanha]. [...] Muita gente estava indo para a Espanha, mas como que elas iam para lá? Vendiam a casa, vendiam o carro... se tinha um bem a vender ou empenhar para poder ir... No meu caso, eu não podia. Por isso é que a maioria das pessoas vai para o Brasil ou para a Argentina, e quem tem dinheiro vai para a Espanha. [...] A não ser que o familiar ajude a pessoa a ir. Minha mãe, por exemplo, foi com a ajuda do meu tio. Minha irmã foi com a ajuda da minha mãe.

Como se vê no trecho acima, outras duas pessoas da família do entrevistado teriam tido uma experiência migratória na Espanha, a dizer, a mãe e uma irmã. Esta última, quando aterrissou no país em 2009 – onde ainda reside –, “fez o serviço que a maioria dos migrantes faz quando chega e não tem documentos: cuidar de crianças, de idosos”, tendo, antes disso, passado um par de anos no setor de confecção têxtil de São Paulo. Sobre ela, Humberto faz a seguinte caracterização:

Minha irmã sempre foi aquela menina que... como se diz? Sabe aquela criança que diz que ‘eu vou ser rica’, ‘eu vou ter dinheiro’? Falava para minhas primas: ‘você vai ser minha empregada’. Minha irmã é desse tipo. E praticamente a que cumpriu, digamos, aquele desejo foi ela, porque ela é a que mais países conhece, a que a mais países viajou, mantém um padrão de vida mais alto do que o nosso.

Já a mãe teria residido na península ibérica antes, por três ou quatro anos, até regressar ao Paraguai. Para ela, aponta-se como fundamental a ajuda do tio que havia migrado

antes – e que lá permanece até hoje –, assim como ocorreria com a irmã em relação à genitora, trajetórias que reforçam o papel das redes migratórias na viabilização de planos de se estabelecer em países que, além das ocasionais barreiras políticas, tendem a impor condições financeiras mais duras do que destinos fronteiriços para a consecução de tal finalidade.

Anos depois do contexto de migração dos familiares de Humberto, a Espanha segue no horizonte de alguns paraguaios. O relato do último migrante a se mudar à RMSP entre nossos entrevistados é ilustrativo disso, considerando que, nele, revelou-se a vontade sustentada pela filha mais velha de se estabelecer lá, quando ainda estavam no Paraguai. O advento da pandemia de Covid-19 e os prejuízos por ela infligidos às finanças da família, contudo, lhes obrigou a adiar os planos. Cogitou-se até mesmo utilizar o auxílio emergencial provido pelo governo paraguaio durante a crise sanitária – sob programa denominado *Pytyvõ* – para ajudar nos gastos com a emissão de passaporte e a compra de passagens aéreas, o que, ao final, por alguma razão não bem esclarecida, não teria sido possível³⁷⁶. Migrariam a São Paulo na sequência, sendo recebidos por uma parente que já havia vivido a experiência almejada pela menina, com alguns anos de trabalho na Espanha (aparentemente, com serviço doméstico) e, também, na Argentina.

Outro entrevistado, finalmente, fez menção também aos Estados Unidos, país ao qual poderia ter migrado para trabalhar ainda no início da década de 1980. Sobre isso, é dito o seguinte:

Em [19]81, tive a oportunidade de aceitar uma viagem para migrar até os Estados Unidos. Devido ao amor pela família... porque nós, latinos, somos muito sentimentais com a família [...]. Então, tinha a minha mãe viva na época ainda, e eu, com esse medo da minha viagem até os Estados Unidos, poderia causar uma depressão para a minha mãe e uma tristeza. E aí decidi não ir. [...] Não dá para mim ir lá um ano e voltar.

Um amigo de faculdade teria sido o responsável pelo convite que recusara. O entrevistado terminaria migrando a São Paulo poucos meses depois, de onde seria mais exequível partir para a realização de visitas periódicas aos familiares no Paraguai.

Nos depoimentos selecionados para esta subseção, nota-se que há destinos que entram nos cálculos e considerações dos migrantes ainda que nunca sejam por eles transitados ou habitados e que vêm a integrar o “espaço de vida” dessas pessoas a partir do momento em que amigos, familiares e outros conhecidos, sim, põem em prática dito movimento. Nesse contexto, as redes migratórias podem permitir que certos lugares se tornem (ou não) uma opção

³⁷⁶ Segundo esclarecimentos feitos pelo periódico ABC Color em abril de 2020 (no início da vigência do programa *Pytyvõ*), o subsídio seria disponibilizado em uma carteira digital – a princípio, em duas prestações de cerca de PYG 500 mil cada – e somente poderia ser usado em determinados estabelecimentos de venda de alimentos, medicamentos e outros produtos da cesta de consumo familiar (ABC Color, 2020).

quando se quer ou precisa emigrar. No caso de Humberto, o Brasil foi o país escolhido entre os possíveis, tendo em conta que a Espanha, apesar de ser o destino desejado, era (no mínimo) financeiramente inacessível – pois, por algum motivo, sua rede não poderia mobilizar os recursos necessários como fizera com a mãe e a irmã –, ao contrário de Argentina e seu vizinho português-falante, que, graças aos contatos disponibilizados pelas redes, só seriam rechaçáveis como opção pelo arbítrio do entrevistado.

Concluída essa primeira abordagem ao papel das redes migratórias por uma perspectiva mais atenta aos antecedentes, condições e circunstâncias das migrações paraguaias que se dirigem ao setor de confecção têxtil da RMSP – sem deixar de, por vezes, antecipar determinados aspectos mais condizentes com a realidade no local de destino, no caso da subseção referente às redes sociais digitais – e com algum esforço de se estabelecer uma cronologia desses fluxos a partir dos relatos de nossos entrevistados, pode-se prosseguir para questões mais propriamente relacionadas à inserção nas oficinas de costura – e, ocasionalmente, outros estabelecimentos situados na mesma cadeia produtiva.

5.2.4 Redes migratórias e o trabalho na confecção têxtil em São Paulo

É pertinente como ponto de partida a esta seção retomar o funcionamento da cadeia de confecção têxtil na qual há inserção de paraguaios domiciliados na RMSP, dessa vez, pela óptica dos próprios migrantes, na figura dos entrevistados de nossa pesquisa.

5.2.4.1 A operacionalidade da cadeia de confecção têxtil pela perspectiva dos paraguaios

Dos paraguaios com quem conversamos, no que tange à cadeia de confecção têxtil, a maioria teve passagem apenas por oficinas de costura. Dois deles, no entanto, atuaram em estabelecimentos dedicados a etapas que antecedem ou sucedem a confecção das roupas propriamente dita. Josefina, por exemplo, passou algum tempo em uma empresa de *design* de estampas para tecidos, cujo trabalho é descrito da seguinte forma:

Eles [a empresa] compravam o tecido, que tem a maior parte de poliéster [...]. Você desenha tudo o que você vai fazer na roupa em um rolo de tecido. Então, eles imprimem um rolo de papel do tamanho do tecido, e aí eles passam pela calandra, que é tipo um cilindro bem quente, e transferem essa tinta, que é uma tinta sublimática, e ela passa do papel para o tecido, e ela já vai enrolando. Sabe esses tecidos que você vê no rolo e que ele já está estampado no rolo? É esse trabalho que eu fazia. Era fazer o desenho desses rolos de tecido. [...] É uma [etapa de] pré-costura. Aí, tipo assim... não era nem no tecido, a gente faz no computador. E aí, depois, tem o trabalho de impressão; da impressão, tem a transferência, que aí já é a parte que a gente fala: 'é a parte dos homens', porque é um lugar quente, maquinário pesado, rolos pesados. Quem faz a parte mais braçal são os ajudantes.

Desse modo, a referida empresa preparava tecidos que, posteriormente, poderiam ser adquiridos por lojas de roupas e repassados a oficinas de costura para a produção das peças, com base em modelos providenciados pela equipe de profissionais encarregada do processo de criação. Sendo assim, a cadeia produtiva teria a sequência que se lê abaixo, ainda por Josefina:

Dependendo da loja, tem gente que contrata estilista e tem gente que não contrata estilista. Mas independente de ter uma estilista ou não ter uma estilista, tem alguém que passa o modelo para o modelista. Então, tem uma foto, um desenho ou uma roupa para copiar? O modelista pega e faz o molde dele no papel. Ele faz todos os pedaços que essa roupa vai ter, que, uma vez que é montado, vai dar aquela peça de roupa que estava no desenho ou na foto ou a própria roupa que foi dada de exemplo. Todo esse processo que a gente chama de 'processo de criação' tem a pessoa que fornece o modelo; tem o modelista, que faz todo esse... como um 'quebra-cabeças' da roupa; tem o piloteiro, que faz a primeira montagem do que seria do protótipo; e depois tem o modelo, que prova. Tem empresas que provam e tem empresas que não. Tem empresas que provam e fazem suas correções: 'ah, não, não gostei desse babado, tira mais o volume', 'ah, não gostei desse recorte, sobe mais para cima', 'ah, nossa, ficou muito folgado, aperta mais', 'ai, não, ficou apertado, solta mais', até chegar no produto que eles vão querer cortar em massa [...]. E aí, por exemplo, tem: 'ah, é esse aqui que eu quero. Tá ok'. Então, a partir da peça que você tem um ok, você tem o molde dela, que ficou ok, para aquele tecido que você já pensou. Aí tem dois caminhos: tem gente que manda cortar fora, que já é 'oficina de corte' – não é oficina de costura, é oficina de corte –, que ou manda ampliado, manda ampliar lá na oficina de corte; ou corta dentro da própria confecção. Geralmente, as que eu conheço que tem confecção aqui no Bom Retiro ou no Brás cortam dentro da própria confecção. Eles têm a mesa longa, eles vão fazer o enfesto, aí faz o risco... o risco é quando já tem todas as modelagens de todos os tamanhos que vai cortar e já põe lá em cima tudo encaixadinho, e aí eles vão cortando todos os pedaços que precisa, separa por tamanho os pedaços, amarra tudo e esse corte é o que vai para a oficina de costura junto com a amostra, que é a peça-piloto, que foi aprovada. Essa é a jornada da roupa até a oficina, né, porque da oficina você tem a montagem; dali passa para a conferência, já na empresa para a conferência; depois, vai para a passadoria ou acabamento, se precisar de botão ou qualquer outra coisa; depois vai para a passadoria; depois, para a embalagem; e, por fim, vai seguindo a cadeia até chegar na loja, por exemplo.

González, por sua vez, é operador de máquina em uma empresa que fabrica estampas para roupas, um trabalho que, quando demandado, viria depois do que é feito nas oficinas de costura, algumas das quais também incluídas em seu currículo. Somam-se, ainda, experiências em estabelecimentos responsáveis por outros serviços de acabamento, como a colocação de botões e adornos brilhantes nas peças, demonstrando-se um conhecimento amplo

da cadeia. Direcionando a atenção mais especificamente às oficinas de costura, González fornece uma descrição de como o trabalho nos locais por onde passou se organizava cada vez que recebiam um novo “corte” ou encomenda, que pode ser lida como um complemento à explicação de Josefina exposta anteriormente:

Funciona así: llega, como le llaman acá, la ‘pieza’ piloto, que es el modelo de ropa que el dueño o la dueña [de la marca o tienda] manda para confeccionar, ya sea un pantalón, una camisa, un blazer, lo que sea. Ellos muestran, y el equipo del taller se divide. [...] No siempre es una sola cosa para hacer. Siempre hay varios modelos, entonces se divide en dos o tres aquel grupo del taller. Un grupo hace un modelo, el otro grupo hace un modelo. Ahí ellos se van organizando. Entonces para un grupo es un pantalón, para el otro grupo es un blazer. Y van dividiendo el pantalón en varias partes: este grupo va a hacer esta parte, al otro va a tocar hacer esa parte, a vos te va a tocar esta parte... Entonces cada uno tiene una cosa para hacer, hasta juntar todo lo que se hizo y montar la ‘pieza’³⁷⁷, hasta llegar al acabamiento, que es donde llega la parte de los botones y todo. Ahí ellos terminan, vuelven a enviar al lugar de donde salió, revisan todo si está ok, si no hay defectos [...]’³⁷⁸.

No conjunto de relatos dos entrevistados, duas funções aparecem com maior recorrência no que concerne ao trabalho nas oficinas. A primeira delas é a de ajudante de costura, geralmente reservada a iniciantes no ramo, na qual se desempenha toda uma gama de tarefas que dá suporte à confecção das roupas, como a separação dos modelos a serem replicados e o corte de linhas para a cosedura, além de, não rara vez, envolver incumbências na cozinha, como a preparação das refeições diárias dos trabalhadores. Depois, há os costureiros propriamente ditos, dedicados ao trabalho nas máquinas de costura. Sobre estas, há três que seriam mais comumente utilizadas, a dizer, a reta, a *overlock* (também registrada na grafia “overloque”) e a galoneira. A primeira talvez dispense apresentações, já que se trata daquela mais convencional e amplamente conhecida mesmo por quem não trabalha no ramo, mas as

³⁷⁷ É interessante notar a “castelhanização” que o entrevistado faz de palavras que, a princípio, buscou na língua portuguesa. “Pieza”, ainda que conste no léxico hispânico, não tem o mesmo sentido de “peça” – como “unidade de roupa” – que se quis expressar, aparentemente. Em outros momentos, empregou palavras como “tingimiento”, mais próximas do vernáculo em português (“tingimento”) do que daquele mais usual em castelhano (“teñido”), construções que, em sua fala, ocorreram especialmente quando discutimos assuntos mais técnicos de sua experiência profissional. Pode-se supor que isso decorra do fato de nunca ter trabalhado com confecção em seu país, de modo que tudo o que sabe – incluindo determinados termos repetidos em sua rotina laboral –, aprendeu em São Paulo. O mesmo, com maior ou menor frequência, se escutou de outros entrevistados que se comunicaram conosco em castelhano. O fato de eu ser brasileiro – e de isso ser de seu conhecimento – também pode ter tido uma influência na forma de expressão deles.

³⁷⁸ Tradução livre para o português: “Funciona assim: chega, como a chamam aqui, a peça-piloto, que é o modelo de roupa que o dono ou a dona [da marca ou loja] manda para confeccionar, seja uma calça, uma camisa, um blazer, o que for. Eles mostram, e a equipe da oficina se divide. [...] Nem sempre é uma coisa só para fazer. Sempre tem vários modelos, então aquele grupo da oficina se divide em dois ou três. Um grupo faz um modelo, o outro grupo faz um modelo. Aí eles vão se organizando. Então, para um grupo é uma calça, para o outro grupo é um blazer. E vão dividindo a calça em várias partes: este grupo vai fazer esta parte, ao outro caberá fazer essa parte, você tem que fazer esta parte... Então, cada um tem uma coisa para fazer, até juntar tudo o que foi feito e montar uma peça, até chegar ao acabamento, que é onde chega a parte dos botões e tudo. Aí eles terminam, mandam novamente para o lugar de onde saiu, revisam tudo para ver se está tudo ok, se não tem defeito [...]”.

outras duas merecem alguma especificação. *Grosso modo*, tende-se a empregar a overloque para a costura na lateral de calças e camisetas, ao passo que a galoneira, para as barras inferior e das mangas³⁷⁹. Na Figura 16 estão identificadas essas costuras em uma camiseta básica, para fins de ilustração:

³⁷⁹ É preciso ter em mente, porém, que há diferentes tipos de cada uma dessas máquinas. Na Figura 16, por exemplo, identifica-se o ponto de uma galoneira de duas agulhas, mas existem também modelos com três agulhas, galoneiras industriais etc., cada uma com suas particularidades. Tampouco se deve esquecer da versatilidade que é possível extrair de cada máquina. Uma overloque, nesse sentido, pode ser usada não só nas laterais de uma camiseta, mas, também, no acabamento das mangas, dependendo do estilo que se deseja imprimir à peça.

FIGURA 16 – Costura por máquina overloque e galoneira em uma camiseta básica



Fonte: Do autor (2023).

Imagens na parte superior: Camiseta básica (esquerda) e detalhe da costura na barra, feita com máquina galoneira de duas agulhas (parte da frente e avesso).

Abaixo: Manga (esquerda) e detalhe da costura, feita com máquina galoneira nas duas linhas paralelas e máquina overloque na linha unitária.

Imagens na parte inferior: Manga do avesso e detalhe do ponto em que se juntam as costuras por máquina galoneira e overloque (sobressalente).

Em relação ao vínculo empregatício, pode-se asseverar, sem chances de equívoco, que a imensa maioria dos costureiros paraguaios e seus ajudantes cumprem com suas funções na RMSP em situação de informalidade. Sobre aqueles que têm um emprego com carteira de trabalho assinada, x integrante daquele coletivo paraguaio com quem conversamos declara o seguinte:

É muito pouco. Muito pouco. [...] Seguramente, no mundo da imigração aqui, de paraguaios, que trabalha registrado na confecção... põe aí 5%. Por aí. Porque tem alguns aí que trabalham registrado, mas é muito pouco. Em termos de porcentagem deve ser 5, e se eu errar muito, põe aí 10%, no máximo. Mais do que isso, não.

Tal estimativa, inevitavelmente, leva a repensar o quanto os dados expostos no Capítulo 4, baseados no mercado de trabalho formal, efetivamente representariam da realidade paraguaia no setor da confecção têxtil da RMSP. A princípio, poder-se-ia admitir que o entrevistado acima, por sua atuação mais atenta às demandas e carências da comunidade, tivesse uma sobre-exposição a casos de informalidade, mais suscetíveis, em tese, à exploração laboral, irregularidades na remuneração e precariedade nas condições de alojamento, entre outros problemas. Entretanto, a experiência dos demais participantes do estudo reforça que essa forma de contratação é, inquestionavelmente, a mais difundida. Para se ter uma ideia, nenhum deles, em qualquer momento de sua trajetória de vida na capital paulista e arredores, trabalhou em oficina de costura com carteira assinada, ao passo que, em outros estabelecimentos da cadeia de confecção, apenas dois declararam terem sido registrados. Sendo assim, dados de fontes como a RAIS retratariam a situação de apenas uma pequena parcela da referida população, o que confere ainda mais relevância aos relatos que foram gentilmente fornecidos para a presente pesquisa como meio de se aproximar mais da realidade predominante entre os paraguaios trabalhadores da confecção têxtil na RMSP.

Também os estabelecimentos nos quais se trabalha, com frequência, não estariam regularizados. Nas palavras dx integrante do coletivo, “a maioria das oficinas paraguaias... é... põe aí, seguramente 20% está legalizada”. Entre os entrevistados que têm ou já tiveram sua oficina, embora não tenha sido possível apurar a informação em todos os casos, é plausível dizer que pelo menos a maioria não contava com um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), considerando sua recorrente instalação em domicílios onde os próprios donos, junto com os funcionários, moram.

Em relação a esse último aspecto, x integrante daquele coletivo identifica que um trabalhador de oficina pode tanto dormir no mesmo imóvel em que costura como alugar outro espaço para isso, modalidades conhecidas no ramo como “cama dentro” e “cama fora”. No

primeiro caso, a pessoa teria que trabalhar mais para poder compensar os gastos assumidos pelo dono do empreendimento com seu alojamento, enquanto, no segundo, receber-se-ia uma remuneração um pouco maior³⁸⁰, tendo em vista que, aqui, é o trabalhador quem deve arcar com dita despesa, além do deslocamento ao local de serviço, o que nem sempre seria visto como vantajoso. De acordo com a mesma fonte,

Aqui no Bom Retiro, o comum agora é que os paraguaios estão trabalhando a “cama fora”, que eles chamam. Reside fora da oficina. [É] mais frequente agora no Brás e no Bom Retiro. Lá na região onde estou [fora do Centro de São Paulo], ainda é cama dentro, [...] por isso é que tem que trabalhar um pouco mais de horário, entendeu?

No que tange à remuneração, haveria casos em que o trabalhador teria um salário mensal e outros em que receberia pela quantidade de peças produzidas. Ainda segundo x integrante daquele coletivo, a primeira situação seria a mais comum entre os paraguaios. Para quem ganha por produção, por outro lado, o valor que lhe corresponderia seria um percentual do que a oficina recebe pela peça, geralmente nos termos que se leem abaixo, conforme x mesmx entrevistadx:

O valor da peça é mais ou menos 30% do que ele [o dono da oficina] recebe da fábrica. [...] Vamos supor: a fábrica vai pagar para o dono da máquina – o dono da oficina – sete reais. Então, 30% dos sete reais vai dar dois e dez reais para cada pessoa, caso a pessoa vai morar no local [da oficina]. É 30%. Agora, quando a pessoa vai morar fora, é meio a meio [metade para ela, metade para o dono da oficina]. Às vezes, tem dono de oficina que prefere dar 50% e fica meio a meio. Ele entra com as máquinas, e o outro entra com a profissão e a produção. [...] Tem pessoa, quando você tem oficina de costura e você tem o funcionário para pagar mensal... você divide o preço da peça em três partes. 33% é para o dono da máquina. O 33% do meio é para pagar as despesas. E o 33% [restante] é dividido entre os funcionários.

Essa divisão em terços consta também na síntese que outra entrevistada faz da organização do trabalho nas oficinas da RMSP com atuação de paraguaios em situação de informalidade, com base em uma experiência pessoal dela que seria representativa dos demais casos que ela conhece. O trecho é reproduzido abaixo, preservando-se ao máximo sua extensão original e, por conseguinte, a riqueza dos detalhes oferecidos:

Só que a oficina dela [de uma dona que a entrevistada conhece] é assim: ela aluga... ou comprou, não sei... Tem um salão bem grande, como se fosse um galpão, e ela mandou lá fazer um monte de moradia embaixo, que são quatinhos, e, em cima, é uma oficina. Então, os funcionários dela trabalham lá e moram lá. Eles trabalham por produção, eles não são mensalistas. Porque tem os mensalistas, que eles têm um salário mensal fixo; e tem os que trabalham por produção, que é por peça produzida. No caso deles, eles não são mensalistas, são por produção, e eles pagam, tipo, um terço do preço final. [...] Ao redor de um terço. Pode ser mais, pode ser menos. Por

³⁸⁰ Em um dos anúncios incluídos na Figura 9, por exemplo, consta um salário de R\$ 2,5 a 3 mil por trabalho em regime de “cama fora”, valor superior ao que se costuma oferecer nas oficinas, como se verá mais adiante.

exemplo: a calça está 18 reais, vou te pagar 6 [reais]. Tem gente que é mais legal, entre aspas, e paga 10. [...] Imagine que a calça custaria na loja 180 [reais], mas para a oficina de costura, você tem um valor. Aí a dona te fala assim: ‘olha, eu tenho essa calça e estou pagando pela costura dela 18 reais’, e desses 18 reais que eles pagam, geralmente um terço... que eles falam assim: ‘ah, um terço é pela sua moradia e comida; um terço é para mim, né, que sou a dona, que eu tenho que ganhar alguma coisa; e um terço para você, que está trabalhando’. Então, no final, vai depender... o seu salário mesmo – mas eles falam que é livre, porque você já vai tirar o aluguel e a comida; no caso, a luz e a água você não paga –, é, tipo, o que você trabalhar. Só que tem que ter uma quantidade produzida, porque senão não convém, né, para eles. E ela trabalha desse jeito. Então, se você for pensar na lei, seria uma condição análoga à escravidão, né, porque não paga décimo terceiro [salário], não é registrado, não tem férias... quantidade de horas trabalhadas... Não tem nenhum tipo de seguro, né, de saúde... Nada. [...] Se acontecer ali algum acidente de trabalho, você está ‘ao Deus dará’, né. Não tem nenhuma das previdências que você poderia ter, por exemplo, trabalhando com vínculo empregatício ou com um CNPJ, sendo a oficina já consolidada como empresa ou não. Quando não, acaba caindo mesmo nesses tipos de trabalhos que você vê. Eu ouço falar de pessoas que pagam muito, muito pouco e que moram muito, muito mal e comem muito, muito mal, mas, assim, você só ouve falar, como aqueles rumores que tem [...]. Não são os casos mais frequentes.

Nas palavras da entrevistada, explicita-se a precarização laboral e a falta de garantia de direitos que comumente acometeria as oficinas de costura operantes na informalidade, fazendo-se uso, inclusive, do termo “condição análoga à escravidão” para definir muitas das experiências no setor por parte de paraguaios, o que será devidamente retomado mais adiante. Antes disso, entendendo-se que, na última sequência de páginas, e a partir da perspectiva de trabalhadores paraguaios, chegou-se a uma referência básica de como especialmente as oficinas de costura funcionariam e que é pertinente aprofundar-se nesse conhecimento, propõe-se que nos inteiremos de como foi o primeiro trabalho que cada entrevistado teve na cadeia de confecção em São Paulo e região, com atenção às semelhanças e particularidades que guardam em relação ao cenário apresentado nesta subseção.

5.2.4.2 Primeiras experiências na confecção

Iniciemos pelo primeiro entrevistado a migrar ao Brasil.

Como se havia dito, essa pessoa recebera uma proposta de trabalho de um senhor coreano ainda estando no Paraguai, no início dos anos 1980. Viajaria de ônibus a São Paulo junto com o patrão, instalando-se em sua oficina, no Brás – cujo endereço, com rua e número, ainda tem de cor. As roupas ali produzidas eram destinadas à loja que esse mesmo dono tinha na região, responsável por desenhar e cortar os próprios modelos, aceitando-se também encomendas de estabelecimentos de coreanos próximos a ele. Sobre as condições de trabalho, começou falando o seguinte:

Trabalhei com ele três meses. A gente não sabia quanto era o salário. O horário era das sete da manhã até meia noite, de segunda a sexta. No sábado... às vezes ele chegava com aquela história lá e falava assim para você que tinha uma mercadoria para segunda-feira, e aí já era obrigado outra vez a trabalhar sábado e domingo. Só que era uma história que ele inventava. Era um escravo. Escravidão. [...] E aí a gente se alimentava aí minimamente.

O ambiente de trabalho era o mesmo do (curto) descanso, e o entrevistado e os demais funcionários dormiam no chão, em meio às máquinas: “[A oficina] era um salão enorme [...]. Era em cima. A parte de baixo era a seção de cortes [...]. A gente improvisava a cama com resto de tecido. A gente colocava um pano em cima [do chão] e dormia. Não tinha colchão”. As refeições, por sua vez, eram preparadas pelos próprios funcionários, mas com os ingredientes que eram providenciados pelo dono da confecção, geralmente em quantidade insuficiente, conforme relata:

Ele [o dono coreano] comprava para nós a quantidade que eles queriam. Jogava lá os legumes, as verduras aí, dentro da geladeira, e a carne era mínima. Então a gente se alimentava só três dias como se deve, né, e depois, quatro dias da semana, a gente comia tomate com pão, cenoura, o que sobrava. De sete em sete dias, trazia para nós o alimento e na medida que ele queria. Se a gente pedia, ele dizia: ‘não tem! Não tem! Se vira aí’. Às vezes chegava e não alcançava os sete dias. A gente fazia uma economia para se alimentar com o mínimo possível nos sete dias.

A má alimentação, somada com o estresse da jornada extenuante em frente às máquinas, resultaria em uma drástica perda de peso: “Eu me lembro que tinha o peso de 85 quilos, mais ou menos, e em três meses, eu perdi 22 quilos”. Para completar, os trabalhadores eram coagidos a não sair da oficina ou interagir com quem não fosse colega. O patrão insuflava neles o medo de que, por serem indocumentados, a polícia poderia detê-los e deportá-los, quando esta, na verdade, seria uma forma de mantê-los sob controle e, assim, minimizar as chances de que denunciassem as condições de trabalho e alojamento às quais estavam submetidos e evitar que a movimentação de migrantes para dentro e fora do estabelecimento levantasse qualquer suspeita aos órgãos de fiscalização sobre o que acontecia ali. O entrevistado foi colocar o pé na rua novamente após mais de dois meses desde a chegada a São Paulo, pela necessidade de tratar de uma dor de dente:

Eu sofri de uma dor de dente. Foi quase três meses já nós estando assim. Eu saí... Era a primeira vez que eu ia sair, mais ou menos com dois meses e pouco. Eu vi o sol e fiquei todo tonto. [Porque passávamos o dia] no escuro. Porque colocavam uma cortina aí para você não enxergar a luz lá para dentro, de fora para dentro. Receio de fiscalização. Tinha medo da Polícia Federal, porque a Polícia Federal investigava os clandestinos. Eu saí no portão, assim, com muita dor de dente. Ele [o dono coreano] foi que me levou a uma farmácia próxima, e aí me falou assim: ‘*no hable con nadie ni diga ‘hola’ para nadie*’ [não fale com ninguém nem diga ‘oi’ a ninguém].

No trajeto de volta da farmácia, o entrevistado teve a oportunidade de interagir rapidamente com duas pessoas que ainda não conhecia, mas que logo pôde identificar como sendo também paraguaios. Desse breve contato viria a ajuda que, por fim, lhe possibilitaria deixar a oficina:

Então, a gente, quando saía aí... Justo eu identifiquei – minha sorte! Foi a minha salvação – dois paraguaios passando [...]. Aí ele [um deles] percebeu que [eu] era paraguaio... era praticamente um escravo do coreano. Aí ele percebeu, passou por mim e falou, disse assim, bem rápido, em guarani: '[qual é o número da casa?]'. Aí eu falei assim: '117'. Aí o coreano quase me bateu. 'O que que ele falou?! O que que ele falou?!'. [...] 'Ele não falou nada! Ele me cumprimentou só'. À noite, a campainha tocou. E ele [um daqueles dois paraguaios com quem cruzou na rua] já era um legalizado [...]. Já tinha experiência aqui, sabe? [...] Ele falou: 'eu sei que você tem paraguaio aqui. Eu quero que você [coreano] dê para eles a cópia da chave, entrega para eles o documento' [...]. Aí ele falou assim: 'se você não fizer isso... se você não põe em liberdade meus conterrâneos aqui, eu vou denunciar você'. Aí depois, no dia seguinte, o coreano chegou e falou assim para mim: '*¡Buenos días! ¡Buenos días! Mañana nosotros vamos a comer churrasco en casa*' ['Bom dia! Bom dia! Amanhã nós vamos comer churrasco em casa']. Aí acertou todas as contas nossas, perguntou para nós se gostamos, e aí eu falei assim para ele: 'não, eu não gostei. Eu vou embora. Vou embora para o Paraguai'.

Os dois paraguaios que cruzaram o caminho do entrevistado naquele dia são amigos seus até hoje.

Somente ao fim de três meses o patrão coreano pagou tudo o que devia pelo tempo de serviço em seu estabelecimento, provavelmente já descontados os gastos com moradia e alimentação, conforme recorda. Após a traumática experiência nessa primeira oficina, o entrevistado pensou em voltar ao Paraguai, mas acabou conhecendo um conterrâneo seu de Itá que o convenceu a ficar no Brasil ao indicar uma vaga para ele em outra oficina, de dono paraguaio. Em um mês de trabalho, recebeu o mesmo que em todo o período de serviços para o coreano. Com esse paraguaio, chegaria a montar a própria oficina, na Zona Leste de São Paulo, empreendimento que durou sete anos. A amizade, porém, permaneceria até hoje.

O outro entrevistado estabelecido em São Paulo ainda antes da metade da década de 1980 teve uma experiência bastante parecida em seu primeiro trabalho na cidade, também em uma oficina de donos coreanos no Brás. O primeiro ponto em comum era a jornada laboral: "*El trabajo era bien extenuante. Comenzaba a las siete de la mañana y terminaba a las doce de la noche*"³⁸¹. Em outros lugares onde viria a trabalhar depois, a exemplo do que ocorria com

³⁸¹ Tradução livre para o português: "O trabalho era bem extenuante. Começava às sete da manhã e terminava às doze da noite".

outros paraguaios na época, o padrão se repetiria: “*Siempre fue así. Hoy, por lo menos, hay gente que trabaja hasta las seis, siete de la tarde, ocho de la noche*”³⁸².

As refeições, assim como no caso anterior, eram todas feitas na própria oficina com os ingredientes comprados pelos donos. O cardápio, no entanto, era composto frequentemente por alimentos ultraprocessados, como salsicha, além de pratos que não eram do costume dos paraguaios, como o *lámen* (macarrão instantâneo), sendo esse um dos motivos – ao lado do trabalho exaustivo – que compeliriam o entrevistado a abandonar a oficina apenas três meses depois de tê-la integrado.

Os donos tinham sua própria loja no Brás, onde vendiam as roupas produzidas, que incluíam desde jaquetas *jeans*, calças e bermudas até peças consideradas mais finas, como saias. Por quase não falarem nem português, nem castelhano – diferentemente da coreana que se encarregara do aliciamento dos trabalhadores no Paraguai –, comunicavam-se com os costureiros majoritariamente por sinais. Tal interação, entretanto, não era tão frequente, pois os donos não permaneciam na oficina, comparecendo ao local basicamente quando precisavam deixar algum corte – ou seja, a carga de tecidos já prontos para serem costurados e transformados em roupas – ou peça-piloto para ser reproduzida em escala. Por conseguinte, o trabalhador praticamente se tornava supervisor de si mesmo, como diz o entrevistado.

Conta, ainda, que, nesse momento, estavam sendo introduzidas mudanças na forma de produção de algumas oficinas, com uma divisão mais clara de atribuições, em resposta a reivindicações que teriam sido levantadas pela geração de trabalhadores à qual pertencia:

*Este trabajo fue una... Los que viven ahora... Fue una conquista de paso a paso. ¿Por qué te digo así? Porque una persona que se va a trabajar tiene que saber hacer de todo. Tiene que trabajar en una prenda de ‘a’ a ‘z’. Todo, todo. Tiene que manejar la overlock, tiene que manejar la recta, tiene que saber cocinar, porque no existía cocinera... No existía ayudantes, no existía overloquista. Hoy día, sí, y nosotros fuimos el grupo que logramos conquistar esos pasos. [...] De a poco convencimos al patrón. ‘Necesitamos... Perdemos mucho tiempo con levantarnos a cocinar. Necesitamos una cocinera. ¿Qué tal si vos pagás a la mitad y nosotros a la mitad? Necesitamos un ayudante. ¿Qué tal si vos pagás a la mitad y nosotros pagamos a la mitad?’. Y después, con el tiempo, dejamos para él que él pague. Cocinera, ayudante, overloquista también. Antes se vivía en grupo. Si vos no vivías en grupo, no conseguías sobrevivir. No conseguías trabajo, porque... en el grupo, si vos tenés problema, todos tienen un problema. La gente se unía. Seis personas, siete personas... éramos un grupo fuerte, porque sabíamos hacer de todo. Si vos tenés problemas con el patrón, todos se juntan y se van*³⁸³.

³⁸² Tradução livre para o português: “Sempre foi assim. Hoje, pelo menos, tem gente que trabalha até as seis, sete da tarde, oito da noite”.

³⁸³ Tradução livre para o português: “Este trabalho foi uma... Os que vivem agora... Foi uma conquista de passo a passo. Por que te digo isso? Porque uma pessoa que vai trabalhar tem que saber fazer de tudo. Tem que trabalhar em uma peça de ‘a’ a ‘z’. Tudo, tudo. Tem que saber mexer na *overlock*, tem que saber mexer na reta, tem que saber cozinhar, porque não existia cozinheira... Não existia ajudantes, não existia overloquista. Hoje em dia, sim, e nós fomos o grupo que conseguimos conquistar esses passos. [...] Aos poucos, convencemos o patrão.

Esse sistema predominaria até hoje, segundo o entrevistado. O resultado seria uma produção mais ágil e com menos imperfeições, já que cada um se especializaria na tarefa que desempenha e, pela repetição, aprimoraria sua técnica. Por outro lado, também haveria contrapartidas ao trabalhador, como a falta de conhecimento sobre como exercer outras funções caso mude de oficina, como se admite no trecho abaixo:

No existen más personas que te pueden hacer una prenda de 'a' a 'z'. No tienen más [ese conocimiento]. Porque el sistema... y yo implanté en mi trabajo ese sistema [en otro taller en el que trabajó después], de hacer parte por parte... ¿Pero quién gana? El patrón gana con eso. Se trabaja en cadena: vos hacés esta parte, ella hace otra parte... Y el conjunto al final sale rápido. El entrenamiento es un poco complicado, pero una vez que sale, más rápido, más bonito [es]... Porque estás haciendo el mismo proceso todos los días, ya tenés experiencia con eso, te sale más rápido, lo vas perfeccionando, te sale más lindo. ¿Quién pierde con eso? El confeccionista pierde, porque si vos salís de ahí y te piden en otro lugar una cosa diferente, tenés que comenzar de cero nuevamente³⁸⁴.

Quanto à remuneração, no caso do entrevistado, ganhar-se-ia por produção, mas o valor da peça nunca era revelado antes de sua confecção ser concluída. “Valor por prenda [nos pagaban], pero lo que pasa es que no te decían ‘te voy a pagar tanto por eso’. No te decían. Al final solamente es que... como querían pagarte, pagaban, porque después de todo hecho, ¿cómo le vas a discutir por precio?”³⁸⁵, esclarece. Para piorar, só conseguiu receber o que lhe deviam após três meses de trabalho, quando já havia saído da oficina. Descontaram-lhe, enfim, os gastos referentes ao transporte do Paraguai a São Paulo.

O entrevistado, ademais, reitera ser comum, na época, o amedrontamento praticado pelos donos de oficina contra trabalhadores migrantes por sua situação de indocumentação, como se lê a seguir:

‘Precisamos... Perdemos muito tempo acordando para cozinhar. Precisamos de uma cozinheira. Que tal se você pagar metade e nós, a outra metade? Precisamos de um ajudante. Que tal se você pagar metade e nós, a outra metade?’. E depois, com o tempo, deixamos para que ele pagasse. Cozinheira, ajudante, overloquista também. Antes se vivia em grupo. Se você não vivesse em grupo, não conseguia sobreviver. Não conseguia trabalho, porque... no grupo, se você tem problemas, todos têm um problema. As pessoas se uniam. Seis pessoas, sete pessoas... éramos um grupo forte, porque sabíamos fazer de tudo. Se você tem problemas com o patrão, todos se juntam e vão embora”.

³⁸⁴ Tradução livre para o português: “Não existem mais pessoas que podem fazer uma peça de ‘a’ a ‘z’ para você. Não têm mais [esse conhecimento]. Porque o sistema... e eu implantei esse sistema no meu trabalho [em outra oficina na qual trabalhou depois], de fazer parte por parte... Mas quem ganha? O patrão ganha com isso. Trabalha-se em cadeia: você faz essa parte, ela faz outra parte... E o conjunto, no final, sai rápido. O treinamento é um pouco complicado, mas uma vez que sai, mais rápido, mais bonito [é]... Porque você está fazendo o mesmo processo todos os dias, você já tem experiência com isso, sai mais rápido, e você vai aperfeiçoando isso, sai mais bonito. Quem perde com isso? O confeccionista perde, porque se você sai daí e te pedem para fazer uma coisa diferente em outro lugar, você tem que começar do zero de novo”.

³⁸⁵ Tradução livre para o português: “Valor por peça [nos pagavam], mas o que acontece é que não falavam ‘vou te pagar tanto por isso’. Não te falavam. Só no final é que... do jeito que quissem te pagar, te pagavam, porque depois que tudo já está feito, como você vai discutir preço com eles?”.

No fue fácil, porque, en aquella época... no hay esta libertad que se tiene ahora, de salir por las calles. Ahora viven los paraguayos como si fuese en Paraguay. [...] Los dueños de oficina te metían miedo, porque decían: 'no, no puedes salir en la calle porque te va a agarrar la policía', esto y aquello. Por la documentación. Eso ahora ya no existe más³⁸⁶.

Expõem-se, finalmente, as restrições de mobilidade às quais, não rara vez, estavam submetidos os paraguaiois ocupados em oficinas de costura:

En aquella época era difícil adaptarse, porque... Primero luego por el ambiente, por el tipo de trabajo que nos vamos, porque vivimos encerrados. Vivimos encerrados en la propia casa donde nos tenían, porque los patrones... La mayoría de los talleres que conocíamos eran todos cerrados. Dos, tres perros ahí en la entrada, y todo llaveado. No podía salir. [Los dueños] No permitían [salir]³⁸⁷.

No primeiro trabalho que teve, em específico, podia sair apenas aos domingos, mas, ainda assim, de forma muito controlada: “*Si te vas, tenés que volver a un horario para que ellos te puedan abrir los portones. De lo contrario, te quedabas afuera*”³⁸⁸.

Alguna flexibilização é notada a partir do relato do entrevistado *iteño* que chegou a São Paulo em 1990. Seu primeiro trabalho foi em uma oficina de costura no Bom Retiro, que produzia camisas para lojas que os chefes, também coreanos, tinham em Campinas (SP) e em outros estados, como a Bahia. O serviço se estendia das 7:00 às 20:00 de segunda a sexta-feira e até o meio-dia aos sábados, um turno que se pode dizer ser o mais convencional até hoje nas oficinas com paraguaiois, com alguma margem para mais ou para menos. Começou atuando como ajudante, incumbido, entre outras funções, de “*limpiar la prenda que se hacía y planchar... que nosotros hacíamos el acabado, o sea, la terminación para empacotar, verdad*”³⁸⁹. Nesse momento, tinha um salário fixo. Um ano depois, assumiria o posto de costureiro, passando a receber por produção. Quando entrou, não sabia costurar – o que tampouco era uma exigência dos donos –, mas logo aprendeu o ofício, com o auxílio dos colegas:

³⁸⁶ Tradução livre para o português: “Não foi fácil, porque, naquela época... não tinha essa liberdade que se tem agora, de sair pelas ruas. Agora os paraguaiois vivem como se estivessem no Paraguai. [...] Os donos de oficina metiam medo em você, porque diziam: ‘não, você não pode sair na rua porque a polícia vai te pegar’, isso e aquilo. Por conta da documentação. Isso agora já não existe mais”.

³⁸⁷ Tradução livre para o português: “Naquela época era difícil se adaptar, porque... Primeiro pelo ambiente, pelo tipo de trabalho que tínhamos, porque vivíamos fechados. Vivíamos fechados na própria casa onde estávamos, porque os patrões... A maioria das oficinas que conhecíamos eram todas fechadas. Dois, três cachorros aí, na entrada, e tudo trancado. Não podia sair. [Os donos] Não permitiam [sair]”.

³⁸⁸ Tradução livre para o português: “Se você sai, tem que voltar em um horário específico para que eles possam abrir os portões para você. Do contrário, você fica do lado de fora”.

³⁸⁹ Tradução livre para o português: “Comecei sendo ajudante, como, por exemplo... limpar a peça que era feita e passar... que nós fazíamos o acabamento, ou seja, a terminação para empacotar, né”.

Se ayudaban [los unos a los otros]. Los que entendían más enseñan a costurar, a hacer las cosas, así. [...] Cuando era hora libre de los otros, vos te sentabas para poder tratar de manejar las máquinas [...]. En aquella época, no había enseñanza profesional para que aprenda rápido³⁹⁰.

Quanto às refeições, estas eram feitas na própria oficina, incluindo café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta, tudo providenciado pelos patrões. Também era no próprio estabelecimento que se dormia. No começo, cada funcionário tinha seu quarto privativo, mas com o crescimento da equipe, foi sendo necessário instalar mais gente em cada cômodo. O entrevistado, por exemplo, chegou a ter outros dois colegas pernoitando no mesmo espaço que ele, repartidos entre um beliche e uma cama de solteiro. Todos os trabalhadores da oficina eram paraguaios, sendo uma parte significativa deles constituída de mulheres.

Antes de completar dois anos no serviço, o entrevistado retornou ao Paraguai, onde permaneceria por quase uma década, até retornar ao Brasil e voltar a trabalhar com confecção, ao lado de sua esposa.

Foi nessa época, na primeira metade dos anos 2000, que outro dos paraguaios com quem conversamos migrou a São Paulo. Sua trajetória no ramo também começa em uma oficina pertencente a coreanos, situada no Bom Retiro. Em um mesmo terreno, havia um sobrado, com o andar de baixo reservado aos aposentos dos costureiros e ajudantes e o de cima, ao trabalho nas máquinas, e uma casa nos fundos, onde o casal de patrões morava.

As roupas costuradas nessa oficina abasteciam comércios da mesma região. Ao dar uma explicação mais detalhada de como funcionava a logística de distribuição da mercadoria, o entrevistado joga luz sobre diversos outros aspectos que se interseccionam na complexa realidade da confecção, como diferenças de classe social existentes mesmo entre os coreanos que atuavam nesse mercado – considerando que seus patrões e os donos das lojas para onde se dirigia a produção da oficina compartilhavam dessa mesma nacionalidade, mas os últimos gozavam de uma situação financeira mais confortável do que os primeiros – e o envolvimento de policiais com cobranças de propina para evitar a apreensão dos produtos transportados sem nota fiscal:

As roupas que produzíamos iam para essas lojas da Rua José Paulino [endereço no Bom Retiro famoso em toda a cidade pelo comércio popular de peças de vestuário], lojas do entorno mesmo, que eram de coreanos também. Só que os coreanos com quem a gente trabalhava eram coreanos pobres, não eram os coreanos mais ricos, que tinham loja. Eles [da oficina onde Humberto trabalhava] produziam para quem tinha loja. [...]. A gente deixava tudo empacotado [as roupas] algumas vezes. Outras vezes, só dobrávamos as roupas e guardávamos em um saco preto e levávamos em um carrinho

³⁹⁰ Tradução livre para o português: “Se ajudavam [uns aos outros]. Os que entendiam mais ensinavam a costurar, a fazer as coisas, assim [...]. Quando era o tempo livre dos outros, você sentava para poder tentar aprender a mexer nas máquinas [...]. Naquela época, não tinha ensino profissional para aprender rápido”.

[até a loja]. E eu me lembro que a coreana [dona da oficina onde trabalhava] me falava: ‘se a polícia te pegar, você nunca fale que é para coreanos. Sempre fale que é para bolivianos’ [risos]. Isso porque a polícia... era mais fácil *estelionatar* [chantagear para obter propina] o coreano do que o boliviano. O boliviano vai falar: ‘tá bom, pode levar tudo. Não quero mais’. Já o coreano, eles sabem que tem dinheiro.

O entrevistado atuava como ajudante de costura, separando os cortes e auxiliando os costureiros no que precisassem. Recebia um pagamento mensal fixo, próximo a R\$ 260,00, equivalente ao salário-mínimo então vigente. Seu turno de trabalho, de segunda a sexta-feira, ia das 7:30 às 22:00, com uma pausa para o café da manhã às 9:00, almoço às 12:00 – com uma hora de descanso –, lanche da tarde às 17:00 e jantar no fim do expediente. Aos sábados, trabalhava das 7:30 ao meio-dia. O domingo era livre.

No tempo que tinha para o lazer, gostava de frequentar quadras de futebol, espaços comuns de sociabilização para paraguaios e migrantes de outras nacionalidades latino-americanas em São Paulo. Sobre isso, relata-se o seguinte:

No primeiro final de semana [em São Paulo], num sábado, eu fui a um supermercado. Me disseram que tinha um supermercado paraguaio, que todo mundo lá era paraguaio. Aí eu fui lá. Conversei com uma moça, que era paraguaia, e perguntei para ela: ‘onde os paraguaios se juntam? Porque estou aqui há uma semana, não conheço ninguém...’. E ela me disse: ‘fica aqui. Daqui a pouco vem um, e eu te falo’. Aí eu fiquei na porta, né. Aí chegou um cara, que eu também nunca mais vi depois. E ela comentou com ele: ‘leva ele para onde os paraguaios estão jogando’. Ele me levou a uma quadra em uma rua paralela à José Paulino. A quadra não existe mais, pois me lembro que levantaram um prédio ali. Aí eu fui lá e tinha muitos paraguaios. Mais de cem, jogando bola, esperando a vez deles. Estavam jogando tipo um campeonato. Outros estavam jogando truco. Outros tomando cerveja, outros jogando bilhar. Uma pessoa se aproximou e me disse: ‘aqui são todos paraguaios! Qualquer pessoa que você conversar aqui é paraguaio. Então, fica à vontade’. Ele foi conversar com os amigos, e eu fiquei lá, vendo de longe. Aí veio um cara... Nunca vou me esquecer dele. Não sei o que aconteceu com ele. O nome dele é Aldo [nome fictício]. Ele estava em São Paulo desde a década de 1990. Na época, ele já tinha uns trinta e poucos [anos]. [...] Ele veio e me perguntou: ‘*vos sos nuevo, verdad?*’ [você é novo, né?], e eu disse que sim. ‘*Yo también pasé por lo que vos pasaste. Acá son todos amigos, todos hermanos, nos cuidamos... Yo ya maté a dos bolivianos. Si te dicen algo los bolivianos, decime que los voy a matar*’ [Eu também passei pelo que você passou. Aqui são todos amigos, todos irmãos, cuidamos uns dos outros... Eu já matei dois bolivianos. Se os bolivianos te disserem qualquer coisa, me chama que eu mato eles]. E eu pensava: ‘caramba! Que louco! [risos]’.

A reprodução da interação tida com um dos rapazes na quadra de futebol transparece uma animosidade que poderia existir entre paraguaios e bolivianos – possivelmente como efeito do histórico belicoso não muito distante entre os respectivos países de origem, de acordo com o que se expôs no Capítulo 2 –, tema que será retomado depois. De qualquer forma, o entrevistado afirma que isso se via mais entre migrantes de gerações mais antigas. Ele mesmo relata ter tido boas relações com bolivianos, incluindo seus colegas de trabalho nessa primeira oficina – cinco no total –, todos da referida nacionalidade, como se vê abaixo:

Os bolivianos foram muito gente fina comigo. O Luis [nome fictício de um colega de trabalho], por exemplo... Ele e a namorada iam jantar em um restaurante uma vez ao mês. Sempre, uma vez ao mês. Ele me dizia: ‘você tem que se dar isso de presente, porque você trabalhou muito’. Um mês era ele que me convidava, outra vez era outro. Ou seja, todo fim de semana eu saía para almoçar domingo com um deles. Eles me convidavam para ir.

Com bolivianos também, além de peruanos, compartilhou algumas das habituais tardes de futebol, em que as nacionalidades se misturavam em cada time:

Quem me deu muita amizade foi o futebol. [...] Tinha – ou ainda tem – a sede da Gaviões [da Fiel, torcida organizada do Corinthians] lá no final da Rua Anhaia [no Bom Retiro]. A gente ia jogar bola naquele lugar. Tinha duas quadras de futebol de salão e uma de areia. No domingo, meu colega boliviano me acordava às seis da manhã para jogar bola, porque tinha um pessoal de tal oficina que ia jogar contra a gente. Era ele, eu e uns amigos dele. A gente se encontrava lá. E ali, mais tarde, eu conheci uns peruanos. E os peruanos tiravam sarro dos bolivianos. [...] Todo final de semana a gente jogava lá com eles. E eu me lembro bem, já quando tinham passado uns 5, 6 meses, que os peruanos já me chamavam... já me ligavam, dizendo: ‘ah, você pode sair sexta-feira para jogar?’, e eu falava: ‘não posso, só posso jogar sábado à tarde e domingo’. ‘Então, vem domingo’. Aí comecei a jogar mais com os peruanos.

Justamente de um desses colegas viria o convite que o levaria a trabalhar em sua segunda oficina de costura em São Paulo:

Um dia, um dos peruanos [do futebol] me disse: ‘a gente agora vai iniciar um campeonato e gostaríamos que você jogasse com a gente’. Eu falei: ‘eu quero’. ‘Só que a gente vai treinar também durante a semana, pelo menos duas vezes na semana’. Aí eu falei com ele: ‘e como que vai ser isso?’. ‘A gente faz um desafio com outra oficina e joga contra eles no domingo’. E eu aceitei. Aí ele me disse: ‘se você quiser, pode vir trabalhar na minha oficina. Tenho uma oficina também. Todo esse pessoal que você está vendo trabalha comigo’. Todos eram homens. Aí eu falei: ‘cara, eu quero’. Isso foi quatro ou cinco meses depois de eu ter chegado a São Paulo. Ele me perguntou: ‘quanto está te pagando a coreana?’. ‘Está me pagando 250 [reais]’. Aí ele me disse: ‘eu vou te pagar isso no primeiro mês. Mas eu vou te ensinar a trabalhar na máquina, e eu vou te pagar por produção. Assim você pode ganhar até mais do que quinhentos reais mensalmente, trabalhando nos mesmos horários’. Aí eu falei: ‘claro que eu quero’.

Antes de assumir o trabalho na nova oficina, fez uma visita à mãe no Paraguai. A antiga patroa coreana lhe pagou R\$ 350,00 no último mês, provavelmente na esperança de motivá-lo a voltar a trabalhar para ela quando retornasse de viagem. Mas sua decisão já era irreversível.

Peruana também era a nacionalidade dos responsáveis pela oficina na qual, no mesmo ano – 2005, para ser preciso –, outro dos entrevistados estrearia no ramo da confecção em São Paulo, com o Bom Retiro novamente aparecendo como endereço. Ali, trabalhou por três anos, nunca como costureiro, mas, sim, como ajudante, conforme elucida:

Nunca trabajé, por decir así, sentado en una máquina. Porque, al empezar, me dieron otro trabajo, que era como ‘ayudante general’, donde va ayudando a uno, ayudando a otro, ayudando a otro [...]. Porque había varias cosas diferentes para hacer. Éramos como tres personas haciendo eso. [...] El taller era grande, eran como quince funcionarios – todos mezclados también. Eran paraguayos, peruanos y algunos que otros brasileiros³⁹¹.

Apesar de desempenhar a função de ajudante, aprendeu a usar as máquinas; apenas não o fazia como um trabalho fixo. Sobre isso, comenta: “*consigo manejar unas cuatro máquinas diferentes. La galonera es la única máquina que no conseguí aprender [...], para el doblado de la camiseta*”³⁹². Recebia um salário mensal – inicialmente, de R\$ 250,00 –, como ocorreria ao longo de toda a sua experiência em oficinas de costura, nunca tendo trabalhado sob o sistema de pagamento por peça produzida – embora lhe hajam feito essa proposta algumas vezes, recusada porque “*para trabajar por remuneración por prendas hay que tener agilidad. Tenés que ser muy ágil, rápido, porque vas a trabajar contra el tiempo*”³⁹³. De igual modo, jamais teve uma ocupação com carteira assinada nesses estabelecimentos, o que apenas experimentou quando passou a atuar em empresas dedicadas a outras etapas da cadeia da confecção têxtil. Sobre esse período de trabalho informal nas oficinas, conclui:

No fueron experiencias malas, pero tampoco fueron buenas, porque, en aquel entonces, trabajar sin registro implicaba trabajar un poquito más. Eran horarios sobrepasados. No tenía como decir ‘quiero’ o ‘no quiero’. [...] Me acuerdo que trabajábamos de las siete de la mañana hasta las nueve de la noche directo y sábado hasta mediodía³⁹⁴.

A outra pessoa entrevistada que teve experiências na cadeia de confecção dentro e fora de oficinas iniciou sua vida laboral em São Paulo como “assistente de estilo” em uma loja de roupas também no Bom Retiro. Os donos eram coreanos, enquanto os funcionários, em sua maioria, migrantes latino-americanos – nomeadamente, bolivianos e paraguaios –, além de alguns brasileiros. Sobre isso, comenta: “Então, coreano normalmente... eu acho que gosta de pegar pessoal, assim, estrangeiro”. Nesse momento, a entrevistada conciliava o trabalho com

³⁹¹ Tradução livre para o português: “Nunca trabalhei, por assim dizer, sentado em uma máquina. Porque, no começo, me deram outro trabalho, que era como ‘ajudante geral’, onde a gente ajuda um, ajuda outro, ajuda outro [...]. Porque tinha várias coisas diferentes para fazer. Éramos mais ou menos três pessoas fazendo isso. [...] A oficina era grande, eram como quinze funcionários – todos misturados também. Eram paraguaios, peruanos e um ou outro brasileiro”.

³⁹² Tradução livre para o português: “Sei usar umas quatro máquinas diferentes. A galoneira é a única máquina que não consegui aprender [...], para a dobra da camiseta”.

³⁹³ Tradução livre para o português: “Para trabalhar por remuneração por peça é preciso ter agilidade. Você tem que ser muito ágil, rápido, porque vai trabalhar contra o tempo”.

³⁹⁴ Tradução livre para o português: “Não foram experiências ruins, mas também não foram boas, porque, naquela época, trabalhar sem registro implicava trabalhar um pouquinho mais. Eram horários extenuantes. Não tinha como dizer “quero” ou “não quero”. [...] Eu me lembro que trabalhávamos das sete da manhã até as nove da noite direto e sábado até meio-dia”.

um curso de “Modelagem do Vestuário”, o que a possibilitou atuar, em seguida, como modelista em outra empresa. Em ambos os serviços, sua relação com oficinas de costura era próxima – estas, em um dos casos, providenciavam os produtos que seriam vendidos na loja; no outro, recebiam as peças-piloto que orientariam a produção. Sê-lo-ia, no entanto, ainda mais dentro de sua própria casa, onde a mãe, havia muito, teria sua confecção e com quem, mais recentemente, viria a trabalhar, já sem outros funcionários. A decisão de costurar foi justificada pela necessidade de ter flexibilidade no trabalho e poder ajustá-lo conforme o seu ritmo, permitindo-lhe dar conta das demais atividades que compõem sua rotina, em especial, o cuidado das filhas e a faculdade. Atualmente, forneceriam peças a uma antiga loja na qual a entrevistada havia trabalhado antes, de acordo com o seguinte combinado:

Eles falam assim: ‘ah, eu tenho esse corte que é para tal dia. Você vai conseguir?’, e aí eu tenho que ver se eu vou conseguir ou não. Se eu não conseguir, eles vão passar para outra oficina. Então sempre tem a data que eles vão lançar, né, que eles precisam entregar aquele corte, então já tem que pegar sabendo que é mais ou menos naquela data que você precisa entregar. [...] Eu prefiro não pegar quando eu vejo que está muito em cima. Aí eu falo: ‘ah, eu não vou conseguir, né. É muita peça para pouco tempo’ [...]. E agora eu estou dividindo um pouco com a minha mãe. Mas a oficina nossa é uma oficina mais da gente mesmo. Tipo, não tem funcionário.

Outra participante, assim como a anterior, migrara a São Paulo ainda no final do decênio de 2000, mas, diferentemente de sua conterrânea, só atuou em oficinas. A primeira delas foi no bairro de Itaquera, Zona Leste da cidade, onde desempenhava as funções de cozinheira e ajudante de confecção. Ao mesmo tempo, já era treinada pelos colegas a mexer em máquinas de costura. Os patrões, paraguaios, lhe pagavam um valor fixo por mês de R\$ 300,00, quando o salário-mínimo então vigente era de R\$ 415,00. Por esse motivo, a entrevistada, sempre que possível, fazia trabalho-extra, pois precisava enviar dinheiro para os cuidados da filha no Paraguai, que ficara sob a responsabilidade da mãe. Todos os trabalhadores dormiam no mesmo imóvel em que funcionava a oficina. As peças produzidas – a dizer, camisas sociais para homens – eram adquiridas por um coreano, que não se soube informar se tinha loja ou não. A jornada laboral era extenuante e havia restrições à mobilidade dos costureiros e ajudantes – nos moldes do que os entrevistados mais velhos apontaram como prática comum lá nos anos 1980 –, como se conta: “*Trabajábamos desde seis horas hasta... no teníamos horas. [...] A veces nos quedábamos hasta las doce de la noche. Era muy difícil. Y no daba para salir. No daban llave, nada. Era, tipo, encerrado ahí*”³⁹⁵. Mesmo aos sábados não havia hora para

³⁹⁵ Tradução livre para o português: “Trabalhávamos desde as seis horas até... não tínhamos horas. [...] Às vezes, ficávamos até as doze da noite. Era muito difícil. E não dava para sair. Não davam chave, nada. Era, tipo, trancado lá”.

terminar o serviço, restando apenas o domingo como dia livre. “*En ese lugar, yo aguanté un año, peleando con ese señor [dueño del taller]. [...] Aguanté un año. Por mi hija también aguanté, porque no sabía dónde ir*”³⁹⁶, concluiria.

O seguinte entrevistado de cuja experiência exordial na confecção se comentará começou trabalhando em uma oficina de costura no Pari, no Centro expandido da capital paulista. Tinha como chefes um boliviano e sua esposa brasileira, que não moravam no local, mas em uma casa próxima, encarregando-se apenas de gerir o negócio. Os funcionários, por sua vez, eram todos paraguaios e viviam no mesmo imóvel onde trabalhavam. Eram de dez a doze pessoas, cada uma com uma tarefa; a do entrevistado, na condição de ajudante, era preparar as peças a serem costuradas e limpá-las depois de prontas, controlando eventuais erros ou falhas. Assim como ele, sua irmã, responsável direta por sua ida a São Paulo, trabalhava nessa oficina, mas já em frente a máquinas. As roupas produzidas compreendiam camisetas básicas, vestidos e calças, como *leggings*, com algo de moda infantil também (nesse caso, para a marca Looney Tunes). Não seria uma costura “tão exigente”, como diria, mas, sim, “*prendas de salida rápida*”³⁹⁷. Parte de sua comercialização se dava em unidades das Lojas Pernambucanas do entorno, além de estabelecimentos de chineses e coreanos, que, com menor frequência, recorriam à oficina para saber se poderiam produzir determinados modelos já previamente desenhados.

O turno de trabalho se iniciava às sete da manhã. Às oito, fazia-se uma pausa de meia hora para o café da manhã. O almoço era servido das 13:00 às 14:00, preparado por uma cozinheira que, assim como os demais, não era registrada. Em algum momento da tarde, por volta das 16:30 ou 17:00, tinha um lanche. Às 21:00, por fim, terminava-se o dia de trabalho para jantar, embora, no caso dos costureiros, esse teto de horário poderia variar, pois, como ganhavam por produção, frequentemente estendiam sua jornada laboral. Nos sábados, os serviços iam até o meio-dia. Todas as refeições feitas durante esse período eram livres de cobrança, de modo que os trabalhadores somente arcavam com os gastos de sua alimentação no dia e meio que tinham de tempo livre. Em relação à remuneração, ajudantes como o entrevistado recebiam por mês R\$ 500,00 “e nada mais”, valor um pouco inferior ao salário-mínimo estipulado na época (R\$ 510,00). Sua motivação para sair dali depois de nove meses, entretanto, seria principalmente a falta de perspectivas de crescimento no trabalho, pois não lhe era oferecida a oportunidade de alçar ao posto de costureiro. Sobre isso, explica: “*Hay una*

³⁹⁶ Tradução livre para o português: “Nesse lugar, eu aguardei um ano, brigando com esse senhor [dono da oficina]. Aguardei um ano. Aguardei também pela minha filha, porque não sabia aonde ir”.

³⁹⁷ Tradução livre para o português: “[...] peças de saída rápida”.

cierta visión que tienen los talleres, o sea, los dueños de los talleres, que quieren inferiorizar a la persona. Por más que vos demuestres que tenés interés en aprender, no todos captan eso. Entonces te dejan de lado así nomás”³⁹⁸.

Se a esse entrevistado foi-lhe negado assumir a posição de costureiro, para outro, isso foi possível já nos primeiros meses de trabalho. Em relato mais sucinto, o paraguaio oriundo de Concepción com quem conversamos conta que sua inserção em oficinas aconteceu em 2011, no bairro do Bom Retiro, em um lugar em que donos e funcionários – somando, estes, quase vinte pessoas – tinham, todos, sua nacionalidade. Durante o período em que foi ajudante de confecção, ganhava um salário, mas logo que foi promovido a costureiro, passou a ter sua remuneração vinculada à produção. O valor pago por peça variava de 80 centavos a cerca de R\$ 2,50, limite atingido somente no caso de *blazers* e outras vestes mais formais, que demandavam maior destreza e tempo. A máquina que usava mais recorrentemente era a reta, mais precisamente, para detalhes no colarinho e nos botões de camisas. No total, ficou dois anos nessa oficina, sem carteira de trabalho assinada.

Também em 2011 migrava a São Paulo a entrevistada de Caazapá. A costura não foi sua primeira atividade profissional, embora esta fizesse parte da vida de seus patrões, que eram coreanos e possuíam uma loja de roupas e uma confecção no Brás. Como passavam o dia fora por questões de trabalho, necessitavam de alguém que se encarregasse do cuidado de sua casa, no Bom Retiro, e de seus três filhos pequenos. Para isso, a *caazapeña* dormia no imóvel de domingo a sexta-feira, com folga a partir do meio-dia de sábado, devendo retornar na noite do dia seguinte. A rotina não lhe deixava tempo para qualquer outra diligência, como resolver os trâmites para a obtenção de sua documentação no Brasil. Quando engravidou, chegou a largar o trabalho, mas foi prontamente convencida pela família coreana a voltar, após se comprometerem a limitar seu turno na casa ao período das 13:00 às 20:00, ainda mais porque, de manhã, os filhos dos patrões estariam na escola e não demandariam cuidados. Conta que se afeiçoou a todos eles, o que também contribuiu para que aceitasse a nova proposta. De qualquer forma, reconheceu que “não queriam pagar muito”, o que, depois de oito anos, a levaria à decisão de, em definitivo, buscar outra ocupação. Durante a pandemia de Covid-19, os coreanos teriam retornado a seu país de origem. Aparentemente, não atuam mais no ramo da confecção.

³⁹⁸ Tradução livre para o português: “Há uma certa visão que as oficinas têm, ou seja, os donos das oficinas, que querem inferiorizar a pessoa. Por mais que você demonstre que tem interesse em aprender, nem todos captam isso. Então te deixam de lado, simplesmente assim”.

Em 2018, o marido da entrevistada resolveu investir na própria confecção, depois de anos de trabalho mal remunerado e em condições degradantes no setor. A isso se dedicaria o casal até hoje, a quem se juntariam, com o tempo, alguns parentes mais próximos.

Para finalizar, dedicam-se algumas linhas aos paraguaiois de nosso estudo que se estabeleceram mais recentemente no Brasil. Está entre eles a entrevistada natural de San Estanislao, que se instalou em uma oficina em Guarulhos em 2022, sem saber precisar em que bairro. Segundo nos conta, começou trabalhando como cozinheira, mas, três meses depois, já assumiu uma máquina de costura. Como colegas, além de um namorado, havia quinze paraguaiois, sendo quatro mulheres. Cada uma tinha seu respectivo companheiro trabalhando lá também, com quem podia ficar em um dos quartos privativos que havia no piso inferior do imóvel. O restante das pessoas, formado por homens solteiros, dividiam outro cômodo, com dimensões maiores para acomodar todos eles. A confecção de roupas funcionava no piso de cima, sendo produzidas blusas femininas. A entrevistada não soube dar mais detalhes sobre a destinação das peças, mas disse que eram brasileiros os que deixavam os tecidos lá e retiravam a mercadoria pronta.

A jornada de trabalho começava entre 5:30 e 6:00 da manhã até as 19:00, com uma pausa de uma hora e meia para o almoço. Nos sábados, estavam todos liberados ao meio-dia. Depois que a entrevistada se tornou costureira, as refeições passaram a ser preparadas pela mãe da patroa. Tratava-se, portanto, de uma oficina gerida por uma família, também paraguaia. Findo o expediente no último dia de trabalho, cada um era responsável por arcar com sua própria comida. Por isso, fazia-se um adiantamento de cem reais de pagamento nos finais de semana. Em relação a esse aspecto, vale esclarecer que a remuneração dos costureiros era dada por peça, de modo que a entrevistada, trabalhando exaustivamente, conseguia tirar algo entre R\$ 1.500,00 e 1.700,00 – mais do que os R\$ 700,00 de quando se ocupava com a cozinha³⁹⁹. Boa parte de sua renda, contudo, era enviada à mãe no Paraguai em forma de remessas. Para tanto, devido a sua situação de indocumentação, dependia da intermediação da patroa nas agências que realizavam o serviço.

Além do baixo pagamento, uma das queixas da entrevistada sobre seu trabalho era a “falta de liberdade” que tinha. Em seu país, conta que sempre foi muito “solta” e que gostava de sair, o que já não era possível estando na oficina, em decorrência da alta demanda de trabalho.

³⁹⁹ Nessa época, entre 2020 e 2021, o valor do salário-mínimo no Brasil superava os R\$ 1.000,00.

Depois de dez meses, no recesso de fim de ano, foi ao Paraguai para visitar a família. Lá, recebeu uma proposta mais rentável de emprego, o que a fez não voltar mais a Guarulhos. A ex-patroa teria insistido para que ela repensasse sua decisão, tendo como resposta que isso só poderia ser revertido se houvesse um aumento na remuneração dada.

Já o último entrevistado a migrar também se dirigiu diretamente a Guarulhos, tendo como primeira experiência laboral o ofício de costureiro na oficina de uma parente. Sem embargo, em menos de um mês, pelo incômodo de trabalhar em um negócio que não era seu – algo sem precedentes em sua vida, pois sempre fora autônomo –, resolveu juntar o que pôde de dinheiro para montar a própria oficina. Em paralelo, passou a vender comida típica paraguaia para colegas de ramo em seu bairro, o que o ajudou a conseguir parcelar as primeiras máquinas de costura. Sua esposa, que confeccionava para uma boliviana, se juntou à iniciativa. Na família, era a única que contava com alguma prática na costura prévia à migração, embora não com o tipo de máquina que viria a operar no Brasil. Seria, ainda assim, o suficiente para que ela desenvolvesse em muito pouco tempo as habilidades necessárias para a viabilização do empreendimento familiar, do qual ela terminaria se tornando a principal encarregada, considerando a maior dedicação do marido às atividades culinárias.

Os relatos de primeiras experiências no setor da confecção têxtil da RMSP trouxeram um conjunto de elementos que merecem uma atenção mais específica e pormenorizada, inclusive para que se explorem melhor determinados desdobramentos da atuação das redes migratórias. Trataremos de alguns deles na sequência, valendo-nos, quando oportuno, de referências a outras experiências tidas pelos entrevistados para além da inaugural.

5.2.4.3 Trabalho informal e oficinas não regularizadas: alguns desdobramentos

Como já se havia adiantado, a informalidade é o padrão quando se trata da realidade dos paraguaios inseridos especialmente em oficinas de costura na RMSP. X integrante que entrevistamos de um dos coletivos que atua junto à comunidade de residentes paraguaios na região indicava que essa era a situação de 90 a 95% dos migrantes dessa nacionalidade, o que se alinha com o que observamos em nosso trabalho de campo. Já em relação às oficinas em si, a mesma pessoa estimava que não mais do que um quinto delas tinha sua situação cadastral regular. A diferença nas frações de regularização entre trabalhadores e estabelecimentos se justifica por fatos como o de que, muitas vezes, um empregador tem CNPJ, mas não registra parte ou a totalidade de seus funcionários, como vimos ser o caso da oficina de um dos participantes de nossa pesquisa.

No Quadro 5 são apresentadas algumas informações sobre cada um dos doze paraguaiois entrevistados a respeito dessas questões, obedecendo-se à mesma ordem dos Quadros 3 e 4:

QUADRO 5 – Informações sobre regularização laboral entre os paraguaiois entrevistados para a tese

QUESITO	TRAJETÓRIA											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Já trabalhou em outra atividade na RMSP que não estivesse na cadeia de confecção têxtil?	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Algun dos trabalhos em atividade fora da confecção era registrado?	Prov. Sim	-	Não	Sim	-	-	-	-	Não	Não	-	Não
Já trabalhou em outro estabelecimento da cadeia de confecção que não fosse uma oficina de costura?	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Já trabalhou com registro no setor de confecção têxtil da RMSP?	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Já trabalhou com registro em uma oficina de costura na RMSP?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Tem (ou já teve) a própria oficina de costura na RMSP?	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
A oficina está (ou estava) regularizada?	Não	Apar. Não	Não	-	-	Não	Apar. Não	-	-	Sim	-	Não

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Prov. Sim = Provavelmente, sim. / Apar. Não = Aparentemente, não.

À primeira vista, o que mais salta aos olhos é a negativa unânime ao quesito “trabalho com registro em uma oficina de costura na RMSP”, o que implica dizer que não há sequer um entrevistado que tenha tido uma ocupação formal em sua passagem por esses locais. Se é certo, por um lado, que a pesquisa não tem um caráter amostral, as estratégias de seleção de participantes, por outro, foram suficientemente diversificadas para que resultados como esse não sejam exatamente enviesados. Exemplos do contrário são encontrados apenas em outros

estabelecimentos da confecção têxtil – que, no entanto, constam na biografia de apenas três pessoas, duas delas com ao menos um caso de trabalho com carteira assinada –, assim como fora da referida cadeia. Sobre essa última situação, vale ressaltar que a trajetória profissional de metade dos entrevistados não se circunscreveu ao trabalho com peças de vestuário, havendo para dois deles a identificação (certa ou com fortes indícios, já que, em um dos casos, as informações não puderam ser confirmadas) de ocupações em regime formal.

Já em relação a ter a própria oficina, sete dos entrevistados identificaram ser este o seu caso na atualidade ou em algum momento do passado. Deles, apenas um declarou ter o negócio regularizado (embora admita que nenhum de seus funcionários tem carteira assinada).

Para tratar de alguns dos desdobramentos desse cenário, sugere-se iniciar por embates que pode haver entre funcionários de oficinas de costura e seus patrões em torno da questão da alta rotatividade da força de trabalho nesse mercado, que parece ser particularmente intensa no caso da informalidade. Um ponto de partida para essa discussão é a distinção que ouvimos mais de uma vez ser feita entre dois supostos “tipos” de paraguaios que migrariam à RMSP nos dias de hoje. X integrante daquele coletivo que recorrentemente mencionamos, por exemplo, diz que há quem tem a migração como parte de um projeto de vida ou, em outras palavras, algo que lhe dará melhores condições de cuidar da família ou de propiciar aos filhos oportunidades de estudo e trabalho mais vantajosas no futuro; e quem vem com uma postura mais descompromissada, com o objetivo único de “se aventurar”, no sentido de gozar de prazeres mais imediatos de consumo e experiências sociais proporcionadas por uma grande metrópole:

Por isso é que eu sempre, na reunião que temos do grupo [do ‘coletivo’]... eu sempre explico: existe o paraguaio... aliás, o ‘imigrante com projeto’ e o ‘imigrante aventureiro’. Hoje em dia, temos muito imigrante aventureiro. Logo que vem aqui, fica três meses, seis meses [e voltam ao Paraguai]... É muito comum isso daí. *Incluso*, 70% dos que estão vindo agora são ‘aventureiros’. Jovens ‘aventureiros’. A maioria homem sozinhos... às vezes, casal. Às vezes, ele vem com a intenção de só ficar um tempo e ir embora. Não tem aquele projeto. [...] Aventureiro por causa disso: vem se ‘aventurar’, depois de três meses, volta outra vez para lá, vai e volta, vai e volta. [...] Conheço pessoas que viajam quatro vezes em um mês. E eu falo: ‘menino, para que que você vai embora outra vez?! Agora você não está levando nada!’

Em tom similar, outro dos entrevistados, dono de uma oficina atualmente, afirma que

Los paraguayos que se van ahora solamente se van para aventurarse, para divertirse. [...] Yo digo 'aventura'. Para conocer nuevos... No se van más para trabajar. ¿Por qué te digo eso? Porque los que se van, se van para, digamos así, divertirse. Pierden más tiempo en divertirse que aprender algo. Yo te digo eso con experiencia, porque yo fui gerente de producción de una importante firma de confección y tuve muchas personas a mi cargo⁴⁰⁰.

Em complemento às falas anteriormente transcritas, um casal, que também tem sua oficina, se queixa da instabilidade na permanência de funcionários, revezando-se na argumentação entrevistado e cônjuge:

[Cónyuge:] Cada día es más difícil ahora confiar en las personas. Porque antes... Antes, las personas que venían, venían sólo para trabajar y juntar dinero y comprar algo. Tanto aquí o en Paraguay. Ahora ya no hay más. [Entrevistado:] La mayoría de la juventud quiere sólo tomar.... [Cónyuge:] No vienen con planes. Vienen por venir nomás. [Entrevistado:] No es como nosotros. Yo, por ejemplo, por mi familia vine. Yo sé que están necesitando. Pero ahora ya no hay eso. Voy a ir por mi familia, o quiero eso, voy a juntar eso... No hay más eso. [Cónyuge:] Justamente ayer le comenté a ellos en la oficina. Le comenté eso: 'no pueden venir sólo por venir nomás, porque São Paulo es gigante o le mirás a una revista a São Paulo y parece... no, yo voy a vivir en un lugar, un edificio...'. ¿Entendés? 'Va a ser todo fácil ahí'. No es⁴⁰¹.

O cônjuge, na sequência, se aprofunda na questão da rotatividade:

Se van muy rápido [los jóvenes que llegan a trabajan en los talleres] [...]. Vienen una vez, vos le pagas un salario, y la otra oficina le quiere pagar más cien reales, y te deja [el funcionario]. Y vos le trae, vos pasas sacrificio, gasta tu tiempo mostrándole cómo tiene que manejar la máquina, para aprender [a usar] la máquina... dolor de cabeza enorme [...] Y te abandonan. Aprenden y... [se van]. [...] En vez de sentar así, como nosotros nos sentamos, y conversar [...] 'Se me presentó otra oportunidad, ¿y qué vos decís?', o '¿tú me puedes pagar eso? [...]. Porque yo no me quiero ir de aquí', para que yo pueda pagar... pagar nomás para él para que se quede, porque va a hacer la misma cosa ahí [en otros talleres]. No hay diferencia. Pero aquí, no. Una vez, uno sale de tu casa y tu costurero ya se va. Y después tú viene, y tu costurero... ya no encuentras más tu costurero [risas]. [...] Yo siempre le digo aquí, por ejemplo... Aquí, por ejemplo, digo a ellos que yo estoy al lado de ellos. Si quieren montar una oficina, yo les voy a ayudar. Yo voy a comprar unas máquinas para ellos. ¿Entendés? Pero hay poco eso. Lo triste... Uno paga una vez el dinero bien bonitinho. Paga... y al otro día ellos [los funcionarios] ya no tienen nada, ni para comer. Y gasta mil quinientos, dos mil reales un día. [...] Ya se gasta todo. Y ya te llaman: 'patrón, não tem vinte reais para mim comer?'. Y vos le pagas mil quinientos recién el sábado. Y

⁴⁰⁰ Tradução livre para o português: “Os paraguaiois que vão embora [para a RMSP] agora só vão para se aventurar, para se divertir. [...] Eu digo ‘aventura’. Para conhecer novos... Não vão mais para trabalhar. Por que eu te digo isso? Porque os que vão embora, vão para, digamos, se divertir. Perdem mais tempo se divertindo do que aprendendo alguma coisa. Eu te digo isso com experiência, porque fui gerente de produção de uma importante firma de confecção e tive muitas pessoas sob minha responsabilidade”.

⁴⁰¹ Tradução livre para o português: “[Cônjuge:] Agora é cada dia mais difícil confiar nas pessoas. Porque, antes... Antes, as pessoas que vinham, vinham só para trabalhar e juntar dinheiro e comprar algo. Tanto aqui [na RMSP] como no Paraguai. Agora já não tem mais. [Entrevistado:] A maioria da juventude só quer beber... [Cônjuge:] Eles não vêm com planos. Vêm simplesmente por vir. [Entrevistado:] Não é como nós. Eu, por exemplo, vim pela minha família. Eu sei que estão precisando. Mas agora já não tem isso. Vou pela minha família, ou quero isso, vou juntar isso... Não tem mais isso. [Cônjuge:] Justamente ontem comentei com eles [seus funcionários] na oficina. Comentei isso: ‘você não podem vir simplesmente por vir, porque São Paulo é gigante ou porque veem São Paulo em uma revista e parece... não, eu vou viver em um lugar, em um edifício...’. Entende? ‘Tudo vai ser fácil lá’. Não é assim”.

el domingo ellos ya no tienen más nada para comer. Eso es lo triste de los inmigrantes de ahora. La mayoría [...]. Dieciocho, diecinueve años [de edad] que se aventuran. [...] Tanto mujer y hombre también⁴⁰².

Nos trechos reproduzidos, indicam-se alguns problemas que um dono de oficina teria frente à tendência de encurtamento do tempo de permanência de novos funcionários que acometeria as unidades produtivas da confecção têxtil com presença paraguaia, como o desperdício de esforços no treinamento de um trabalhador, que, quando menos se espera, pode abandonar seu posto sem qualquer notificação para perseguir outro visto como mais vantajoso. Dá-se a entender, ademais, que esse quadro se deve à falta de responsabilidade e comprometimento dos jovens que viriam trabalhar atualmente nas oficinas da RMSP, uma postura que destoaria daquela sustentada pela geração de paraguaios como os entrevistados acima, que, em seu tempo, também foram costureiros, mas conscientes de que haviam migrado para perseguir um futuro melhor para si mesmos e ajudar a família, que necessitava deles. Algumas ressalvas, contudo, cabem nessa perspectiva.

Em primeiro lugar, x própriu integrante do coletivo, após distinguir os “imigrantes com projeto” dos “imigrantes aventureiros” reconhece que, hoje em dia, “a maioria que vem do Paraguai... [vem] também por causa da deficiência do governo lá. Não tem emprego, não tem estudo, fica à toa...”. Significa dizer que, para além de uma pretensa libertinagem, esses jovens estão expostos em seus locais de origem a fatores estruturais – talvez não muito diferentes daqueles enfrentados por esses mesmos entrevistados em sua época – que reduzem suas possibilidades de subsistência ou mobilidade social, impelindo-os – assim como o fizeram, em maior ou menor medida, com aqueles entrevistados – a considerar a migração uma alternativa – quando não a única saída.

⁴⁰² Tradução livre para o português: “Vão embora muito rápido [os jovens que chegam para trabalhar nas oficinas] [...]. Vêm uma vez, você paga para eles um salário, e a outra oficina quer lhes pagar mais cem reais, e te deixa [o funcionário]. E você traz ele, faz esse sacrifício, gasta o seu tempo mostrando a ele como tem que operar a máquina, para aprender [a usar] a máquina... dor de cabeça enorme [...] e te abandonam. Aprendem e... [vão embora]. [...] Em vez de sentar, assim, como nós nos sentamos, e conversar [...] ‘surgiu outra oportunidade, o que você me diz?’, ou ‘você pode me pagar isso? [...]. Porque eu não quero ir embora daqui’, para que eu possa pagar... pagar mesmo, para que ele fique, porque vai fazer a mesma coisa lá [em outras oficinas]. Não tem diferença. Mas, aqui, não. Uma vez, a pessoa sai da sua casa, e o costureiro vai embora. E depois você volta, e seu costureiro... já não encontra mais o seu costureiro [risos]. [...] Eu sempre falo para eles aqui, por exemplo... Aqui, por exemplo, falo para eles que eu estou do lado deles. Se quiserem montar uma oficina, vou ajudá-los. Vou comprar umas máquinas para eles. Entende? Mas tem pouco disso. O que é triste... A pessoa paga uma vez o dinheiro bem bonitinho. Paga... e no outro dia, eles [os funcionários] já não têm nada, nem para comer. E gasta mil e quinhentos, dois mil reais em um dia. [...] Já gasta tudo. E logo te chamam: ‘patrão, não tem vinte reais para mim comer?’. E você paga para ele mil e quinhentos [reais] logo no sábado. E no domingo, eles já não têm mais nada para comer. Isso é que é o triste dos imigrantes de agora. A maioria [...]. Dezoito, dezenove anos [de idade] que se aventuram. [...] Tanto mulher e homem também”.

Em segundo lugar, deve-se considerar, por um lado, que a informalidade que predomina nas relações de trabalho nas oficinas de costura também traz como efeito que os vínculos com os patrões tendam a ser mais frouxos, de modo que, quando oportunidades aparentemente mais proveitosas surgem – em um setor, vale lembrar, amplamente precarizado –, o jovem trabalhador se sente menos constrangido por deixar uma ocupação por outra. Com as redes sociais digitais, por outro lado, a divulgação dessas oportunidades atinge ainda mais pessoas e de forma ainda mais célere, favorecendo que essa transição entre trabalhos se dê com maior brevidade. A participante mais jovem de nosso estudo, por exemplo, foi ao Paraguai para as festas de fim de ano em 2021 e só não retornou para o emprego que tinha em uma oficina de costura em Guarulhos porque o salário lá era baixo e apareceu um serviço em seu próprio país para ganhar um pouco mais. Se lhe fizessem uma proposta mais rentável, admite que voltaria a trabalhar com confecção. Ela tem uma filha para sustentar, e nos meses em que esteve no Brasil, fez remessas financeiras periodicamente com tal finalidade, o que certamente diminui o peso que qualquer suposto ou eventual traço de imaturidade possa ter tido em suas decisões⁴⁰³.

Por fim, não é possível negar o deslumbre que uma metrópole como São Paulo pode gerar em termos de acesso a produtos e experiências muitas vezes indisponíveis nos locais de origem dos migrantes. As redes sociais digitais, nesse sentido, também têm um papel preponderante ao trazer imagens dessa quimera metropolitana e nutrir a ilusão de sua realização, o que, por sua vez, atíça ambições mais subjetivas, como a aceitação social ou o pertencimento a um grupo a partir da conquista de determinado padrão de consumo, algo que, todavia, está fora de nosso alcance esmiuçar. Ao se topar com as dificuldades impostas pela realidade de uma grande urbe do Sul global, o jovem pode ser levado a constantemente perseguir trabalhos mais rentáveis dentro do próprio nicho de mercado em que vê circunscritas suas alternativas, ainda que seja para a satisfação de desejos mais imediatos de consumo, alimentando a rotatividade de trabalhadores nas oficinas. Esta, que, em boa medida, se sustenta pelos efeitos que a precarização do setor inflige aos jovens migrantes, ainda lhes devolve alguns prejuízos, que é o caso do escasseamento de novas vagas de trabalho ao qual o casal anteriormente citado aludiria:

⁴⁰³ Outro exemplo é o de um jovem paraguaio que conhecemos no estacionamento usado pela empresa de viação para a qual Zacaria trabalha. Ele estava em São Paulo havia um mês apenas, mas já voltaria ao Paraguai, pois um primo o convidou para ir à Espanha, onde teria à disposição uma vaga de trabalho. Considerando que sua situação financeira não era das mais confortáveis, o retorno e a reemigração poderiam se dar ao sabor das oportunidades de sustento que se apresentassem onde quer que a rede migratória da qual fazia parte alcançasse.

[Entrevistado:] Y ya se reconoce esa persona de tanto mudarse de aquí. [Cónyuge:] ¿Para qué lo voy a traer a él si él va a trabajar dos semanas y después ya se va a ir? Aquí, todo el mundo se conoce ya. Yo aquí conozco millones de oficinas aquí. Yo sé cuánto pagan, qué clase de comida comen... Hay oficinas que no tienen seriedad, que no colocan comida a la hora de comer; café no está caliente, no hay pan, esas cosas⁴⁰⁴.

As reclamações de donos de oficina sobre a conduta de funcionários e as denúncias destes contra más condições de trabalho oferecidas por aqueles também transbordam para as redes sociais digitais. O anúncio de uma vaga de trabalho em uma oficina em um dos grupos abertos de paraguaios no Facebook, junto com reações selecionadas de alguns membros, é bastante ilustrativo de como podem se desdobrar essas clivagens. Vejamo-lo na Figura 17:

⁴⁰⁴ Tradução livre para o português: “[Entrevistado:] E essa pessoa já é reconhecida por tanto se mudar daqui. [Cônjuge:] Para que vou trazê-lo se ele vai trabalhar duas semanas e depois já vai embora? Aqui, todo mundo já se conhece. Eu, aqui, conheço milhões de oficinas aqui. Eu sei o quanto pagam, que tipo de comida comem... Tem oficinas que não têm seriedade, que não colocam comida na hora de comer; o café não está quente, não tem pão, essas coisas”.

FIGURA 17 – Vaga de trabalho em oficina de costura divulgada em grupo aberto de paraguaios residentes em São Paulo no Facebook, 2023



Fonte: Paraguayos En São Paulo - BR (2023).

Na postagem, com mais ênfase do que a própria vaga que está sendo ofertada, o anunciante se queixa da suposta dificuldade de encontrar costureiros de alta produtividade, alegando que, com frequência, se apresentariam a ele pessoas cujo número diário de peças feitas na galoneira não ultrapassaria a marca de duzentos – o que se entende ser considerado um volume insuficiente por ele. O texto é acompanhado por algumas fotos da oficina – montada no que parece ser uma garagem ou pequeno galpão, com acesso à rua por porta de enrolar de aço, comum em estabelecimentos comerciais –, das máquinas de costura usadas e das roupas que

são confeccionadas, acrescentando-se que haveria bastante demanda por serviço e que o pagamento seria feito sempre em dia.

O primeiro comentário sobre o anúncio é de um rapaz, que, em tom sarcástico, declara que, com aquelas máquinas que aparecem nas fotos, nem cinquenta peças conseguiria fazer, em alusão ao estado deteriorado no qual se vê o equipamento. O ambiente como um todo, na verdade, se mostra em condições precárias de organização e manutenção. Sua iluminação, apenas para citar um exemplo, é feita por lâmpadas penduradas em uma fiação totalmente exposta, que cruza de uma parede a outra a baixa altura, assim como todo o maquinário é alimentado por conexões elétricas aparentemente improvisadas, o que, em um local repleto de pilhas e retalhos de tecidos por todos os cantos – logo, um material altamente inflamável –, não parece absurdo de se imaginar que eleva os riscos de incêndios.

Nessa mesma linha, outro usuário exclama: “*Si quieres buenos trabajadores por lo menos deberías de tener un buen lugar donde ponerles a trabajar, mucho bla bla bla !!!*”⁴⁰⁵. Ainda em relação às queixas, outra pessoa diz: “*El día que paren de pagar centavos van a encontrar profesionales...*”⁴⁰⁶, em referência à baixa remuneração que costuma ser praticada nas oficinas de costura de maneira geral. Na sequência, lê-se um depoimento no qual se justifica a constante mudança de oficina pelas más condições de trabalho nesses estabelecimentos: “*Yo esty buscando trabj pero yo tambien campio mucho de trabj xq la mayoría te prometen mucha cosa y al final no cumple y cuando tenemo responsabilidad solo queremos trabajar sin que nos exporten [probablemente quiso decir ‘exploten’]*”⁴⁰⁷. Por fim, transcreve-se uma cobrança feita por outro usuário ao responsável pela postagem: “*Tu tienes que ver primero en que estás fallando como patrón y después exigir con tus costureros. Es fácil exigir pero no es fácil ver tus fallas personales !!! Algo ha de estar mal por eso no progresan en su producción*”⁴⁰⁸.

Por outro lado, verificam-se também posicionamentos mais solidários com os donos de oficina. Uma usuária, por exemplo, reage da seguinte forma ao comentário em que se menciona a exploração como motivo para a alta rotatividade dos costureiros: “*trabaja duro 1 año y crea tu propio negocio así ya vas a ser tu propio explotador kkk. Y vas a parar de mudar*

⁴⁰⁵ Tradução livre para o português: “Se você quer bons trabalhadores, deveria pelo menos ter um bom lugar onde colocá-los para trabalhar, muito blá blá blá !!!”.

⁴⁰⁶ Tradução livre para o português: “O dia que vocês pararem de pagar centavos, vão encontrar profissionais...”.

⁴⁰⁷ Tradução livre para o português: “Eu estou buscando trabalho, mas também mudo muito de trabalho porque a maioria te promete muita coisa e, ao final, não cumpre, e quando temos responsabilidade, só queremos trabalhar sem que nos exportem [provavelmente, quis dizer ‘explotem’]”.

⁴⁰⁸ Tradução livre para o português: “Você tem que ver primeiro no que está falhando como patrão e depois exigir dos seus costureiros. É fácil exigir, mas não é fácil ver seus defeitos pessoais !!! Algo há de estar mal, por isso não progridem na sua produção”.

de trabajo porque vas a aprender a tener obligaciones responsabilidades”⁴⁰⁹. Já outra, a princípio, busca ser compreensiva com as necessidades dos funcionários, mas logo faz uma crítica generalizada aos jovens que estariam vindo para trabalhar nas oficinas na RMSP:

*Y la mayoría quieren costureros ,pero ellos se merecen buen ,desayuno ,buen almuerzo y buena cena te aseguro que si pones reglas y haces buen servicio con ellos lo vas a lograr [que trabajen bien] ,el tema es también q la mayoría de los Jóvenes hacen su [parece haber faltado aquí una palabra] en vivo y eso está mal en hora de trabajo ya la mayoría no respetan la casa ajena se piensan q están en un Hotel traen diferentes parejas cada finde ,claro eso es su vida pero si van a hacer su porquería que vayan otro lado a hacer sus cochinas*⁴¹⁰.

Subscrevendo a esse mesmo comentário, outra pessoa, por fim, reforça a ideia de existência de um conflito intergeracional entre os migrantes paraguaios da confecção: *“y si yo también trataba de darles lo mejor [a los funcionarios] pero la nueva generación ya no quieren trabajar*”⁴¹¹.

Voltando para os relatos coletados no trabalho de campo de nossa pesquisa, outra questão que merece ser abordada diz respeito ao ponto em que a informalidade encontraria a formalidade na cadeia da confecção têxtil. Como se viu, as roupas fornecidas por oficinas com presença paraguaia tendem a ser costuradas por trabalhadores sem registro, que, em muitos casos, desconhecem, parcial ou totalmente, o destino final do que estão produzindo – que pode ser um estabelecimento comercial regularizado. Marisa, por exemplo, que trabalhou em Guarulhos, apenas foi capaz de dizer que eram brasileiros os que abasteciam de tecidos a oficina na qual estava ocupada e, posteriormente, recolhiam as peças feitas, mas não sabia se estas seriam vendidas em uma loja, exportadas ou se teriam qualquer outro fim. O mesmo acontece com Emiliano em relação às roupas produzidas em sua própria oficina, situada também na referida cidade, pois quem as encomenda é uma fábrica do Brás, responsável por fornecer os tecidos e as peças-piloto e retirar a mercadoria depois de pronta, sem esclarecer onde seria comercializada. O entrevistado somente diz que se comenta entre outros fornecedores desse cliente que as roupas são enviadas para a China. Essa desinformação, por si só, já seria para

⁴⁰⁹ Tradução livre para o português: “trabalha duro um ano e cria o seu próprio negócio, assim você já vai ser o seu próprio explorador kkk [risos]. Y você vai parar de mudar de trabalho, porque vai aprender a ter obrigações, responsabilidades”.

⁴¹⁰ Tradução livre para o português: “E a maioria quer costureiros, mas eles merecem um bom café da manhã, um bom almoço e um bom jantar. Te garanto que se você puser regras e fizer um bom serviço com eles, você vai conseguir [fazer com que trabalhem bem]. A questão também é que a maioria dos jovens fazem sua [parece ter faltado uma palavra aqui] ao vivo e isso é ruim. Na hora do trabalho, a maioria já não respeita a casa alheia, pensam que estão em um hotel, trazem namoradas diferentes a cada fim de semana. Claro, é a vida deles, mas se vão fazer suas porcarias, que vão para outro lado fazer suas porquices”.

⁴¹¹ Tradução livre para o português: “e sim, eu também tentava dar a eles [os funcionários] o melhor, mas a nova geração já não quer trabalhar”.

nós, enquanto pesquisadores, uma informação, pois refletiria o alijamento ao qual estão geralmente submetidos as oficinas e seus costureiros dentro de uma cadeia produtiva altamente hierarquizada e comumente marcada pela terceirização – tema discutido no Capítulo 4 –, sendo-lhes muitas vezes desconhecidos os valores atribuídos às peças que produzem no momento em que se põem a venda no mercado formal, quando esta é a destinação do produto, e, conseqüentemente, os lucros auferidos pelos demais atores da economia em que estão inseridos, como aqueles do “circuito superior”, quando estão envolvidos.

Em outras situações, entretanto, o costureiro termina por descobrir por acaso para onde vai o fruto de seu trabalho. É o que aconteceu um dia com Humberto, na segunda metade dos anos 2000, quando passeava por um *shopping* na companhia de sua então namorada:

Vou te contar um fato que me surpreendeu: eu tinha uma namorada na época [...]. Eu me lembro que, quando eu conheci ela... ela sempre queria saber como eu trabalhava, e eu dizia: ‘ah, eu trabalho com costura, no Bom Retiro’. E eu me encontrava com ela na Kantuta, todo domingo. Almoçávamos, comíamos algo, e dali íamos para algum *shopping* ou passear. Eu me lembro quando já estava namorando com ela, entramos em uma loja e ela me disse assim: ‘Humberto, acho que já está na hora de você trocar essas roupas que você está vestindo. Acho que você tem que ser mais estiloso, tem que usar este tipo de roupa...’. Começou a me dar uma certa orientação. E entramos em uma loja da Marisa. E fiquei olhando... ‘Marisa? Conheço essa loja’. Aí ela me perguntou: ‘mas por que você fica olhando assim?’. Quando eu fui ver as roupas no setor infantil, eu achei o trabalho que a gente estava fazendo. Aí eu falei para ela: ‘a gente é que faz essas roupas’. E ela: ‘são vocês que fazem isso?!’. Eu falei: ‘é, é. Eu faço esta parte daqui, a fulana faz essa parte daqui’, da mesma roupa, né. Aí ela me disse: ‘caraca, Humberto! O que você está me contando é...’. Como que ela disse? Ela ficou, assim, impressionada. E eu me lembro que a Marisa foi uma das primeiras marcas a serem multadas [por trabalho em condição análoga à de escravo].

No caso de Humberto, havia uma intermediária que fazia com que as roupas produzidas em sua oficina acabassem sendo vendidas em lojas da Marisa. Essa empresa, que contava com CNPJ, seria, desse modo, a responsável também pelo processo de formalização da operação, já que, a partir de sua atuação, a circulação dos produtos pelo restante da cadeia passaria a ser feita com nota fiscal.

Para manter-se a atenção voltada ao que não tem registro de existência no mundo formal e que, assim, tende a ser “invisibilizado” nesse mercado de produção e venda de roupas, dedica-se a última parte desta subseção às oficinas de costura em particular, conferindo-se especial atenção à perspectiva dos donos paraguaios. Em nosso trabalho de campo, pudemos conhecer pessoalmente três delas, todas em situação irregular e situadas, cada uma, no mesmo imóvel de domicílio de seus encarregados. Perceber-se-á, como é relevante adiantar, que serão sempre casais os responsáveis pelo empreendimento, este que amiúde permanece na forma de

pequena unidade produtiva familiar⁴¹², tal qual Harvey (1999) reconhecia como recorrente para a operacionalidade do “regime de acumulação flexível”, discutido no Capítulo 1.

A oficina da qual mais detalhes reunimos tinha seu endereço em Guarulhos. Estava instalada em um sobrado de esquina, quase no topo de uma ladeira, em um bairro simples, com muitas edificações em tijolo aparente, sem pintura. Para entrar, abria-se um portão azul de ferro. Logo à frente havia um pátio, com uma escada externa à esquerda, dando acesso aos outros dois pavimentos do imóvel. À direita, encontrava-se a casa propriamente dita. No cômodo mais próximo da rua funcionava a confecção que o entrevistado tinha com a esposa. De fora, viam-se encostadas nos vidros da janela pilhas de tecidos, umas só em verde, outras, em rosa, cada uma sempre de uma só cor. Já no interior, chamavam a atenção cinco máquinas de costura, repousadas sobre algumas mesas não muito compridas. Voltando ao pátio, alguns passos adiante e na mesma parede estava a porta da cozinha. Quando aberta, notavam-se sobre o piso sacos enormes e repletos de roupas já costuradas, prontas para serem retiradas. Por educação, recusamos visitar os demais aposentos.

O entrevistado alugava apenas o andar inferior, de modo que o restante era ocupado por outras famílias, em sua maioria, brasileiros, além de um casal de paraguaios de dezessete anos, que trabalhava na oficina. Um era de Caaguazú, enquanto o outro, de Canindeyú. Foram apresentados por um amigo do entrevistado, que também tinha uma confecção. Pelo que pudemos compreender, a mãe de um desses jovens chegou a morar na cidade, mas acabou se mudando, deixando-os lá. Após terem sido explorados em outros serviços, foram acolhidos pela família do entrevistado. Desde o começo, sabiam o quanto iam ganhar pelo trabalho e que seria um pagamento fixo mensal. Sobre isso, comentou-se o seguinte:

En otras partes, ellos nos comentan también que iban a trabajar, y les pagan a los paraguayos un mil reales cada mes [para comienzos de la década de 2020]. Es muy poquito. Muy poco. Y cuando se fueron a otra oficina, ellos no saben cuánto van a ganar. ‘Vamos a ver’, les dicen. ‘Según el trabajo le voy a pagar’. No les dicen cuánto les van a pagar. Y así es. Nos pesa demasiado comentar de esas cosas, como pasan los paraguayos también acá. [...] O los tratan mal⁴¹³.

⁴¹² Uma das entrevistadas faz o seguinte comentário sobre a questão: “Eu vejo também muitos casais trabalhando. [...] Tem um casal trabalhando e mais o irmão de um deles, geralmente, ou dois irmãos. Trabalham em família. Núcleo familiar, por exemplo. Aí eles têm uma oficina de, sei lá, dois a cinco membros de família e trabalham naquela oficina, e eles têm a dinâmica deles e a forma de dividir [os trabalhos] deles. [...] Aí eles dividem o valor do aluguel da casa... é tudo informal, né”.

⁴¹³ Tradução livre para o português: “Em outros lugares, eles comentaram também que iam trabalhar e que pagavam para os paraguaios mil reais por mês [para o começo da década de 2020]. É muito pouquinho. Muito pouco. E quando foram para outra oficina, eles não sabiam quanto iam ganhar. ‘Vamos ver’, diziam a eles. ‘Vou lhes pagar conforme o trabalho’. Não dizem para eles quanto lhes iam pagar. E é assim. Nos dói muito comentar essas coisas, o que os paraguaios passam aqui também. [...] Ou os tratam mal”.

Em alguns serviços, como se complementa, ao terminar o mês, sequer lhes pagavam o que era devido, impelindo-os a sair para procurar uma nova ocupação. Somavam-se aos problemas a alimentação oferecida nesses lugares por onde passaram, muitas vezes pouco nutritiva e sem opções que fossem de seu costume ou agrado, algo que o entrevistado expressa não querer que se repita mais na vida desses jovens. “*Porque nosotros nos pasamos un mes sin nada. Solamente mandioca, con hambre. Sabemos muy bien lo que es eso. Tal vez Dios quizás permite pasar esas cosas de un mes para saber tratar bien a la gente [lo dice con los ojos llorosos]*”⁴¹⁴, justifica.

O que o entrevistado expõe sobre o período inicial de funcionamento de sua oficina, de fato, é bastante duro. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que, desde aquele momento, trabalhariam apenas para uma fábrica. Esta, no começo, fez o adiantamento de um valor para a compra de linha e demais insumos necessários para a produção de roupas, exigindo-lhes, em contrapartida, que já possuíssem as máquinas de costura. Como consequência, praticamente não lhes sobrava dinheiro para mais nada, como se relata:

*Pero en ese servicio que nosotros traemos también pasamos muchas cosas. Casi pasamos hambre. Casi pasamos hambre, porque la fábrica solamente da dos mil reales nomás de ‘vale’ para empezar. [...] Y en ese medio nosotros ya debíamos por la máquina, y nos dan dos mil [reales] nomás. Poquito. Y acá nosotros pagamos 1.400 por el alquiler. No alcanza nada. Y ese servicio que está acá [apunta a bolsas grandes llenas de ropa] nosotros traemos después de Año Nuevo [cuando la fábrica empieza a funcionar nuevamente]. [...] Mucha cosa pasó. Porque... la condición de la fábrica es que... terminar el servicio, y después pagar todo junto. Esa es la condición. Ellos nos dan una vez nomás el ‘vale’. ¡Y dos mil es poco!*⁴¹⁵

Após a concessão desse “vale”, o próximo dinheiro que receberiam da fábrica seria apenas um valor único correspondente ao serviço, pago quando as peças encomendadas fossem entregues, com o desconto, porém, daqueles dois mil reais iniciais. Ainda assim, consideram que tiveram sorte por conseguir esse comprador – vindo por indicação de uma boliviana, antiga patroa da esposa⁴¹⁶. Afirmam-no porque, quando a oficina não é registrada, geralmente é

⁴¹⁴ Tradução livre para o português: “Porque nós passamos um mês sem nada. Somente mandioca, com fome. Sabemos muito bem o que é isso. Talvez Deus permita passar por essas coisas por um mês para sabermos tratar bem as pessoas [diz, com os olhos cheios d’água]”.

⁴¹⁵ Tradução livre para o português: “Mas nesse serviço que nós fazemos também passamos por muitas coisas. Quase passamos fome. Quase passamos fome, porque a fábrica somente dá dois mil reais de ‘vale’ para começar. [...] E nesse meio, nós já estávamos devendo pela máquina [de costura], e nos dão não mais do que dois mil [reais]. Pouquinho. E aqui, nós pagamos 1.400 de aluguel. Não dá para nada. E esse serviço que está aqui [aponta para sacolas cheias de roupas] nós trouxemos depois do Ano Novo [quando a fábrica começa a funcionar novamente]. [...] Muita coisa aconteceu. Porque... a condição da fábrica é que... terminar o serviço, e depois pagar tudo junto. Essa é a condição. Eles nos dão uma só vez o ‘vale’. E dois mil é pouco!”.

⁴¹⁶ Esse detalhe reflete outra faceta da articulação das redes migratórias no setor de confecção, dessa vez, entre donos de oficinas, com um ajudando o outro a conseguir novas encomendas. Outra das entrevistadas, que costura roupas com a mãe, elucida bem essa articulação com o seguinte relato: “Aqui tem várias lojas, no Bom Retiro. Aí você vai lá nas lojas e pergunta: ‘tem corte?’”. Ou mesmo entre oficinas eles conversam. Ligam para um amigo que

cobrado que haja um intermediário com CNPJ, que acaba ficando com parte do valor recebido por peça, o que não foi exigido pela fábrica. No mercado, de forma geral, a dispensa de um intermediário – situação que o entrevistado diz que, muitas vezes, pessoas com cinco anos ou mais no Brasil perseguem e não logram atingir – implicaria receber R\$ 12,00 por peças da complexidade de um macacão, e não R\$ 7,00, como seria em caso contrário. Isso, aliás, era o que se estava produzindo quando visitamos sua oficina, em um ritmo de quarenta unidades finalizadas por dia. Para que se tenha uma dimensão do quanto esse volume representaria em termos de renda familiar, propõe-se uma conta simples (cujo resultado certamente não corresponderá com precisão à realidade, mas deve oferecer alguma aproximação a ela): se a oficina tiver o equivalente a vinte e dois dias cheios trabalhados, com uma média de quarenta macacões produzidos a R\$ 12,00 por dia, levantará no final do mês algo em torno de R\$ 10,5 mil. Imaginando-se que o casal de funcionários receba, no total, entre três e quatro mil reais mensais – a depender da inclusão ou não de sua moradia no salário, o que não se pôde esclarecer –, restariam de R\$ 6,5 mil a 7,5 mil. Desse montante, deve-se subtrair, ainda, os R\$ 1.400,00 de aluguel e todas as contas do imóvel, como de água, gás e luz (neste caso, em valor provavelmente alto, já que haveria máquinas de costura ligadas o dia todo), além das despesas com alimentação, higiene e limpeza. Se, em um cenário mais otimista, o resultado líquido alcançado for de R\$ 5.000,00, é preciso ter em mente que essa é a renda de uma família de quatro pessoas, já endividada com a aquisição do equipamento de costura e com o adiantamento dado pela fábrica que requereu seus serviços. Caso não tivessem tido a “sorte” de poder dispensar um intermediário, a conta deveria ser refeita a partir de um valor por peça de R\$ 7,00 e um lucro bruto mensal de pouco mais de R\$ 6.000,00.

Outra “sorte” que declaram ter tido foi a de não depender da concessão de maquinário pela fábrica. Segundo contam, muitas oficinas acabam operando praticamente em um esquema de consignação, no qual se recebem máquinas de costura sob a condição de que a produção se dirija totalmente ao requerente de seus serviços, que, ademais, pagará menos por peça de roupa do que pagaria caso não tivesse que conceder o equipamento. Nesses casos, se a oficina deixa de produzir para a fábrica – ou se é descoberta prestando serviços a terceiros –,

tem oficina e fala: ‘você conhece alguém que tem corte para dar?’, e aí você vai... Ou, às vezes, você conhece alguém que está dentro de uma empresa, aí você liga: ‘ah, será que a empresa que você está trabalhando tem corte para dar?’. Tanto é que a minha mãe agora... tipo, ela trabalhou por vários anos. Depois que eu fui trabalhar de modelista, dentro de uma empresa... eu ofereci para a minha mãe: ‘mãe, você não quer pegar serviço daqui?’, e ela começou a pegar dali, que estava pagando melhor. Acho que essa dinâmica funciona muito igual a qualquer outro trabalho, na base de conexões, majoritariamente na base de conexões, de você conhecer gente, você falar com o pessoal para ver, tipo, ter contatos mesmo, porque senão você tem que sair e andar, ir de empresa em empresa perguntando quem é que dá sem ABVTEX [Associação Brasileira do Varejo Têxtil], quem é que está dando, quem não está, quem exige CNPJ, quem não exige”.

recolhem-se as máquinas, de modo que sua propriedade nunca é transmitida. “Y nosotros no entramos en eso. Nosotros debemos todavía por nuestras máquinas, ¿verdad? Estamos luchando para pagar todas nuestras máquinas. Pero es de nosotros. Es nuestro propio”⁴¹⁷, esclarece.

De qualquer forma, se não fosse por ter a própria oficina, o entrevistado afirma que não veria horizontes na costura, e, mesmo assim, nesse momento em que ainda devem pelas máquinas, dependem de outra fonte de renda, no caso, a venda de comidas típicas do Paraguai a conterrâneos seus. Sobre isso, disserta:

No es un buen trabajo también de costura si nosotros nos fuimos a costurar para otra persona. Hay que tener lo suyo, su fábrica [parece que quiso decir ‘taller’] para recompensar. Yo me doy cuenta de que, si yo no hago la comida todos los días [para vender], va a faltar ya para comer. Te das cuenta también de que la fábrica no da posibilidad para que nos dediquemos solamente a eso. No da. Hay que entregar servicio. Además que ellos llevan los servicios y después controlan todo. Miran si está bien, si no le falta nada. Y después de dos o tres días te llaman. ‘Pueden pasar ya para llevar el dinero’. Cuando ellos vienen a retirar [las prendas] no te pagan ahí. Ellos llevaron todo el servicio y después cuando revisan todo el servicio, te llaman después de dos, tres días y te pagan. Todo en efectivo⁴¹⁸.

Ainda de acordo com a mesma pessoa, “la mayor parte de la gente trabaja... los paraguayos... a mí me lastima también, por que trabajan ajeno, trabajan en un taller ajeno y no ganan nada”⁴¹⁹. Por isso, ao se referir a pares seus de Caaguazú e de San Pedro que migrariam a São Paulo e região principalmente por questões econômicas e em busca de possibilidades de se viver melhor, conclui: “Pero de esa forma de trabajo [en la] que viven los paraguayos también... no es mejor de vivir acá [en la RMSP]. Yo digo porque no les sobra nada”⁴²⁰.

Como último destaque, percebe-se que ter o próprio negócio não resultou em um turno reduzido de trabalho, já que, tanto donos como funcionários, começam seu dia às 6:30 da

⁴¹⁷ Tradução livre para o português: “E nós nunca entramos nisso. Nós ainda devemos pelas nossas máquinas, né. Estamos lutando para pagar todas as nossas máquinas. Mas são nossas. São próprias”.

⁴¹⁸ Tradução livre para o português: “Não é um bom trabalho também de costura se nós fôssemos costurar para outra pessoa. É preciso ter o seu próprio negócio, sua fábrica [parece que quis dizer ‘oficina’], para compensar. Eu me dou conta de que, se não fizer comida todos os dias [para vender], vai faltar para comer. Você se dá conta também de que a fábrica não dá possibilidade para que a gente se dedique somente a isso. Não dá. Tem que entregar serviço. Além disso, eles levam os serviços e depois controlam tudo. Olham para ver se está bem, se não falta nada. E depois de dois ou três dias te ligam. ‘Já podem passar aqui para pegar o dinheiro’. Quando eles vêm retirar [as peças], não te pagam nesse momento. Eles levam todo o serviço e depois, quando revisam todo o serviço, te ligam depois de dois, três dias e te pagam. Tudo em dinheiro vivo”.

⁴¹⁹ Tradução livre para o português: “A maior parte das pessoas trabalha... os paraguaios... me machuca também, porque trabalham para os outros, trabalham em uma oficina alheia e não ganham nada”.

⁴²⁰ Tradução livre para o português: “Mas dessa forma de trabalho em que os paraguaios vivem também... não é melhor viver aqui [na RMSP]. Eu digo porque não sobra nada para eles”.

manhã e o terminam às 20:00 – ou, no caso dos sábados, ao meio-dia –, com pausas para quatro refeições. Comem todos juntos ao redor de uma pequena carteira escolar que têm no pátio.

A segunda oficina em que estivemos durante a pesquisa está situada na Zona Leste de São Paulo. Nesse caso, porém, não visitamos a sala onde exatamente eram confeccionadas as roupas, mas, ainda assim, vale compartilhar algumas impressões e informações sobre o local.

Tratava-se de uma casa de frente estreita, mas com um amplo fundo, localizada em uma rua de pouco movimento de um bairro residencial de classe média baixa. Dezesete paraguaios trabalhavam ali, sendo ao menos parte deles composta por jovens em idade pouco superior aos dezoito anos, como era o caso daqueles com quem cruzamos em nossa visita. O motivo para que todos fossem dessa mesma nacionalidade seria o baixo entrosamento que brasileiros e outros migrantes teriam nesse ambiente, cujo idioma mais frequentemente falado era o guarani, conforme explicam o entrevistado e seu cônjuge, donos do estabelecimento:

[Cônyuge:] Son todos paraguayos, porque não dá para misturar. Ya intentamos. [Entrevistado:] Ya traemos en dos ocasiones un brasileiro y una brasileira. Sólo que aquí hablan mucho en guaraní, y ellos se molestan. [Cônyuge:] Piensan que están hablando de él o de ella. [...] Llegaba aquí brasileiro que sabía trabajar... producía mucho para mí. En la hora de hablar guaraní, ya quedaba bravo. [Entrevistado:] Y la mayoría aquí habla guaraní porque viene del campo y no hablan español⁴²¹.

O casal – que também opera máquinas, além de se encarregar de tarefas como limpar e cozinhar – abriu essa oficina após quase uma década de experiência como costureiros. As encomendas que lhes são feitas vêm repassadas do último estabelecimento em que um deles havia trabalhado, de dono brasileiro. Por dia, são produzidas cerca de duas mil camisetas e regatas – não soubemos a que valor cada, mas trata-se de peças de rápida confecção –, que já saem embaladas para serem comercializadas em uma diversidade de estados brasileiros, como Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Mato Grosso. A jornada laboral se estende das 7:00 às 20:30 de segunda a quinta-feira. Nas sextas-feiras, para-se de trabalhar mais cedo, às 19:00 ou 19:30, enquanto aos sábados, às 11:00 da manhã. Quando perguntados se trabalhavam mais após chegarem à condição de donos, responderam que não, mas que agora teriam mais responsabilidades, como garantir a alimentação de todos os funcionários no horário previsto e a devida remuneração a cada um.

⁴²¹ Tradução livre para o português: “[Cônyuge:] São todos paraguaios, porque não dá para misturar. Já tentamos. [Entrevistado:] Já trouxemos em duas ocasiões um brasileiro e uma brasileira. Mas aqui falam muito em guarani, e eles se incomodam. [Cônyuge:] Pensam que estão falando dele ou dela. [...] Chegava aqui brasileiro que sabia trabalhar... produzia muito para mim. Na hora de falar guarani, já ficava bravo. [Entrevistado:] E a maioria aqui fala guarani porque vem do campo e não falam espanhol”.

Já a terceira oficina visitada, na verdade, está situada no interior do Paraguai, e dela falaremos na seção referente à migração de retorno. Seus donos, porém, antes de voltar ao país de origem, tiveram seu empreendimento no Brasil, sobre o qual cabe discorrer.

Em 2002, após quase vinte anos de trabalho como costureiro, um dos entrevistados, junto com sua esposa, montou a própria oficina no Bom Retiro. Mudariam três vezes de endereço, deslocando-se para os Campos Elíseos, ainda no Centro de São Paulo, e, em Guarulhos, para a Vila Any e, depois, o Jardim Jacy, onde permaneceriam até o retorno ao Paraguai, em 2016. Na maior parte desse período, todo o trabalho era feito apenas pelo casal, mas durante um intervalo, contaram com alguns funcionários. Decidiram voltar a ser só os dois trabalhando devido ao desgaste que sentiram por administrar uma oficina maior. Nas palavras do entrevistado:

Se fue complicando las cosas, como que los paraguayos somos... como dice el coreano [un antiguo patrón], nunca se contentan [risas]. Porque nosotros... No les dejé faltar plata [a los funcionarios]. Tenés que administrar problemas personales de cada uno, porque llega el sábado, te pide plata [uno] y después llega el domingo [y uno te dice]: ‘¿tenés un poquito más?’. Llega el lunes: ‘¿le podés mandar [dinero] a mi mamá? Mamá está enferma ahí en Paraguay’. Es difícil mantener el control⁴²².

A princípio, estava acordado o pagamento de um salário em uma só cota mensal, mas, frequentemente, pediam-se adiantamentos. “*Y cuando uno pide, no le puedes negar. Y de repente vos ya le estás pagando antes de que se cumpla el mes... Ya le estás dando todo su dinero, y se queda desmotivado. Y tenés que servirle buena comida, buen ambiente... es muy complicado*”⁴²³, complementa.

Para piorar, a oficina arcava com o risco de não receber em dia o pagamento pelo serviço feito ou de sequer lhe serem pagas as peças já entregues, como algumas vezes teria ocorrido, comprometendo toda a gestão do negócio. Sobre isso, comenta-se o seguinte:

⁴²² Tradução livre para o português: “As coisas foram se complicando, já que nós, paraguaios, somos... como diz o coreano [um antigo patrão], nunca se contentam [risos]. Porque, nós... Não deixei faltar dinheiro para eles [os funcionários]. Você tem que administrar problemas pessoais de cada um, porque chega o sábado, te pedem dinheiro, e depois chega o domingo [e te perguntam]: ‘você tem um pouquinho mais?’. Chega a segunda-feira: ‘você pode mandar [dinheiro] para a minha mãe? Minha mãe está doente lá no Paraguai’. É difícil manter o controle”.

⁴²³ Tradução livre para o português: “E quando um funcionário pede [dinheiro adiantado], você não pode negar. E, de repente, você já lhe está pagando antes de completar o mês... Você já está dando para ele todo o dinheiro dele, e ele fica desmotivado. E você tem que servir a ele uma boa comida, um bom ambiente... é muito complicado”.

Muchas veces hubo estafa, y eso es complicado cuando vos tenés personal que trabaja contigo y eso te pasa. No recibís por lo que produjiste, y tenés que pagarle a ellos [los costureros]. Eso complicado es. Los pocos ahorritos que vos tenías tenés que [dárselo a los funcionarios]... Porque ellos no quieren saber si vos recibiste o no, ellos quieren recibir de vos⁴²⁴.

E acresce, enfatizando-se, dessa vez, que nunca tivera esse tipo de problema com clientes coreanos: *“Y eso era un poco complicado también, porque a veces te llevan el trabajo, vos terminás el trabajo, después te dicen: ‘te voy a pagar de aquí a ocho días’, y después desaparecen. No te pagan nada [...]. Con los coreanos eso no pasa”⁴²⁵*. Por alguns anos, a oficina trabalhou em regime de exclusividade com um comprador dessa nacionalidade asiática, que pagava por peça e com prazo de entrega estipulado. Posteriormente, comercializava as roupas em lojas do Brás e na “Feirinha da Madrugada”, no mesmo bairro.

Embora não tenhamos comparecido ao local, dispomos também de um relato pormenorizado de como funciona a oficina de outra entrevistada e das preocupações e desafios enfrentados. Antes de tudo, conta-nos que a iniciativa partiu de seu marido, que já havia atuado como costureiro em diversos estabelecimentos da RMSP, por vezes trabalhando até meia-noite, com alimentação precária e baixa remuneração. Com anos de poupança, teria conseguido comprar duas máquinas de costura para ter o próprio negócio, além de obter uma emprestada com a cunhada. Tudo aconteceria na sala da casa onde moravam. No começo, eram apenas a entrevistada, o marido e um irmão, mas, com o tempo, outras cinco pessoas se juntariam a eles, em sua maioria, parentes de Caaguazú. Esses novos funcionários, porém, não moram no imóvel da oficina, mas em outro, alugado pelo casal de patrões. Conforme a entrevistada comenta: *“En otros lugares la gente duerme casi encima del servicio. Es muy feo. No es adecuado”⁴²⁶*. Como justificativa, agregaria, ainda: *“Y también porque ellos tienen pareja y necesitan privacidad”⁴²⁷*.

A remuneração seria feita por produção, ficando metade do valor da peça com o funcionário e a outra metade, com a oficina. Todos, incluindo os patrões, trabalhariam das 7:00 às 20:00 de segunda a sexta-feira, ao passo que, aos sábados, o “teto” seria o meio-dia. Quando perguntada sobre o motivo de cumprirem com essa longa jornada mesmo tendo o próprio negócio, a entrevistada respondeu que, na verdade, o ritmo de trabalho deles não era tão intenso

⁴²⁴ Tradução livre para o português: “Muitas vezes teve golpe, e isso é complicado quando você tem uma equipe que trabalha com você e isso acontece. Você não recebe pelo que produziu e precisa pagar para eles [os costureiros]. É complicado isso. As poucas economias que você tinha, tem que [dar aos funcionários]... Porque eles não querem saber se você recebeu ou não, eles querem receber de você”.

⁴²⁵ Tradução livre para o português: “E isso era um pouco complicado também, porque, às vezes, te levam o trabalho, você termina o trabalho, depois te dizem: ‘vou te pagar daqui a oito dias’, e depois desaparecem. Não te pagam nada [...]. Com os coreanos, isso não acontece”.

⁴²⁶ Tradução livre para o português: “Em outros lugares, as pessoas dormem quase em cima do serviço. É muito feio. Não é adequado”.

⁴²⁷ Tradução livre para o português: “E também porque eles têm cônjuge e precisam de privacidade”.

como em outras oficinas, que demandariam uma concentração ininterrupta em toda a extensão do turno laboral, enquanto o dia deles seria permeado por várias pausas no serviço:

Yo, por ejemplo: dejo a mi hija en la escuela, vengo, después yo comienzo a trabajar. Después, a las once, once y media, me voy a traerla [a la hija] otra vez. [...] Algunas veces la tengo que llevar al hospital, al dentista, alguna cosa así [...]. En casa, por ejemplo, no se trabaja, así, muy corrido, porque ya pasamos por eso, mi marido ya pasó por eso, y ya no quiere más⁴²⁸.

As mesmas condições seriam estendidas aos funcionários, permitindo-lhes a realização de consultas médicas em horário de expediente e a atenção a outras necessidades de fora do trabalho, o que declara não ser comum em outras oficinas. Faz-se referência, a título de ilustração, a uma das costureiras, que tem um bebê de um ano. Ela o leva à creche às 7:30 da manhã e volta para o trabalho. Depois, sai para buscá-lo às 16:30 e retorna novamente, onde pode conciliar a costura com os cuidados necessários do filho. Em outros lugares, segundo a entrevistada, essa rotina de deslocamentos à creche não seria permitida, sob o argumento de que isso implicaria uma perda de produtividade por parte da trabalhadora, como se detalha abaixo:

Digamos que a algunas yo creo que... porque no tienen otra cosa para hacer, se tienen que quedar con su hijo. Pero en el caso de mi cuñada, por ejemplo, ella le lleva su hijo [a la guardería] porque nosotros le damos permiso, porque hay otros [talleres] que no quieren dar eso. No, porque 'ya estás perdiendo tiempo', tipo, tenés que entrar a las siete, y ella se va a las siete y media, entonces ya perdés media hora. Ya te descuentan eso. Ya te sacan esa hora. Entonces muchas prefieren trabajar con su hijo para no perder ese tiempo, digamos⁴²⁹.

Quanto à produção, são confeccionados dois tipos de roupas. O primeiro são malhas, vendidas por um chinês na “Feirinha da Madrugada”. O valor pago à oficina por peça ficaria entre R\$ 3,50 e 4,00. Já as demais roupas seriam de “tecido plano”, de produção mais trabalhosa e demorada, incluindo *blazers* e camisas. Nesse caso, receber-se-ia por peça entre R\$ 13,00 e R\$ 15,00. As encomendas seriam feitas por uma loja de coreanos no Bom Retiro. Com eles, não haveria prazos para a entrega, cabendo à oficina apenas acioná-los quando a mercadoria está pronta para que, no dia seguinte, após garantida a dispensa de reparos ou

⁴²⁸ Tradução livre para o português: “Eu, por exemplo: deixo a minha filha na escola, venho, depois começo a trabalhar. Depois, às onze, onze e meia, trago ela [a filha] outra vez. [...] Algumas vezes, tenho que levá-la ao hospital, ao dentista, alguma coisa assim [...]. Em casa, por exemplo, não se trabalha, assim, muito corrido, porque já passamos por isso, meu marido já passou por isso, e já não quer mais”.

⁴²⁹ Tradução livre para o português: “Digamos que algumas [mulheres], acredito que... porque não têm outra coisa para fazer, precisam ficar com seu filho. Mas no caso de minha cunhada, por exemplo, ela leva o filho dela [para a creche] porque nós lhe damos a permissão, porque tem outras [oficinas] que não querem dar isso. Não, porque ‘já está perdendo tempo’, tipo, você tem que entrar às sete, e ela sai às sete e meia, então já perde meia hora. Já te descontam isso. Já te tiram essa hora. Então, muitas preferem trabalhar com o filho para não perder esse tempo, digamos”.

ajustes, se efetue o pagamento correspondente. Já o chinês quitaria os débitos logo no ato da retirada das roupas na oficina, com a desvantagem de os valores serem muito baixos. Com outros clientes, conta-se que já trabalharam com pagamentos recebidos apenas uma semana depois de recolhida a mercadoria, o que, por vezes, é feito pelo cliente em transporte próprio e, em outras, por táxi ou veículo de aplicativo contratado por ele.

Finalmente, é relevante constatar que, embora afirme que o marido obteve o registro da oficina, a entrevistada reconhece que todos os funcionários estão em situação informal, o que é motivo de preocupação diante da possibilidade de sanções por parte de autoridades públicas: *“En mi caso, por ejemplo: en mi casa, sólo mantenemos una cantidad de personas. Seis personas. Más que eso no queremos. Porque es mucha gente... Muchas veces, la policía quiere entrar en tu casa, ver tus documentos [...]. Porque es un trabajo informal”*⁴³⁰.

Nesse sentido, x integrante daquele coletivo paraguaio, como continuação da resposta que dava ao questionamento de se as lojas e fabricantes que encomendam roupas das oficinas costumam exigir delas registro, fornece um importante e minucioso depoimento sobre as operações de fiscalização e esquemas de extorsão levados a cabo por agentes de segurança pública para relevar eventuais irregularidades constatadas:

A maioria [das fábricas] dá um jeitinho nisso [de contornar a situação irregular das oficinas cujo serviço estão contratando]. E a maioria das oficinas paraguaias... é... põe aí seguramente 20% está legalizada. [...] Às vezes, te pressionam... o fabricante te pede CNPJ. Então, para você pegar um serviço de qualidade, também você precisa ter qualidade. Então, às vezes, a pessoa abre um CNPJ, aí, às vezes, a pessoa pergunta para mim: ‘CNPJ é bom?’. Aí eu falo: ‘é bom. Vai te ajudar para você tomar crédito. [...] E você não vai ter problema... às vezes, se a Polícia Civil pergunta para você, você vai ter pelo menos um documento’. Já vi pessoas serem multadas pela Polícia Civil nas oficinas. Uma vez, tive que interferir, porque um policial chegou lá e falou, assim, que queria cinco mil reais de multa. Aí eu falei: ‘não existe isso, moço!’. Mas, tudo bem, tá ilegal [a oficina]. [...] ‘Aí essa fábrica fica onde?’. Eu falei: ‘fica no Brás’. ‘Ah, ele também vai ser multado’. Aí, eu falei: ‘vamos fazer o seguinte: vocês vão querer a peça? Tem aí. Duas mil peças. Pode levar’. Falei assim para ele. ‘Já que vocês vão atrás do dono da fábrica...’. Aí ele falou assim para mim... Porque você sabe aqui como que é também, né! Aí ele falou assim para mim... Aí, o meu sobrinho estava tremendo ali. Falou: ‘tio, você vai deixar [o policial levar as peças]?! E aí, como é que eu vou pagar essa peça?!’. Em guarani nós falamos, né. ‘Ele não vai levar. Era cinco mil. Você sabe como é que a gente vai negociar?’. Ele [o sobrinho] falou: ‘fica na sua mão’. Eu liguei para o Jaime [nome fictício] e falei: ‘Jaime, é o seguinte: eu vou negociar com ele aqui [...]. Me manda dois mil aí que eu vou negociar com ele’. Aí eu falei para o moço [o policial]: ‘vocês estão em duas pessoas. Vamos aqui, fica entre nós. Mil e quinhentos para vocês aí. Deixa as calças aí. Eu tenho esses mil e quinhentos. Vou chamar o meu sobrinho. Aí, ele [o policial] falou: ‘tá bom. Mas toma cuidado. Pega nota’. Aí, tivemos que mudar. Tem oficina que muda de um lugar para o outro por causa disso. Tem uma quadrilha de Polícia Civil que está vivendo em cima disso. Vive! Eu conheço muito. [...] Tem muitos aí que recebem dinheiro. Tem uma

⁴³⁰ Tradução livre para o português: “No meu caso, por exemplo: na minha casa, só mantemos uma quantidade de pessoas. Seis pessoas. Mais do que isso, não queremos. Porque é muita gente... Muitas vezes, a polícia quer entrar na sua casa, ver seus documentos [...]. Porque é um trabalho informal”.

oficina de acabamento aqui no Brás... ele paga! Porque ele não quer sair do lugar. Tem muitos aqui que pagam. Tem esse lado obscuro também nesse serviço.

Muitas oficinas de costura irregulares, logo, estariam sujeitas ao pagamento de propina a representantes de órgãos públicos para continuarem operando. Por outro lado, a regularização, que seria a melhor forma de se evitar o problema, tem uma incidência muito baixa entre estabelecimentos de donos paraguaios. O mesmo entrevistado identifica como um dos motivos para tanto a burocracia brasileira e o conjunto de barreiras impostas nas formas de documentação exigida, taxas e prazos. No entanto, é possível supor que a precarização própria do setor de confecções tenha também o seu papel. Na citação anterior, apontava-se que dispor de um CNPJ tende a propiciar serviços mais bem remunerados e acesso a crédito, além de outros benefícios, mas ter um imóvel – próprio ou alugado – nas condições estipuladas pela legislação para a produção de roupas em série pode requerer a disponibilidade de recursos que boa parte dos donos de oficina não possui e dificilmente possuirá, considerando, entre outros fatores, os baixos valores que lhes são pagos por peça de roupa produzida enquanto seu empreendimento se mantém sem regularização – sem falar que a informalidade, muitas vezes, é preferida e deliberadamente incorporada às cadeias produtivas de lojas e fábricas⁴³¹ como estratégia para garantir maiores níveis de rentabilidade em um mercado altamente competitivo. Em outras palavras, a maioria dos paraguaios não teria condições de começar seu negócio na confecção na formalidade, e ao atuar na informalidade, angariariam poucos recursos para deixar essa condição. A margem de ganhos lhes é dada pela forma como o setor opera, e, ao que parece, aproximar-se mais ou menos do limite superior depende do quão dispostos estarão a explorar os próprios funcionários, assunto a ser abordado na sequência.

5.2.4.4 Trabalho precarizado e em condição análoga à de escravo e a capacidade de agência das redes migratórias nesse cenário

No Capítulo 4, lançou-se luz sobre o que na legislação brasileira se define como “trabalho em condição análoga à de escravo”, estando contempladas pela tipificação do crime situações como o cerceamento das possibilidades de locomoção de um trabalhador, sua exposição a jornada laboral extenuante e a imposição de condições degradantes ao exercício de suas funções e a sua alimentação e higiene, entre outras. Mesmo não se estando na posição de um profissional do Direito, é possível identificar nos trechos de relatos até aqui expostos uma

⁴³¹ Alguns dos casos de trabalho em condição análoga à de escravo expostos no Capítulo 4 respaldam o uso do termo “preferida e deliberadamente” como advérbios para a incorporação da informalidade aos processos produtivos de determinadas empresas.

série de casos que, já a longa distância, parecem se enquadrar no que é condenado pelo Código Penal sobre a matéria. Nas primeiras experiências de cada migrante entrevistado no setor de confecção na RMSP, por exemplo, consta a prática de manter pessoas trancadas na oficina em que trabalham, impedidas de sair sem a liberação do patrão, o que não se circunscreve apenas aos anos 1980, sendo citada sua ocorrência também em pleno século XXI. Jornadas que se estendem desde as primeiras horas da manhã até a meia-noite são igualmente relatadas. Viu-se, ademais, a submissão a dietas altamente baseadas em alimentos ultraprocessados, como salsichas, evidenciando-se que a exploração da força de trabalho também se manifesta na forma de insegurança alimentar⁴³², uma economia nos gastos com refeições às custas da saúde e do bem-estar de um trabalhador do qual não se compadece, pois, em um setor altamente rotativo, logo será substituído.

Também fora das primeiras experiências são encontrados exemplos, como o de Luana em uma das oficinas de dono paraguaio em que esteve como costureira, já próximo de meados da década de 2010, para a qual havia sido contratada com a promessa de um salário mensal de R\$ 1.200,00, mas que, na hora de receber, descontavam-lhe todos os gastos com aluguel, comida e contas de água e luz, restando não mais do que R\$ 500,00. Já em relação a turnos exaustivos, muitas vezes, quando não são explicitamente impostos pelo patrão, é o próprio sistema de remuneração por peça (com baixo valor por cada uma) que o faz. É o caso de Humberto, em um dos empregos que teve:

No primeiro mês, já tinha ganhado 430 reais [mais do que na oficina anterior, na segunda metade dos anos 2000], trabalhando por peça. Aí eu falei: ‘cara, se vai depender de mim, então vou ganhar mais do que isso’. Ali, sem se dar conta, a própria pessoa vai se escravizando. E mais, e mais, e mais.

A falta de pagamento foi outro abuso relatado. Augusto, por exemplo, reconhece-o como um dos motivos que o levou a deixar a última oficina de costura em que trabalhou antes de abrir a sua própria. Naquele estabelecimento, os donos eram coreanos, com produção totalmente voltada para exportação. Fabricavam-se, mais precisamente, “roupas finas”, como *blazers* e calças sociais. O entrevistado chegou a ser gerente ali – embora sem vínculo empregatício –, mas continuou recebendo o mesmo de quando era costureiro. Ainda assim, por vezes, não lhe pagavam parte ou o total do que lhe correspondia no mês, contribuindo para a

⁴³² A noção de “segurança alimentar” adotada como referência pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) contempla não só a disponibilidade e o acesso constantes a alimentos em quantidade apropriada, mas, também, que a comida consumida seja suficiente para se “alcançar um estado de bem-estar nutricional no qual todas as necessidades fisiológicas são satisfeitas” (tradução livre. Trecho original, em inglês: “[...] to reach a state of nutritional well-being where all physiological needs are met”) (FAO, 2006, p. 1).

sua decisão de sair da oficina. Relata-se, ademais, um ambiente de trabalho de muita pressão, e isso não só em relação às cobranças por excelência na confecção, como, também, ao assédio moral⁴³³ ao qual os funcionários eram corriqueiramente submetidos. O episódio abaixo é representativo disso:

Si vos le bajara la mirada [al patrón]... Si vos no le miraba a los ojos, él te hacía pelotas. Te temblaba las piernas con solamente conversar con él. [...] Cuando él llegaba, la gente parecía baratas. Corrían de un lado a otro. Le tenían miedo. ¿Yo por qué voy a tenerle miedo? [...] No conocía ni el nombre de una sola persona ahí. A mí me llamaba y me decía 'psiu'. No le hacía caso. Llegaba a mí y me decía: 'a vos te estoy llamando'. 'No, yo no soy 'psiu'. Yo soy 'fulano', estoy trabajando hace cuatro o cinco meses contigo. ¿Y cómo no vas a conocer mi nombre?'. [...] Yo le ponía en su lugar. 'No me grites, yo no te tengo miedo'. Y te señalaba así en la cara. 'No'. Yo lo agarraba por la mano. 'No sos mi papá para ponerme [el dedo] en la cara'⁴³⁴.

Apenas para dar outro exemplo desse último tipo de assédio, há também o caso de Josefina, cujo chefe – também coreano – gritava insultos como esses para os trabalhadores: “filho da puta, porcaria de merda, você não está vendo que esse negócio está errado?! [...] Tratavam assim os funcionários! Eu ficava abismada. Eu lembro que eu ficava assim: ‘meu Deus, o que é que está acontecendo?!’”.

A exploração pode ser perpetrada mesmo por um conterrâneo, e estar em situação de indocumentação deixaria o migrante ainda mais vulnerável a experimentá-la. Nesse sentido, ao se perguntar a uma das entrevistadas sobre a possibilidade de haver alguma mobilização entre os paraguaios contra esse tipo de prática quando levada a cabo por alguém da mesma nacionalidade que eles, obteve-se como resposta que: “*No hay, porque la mayoría tiene miedo. No tiene documento, no tiene eso... Porque le amenazan [...]. No puede hacer nada*”⁴³⁵. Por isso, na sua percepção, os recém-chegados ao Brasil estariam particularmente mais suscetíveis a se tornarem vítimas, pois, além de ainda não conhecerem bem o lugar de nova residência, não

⁴³³ O entendimento de “assédio moral” do qual nos valem para sustentar o uso do termo no trecho é aquele contemplado pelas seguintes considerações contidas em publicação do Ministério Público do Trabalho (MPT): “Embora haja divergência na literatura acerca dos elementos que configuram o assédio moral, de maneira geral, três requisitos são essenciais para caracterizar esse tipo de abuso: 1- prática reiterada, isto é, violência sistemática e que dura um certo tempo; 2- atitudes abusivas com conteúdo vexatório e constrangedor; e 3- consequência de desestabilizar emocionalmente a vítima e/ou degradar psicologicamente o meio ambiente do trabalho” (Brasil, [2019?], p. 10).

⁴³⁴ Tradução livre para o português: “Se você abaixasse a cabeça [para o patrão]... Se você não olhasse nos olhos dele, ele te desprezava. Suas pernas tremiam só de conversar com ele. [...] Quando ele chegava, as pessoas pareciam baratas. Corriam de um lado para o outro. Tinham medo dele. E eu, por que vou ter medo dele? [...] Não sabia o nome de uma só pessoa ali. Ele me chamava e me dizia ‘psiu’. Eu não dava bola. Chegava para mim e me dizia: ‘é você que eu estou chamando’. ‘Não, eu não sou ‘psiu’. Eu sou ‘fulano’, estou trabalhando há quatro ou cinco meses com você. E como você não sabe o meu nome?’. [...] Eu o colocava em seu lugar. ‘Não grite comigo, não tenho medo de você’. E ele apontava o dedo assim, na sua cara. ‘Não’. Eu segurava ele pela mão. ‘Você não é o meu pai para me pôr [o dedo] na cara’”.

⁴³⁵ Tradução livre para o português: “Não há, porque a maioria tem medo. Não tem documento, não tem isso... Porque o ameaçam [...]. Não pode fazer nada”.

portam documentos do país de destino, no geral. Alguns patrões, logo, prefeririam que seus funcionários permanecessem nessa situação, pois estes, assim, se sentiriam coibidos de procurar a polícia em casos como o de atraso de pagamento.

Outra entrevistada, após introduzir o termo “trabalho escravo” em nossa conversa ao se referir a experiências prévias do marido no setor de confecção da RMSP, também identifica os migrantes com pouco tempo de residência como mais propensos a sofrerem esse tipo de violência. Por outro lado, argumenta que, à medida que se vão conhecendo novas pessoas e fazendo amizades no lugar de destino, ganha-se consciência do que não deve ser tolerado nas relações de trabalho, chamando-se a atenção, assim, à relevância que a circulação de informações promovida pelas redes migratórias teria para resguardar seus integrantes do que se considera abusivo:

Gente nueva que viene de Paraguay, sí [son más proclives a caer víctimas de trabajo esclavo]... que no conoce [el rubro de la confección]. Y yo creo también que los bolivianos son los que trabajan mucho también. Con ellos sería más [que con paraguayos]. Pero con los paraguayos, [eso pasaría con] los que recién vienen, los que no conocen, [son los] que trabajan mucho. Pero la mayoría cuando vienen se van a fiestas, conocen a amigos, comienzan a hablar y ya [se enteran para que no caigan en situaciones de explotación]⁴³⁶.

A partir disso, é necessário ir além da legislação e entender como a própria comunidade paraguaia percebe o trabalho escravo, dentro do contexto em que se vê inserida em São Paulo e adjacências. Fiz esse questionamento à última entrevistada citada, que, hoje, tem sua oficina de costura, ao que respondeu:

Trabajo esclavo sería trabajar desde las seis de la mañana hasta las once o las doce [de la noche] y tener pocas horas, por ejemplo, de descansar o comer. Y algunos dicen que no tienen una comida, así... por ejemplo, ellos comen salchicha, un poquito de arroz, solo así, un poquito. Y muchas veces pasan hambre. [...] [Y complementa con la historia de su marido para ilustrar] Y ellos trabajaban en muchas personas, y la comida era poca. Y cuando llegaba el fin de semana, ellos recibían, así, un vale de veinte reales, cincuenta reales, y ellos iban a la fiesta y ya se gastaba todo. Y el domingo [...], el día siguiente, ya no tenían para comer. Y hay gente que trabaja los sábados y domingos también, que no tiene esa libertad de salir⁴³⁷.

⁴³⁶ Tradução livre para o português: “Gente nova que vem do Paraguai, sim [estão mais suscetíveis a serem vítimas de trabalho escravo]... que não conhece [o setor de confecção]. E eu acredito também que os bolivianos são os que trabalham muito também. Com eles, seria mais [do que com paraguaios]. Mas com os paraguaios, [isso aconteceria com] os que acabaram de vir, os que não conhecem, [são os] que trabalham muito. Mas a maioria, quando vem, vão a festas, conhecem amigos, começam a falar e pronto [se informam para não cair em situações de exploração]”.

⁴³⁷ Tradução livre para o português: “Trabalho escravo seria trabalhar das seis da manhã até as onze ou doze [da noite] e ter poucas horas, por exemplo, para descansar ou comer. E alguns dizem que não têm uma refeição, assim... por exemplo, eles comem salsicha, um pouquinho de arroz, só isso, um pouquinho. E muitas vezes passam fome. [...] [E emenda com a história do marido para ilustrar] E eles trabalhavam entre muitas pessoas, e era pouca comida. E quando chegava o fim de semana, eles recebiam, assim, um vale de vinte reais, cinquenta reais, e eles iam para a festa e já gastavam tudo. No domingo [...], no dia seguinte, já não tinham para comer. E tem gente que trabalha aos sábados e domingos também, que não tem essa liberdade de sair”.

Alguns parâmetros são delimitados no trecho para se caracterizar um trabalho como “escravo”, relativos à extensão da jornada laboral, a remuneração e a alimentação. Ao discorrer mais demoradamente sobre o tema, x integrante daquele coletivo paraguaio também se vale dessas referências. Começa da seguinte forma:

Essa questão de horário, de tratamento, na coletividade paraguaia é muito mais respeitado. A escravidão, até hoje... ela tem na coletividade boliviana. [É] mais forte na boliviana que na paraguaia. E os bolivianos também quer escravizar o paraguaio. Hoje em dia... Tive uma briga com o dono de uma confecção. Ele é boliviano. Aí ele queria escravizar uma paraguaia. E eu entrei no meio. Eu falei: ‘não, moço. O paraguaio tem um comportamento diferente’.

Interrompi-o para pedir-lhe que fosse mais claro sobre o sentido em que falava em “escravizar”. Elucida, então:

No horário. Porque o paraguaio já coloca... A maioria dos paraguayos trabalha das sete horas da manhã até oito horas máximo. E aí entra uma hora de almoço e quinze minutos de café da manhã e quinze minutos à tarde. [...] Esse excesso de horário que o paraguaio faz em cima dos funcionários paraguayos é para pagar o aluguel e alimentação. [...] Agora, se alguém acha que o paraguaio... Às vezes, é difícil [...] achar isso na coletividade paraguaia... de trabalhar até as 10 horas da noite ou onze horas da noite.

Percebemos, assim, que, independentemente do que se prevê na legislação trabalhista nacional, estaria acordada na comunidade paraguaia uma espécie de convenção social pela qual se estipula o que é aceitável ou não nas relações entre patrões e funcionários em uma oficina de costura. No que tange aos horários, por exemplo, entender-se-ia que o correto é não começar o dia antes das 7:00 da manhã e não terminá-lo depois das 20:00 – que é mais ou menos o que os entrevistados que têm suas oficinas atualmente seguem, como se viu anteriormente –, sendo de conhecimento difundido que essas horas trabalhadas “a mais” em relação a um turno regular serviriam para quitar os custos de aluguel do estabelecimento e a comida de todos os envolvidos. Mais algumas palavras são dedicadas pela mesma pessoa a esse último ponto:

Aí ele conversa com o funcionário dele: ‘nós vamos trabalhar um pouco mais porque eu tenho tanto de aluguel, de água, de luz e de alimentação. Então, para nós pagarmos isso, a gente tem que produzir um pouco mais. Se eu pago para vocês pelas sete horas de trabalho, oito horas – que é comum, né –, sete horas e quarenta e quatro minutos, né, vocês têm que alugar uma casa, pagar sua comida e pagar sua luz’. [...] Quando eu pagava aluguel, eu às vezes trabalhava até domingo para bancar meu gasto de aluguel e de alimentação. Então, comumente, hoje em dia, 90%, 95% da população da coletividade paraguaia tem esse comportamento. Não tem um horário extrapolando isso. Agora, o dos bolivianos eu já sei que começa às seis horas da manhã até onze horas da noite. Já é muito mais exploração.

Retomando a história do boliviano que queria “escravizar” uma jovem paraguaia, essx entrevistadx forneceu detalhes de como interveio enquanto membro de um coletivo, ilustrando-se o rechaço que haveria em relação a jornadas tidas como extenuantes para os parâmetros da comunidade:

Aí ela [a paraguaia] me ligou. Aí eu liguei para o patrão dela. Eu falei: ‘senhor Mesa [nome fictício], não é assim. Os paraguaios não estão explorados nessa parte’. ‘Ah, yo pago eso, yo pago aquello’ [‘Ah, eu pago isso, eu pago aquilo’]. Aí eu falei: ‘deixa ela. No caso, se não estão gostando do serviço dela, então eu coloco ela em uma oficina paraguaia, que ela vai trabalhar das sete da manhã até oito horas da noite. Isso daí ela aceita’. Ela falou: ‘nesse horário, eu vou aceitar’. Porque é assim, você faz a conta: para às oito horas, janta, e aí descansa um pouco. Toma banho, e já é nove horas. Então, vai assistir aí alguma coisinha, e já são dez horas. Amanhã tem que levantar cedo outra vez para trabalhar. Aí, no caso boliviano... se ele para às onze horas, come à noite... Aí, eu falei: ‘Incluso, jantar muito tarde acaba prejudicando o funcionário no dia seguinte. Nem o alimento digeriu, e já tem que levantar outra vez’. Entendeu? E aí, então, por isso que tem muito paraguaio consciente.

Além das horas trabalhadas, outros aspectos são observados no momento de indicar um contrerrâneo a uma oficina ou verificar se uma situação é de exploração ou não, como a remuneração. Atendo-se ao caso de quem recebe por produtividade, x integrante do coletivo reconhece naquela regra dos “terços” o mínimo que se deve admitir, na qual 33% do valor pago por peça pela fábrica vão ao costureiro, percentual que se elevaria a cinquenta na modalidade de “cama fora”.

O grupo representado por essx entrevistadx, logo, desempenharia um papel ativo contra a incidência de situações de trabalho tidas como abusivas dentro do que “extraoficialmente” se convencionou como aceitável pela comunidade. Sobre isso, complementa:

A gente se comunica hoje em dia, então a gente interfere em prol do outro. E outra coisa também: a coletividade paraguaia tem essa regra de não abusar do próprio contrerrâneo que está vindo... porque já está vindo necessitado... para você estar explorando ele aqui... isso daí é questão de humanidade. [...] Porque às vezes eu indico a pessoa também. Já mandei paraguaio para trabalhar em oficina brasileira, indicado por [nome dx próprix entrevistadx]. Então é respeitado o horário, respeitado no salário. Porque quando ele percebe... o boliviano percebe ou o brasileiro percebe que não tem alguma indicação dela, é um imigrante à mais que não tem apoio nenhum. Por isso é que eu sou uma figura muito procurada nesse sentido.

Poder-se-ia pensar, então, que bastaria que se elevasse o rigor dos critérios do que é visto como exploração pelos paraguaios para que, enfim, coincidisse com o que já é previsto em lei. A existência de uma “convenção social” de modo dissociado do que se preconiza no mercado formal, contudo, encontraria sustentação na própria operacionalidade da cadeia de confecção têxtil, mais especificamente, nos valores habitualmente praticados no pagamento por

peça de roupa às oficinas. Para entendê-lo, é preciso reiterar que as oficinas de costura com presença paraguaia, em sua maioria, integram esse setor de maneira informal e a partir do “circuito inferior” da economia, situando-se, via de regra, entre os atores cujos trabalhos são os menos valorizados. Sendo assim, sua capacidade de reivindicar preços mais justos para o que produzem é altamente limitada, restando-lhes adequar-se ao que o mercado determina sobretudo “quando a lei não o está vendo”. Tal cenário, finalmente, as constrangeria a competir pela oferta do serviço mais barato, pois, se não o fizerem, certamente haverá outras que o farão. Receber pouco pelo que se produz, por sua vez, implica algum grau de precarização do trabalho como condição de se manter o negócio minimamente viável. Aquela “convenção social”, portanto, seria a forma não de eliminar, mas de atenuar a exploração, que já está dada pelo mercado e seus valores (seja em sentido monetário ou moral).

As referências a bolivianos nas últimas citações se inserem nesse contexto, considerando que alguns dos entrevistados percebem que as formas mais precarizadas de trabalho na confecção costumam se dar nas oficinas de donos da aludida nacionalidade, o que contribuiria para jogar para baixo os preços pagos por peça. Sobre isso, x integrante daquele coletivo paraguaio diz:

Aí existe uma diferença de preço dos fabricantes sempre preferir oficina boliviana. Por quê? Porque eles aceitam um preço menor, porque eles tinham um horário mais prolongado com seus funcionários. [...] O paraguaio chegava assim: batia o pé. Falava assim: ‘não, menos de oito reais, eu não faço’. Aí o boliviano chega e fala: ‘não, eu te faço por sete’.

Na mesma linha, outro entrevistado complementa:

Hay una competencia desleal. Te digo desleal por parte de los bolivianos. Te digo por qué. Porque si llega media docena de personas para trabajar, como te dije, quieren buena comida, buen ambiente, eso y aquello, que no les falte plata... Los bolivianos no hacen eso. Los bolivianos se van a su país, le llevan a una media docena de personas por un contrato que ellos tienen que, sí o sí, [estar de acuerdo con que] se van a trabajar por seis meses con él solamente por comida. Solamente por comida. Después de seis meses ellos son libres para irse adonde quieran. Imaginate tener seis personas que te trabajen gratis, solamente por comida. Es una mano de obra barata, porque si vos me acercás y me preguntás: ‘¿cuánto me vas a hacer esta remera?’, yo te digo: ‘ah, te hago por cinco reales’. Si vas a preguntarle al boliviano, ‘no, yo te hago por dos reales’. [...] Eso comenzó a pasar a partir de los años 2000 más o menos [con los bolivianos]. [...] Eso no pasaba con los paraguayos. Difícilmente. Si alguien es extorsionado o trabaja... Es un caso aislado⁴³⁸.

⁴³⁸ Tradução livre para o português: “Há uma competição desleal. Te digo desleal por parte dos bolivianos. Te digo por quê. Porque se chega meia dúzia de pessoas para trabalhar, como eu te disse, querem boa comida, bom ambiente, isso e aquilo, que não lhes falte dinheiro... Os bolivianos não fazem isso. Os bolivianos vão para o seu país, levam uma meia dúzia de pessoas por um contrato que eles têm que, invariavelmente, [concordar que] vão trabalhar por seis meses com ele somente por comida. Somente por comida. Depois de seis meses, eles são livres para ir aonde quiserem. Imagina ter seis pessoas que trabalhem de graça para você, somente por comida. É uma mão de obra barata, porque se você vem e me pergunta ‘por quanto você vai me fazer essa camiseta?’, eu te digo:

E segue:

Y los bolivianos... los dueños de taller... vas a ver a muchos bolivianos con autos del año, con casas... ¿Por qué? Tener diez personas trabajando por comida. Y termina ese contrato con las diez personas y se van detrás de la misma cosa, y van a traer a otros, y a otros, y a otros... Todos los años se hace el mismo sistema. [...] Los paraguayos, como te digo, son más difíciles de explotarles. Los bolivianos se explotan entre sí muchísimo. [...] Solamente para irse él [el migrante boliviano] a buscar una oportunidad en São Paulo, que después de seis meses él piensa: ‘voy a estar libre de aquí a seis meses’ [como si fuera éste el precio a pagar para poder después plantear mejores condiciones laborales en São Paulo]⁴³⁹.

E um último depoimento, de outro entrevistado:

Entonces, en aquella época [cuando dejó de tener su taller, a fines de los años 2000], por ejemplo... hasta ahora mismo... si vos no agarrás una prenda... Supongamos que sea de seis reales por prenda... Ellos llevan a los bolivianos y lo hacen por cuatro para ellos. Entonces ahí comienza el mercado a desvanecerse, ¿verdad? No ayuda mucho. Si vos vas a pedir más que eso, no te dan trabajo⁴⁴⁰.

Praticar-se-ia, assim, uma forma de “*dumping social*”⁴⁴¹ nesse mercado, pelo qual determinadas oficinas – que, na perspectiva de entrevistados, seriam mais correntemente bolivianas – submeteriam funcionários seus a um grau de exploração extremo para poder oferecer um menor preço em seus serviços e, dessa forma, garantir um alto fluxo de encomendas (e, conseqüentemente, ganhos financeiros) frente aos concorrentes. Como estratégia para manter alguma competitividade, mas sem ceder à mesma prática, muitas oficinas paraguaias teriam passado a investir mais na qualidade do serviço oferecido como um diferencial, buscando

‘ah, te faço por cinco reais’. Se você for perguntar para o boliviano, ‘não, eu te faço por dois reais’. [...] Isso começou a acontecer a partir dos anos 2000, mais ou menos [com os bolivianos]. [...] Isso não acontecia com os paraguaios. Difícilmente. Se alguém é extorquido ou trabalha... É um caso isolado”.

⁴³⁹ Tradução livre para o português: “E os bolivianos... os donos de oficina... você vai ver muitos bolivianos com o carro do ano, com casas... Por quê? Ter dez pessoas trabalhando por comida. E termina esse contrato com as dez pessoas e vão atrás da mesma coisa, e vão trazer outros, e outros, e outros... Todos os anos se faz o mesmo sistema. [...] Os paraguaios, como eu te falo, são mais difíceis de serem explorados. Os bolivianos exploram muitíssimo uns aos outros. [...] É só ele [o migrante boliviano] ir embora para buscar uma oportunidade em São Paulo que, depois de seis meses, ele pensa: ‘vou estar livre daqui a seis meses’ [como se fosse o preço a se pagar para poder pleitear melhores condições de trabalho em São Paulo depois]”.

⁴⁴⁰ Tradução livre para o português: “Então, naquela época [quando deixou de ter oficina, no fim dos anos 2000], por exemplo... até hoje mesmo... se você não pega uma peça... Suponhamos que seja de seis reais por peça... Eles levam para os bolivianos, que fazem por quatro [reais] para eles. Então aí o mercado começa a desmoronar, né? Não ajuda muito. Se você vai pedir mais do que isso, não te dão trabalho”.

⁴⁴¹ O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em notícia veiculada em sua página eletrônica, oferece o seguinte entendimento sobre o “*dumping social*”: “O termo *dumping* foi primeiro utilizado no Direito Comercial, para definir o ato de vender grande quantidade de produtos a um preço muito abaixo do praticado pelo mercado. No Direito Trabalhista a ideia é bem similar: as empresas buscam eliminar a concorrência à custa dos direitos básicos dos empregados. O *dumping social*, portanto, caracteriza-se pela conduta de alguns empregadores que, de forma consciente e reiterada, violam os direitos dos trabalhadores, com o objetivo de conseguir vantagens comerciais e financeiras, através do aumento da competitividade desleal no mercado, em razão do baixo custo da produção de bens e prestação de serviços. Várias são as práticas que podem configurar o *dumping social*, como o descumprimento de jornada de trabalho, a terceirização ilícita, inobservância de normas de segurança e medicina do trabalho, entre outras” (TST, 2013).

assegurar, ao mesmo tempo, que seus preços não se distanciassem muito daqueles praticados pelos demais – afinal, continuariam ocupando a mesma posição “subalterna” que lhes fora reservada dentro da cadeia produtiva da confecção têxtil na RMSP. Assim explica x integrante do coletivo paraguaio a ideia:

Então, o que nós fizemos: nós fizemos... a qualidade da mão de obra paraguaia é melhor. Aí nós ganhamos nessa inteligência. Quando nós percebemos que os coreanos estavam preferindo oficinas [bolivianas]... aí, eu: ‘ah, o que é que adianta pagar sete reais, um montão de defeito ali. Você perde mais’. Aí, eles começaram a rejeitar muitas oficinas bolivianas. [...] Hoje em dia, você pergunta para um coreano: ‘você prefere oficina paraguaia ou oficina boliviana?’. ‘Paraguaio. Mais qualidade’.

Já o comentário de outro entrevistado sobre a questão é o seguinte:

*Muchas veces lo que vas a escuchar en varios talleres es: ‘tenemos que hacer el precio que ellos hacen porque, si no, nos vamos a quedar sin trabajo’. [...] Si vos no lo hacés [la producción] de buena calidad... porque hay muchos que te exigen calidad... Si vos no lo hacés de buena calidad... Porque los bolivianos difícilmente hacen trabajos de calidad*⁴⁴².

De certo modo, é como se fosse vislumbrada, no limite, a consolidação de dois segmentos distintos, sendo um com serviços mais baratos, mas com maior incidência de defeitos nas peças produzidas, dominado por bolivianos; e outro que, ao reivindicar para si maior qualidade na costura, permitisse que se negociassem valores um pouco melhores junto às lojas e fábricas, com primazia paraguaia. Esse, inclusive, parece já estar sendo o esforço do coletivo ao qual sempre nos referimos, como sugerem as palavras dx integrante com quem conversamos:

Nós fizemos também preço de peça para fabricante da seguinte maneira: se ele está vendendo por cento e vinte reais uma peça que nós fizemos, então ele é obrigado a pagar acima dos 10% do valor final. Então, se ele está vendendo por duzentos reais uma jaqueta, nós temos que fazer para ele por vinte reais a mão de obra. [...] Senão ele vai falar: ‘não, eu pago só isso!’. Então, a gente negociava com o fabricante: ele quer uma jaqueta de qualidade? Tá. Vinte reais, se for duzentos [reais] a jaqueta. Agora, se ele quer prazo menor, a gente dobra o horário e nós pedimos trinta [reais]. [...] Porque, às vezes, a pessoa manda para mim uma foto de alguma peça [e diz]: ‘ô, [nome dx próprix entrevistadx], essa jaqueta... o cara tá querendo me pagar tanto’. Eu falei: ‘quanto que tá na loja?’. Ele falou assim para mim: ‘na loja, tá duzentos e cinquenta reais’. Aí, eu falei: ‘pede para ele vinte e cinco [reais]. Mínimo. E se ele quer pressionar para você tempo de entrega, pede trinta’. [...] ‘Faça com qualidade, mas pede o seu preço’. [...] Aí o coreano, às vezes, manda um corte de mil peças e tudo mais, e vê que... manda para a lavanderia [...] e não tem nenhum defeito. Nossa! Essa oficina... É identificado pela qualidade do serviço que estão produzindo. Agora, se você produz mil peças, e dessas mil peças veio cem peças com defeito, sua oficina perde a qualidade.

⁴⁴² Tradução livre para o português: “Muitas vezes, o que você vai ouvir em várias oficinas é: ‘temos que fazer o preço que eles fazem, porque senão, nós vamos ficar sem trabalho’. [...] Se você não o faz [o serviço] de boa qualidade... porque tem muitos que exigem de você qualidade... Se você não o faz de boa qualidade... Porque os bolivianos difícilmente fazem trabalhos de qualidade”.

Na prática, porém, os casos de entrevistados que têm ou tiveram sua própria oficina demonstram que os valores recebidos por peça continuam baixos, o que, além de fazer com que a “ascensão” à posição de donos não necessariamente os livre de serem trabalhadores precarizados, repercutiria fortemente nas condições de trabalho nesses locais. Páginas atrás, a título de ilustração, ressaltou-se, em números, a situação de parcos rendimentos com a costura que acometia uma das famílias em seu negócio. Entre as condições materiais impostas pelo mercado a partir da (falta de) valia reconhecida a esse trabalho e o compromisso com o que se convencionou como minimamente justo na comunidade paraguaia parece restar uma estreita margem de atuação no que concerne ao trato com costureiros, auxiliares e demais profissionais por parte dos donos de oficina. Claro, há quem, sem meios de forçar o limite superior para cima – ou seja, reivindicar melhores rendimentos por peça produzida –, transpõe o inferior – no qual repousa o mínimo aceitável no “mundo” informal em termos de remuneração, jornada laboral, condições de alojamento, alimentação etc. –, e disso se viu um conjunto bastante amplo de exemplos ao longo deste capítulo, com exploração perpetrada inclusive por paraguaios. Mas muitos migrantes trazem as marcas de terem passado por essas experiências e, no que está a seu alcance, desejam evitar ao máximo não reproduzi-las com seus subordinados quando montam uma oficina de costura. É o que expressam um dos entrevistados e seu cônjuge:

[Cónyuge:] Yo no hago eso [tener un taller con funcionarios] para explorar a nadie. Porque mi papá me enseñó esa palabra, que hasta ahora yo estoy cumpliendo. Yo abro eso aquí para trabajar tranquilo, en mi casa. Yo voy a estar contento por lo que yo gano. Yo pago, doy la oportunidad para mis compatriotas. Y pronto, eso me hace muy bien. A nosotros nos hace muy bien dar la oportunidad a compatriotas y dar trabajo a las personas más necesitadas. ¿Entendés? Hay muchos paraguayos que trabajan hasta medianoche... sábado, hasta las cuatro [de la tarde]... no les dan permiso ni para jugar partido [de fútbol en su tiempo libre]. En el barrio... nosotros aquí, no. Aquí es todo horario cumplido. Nunca atrasa comida, café... nunca hay café en la mesa sin pan. [Entrevistado:] Eso siempre le digo [a los funcionarios]: nosotros sabemos lo que es [pasar por esas privaciones]. [...] Porque muchas veces trabajamos en otro lugar con hambre. Muchas veces. [Cónyuge:] Un mes entero comimos salchicha con arroz, así... arroz quemado y salchicha, que no está bien. [Entrevistado:] Y no reclamábamos, porque estábamos en una casa ajena, en un trabajo ajeno. No da para reclamar⁴⁴³.

⁴⁴³ Tradução livre para o português: “[Cônjuge:] Eu não faço isso [ter uma oficina com funcionários] para explorar ninguém. Porque meu pai me ensinou essa palavra, que até agora eu estou cumprindo. Eu abro isso aqui para trabalhar tranquilo, na minha casa. Vou ficar contente com o que eu ganho. Eu pago, dou a oportunidade para meus compatriotas. E pronto, isso me faz muito bem. Faz muito bem a nós dar a oportunidade a compatriotas e dar trabalho para as pessoas mais necessitadas. Entende? Tem muitos paraguaios que trabalham até meia-noite... sábado até as quatro [da tarde]... não lhes dão autorização nem para jogar partidas [de futebol em seu tempo livre]. No bairro... nós, aqui, não. Aqui, todo horário é cumprido. Nunca atrasa a comida, o café... nunca tem café na mesa sem pão. [Entrevistado:] Isso eu sempre digo a eles [funcionários]: nós sabemos o que é [passar por essas privações]. [...] Porque muitas vezes trabalhamos em outro lugar com fome. Muitas vezes. [Cônjuge:] Por um mês inteiro comemos salsicha com arroz, assim... arroz queimado e salsicha, o que não está bom. [Entrevistado:] E não reclamávamos, porque estávamos na casa dos outros, no trabalho dos outros. Não dá para reclamar”.

Nesse cenário, entretanto, há muitos que não conseguem manter seus negócios e voltam a costurar para outrem ou tentam se inserir em um novo ramo de atividade. A primeira hipótese foi a que se confirmou com a irmã de Luan, um dos participantes, enquanto a última, com André, com quem diretamente conversamos. Este, por anos, teve sua própria oficina – embora sem deixar de se ver em posição de subordinação, já que, a todo tempo na entrevista, se referia ao dono da loja que encomendava suas peças como “patrão” – e compartilhou conosco alguns dos motivos que o levaram a fechá-la:

Nosotros éramos los que más trabajábamos. Algunas veces nos quedábamos a trabajar hasta más tarde. Porque no es que... como te digo... Es mucha responsabilidad. Vos tenés mucha cuenta para pagar. Entonces, era un poco difícil, ¿verdad? Y se trabajaba más. Los patrones trabajaban más que los funcionarios⁴⁴⁴.

A raiz de tudo é sintetizada por ele em uma frase: “*es muy barata la prenda*”⁴⁴⁵. Como desdobramentos, prossegue:

Es que es así: cuando vos sos el dueño de la oficina, vos pagás el alquiler, pagás la comida de la gente, su estadía – si no les va a dejar vivir en el lugar donde vos vivís, tenés que alquilar otro lugar –... Entonces, se pagan muchas cosas. Y la costura no daba mucho lucro. No daba mucho lucro. Y encima de eso, también la gente... Para entenderle a la gente es un poco difícil. Porque hay personas que no quieren feijão, que no quieren una comida todos los días. [...] Y entonces mi esposa se cansó. Dijo que ya con eso no daba más, ‘vamos a intentar otra cosa’, e intentamos eso [el nuevo negocio en el que hoy día trabaja]. [...] Yo, por ejemplo, de mi parte, no soy de... Hay muchos compatriotas míos y bolivianos que lo tienen muy mal a su gente, y la gente viene a trabajar y también no quieren gastar, y andan a la miseria, ¿verdad? Y esa parte a mí nunca me gustó. Yo siempre le tenía bien a la gente. Le compraba [alquilaba] lugares para dormir de primera calidad y todo. Entonces, ahí sobra menos. Ahí sobra menos⁴⁴⁶.

Não se pode prescindir da menção de que os baixos preços pagos por peça às oficinas tiveram na recente pandemia de Covid-19 um alicerce, colaborando com a precariedade

⁴⁴⁴ Tradução livre para o português: “Nós éramos os que mais trabalhávamos. Algumas vezes ficávamos trabalhando até mais tarde. Porque não é que... como eu te digo... É muita responsabilidade. Você tem muita conta para pagar. Então, era um pouco difícil, né? E se trabalhava mais. Os patrões trabalhavam mais que os funcionários”.

⁴⁴⁵ Tradução livre para o português: “A peça é muito barata”.

⁴⁴⁶ Tradução livre para o português: “É que é assim: quando você é o dono da oficina, você paga o aluguel, paga a comida das pessoas, sua estadia – se você não vai deixá-las morar no lugar onde você mora, tem que alugar outro lugar –... Então, muitas coisas são pagas. E a costura não dava muito lucro. Não dava muito lucro. Ainda por cima, as pessoas também... Para entender as pessoas, é um pouco difícil. Porque tem gente que não quer feijão, que não quer uma comida todos os dias. [...] E então minha esposa se cansou. Disse que isso já não dava mais, ‘vamos tentar outra coisa’, e tentamos isso [o novo negócio no qual trabalha hoje em dia]. [...] Eu, por exemplo, de minha parte, não sou de... Tem muitos compatriotas meus e bolivianos que tratam muito mal as pessoas, e as pessoas vêm trabalhar, e também não querem gastar, e andam na miséria, né? E eu nunca gostei dessa parte. Eu sempre tratava bem as pessoas. Comprava [alugava] para elas lugares para dormir de primeira qualidade e tudo. Então, aí sobra menos. Aí sobra menos”.

do setor. Entre os entrevistados que comentaram sobre a questão está Josefina, que caracteriza esse período de emergência sanitária como

um pouco conturbado para as oficinas, porque a produção dentro das próprias confecções caiu. Então as fábricas não estavam cortando, então não tinha corte – eles chamam de ‘corte’, né, esses que trazem para a oficina –, então todo mundo começou naquele desespero. Teve gente que aproveitou o momento, que baixou o preço que passava para as oficinas. Por exemplo: ‘ah, essa camisa vou pagar, sei lá... eu pago 15 [reais], mas como agora não tem, vocês estão precisando muito de trabalho, eu vou te pagar 12 [reais]’. Acabava meio que aproveitando-se um pouco das oficinas.

Com tudo o que já de discutiu até aqui, e aproveitando-se as conclusões reunidas em cada capítulo anterior, é pertinente finalizar esta seção endereçando mais abertamente a pergunta que se delimitou como central à presente tese, pela qual se almejava verificar qual é a relação das redes migratórias com a inserção de paraguaios no setor de confecção têxtil da Região Metropolitana de São Paulo. Pela hipótese adotada na ocasião de sua formulação, pressupunha-se que as migrações paraguaias que passam pela capital paulista e suas adjacências seriam altamente rotativas e contariam com suas redes migratórias “para o estabelecimento de um espaço de circulação possível frente à reestruturação produtiva global”, entre outros processos em curso. Pode-se dizer, com o respaldo dos resultados de pesquisa expostos ao longo do texto, que a direção na qual se apontava estava correta, embora o que se tinha adiante fosse visto ainda com pouca nitidez. Para que assim não mais o seja, dois grandes aspectos devem ser ressaltados.

Primeiramente, percebe-se que há uma ambiguidade inerente à atuação das redes migratórias das quais os paraguaios da confecção têxtil da RMSP se valem. A articulação de familiares, amigos, conterrâneos, coletivos de migrantes etc. é factualmente decisiva para a viabilização de projetos migratórios na maior parte das vezes, abrindo possibilidades de deslocamento, estabelecimento e subsistência nos espaços em que opera. Dela, mais precisamente, podem vir as orientações e os recursos necessários para a viagem desde a origem, o lugar para a primeira estadia no outro país e a oportunidade que permitirá a inserção no mercado de trabalho do local de destino. Pode desempenhar, de igual modo, um papel indispensável no cuidado de quem permanece no antigo local de residência – como uma mãe que fica com a neta para que a filha possa migrar –, na efetuação de remessas internacionais e na prestação de auxílio em períodos de maior dificuldade, como foi o caso do mapeamento das famílias paraguaias em situação de vulnerabilidade social para recebimento de cestas básicas na pandemia de Covid-19 feito pelo coletivo com o qual tivemos contato na pesquisa. Há, dessarte, toda uma gama de ações das quais as redes se incumbem nos mais diversos âmbitos

da vida de um paraguaio ao longo de sua trajetória migratória. No exercício dessas funções, por outro lado, terminam por suprir a demanda da “moda rápida” por força de trabalho precarizada, que lhes retribui com o robustecimento da confecção têxtil enquanto nicho laboral para paraguaios em detrimento da disposição de saídas ou alternativas factíveis a ele. Alimentam, ainda que não deliberadamente (embora, em alguns casos, possa ser), uma cadeia produtiva pela qual seus próprios integrantes são costumeiramente subjugados, estando, não rara vez, entre os principais trabalhadores em situação de exploração. Incorporam, assim, contradições que, no limite, são próprias do sistema capitalista.

Ainda assim, nota-se que as redes migratórias são dotadas de uma capacidade de agência sua, que é o segundo aspecto que se deve levar em consideração para compreender a sua relação com a inserção dos paraguaios no setor de confecção têxtil da RMSP. Não se trata de uma simples soma do que se manifesta nos níveis individual e familiar entre seus integrantes, mas, sim, de algo particularmente concernente às redes enquanto entidades ou “corpos” coletivos. Logo, apesar das ambiguidades identificadas no parágrafo anterior, há uma mobilização envolvendo familiares, amigos, conterrâneos etc. em conjunto que respalda cada um desses atores em sua disputa por mais dignidade frente a todos os constrangimentos impostos por um mercado predominantemente informal e altamente precarizado. A “convenção social” que se estabeleceu para a observância de patamares mínimos de remuneração, horas trabalhadas, alimentação e outros critérios nas oficinas de costura – que, vale deixar claro, continuam distantes do que deveria ser admissível – é um exemplo disso, assim como o compartilhamento de informações, a acolhida e a reorientação a novos postos de trabalho feitos em espaços de socialização da comunidade paraguaia em benefício de pessoas que se encontram em ocupações de extrema exploração. A estratégia de se pleitear o reconhecimento da qualidade da produção de roupas como um diferencial das oficinas paraguaias como um todo no mercado também merece menção, pois é mais um esforço de reivindicação de um lugar um pouco menos desfavorável à coletividade em um setor que não lhes costuma reservar mais do que suas margens. É nesse sentido, portanto, que se deve interpretar o “espaço possível” que as redes migratórias contribuiriam para abrir às migrações paraguaias que passam pela RMSP, noção que provavelmente pode ser expandida para outros grupos de migrantes internacionais do Sul global inseridos na periferia do capitalismo.

Na sequência, são apresentados outros tópicos para a ampliação do conhecimento sobre a inserção paraguaia no setor de confecção têxtil da RMSP. Todos eles, de algum modo, já foram pelo menos tangenciados em outros momentos, devendo agora ser mais bem sistematizados ou receber informações complementares.

5.2.4.5 As mulheres na costura

Um terço dos paraguaios com experiência na confecção que participaram de nossa pesquisa eram mulheres. Poderiam ter sido 2/3 se, em todos os casos envolvendo casais, não tivéssemos entrevistado o marido, mas, sim, a esposa ou ex-companheira; ou uma só pessoa, se fosse o contrário. Das doze entrevistas realizadas, pois, sete diziam respeito a paraguaios/as que atuaram (ou ainda atuam) no setor ao lado de seus respectivos cônjuges (ou namorado, em uma ocasião apenas). Embora nosso estudo não tenha caráter amostral⁴⁴⁷, não parece ser inapropriado, com base na referida distribuição, asseverar que parte expressiva da presença paraguaia em oficinas de costura na RMSP é exercida por casais – que, no caso da maioria de nossos entrevistados (cinco de sete), se conheceram no local de destino, não na origem.

Em segundo lugar, notou-se, em momento anterior da tese (Capítulo 4), que as mulheres estariam subrepresentadas entre os paraguaios inseridos no mercado formal da confecção têxtil de São Paulo e região, de acordo com dados da RAIS. Em nenhum dos anos entre 2003 e 2021, por exemplo, elas compuseram mais do que 37% dessa população, em contraste com uma distribuição mais equilibrada quando se levam em conta os dados de concessão de autorização de residência no geral (pelo SISMIGRA). A hipótese de que essa discrepância se fundamentaria em uma maior exposição das paraguaias à situação de informalidade em relação a seus pares do sexo masculino se reforça a partir do que se observou em nosso trabalho de campo, já que, de todos os familiares mencionados por nossos entrevistados como também tendo passagem pelo universo da costura da RMSP, 45% seriam mulheres – percentual, portanto, superior ao maior já registrado na RAIS. Se assim for a realidade, o predomínio nesse setor entre os paraguaios continuaria sendo masculino, mas, aparentemente, não na intensidade que os dados oficiais sugeririam.

Já por uma óptica qualitativa, constatou-se, em nossa pesquisa, que algumas questões envolvendo a dinâmica dos trabalhos nas oficinas de costura foram levantadas exclusivamente por mulheres, entre elas, as dificuldades de conciliar o serviço com os cuidados dos filhos. Em citação de uma das entrevistadas já exposta anteriormente, havia-se apontado que alguns estabelecimentos não permitiriam (ou, no mínimo desencorajariam) que as costureiras e ajudantes levassem suas crianças a creches, pois os deslocamentos para tanto

⁴⁴⁷ Alinhado a isso, cabe pensar que o fato de eu ter entrevistado consideravelmente mais homens se deve, provavelmente, a essa também ser minha identidade de gênero, conferindo-me, por um lado, maior facilidade na aproximação com eles e, por outro, maior propensão a que me fossem apresentados como contato pelas pessoas que me ajudaram com indicações para a pesquisa, inclusive quando se tratava de casais atuantes juntos na costura.

comprometeriam seu rendimento no trabalho. Essa mesma pessoa conta que, em outros casos, as mulheres “*trabajan acá en la máquina, y el hijo al lado, en su carrito*”⁴⁴⁸, seja por não quererem deixá-lo em instituições como a referida, seja por ainda não terem conseguido uma vaga em uma unidade mais próxima. Em sua história em particular, a entrevistada, que, antes de ter sua oficina, era cuidadora e empregada doméstica, resolveu largar a antiga ocupação porque, trabalhando em casa, poderia cuidar melhor de sua filha, entre outros motivos.

Outra das entrevistadas relata que deixara sua filha aos cuidados da mãe no Paraguai e que só depois de ter a própria oficina com o marido é que a trouxe para viver com eles. Nas suas palavras: “*cuando a gente abrió aquí a oficina [que tiene con su marido hoy día]... después traje ella [su hija], porque en la casa ajena también no podía traer, porque... ¿cómo voy a trabajar con ella? Era pequeña*”⁴⁴⁹. Esclarece, no entanto, que não lhe proibiam de estar com a filha no trabalho, mas que isso implicaria uma extensão na jornada laboral ou descontos no pagamento.

Uma terceira entrevistada também migrou à RMSP sem a filha, na época, com pouco menos de um ano de idade. Todo mês, porém, enviava dinheiro à mãe para os gastos que teria com ela. Evidencia-se, assim, o papel que as redes migratórias assumem também nos cuidados de quem fica no país de origem.

Para finalizar, a preocupação com os filhos como um elemento levado em conta para a decisão de se migrar ao Brasil ou, uma vez estabelecido nesse país, empreender o regresso ao Paraguai praticamente só aparece de maneira explícita nos relatos de mulheres. Luana, por exemplo, era mãe solo no Paraguai e identifica como principal motivo para “tentar a sorte” em São Paulo a busca por melhores condições de vida para a filha. Agora que está com ela, ainda que tenha vontade de retornar para perto da família no Paraguai, não o vê como algo viável, e isso, em parte, por aqui gozar de benefícios aos quais não teria acesso em seu país, como a gratuidade do sistema público de educação brasileiro, conforme nos comenta: “*Por ejemplo, en la escuela: acá, por ejemplo, uniforme y todo es gratuito. Allá en Paraguay si vos tenés que estudiar, tenés que comprar todo. Ni una hoja te da gratis. Y acá es todo gratis. ¡y cuántas personas que no valoran!*”⁴⁵⁰. Nessa mesma linha, Joana conta que o marido gostaria de tentar montar uma oficina de costura no Paraguai, mas que ela tem receio de realizar esse

⁴⁴⁸ Tradução livre para o português: “Trabalham aqui na máquina, e o filho ao lado, no seu carrinho”.

⁴⁴⁹ Tradução livre para o português: “Quando a gente abriu aqui a oficina [que tem com seu marido atualmente]... depois a trouxe [sua filha], porque na casa dos outros também não podia trazer, porque... como vou trabalhar com ela? Era pequena”.

⁴⁵⁰ Tradução livre para o português: “Por exemplo, na escola: aqui, por exemplo, o uniforme e tudo é gratuito. Lá no Paraguai, se você tiver que estudar, tem que comprar tudo. Nem uma folha de papel dão para você de graça. E aqui, é tudo gratuito. E quantas pessoas que não valorizam isso!”.

movimento, pois, entre outras consequências, isso privaria sua filha de acessar os sistemas de educação e saúde daqui:

En Paraguay no hay remedio. Si vos te enfermás, los exámenes y todo tenés que pagar. Y ella [la hija], por ejemplo... no le gusta el guaraní [risas], entonces eso le va a ser muy difícil allá [...] Y yo mucho veo así, mi vida más acá [en São Paulo]. A mí me gusta más acá por el tema del SUS [Sistema Único de Salud]⁴⁵¹.

De qualquer forma, já estão construindo a casa para onde irão se mudar no futuro, em Caaguazú.

5.2.4.6 Trabalho infantil

Uma das participantes donas de seu próprio negócio na ocasião de nossa pesquisa, alegando não ser o seu caso, diz que é comum em oficinas paraguaias haver “menores de idade” como ajudantes ou costureiros, o que chama a atenção para a incidência do trabalho infantil nesses locais. Pela legislação brasileira, em linhas gerais, uma situação se caracteriza como tal quando alguém com menos de dezesseis anos está desempenhando qualquer atividade laboral, remunerada ou não – “salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (Brasil, 1998) –, ou quando, em algum momento desde essa idade até se completarem os dezoito anos, trabalha-se em condições consideradas perigosas ou insalubres – incluindo-se aquelas que geram prejuízos à formação escolar e ao desenvolvimento do indivíduo em dimensões como a física e a social – ou em horários que passem das 22:00 ou que se iniciem antes das 05:00 da manhã, entre outras disposições (Brasil, 1990; 1998).

De todos os entrevistados, apenas um mencionou empregar indivíduos com menos de dezoito anos completos. No caso, tratava-se de um casal de namorados de dezessete anos, que, ao que consta, migraram, um, de San Pedro e, o outro, de Caaguazú e, ao serem deixados sozinhos na RMSP pela mãe de um deles, passaram por uma série de abusos em oficinas de costura de outros paraguaios, como falta de pagamento pelo trabalho realizado, até que foram “acolhidos” por esse entrevistado e sua família. Não abordamos o assunto em nossa conversa, mas é possível imaginar a complexidade que tem a partir de, pelo menos, dois aspectos relacionados ao local de origem dos envolvidos. Primeiramente, deve-se considerar que o entrevistado e a esposa começaram a trabalhar muito cedo no Paraguai, em atividades na zona

⁴⁵¹ Tradução livre para o português: “No Paraguai não tem remédio. Se você ficar doente, você tem que pagar os exames e tudo mais. E ela [a filha], por exemplo... não gosta do guarani [risos], então isso vai ser muito difícil para ela lá [...]. E eu vejo muito assim, minha vida mais aqui [em São Paulo]. Eu gosto mais daqui pela questão do SUS [Sistema único de Saúde]”.

rural. Essa experiência, que se supõe ser de alguma recorrência no histórico familiar e no círculo de convívio mais próximo deles, pode tê-los feito enxergar apenas os aparentes benefícios estendidos aos jovens que receberam em sua oficina, relativizando-se as prováveis irregularidades na forma em que os empregaram. Em segundo lugar, é preciso conceber a existência de concepções sobre o trabalho na infância e adolescência vigentes em setores de sociedades como a paraguaia conflitantes com o ordenamento jurídico brasileiro e que podem ser trazidas com os migrantes. Exemplo disso é o que expressam grupos como a “*Coordinadora Nacional de Niños, Niñas y Adolescentes Trabajadores – Paraguay*” (CONNATS), parte do “*Movimiento Latinoamericano y del Caribe de Niñas, Niños y Adolescentes Trabajadores*” (MOLACNATS). Ambos, *grosso modo*, advogam não pela erradicação do trabalho infantil propriamente dita, mas pelo fim da exploração laboral de crianças e adolescentes, pois entendem que o trabalho cumpre com uma função social e econômica na vida desses indivíduos, de modo que o que se deveria almejar é que ele seja digno. Em 12 de junho de 2023, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, a CONNATS emitiu um comunicado que condensa suas principais considerações sobre o tema, conforme lido abaixo (CONNATS, 2023):

Hoy, en el día Mundial contra el Trabajo Infantil, los Niños, las Niñas y los Adolescentes Trabajadores que conformamos la CONNATs, decimos que el trabajo es bueno y nos hace dignos. Que los NNATs con el trabajo aprendemos, somos solidarios en nuestra familia y en un país con tanta pobreza también nos ayuda y colaboramos para la alimentación, el transporte y muchas veces también para acceder a medicamentos; y sobre todo, nos hace dignos, siempre que sea en buenas condiciones y acorde a nuestra edad y nuestra cultura. Como Coordinación Nacional de Niños Niñas y Adolescentes Trabajadores – CONNATs luchamos en nuestras comunidades, en nuestro país, para que nuestros derechos económicos sean reconocidos, porque nosotros y nosotras trabajamos de diferentes maneras; trabajamos en el campo y en la ciudad, en nuestras casas, en las calles, en los mercados, en la panadería, en las fruterías y en las chacras. En este día decimos que el trabajo es bueno, lo que está mal y hay que erradicar son todas las formas de explotación en la que se encuentran muchos niños y niñas e incluso adultos; y la pobreza que en muchos casos llevan a los NNA a realizar actividades que dañan sus derechos. Si erradicáramos las formas de explotación y pobreza, tendríamos Justicia Social para todas y todos. Por último, decimos: «NO SOMOS EL PROBLEMA, SOMOS PARTE DE LA SOLUCIÓN» «SI AL TRABAJO DIGNO Y NO A LA EXPLOTACIÓN»⁴⁵².

⁴⁵² Tradução livre para o português: “Hoje, no **dia Mundial contra o Trabalho Infantil**, nós, as Crianças e Adolescentes Trabalhadores [NNATs] que formam a CONNATs, dizemos que o trabalho é bom e nos faz dignos. Que nós, NNATs, aprendemos com o trabalho, somos solidários em nossa família e em um país com tanta pobreza também nos ajuda e colaboramos com a alimentação, o transporte e muitas vezes também para ter acesso a medicamentos; e principalmente, nos torna dignos, sempre que for em boas condições e de acordo com nossa idade e nossa cultura. Como Coordenação Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores – CONNATs, lutamos em nossas comunidades, em nosso país, para que nossos direitos econômicos sejam reconhecidos, porque nós trabalhamos de diferentes maneiras; trabalhamos no campo e na cidade, em nossas casas, nas ruas, nos mercados, na padaria, nas frutarias e nas chácaras. Neste dia, dizemos que o trabalho é bom, o que está mal e é preciso erradicar são todas as formas de exploração nas quais muitas crianças e inclusive adultos se encontram; e a pobreza que, em muitos casos, leva as crianças e adolescentes a realizar atividades que ferem seus direitos. Se erradicássemos as formas de exploração e pobreza, teríamos Justiça Social para todas e todos. Por último, dizemos:

A questão mereceria uma leitura crítica e profunda, mas, para os fins desta tese, limitamo-nos a tão-somente suscitá-la, o que basta para ilustrar a complexidade que a realidade do trabalho de pessoas com menos de dezoito anos completos pode ter quando se envolvem migrações internacionais.

5.2.4.7 Ambiguidades nas relações com coreanos

Nove dos doze entrevistados identificam coreanos como parte de sua trajetória profissional na confecção têxtil. Apenas três não fizeram qualquer menção a eles em seus relatos – o que inclui os dois que mais recentemente chegaram à RMSP. As experiências com pessoas da referida nacionalidade foram diversas, como já se pôde notar em episódios expostos ao longo deste capítulo. Nesta oportunidade, dirigir-se-á a atenção especificamente a controvérsias que ocasionalmente as permeiam.

Faz-se relevante esclarecer, antes de tudo, que somente em falas que remetem ao período anterior à metade dos anos 2000 é possível encontrar paraguaios que trabalharam diretamente para chefes coreanos em oficinas de costura. Depois disso, asiáticos de tal procedência aparecem apenas como encarregados de outras unidades da cadeia da confecção têxtil, geralmente na posição de quem encomenda as peças produzidas nos estabelecimentos geridos pelos entrevistados ou nos quais estavam ocupados como costureiros ou ajudantes. De qualquer forma, sua presença no setor continuaria sendo expressiva, como confirmaria um dos entrevistados com maior tempo de residência na RMSP: “[Los coreanos] hasta hoy día son [muy fuertes en el rubro de la confección de São Paulo], a pesar de que ya están tercerizando todo, ya están pasando todo a los paraguayos, los bolivianos. Ellos se encargan de la logística, de gestión etc.”⁴⁵³.

Essa mesma pessoa teve um extenso contato com coreanos ao longo de sua vida na costura, a começar pelo dono da primeira oficina em que atuou, nos anos 1980, na qual os trabalhadores ficavam confinados e submetidos a jornadas extremamente longas, com baixa remuneração e alimentação precária. Mais adiante, em outra oficina, voltou a responder a um chefe dessa nacionalidade, em uma relação que tanto envolvia abusos – como episódios de assédio moral e falta de pagamento, já relatados anteriormente – como gratidão, já que, com

‘NÃO SOMOS O PROBLEMA, SOMOS PARTE DA SOLUÇÃO’ ‘SIM AO TRABALHO DIGNO E NÃO À EXPLORAÇÃO’ (CONNATS, 2023).

⁴⁵³ Tradução livre para o português: “[Os coreanos] até hoje são [muito fortes no setor de confecção de São Paulo], apesar de já estarem terceirizando tudo, já estão passando tudo para os paraguaios, os bolivianos. Eles se encarregam da logística, da gestão etc.”.

ele, teria aprendido tudo o que de mais fundamental sabe e ainda usa a respeito do ofício da costura – considerando que esse chefe se encarregava das mais variadas atividades, como corte, desenho, confecção de peças-piloto e a própria costura. Por fim, quando abriu o seu próprio negócio, o entrevistado teve como compradores de suas roupas lojas de coreanos, elogiadas por estarem entre os clientes que lhe pagavam em dia. Desse modo, as lembranças do convívio com essas pessoas lhe provocariam sentimentos bastante contrastantes.

Assim o seria também para outro dos entrevistados com chegada à RMSP no fim do século XX. No período em que teve sua oficina, sua produção era toda encomendada por uma loja de dono coreano, que, se por um lado, lhe pagava pouco por peça, por outro, era visto como alguém importante para o andamento de seu empreendimento, conforme se percebe em suas palavras: *“Es que aquí algunas veces también vos agarrás a un patrón, y hay patrón que no vale la pena, y hay patrón que te ayuda mismo para crecer. Entonces, yo, gracia a Dios, entré con un patrón que quería ayudar, y me ayudó. Él estaba también un poco mal [de salud]. Y crecimos juntos, verdad”*⁴⁵⁴.

Semelhante dubiedade é manifestada pela entrevistada que trabalhou para coreanos em atividades não relacionadas à confecção – embora eles, sim, estivessem diretamente inseridos no setor –, a dizer, como cuidadora e empregada doméstica para um casal no Bom Retiro. Se é verdade que havia afeição pela família, com quem manteria contato até hoje, reconhece-se, também, o peso de se trabalhar em uma jornada exaustiva – pernoitando-se, por anos, na casa dos patrões – e por uma baixa remuneração. Posteriormente, quando montou sua oficina de costura com o marido, voltou a se topar com coreanos, dessa vez, como uma das lojas para as quais se dirigiam as roupas produzidas.

5.2.4.8 Ambiguidades nas relações com bolivianos

Talvez as questões mais sensíveis nas relações entre paraguaios e bolivianos no universo da costura na RMSP sejam as que giram em torno do trabalho em condição análoga à de escravo. Conforme visto anteriormente, é difundida entre os primeiros a percepção de que a submissão a jornadas de mais de catorze horas diárias, trabalho não remunerado, retenção de documentos, alimentação precária etc. incide mais notavelmente em oficinas geridas pelos últimos. Nesse sentido, há tanto quem argumente – Joana, por exemplo, o faz – que paraguaios

⁴⁵⁴ Tradução livre para o português: “É que aqui, algumas vezes também, você pega um patrão, e tem patrão que não vale a pena, e tem patrão que te ajuda mesmo para crescer. Então, eu, graças a Deus, entrei com um patrão que queria ajudar, e me ajudou. Ele estava também um pouco mal [de saúde]. E crescemos juntos, né”.

são mais suscetíveis à exploração laboral quando trabalham em oficinas bolivianas como aqueles que atribuem a esses estabelecimentos – caso de boa parte dos entrevistados que se pronunciaram sobre o tema – parcela considerável da responsabilidade pelos exíguos valores pagos no mercado por peça de roupa produzida e a consequente generalização da situação de precarização dos profissionais da costura.

Outro ponto que poderia ser levantado são os preconceitos e animosidades eventualmente trazidos por alguns migrantes com base no passado belicoso entre Paraguai e Bolívia, em referência, mais precisamente, à Guerra do Chaco. Alguns episódios ajudam a ilustrar a questão, entre eles, um contado por Humberto. Quando sua irmã, com dezoito anos, estava prestes a migrar a São Paulo, o pai lhe havia feito o seguinte pedido:

‘Vem cá, vou falar uma coisa para você. Filha, agora você vai conhecer o mundo, você vai ter suas próprias regras...’, toda aquela conversa de pai para filha. ‘Mas eu vou te falar uma coisa: qualquer homem... mas que não seja um boliviano!’ [risos]. Meu pai odeia todos os bolivianos, sem conhecer um.

Essa intolerância a bolivianos, todavia, já não seria tão frequente quanto outrora. Como o mesmo entrevistado elucida:

Existe [essa rivalidade entre paraguaios e bolivianos] na memória de gente da geração do meu pai. Ou talvez no interior ainda seja assim. No interior, até hoje, antes do primeiro emprego, as pessoas vão para o serviço militar, e é no serviço militar que eles têm isso implantado. Eu mesmo tinha essa mentalidade.

No seu caso, a reversão desse juízo depreciativo se iniciou já no primeiro dia em que esteve em São Paulo, quando um conterrâneo o levou a procurar oportunidades de trabalho na Feira da Kantuta, espaço majoritariamente frequentado por bolivianos no Pari. Posteriormente, na oficina pela qual entraria no mercado paulistano da confecção, teria como colegas trabalhadores dessa nacionalidade, que o acolheram e o ajudaram desde o começo. Ele próprio detalha a experiência:

Eu tinha essa mentalidade [de resistência ao contato com bolivianos]! Mas quando eu fui trabalhar com a coreana [no primeiro emprego]... ela nos recebeu, ficou toda feliz, me falou algumas palavras em guarani – ela tinha morado muito tempo aqui no Paraguai também –, e, tipo assim, me levou, me mostrou um quatinho pequenininho. Tinha uma cama. Era aquelas camas de dois pisos [beliche]. Embaixo tinha um colchão, em cima, não. E ela disse: ‘coloca aqui suas coisas. Aqui você vai dormir’. Aí eu me deitei e falei comigo mesmo: ‘cara, agora vou tomar um banho e vou ver se saio por aqui para ver alguma coisa para comer’. Quando eu estava deitado, veio a coreana e trouxe uma tesoura e disse: ‘toma, pega, você veio para trabalhar!’. Aí, tipo assim... nessa idade, você não tem essa mentalidade – a não ser que você já tivesse alguma base – de respeito a seus direitos, essas coisas. Eu não entendia nada disso. [...] Eu estava cansado, aí, uma das meninas, boliviana... Eu olhava para elas e pensava: ‘eles são todos índios! Como é que eles trabalham assim? Eles são índios. Por que é que contratam índios?’. Eu pensava assim. Era a minha mentalidade, né. Aí

uma delas me falou assim: *‘Humberto, deja que yo lo hago, no te preocupes. Siéntate. Yo veo que estás cansado’* [Humberto, deixa que eu faço, não se preocupe. Sente-se. Vejo que você está cansado]. Aí fui pegar um copo de água e ia ajudando eles... até dar meia-noite. Quando deu meia-noite, levantou um boliviano e me disse: *‘Hola, yo me llamo Carlos [nome fictício]. Todos aquí somos como una familia. Trabajamos juntos, nos cuidamos, entonces bienvenido. Acá estás en un buen lugar’* [Olá, me chamo Carlos. Aqui somos como uma família. Trabalhamos juntos, cuidamos uns dos outros, então, bem-vindo. Aqui você está em um bom lugar]. Aí eu aceitei e lhes disse: *‘Gracias, gracias’* [Obrigado, obrigado]. E ele me disse: *‘y te voy a dar un consejo: antes de bajarte, limpia todo primero, porque si te bajás te va a volver a decir [la dueña del taller] para que subas y limpies todo’* [E vou te dar um conselho: antes de ir lá para baixo, limpe tudo primeiro, porque se você descer, ela – a dona da oficina – vai te falar de novo para subir e limpar tudo].

Muitos outros entrevistados trabalharam ao lado de bolivianos em oficinas de costura, com relações predominantemente colaborativas. Entre eles está González, que conta já ter ajudado colegas seus da referida nacionalidade na busca por novas ocupações no setor e em outras demandas comuns à realidade migrante em São Paulo. Outros já tiveram bolivianos como chefes em oficinas, como é o caso de Luana, que diz ter sido mais bem tratada nessa ocasião do que em algumas com paraguaios no comando. A esposa de um dos entrevistados, por sua vez, não só teve sua primeira oportunidade de trabalho como costureira com uma senhora da Bolívia como contou com a ajuda dela quando iniciou as atividades de sua oficina, com a indicação de uma fábrica que encomendaria as peças que confeccionaria. Luan também reconhece os contumazes gestos de solidariedade que recebeu de pessoas naturais daquele país andino sobretudo para as mudanças de emprego, mas lembra de alguns atritos que testemunhou na primeira oficina em que trabalhou, como o incômodo que bolivianos demonstravam em relação a paraguaios que se comunicavam e brincavam entre si em guarani, julgando se tratar de zombarias contra eles.

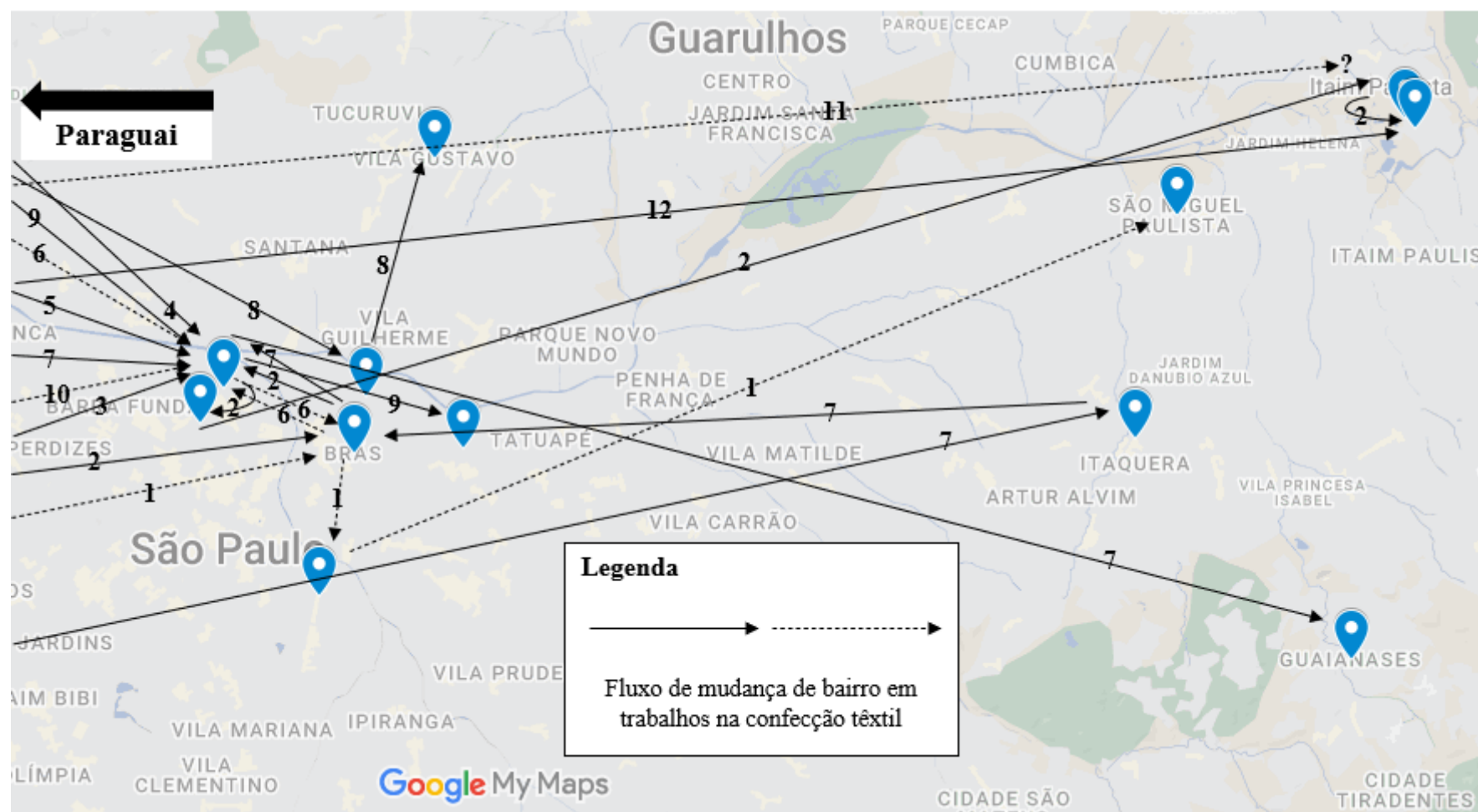
5.2.4.9 Centro x Periferia

Recorda-se que x integrante daquele coletivo paraguaio com quem tivemos contato identificava o Bom Retiro, no Centro de São Paulo, ainda como o bairro com maior concentração de paraguaios, mas que, nos últimos tempos, haveria uma crescente mobilidade à periferia, em especial, à Zona Leste da capital paulista e a Guarulhos, influenciada por fatores como os diferenciais de preço da terra urbana. Zacaria, com base no caso da mudança da segunda oficina em que trabalhava ainda nos anos 1980 dos Campos Elíseos para São Miguel Paulista, acrescenta como motivos a disponibilidade de casas maiores para a expansão no número de costureiros e ajudantes e o alijamento de um controle mais incisivo por parte de agentes de segurança pública em relação a questões como o ruído das máquinas em horários

impróprios ou, nas palavras dele, “para você ter mais liberdade de trabalhar altas horas da noite. Às vezes, no Centro da cidade, você não consegue trabalhar até dez horas, onze horas”.

No Mapa 13 e no Quadro 6 abaixo está representada a movimentação dos entrevistados de nossa pesquisa de acordo com o endereço das oficinas e demais unidades produtivas do setor de confecção têxtil em que trabalharam, a fim de verificar como esse processo de periferação em curso se refletiria em suas trajetórias. Deve-se frisar que não estão incluídos eventuais regressos ao Paraguai, mesmo aqueles que foram seguidos por uma reemigração a São Paulo e região. Ademais, nem todos os estabelecimentos têm localização coincidente com aquela de moradia do migrante, já que estão contemplados alguns poucos casos de “cama fora” nos quais os bairros de trabalho e residência discrepam. A numeração das trajetórias não necessariamente obedece a mesma utilizada nos Quadros 3, 4 e 5.

MAPA 13 – Deslocamentos dos entrevistados pela Região Metropolitana de São Paulo de acordo com a localização das unidades produtivas da confecção têxtil em que já trabalharam



Fonte: Google (2023), com marcações nossas.

QUADRO 6 – Deslocamentos dos entrevistados pela Região Metropolitana de São Paulo de acordo com a localização das unidades produtivas da confecção têxtil em que já trabalharam

TRAJETÓRIA	ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO				
	Brás	Cambuci	São Miguel Paulista	-	-
1	Brás	Cambuci	São Miguel Paulista	-	-
2	Brás	Bom Retiro	Campos Elíseos	Vila Any (Guarulhos)	Jardim Jacy (Guarulhos)
3	Bom Retiro	-	-	-	-
4	Bom Retiro	-	-	-	-
5	Bom Retiro	-	-	-	-
6	Bom Retiro	Brás	Bom Retiro	-	-
7	Itaquera	Brás	Bom Retiro	Guaianases	-
8	Pari	Vila Gustavo	-	-	-
9	Bom Retiro	Belenzinho	-	-	-
10	Bom Retiro	-	-	-	-
11	Guarulhos (s/info. bairro)	-	-	-	-
12	Jardim Jacy (Guarulhos)	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Uma das observações que se pode fazer a respeito das trajetórias dos entrevistados é que já houve quem saiu do Centro e foi a localidades mais periféricas, mas nunca vice-versa. A única exceção, a princípio, seria a migrante que começou trabalhando em Itaquera e, subsequentemente, foi ao Bom Retiro e ao Brás. Porém, nota-se que, ao final, ela retorna à Zona Leste, no bairro de Guaianases.

Outra constatação é a de que duas pessoas migraram direto a Guarulhos, sem qualquer passagem pela região central da capital paulista. Já com outras seis, ocorreu o contrário. Isso remete a uma conversa informal que tivemos com o parente de um dos entrevistados com passagem por Guarulhos. Na ocasião, contou-nos que já tentou trazer paraguaios do Bom Retiro para trabalhar em sua oficina, mas que nunca conseguiu fazê-lo, pois a cidade na qual estava estabelecido era considerada muito distante e não dispunha da gama de opções de lazer que o Centro de São Paulo tinha, como bares, restaurantes e festas.

Por fim, salta do Mapa 13 e do Quadro 6 a importância do Bom Retiro como espaço de circulação para os migrantes paraguaios com inserção na confecção têxtil. Metade dos

entrevistados tiveram sua primeira ocupação nesse bairro, enquanto outros dois transitaram por ele em algum momento de suas vidas profissionais na RMSP.

5.2.4.10 Destino da produção das oficinas de costura

Não se identificou o destino da produção de todas as quase trinta oficinas de costura que constam no histórico profissional que os entrevistados compartilharam, da mesma forma que o número supracitado tampouco equivale ao total de experiências tidas por eles no setor. De qualquer modo, com base no que se apurou, pode-se dizer que as roupas confeccionadas nesses estabelecimentos se direcionavam precipuamente a lojas no Bom Retiro e no Brás. No que corresponde aos anos 1980 e 1990, o padrão que se observou foi o de unidades produtivas de donos coreanos que supriam o estoque de lojas desses mesmos proprietários ou contrerrôneos seus situadas naqueles dois bairros, o que se manteve sobressalente na passagem para o século XXI, com a diferença de haver uma gradual transferência do mando das oficinas de costura em específico a paraguaios, bolivianos e latino-americanos de outras nacionalidades. A Rua José Paulino, em particular – um dos endereços mais populares para o comércio de roupas em São Paulo, nos limites do Bom Retiro –, foi recorrentemente mencionada, assim como a “Feirinha da Madrugada” – com localização no Brás e voltada sobretudo ao fornecimento de mercadorias, no varejo ou no atacado, a lojistas estabelecidos em outras cidades do estado ou do país.

Tal predomínio, contudo, não ofusca a profusão de outros destinos captados. Além de pontos comerciais dentro da própria região do Bom Retiro e do Brás, mas de donos de outras nacionalidades, como chineses e brasileiros, relataram-se produções direcionadas a outras cidades paulistas e estados mais distantes, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, assim como ao exterior. Esse é o caso de uma das oficinas em que Augusto trabalhou entre os anos 1990 e 2000. Ali, confeccionavam-se roupas consideradas finas, como *blazers* e calças sociais, sendo parte destinada à exportação – apesar de não se saber exatamente a que país. O dono era coreano e, segundo o entrevistado, “*se iba a Francia, a Inglaterra... Viajaba mucho. Solamente con fotos... Traía unas fotos de eso y comenzaba a diseñar*”⁴⁵⁵, revelando-se a influência dos grandes centros mundiais da moda no trabalho daquela unidade, formada por cerca de 45 funcionários, todos paraguaios – muitos oriundos da zona rural.

Outro exemplo é a empresa de estamparia na qual González trabalhava. Encomendavam-se peças a mais de uma dezena de oficinas de costura em regime de

⁴⁵⁵ Tradução livre para o português: “Ele ia para a França, para a Inglaterra... Viajava muito. Somente com fotos... Trazia umas fotos disso e começava a desenhar”.

exclusividade, algumas com força de trabalho paraguaia, sob a lógica de produção da *fast fashion*, com o lançamento altamente frequente de novos modelos de roupas, conforme relatado:

Si no me equivoco, tiene 10 a 15 oficinas, porque es una empresa grande. Porque todos los días van saliendo modelos diferentes. Todos los días. Como es una empresa grande, ellos tienen aquellas oficinas solamente para ellos. Ellas no trabajan para otra empresa. Porque donde yo estoy son modelos tras modelos. Van saliendo tanto para verano como para invierno, y ellas tienen que abastecer. Y ahí donde yo estoy el dueño tiene cuatro lojas, cuatro lojas que ellas tienen que abastecer, las oficinas tienen que abastecer. Entonces son todos los días modelos nuevos, todos los días modelos nuevos⁴⁵⁶.

Além das lojas no Bom Retiro, parte da produção era destinada a clientes de fora do país, que colocavam nas peças sua própria marca quando as recebiam. González, porém, não soube dar detalhes sobre a operação, alegando que esse tipo de informação é mantido longe do conhecimento dos funcionários. O que foi capaz de acrescentar é que o dono da empresa – um coreano – costumava fazer viagens ao exterior para trazer novas tendências de moda à sua produção, reforçando-se a ilustração do quão integrada a cadeia produtiva na qual estão inseridas oficinas da RMSP com presença paraguaia, ao menos em alguns casos, pode estar tanto com o mercado consumidor internacional de forma geral como, também, com grupos especificamente do “circuito superior” baseados no Norte global, por meio da incorporação de referenciais de criação e estilo difundidos por eles.

A comercialização no exterior de roupas costuradas por paraguaios na RMSP pode ser o caso também da oficina de Emiliano, que, embora não o assegure plenamente, entende, com base no que se comentaria entre os demais fornecedores, que a fábrica para a qual produz, de donos chineses e situada no Brás, destina parte das peças encomendadas para fora. O que o entrevistado consegue expor sem hesitação é que há roupas feitas no Bom Retiro e no Brás que acabam sendo levadas a Ciudad del Este por “sacoleiros” e vendidas pelo território do Paraguai. Desse modo, é possível conceber uma cadeia em que paraguaios estejam envolvidos na confecção de peças que terminarão vestindo pessoas em seu próprio país de origem.

⁴⁵⁶ Tradução livre para o português: “Se não me engano, tem de 10 a 15 oficinas, porque é uma empresa grande. Porque todos os dias saem modelos diferentes. Todos os dias. Como é uma empresa grande, eles têm aquelas oficinas somente para eles. Elas não trabalham para outra empresa. Porque onde eu estou, são modelos atrás de modelos. Saem tanto para verão como para inverno, e elas têm que abastecer. E aí onde eu estou, o dono tem quatro lojas, quatro lojas que elas têm que abastecer, as oficinas têm que abastecer. Então, são modelos novos todos os dias, modelos novos todos os dias”.

5.2.4.11 Serviços que se desenvolvem no entorno da atividade da costura ou para além dela

González, um dos entrevistados, explicitou que a confecção têxtil é, até hoje, a grande porta de entrada dos paraguaios ao mercado de trabalho da RMSP. É nela que conterrâneos seus mais facilmente encontrariam a primeira oportunidade de emprego na região, destacando-se, nesse sentido, as oficinas de costura, onde são exercidos ofícios para os quais não se requer experiência prévia ou conhecimento do português e que podem ser rapidamente aprendidos. X integrante do coletivo ao qual sempre nos referimos dimensiona a concentração de paraguaios nesse setor da seguinte forma:

90% das vagas que existem aqui [na RMSP para paraguaios] é para costura ou referente à costura. Seria 95%. [...] Não senta na máquina, mas, pelo menos, está vendendo roupa ou alguma coisa aí de confecção [atividades correlatas]. Põe, aí, 5% do pessoal que vem para a construção civil, que já estão entrando também; no interior, tem muita pessoa que eu mando para lá. Churrascaria, gastronomia também.

Ao redor da costura, logo, desenvolver-se-ia um conjunto de outras atividades e que também acabariam absorvendo força de trabalho paraguaia. Uma delas são os serviços em lojas de roupas, que podem abranger desde vendedores – como é o caso de um dos irmãos de González, que trabalharia para um paraguaio que fechara sua oficina para se dedicar a esse novo ramo, em busca de maior rentabilidade – até assistentes de estilo e modelistas – conforme consta no currículo de Josefina, por exemplo. Outra atividade é a venda de comidas típicas do Paraguai a trabalhadores de oficinas, ocupação que um dos entrevistados concilia com os afazeres da costura em seu próprio estabelecimento. A alta rotatividade de paraguaios no setor de confecção movimentaria, ainda, o negócio de empresas de viação que oferecem traslados de Ciudad del Este a São Paulo, como aquela em que Zacaria trabalhava no momento de nossa entrevista. A demanda pela realização de serviços domésticos na casa de patrões dedicados à produção e venda de peças de vestuário também merece menção, que foi a situação de uma das entrevistadas por anos junto a uma família de coreanos. Por último, mas sem esgotar a lista, há o comércio ambulante, que, como se viu na subseção anterior, pode incluir entre o que é vendido roupas feitas em oficinas com força de trabalho migrante – para além de muitos outros produtos possivelmente até mais rentáveis, como cosméticos e eletrônicos. Alguns paraguaios, inclusive, transitariam de oficinas de costura para esse tipo de trabalho, como se verifica em relato de Humberto, que recebeu, ele mesmo, uma proposta para fazer esse movimento:

Um ano depois [de chegar ao Brasil], aproximadamente, eu me lembro que encontrei uma moça. Ela ia à balada. Era uma paraguaia. [...] E ela gostava de vir, de conversar, e falava: ‘quer tomar cerveja comigo? Quer dançar comigo?’, e aquela coisa toda. Agora ela é minha amiga. Naquele tempo, ela me disse assim... Ela tinha um grupo de amigas, e eu me lembro que ela me disse assim: ‘no que é que você trabalha?’, e eu falei: ‘eu trabalho em costura’. ‘Você trabalha em costura? Ah, não, eu não trabalharia... Uma vez já trabalhei. Não consigo ficar tanto tempo num lugar só’. E eu perguntei: ‘o que é que você faz?’. ‘Ah, eu trago mercadoria do Paraguai para cá. E também levo’. ‘E ganha bem com isso?’. ‘Sim, eu ganho mil e quinhentos reais por viagem’. Mil e quinhentos reais por cada viagem! ‘E faço duas viagens por semana’. Uns tempos depois, algumas amigas dela acabaram presas, e aí eu percebi... Na verdade, ela me ofereceu se eu queria, só que, como eu sou muito medroso... Eu tinha medo mesmo, medo de fazer cagada. Prefiro trabalhar assim [com costura] do que fazer uma cagada de trazer droga e acabar preso. Muita gente acabou presa, gente que queria se aventurar com isso.

Sobre o que não necessariamente está relacionado com a dinâmica do setor de confecção, além da construção civil, constam na fala dx integrante daquele coletivo atividades ligadas à gastronomia. Elx mesmxx cita o contato que teve com um dono de churrascaria no interior de São Paulo para empregar dois casais de paraguaios, o que talvez possa ser interpretado como um esforço de se expandir o alcance das redes migratórias paraguaias para novos campos de inserção laboral – ainda que com a persistência da informalidade como padrão:

Tem um brasileiro aí que está montando uma rede de churrascaria na região de Atibaia, Leme, Itatiba [...]. E ele está dando espaço [a paraguaios], porque não está tendo funcionário brasileiro para levar para lá. Então, ele pede para mim: ‘traz para mim lá do Paraguai’ [...]. Esse dia, eu mandei dois casais para lá. Quatro pessoas. Estão trabalhando lá com a promessa que logo ele tem que fazer toda a documentação para eles [...]. Eles [esses dois casais] me conhecem através da página [no Facebook] dos paraguaios em São Paulo.

Michael, outro dos entrevistados, chegou a ser ajudante de cozinha em um restaurante no bairro de Santa Cecília, Centro de São Paulo, logo após trabalhar como cozinheiro em uma oficina de costura. Pouco tempo depois, retornou ao Paraguai, onde reside até hoje.

5.2.3.12 O acesso a documentos e implicações da situação de indocumentação

Saindo do âmbito estritamente laboral, uma das questões que costuma gerar preocupações na vida de um migrante fora de seu país é a documentação. Nesta subseção, reuniram-se algumas considerações de entrevistados em relação a isso, com especial atenção a percepções sobre possíveis implicações de se estar em situação de indocumentação.

Nas experiências que remetem à década de 1980, viu-se que a falta de documentos por parte do trabalhador tendia a deixá-lo particularmente vulnerável ao medo insuflado pelos patrões em oficinas de costura, que, no intuito de mantê-los ao máximo sob seu controle, advertiam que a polícia poderia prendê-los e deportá-los caso saíssem à rua. Zacaria compartilha um pouco das angústias que teve nessa época:

Foi muito duro para mim [o começo de vida em São Paulo], porque, no início da década de 1980 aqui em São Paulo, era muito difícil você achar paraguaio. Não tinha ainda. Era muito difícil. E nós éramos ‘escravo branco’ da época, dos coreanos. Então, na época, a Polícia Federal ficava muito em cima dos imigrantes que vinham e que estavam indocumentado aqui. Porque não somos ilegais, somos indocumentados. Então, eu sempre explicava para os policiais aí na época que nós precisamos de uma lei para nós sermos registrados aqui como pessoa e trabalhar como cidadão de bem, porque nós somos trabalhadores.

O entrevistado obteria seus documentos com uma “anistia” sancionada pouco tempo depois de sua chegada ao Brasil. Tão importante foi para ele o feito que decidira batizar seu primeiro filho com o nome de um dos deputados envolvidos com a iniciativa: “Ele mandou um Projeto de Lei para a Câmara de Deputados pedindo anistia dos estrangeiros. [...] Eu fiz essa promessa: um dia, se eu tiver um filho brasileiro nessa terra aqui que me recebeu, eu homenagearei esse deputado que está dando esse prêmio para nós”.

Receios referentes a possíveis represálias a migrantes indocumentados não se limitaram aos anos 1980. Humberto, que se estabeleceu em São Paulo em meados da década de 2000, é testemunha disso. Em suas palavras: “Então, nessa época, de 2004 até 2007 ou 2008, era assim. A gente tinha muito medo [de ser pego em situação de indocumentação e deportado]. Tanto é que nos primeiros dias que eu fui [a São Paulo], eu via a polícia e tinha medo”. Ainda que não conhecesse ninguém que tivesse sido efetivamente detido e enviado de volta ao Paraguai, conta que histórias como essas circulavam inclusive na televisão:

Olha, não [conheci ninguém que tenha sido pego e deportado], mas eu tinha visto na TV na época, de uma oficina de costura, um prédio praticamente, na [Rua] José Paulino, que era conhecido na época como ‘prédio dos paraguaios’. Não sei se continua sendo o mesmo [...]. Isso foi notícia. A gente via as pessoas subindo nos ônibus que a Polícia Federal levava migrantes até a fronteira.

Em certo momento, entretanto, o próprio entrevistado teria recebido uma notificação da Polícia Federal. Sobre esse episódio, fornece o seguinte depoimento:

Eu tentei muitas vezes me documentar. Uma vez eu quase me casei para ter documentação – hoje em dia eu falo: ‘graças a Deus que o cartório não aceitou aquela documentação’ [risos]. Eu fui à Polícia Federal. Eu era muito tímido, muito medroso. Eu fui à Polícia Federal, lá na Lapa. Fui lá, fiquei na fila... Isso antes da Polícia Federal terceirizar o serviço, porque hoje é terceirizado. Anteriormente, eram eles mesmos, o

pessoal de carreira, que te atendia lá. E é um saco. Eu me lembro que eu levei minha entrada no país, né, e eu disse que gostaria de me documentar aqui. E o cara me disse: ‘deixa eu ver. Ah tá, me aguarda um pouquinho aqui’. Ele foi e voltou. ‘Agora assina aqui. Tem que assinar aqui’. E eu falei [...] ‘deixa eu ler’. ‘Não, não, assina aqui, que o seu visto já venceu, e tem que assinar aqui’. Aí assinei, né, e ele me falou: ‘agora você tem cinco dias para deixar o país’. Tem cinco dias para deixar o país! Isso foi muito frustrante. Eu me lembro que chorei quando saí de lá. [...] Muita gente me disse: ‘ah, isso não serve! [a notificação de deportação]’. Porque a Polícia Federal não tinha, na época, todo o sistema integrado, digamos. [...] Minha namorada me dizia: ‘então, tem que ir lá ao Paraguai. Vai até a fronteira e volta. Ou vai até a sua casa, fica uns dias, e volta’. E eu me lembro que um senhor me disse assim: ‘ah, tem chances de que ano que vem tenha anistia’. O que é que eu fiz, então: eu vim aqui [ao Paraguai], até Luque. Fiquei três dias ou uma semana, voltei para São Paulo e fiz de novo a minha entrada ao país, porque o senhor amigo nosso me disse assim: ‘aqui no Brasil, tem anistia a cada dez anos. Então você não vai perder a próxima, que é no ano que vem. Faz o seu registro [de entrada] e guarda, que vão pedir para você’.

Humberto acabou tendo acesso a sua autorização de residência pela “Lei de Anistia” de 2009, como previam. Em tom jocoso, mas sem esconder a crítica, lembra que, na Espanha, a irmã tirou seus documentos em três anos, enquanto ele, no Brasil, em seis.

Dez anos antes, Augusto também se beneficiava de uma “anistia” para se documentar no país. Havia no imaginário de muitos migrantes a ideia de que a medida necessariamente se repetia com essa periodicidade decenal, como André declararia: “*Una vez en cada diez años había la amnistía para hacer documento. Ahora, por ejemplo, vos entrás por medio del Mercosur y ya te hacés documento rapidito. En aquella época se esperaba diez años para la amnistía*”⁴⁵⁷. Sua fala alude à entrada em vigor do “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul”, em 2009, que ampliou as possibilidades de obtenção de autorização de residência no Brasil por parte de cidadãos provenientes dos países vizinhos membros do bloco. Nos dados do SISMIGRA expostos no Capítulo 3, constata-se que, de fato, a maioria dos paraguaios se documentam respaldados por tal instrumento.

A importância da superação da situação de indocumentação é justificada por alguns entrevistados pela melhora nas condições de trabalho que ela proporcionaria. Assim sustenta Humberto:

Sexta-feira, por exemplo: a gente tomava o café da tarde, e era o horário que as pessoas saíam, então a gente poderia sair ali na varanda [da oficina em que trabalhavam, que ficava em um prédio] e ver as pessoas indo embora ou no barzinho da esquina tomando cerveja, com música ao vivo, até dançando... Eu ficava olhando aquilo e pensando: ‘cara, quando que eu vou ser assim? Eu quero ser igual a eles. Quero sair do trabalho, ir ao barzinho e tomar uma cerveja e curtir, e não ficar trabalhando’. E o peruano que trabalhava comigo – que era costureiro também – me disse: ‘cara, a gente

⁴⁵⁷ Tradução livre para o português: “Uma vez a cada dez anos tinha a anistia para fazer documento. Agora, por exemplo, você entra por meio do Mercosul e já faz o documento rapidinho. Naquela época, se esperava dez anos para a anistia”.

não tem documento. E se você não tem documento, as empresas brasileiras não vão te contratar'. E eu tentei várias vezes me documentar. [...] E eu meti isso na cabeça: agora eu vou procurar uma oficina que me aceite sem documento e trabalhando com horário fixo.

Esse ponto de vista é similar ao de González, que também teve acesso a seus documentos pela “anistia” de 2009. O processo, porém, teve alguns entraves, como a necessidade de atestar o dia e a hora de entrada no Brasil – o que já não conseguia, pois se descuidara do papel em que constava esse registro, considerando que seus planos não eram ficar tanto tempo no país, a princípio – e apresentar um comprovante de residência – outro problema, já que não tinha nenhuma conta em seu nome. Seu relato segue dessa forma:

Hasta entonces, yo no tenía el pensamiento de quedarme todo ese tiempo que estoy [...]. Porque para mí era una aventura de un año tal vez o más, quien sabe. Ahí fui conociendo gente, amigos, fui haciendo amistades acá, y eso por un lado me motivó también. Las cosas fueron dando bien para mí acá. Ahí me di cuenta también que sin documento vos no conseguís hacer nada: no tenés un buen trabajo, no tenés un buen salario, no tenés un beneficio, no tenés absolutamente nada. [...] Hay lugares [para alquilar] que no te aceptan sin documentación, porque lo que te piden no es ni dinero, es tus documentos, si está legalmente acá, quien sos, porque cuando sos extranjero siempre es un poquito más complicado. Entonces me llevó más o menos dos años y medio... Creo que después de dos años y medio empecé a hacer los trámites [...]. Fui conociendo más de cómo era en el ámbito laboral y yo vi que yo podría entrar en lugares mejores, pero no podía hacer eso sin el documento. Se te facilitan las puertas para entrar. Es lo mismo cuando hacés una entrevista de trabajo y no tenés experiencia en nada. No te aceptan. Entonces, cuando vas a buscar trabajo, te preguntan: '¿tenés documento?'. No te agarran si no tenés documento [...]. Entonces me di cuenta de que, sin eso, no iba a conseguir nada y que todo el tiempo que estaba trabajando sin registro, sin documentación, era un tiempo perdido, porque, como decían, no vas a tener final de año... no tenés tus beneficios, por decir así⁴⁵⁸.

Os dois entrevistados com migração mais recente à RMSP, até a nossa conversa, não tinham sua Carteira de Registro Nacional Migratório. Marisa – que já não morava mais no Brasil – contou que isso lhe retirou autonomia na hora de efetuar remessas financeiras à sua mãe no Paraguai, pois, para tanto, dependia da patroa, pela necessidade de apresentar

⁴⁵⁸ Tradução livre para o português: “Até então, eu não tinha o pensamento de ficar todo esse tempo que estou [...]. Porque, para mim, era uma aventura de um ano talvez, ou mais, quem sabe. Aí fui conhecendo gente, amigos, fui fazendo amizades aqui, e isso, por um lado, me motivou também. As coisas foram dando certo para mim aqui. Aí me dei conta também que, sem documento, você não consegue fazer nada: você não tem um bom trabalho, você não tem um bom salário, você não tem um benefício, você não tem absolutamente nada. [...] Tem lugares [para alugar] que não te aceitam sem documentação, porque o que te pedem não é dinheiro, são seus documentos, se você está legalmente aqui, quem é você, porque quando você é estrangeiro, sempre é um pouquinho mais complicado. Então levei mais ou menos dois anos e meio... Acredito que depois de dois anos e meio comecei a fazer os trâmites [...]. Fui conhecendo mais de como era o âmbito laboral e eu vi que eu poderia entrar em lugares melhores, mas não podia fazer isso sem o documento. Facilita as portas para entrar. É o mesmo quando você faz uma entrevista de trabalho e não tem experiência em nada. Não te aceitam. Então, quando você vai buscar trabalho, te perguntam: ‘você tem documento?’. Não te pegam se você não tem documento [...]. Então me dei conta de que, sem isso, não ia conseguir nada e que todo o tempo que estava trabalhando sem registro, sem documentação, era um tempo perdido, porque, como diziam, você não vai ter fim de ano... não vai ter seus benefícios, por assim dizer”.

documentos nas agências que realizavam tal operação. Emiliano também aponta empecilhos junto a instituições bancárias como um dos problemas enfrentados por migrantes indocumentados.

Para Augusto, muitos paraguaios estariam nessa situação por não verem sua estadia no Brasil como algo duradouro – alinhado ao que González manifestou ser seu pensamento no início. Em suas palavras: *“El pensamiento del paraguay es así: ‘¿por qué no te hacés el documento?’ ‘No, porque en cuatro meses ya me voy a ir otra vez’. Con los bolivianos, no. Ellos se van para quedarse. Ellos se van para establecerse”*⁴⁵⁹. Além da questão dos planos de longo-prazo, é preciso ter em conta a incidência de outros fatores, como o desconhecimento sobre os trâmites para se requerer a CRNM e a falta de tempo para fazê-lo, considerando a longa jornada de trabalho nas oficinas de costura. É o que se pôde perceber no caso de Emiliano, que, além de tudo, está em um bairro periférico de Guarulhos, distante, portanto, das representações consulares de seu país e de organizações da sociedade civil dedicadas à questão migratória com capacidade para auxiliá-lo.

De volta a Augusto, quando perguntado se ter uma autorização de residência traria vantagens especificamente à vida laboral do paraguaio na RMSP, respondeu que “não tanto”, talvez apenas em relação a se ter menos horas diárias de trabalho. Em contrapartida, faz uma ressalva:

*Pero así también, si vos trabajás en una firma, sale a las cinco de la tarde, trabaja registrado, sabés que no vas a tener un lugar donde dormir, tenés que alquilar un cuartito, tenés que comprarte una heladera, una cocina... y si vivís donde te dan comida, te dan donde dormir, esas cosas, no... es un gasto menos*⁴⁶⁰.

Luan também não viu grandes benefícios quando recebeu sua CRNM. Para ser mais preciso, disse que isso não mudou nada em seu dia a dia, seja em relação ao trabalho, seja em qualquer outro âmbito de sua vida em São Paulo.

De qualquer forma, entre os entrevistados, somente dois não haviam obtido sua autorização de residência no Brasil, justamente, os que mais recentemente migraram para cá. Só um deles seguia no país no momento de nosso contato. Este, talvez após uma permanência mais longa, venha a tirar seus papéis. Apenas para se ter uma ideia do tempo que um paraguaio

⁴⁵⁹ Tradução livre para o português: “O pensamento do paraguaio é assim: ‘por que você não tira seus documentos?’. ‘Não, porque em quatro meses eu já volto de novo’. Com os bolivianos, não. Eles vão para ficar. Eles vão para se estabelecer”.

⁴⁶⁰ Tradução livre para o português: “Mas, também é assim, se você trabalha em uma firma, sai às cinco da tarde, trabalha registrado, sabe que não vai ter um lugar onde dormir, tem que alugar um quartinho, tem que comprar uma geladeira, um fogão... e se você mora onde te dão comida, te dão onde dormir, essas coisas, não... é um gasto a menos”.

pode levar até fazê-lo, na Tabela 37, constam os anos em que os migrantes dessa nacionalidade que receberam sua CRNM na RMSP em 2022 cruzaram a fronteira para entrar no Brasil, organizados por períodos. Ainda que a maioria (62,5%) tenha aguardado apenas um ou dois anos para ter acesso a seus documentos, resta um contingente expressivo com tempos de espera superiores:

TABELA 37 – Ano de entrada em território brasileiro de pessoas naturais do Paraguai que obtiveram autorização de residência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2022

ANO DE ENTRADA (POR PERÍODO)	VOLUME	%
1990-2000	5	0,7
2001-2010	9	1,2
2011-2015	45	6,0
2016-2020	221	29,6
2021-2022	466	62,5
Total	746	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). OBMIGRA (2023b).

Nota: Há pessoas para as quais a informação de local de obtenção do documento não consta, tendo estas sido desconsideradas.

5.2.3.13 Remessas financeiras internacionais

Outro fator comum de preocupação dos migrantes são as remessas financeiras internacionais, que, aliás, podem ser vistas como mais um desdobramento da articulação das redes migratórias. X integrante daquele coletivo paraguaio conta que, com frequência, é requisitado a auxiliar conterrâneos seus em situação de indocumentação para enviar ou receber dinheiro, como se verifica abaixo:

Já servi como ponte para muitas pessoas indocumentadas para mandar remessa via Western Union. [...] Existe uma quantia que você tem que mandar pelo seu CPF [Cadastro de Pessoa Física] daqui para o exterior. Então, tem uma enorme lista que eu mandava no Western Union. Alguns eram parentes, outros eram amigos. [...] Aí, nessa parte, a coletividade se ajudava. *Incluso*, eu pedia para algum brasileiro colega meu, que já tinha conhecido, amigo que ajudava também os imigrantes... a gente utilizava o documento dele para nós mandarmos remessa internacional. [...] 70% dos que estão aqui mandam muito dinheiro. Cada mês, trimestral, semestral, anual... Já fiz também favor para a coletividade aqui de abrir uma conta onde eles depositam o dinheiro para guardar [...]. *Incluso*, já tenho três contas bancárias: uma conta é minha, pessoal; e duas contas são para os meus amigos, os imigrantes indocumentados. Aí eles depositam... Eu tiro... Está no meu nome a conta, o cartão, tudo! Então, eles ficam com aquele cartão, utilizam no mercado como se fosse deles, no débito automático, e eles movimentam a conta deles. Quando ele deposita, ele guarda o comprovante. [...] Às vezes, eu faço transferência internacional para ele retirar lá [no Paraguai]. O Itaú já tem esse serviço lá no Paraguai. Já fiz isso para alguns imigrantes.

Evidencia-se, no trecho, a regularidade com a qual os paraguaios tendem a fazer esse tipo de transação. X entrevistadx acrescentaria que também há casos em que sua ajuda se direciona ao recebimento de dinheiro do exterior, mas ressalta que o contrário é muito mais comum. É o que se observou entre os entrevistados, inclusive. Em primeiro lugar, apenas um deles nunca realizou transferências internacionais de recursos. Em segundo lugar, de todos os que, em algum momento, já o fizeram, os envios foram, de fato, muito mais recorrentemente relatados do que os recebimentos, como se confere no Quadro 7:

QUADRO 7 – Informações sobre remessas financeiras internacionais entre os paraguaios entrevistados para a tese

Entrevistado	ENVIAR REMESSAS			RECEBER REMESSAS		
	Já enviou remessas?	Com que frequência?	Para quem?	Já recebeu remessas?	Com que frequência?	De quem?
Zacaria	Sim	Baixa (e não envia mais)	Irmãos no PY	Não	-	-
Augusto	Sim	Não especificado	Mãe no PY	Não	-	-
André	Sim	Baixa (e não envia mais)	Mãe no PY	Não	-	-
Humberto	Não	-	-	Sim	De vez em quando	Mãe no PY
González	Sim	Quase sempre	Pais no PY	Não	-	-
Josefina	Sim	Com frequência	Pagto. casa no PY	Sim	Pontualmente	Marido no PY
Luana	Sim	Antes, alta; agora, média	Antes, filha; agora, sogro	Não	-	-
Luan	Sim	Não especificado	Pais no PY	Não	-	-
Michael	Sim	Não especificado	Mãe e irmã no PY	Não	-	-
Joana	Sim	Não especificado	Pai no PY	Não	-	-
Marisa	Sim	Todo mês	Mãe e filha no PY	Não	-	-
Emiliano	Não	-	-	Não	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Dez pessoas afirmam ter enviado dinheiro para fora enquanto estavam na RMSP, contrastando com apenas duas que já haviam tido alguma experiência com recebimentos. Josefina foi a única que relatou ter realizado ambas as operações, ao passo que Emiliano foi quem nunca fez nenhuma das duas.

A companhia que foi explicitamente nomeada em alguns relatos para a tramitação das remessas foi a Western Union. González, por exemplo, a utilizava para fazer chegar aos pais o dinheiro que periodicamente lhes reservava. Queixou-se, porém, das taxas cobradas pela operação, que seriam elevadas. Nós, por experiência própria, podemos subscrever o que alega o entrevistado. Em junho de 2023, precisávamos remeter em guaranis o equivalente a R\$ 700,00 a uma colega paraguaia de Areguá. Para a concretização da operação, entretanto, pagou-se R\$ 100,00 a mais, o que daria quase 15% do valor inicial.

Das remessas enviadas, praticamente todas se dirigiam a cobrir gastos do cotidiano de familiares que ficaram no Paraguai, nunca para investimento⁴⁶¹. Joana, por exemplo, manda dinheiro ao pai que está doente no interior de Caazapá, assim como o faz Luana em relação ao sogro, em Concepción, para a compra de remédios e o pagamento do tratamento médico. A última também remetia recursos à filha pequena quando esta ainda estava sob os cuidados da avó no exterior, o mesmo que Marisa fazia enquanto morava em Guarulhos. A única exceção é, talvez, Josefina, que, com o que ganha com o marido em São Paulo, está pagando um terreno para a construção de uma casa no interior do Paraguai, onde deverão morar quando regressarem ao país um dia. Sobre as remessas que já recebeu, esclarece que se tratou de algo muito pontual durante a pandemia de Covid-19, quando o cônjuge passou uns tempos com o pai trabalhando na construção civil.

Humberto é o outro entrevistado que já teve a experiência de receber dinheiro nos anos em que vivia no Brasil, mas também de forma muito circunstancial. Segundo nos conta:

Eu fazia isso, sim, mas não todos os meses. Fazia... De repente, ligava para a minha mãe e falava: ‘olha, aconteceu isso, vou precisar de dinheiro’. Coisas assim. Ela [minha mãe] me ajudou quando eu estava em São Paulo para pagar a primeira matrícula da universidade, por exemplo.

⁴⁶¹ Tal constatação se alinha àquelas feitas por Valentino (2018) em consulta a fontes de dados oficiais do Paraguai. Na *Encuesta Permanente de Hogares* – pesquisa domiciliar amostral similar à PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no Brasil – de 2010, especificamente, 86,7% das famílias que declararam terem recebido remessas financeiras internacionais naquele ano empregaram os recursos em alimentação e vestimenta, gastos de primeira necessidade. Por outro lado, apenas 1,4% as destinaram a atividades como a abertura do próprio negócio e a compra de insumos, ferramentas e equipamentos para o trabalho. O predomínio de um tipo de remessa à qual o autor se refere como “salarial” – por se configurar, na prática, como uma remuneração periódica que substituiria, para a família no país de origem, a renda com a que o parente que emigrou contribuía antes de empreender tal movimento – em detrimento daquela convertida em investimento produtivo poderia acentuar a dependência dos receptores em relação aos recursos vindos de fora como meio de subsistência.

5.2.4.14 A distância em relação a quem fica no Paraguai e seus dilemas

O predomínio do envio de remessas internacionais frente ao recebimento parece dizer algo sobre a situação de familiares e amigos que ficam no Paraguai, expostos, muitas vezes, aos mesmos fatores estruturais que levaram os entrevistados a migrarem em um primeiro momento, como a falta de perspectivas de trabalho e de meios para se manter. Na subseção anterior, identificou-se a dependência de alguns pais do dinheiro enviado por filhos e respectivos companheiros para arcar com despesas cotidianas de assistência médica, à qual quicá não teriam acesso em seus locais de residência se não fosse dessa forma. De igual modo, fez-se referência ao caso de González, que, mesmo há mais de quinze anos no Brasil, continua remetendo recursos à família no Paraguai, sugerindo a existência (e persistência) de dificuldades de subsistência enfrentadas por ela no país de origem.

O que se almeja realçar aqui, no entanto, são alguns dos dilemas aos quais os migrantes e seus familiares podem estar expostos no momento da ida ao exterior ou nas ponderações sobre um possível retorno, com base no caso de Luana e seu marido. Em relação ao primeiro contexto, o cônjuge fornece um relato emotivo sobre as consequências que sua emigração provocou no pai, que teria nutrido um profundo sentimento de culpa ao interpretar o movimento do filho como resultado de seu fracasso em lhe proporcionar melhores condições de vida. O dessabor de semelhante conclusão rapidamente repercutiria na saúde desse senhor, como se verifica abaixo:

Cuando yo llegué aquí... trabajamos seis meses. En 2008, mi papá comenzó a tener... se enfermó. Y tiene una enfermedad incurable, que es el mal de Parkinson. Comenzó sólo con un dedito así, se moviendo. Porque... tal vez porque... Mi papá es así: nunca he visto a mi papá llorando. Y esa vez, cuando yo salí de casa – pues yo soy el primer hijo que sale para ir al exterior –, él lloró. Parece que el culpable era él [...], que él no cumplió su papel. [...] Mi papá era alegre. Cantaba conmigo, tocaba la guitarra. De todo cantábamos nosotros. Él llegaba a la chacra y cantaba. Yo cantaba con él en casa. Y de ahí parece que él se emocionó bastante y, a la vez, colocó un poco de culpa en las costas de él. Después comenzó a tremer su mano primero, y hasta ahora [sigue así]. Y yo... mil real por mes yo tenía que enviar para su tratamiento, remedio, vitaminas, terapia... Hasta ahora yo le ayudo. Gracias a Dios, le traje a mi hermano aquí también. Ya tiene un taller hace mucho también. Y nós ayudamos. A él, por ejemplo, le tocó este año [enviarle dinero a su papá]. A él le tocó este año; el año pasado, yo... a mí. Y ahora él⁴⁶².

⁴⁶² Tradução livre para o português: “Quando eu cheguei aqui... trabalhamos seis meses. Em 2008, meu pai começou a ter... adoeceu. E tem uma doença incurável, que é o mal de Parkinson. Começou só com um dedinho, assim, se movendo. Porque... talvez porque... Meu pai é assim: nunca vi meu pai chorando. E dessa vez, quando eu saí de casa – pois sou o primeiro filho que sai para ir ao exterior –, ele chorou. Parece que o culpado era ele [...], que ele não cumpriu seu papel. [...] Meu pai era alegre. Cantava comigo, tocava violão. Nós cantávamos de tudo. Ele chegava na chácara e cantava. Eu cantava com ele em casa. E parece que isso o emocionou bastante e, ao mesmo tempo, colocou um pouco de culpa nas costas. Depois, sua mão começou a tremer primeiro, e até agora [continua assim]. E eu... mil reais por mês eu tinha que enviar para o seu tratamento, remédio, vitaminas, terapia...

Com o agravamento do quadro, esse senhor já não consegue mais trabalhar em sua chácara, dependendo, conseqüentemente, das remessas feitas pelos filhos estabelecidos em São Paulo para se sustentar. Para Luana e o marido, as circunstâncias impõem um dilema com o qual é muito duro lidar. Por um lado, gostariam e sabem da importância de estar ao lado do sogro/pai. Pensam nisso todos os dias, como eles mesmo expressam, e se inclinam mais a essa decisão quando levam em conta, ainda, todo o desgaste vindo da vida na confecção, pois “*cansa también trabajar mucho*”⁴⁶³. Por outro lado, a saúde daquele senhor que está longe no Paraguai recebe os devidos cuidados graças aos recursos enviados do trabalho de filhos e nora no Brasil. Ao fim e ao cabo, se empreendessem o regresso ao país de origem, estariam, sim, próximos do sogro/pai, mas sem o dinheiro necessário para custear seu tratamento e subsistência e sem boas perspectivas de encontrar uma alternativa laboral suficientemente rentável lá para tanto. Nas palavras do marido de Luana:

*Y también pensando lo que... ¿qué va a hacer ahí? Él enfermo [el papá]... ¿cómo va a ayudar? ¿Con qué trabajo? [...] Cada día más son viejos [sus padres]. Viejos van a necesitar más de medicamentos, de ir al doctor... Así es. Porque mi papá... él cada [día] ocho tiene que hacer su consulta, tiene que... llevar al doctor, hacer exámenes de sangre, un chequeo... Y depende de nosotros aquí, bueno, de mí y de mi hermano*⁴⁶⁴.

Não só por Luana e seu marido, mas, também, por boa parte dos demais entrevistados, e não sem seus dilemas, o retorno ao Paraguai é, no mínimo, cogitado, quando não efetivamente realizado, seja por questões familiares ou outros motivos. Na última seção deste capítulo, abordar-se-á o referido tema, tanto pelo ponto de vista de quem vê o país de origem no horizonte como dos que nele já se encontravam restabelecidos na ocasião de nossa entrevista.

5.2.5 O retorno ao Paraguai

5.2.5.1 O desejo e os planos de retorno

Sete das doze pessoas que participaram desta pesquisa ainda residiam na RMSF quando conversamos com elas, das quais cinco explicitaram que gostariam ou que têm planos

Até agora eu o ajudo. Graças a Deus, trouxe o meu irmão para cá também. Já tem uma oficina há muito tempo também. E nós ajudamos. Este ano, por exemplo, coube a ele [enviar dinheiro ao pai]. Este ano, coube a ele; no ano passado, a mim... E agora, ele”.

⁴⁶³ Tradução livre para o português: “[...] também cansa trabalhar muito”.

⁴⁶⁴ Tradução livre para o português: “E também pensando o que... o que vamos fazer lá? Ele [o pai], doente... como vamos ajudar? Com que trabalho? [...] São cada dia mais velhos [os pais]. Velhos vão precisar de mais medicamentos, de ir ao médico... É assim. Porque meu pai... cada [dia] oito, ele tem que fazer sua consulta, tem que... levar ao médico, fazer exames de sangue, um check-up... E depende de nós aqui, bem, de mim e de meu irmão”.

de voltar ao Paraguai em algum momento. Luana (junto com o marido) é uma delas, apesar de todos os empecilhos citados anteriormente. A estes, inclusive, somar-se-ia outro, relacionado aos filhos, que não querem sair do Brasil. Segundo a entrevistada, quando viajam ao Paraguai para ver a família, *“aguanta sólo quince días [los hijos]. Después ya quiere venir otra vez. Sólo para pasear quiere ir. No quiere quedarse”*⁴⁶⁵.

Os filhos também fazem parte das ponderações de Emiliano (e sua esposa) sobre onde pretendem estar no futuro. Ainda que manifeste sem titubear que quer retornar a Caaguazú, departamento do qual nunca gostaria de ter saído e onde tem filho e netos pequenos, pensa muito nas oportunidades de estudo e trabalho da filha que o acompanhou na migração a Guarulhos, para que não passe pelas mesmas restrições e privações que ele, um trabalhador de origem rural que sequer pôde completar o ensino fundamental. A menina ambiciona ser médica, e as possibilidades mais factíveis de perseguir tal carreira estariam em Asunción, onde poderia se valer da ajuda de uma instituição católica com a qual tem contato. Nessa cidade, entretanto, Emiliano diz não ver perspectivas de subsistência, o que dificultaria que todos se mudassem para lá juntos. Ao mesmo tempo, demonstra resistência a uma nova fragmentação da família, algo especialmente caro a ele, um homem bastante religioso. Gostaria que houvesse alguma forma de conciliar os planos de cada um em um lugar que lhes proporcionasse os meios necessários para se manterem unidos. Por ora, apostariam na costura e na venda de comidas tipicamente paraguaias como atividades que, em um porvir próximo, permitissem custear o cursinho preparatório da filha para o ingresso em uma universidade pública no Brasil. Se em um ano ou pouco mais não virem avanços em seu trabalho nessa direção, pensarão em alternativas, que possivelmente incluirão o regresso ao Paraguai.

Josefina e o marido, por sua vez, estão pavimentando aos poucos o caminho que deve levá-los de volta ao país de origem. Ainda morando em São Paulo, já adquiriram um terreno no interior do departamento de Cordillera, onde construirão a casa para a qual pretendem se mudar na aposentadoria. Sobre o setor de confecção, Josefina se diz bastante desiludida, a ponto de, na universidade, optar por um curso totalmente afastado do que ela faz profissionalmente hoje em dia (curso, este, que não será nomeado aqui, para diminuir os riscos de identificação da entrevistada):

⁴⁶⁵ Tradução livre para o português: “Aguentam só quinze dias [os filhos]. Depois, já querem voltar outra vez. Só querem ir para passear. Não querem ficar lá”.

Por que é que estou saindo do ramo da confecção, embora eu esteja costurando? Por que é que estou estudando [nome de um curso no Ensino Superior], e não Moda? Porque eu acho que é uma área muito ingrata, e ultimamente tem sido sucateada bastante [...]. E aí eu fiquei meio assim... sabe quando você desencanta de alguma coisa? É que a gente entra em algum local achando uma coisa, e depois você percebe que não era.

González coincide nos planos de voltar ao Paraguai, mas, diferentemente de Josefina, almeja aproveitar a experiência que teve em sua trajetória laboral no Brasil para se estabelecer no mercado de lá, com especial interesse pela área de criação. Em adição à proximidade com a família, as motivações para deixar São Paulo incluem os altos custos de vida na cidade, em especial, o aluguel, que já não seria uma preocupação caso voltasse a morar com os pais no departamento Central. Quanto às perspectivas de encontrar um trabalho dentro da área em que vem atuando por tantos anos, González se mostra otimista, pois tem um exemplo disso em sua própria família. Sua irmã teve passagem por oficinas de costura em São Paulo, em funções que envolviam embalar e empacotar peças de roupa já prontas, e, após dois anos, regressou a seu país e se inseriu em uma fábrica de *jeans*, com produção também voltada ao Brasil. A experiência no exterior, tanto em relação ao conhecimento profissional como à proficiência no idioma português, teria feito toda a diferença em sua contratação e na promoção que receberia apenas quinze dias depois para um posto mais próximo dos chefes, um casal de esposa brasileira e marido paraguaio. Além de migrantes retornados que seriam contratados por empresas do ramo do vestuário, haveria aqueles que conseguiriam montar no Paraguai a sua própria oficina, como assegura González: “*conozco a personas que estuvieron acá [en São Paulo], fueron para allá, montaron su taller, hoy día están trabajando con la misma cosa que hacen acá, confeccionando... haciendo lo mismo que acá, pero en Paraguay*”⁴⁶⁶.

A maior parte dos entrevistados que comentou sobre possibilidades de realizar semelhante empreendimento, porém, demonstrou um forte pessimismo. Joana, cujo marido planeja que trasladem a seu departamento natal, Caaguazú, a oficina que ora têm em São Paulo, receia que as chances de isso dar certo não são altas, como se lê abaixo:

*Yo conozco a gente que llevaron sus máquinas allá en Paraguay, pero que no consiguieron continuar [...] y volvieron acá otra vez. Y comienzan de cero [...]. Porque vos cuando te vas, llevás todas tus cosas, tu cama, tu cocina, todo. Y cuando volvés, te comprás todo de nuevo*⁴⁶⁷.

⁴⁶⁶ Tradução livre para o português: “conheço pessoas que estiveram aqui [em São Paulo], foram para lá [Paraguai], montaram sua oficina e hoje em dia estão trabalhando com a mesma coisa que fazem aqui, confeccionando... fazendo o mesmo que aqui, mas no Paraguai”.

⁴⁶⁷ Tradução livre para o português: “Eu conheço pessoas que levaram suas máquinas lá para o Paraguai, mas que não conseguiram continuar [...] e voltaram para cá outra vez. E começam do zero [...]. Porque quando você vai embora, você leva todas as suas coisas, sua cama, seu fogão, tudo. E quando você volta, compra tudo e novo”.

Emiliano, nessa mesma linha, afirma que montar a própria oficina no Paraguai não é rentável, pois o mercado já estaria amplamente abastecido pelas roupas confeccionadas no Brasil ou por fábricas de chineses estabelecidas em Ciudad del Este. Em suas palavras: “*Hay paraguayos que llevan su máquina a Paraguay y prueban. No funciona. [...] Casi no hay trabajo, y el trabajo tiene que ser permanente. Todos los días tiene que ser, como acá [en su taller en Guarulhos]. No hay que trabajar 8 días o 15 días, y luego parar otra vez. No sirve*”⁴⁶⁸. Para ele, a saída, nesse ramo, seria ter uma loja para receber e vender essas roupas que vêm de fora, o que, em contrapartida, demandaria investimentos maiores de infraestrutura, *marketing* etc.

O marido de Luana, por fim, se queixa da falta de incentivos do governo paraguaio para o empreendedorismo, como na abertura de oficinas de costura no próprio país, e, consequentemente, para a geração de empregos. Em sua argumentação, talvez como forma de desabafo, evoca a memória da “Grande Guerra” travada com Argentina, Brasil e Uruguai no século XIX, identificando nela parte das raízes das adversas condições políticas e econômicas persistentes até hoje:

*Una vez nos preguntamos ‘por qué vinimos aquí [a São Paulo]’, ¿verdad? Porque... Hay que decir la verdad. En primer lugar, las autoridades de Paraguay no se preocupan de colocar empresa para que nosotros podamos trabajar ahí. Por ejemplo: en esa área de la confección, aquí nosotros somos... no digo que somos profesionales, pero si vos mirás como nosotros trabajamos, vas a decir: ‘ellos son profesionales’. Pero ahí en Paraguay nadie se preocupa de eso. Y eso no sólo ahora. Hace cincuenta años. No es sólo ahora. Hace cincuenta años, setenta años. Después de la [Guerra de la] Triple Alianza, acabó el Paraguay*⁴⁶⁹.

O casal conclui dizendo que conheciam muitos paraguaios que tentaram montar sua oficina de costura no país de origem e não lograram êxito. Lembram-se especificamente de um amigo que, havia muito, estava estabelecido no Brás e que, após trasladar seu maquinário a um estabelecimento que alugou em Ciudad del Este, se arrependeu da decisão ao ver a demanda por serviço despencar.

⁴⁶⁸ Tradução livre para o português: “Tem paraguaios que levam sua máquina ao Paraguai e testam. Não funciona. [...] Quase não tem trabalho, e o trabalho tem que ser permanente. Todos os dias tem que ser, como aqui [na oficina dele, em Guarulhos]. Não tem que trabalhar oito dias ou quinze dias e logo parar outra vez. Não serve”.

⁴⁶⁹ Tradução livre para o português: “Uma vez, nos perguntamos ‘por que viemos para cá [São Paulo]’, né? Porque... É preciso dizer a verdade. Em primeiro lugar, as autoridades do Paraguai não se preocupam em colocar empresa para que nós possamos trabalhar aí. Por exemplo: nessa área da confecção, nós aqui somos... não digo que somos profissionais, mas se você olhar como nós trabalhamos, vai dizer: ‘eles são profissionais’. Mas lá no Paraguai, ninguém se preocupa com isso. E isso não só agora. Faz cinquenta anos. Não é só agora. Faz cinquenta anos, setenta anos. Depois da [Guerra da] Tríplice Aliança, o Paraguai acabou”.

Não é preciso, porém, sair do círculo de pessoas entrevistadas para encontrar alguém que teve a experiência de mudar seu negócio do Brasil para o Paraguai. É o caso de Augusto, que, desde 2016, costura em seu país, ao lado da esposa.

5.2.5.2 A vida de quem migrou de volta e as implicações de ter vivido em São Paulo

A decisão de voltar ao Paraguai não foi fácil, considerando que já se havia vivido mais de trinta anos no Brasil, tempo superior ao que passara em sua própria terra natal. Mas dois fatores, em particular, pesaram para tanto. O primeiro deles foi o cansaço de décadas de trabalho em um ritmo intenso e por longas horas diárias, ainda quando se tinha a própria oficina. Sobre isso, Augusto comenta:

Como te digo, ya no hay más pilas para trabajar de siete de la mañana hasta las diez de la noche. El desgaste es muy grande. Por mucho tiempo trabajamos así. Yo, por ejemplo, cuando está llegando las seis de la tarde, no consigo más trabajar, por la inflamación de la espalda, del hombro, por las repeticiones de movimientos⁴⁷⁰.

Já o segundo fator foi a preocupação com a exposição dos dois filhos a hábitos e práticas incentivadas por algumas pessoas de seu convívio em Guarulhos e que eram vistos como nocivos para o desenvolvimento deles, como o consumo de bebidas alcóolicas e drogas e a ida constante a festas. O apreço que os garotos tinham pelo Paraguai – mesmo tendo nascido, ambos, no Brasil – jogou a favor do veredito de se mudar para lá, o que viria a se concretizar, mais precisamente, em Itá, cidade de residência da sogra de Augusto e onde tinham um imóvel fechado para ser reocupado. Os planos do casal, desde o começo, eram continuar vivendo da costura, embora não soubessem exatamente como. Não tardou muito até receberem a proposta de produzirem para uma grife paraguaia que vendia roupas de alto custo em *shoppings* e boutiques de rua de Asunción. A indicação veio de uma jovem parente deles, que trabalhava para essa empresa e que também havia atuado com costura na RMSP. Eles mesmos (o casal) lhe teriam ensinado o ofício quando a admitiram em sua oficina nos tempos de vida em Guarulhos, transmitindo-lhe as habilidades necessárias para o desempenho dos serviços aos quais seria requisitada em outros lugares. A experiência prévia nessa região, reconhecida pela pujança do setor de confecção, teria sido decisiva tanto para a moça em sua reinserção no mercado de trabalho paraguaio como para Augusto e a esposa, que precisaram ser aprovados

⁴⁷⁰ Tradução livre para o português: “Como eu digo a você, já não tenho energia para trabalhar das sete da manhã até as dez da noite. O desgaste é muito grande. Por muito tempo trabalhamos assim. Eu, por exemplo, quando está chegando as seis da tarde, não consigo mais trabalhar, pela inflamação das costas, do ombro, pelas repetições de movimentos”.

em um exame de qualidade aplicado pela marca como requisito para se tornarem um fornecedor seu. Nota-se, aqui, o papel que as redes migratórias também podem ter no retorno ao país de origem, no caso, na apresentação de oportunidades laborais.

Até hoje, toda a produção da oficina do casal em Itá se dirige a essa única empresa. As peças são confeccionadas sob um sistema de trabalho um pouco diferente daquele ao que estavam submetidos no Brasil. *“Ellos te dan plazo. Ellos solamente quieren calidad. Solamente calidad te exigen. Ahora depende de ti si está en tus necesidades hacerlo rápido o no [risas]”*⁴⁷¹, explica Augusto. Apesar de seguirem costurando de segunda-feira a sábado, fá-lo-iam em um ritmo mais tranquilo, segundo ele, com mais intervalos de descanso e tempo para cuidar dos afazeres domésticos e da família. *“Ahora si estamos cansados, terminamos a las cinco, terminamos a las seis...”*⁴⁷², complementa.

A oficina está instalada na mesma casa em que residem com os filhos. O acesso se dá por uma rua sem saída de cascalho e terra, perpendicular a uma das principais vias – esta, sim, asfaltada – que conduzem ao Centro da cidade, de cerca de 80 mil habitantes. Partindo nessa direção, a atmosfera pacata do bairro é abruptamente substituída, a poucas quadras de distância, pelo bulício do terminal de ônibus, de um afreguesado mercado municipal e das lojas do entorno. A casa apresenta uma interessante mistura do rural com o urbano. Entra-se em seu terreno por um pátio de chão de terra batida, onde a família costuma passar as manhãs de domingo, ao ar livre e rodeada por alguns cachorros. À esquerda, tem-se o muro que os separa da propriedade do vizinho, ao passo que, à direita, está a área construída. Nos fundos, vê-se um alambrado, com um portão gradeado que dá em uma horta. Algumas galinhas cruzam o caminho por ali, que se toma para entrar na casa. O primeiro cômodo ao qual se tem acesso é justamente a oficina. Suas dimensões não se distanciam muito dos cinco ou seis metros quadrados. Há mesas posicionadas nos quatro cantos, cada uma com uma máquina de costura em cima, trazidas de Guarulhos. Ao lado de algumas delas, há pilhas de tecidos e de peças já terminadas, incluindo-se um vestido na cor azul e de textura bastante suave que nos foi mostrado em nossa visita. Somente os pais trabalham lá, sem funcionários, tal como o foi na maior parte do tempo no Brasil. Ter novamente a oficina no mesmo imóvel de morada é visto como uma vantagem, pois, segundo Augusto, *“cuando vos estás en casa, no te preocupás por el alquiler, agua, luz...”*⁴⁷³.

⁴⁷¹ Tradução livre para o português: “Eles te dão tempo. Eles somente querem qualidade. Te exigem somente qualidade. Agora, depende de você se está nas suas necessidades fazê-lo rápido ou não [risos]”.

⁴⁷² Tradução livre para o português: “Agora, se estamos cansados, terminamos às cinco, terminamos às seis...”.

⁴⁷³ Tradução livre para o português: “Quando você está em casa, você não se preocupa com o aluguel, a água, a luz...”.

Para o futuro, o casal tem a ideia de desenvolver e comercializar as próprias peças, deixando de trabalhar por encomenda de grifes ou fábricas de roupas. Um dos empecilhos para tanto, contudo, seria a falta de recursos e de apoio do governo como alternativa. Sobre isso, Augusto conta que, em tese, existe um tipo de ajuda oferecida a paraguaios retornados (ou “repatriados”) na forma de crédito para se investir no próprio negócio, ao qual, todavia, já tenta ter acesso há cinco anos e não consegue.

Entre os entrevistados, há outra pessoa que atuou com confecção no retorno ao Paraguai, embora não na posição de dono do estabelecimento. Em 2015, após quatro anos de vida em São Paulo, Michael se mudou para os arredores de Asunción para estar mais perto da família, que, naquele momento, passava por desavenças internas. Em poucos meses, quando a situação já estava mais estável, recebeu em seu Facebook uma proposta para trabalhar como costureiro em uma oficina em Pedro Juan Caballero, departamento de Amambay. Os patrões, brasileiros, haviam se inteirado de sua experiência na capital paulista, o que, somado à proficiência no idioma português, despertou interesse pelo jovem. Assim como no Brasil, inserir-se-ia no sistema de “cama dentro” e não teria vínculo empregatício registrado, mas disfrutaria de certos benefícios em relação às vivências pretéritas, em especial, uma jornada laboral menos cansativa – circunscrita ao horário comercial de segunda a sexta-feira, porém, ainda com serviços até o meio-dia aos sábados – e o melhor salário que já recebera no ramo – cujo valor, não informado, lhe teria sido suficiente para comprar uma moto usada em menos de um ano, algo apontado como ilustrativo da magnitude dos ganhos que obtivera naquele lugar. Mesmo assim, sentia falta de São Paulo, cidade para a qual tornaria a migrar em 2016. Transcorreria um par de anos até que questões familiares o conduzissem ao Paraguai novamente, onde reside até hoje. Os desejos de voltar ao Brasil, entretanto, seguem sendo nutridos, pois, além das amizades constituídas no país, veem-se como mais abundantes as oportunidades de trabalho aqui. Só não gostaria de estar de novo em uma oficina de costura, em decorrência do estresse gerado sobretudo na confecção de roupas mais complexas, que exigem uma atenção minuciosa a possíveis defeitos sem que isso evite eventuais retornos de peças para o devido reparo. Desde seu último retorno à terra natal, nunca mais mexeu com costura.

A experiência de retorno seguido por uma reemigração também foi vivenciada por André. Depois de viver por dois anos no bairro do Bom Retiro trabalhando em uma oficina de costura, decidiu voltar a Itá, sua cidade de nascimento, onde, por dez anos, teve uma série de ocupações, desde entregador para uma fábrica de sorvetes até vendedor em lojas de móveis, de roupas e de eletrodomésticos. Restabelecer-se-ia em São Paulo em 2002, novamente no ramo

da confecção, primeiro como contratado e, depois, como dono da própria oficina. No final da mesma década, largaria de vez toda e qualquer atividade envolvendo o universo da costura, apesar de continuar residindo na capital paulista, cidade que não parece ter planos de deixar.

Outros três entrevistados têm em sua trajetória migratória o regresso ao Paraguai, mas, nesses casos, sem qualquer subsequente retomada da residência no Brasil. Nenhum deles, ademais, voltou a atuar com costura. Luan, por exemplo, nos tempos de nosso contato, trabalhava em uma loja de ferramentas em Asunción. Conta-nos, porém, que, ainda que já não faça o mesmo que fazia em São Paulo, o simples fato de ter morado lá lhe trouxe um importante aporte profissional, considerando que, em sua atual ocupação, precisa usar o português para atender clientes brasileiros, sendo ele o único em seu trabalho que possui domínio no idioma. Sobre um possível retorno à cidade, diz que tem planos de fazê-lo, mas só na condição de turista, aproveitando para ver a irmã que ficou no Pari, ainda inserida no ramo da confecção.

Marisa, por sua vez, que regressara ao Paraguai, a princípio, para visitar a família, mas que acabou permanecendo no país após receber uma oferta de trabalho mais rentável, manifestou, ainda que sem entrar em detalhes, que ter vivido em Guarulhos mudou a sua forma de ser e de se relacionar com as pessoas. Pode-se imaginar que, para além de habilidades interpessoais, houve, também, algum ganho profissional, considerando que, assim como em seus primeiros meses de oficina, sua presente ocupação é a de cozinheira, no Chaco paraguaio.

A experiência que fechará este capítulo é a de Humberto. O restabelecimento de sua residência no Paraguai ocorreu em 2016, mas, aparentemente, a contragosto e só depois de muitas idas e vindas, resultantes de divergências que tinha com sua companheira quanto a esse movimento. Tudo começou em 2014, quando ela engravidou. Sua vontade era retornar ao país de origem de vez para dar à luz lá e poder contar com o amparo da família desde os primeiros cuidados com o filho, mas foi convencida a ficar no Brasil, onde o sistema de saúde seria mais bem estruturado. Nas palavras de Humberto:

Ela queria que o menino nascesse no Paraguai, que fosse paraguaio... Só que aqui [no Paraguai] você vai pagar desde uma injeção até a internação. Tem que pagar tudo. O hospital público não paga, né, mas os medicamentos que não tem, você tem que comprar, entendeu? E algumas mulheres que já são mães falaram para ela: ‘você está doida! Você não tem noção! O hospital público daqui [de São Paulo] é o hospital privado do Paraguai’. E assim, convencemos ela de ficar.

O mesmo já não ocorreria seis meses depois, quando terminariam fazendo a primeira ida ao Paraguai desde o nascimento do filho. As discordâncias sobre em que país deveriam se fixar persistiam, conforme Humberto relata:

Aí o meu filho nasceu, mas com seis meses ele já veio aqui para o Paraguai. Veio e ficou um mês aqui. Aí ela [esposa dele] disse: ‘Humberto, vou ficar por aqui. Aqui, as minhas ex-colegas estão trabalhando. Preciso voltar a estudar e a trabalhar. Você vai achar emprego aqui’. Eu falei: ‘não, não posso deixar [o Brasil]... Não posso, não posso, não posso...’. Aí depois de um mês ela voltou para o Brasil. Voltou comigo [risos]. Depois de dois, três meses, falou de novo: ‘Humberto, não consigo, não acho mais graça ficar aqui. Eu não estou achando um emprego aqui também. Não sei com quem deixar a criança. Lá eu posso deixar com a minha mãe’. Aí ela voltou.

O maior receio do entrevistado era abandonar seu trabalho em São Paulo – já não mais relacionado à confecção – e não conseguir encontrar nada em condições semelhantes no Paraguai. Os deslocamentos de um país a outro se repetiriam algumas vezes ainda antes de a companheira decretar que já não poderia continuar vivendo assim. Combinaram, então, que quando ela arrumasse um emprego na Grande Asunción e visse que já tinha estabilidade nele, Humberto sairia do Brasil, que foi o que aconteceu, demonstrando que a tomada de decisão de se migrar ou não pode ser um processo marcadamente familiar.

A mudança ao Paraguai, ao fim e ao cabo, foi percebida pelo entrevistado muito mais como uma nova migração do que um retorno. Foi o primeiro assunto no qual tocou em nossa conversa, antes mesmo de começarmos a gravá-la, e com ele se encerra nosso percurso pelos relatos e histórias compilados para a redação deste capítulo. Contou-nos que levava dois anos para que se sentisse paraguaio novamente em seu país de naturalidade, pois teve que se habituar com costumes e práticas que, havia muito tempo, não faziam parte de seu cotidiano. Citou como exemplo uma “cultura” amplamente difundida de uso de motocicletas como não via no Brasil. Acabaria comprando um desses veículos para si mesmo no fim daquele par de anos como forma de avançar no que caracterizou como um processo de “paraguaização” pelo qual deveria passar para se integrar melhor àquela sociedade. Já na dimensão dos afetos, Humberto reconhece que a experiência migratória muda uma pessoa, que nunca volta do mesmo jeito como partiu e que, por conseguinte, tampouco se relaciona com familiares e amigos da mesma forma que outrora. As relações humanas, como parte constitutiva do lugar de origem de um indivíduo, são redescobertas ou, até mesmo, redefinidas a partir das experiências às quais cada um esteve exposto durante o distanciamento. Assim sendo, desprende-se de falas como as de Humberto que, uma vez migrante, sempre se será migrante, pois, mesmo “de volta à casa”, também somos o que fomos alhures.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sempre eu falo assim: se a indústria brasileira [...] não tivesse acolhido o boliviano e o paraguaio para trabalhar na confecção, São Paulo estava pelada”, arrematou x integrante que entrevistamos de um coletivo migrante. Ainda assim, do lugar de quem não tem como ofício a costura, comumente os notamos quase como se estivéssemos, de fato, sem roupa, hipótese que, pela lógica da fala anterior, se configuraria quando dita força de trabalho inexistisse. Mesmo que nos falte a devida (cons)ciência, parte importante do que vestimos principalmente (mas, sem dúvida, não unicamente) na capital paulista vem da faina de pessoas que nasceram do outro lado da fronteira oeste brasileira e que aqui laboram em situação de informalidade e sem documentação, muitas vezes em oficinas improvisadas em imóveis residenciais alugados por elas próprias ou terceiros. Não registradas, não nacionais, não documentadas; a cada negativa, perde-se um pouco mais de visibilidade. No fim, o que nos veste, não raramente, é uma mão invisível; não a do mercado, mas uma que sua, caleja, se machuca... e existe. Ao mercado, cabe mais, afinal, estipular a invisibilização como condição predominante para o serviço dessa mão forânea que costura.

Nosso recorte de pesquisa, a princípio, propicia que nos refiramos a essa força produtiva (a “mão forânea que costura”) no singular, já que, nela, estão reunidas pessoas de uma só origem nacional e atuantes em um único setor econômico. Entretanto, como se buscou deixar claro nesta tese, há toda uma diversidade de perfis e trajetórias envolvida, o que justifica a adoção do termo “migrações paraguaias” no plural no título. Exemplo: da mesma forma que muitos costureiros paraguaios estabelecidos em São Paulo e região provêm de zonas rurais, migrando por efeito direto ou indireto da expansão de latifúndios monocultores como modelo de desenvolvimento adotado em seu país, há gente nascida e criada na Área Metropolitana de Asunción sem qualquer passagem pelo campo. De igual modo, ainda que não aparentem ser maioria, podem-se mencionar os monolíngues em guarani, que, assim sendo, pouco ou nada manejam o castelhano, deparando-se, por tal motivo, com desafios em sua inserção no local de destino que não são compartilhados da mesma forma por seus pares bilingues. Há, ademais, quem migrou junto com a família e quem o fez sozinho, apenas para citar outra das “nuances” que marcam as referidas migrações.

Por outro lado, é mister perceber também o que é mais recorrente. Em primeiro lugar, constata-se que o setor de confecção têxtil é, efetivamente, o que mais concentra paraguaios na RMSP, assertiva ainda mais válida em relação ao mercado informal, conforme indicariam os resultados do trabalho de campo realizado por nós. Dos migrantes com dita

inserção laboral, a maioria são jovens do sexo masculino, o que se mostrou verdadeiro não só nas bases de dados oficiais consultadas – nomeadamente, o Censo de 2010, o SISMIGRA e a RAIS –, mas, também, no caso de nossos entrevistados, ainda que não se tratasse de uma amostra representativa. A informalidade, além disso, seria a tônica da ocupação de paraguaios em oficinas de costura na RMSP, superando os noventa por cento na percepção de pessoas como aquela cuja fala abriu as linhas desta conclusão. Nesse cenário, uma jornada de trabalho extenuante prevaleceria, geralmente transcorrendo das 07:00 às 20:00 de segunda a sexta-feira e até o meio-dia aos sábados, com baixa remuneração equivalente, seja em regime de salário fixo ou de ganho por peça produzida, tendo-se como fator condicionante o parco valor que as próprias oficinas receberiam pelo serviço. Pode-se agregar, por fim, a intensa rotatividade que tende a sobressair no setor. Jovens costureiros, ao não costumarem contar com o reconhecimento de vínculos empregatícios, mudam de estabelecimento com alta frequência, respondendo às oportunidades que acenam com condições menos precárias de trabalho, por pouco expressivas que possam ser as diferenças em comparação com o resto do mercado. Nessas bases terminam por operar sistemas como o da “moda rápida”, que fazem replicar a cultura de “usar e jogar fora” não só no consumo de seus produtos, mas, também, nos vínculos laborais que conformam sua cadeia produtiva.

A relação das redes migratórias com a inserção de paraguaios em um setor produtivo com as características exibidas acima, por sua vez, se manifesta em várias frentes. Usualmente, a articulação de pessoas do círculo de contatos do migrante é decisiva para que o projeto migratório deste seja posto em prática, abrangendo desde a disponibilização de recursos para o traslado ao país de destino e para a subsistência nos primeiros momentos de vida ali até a viabilização do primeiro trabalho em uma oficina de costura, para se ater a poucos dos diversos exemplos contemplados ao longo da tese. Sobre o último citado, vale ressaltar que a mobilização das redes migratórias culminou no estabelecimento de uma espécie de “convenção social” entre os paraguaios, que contém parâmetros do que se consideraria minimamente tolerável em termos de horário de trabalho, remuneração, alimentação etc., munindo a coletividade de ferramentas para afrontar os casos mais destoantes de exploração laboral. A capacidade de agência que é imbuída em seus integrantes, ademais, estaria começando a ser exercitada também na exaltação do diferencial de qualidade da produção paraguaia enquanto estratégia na reivindicação de valores mais justos pagos a oficinas por peça confeccionada, algo apontado nas entrevistas como o cerne da precarização à qual geralmente estão expostos os paraguaios da costura na RMSP. Em contrapartida, as redes migratórias, de algum modo, cumpririam com o papel de fornecedoras de força de trabalho para a mesma cadeia produtiva

que amiúde submete seus integrantes a condições laborais degradantes, além de, ao abrir um nicho profissional para paraguaios, acabar contribuindo com o condicionamento das oportunidades laborais para esses migrantes estritamente à confecção têxtil.

De qualquer forma, as adversidades com as que os migrantes se deparam no universo da costura muitas vezes são vistas como uma etapa necessária para a consecução de planos de longo prazo, que podem incluir o retorno ao Paraguai. Recorda-se que o Brasil, para uma parcela significativa de migrantes do Sul global que aqui adentram, não é destino, mas território de trânsito, o que, por certa perspectiva, não deixa de ser factual para esses paraguaios aos quais se fez alusão anteriormente. No caso, o país serviria de passagem para se chegar ao próprio Paraguai, porém, um Paraguai diferente daquele do qual partiram, onde disfrutem de condições mais dignas de vida e maiores chances de eludir os fatores que os levaram a emigrar em um primeiro momento.

Este, inclusive, é um dos caminhos de pesquisa que apontamos como possíveis de se trilhar a partir dos resultados da presente tese – mais explicitamente, o aprofundamento no conhecimento sobre as implicações de se ter transitado por oficinas de costura em São Paulo no restabelecimento de residência no país natal. Contemplar-se-iam nesse escopo as experiências com costura na migração de retorno, de modo tanto a se dimensionar sua ocorrência como apreender as dinâmicas sociais e econômicas nas quais se sustentam. Com o olhar de volta à RMSP, é necessário estar atento aos resultados do Censo de 2022, a fim de verificar continuidades e rupturas em tendências previamente definidas. Seria ideal, ademais, conduzir-se um levantamento abrangente dos paraguaios indocumentados e/ou em trabalhos sem registro, com vista a ter mais clareza sobre a real incidência dessa situação. Com a finalidade de se dar conta da heterogeneidade que marca a presença paraguaia na confecção têxtil da RMSP, estimula-se, ainda, o desenvolvimento de estudos direcionados às particularidades da inserção de cada grupo minoritário em dito setor, como as mulheres, os trabalhadores de origem rural e os migrantes monolíngues em guarani, entre outros recortes. Para todas essas linhas de investigação propostas, espera-se que a presente tese possa se constituir, em maior ou menor medida, um ponto de partida válido.

REFERÊNCIAS

ABC COLOR. **Elecciones Paraguay 2023:** locales habilitados para que connacionales voten en el extranjero. Asunción, Paraguay, 23/04/2023a. Disponível em: <https://www.abc.com.py/politica/2023/04/22/elecciones-paraguay-2023-locales-habilitados-para-que-connacionales-voten-en-el-extranjero/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ABC COLOR. **Santi Peña desprecia los títulos académicos y dice que a los cargos se llega gracias al Partido Colorado.** Asunción, Paraguay, 03/04/2023b. Disponível em: <https://elurbano.com.py/en-paraguay-pesa-mas-una-panoleta-colorada-que-los-titulos/>. Acesso em: 06 out. 2023.

ABC COLOR. **El voto:** ¿Es obligatorio? ¿Hay sanciones o multas si no voy a votar? Asunción, Paraguay, 04/10/2021. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/2021/10/04/el-voto-es-obligatorio-hay-sanciones-o-multas-si-no-voy-a-votar/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ABC COLOR. **Todo lo que necesitas saber para acceder al subsidio Pytyvõ.** Asunción, Paraguay, 08/04/2020. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/2020/04/08/todo-lo-que-necesita-saber-para-acceder-al-subsidio-pytyvo/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ABC COLOR. **Insólita satanización de la inmigración brasileña.** Asunción, Paraguay, 23/07/2018. (Editorial). Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/editorial/insolita-satanizacion-de-la-inmigracion-brasilena-1724015.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ABDULLAEV, Iskandar; GIORDANO, Mark; RASULOV, Aziz. Cotton in Uzbekistan: water and welfare. CONFERENCE ON “COTTON SECTOR IN CENTRAL ASIA: ECONOMIC POLICY AND DEVELOPMENT CHALLENGES”, 2005, London. **Anais...** London: The School of Oriental and African Studies, University of London, 2005. Disponível em: <https://publications.iwmi.org/pdf/H037863.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados.** Brasília, DF, 28/08/2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

AFD – ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND. **Manifesto for Germany:** the political programme of the Alternative for Germany. Berlin, 2016. Disponível em: https://www.afd.de/wp-content/uploads/2017/04/2017-04-12_afd-grundsatzprogramm-englisch_web.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer:** o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. 2. Reimp. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2007.

ÁGUILA, Álvaro Alejandro del. De la ‘chacra’ a la ‘obra’. Migrantes paraguayos de extracción rural en la industria de la construcción del Área Metropolitana de Buenos Aires. **REHMU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 25, n. 50, p. 115-132, 2017.

AL JAZEERA. **Tunisia’s Saied says migration aimed at changing demography.** Ásia, 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/22/tunisias-saied-says-migration-aimed-at-changing-demography>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais:** a imigração brasileira no Paraguai. 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2005.

ALCALÁ, Guido Rodríguez. **La Guerra de la Triple Alianza 1864 al 1870 | Ñorairõ Guasu, 1864 guive 1870 peve.** Asunción, Paraguay: Secretaría Nacional de Cultura, República del

Paraguay, 28 de mayo de 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.py/2011/05/la-guerra-de-la-triple-alianza-1864-70/>. Acesso em: 06 maio 2022.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (org.). **Migrações Internacionais**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2013. p. 23-34.

ALMEIDA, Luciane Pinho et al. La Ruta Bioceánica y las políticas públicas de los municipios fronterizos de Porto Murtinho/Brasil – Carmelo Peralta/Paraguay. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 4, p. 1145-1158, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/kbvBgDrdmgjNxcR73njtR6M/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ALTO PARANÁ. Gobernación Departamental de Alto Paraná. **Ciudad del Este**. Alto Paraná, Paraguay [2012?]. Disponível em: <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este>. Acesso em: 24 ago. 2022.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues. O direito do comércio internacional na era da globalização: liberalização e integração econômica. In: AMARAL, A. C. R. (coord.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. São Paulo, SP: Aduaneiras, 2004. p. 39-54.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Cuando la protección se vuelve represión: Cuarentenas obligatorias durante Covid-19 en las Américas**. London, 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/wp-content/uploads/sites/4/2021/05/AMR0129912020SPANISH.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

ANDERSEN, Sigrid M. A geopolítica do Prata e a colonização brasileira em terras paraguaias. In: SANTOS, G.; FLORIANI, N. P. (org.). **Migrações na América Latina Contemporânea: processos e experiências humanas**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2018. p. 111-129.

ARECES, Nidia R. De la independencia a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870). In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 149-197.

ARRIAGA, Eduardo E.; DAVIS, Kingsley. The pattern of mortality change in Latin America. **Demography**, New York, NY, v. 6, n. 3, p. 223-242, 1969.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

BÁEZ, Cecilio. **Ensayo sobre el Dr. Francia y la dictadura en Sudamérica**. Edición digital a cargo de Biblioteca Virtual del Paraguay. Asunción, Paraguay 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/47034056/Ensayo-Sobre-El-Dr-Francia-Cecilio-Baez-Portal-Guarani#download>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BAKEWELL, Oliver et al. **South-south migration and human development: reflections on African experiences**. Oxford: International Migration Institute, 2009. (Working Paper 15). Disponível em: <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-15-09>. Acesso em: 09 out. 2023.

BALTAR, Cláudia Siqueira. Regiões Metropolitanas e população no Paraná: contribuição neo-institucionalista ao debate. **Informe Gepec**, Toledo, PR, v. 15, número especial, p. 671-689, 2011.

BANESTADO. **A conquista do Norte do Paraná**. Paraná, PR, 1989. (Gente nossa, coisas nossas – Boletins do BANESTADO (61 anos): fazendo a história do Paraná).

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 63-76, 2014.

BARREIRO, Ana Martínez. La cultura del usar y tirar. ¿Un problema de investigación? **RIPS – Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Espanha, v. 11, n. 4, p. 149-170, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/380/38028440009.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BARROS, Carlos Juliano; CAMPOS, André; GRIFFIN, Jo. Condenação por trabalho escravo no Paraguai expõe fornecedores de montadoras europeias. **Repórter Brasil**, São Paulo, SP, 19/09/2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/09/condenacao-por-trabalho-escravo-no-paraguai-expoe-fornecedores-de-montadoras-europeias/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BASE-IS – BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. **Agronegocios, militarización y los patriotas con corona**. Humaita, 07/07/2020. Disponível em: <https://www.baseis.org.py/agronegocios-militarizacion-y-los-patriotas-con-corona/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BASSEGIO, Luiz. Rondônia: uma alternativa para os migrantes? **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 3, p. 34-36, 1989.

BAUMANN, Mathias et al. Deforestation and cattle expansion in the Paraguayan Chaco 1987-2012. **Regional Environmental Change**, Heidelberg, v. 17, n. 4, p. 1179-1191, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-017-1109-5>. Acesso em: 22 set. 2022.

BBC MUNDO. **Mercosur suspende a Venezuela por tempo indefinido y exige a Maduro que desmantele la Asamblea Constituyente**. América Latina, 05/08/2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40839629>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BECKER, Gary S. The demand for children. In: BECKER, Gary S. **A treatise on the family**. Boston: Harvard University Press, 1991. p. 135-178.

BELDA, Eduardo Tamayo; PINTOS, Roque Mereles. El voto paraguayo desde el exterior como parte del proceso democrático. **Estudios Paraguayos**, Asunción, Paraguay, v. 38, n. 1, p. 143-184, 2020. Disponível em: <https://epy.dreamhosters.com/index.php/RESPY/article/view/57>. Acesso em: 28 set. 2022.

BENEVENTANA, Carolina. El extranjero golondrina, la necesidad y el derecho. **Periódico Migraciones**, Argentina, Año 2, n. 21, mar. 2010. Disponível em: http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/periodico/periodico_201003.pdf. Acesso em: 05 out. 2022.

BESSER, Linton. Dead white man's clothes. **ABC News**, Gana, 21/10/2021. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2021-08-12/fast-fashion-turning-parts-ghana-into-toxic-landfill/100358702>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BETTS, Alexander; KAINZ, Lena. **The history of global migration governance**. Oxford: Oxford University, 2017. (Working Paper Series n. 122).

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Plan de acción Área Metropolitana de Asunción sostenible**. Washington, DC: Iniciativa Ciudades Emergentes y Sostenibles, 2014. Disponível em: <https://webimages.iadb.org/PDF/Plan+de+Acci%C3%B3n+ICES+Asunci%C3%B3n.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

BILSBORROW, Richard E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: WHITE, M. J. (ed.). **International handbook of migration and population distribution**. Dordrecht: Springer, 2016. p. 109-156. (International Handbooks of Population, v. 6)

BLANCO CONDE, María. Mapa histórico de las misiones jesuíticas en el Paraguay. **Cuadernos Hispanoamericanos**, Madrid, n. 678, p. 75-84, 2006. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/mapa-historico-de-las-misiones-jesuiticas-en-el-paraguay-872631/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BLINKEN, Antony J. **Designation of former Paraguayan president Horacio Manuel Cartes Jara for involvement in significant corruption**. United States: U.S. Department of State, 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/designation-of-former-paraguayan-president-horacio-manuel-cartes-jara-for-involvement-in-significant-corruption/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio: Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 9-12.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Inspeção do trabalho resgatou 2.575 trabalhadores de trabalho análogo ao de escravo em 2022**. Brasília, DF, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/trabalho/2023/janeiro/inspecao-do-trabalho-resgatou-2-575-trabalhadores-de-trabalho-analogo-ao-de-escravo-no-ano-passado>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Operação resgata 8 trabalhadores migrantes em São Paulo**. Brasília, DF, 29 nov. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/trabalho/2022/abril/operacao-resgata-8-trabalhadores-migrantes-em-sao-paulo>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Fiscalização resgata migrantes em cárcere privado durante operação no Rio Grande do Sul**. Brasília, DF, 29 nov. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/trabalho/2021/outubro/fiscalizacao-resgata-migrantes-em-carcere-privado-durante-operacao-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade brasileira no exterior: estimativas referentes ao ano de 2020**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 23 de novembro de 2020**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/SITE.CSV>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 87, de 23 de março de 2020. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 76, 24/03/2020b.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-87-de-23-de-marco-de-2020-249440047>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Assédio moral no trabalho**: perguntas e respostas. Brasília, DF, [2019?]. Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/assedio-moral-no-trabalho-perguntas-e-respostas/@@display-file/arquivo_pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 32, Seção 1, p. 3, 16/02/2018. Disponível em: <http://www.impresanacional.gov.br/>. Acesso em: 04 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 6.975, de 07 de outubro de 2009**. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 07 out. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 12 mar. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 242, Seção 1, p. 1, 12/12/2003. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/552679/publicacao/15808458>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, DF, 16/12/1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 13/07/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 4329, 11/10/1892. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Brasília, DF, v. 1, fasc. VI, p. 1424, 1980. (Coleção de Leis do Brasil – 1890). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BREITHOFF, Esther. **Conflict, heritage and world-making in the Chaco: war at the end of the worlds?** London: UCL Press, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14324/111.9781787358065>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BREZZO, Liliana M. La historia y los historiadores. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 13-32.

BRÍTEZ, Alcides Oviedo. **La ideología del bien llamado Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP): el francismo del siglo xxi**. Valencia: CeDeMA, 2012. Disponível em: https://cedema.org/digital_items/5085. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para Discussão 366). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRUN, Diego Abente. Después de la dictadura. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 295-313.

BRUNO, Sebastián. El “bono demográfico” en Paraguay jaqueado: mercado de trabajo, matriz emigratoria internacional y seguridad social. **Revista Novapolis**, Asunción, Paraguay, n. 11, p. 137-152, 2017. Disponível em: <http://pyglobal.com/ojs/index.php/novapolis/issue/view/13>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BRUNO, Sebastián F. El proceso migratorio paraguayo hacia Argentina: evolución histórica, dinámica asociativa y caracterización sociodemográfica y laboral. In: OIM. **Migrantes paraguayos en Argentina: población, instituciones y discursos**. Buenos Aires, Argentina, 2013. p. 11-55. (Cuadernos Migratorios, n. 4). Disponível em: https://repository.iom.int/bitstream/handle/20.500.11788/1416/ARG-OIM_013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 maio 2022.

BRUNO, Sebastián. Migrantes paraguayos y el servicio doméstico en Buenos Aires. Diferencias y desigualdades. In: JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN, 11., 2011, Ciudad de Neuquén. **Anais...** Buenos Aires, Argentina: AEPA, 2011. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-091/53.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRUNO, Sebastián; ÁGUILA, Álvaro del. Huellas de tierra roja en el cemento porteño. Trabajadores migrantes paraguayos de la construcción en Buenos Aires. In: TALLER: “PARAGUAY DESDE LAS CIENCIAS SOCIALES”, 3., 2010, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, Argentina: Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay; Facultad de Ciencias Sociales; Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: http://paraguay.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/129/2011/07/P_Bruno_delAguila_2010.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

BUREAU OF COUNTERTERRORISM. **Country reports on terrorism 2020**. Washington, DC, 2021. Disponível em: https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/07/Country_Reports_on_Terrorism_2020.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

BUSINESS & HUMAN RIGHTS RESOURCE CENTRE. **Qatar: population of migrant workers swells to 2.1 million ahead of 2022 FIFA World Cup**. London, 2017. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/qatar-population-of-migrant-workers-swells-to-21-million-ahead-of-2022-fifa-world-cup/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BUSTAMANTE, Lineth Hiordana Ugarte; BRIETZKE, Elisa; CERQUEIRA, Raphael de Oliveira. Estresse e migração: um olhar a partir da imigração boliviana em São Paulo. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 80, p. 131-148, 2017.

CABALLERO, Christa Rivas. Paraguay: migración y solidaridad en tiempos de COVID-19. **Diálogo Político**, 02/06/2020. Disponível em: <https://dialogopolitico.org/agenda/migracion-y-solidaridad-en-tiempos-de-covid-19/>. Acesso em: 18 maio 2023.

CÁCERES, Romina; ACUÑA, Jazmín. Los migrantes contienen la pandemia en albergues, a costa de su salud. **El Surtidor**, 20/05/2020. Disponível em: <https://elsurti.com/coronavirus/scroll/2020/05/20/los-migrantes-contienen-la-pandemia-en-los-albergues-pero-a-costa-de-su-salud/>. Acesso em: 18 maio 2023.

CAICHILO, Carlos Ricardo. The Mercosur experience and theories of regional integration. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, v. 39, n. 1, p. 117-134, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v39n1/0102-8529-cint-39-01-00117.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CALADO, Fabrício. Sem o “não” do Paraguai, Mercosul oficializa entrada da Venezuela no bloco nesta terça-feira. **UOL**, 31/07/2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/07/31/sem-o-nao-do-paraguai-mercopol-Oficializa-entrada-da-venezuela-no-bloco-entenda.htm>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CALDWELL, John. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 2, n. 3/4, p. 321-366, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1971615>. Acesso em: 23 out. 2023.

CAMARANO, Ana Amélia. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2014. p. 43-77.

CAMPOS, Marden Barbosa; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno. Uma análise demográfica e espacial das migrações de idosos no Brasil, 1980 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

CANAL ENCuentro. Migrantes II: coreanos en Argentina. **YouTube**, 09/08/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GW28KCREmsw>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CANO, Nadia. Unas 1.700 personas aisladas en albergues se contagiaron de COVID-19 durante el primer año de pandemia. **ABC Color**, Asunción, Paraguay, 07/03/2021. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/2021/03/05/unas-1700-personas-aisladas-en-albergues-se-contagiaron-de-covid-19-durante-el-primer-ano-de-pandemia/>. Acesso em: 23 maio 2023.

CANTERO, Miguel Ángel. “Quando subo no palco, sinto que todo o Paraguai está conosco”. [Entrevista concedida a] Paulo Mortari A. Correa. **Paraguai Teete**, 07/10/2014. Disponível em: <https://paraguaiteete.wordpress.com/2014/10/07/quando-subo-no-palco-sinto-que-todo-o-paraguai-esta-conosco/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CAPPUCCIO, Francesco P. Commentary: epidemiological transition, migration, and cardiovascular disease. **International Journal of Epidemiology**, Oxford, v. 33, n. 2, p. 387-388, 2004.

CARNERI, Santi. Extremistas alemanes migran a Paraguay en busca de su paraíso ideal: sin impuestos, sin vacunas y sin musulmanes. **El País**, 04/04/2022. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2022-04-04/extremistas-alemanes-migran-a-paraguay-en-busca-de-su-paraiso-ideal-sin-impuestos-sin-vacunas-y-sin-musulmanes.html?event_log=oklogin. Acesso em: 22 set. 2023.

CARNERI, Santi. Muere el paraguayo Robin Wood, el autor de los 7.000 comics. **El País**, 27/10/2021. Disponível em: <https://elpais.com/cultura/2021-10-27/el-paraguayo-robin-wood-el-autor-de-los-7000-comics.html>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CARVALHO, José Alberto Magno; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Tasa de crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB) total anual a precios constantes**. Santiago, Chile, 24 jul. 2023. (Estadísticas e Indicadores. CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas). Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>. Acesso em: 23 out. 2023.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Producto Interno Bruto (PIB) total anual a precios corrientes en dólares**. Santiago, Chile, 25 abr. 2022a. (Estadísticas e Indicadores. CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas). Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>. Acesso em: 12 maio 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Producto Interno Bruto (PIB) total anual por habitante a precios corrientes en dólares**. Santiago, Chile, 25 abr. 2022b. (Estadísticas e Indicadores. CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas). Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>. Acesso em: 12 maio 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Población en situación de pobreza extrema y pobreza según área geográfica**. Santiago, Chile, 01 abr. 2022c. (Estadísticas e Indicadores. CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas). Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=1&lang=es>. Acesso em: 12 maio 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Índice de concentración de Gini**. Santiago, Chile, 29 mar. 2022d. (Estadísticas e Indicadores. CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas). Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=1&lang=es>. Acesso em: 12 maio 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La agenda 2030 y los objetivos de desarrollo sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile, 2018a. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Medición de la pobreza por ingresos: actualización metodológica y resultados**. Santiago, Chile, 2018b. (Metodologías de la CEPAL, n. 2). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44314/1/S1800852_es.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Plan de acción regional para la implementación de la nueva agenda urbana en América Latina y el Caribe:** 2016-2036. Santiago, Chile, 2018c. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42144/S1800033_es.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe:** 2011. Santiago, Chile, 2012. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/981/1/S1100979_es.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina.** Santiago, Chile, 2011. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3858/1/S2011960_es.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870.** Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 2. ed. Brasília, DF: UNB, 2002.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano:** a Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1979.

CHILE. Ministerio del Medio Ambiente. **La Ley 20.920, marco para la gestión de residuos.** Santiago, Chile, [201-]. Disponível em: <https://economycircularem.cl/ley-rep/#:~:text=%C2%BFQu%C3%A9%20es%20la%20REP%3F,sus%20productos%20en%20el%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CNIG – CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Resolução Normativa n. 122, de 3 de agosto de 2016. Dispõe sobre a concessão de permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas e/ou de trabalho análogo ao de escravo. Ministério do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 85, 22/08/2016. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1454?locale=pt_BR. Acesso em: 06 mar. 2023.

CNIG – CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Resolução Normativa n. 93, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas. Ministério do Trabalho e Emprego. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 160, 23/12/2010. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1455>. Acesso em: 06 mar. 2023.

COALE, Ansley J. The decline of fertility in Europe since the eighteenth century as a chapter in human demographic history. In: COALE, A. J.; WATKINS, S. C. **The decline of fertility in Europe.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986. p. 1-30.

COLEMAN, David. Immigration and ethnic change in low-fertility countries: a third demographic transition. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 32, n. 3, p. 401-446, 2006.

CONNATS – COORDINADORA NACIONAL DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES TRABAJADORES – PARAGUAY. **Comunicado a la Opinión Pública en el marco del 12 de junio.** Paraguay, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://connats.org.py/2023/06/11/comunicado-a-la-opinion-publica-en-el-marco-del-12-de-junio/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CORREA, Paulo Mortari Araújo. Los efectos de la pandemia de Covid-19 sobre la inserción de migrantes paraguayos en el sector de la confección textil de São Paulo, Brasil, en 2020. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 10., 2022, Valparaíso, Chile. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2022a. Disponível em: <https://www.alapop.org/x-congreso-valparaiso-2022/>. Acesso em: 23 out. 2023.

CORREA, Paulo Mortari Araújo. Diferenciales de remuneración entre migrantes bolivianos, paraguayos y peruanos en el sector textil formal de São Paulo, Brasil. Año 2019. **Población y Desarrollo**, San Lorenzo, Paraguay, v. 28, n. 54, p. 42-54, 2022b. Disponível em: <https://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/2404/2230>. Acesso em: 11 maio 2023.

CORREA, Paulo Mortari Araújo. Migración paraguaya al municipio de São Paulo en el siglo XXI: antecedentes para su estudio en el contexto de las migraciones sur-sur. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 9., 2020, online. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2020. Disponível em: <https://congresosalap.com/alap2020/resumos/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0304-1.PDF>. Acesso em: 04 jan. 2022.

CORREA, Paulo Mortari Araújo. **As maras e pandillas no Triângulo Norte da América Central e a atuação dos Estados Unidos em seu combate**. 2015. 180f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/576fc51d-61b4-444a-ac85-4cc938ef35b1>. Acesso em: 20 out. 2023.

CÔRTEZ, Tiago Rangel. Paraguaios em São Paulo: uma história e um retrato. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 74, p. 13-34, 2014.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZALEZ, Manuel José Forero. Infraestrutura e integração regional: a experiência da IIRSA na América do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI**, Brasília, DF, n. 18, p. 23-40, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5325/1/BEPI_n18_Infraestrutura.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

COURGEAU, Daniel; LELIÈVRE, Eva. Individual and social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G. (ed.). **Demography: analysis and synthesis**. Cambridge: Academic Press, v. II, 2006. p. 345-357.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Vida e trabalho decente para paraguaios e brasileiros**. São Paulo, SP, 24 jul. 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/vida-e-trabalho-decente-para-paraguaios-e-brasileiros-b825>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CVJ – COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DEL PARAGUAY. **Informe Final. Anive haguã oiko: síntesis y caracterización del régimen**. Asunción, Paraguay, Tomo I, 2008. Disponível em: <https://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2020/10/Tomo-I-Sintesis-y-caracterizacion-del-regimen.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

DÁVALOS, Serafina. **Humanismo**: reedición a los 100 años de la tesis de 1907 de Serafina Dávalos. Asunción, Paraguay: Centro de Documentación y Estudios, 2007. Disponível em: <https://www.cde.org.py/publicacion/humanismo-de-serafina-davalos-reedicion-a-los-100-anos-de-la-tesis-de-1907/>. Acesso em: 01 maio 2023.

DELFIM, Rodrigo Borges. Quatro anos depois, Brasil anuncia retorno ao Pacto Global da ONU para Migração. **MigraMundo**, São Paulo, SP, 05 jan. 2023. Disponível em:

<https://migramundo.com/quatro-anos-depois-brasil-anuncia-retorno-ao-pacto-global-da-onu-para-migracao/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Principales indicadores de empleo: EPH/2017, encuesta permanente de Hogares.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2018. Disponível em: https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/empleo-2017/Boletin_Empleo_2017.pdf. Acesso em: 07 out. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas cartográfico del Paraguay, 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2016a. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/atlas-cartografico/Atlas%20Cartografico%20del%20Paraguay,%202012.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Paraguay:** principales indicadores de viviendas, 2012: total país, área urbana – rural. Fernando de la Mora, Paraguay, 2016b. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=MTM=>. Acesso em: 13 maio 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas Demográfico del Paraguay, 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2016c. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=MzY=>. Acesso em: 02 jun. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Paraguay:** proyección de la población por sexo y edad, según distrito, 2000-2025: revisión 2015. Fernando de la Mora, Paraguay, 2015a. Disponível em: https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/documento/7132_Proyeccion%20Distrital.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Tasa global de fecundidad.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2015b. Disponível em: <https://atlasgenero.ine.gov.py/detalle-indicador.php?id=35&year=2022>. Acesso em: 10 maio 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Paraguay:** proyección de la población nacional, áreas urbana y rural por sexo y edad, 2000-2025: revisión 2015. Fernando de la Mora, Paraguay, 2015c. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Estimacion%20y%20proyeccion%20Nacional.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Proyección de la población nacional, áreas urbana y rural, 2000-2025:** revisión 2015. Fernando de la Mora, Paraguay, 2015d. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/default.php?publicacion=2>. Acesso em: 10 maio 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas de comunidades de pueblos indígenas en Paraguay 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2015e. (Tomo I – Familia lingüística Guaicurú. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas). Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=Mw==>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas de comunidades de pueblos indígenas en Paraguay 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2015f. (Tomo II – Familia lingüística Zamuco. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas). Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=Mw==>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas de comunidades de pueblos indígenas en Paraguay 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2015g. (Tomo III – Familia lingüística Lengua Maskoy. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas). Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=Mw==>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas de comunidades de pueblos indígenas en Paraguay 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2015h. (Tomo IV – Familia lingüística Mataco Mataguayo. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas). Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=Mw==>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Atlas de comunidades de pueblos indígenas en Paraguay 2012.** Fernando de la Mora, Paraguay, 2015i. (Tomo V – Familia lingüística Guaraní. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas). Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=Mw==>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Paraguay:** proyección de la población nacional por sexo y edad, 2000-2050. Fernando de la Mora, Paraguay, 2005a. Disponível em: http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/NACIONAL/Proyeccion_Nacional.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Migración interna:** Censo 2002: resultados. Fernando de la Mora, Paraguay, 2005b. Disponível em: https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/condiciones_de_vida_de_la_poblacion_paraguay/2%20Migracion%20Interna.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

DGEEC – DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Paraguay:** resultados finales Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002 – Total País. Fernando de la Mora, Paraguay, 2004. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Web%20Paraguay%20Total%20Pais/3%20Diagnostico%20poblacion.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

DGM – DIRECCIÓN GENERAL DE MIGRACIONES. **La institución.** Asunción, Paraguay, [2022?]. Disponível em: <https://www.migraciones.gov.py/index.php/institucional/la-institucion>. Acesso em: 27 set. 2022.

DGM – DIRECCIÓN GENERAL DE MIGRACIONES. **Política migratoria de la República del Paraguay.** Decreto no. 4483. Asunción, Paraguay, 2015. Disponível em: https://www.migraciones.gov.py/application/files/2416/4115/7218/politica_migratoria_OIM_PM_2016.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

DÍAZ, Gilberto Ruiz. Bailean tinglado municipal en Bado. **ABC Color**, Asunción, Paraguay, 13/05/2020. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/judiciales-y-policiales/2020/05/13/bailean-tinglado-municipal-en-bado/>. Acesso em: 18 maio 2023.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1 de setembro de 1920. Volume IV (1ª parte). Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Estatística, 1926. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26461>. Acesso em: 25 set. 2023.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro, RJ, [1874?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 01 jun. 2022.

DISERGEMIL – DIRECCIÓN DEL SERVICIO GEOGRÁFICO MILITAR. **Compendio estadístico 2018**: territorio y meteorología. 07 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.datos.gov.py/dataset/compendio-estad%C3%ADstico-2018-territorio-y-meteorolog%C3%ADa>. Acesso em: 26 maio 2022.

DOMENACH, Hervé; PICOUE, Michel. Tipologías migratorias y modernidad. In: DOMENACH, H.; PICOUE, M. **Las migraciones**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1995. p. 28-46.

DOMENECH, Eduardo. “Las migraciones son como el agua”: hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano”. La gobernabilidad migratoria en la Argentina. **Polis**, Santiago, Chile, v. 12, n. 35, p. 119-142, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682013000200006>. Acesso em: 10 out. 2023.

DOMINGO, Paola. De la «Provincia Gigante de Indias» à la «Tierra en Medio de la Mar»: l'espace paraguayen aux XVI^e et XVII^e siècles (1534-1617). **e-Spania – Revue Interdisciplinaire D'Études Hispaniques Médiévales et Modernes**, Paris, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.21861>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/21861?lang=es>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DOMINGUES, Vanessa. Imigração paraguaia para São Paulo a partir dos dados da Missão Paz. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 87, p. 89-118, 2019.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Rocío. Paraguay frente al ‘Covid-19’. **El País**, Agenda Pública, 03/04/2020. Disponível em: <http://agendapublica.elpais.com/paraguay-frente-al-covid-19/>. Acesso em: 18 maio 2023.

EHRLICH, Paul R. **The population bomb**. 19. impr. New York, NY: Ballantine Books, 1988.

EL HILO. **De la tienda al vertedero**: ropa descartable en el desierto de Atacama. Entrevistada: Beatriz O’Brien. [S. l.], 20 jan. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6bcfSLJA7xq3nS5kKAK2r>. Acesso em: 13 jan. 2023.

EL URBANO. **En Paraguay pesa más una pañoleta colorada que los títulos**. [S. l.], 03/04/2023. Disponível em: <https://elurbano.com.py/en-paraguay-pesa-mas-una-panoleta-colorada-que-los-titulos/>. Acesso em: 06 out. 2023.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **A new textiles economy**: redesigning fashion’s future. United Kingdom, 2017. Disponível em: <https://ellenmacarthurfoundation.org/a-new-textiles-economy>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ELMOGAHZY, Yehia E. **Engineering textiles**: integrating the design and manufacture of textile products. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/book/9780081024881/engineering-textiles>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ESCOBAR, Celeste. Reflexiones en torno a la documentación y descripción de las lenguas indígenas en el Paraguay. In: Quinto Seminario Internacional Jarojera Guaraní Ñe’ẽ. **Facebook**, 27 ago. 2020. (Segundo Panel: Valor social y cultural de la lengua guaraní y su enseñanza). Disponível em: <https://www.facebook.com/yvymaraeypy/videos/quinto-seminario->

internacional-jarojera-guarani-%C3%B1e%E1%BA%BD/1082237422171578/. Acesso em: 07 jun. 2022.

ESTIGARRIBIA, Marta Isabel Canese. **Urbanización popular en el Área Metropolitana de Asunción**: resistencia y perspectivas de cambio. Asunción, Paraguay: CONACYT, 2019. (Proyecto PINV15-334. Informe de Investigación). Disponível em: https://www.conacyt.gov.py/sites/default/files/upload_editores/u454/Libro_urbanizacion_asuncion.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

ESTRAGÓ, Margarita Durán. Conquista y colonización (1537-1680). In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 63-86.

ETZEL, Maíra Costa. Fiscalizações nas oficinas de costura: elementos sobre a política de enfrentamento ao trabalho escravo. **Revista da ABET**, São Paulo, SP, v. 19, n. 2, p. 510-520, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2020v19n02.38786>. Acesso em: 20 out. 2023.

EUR-LEX. **Treaty of Maastricht on European Union**. Luxembourg, 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0026>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FABIO, Yolanda Vázquez. La maquila en Paraguay. **Población y Desarrollo**, San Lorenzo, Paraguay, v. 14, n. 26, p. 32-45, 2004.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Food security. **Policy Brief**, Roma, n. 2, p. 1-4, 2006. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitaly/documents/pdf/pdf_Food_Security_Coept_Note.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

FASHION REVOLUTION. **Manifesto for a Fashion Revolution**. London, [201-]. Disponível em: <https://www.fashionrevolution.org/manifesto/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

FASHION REVOLUTION BRASIL. **Índice de transparência da moda Brasil**. London, edição 2022. Disponível em: https://issuu.com/fashionrevolution/docs/fr_indicedetranparenciadamodabrasil_2022. Acesso em: 17 fev. 2023.

FASHION UNITED. **Global fashion industry statistics**. Amsterdam, [2022?]. Disponível em: <https://fashionunited.com/global-fashion-industry-statistics>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia. Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In: PORTES, A. (ed.). **The economic sociology of immigration**: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1995. p. 213-247.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. A tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai no debate sobre áreas subgovernadas e *safe havens* terroristas. In: AYERBE, L. F. (org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo, SP: Fundação Memorial da América Latina, 2012. p. 111-131.

FINNIS, Elizabeth et al. Changes to agricultural decision making and food procurement strategies in rural Paraguay. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, PA, v. 47, n. 2, p. 180-190, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23321738>. Acesso em: 22 set. 2022.

FIORENTIN, Marta Izabel Schneider. **Imigração Brasil-Paraguai**: a experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010). Curitiba, PR: Juruá, 2012.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 22, n. 55, p. 41-64, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100003>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FOGEL, Ramón. Algunos efectos de la expansión sojera. In: PALAU, M. (coord.). **Con la soja al cuello: informe sobre agronegocios en Paraguay 2013-2015**. Asunción, Paraguay: BASE-IS, 2015. p. 46-47. Disponível em: https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2015/12/2015Dic_ConLaSojaAlCuello.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

FOLKE, Hans. Denmark. **Britannica**, 02/02/2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Denmark>. Acesso: 02 fev. 2021.

FREITAS, Patrícia Tavares. Imigração e empreendimentos econômicos – o circuito de confecção e comercialização de roupas em torno de imigrantes coreanos e bolivianos na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2008.

FREJKA, Tomás. **The demographic transition: a cohort perspective**. Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, 2016. (Working Paper 2016-012). Disponível em: <https://www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2016-012.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FRENK, Julio et al. La transición epidemiológica en América Latina. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, DC, v. 111, n. 6, p. 485-496, 1991. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/16560>. Acesso em: 24 out. 2023.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Operação resgata 13 trabalhadores paraguaios de condições análogas à escravidão em Pirapozinho**. Presidente Prudente, SP, 14/04/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/04/14/operacao-resgata-13-trabalhadores-paraguaios-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-pirapozinho.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

G1. **Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 6 de junho**. Rio de Janeiro, RJ, 06/06/2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/06/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-6-de-junho.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2023.

G1. **Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 4 de junho**. Rio de Janeiro, RJ, 04/06/2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/04/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-4-de-junho.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2023.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. 2. ed. Salvador, BA: EdUFBA; ULBRA, 2003.

GIRI, Sunil; RAI, Siddharth Shankar. Dynamics of garment supply chain. **International Journal of Managing Value and Supply Chain**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 29-42, 2013. Disponível em: <http://www.airccse.org/journal/mvsc/papers/4413ijmvsc03.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GLENN, Amy S. **Population**. [S. l.], 03/10/2023. Disponível em: <https://www.amyglenn.com/GEOG-REGIONAL/geog1303population.htm>. Acesso em: 23 out. 2023.

GLICK-SCHILLER, Nina. A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism. In: BAUBÖCK, R.; FAIST, T. (ed.). **Diaspora and Transnationalism: concepts, theories and methods**. Netherlands: Amsterdam University Press, 2010. p. 109-129.

GLOBAL COMPACT FOR MIGRATION. **Global compact for safe, orderly and regular migration:** final draft. New York, NY, 2018. Disponível em: https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/180711_final_draft_0.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L'émigration portugaise (XVe. – XXe. Siècles): une constante structurelle et les réponses au changement du monde. **Revista de História Económica e Social**, Lisboa, n. 1, p. 5-32, 1978.

GODOY, Gabriel Gualano. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (org.). **60 Anos de ACNUR:** perspectivas de futuro. São Paulo, SP: Editora CL-A Cultural, 2011. p. 45-68. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/60-anos-de-ACNUR_Perspectivas-de-futuro_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021.

GOLDSTEIN, Joshua R.; SOBOTKA, Tomáš; JASILIONIENE, Aiva. The end of “Lowest-Low” fertility? **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 35, n. 4, p. 663-699, 2009.

GONZÁLEZ, Federico. “Abortamos operativos de retorno por miedo de la gente”. **Última Hora**, Asunción, Paraguay, 17/05/2020. (Entrevista). Disponível em: <https://www.ultimahora.com/abortamos-operativos-retorno-miedo-la-gente-n2885623.html>. Acesso em: 18 maio 2023.

GOOGLE. **Google Maps**. 2023. Disponível em: <https://maps.google.com>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GRABISH, Beatrice. Dry tears of the Aral. **United Nations Chronicle**, New York, NY, n. 1, 1999. Disponível em: <https://www.un.org/en/chronicle/article/dry-tears-aral>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GRASSI, Jéssica Maria; SILVA, Ana Karolina Moraes; OLIVEIRA, Lucas Kerr. IIRSA, Cosiplan e a atuação brasileira na consolidação da integração de infraestrutura na América do Sul. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, SP, v. 19, n. 38, p. 151-187, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/170379/167604>. Acesso em: 24 ago. 2022.

GUENA, Márcia. **Arquivo do Horror:** documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980). São Paulo, SP: Memorial da América Latina, 1996.

GUEVARA, Marina Walker et al. El gran ‘duty free’. **International Consortium of Investigative Journalists**, Washington, DC, 29/06/2009. Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/tobacco-underground/el-gran-duty-free/>. Acesso em: 11 Ago. 2022.

GUPTE, Prajakta R. India: “The Emergency” and the politics of mass sterilization. **Education about Asia**, USA, v. 22, n. 3, p. 40-44, 2017.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Guerrilleros o terroristas: la historia de cómo nació el EPP. **Última Hora**, Asunción, Paraguay, 21/08/2013. Disponível em: <http://www.ultimahora.com/guerrilleros-o-terroristas-la-historia-como-nacio-el-epp-n715259.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

HAAS, Hein. Migration and development: a theoretical perspective. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20681751>. Acesso em: 24 out. 2023.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1999. p. 135-162.

HAUB, Carl; KANEDA, Toshiko. **How many people have ever lived on Earth?** Washington, DC: Population Reference Bureau, 2021. Disponível em: <https://www.prb.org/articles/how-many-people-have-ever-lived-on-earth/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

HAURESKO, Cecilia. A imigração ucraniana na América Latina (séculos XIX e XX): identidade e cultura. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, GO, v. 39, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v39.55862>. Acesso em: 17 ago. 2022.

HAUSER, Philip M.; DUNCAN, Otis D. **El estudio de la población**. Santiago, Chile: CELADE, 1975.

HEILAND, Frank; PRSKAWETZ, Alexia; SANDERSON, Warren C. **Do the more-educated prefer smaller families?** Vienna: Vienna Institute of Demography, 2005. (Working Papers n. 3).

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015.

HEVIA, Antonio Elizalde; CORREA, Luis Eduardo Thayer; RIVERA, María Gabriela Córdova. Migraciones sur-sur: paradojas globales y promesas locales. **Polis**, Santiago, Chile, v. 12, n. 35, p. 7-13, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682013000200001>. Acesso: 23 out. 2023.

HOSKINS, Tansy. Cotton production linked to images of the dried up Aral Sea basin. **The Guardian**, London, 01/10/2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/sustainable-fashion-blog/2014/oct/01/cotton-production-linked-to-images-of-the-dried-up-aral-sea-basin>. Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em: 12 set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **América do Sul**. Rio de Janeiro, RJ, [201-?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=69773&view=detalhes>. Acesso em: 07 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1960**. Rio de Janeiro, RJ, 1960.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro, RJ, 1950.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1940**. Rio de Janeiro, RJ, 1940.

ICAT – GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE COORDINACIÓN CONTRA LA TRATA DE PERSONAS. **Cuál es la diferencia entre la trata de personas y el tráfico ilícito de migrantes**. [S. l.], 2016. Disponible em: <https://www.refworld.org/es/pdfid/5f6e6ea34.pdf>. Acceso em: 02 mar. 2023.

ICE – IMMIGRATION AND CUSTOMS ENFORCEMENT. Human trafficking vs human smuggling. Washington, DC, v. 13., n. 1, p. 1-2, 2017. Disponible em: <https://www.ice.gov/sites/default/files/documents/Report/2017/CSReport-13-1.pdf>. Acceso em: 02 mar. 2023.

IDB – INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Programa de Desarrollo del Sistema Estadístico Nacional a través del Censo de Población y Vivienda 2012: Paraguay (PR-L1049/2542-BL-PR)**. [S. l.], [2016?]. Disponible em: <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-1924777365-9>. Acceso em: 07 set. 2023.

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Censo 2010: población total nacida en el extranjero por lugar de nacimiento**. Buenos Aires, Argentina, 2010. Disponible em: <https://www.migraciones.gov.ar/pdf/estadisticas/Censo%202010%20-%20Extranjeros%20por%20nacionalidad.pdf>. Acceso em: 08 nov. 2022.

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Primer Censo de la República Argentina**: verificado en los días 15, 16 y 17 de setiembre de 1869. Buenos Aires, Argentina: Imprenta del Porvenir, 1872. Disponible em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/dpe/Estadistica/censos/C1869-TU.pdf>. Acceso em: 01 jun. 2022.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Resultados preliminares del Censo 2022**. Fernando de la Mora, Paraguay, 2023a. Disponible em: https://www.ine.gov.py/censo2022/documentos/Revista_Censo%202022.pdf. Acceso em: 07 set. 2023.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Resultados preliminares del Censo Indígena 2022**. Fernando de la Mora, Paraguay, 2023b. Disponible em: https://www.ine.gov.py/censo2022/documentos/Revista_Censo_Indigena.pdf. Acceso em: 07 set. 2023.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **¿Qué es el Censo Nacional de Población y Viviendas?** Fernando de la Mora, Paraguay, 2022. Disponible em: <https://censo2022.ine.gov.py/que-es-censo/>. Acceso em: 22 set. 2023.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **88,2% de la población paraguaya es católica**. Fernando de la Mora, Paraguay, 2021. Disponible em: <https://www.ine.gov.py/news/news-contenido.php?cod-news=960>. Acceso em: 13 maio 2022.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **25 de Agosto – Día del Idioma Guaraní**. Fernando de la Mora, Paraguay, 2020. Disponible em: <https://www.ine.gov.py/news/news-contenido.php?cod-news=507>. Acceso em: 25 ago. 2021.

IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Plan sudamericano de desarrollo humano de las migraciones, contexto y perspectivas. In: CONFERENCIA SUDAMERICANA DE MIGRACIONES, 10., 2010, Cochabamba, Estado Plurinacional de Bolivia. **Anais...** Geneva, 2010. Disponible em:

https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/migrated_files/What-We-Do/docs/Plan-Sudamericano-de-Desarrollo-Humano-de-las-Migraciones-PSDHM-2010.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

JEWISH TELEGRAPHIC AGENCY. **8,000 Saar refugees hold Nansen passports, League experts told**. [S. l.], 02/12/1935. Disponível em: <https://www.jta.org/archive/8000-saar-refugees-hold-nansen-passports-league-experts-told>. Acesso em: 14 nov. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Polícia do Rio resgata 23 paraguaios e um brasileiro em situação de escravidão**. Rio de Janeiro, RJ, 08/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/08/policia-do-rio-resgata-23-paraguaios-e-um-brasileiro-em-situacao-de-escravidao.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

JÚNIOR, France. Maioria das grandes marcas de moda do Brasil se recusa a divulgar dados sobre fornecedores. **Repórter Brasil**, São Paulo, SP, 22/12/2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/12/maioria-das-grandes-marcas-de-moda-do-brasil-se-recusa-a-divulgar-dados-sobre-fornecedores/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

KLEINPENNING, Jan M. G. Strong reservations about ‘New insights into the Demographics of the Paraguayan War’. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, PA, v. 37, n. 3, p. 137-142, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1512517>. Acesso em: 05 maio 2022.

KRAUER, Juan Carlos Herken. Paraguai: os desafios de uma economia mediterrânea. **Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, DF, n. 10, p. 162-180, 2009.

KUNITZ, Stephen J. Speculations on the European mortality decline. **The Economic History Review**, London, v. 36, n. 3, p. 349-364, 1983.

KURZWELLY, Jonatan. **Being German and being Paraguayan in Nueva Germania: arguing for “contextual epistemic permissibility” and “methodological complementarity”**. 2017. Thesis (PhD in Social Anthropology) – University of St. Andrews, St Andrews, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/132612320>. Acesso em: 22 set. 2023.

LA NACIÓN. **En Areguá vecinos se oponen a recibir en albergues a enfermos con coronavirus**. Fernando de la Mora, Paraguay, 02/05/2020. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/pais/2020/05/02/en-aregua-vecinos-se-oponen-a-recibir-en-albergues-a-enfermos-con-coronavirus/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília, DF: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

LAÍNO, Domingo. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo, SP: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1979. (Coleção Passado e Presente n° 5).

LAM, David. How the world survived the population bomb: lessons from 50 years of extraordinary demographic history. **Demography**, New York, NY, v. 48, n. 4, p. 1231-1262, 2011.

LATITUD 25. **El mito de los 7 millones: te contamos por qué no somos tantos como creíamos**. [S. l.], 01/09/2023. Disponível em: <https://enlatitud25.com/el-mito-de-los-7-millones-te-contamos-por-que-no-somos-tantos-como-creiamos/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. p. 89-114.

LEITE, Isabela; LÜDER, Amanda. Cidade de SP contabiliza mais de 52 mil moradores de rua, alta de 8,2% em 2023, afirma pesquisa. **GloboNews – São Paulo**, São Paulo, SP, 05/04/2023.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/05/cidade-de-sp-contabiliza-mais-de-52-mil-moradores-de-rua-alta-de-82percent-em-2023-afirma-pesquisa.ghml>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LESTHAEGHE, Ron. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.

LEWIS, Paul H. O Paraguai da Guerra da Tríplice Aliança à Guerra do Chaco, 1870-1932. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina**. São Paulo, SP: EdUSP, 2002. p. 633-655. (Volume V – de 1870 a 1930).

LIMA, Maria Regina Soares; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Globalização, regionalização e América do Sul. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, RJ, n. 6, p. 1-10, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/216039433/Lima-Maria-Regina-S-COUTINHO-Marcelo-2005-Globalizacao-Regionalizacao-e-America-do-Sul>. Acesso em: 17 set. 2021.

LISSARDY, Gerardo. Francia debate qué es ser francés. **BBC Mundo**, América Latina, 06/11/2009. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/internacional/2009/11/091106_identidad_franzia. Acesso em: 24 ago. 2021.

LOCKE, Alexandra et al. The cost of Shein's fast fashion disruption. **Al Jazeera**, [S. l.], 25/11/2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/podcasts/2022/11/25/the-cost-of-sheins-fast-fashion-disruption>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LÓPEZ MOREIRA, Mary Monte de. **Historia del Paraguay**. 7. ed. corregida y aumentada. Asunción, Paraguay: Servilibro, 2015.

LÓPEZ, Magdalena. Democracia en Paraguay: la interrupción del «proceso de cambio» con la destitución de Fernando Lugo Méndez (2012). **Cuadernos del CENDES**, Colinas de Bello Monte. Caracas, v. 31, n. 85, p. 95-119, 2014. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r37421.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LUGON, Clovis. **A República Guarani**. Tradução de Alcy Cheuyche. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

MA, Li. Social policy and childbearing behavior in Japan since the 1960s: an individual level perspective. In: POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA 2010 ANNUAL MEETING, 2010, Dallas, Texas. **Anais...** Alexandria, VA: PAA, 2010. Disponível em: <https://paa2010.princeton.edu/papers/100325>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MAEDER, Ernesto J. A. Las Misiones Jesuíticas. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 113-133.

MAEDER, Ernesto J. A. De las misiones del Paraguay a los Estados nacionales. Configuración y disolución de una región histórica: 1610-1810. In: GADELHA, R. A. F. (ed.). **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo, SP: EDUC, 1999. p. 113-129.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia M. Machado. Reconversão econômica e migrações Sul-Sul na cidade de São Paulo: fluxos e territorialidades migrantes. In: BAPTISTA, D. M. T.; MAGALHÃES, L. F. A. (org.). **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo, SP: EDUC; PIPEq, 2020. Disponível em: https://www.pucsp.br/educ/downloads/migracoes_em_expansao_no_mundo_em_crise.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e

territorialidades migrantes. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 26, n. 52, p. 75-94, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005205>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MAISSEN, Thomas. Switzerland. **Britannica**, 31/01/2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Switzerland>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MALTHUS, Thomas. **An essay on the principle of population**. [S. l.]: Electronic Scholarly Publishing Project, 1998. Disponível em: <http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MANZONI, Maximiliano; CARVALHO, Rubens. Infona y MADES sabían desde 2017 quienes deforestaban tierras ayoreo. **El Surtidor**, Asunción, Paraguay, 17/06/2022. Disponível em: <https://elsurti.com/futuros/reportaje/2022/06/17/infona-mades-sabian-desde-2017-quienes-deforestaban-tierras-ayoreo/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MANZONI, Maximiliano. Un recreo en el sojal. **El Surtidor**, Asunción, Paraguay, 03/03/2021. Disponível em: <https://elsurti.com/futuros/reportaje/2021/03/03/un-recreo-en-el-sojal/>. Acesso em: 21 set. 2022.

MANZONI, Maximiliano. Grand Theft Chaco: las empresas que deforestan tierras Ayoreo para tapizar autos europeos. **El Surtidor**, Asunción, Paraguay, 30/09/2020. Disponível em: <https://elsurti.com/futuros/reportaje/2020/09/29/las-empresas-que-deforestan-tierras-ayoreo-para-tapizar-autos-europeos/>. Acesso em: 22 set. 2022.

MARCOS, Juan Manuel; NOGUERA, Carlos. A la Residenta. **Portal Guarani**, Asunción, Paraguay, [201-?]. Disponível em: https://www.portalguarani.com/1332_carlos_noguera/41888_a_la_residenta__musica_carlos_noguera.html. Acesso em: 14 set. 2023.

MARINHO, Lourdes. STF nega suspensão de ação judicial contra sul-coreanos acusados de explorar trabalho escravo. **Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)**, Brasília, DF, 25/03/2020. Disponível em: <https://novo.sinait.org.br/site/noticia-view?id=17656%2Fstf+nega+suspensao+de+acao+judicial+contra+sul-coreanos+acusados+de+explorar+trabalho+escravo>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de gobernabilidad migratoria. La perspectiva política en América del Sur. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 71-92, 2010.

MARTÍN, Oscar. Los bañados, la franja costera y el derecho a una vida digna. **SERPAJ PY (Servicio Paz y Justicia Paraguay)**, año 2, n. 7, 2013. (Boletín Especial de Información y Análisis). Disponível em: <http://www.serpajpy.org.py/wp-content/uploads/2013/09/PDF-para-web.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Brasília, DF: UNFPA, 2010. p. 11-24.

MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Fundação SEADE. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo, SP, 1990. p. 16-26.

MARTINE, George. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 1, n. 2, p. 28-31, 1987.

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Marcela. Migración y colonización en Paraguay. El caso de la colonia Cosme. **Relaciones Estudios de Historia y Sociedad**, México, v. 42, n. 168, p. 25-47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24901/rehs.v42i168.855>. Acesso em: 22 set. 2023.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do ausente (drama e libertação nas migrações). **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 82, p. 11-28, 2018.

MASI, Fernando. Paraguai-Brasil e o projeto Mercosul. **Política Externa**, São Paulo, SP, v. 14, n. 3, p. 23-32, 2006.

MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. Paraguay. Estancamiento económico y desgaste político en los años del Mercosur. In: BOUZAS, R. (coord.). **Realidades nacionales comparadas: Argentina – Bolivia – Brasil – Paraguay – Uruguay**. Buenos Aires, Argentina: Fundación OSDE; Grupo Editor Altamira, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/cadep/20160721054607/6.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

MASSEY, Douglas S. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

MCDONALD, Peter. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000.

MELIÀ, Bartomeu. Historia de la lengua guaraní. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 425-445.

MELIÀ, Bartomeu. La tierra sin mal. In: MEDINA, J. (ed.). **Ñande Reko. La comprensión guaraní de la Vida Buena**. 2. ed. La Paz, Bolívia: PADEP/GTZ, 2008. p. 99-107. (Serie Gestión Pública Intercultural, n. 7). Disponível em: <https://bivica.org/files/vida-buena-pueblo-guarani.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MELIÀ, Bartomeu. Paraguai: identidades, substituições e transformações. **Revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, DF, n. 8, p. 159-172, 2007.

MELIÀ, Bartomeu. La reducción según los guaraníes: dichos y escritos. In: GADELHA, R. A. F. (ed.). **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo, SP: EDUC, 1999. p. 55-64.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

MENNONITE WORLD CONFERENCE. **Global map**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://mwc-cmm.org/global-map>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MERA, Carolina. La diáspora coreana en América Latina. In: RAMÍREZ-BONILLA, J. J. (ed.). **Transiciones coreanas: permanencia y cambio en Corea del Sur en el inicio del siglo XXI**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2009. p. 303-334.

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL. **Modificação da Decisão CMC Nº 58/10**. Conselho do Mercado Comum. Brasília, DF, 16/07/2015. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/58074_DEC_026-2015_PT_Modific%20%20Dec%2058-10.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Países del MERCOSUR**. Montevideo, Uruguay, [2022?]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/quienes-somos/paises-del-mercador/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Presupuesto del Fondo para la convergencia estructural del Mercosur (FOCEM) para el Ejercicio 2022**. Montevideo, Uruguay, 05 abr. 2022. Disponible em: https://focem.mercosur.int/uploads/normativa/DEC_020-2021_ES_Presupuesto%20FOCEM%202022-7.pdf. Acceso em: 12 nov. 2022.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Decisión sobre la suspensión de la República Bolivariana de Venezuela en el MERCOSUR en aplicación del protocolo de Ushuaia sobre compromiso democrático en el MERCOSUR**. São Paulo, SP, 05 ago. 2017. Disponible em: <https://www.mercosur.int/documento/decision-sobre-la-suspension-de-venezuela-en-el-mercotur/>. Acceso em: 08 ago. 2022.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Mercosur: estructura y agendas**. Montevideo, Uruguay, 2015a. Disponible em: <https://www.mercosur.int/documento/folleto-mercotur-academico/>. Acceso em: 09 ago. 2022.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Declaración sociolaboral del Mercosur del 2015**. Brasília, DF, 17 jul. 2015b. Disponible em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreunionanexos/58000_ATT27UU.pdf. Acceso em: 17 set. 2021.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Protocolo constitutivo del Parlamento del Mercosur**. Montevideo, Uruguay, 09 dic. 2005. Disponible em: https://www.parlamentomercotur.org/innovaportal/file/7308/1/protocolo_es.pdf. Acceso em: 09 ago. 2022.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Acuerdo sobre residencia para nacionales de los Estados partes del Mercosur**. Brasília, DF, 06 dic. 2002. Disponible em: <https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-residencia-nacionales-estados-partes-mercotur-bolivia-chile/>. Acceso em: 17 set. 2021.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Declaración sociolaboral del Mercosur**. Rio de Janeiro, RJ, 10 dic. 1998a. Disponible em: http://www.sice.oas.org/labor/mercotur_sociolab.pdf. Acceso em: 17 set. 2021.

MERCOSUR – MERCADO COMÚN DEL SUR. **Protocolo de Ushuaia sobre compromiso democrático en el MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile**. Montevideo, Uruguay, 24 jul. 1998b. Disponible em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-ushuaia-compromiso-democratico-mercotur-bolivia-chile/>. Acceso em: 08 ago. 2022.

MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated public use microdata series, international: version 7.3** [dataset]. Minneapolis, MN: IPUMS, 2020. Disponible em: <https://doi.org/10.18128/D020.V7.3>. Acceso em: 24 set. 2022.

MONDARDO, Marcos. Descolonización de la frontera de Brasil con Paraguay: los guaraníes y kaiowá transfronterizos y las multitransterritorialidades de la lucha por el tekoha. **Sí Somos Americanos – Revista de Estudios Transfronterizos**, Santiago, Chile, v. 20,, n. 2, p. 161-185, 2020. Disponible em: <https://www.scielo.cl/pdf/ssa/v20n2/0719-0948-ssa-20-02-161.pdf>. Acceso em: 04 jul. 2022.

MONGES, Alma. Por la igualdad de las mujeres: el liberalismo radical de Serafina Dávalos. In: XII TALLER / CONGRESO “PARAGUAY DESDE LAS CIENCIAS SOCIALES”, 1., 2023, San Lorenzo. **Anais...** San Lorenzo, Paraguay: Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay; Facso, 2023. Disponible em: <http://paraguay.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/129/2023/04/Monges.pdf>. Acceso em: 01 maio 2023.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 41, 1, p. 162-197, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/XBvW7FkYtr7TcqFb4xkLxzz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MORÍNIGO, José Nicolás. La matriz histórica del problema de la tierra en la sociedad paraguaya. **NovaPolis, Revista de Estudios Políticos Contemporáneos**, edição n. 10, p. 4-12, 2005.

MORTARI A. C., Paulo. Apontamentos sobre o retorno de paraguaios a seu país de naturalidade a partir da Região Metropolitana de São Paulo no contexto da pandemia de SARS-CoV-2. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020a. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-internacionais-e-a-pandemia-covid-19/>. Acesso em: 18 maio 2023.

MORTARI A. C., Paulo. Determinantes socioeconômicos e transição epidemiológica: aportes iniciais para se pensar na relação entre migração e saúde no contexto da pandemia de SARS-CoV-2 (2020). In: SILVA, C. R. et al. (org.). **Emergências epidemiológicas e mobilidade humana**. São Paulo, SP: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2020b. p. 74-102.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. 20. tiragem. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

NÚCLEO CULTURAL GUARANI PARAGUAI TEETE. **Carta aberta ao Yahoo! Esportes pelo uso do termo “cavalo paraguaio”**. São Paulo, SP, 26 jun. 2017. Disponível em: <https://paraguaiteete.wordpress.com/2017/06/26/carta-aberta-ao-yahoo-esportes-pelo-uso-do-termo-cavalo-paraguaio/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Base de dados harmonizadas CTPS/RAIS/CAGED, RAIS-CTPS Estoque (2010-2020)**. Brasília, DF, 29 set. 2023a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>. Acesso em: 12 out. 2023.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório)**. Brasília, DF, 29 set. 2023b. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 12 out. 2023.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **STI (Sistema de Tráfego Internacional)**. Brasília, DF, 29 set. 2023c. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>. Acesso em: 12 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo**: números da imigração internacional para o Brasil. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2022. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em: 12 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo**: números da imigração internacional para o Brasil. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. Disponível em:

<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Population and migration. In: OECD. **OECD Factbook 2015-2016**: economic, environmental and social statistics. Paris, 2016. p. 12-27. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/factbook-2015-en.pdf?expires=1706053329&id=id&accname=guest&checksum=916AB0997272F633326651FA7548453E>. Acesso em: 16 ago. 2023.

OHCHR – OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **International convention on the protection of the rights of all migrant workers and members of their families**. Geneva, 21 feb. 2023. (Status of Ratification Interactive Dashboard). Disponível em: <https://indicators.ohchr.org/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

OHNO, Massao (ed.). **Centenário da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Escala, 2008.

OIM – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Perfil migratorio de Paraguay 2011**. Buenos Aires, Argentina, 2011. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/perfilmigratoriodeparaguay.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

OLIVEIRA, Gabriela Camargo. **A segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo**. 2012. 214f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.870886>. Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA, José Oswaldo Soares; GOMES, Cilene. Introdução à urbanização contemporânea: espaços e paisagens na Região do Vale do Paraíba (SP). In: COSTA, S. M. F.; MELLO, L. F. (org.). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos, SP: Intergraf; Universidade do Vale do Paraíba, 2010. p. 33-65. (Série São José dos Campos: História e Cidade, v. 5). Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2018/07/Volume-V-Crescimento-Urbano-e-Industrializa%C3%A7%C3%A3o-em-S%C3%A3o-Jos%C3%A9-dos-Campos.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **MERCOSUL**: atores políticos e grupos de interesse brasileiros. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Maria Coleta. A segunda transição demográfica: nova teoria ou mais do mesmo? In: TURRA, C.; CUNHA, J. M. P. (org.). **População e desenvolvimento em debate**: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, MG: ABEP/UNFPA, 2012. (Demografia em Debate, v. 4).

OLIVEIRA, Rafael de la Torre. Trilha da costura: flexibilidade laboral ou escravidão. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo9.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

OMRAN, Abdel R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. **The Milbank Quarterly**, New York, NY, v. 83, n. 4, p. 731-757, 2005.

ONU – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna:** manual VI. New York, NY, 1972.

ORTEGA, Guillermo. Agua “virtual”, producción agrícola y ganadera. In: PALAU, M. (coord.). **Con la soja al Cuello:** informe sobre agronegocios en Paraguay 2013-2015. Asunción, Paraguay: BASE-IS, 2015. Disponible em: https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2015/12/2015Dic_ConLaSojaAlCuello.pdf. Acceso em: 21 set. 2022.

ORTIZ, Andrés Ozuna. **Ishiro awoso picho hn marõ awoso:** idioma ishí ibitoso-castellano. diccionario ilustrado. Edición de Anna Luisa Daigneault. Asunción, Paraguay: Tierraviva; UCINY, 2019.

OVIEDO, Susana. “Perdernos del Mercosur era perder todo, y significaba quedar aislado”. Entrevista a Antonio Félix López Acosta. **Última Hora**, Asunción, Paraguay, 26/03/2016. Disponible em: <http://m.ultimahora.com/perdernos-del-mercosur-era-perder-todo-y-significaba-quedar-aislado-n977847.html>. Acceso em: 18 jul. 2018.

PAHO – PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Masculinities and health in the region of the Americas:** executive summary. Washington, DC, 2019. Disponible em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51666>. Acceso em: 27 nov. 2023.

PALAU, Tomás. El marco expulsivo de la migración paraguaya. Migración interna y migración externa. In: HALPERN, G. (comp.). **Migrantes:** perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay. Asunción, Paraguay: Ápe Paraguay, 2011. p. 40-59.

PARAGUAY. Secretaría de Desarrollo para Repatriados y Refugiados Connacionales. **Gobierno entregó aportes por valor de Gs. 369 millones para fortalecer 27 emprendimientos de connacionales repatriados.** Asunción, Paraguay, 13 sep. 2023a. Disponible em: <https://www.repatriados.gov.py/noticia/1330-gobierno-entreg-aportes-por-valor-de-gs-369-millones-para-fortalecer-27-emprendimientos-de-connacionales-repatriados.html>. Acceso em: 22 set. 2023.

PARAGUAY. Honorable Cámara de Senadores. Congreso Nacional. **La Cámara Alta rindió homenaje a Oscar Denis por su servicio al país.** Asunción, Paraguay, 29 jun. 2023b. Disponible em: <https://www.senado.gov.py/index.php/noticias/noticias-presidencia/11714-la-camara-alta-rindio-homenaje-a-oscar-denis-por-su-servicio-al-pais-2023-06-29-18-06-17>. Acceso em: 18 ago. 2023.

PARAGUAY. Biblioteca y Archivo Central del Congreso de la Nación. **Ley nº 6984/22 de migraciones.** Asunción, Paraguay, 17 oct. 2022a. Disponible em: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/10973/ley-n-6984-de-migraciones#:~:text=La%20presente%20Ley%20establece%20el,cultural%20y%20econ%C3%B3mico%20del%20pa%C3%ADs>. Acceso em: 15 nov. 2022.

PARAGUAY. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Paraguay recibe segundo desembolso de la cooperación de la República de China (Taiwán) para fortalecer el sistema de salud pública.** Asunción, Paraguay, 18 ago. 2022b. Disponible em: <https://www.mre.gov.py/index.php/noticias-de-embajadas-y-consulados/paraguay-recibe-segundo-desembolso-de-la-cooperacion-de-la-republica-de-china-taiwan-para-fortalecer-el-sistema-de-salud-publica>. Acceso em: 22 set. 2023.

PARAGUAY. Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones. **Puente de la integración ingresa a su recta final con 90% de avance.** Asunción, Paraguay, 20 jul. 2022c. Disponible em: <https://www.mopc.gov.py/index.php/noticias/puente-de-la-integracion-ingresa-su-recta-final-con-90-de-avance>. Acceso em: 25 ago. 2023.

PARAGUAY. Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. **Proyecto de fortalecimiento del sector público de salud:** marco de planificación para pueblos indígenas. Asunción, Paraguay, 2021. Disponible em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/857091552025185165/pdf/Marco-de-Planificacion-para-Pueblos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

PARAGUAY. Ministerio de Hacienda. **Perfil económico y comercial:** Paraguay. Asunción, Paraguay, jun. 2020a. Disponible em:

https://economia.gov.py/application/files/1115/9231/4944/Perfil_Economico_y_Comercial_de_Paraguay.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

PARAGUAY. Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. **Reportes – Covid-19.** Asunción, Paraguay, 05 jun. 2020b. Disponible em: <https://www.mspbs.gov.py/reporte-covid19.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

PARAGUAY. Congreso Nacional de la República del Paraguay. Honorable Cámara de Diputados. **Diputados por departamento.** Asunción, Paraguay, [2018?]. Disponible em: <http://www.diputados.gov.py/index.php/diputados-nacionales/diputados-por-departamentos>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PARAGUAY. Ministerio de Relaciones Exteriores. **El Presidente Cartes destacó en la Cumbre del Mercosur el empeño en consolidar el ámbito comercial y económico.** Asunción, Paraguay, 18 jun. 2018. Disponible em: https://www.mre.gov.py/index.php/noticias/el-presidente-cartes-destaco-en-la-cumbre-del-mercosur-el-empeno-en-consolidar-el-ambito-comercial-y-economico?ccm_paging_p=56. Acesso em: 06 out. 2023.

PARAGUAY. Ministerio de Industria y Comercio. **Acuerdo de cooperación económica entre la República del Paraguay y la República de China (Taiwán).** Asunción, Paraguay, 2017. Disponible em: http://www.sice.oas.org/Trade/PAR_TWN/PAR_TWN_ECA_text_s.asp. Acesso em: 22 set. 2023.

PARAGUAY. Congreso Nacional. Honorable Cámara de Diputados de la República del Paraguay. **Libelo acusatorio.** Asunción, Paraguay, 2012. (Anexo. Artículo 1º Inc. C) Resolución H. Cámara de Diputados nº 1431/2012). Disponible em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/11/Libelo-Acusatorio.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PARAGUAY. Congreso de la Nación Paraguaya. **Ley de lenguas. Nº 4251 | Ko Léi ñe'ẽ ñane ñe'ẽnguéra Léi rehe.** Sancionada el 09 de diciembre de 2010. Asunción, Paraguay, 2010. Disponible em: <http://www.cultura.gov.py/marcolegal/ley-de-lenguas-n%C2%BA-4251/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

PARAGUAY. Congreso de la Nación Paraguaya. **Ley nº 978/96 de migraciones.** Asunción, Paraguay, 08 nov. 1996a. Disponible em: https://www.oas.org/dil/esp/ley_de_migraciones_paraguay.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

PARAGUAY. Biblioteca y Archivo Central del Congreso de la Nación. **Ley nº 834. Establece el Código Electoral Paraguayo.** Asunción, Paraguay, 17 abr. 1996b. Disponible em: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/2346/ley-n-834-establece-el-codigo-electoral-paraguayo>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PARAGUAY. Congreso de la Nación Paraguaya. **Ley nº 71/92.** Que modifica la Ley nº 426 de fecha 7 de diciembre de 1973, que establece la división política del territorio de la República. Sancionada el 05 de noviembre de 1992. Asunción, Paraguay, 1992a. Disponible em: <http://www.central.gov.py/wp-content/uploads/2019/06/2.05-LEY-N%C2%B0-71-1992-Modif.-426-1973.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

PARAGUAY. **Constitución Nacional de la República del Paraguay.** Sancionada y promulgada el 20 de junio de 1992. Honorable Cámara de Senadores, Asunción, Paraguay, 1992b. Disponível em:

<http://digesto.senado.gov.py/archivos/file/Constituci%C3%B3n%20de%20la%20Rep%C3%ABlica%20del%20Paraguay%20y%20Reglamento%20Interno%20HCS.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PARAGUAY. **Constitución de la República del Paraguay de 1967.** Promulgada el 25 de agosto de 1967. Convención Nacional Constituyente. Asunción, Paraguay, 1967. Disponível em: <http://digesto.senado.gov.py/ups/leyes/3913Constitucion1967.doc>. Acesso em: 09 jun. 2022.

PARAGUAY. Congreso Paraguayo. **Ley nº 514/21 por la cual se acuerdan derechos y privilegios a los miembros de la comunidad menonita que lleguen al país.** Asunción, Paraguay, 26 jul. 1921. (Escritos de Derecho). Disponível em: <https://www.escritosdederecho.net/2013/05/por-la-cual-se-acuerdan-derechos-y.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PARAGUAY.COM. Entrevista a candidatos de la Alianza Ganar, Efraín Alegre y Leo Rubín. **YouTube**, 26/02/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dJlwo0ChA_A. Acesso em: 20 jun. 2018.

PARAGUAYO RESIDENTE EN BRASIL SÃO PAULO. **Facebook**, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/312915598723128/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PARAGUAYOS EN SÃO PAULO - BR. **Facebook**, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/paraguayosensaopaulo/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Comissões.** Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Mercosur (Mercado Común del Sur). Pablo de María, [2023]. Disponível em: <https://sapl.parlamentomercosur.org/comissao/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PATARRA, Neide Lopes; OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino. Transição, transições. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda, PE. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1988.

PATARRA, Neide Lopes; OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino. Apontamentos críticos sobre os estudos de fertilidade. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, RJ, n. 131, p. 481-502, 1972.

PDET – PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO. **Acesso online RAIS e CAGED.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência, 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>. Acesso em: 12 out. 2023.

PEIXOTO, Gabriel Rodríguez. Russos na Guerra do Chaco: fragmentos históricos. **Cuadernos de Marte**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Año 9, n. 14, p. 37-71, 2018. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/download/2931/2438>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PEREIRA, Gislaine de Souza. **Materiais e processos têxteis.** Santa Catarina, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Araranguá, 2009. Disponível em: <https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/temp/0/07/20090218180450!MPTEX6.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PEREIRA, Hugo. “El EPP es funcional a los intereses del extractivismo”. **E’a**, 08/09/2020. (Entrevista). Disponível em: <https://ea.net.py/hugo-pereira-el-epp-es-funcional-a-los-intereses-del-extractivismo/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PEREZ, Danae. English and language shift in Paraguay’s New Australia. **World Englishes**, Oxford, v. 35, n. 1, p. 160-176, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/weng.12167>. Acesso em: 17 ago. 2022.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2013. (Estudos & Análises, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 2)

PHELPS, Erin D. South-south migration: why it’s bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, 06/02/2014. Disponível em: <https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A diáspora chinesa na fronteira Brasil/Paraguai: fluxos globais e dinâmicas locais de um processo migratório em transformação. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (org.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília, SP: Oficina Universitária, 2012; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012. p. 257-278.

PLANETA AMÉRICA LATINA. **Virada cultural**: grupo de dança Jeroky Paraguay Mi Pasión – 28/05/2023. São Paulo, SP, 17/05/2023. Disponível em: <https://www.planetaamericalatina.com.br/noticia/28-05-2023>. Acesso em: 08 set. 2023.

PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Ampliando horizontes**: emigración internacional paraguaya. Paraguay, 2009. Disponível em: <https://www.py.undp.org/content/paraguay/es/home/library/poverty/ampliando-horizontes--emigracion-internacional-paraguaya.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

POLÍCIA FEDERAL. **PF deflagra Operação Libertatis e resgata 19 estrangeiros em condições análoga à escravidão**. Brasília, DF, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/pf-deflagra-operacao-libertatis-e-resgata-19-estrangeiros-em-condicoes-analoga-a-escravidao>. Acesso em: 25 abr. 2023.

POLÍCIA FEDERAL. **PF prende em flagrante dois envolvidos em trabalho análogo à escravidão no Mato Grosso do Sul**. Brasília, DF, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/09/pf-prende-em-flagrante-dois-envolvidos-em-trabalho-analogo-a-escravidao-no-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 03 fev. 2023.

PORTAL DA INSPEÇÃO DO TRABALHO. **Radar SIT**: painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

POTTHAST, Barbara. La mujer en la historia del Paraguay. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 317-336.

PRESTON, Samuel H.; HEUVELINE, Patrick; GUILLOT, Michel. **Demography**: measuring and modeling population processes. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2001.

PUSINERI, Adelina; ZALAZAR, Raquel. El Periodo Prehispánico. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 49-62.

QOBILOV, Rustam. A plantação de algodão que fez Mar de Aral virar deserto. **BBC News Brasil**, [S. l.], 26/02/2015. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150226_mar_aral_gch_lab#:~:text=O%20desaparecimento%20do%20Mar%20de,do%20mundo%20em%20um%20deserto. Acesso em: 11 jan. 2023.

RABELO, Isabel. Em 14 anos, mais de 800 imigrantes foram resgatados de situações de trabalho escravo no Brasil. **Migramundo**, [S. l.], 23/07/2021. Disponível em: <https://migramundo.com/em-14-anos-mais-de-800-imigrantes-foram-resgatados-de-situacoes-de-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RACHID, Leila. A política externa da República do Paraguai. **Revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, DF, n. 1, p. 125-137, 2004.

RAMÍREZ, Porfirio Leonor. Caacupé: trajetórias de organizações de paraguaios em São Paulo. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 74, p. 93-106, 2014.

RAVENSTEIN, Ernest Georg. As leis de migração. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. p. 22-88.

REBER, Vera Blinn. The demographics of Paraguay: a reinterpretation of the Great War, 1864-1870. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, NC, v. 68, n. 2, p. 289-319, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2515516?seq=1>. Acesso em: 05 maio 2022.

REFOSCO, Ereany; OENNING, Josiany; NEVES, Manuela. Da alta costura ao prêt-à-porter, da fast fashion a slow fashion: um grande desafio para a Moda. **Modapalavra E-Periódico**, Florianópolis, SC, n. 8, p. 1-15, 2011. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/7808/5376>. Acesso em: 02 jan. 2023.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar! Educação para a prevenção ao trabalho escravo**. São Paulo, SP: Repórter Brasil, 2022. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/ong-reporter-brasil-lanca-principal-referencia-sobre-o-tema-do-trabalho-escravo/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

REUTERS. **And then there were 13: Taiwan's diplomatic allies**. [S. l.], 26/03/2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/then-there-were-13-taiwans-diplomatic-allies-2023-03-26/>. Acesso em: 22 set. 2023.

REYES, Felipe. Desierto de Atacama: el "cementerio tóxico" de ropa que se descarta en otras partes del mundo. **Bío Bío Chile**, Chile, 09/11/2021. Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/especial/aqui-tierra/noticias/2021/11/09/desierto-de-atacama-el-cementerio-toxico-de-ropa-que-se-descarta-en-otras-partes-del-mundo.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a Pátria Grande**. 3. ed. São Paulo, SP: Global, 2017.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Transição demográfica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 37, n. 2, p. 467-490, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/xKKs9kXKRq4GHFmm7TQYfsD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2022.

RIPSA – RED INTERAGENCIAL DE INFORMACIONES PARA LA SALUD. **Indicadores básicos para la salud en Brasil: conceptos y aplicaciones**. Traducción de Maria Alejandra Schulmeyer. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/indicadores_basicos_salud_brasil.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay: análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008**. Asunción,

Paraguay: Centro de Documentación y Estudios, 2016. Disponível em: https://media.business-humanrights.org/media/documents/files/documents/2016_CDE_Concentraci%C3%B3n-de-tierras-y-producci%C3%B3n.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

RIVAROLA, Milda. Paraguai: estado patrimonial e clientelismo. **Revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, DF, n. 6, p. 109-131, 2007.

ROA BASTOS, Augusto. Paraguay, una isla rodeada de tierra. **El Correo de la UNESCO**, España, Año XXX, p. 51-53, 1977.

ROCHA, Mauricio Santoro. A outra volta do bumerangue: estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952-2006). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2., 2007, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2008.

RODRIGUES, Gilberto M. A.; SILVA, Luiza Fernandes. Legislação migratória nos países do Mercosul: um novo paradigma com enfoque em direitos humanos? **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, DF, v. 13, n. 13, p. 17-36, 2018.

RODRÍGUEZ, Ermo; PERALTA, Victoria. Escuelas Rurales Fumigadas. El paradigmático caso de la escuela San Jorge de Itapúa Poty. In: PALAU, M. (coord.). **Con la Soja al Cuello 2019: informe sobre agronegocios en Paraguay**. Asunción, Paraguay: BASE-IS, 2019. p. 82-83. Disponível em: https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2019/12/SAC19web_compressed.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

RODRÍGUEZ, Iñaki Marqués. Menonitas 1927-1935. Colonización y evangelización en el chaco paraguayo. **Revista Latino-Americana de História**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 17 Especial, p. 176-191, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/rlah.v6i17Especial.835>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ROGERS, Andrei; CASTRO, Luis J. **Model migration schedules**. Laxenburg, Austria: International Institute for Applied System Analysis, 1981. Disponível em: <https://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/1543/1/RR-81-030.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ROJAS, María José. Villa Occidental: consolidación de la ocupación de los territorios argentinos del Gran Chaco, 1850-1878. In: TALLER “PARAGUAY DESDE LAS CIENCIAS SOCIALES”, 11., 2018, Pilar. **Anais...** Pilar: Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay; Universidad de Buenos Aires; Universidad Nacional de Pilar, 2018. Disponível em: http://paraguay.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/129/archivos/2018_RojasMJ.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai: transição democrática e política externa**. São Paulo, SP: Annablume; Fapesp, 2011.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. **Ordem e transformação na política mundial**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

RSC – RMG SUSTAINABILITY COUNCIL. **About us**. Bangladesh, [2023]. Disponível em: <https://rsc-bd.org/en/about-us>. Acesso em: 08 fev. 2023.

RTVE. **Vendidas como esclavas**. Espanha, 30/09/2010. Disponível em: <https://www.rtve.es/television/20100930/portada-vendidas-como-esclavas/357914.shtml>. Acesso em: 07 jul. 2023.

RUBIANI, Jorge. Los Jesuitas en el Paraguay (1610-1767). **TSN – Transatlantic Studies Network**, Espanha, n. 7, p. 155-173, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434676>. Acesso em: 11 jul. 2022.

RUIZ-DÍAZ, Ana Leticia Carosini et al. **Impacto económico de la aprobación de la soja transgénica en el Paraguay, 1982-2012**: proyecto 14-INV-233: programa prociencia conacyt. San Lorenzo, Paraguay: Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Asunción, 2020. Disponível em: https://www.conacyt.gov.py/sites/default/files/upload_editores/u294/LIBRO-soja-ECO_UNA-2020-FEBRERO.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 87-98, 1996.

SALINAS, Inés González. Trata de personas para explotación sexual de paraguayas en España. **Revista Jurídica – Investigación en Ciencias Jurídicas y Sociales**, Asunción, Paraguay, v. 2, n. 9, p. 77-103, 2019. Disponível em: <https://ojs.ministeriopublico.gov.py/index.php/rjmp/article/view/136>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990.

SALVÁ, Ana. Rana Plaza: los trabajadores de la industria textil de Bangladés, de nuevo en peligro. **El País**, Madrid, 16/05/2021. Disponível em: <https://elpais.com/planeta-futuro/2021-05-16/los-trabajadores-de-la-industria-textil-de-banglades-de-nuevo-en-peligro.html>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SANT'ANNA-MULLER, Mara Rubia. Prêt-à-Porter, discussões em torno de seu surgimento e relação com a Alta-Costura francesa. **Projética – Revista Científica de Design**, Londrina, PR, v. 2, n. 2, p. 114-127, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314892355_Pret-a-Porter_discussoes_em_torno_de_seu_surgimento_e_relacao_com_a_Alta-Costura_francesa. Acesso em: 02 jan. 2023.

SANTI, Silvana. La nueva política migratoria de Paraguay: derechos humanos y seguridad como pilares para el tratamiento político de la inmigración. **Estudios de Derecho**, Colombia, v. 77, n. 169, p. 213-232, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17533/udea.esde.v77n169a09>. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, Aline Lima; NOVAES, Dirce Trevisi Prado; CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 33, n. 2, p. 121-149, 2018.

SANTOS, Ana Paula. **Lago de memórias**: a submersão das sete quedas. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2951/1/000165467.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Censo da população em situação de rua – 2021**. São Paulo, SP, 10 jul. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassitencial/pesquisas/index.php?p=18626. Acesso em: 03 nov. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Subprefeituras. **Mapa da cidade.** São Paulo, SP, 07 out. 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade:** povos migrantes: orientações pedagógicas. São Paulo, SP, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-povos-migrantes-orientacoes-pedagogicas/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. **Estudantes brasileiros e estrangeiros participam juntos de encontros para combater problemas de convívio no ambiente escolar.** São Paulo, SP, 24 set. 2019. Atualizado em 30 nov. 2020. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/estudantes-brasileiros-e-estrangeiros-participam-juntos-de-encontros-para-combater-problemas-de-convivio-no-ambiente-escolar/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

SERPAJ – SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. **El Bañado:** vida y arraigo en disputa. Asunción, jul. 2019. Disponível em: <http://www.serpajpy.org.py/wp-content/uploads/2019/11/EL-BA%C3%91ADO-Vida-y-Arraigo-en-disputa.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SERVO, Luciana Mendes Santos. Perfil epidemiológico da população brasileira e o espaço das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2014. p. 491-509.

SILVA, Carlos Freire. Ciudad del Este: do comércio de fronteira ao centro de São Paulo. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 74, p. 75-90, 2014.

SILVA, Gerardo; CORSINI, Leonora. A diáspora haitiana, territorialidades e conflitos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – ENANPEGE, 13., 2019, São Paulo, SP. **Anais...** [S. l.]: ANPEGE, 2019. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562638144_ARQUIVO_HAITI_Territorialidadesyconflictos_port.pdf. Acesso em: 04 set. 2021.

SILVA, Sidney A. Bolivianos em São Paulo: Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SILVA, Silvana Cristina. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo:** os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). 2012. 362f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/856640>. Acesso em: 26 out. 2023.

SIMÓN G., José Luis. O Paraguai da transição: democracia de baixa qualidade e política externa “de arrasto”. In: Fundação Konrad Adenauer. **Cadernos Adenauer 7.** Rio de Janeiro, RJ, 2000. p. 45-85.

SINGER, Paul I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. p. 211-244.

SOARES, André Luis R.; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Chegando pelos jornais: Imigração japonesa no Rio Grande do Sul. In: MARTINS, I. L.; HECKER, A. (org.). **E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias**. São Paulo, SP: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 55-67.

SOLINO, Livia Juliana Silva et al. Fast-Fashion: uma revisão bibliográfica sistemática e agenda de pesquisa. **Revista Produção Online**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 15, n. 3, p. 1021-1048, 2015. Disponível em: <https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/1947/1321>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SORIANO, Érico. **Confiança, incertezas e discursos sobre os riscos de colapso de barragem na UHE Itaipu Binacional**: o processo de vulnerabilização dos moradores a jusante. 2012. 183f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-05072012-094749/publico/TeseSorianoEricoCorrig.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Missões Jesuíticas como Sistema**. 2014. 260f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/documentos/livraria/XY14-soster_pratschke_mestrado.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

SOUCHAUD, Sylvain. Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo. In: LANNA, A. L. D. et al. (org.). **São Paulo: os estrangeiros e a construção da cidade**. São Paulo, SP: Alameda Editorial, 2011. p. 65-89.

SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. et al. (org.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2010. p. 267-290.

SOUCHAUD, Sylvain. Geografía de la migración brasileña en Paraguay. Asunción, Paraguay: UNFPA, 2007. Disponível em: https://ird.hal.science/ird-00323354/file/Geografia_de_la_migracion_brasilena_en_Paraguay_Souchaud_2007.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 137-156, 2006.

SURVIVAL INTERNATIONAL. **Los indígenas paraguayos calificados de atrasados por la BBC responden**. [S. l.], 14 dic. 2012. Disponível em: <https://www.survival.es/noticias/8892>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SZARAN, Luis. Historia de la música. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 411-424.

TARTAKOWER, Arie; GROSSMANN, Kurt R. **The Jewish refugee**. New York, NY: Institute of Jewish Affairs of the American Jewish Congress and World Jewish Congress, 1944. Disponível em: https://www.bjpa.org/content/upload/bjpa/the_/THE%20JEWISH%20REFUGEE,%20ARIE%20TARTAKOWER%20AND%20KURT%20R%20GROSSMAN%201944.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

TELESKA, Ignacio. Afrodescendientes: esclavos y libres. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 337-355.

TENA, Jose Nunez. Ropa de usar y tirar: una moda que acaba en enormes vertederos. **Euronews**, França, 08/11/2021. Disponível em: <https://es.euronews.com/2021/11/08/ropa-de-usar-y-tirar-una-moda-que-acaba-en-enormes-vertederos>. Acesso em: 13 jan. 2023.

THOMPSON, George. **La Guerra del Paraguay**. Asunción, Paraguay: Servilibro, 2010. (Serie “Otra Historia”, dirigida por Guido Rodríguez Alcalá).

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: CASTAÑEDA, E.; SCHNEIDER, C. L. (ed.). **Collective violence, contentious politics, and social change**. New York, NY: Routledge, 2017. p. 307-325.

TODARO, Michael P. A migração da mão de obra e o desemprego urbano nos países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. p. 151-171.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, n. 27, p. 143-166, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2144>. Acesso em: 17 jan. 2023.

TSJE – TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA ELECTORAL. **Números relevantes: elecciones nacionales y departamentales**. Asunción, Paraguay, 2023. Disponível em: https://tsje.gov.py/descarga_rrhh.php?id=NUMEROS-RELEVANTES-2023.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

TSJE – TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA ELECTORAL. **Resolución TSJE nº 16/2022**. Por la que se convoca a elecciones generales y departamentales de presidente y vicepresidente de la República, senadores, diputados, gobernadores y miembros de juntas departamentales. Asunción, Paraguay, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://tsje.gov.py/elecciones-generales-2023.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

TSJE – TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA ELECTORAL. **Ley 6318/2019**. Del desbloqueo de listas para cargos plurinacionales y su aplicación en organizaciones intermedias. Asunción, Paraguay, 2020. Disponível em: <https://tsje.gov.py/static/ups/docs/archivos/2020/junio/LJUBETIC-PRESENTACION-DESBLOQUEO.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

TSJE – TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA ELECTORAL. **Listado de agrupaciones políticas con personería jurídica vigente**. Asunción, Paraguay, 2019. Disponível em: <https://tsje.gov.py/listado-de-agrupaciones-politicas-2019.html>. Acesso em: 17 ago. 2023.

TST – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Dumping social - indenização deve ser requerida pelo ofendido**. Brasília, DF, 25 jan. 2013. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/dumping-social-indenizacao-deve-ser-requerida-pelo-ofendido>. Acesso em: 16 ago. 2023.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

ULIN, Robert C. Some chocolate has a dark side to it – child labor. **The Conversation**, 16/05/2022. Disponível em: <https://theconversation.com/some-chocolate-has-a-dark-side-to-it-child-labor-179271>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ÚLTIMA HORA. **Policía rescata a 13 paraguayos esclavizados en un taller de Brasil**. Asunción, Paraguay, 09/12/2022a. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/policia-rescata-13-paraguayos-esclavizados-un-taller-brasil-n3037848.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ÚLTIMA HORA. **Se cumplen 2 años del secuestro del ex vicepresidente Óscar Denis.** Asunción, Paraguay, 09/09/2022b. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/se-cumplen-2-anos-del-secuestro-del-ex-vicepresidente-oscar-denis-n3022565>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ÚLTIMA HORA. **Comisión que investiga el lavado de dinero convoca a Horacio Cartes.** Asunción, Paraguay, 26/07/2022c. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/comision-que-investiga-el-lavado-dinero-convoca-horacio-cartes-n3014474.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ÚLTIMA HORA. **Paraguay cumple 10 días de cuarentena, con futuro incierto y una población preocupada.** Asunción, Paraguay, 20/03/2020. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/paraguay-cumple-10-dias-cuarentena-futuro-incierto-y-una-poblacion-preocupada-n2875966.html>. Acesso em: 18 maio 2023.

ÚLTIMA HORA. **Campesinos de Guahary bloquean acceso de camiones con víveres.** Asunción, Paraguay, 26/01/2017. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/campesinos-guahary-bloquean-acceso-camiones-viveres-n1058236>. Acesso em: 18 ago. 2023.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **International migrant stock 2020.** New York, NY, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World population prospects 2019:** data booklet. New York, NY, 2019a. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_DataBooklet.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World population prospects 2019:** highlights. New York, NY, 2019b. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World population prospects 2019:** total fertility by region, subregion and country, 1950-2100 (live births per woman). New York, NY, 2019c. Disponível em: <https://population.un.org/wpp2019/Download/Standard/Fertility/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World population prospects 2019:** life expectancy at birth (both sexes combined) by region, subregion and country, 1950-2100 (years). New York, NY, 2019d. Disponível em: <https://population.un.org/wpp2019/Download/Standard/Mortality/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **The world's women 2010:** trends and statistics. New York, NY, 2010. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/demographic/products/worldswomen/WW_full%20report_BW.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2020:** the next frontier: Human development and the Anthropocene. New York, NY, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2020pdf.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Terminal evaluation of the UNEP / GEF Project 2095. “Sustainable Management of the Water Resources of the La Plata Basin with Respect to the Effects of Climate Variability and Change”.** Nairobi, Kenya, 2019a. Disponível em:

https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/32148/2095_2020_te_unep_gef_fsp_IWRM_la_plata_basin.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 maio 2022.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Fashion's tiny hidden secret**. Nairobi, Kenya, 13 mar. 2019b. Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/story/fashions-tiny-hidden-secret?_ga=2.76561686.285274226.1673521615-312807616.1673521615. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNFPA – FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Paraguay, en deuda con la población afrodescendiente**. Asunción, Paraguay, 09 sep. 2021. Disponível em: <https://paraguay.unfpa.org/es/news/paraguay-en-deuda-con-la-poblaci%C3%B3n-afrodescendiente>. Acesso em: 16 jun. 2022.

UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND. **As the world's population hits 8 billion people, UN calls for solidarity in advancing sustainable development for all**. New York, NY, 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.unfpa.org/press/worlds-population-hits-8-billion-people-un-calls-solidarity-advancing-sustainable-development>. Acesso em: 16 ago. 2023.

UNITED NATIONS. UN launches drive to highlight environmental cost of staying fashionable. **UN NEWS**, New York, NY, 25/03/2019. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/03/1035161>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Josef Mengele**: Holocaust encyclopedia. Washington, DC, 10 Aug. 2023. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/es/article/josef-mengele>. Acesso em: 22 set. 2023.

VALENTINO, Caio Augusto Silva. **Emigração paraguaia: os efeitos de um processo estrutural**. 2018. 164f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1090340>. Acesso em: 26 out. 2023.

VÁZQUEZ, Fabricio. Las nuevas regiones. In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 33-47.

VEIGA, Gustavo. Paraguay: asume Santiago Peña, un neoliberal bajo la tutela del Partido Colorado. **Página 12**, Buenos Aires, Argentina, 15/08/2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/578838-paraguay-asume-santiago-pena-un-neoliberal-bajo-la-tutela-de>. Acesso em: 06 out. 2023.

VELÁZQUEZ, Rafael Eladio. **Una periodización de la historia paraguaya**. Asunción, Paraguay: Universidad Católica, 1985.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Contingências da moradia de imigrantes na sociedade de recepção: uma análise dos territórios da alteridade de latino-americanos em São Paulo. In: BAPTISTA, D. M. T.; MAGALHÃES, L. F. A. (org.). **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo, SP: EDUC; PIPEq, 2020. Disponível em: https://www.pucsp.br/educ/downloads/migracoes_em_expansao_no_mundo_em_crise.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

VERÓN, Miguel Ángel. Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní. In: VERÓN, M. A. (comp.). **Quinto seminario internacional sobre traducción, terminología y diversidad lingüística**. San Lorenzo: Fundación Yvy Marãe'ỹ, 2020a. Disponível em: <https://www.yvymaraey.com.py/wp-content/uploads/2021/09/Libro-con-ISBN-Quinto-Seminario-Internacional-PDF.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

VERÓN, Miguel Ángel. Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní. In: Quinto Seminario Internacional Jarojera Guarani Ñe'ẽ. **Facebook**, 28 ago. 2020b. (Tercer Panel: Desarrollo del corpus y el estatus del guaraní paraguayo). Disponível em: <https://www.facebook.com/yvymaraeypy/videos/quinto-seminario-internacional-jarojera-guarani-%C3%B1e%E1%BA%BD/312882479997285/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

VERÓN, Miguel Ángel. “**A alma e a palavra não se separam**”: a preservação da língua guarani no século XXI. Núcleo Cultural Guarani Paraguai Teete, 06 abr. 2016. [Entrevista concedida a] Paulo Mortari A. Correa. Disponível em: <https://paraguaiteete.wordpress.com/2016/04/06/a-alma-e-a-palavra-nao-se-separam-a-preservacao-da-lingua-guarani-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

VERÓN, Miguel Ángel. Los migrantes paraguayos y la lengua guaraní. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 74, p. 109-118, 2014.

VIEIRA, Joice Melo; MORTARI A. C., Paulo. Transição demográfica, “janela de oportunidades” e os compromissos do Brasil para a erradicação do trabalho infantil. In: BAENINGER, R. et al. (coord.). **Populações vulneráveis**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – Nepp/Unicamp, 2021. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/populacoes-vulneraveis/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

VIGNA, Anne. Rehenes de la precariedad laboral. **Le Monde Diplomatique**, Buenos Aires, Argentina, n. 125, 2009. Trad. Lucía Vera. Disponível em: <https://www.eldiplo.org/125-el-capitalismo-del-desempleo/rehenes-de-la-precariedad-laboral/>. Acesso em: 03 set. 2021.

VILADESAU, Tomás Palau et al. **Los refugiados del modelo agroexportador. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas**. Asunción, Paraguay: BASE-IS, 2007. Disponível em: <https://www.baseis.org.py/publicaciones/los-refugiados-del-modelo-agroexportador-2/>. Acesso em: 21 set. 2022.

VILLAGRA, Luis Rojas. La economía paraguaya independiente. El periodo francista. In: VILLAGRA, L. R. (comp.). **Proceso histórico de la economía paraguaya**. Asunción, Paraguay: Secretaría Nacional de Cultura, 2012. p. 151-176. Disponível em: <http://www.cultura.gov.py/wp-content/uploads/2012/06/Proceso-hist%C3%B3rico-de-la-econom%C3%ADa-paraguaya.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

VIVEROS, Diana. La guerra de una madre contra los agroquímicos. **El Surtidor**, Asunción, Paraguay, 24/10/2017. Disponível em: <https://elsurti.com/futuros/reportaje/2020/08/24/la-guerra-de-una-madre-contra-los-agroquimicos/>. Acesso em: 21 set. 2022.

VOLTAIRE (François-Marie Arouet). **Cândido ou o otimismo**. Tradução e texto sobre o autor e a obra por Miécio Táti. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro; São Paulo, SP: Publifolha, 1998.

VUYK, Cecilia; ACHUCARRO, Guillermo; COSTA, Sara. Itaipú 2023: oportunidad histórica para el desarrollo. In: CODEHUPY (ed.). **Derechos humanos en Paraguay 2021**. Asunción, Paraguay: CODEHUPY, 2021. p. 505-522. Disponível em: <https://ddhh2021.codehupy.org.py/wp-content/uploads/2021/12/C-7-Autodeterminacion-y-Sobera507-524.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

WALDINGER, Roger. Networks and niches: the continuing significance of ethnic connections. In: LOURY, G. C.; MODOOD, Tariq; TELES, S. M. (ed.). **Ethnicity, social mobility, and public policy: comparing the USA and UK**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 342-362.

WALDINGER, Roger. The making of an immigrant niche. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 28, n. 1, p. 3-30, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WHIGHAM, Thomas L.; POTTHAST, Barbara. The Paraguayan Rosetta Stone: new insights into the demographics of the Paraguayan War, 1864-1870. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, PA, v. 34, n. 1, p. 174-186, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2503930>. Acesso em: 05 maio 2022.

WISE, Raúl Delgado. Replantando la cuestión del desarrollo y su relación dialéctica con la exportación de fuerza de trabajo de cara al siglo XXI. **Migración y Desarrollo**, México, v. 18, n. 35, p. 7-24, 2020.

WISE, Raúl Delgado. Migración, sociedad civil y gobernanza global: reflexiones a partir del pensamiento crítico. In: RIBEIRO, L. C.; OLIVEIRA, M. (org.). **Sociedades em movimento: fluxos internacionais, conflitos nacionais**. São Paulo, SP: Editora Intermeios, 2019. p. 45-70.

WORLD BANK. **Soya beans; whether or not broken exports by country in 2019**. Washington, DC, [2020?]. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/All/year/2019/tradeflow/Exports/partner/WLD/product/120100>. Acesso em: 22 set. 2022.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Report of the World Commission on Environment and Development: our common future**. New York, NY, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

WU, Weiping. The creation and evolution of China's Special Economic Zone policy. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 6, n. 2, p. 45-64, 1996. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/download/2262/1202/7373>. Acesso em: 22 set. 2023.

YEGROS, Ricardo Scavone. Guerras internacionales y confrontaciones políticas (1920-1954). In: TELESKA, I. (coord.). **Historia del Paraguay**. 3. ed. Asunción, Paraguay: Taurus, 2011. p. 225-264.

ZELINSKY, Wilbur. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, London, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

ZÚÑIGA NÚÑEZ, Mario. Heridas en la memoria: la guerra civil salvadoreña en el recuerdo de niñez de un pandillero. **Historia Crítica**, Bogotá, Colômbia, n. 40, p. 60-83, 2010.

ANEXOS

ANEXO I – Nascidos no Paraguai e residentes no Brasil por Unidade Federativa (UF) e nacionalidade ("naturalizado brasileiro" e "estrangeiro"), Censos de 1991, 2000 e 2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)		ANO CENSITÁRIO								
		1991			2000			2010		
Código IBGE	Sigla	Nat. Bras.	Estr.	Total	Nat. Bras.	Estr.	Total	Nat. Bras.	Estr.	Total
11	RO	387	506	893	648	183	831	408	114	522
12	AC	23	13	36	15	26	41	11	22	33
13	AM	22	0	22	29	22	51	31	26	57
14	RR	18	0	18	19	22	41	19	5	24
15	PA	70	17	87	96	5	101	77	79	156
16	AP	0	0	0	0	0	0	9	10	19
17	TO	8	11	19	22	22	44	0	0	0
21	MA	0	0	0	19	0	19	56	30	86
22	PI	0	0	0	11	0	11	3	0	3
23	CE	17	35	52	22	0	22	10	35	45
24	RN	5	0	5	0	4	4	27	9	36
25	PB	0	0	0	0	8	8	0	0	0
26	PE	43	34	77	20	33	53	21	53	74
27	AL	0	0	0	0	9	9	0	0	0
28	SE	0	20	20	0	0	0	0	24	24
29	BA	15	15	30	67	72	139	57	32	89
31	MG	85	110	195	149	175	324	273	201	474
32	ES	0	40	40	33	19	52	67	125	192
33	RJ	151	603	754	234	402	636	239	474	713
35	SP	717	2.583	3.300	1.921	2.222	4.143	1.813	4.225	6.038
41	PR	1.872	3.721	5.593	5.054	5.568	10.622	8.352	7.518	15.870
42	SC	146	238	384	684	558	1.242	1.263	959	2.222
43	RS	116	279	395	328	412	740	451	607	1.058
50	MS	1.745	3.922	5.667	3.158	4.472	7.630	3.529	5.557	9.086
51	MT	619	599	1.218	1.208	604	1.812	1.271	703	1.974
52	GO	28	77	105	99	57	156	65	180	245
53	DF	58	50	108	29	62	91	136	73	209
Brasil (total)		6.145	12.873	19.018	13.865	14.957	28.822	18.188	21.061	39.249

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991).

ANEXO II – Nascidos no Paraguai e recenseados no Brasil por *status* de nacionalidade ("naturalizado brasileiro" e "estrangeiro"), Censos de 1872 a 2010

ANO	ESTR.	NAT. BRAS.	TOTAL	% NAT.
1872*	-	-	2.587	-
1920*	-	-	17.329	-
1940	14.146	541	14.687	3,7
1950	14.347	415	14.762	2,8
1960**	17.748	-	17.748	-
1970	18.632	1.393	20.025	7,0
1980	13.687	3.873	17.560	22,1
1991	12.873	6.145	19.018	32,3
2000	14.957	13.865	28.822	48,1
2010	21.061	18.188	39.249	46,3

Fonte: IBGE (2010; 2000; 1991; 1980; 1970; 1960; 1950; 1940) e Directoria Geral de Estatística (1926; [1874?]).

* Dados referentes ao total, sem discriminação entre “naturalizados brasileiros” e “estrangeiros”.

** Não estão incluídos aqueles que se naturalizaram brasileiros, considerando que o dado está indisponível na fonte consultada.

Nota: Censos de 1872 a 1960 com base em população presente; Censos de 1970 em diante, com população residente.

ANEXO III – Paraguios registrados em suas quatro maiores famílias de ocupações do setor formal de confecção na Região Metropolitana de São Paulo (estoque), 2003-2021

(continua)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			ANO											
			2003			2004			2005			2006		
Família da ocupação	Código da ocupação	Ocupação	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total
Profissionais polivalentes da confecção de roupas	7630-05	Alfaiate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	7630-10	Costureira de peças sob encomenda	0	1	1	0	1	1	2	2	4	0	1	1
	7630-15	Costureira de reparação de roupas	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7630-20	Costureiro de roupa de couro e pele	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	7631-05	Auxiliar de corte (preparação da confecção de roupas)	0	1	1	0	2	2	0	2	2	0	1	1
	7631-10	Cortador de roupas	1	0	1	1	0	1	3	0	3	1	0	1
	7631-15	Enfestador de roupas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	7631-20	Riscador de roupas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7631-25	Ajudante de confecção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	7632-05	Costureiro de roupas de couro e pele à máquina na confecção em série	0	0	0	1	0	1	1	0	1	2	0	2
	7632-10	Costureiro na confecção em série	6	3	9	17	1	18	16	3	19	5	4	9
	7632-15	Costureiro à máquina na confecção em série	4	0	4	6	1	7	10	0	10	11	1	12
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	7633-05	Arrematadeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7633-10	Bordador à máquina	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1
	7633-15	Marcador de peças confeccionadas para bordar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7633-20	Operador de máquina de costura de acabamento	0	0	0	1	0	1	2	1	3	0	0	0
	7633-25	Passadeira de peças confeccionadas	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Total (quatro famílias da confecção)			12	5	17	27	5	32	35	8	43	22	8	30
No restante das ocupações da confecção			4	1	5	1	2	3	3	3	6	6	7	13
% nas quatro famílias da confecção (em relação ao total do setor)			75,0	83,3	77,3	96,4	71,4	91,4	92,1	72,7	87,8	78,6	53,3	69,8

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

ANEXO III – Paraguios registrados em suas quatro maiores famílias de ocupações do setor formal de confecção na Região Metropolitana de São Paulo (estoque), 2003-2021

(continuação)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			ANO											
			2007			2008			2009			2010		
Família da ocupação	Código da ocupação	Ocupação	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total
Profissionais polivalentes da confecção de roupas	7630-05	Alfaiate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7630-10	Costureira de peças sob encomenda	1	0	1	1	3	4	2	4	6	5	2	7
	7630-15	Costureira de reparação de roupas	0	0	0	1	0	1	1	1	2	9	7	16
	7630-20	Costureiro de roupa de couro e pele	0	0	0	3	0	3	2	0	2	2	0	2
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	7631-05	Auxiliar de corte (preparação da confecção de roupas)	0	1	1	0	2	2	0	1	1	1	2	3
	7631-10	Cortador de roupas	3	0	3	5	0	5	7	0	7	7	1	8
	7631-15	Enfestador de roupas	1	0	1	1	0	1	4	0	4	4	0	4
	7631-20	Riscador de roupas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7631-25	Ajudante de confecção	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	6	6
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	7632-05	Costureiro de roupas de couro e pele à máquina na confecção em série	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7632-10	Costureiro na confecção em série	6	9	15	11	11	22	28	15	43	49	26	75
	7632-15	Costureiro à máquina na confecção em série	11	2	13	10	1	11	20	4	24	37	13	50
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	7633-05	Arrematadeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	7633-10	Bordador à máquina	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1
	7633-15	Marcador de peças confeccionadas para bordar	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0
	7633-20	Operador de máquina de costura de acabamento	1	0	1	1	0	1	1	0	1	2	1	3
	7633-25	Passadeira de peças confeccionadas	2	0	2	2	1	3	3	0	3	9	1	10
Total (quatro famílias da confecção)			26	13	39	36	19	55	70	27	97	125	61	186
Restante das ocupações da confecção			13	2	15	8	2	10	18	4	22	20	10	30
% nas quatro famílias da confecção (em relação ao total do setor)			66,7	86,7	72,2	81,8	90,5	84,6	79,5	87,1	81,5	86,2	85,9	86,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

ANEXO III – Paraguios registrados em suas quatro maiores famílias de ocupações do setor formal de confecção na Região Metropolitana de São Paulo (estoque), 2003-2021

(continuação)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			ANO											
			2011			2012			2013			2014		
Família da ocupação	Código da ocupação	Ocupação	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total
Profissionais polivalentes da confecção de roupas	7630-05	Alfaiate	0	0	0	1	1	2	1	1	2	1	0	1
	7630-10	Costureira de peças sob encomenda	29	14	43	18	6	24	13	6	19	11	5	16
	7630-15	Costureira de reparação de roupas	2	6	8	3	2	5	8	3	11	7	4	11
	7630-20	Costureiro de roupa de couro e pele	2	2	4	0	1	1	2	2	4	1	0	1
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	7631-05	Auxiliar de corte (preparação da confecção de roupas)	6	6	12	5	2	7	3	4	7	5	4	9
	7631-10	Cortador de roupas	12	0	12	15	1	16	10	0	10	18	1	19
	7631-15	Enfestador de roupas	5	0	5	2	0	2	6	0	6	4	0	4
	7631-20	Riscador de roupas	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	7631-25	Ajudante de confecção	4	8	12	12	14	26	21	15	36	22	18	40
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	7632-05	Costureiro de roupas de couro e pele à máquina na confecção em série	2	2	4	7	4	11	8	3	11	11	2	13
	7632-10	Costureiro na confecção em série	78	40	118	125	60	185	116	60	176	88	68	156
	7632-15	Costureiro à máquina na confecção em série	44	19	63	46	17	63	44	19	63	43	23	66
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	7633-05	Arrematadeira	0	2	2	0	3	3	1	2	3	0	4	4
	7633-10	Bordador à máquina	3	1	4	3	1	4	6	1	7	7	1	8
	7633-15	Marcador de peças confeccionadas para bordar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7633-20	Operador de máquina de costura de acabamento	1	2	3	3	2	5	6	5	11	4	4	8
	7633-25	Passadeira de peças confeccionadas	12	2	14	14	3	17	11	7	18	17	7	24
Total (quatro famílias da confecção)			200	104	304	254	117	371	256	129	385	239	141	380
Restante das ocupações da confecção			26	9	35	38	13	51	39	13	52	40	7	47
% nas quatro famílias da confecção (em relação ao total do setor)			88,5	92,0	89,7	87,0	90,0	87,9	86,8	90,8	88,1	85,7	95,3	89,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

ANEXO III – Paraguios registrados em suas quatro maiores famílias de ocupações do setor formal de confecção na Região Metropolitana de São Paulo (estoque), 2003-2021

(continuação)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			ANO											
			2015			2016			2017			2018		
Família da ocupação	Código da ocupação	Ocupação	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total
Profissionais polivalentes da confecção de roupas	7630-05	Alfaiate	1	0	1	1	1	2	3	2	5	1	0	1
	7630-10	Costureira de peças sob encomenda	12	6	18	19	9	28	3	7	10	5	1	6
	7630-15	Costureira de reparação de roupas	8	6	14	6	4	10	6	2	8	3	6	9
	7630-20	Costureiro de roupa de couro e pele	4	0	4	2	0	2	1	0	1	2	0	2
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	7631-05	Auxiliar de corte (preparação da confecção de roupas)	2	2	4	4	0	4	2	1	3	2	1	3
	7631-10	Cortador de roupas	22	1	23	11	0	11	8	0	8	11	1	12
	7631-15	Enfestador de roupas	10	0	10	11	0	11	12	0	12	9	0	9
	7631-20	Riscador de roupas	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
	7631-25	Ajudante de confecção	24	21	45	21	24	45	17	13	30	23	15	38
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	7632-05	Costureiro de roupas de couro e pele à máquina na confecção em série	8	2	10	4	1	5	3	0	3	1	0	1
	7632-10	Costureiro na confecção em série	79	58	137	86	53	139	88	54	142	91	53	144
	7632-15	Costureiro à máquina na confecção em série	42	19	61	50	18	68	48	13	61	30	9	39
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	7633-05	Arrematadeira	0	3	3	1	4	5	1	6	7	0	3	3
	7633-10	Bordador à máquina	7	1	8	7	2	9	10	2	12	9	1	10
	7633-15	Marcador de peças confeccionadas para bordar	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	1
	7633-20	Operador de máquina de costura de acabamento	2	2	4	1	2	3	1	2	3	2	0	2
	7633-25	Passadeira de peças confeccionadas	21	7	28	21	10	31	21	3	24	16	6	22
Total (quatro famílias da confecção)			242	128	370	246	129	375	225	105	330	206	96	302
Restante das ocupações da confecção			30	4	34	30	8	38	35	10	45	38	10	48
% nas quatro famílias da confecção (em relação ao total do setor)			89,0	97,0	91,6	89,1	94,2	90,8	86,5	91,3	88,0	84,4	90,6	86,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

ANEXO III – Paraguios registrados em suas quatro maiores famílias de ocupações do setor formal de confecção na Região Metropolitana de São Paulo (estoque), 2003-2021

(conclusão)

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) 2002			ANO								
			2019			2020			2021		
Família da ocupação	Código da ocupação	Ocupação	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total
Profissionais polivalentes da confecção de roupas	7630-05	Alfaiate	1	0	1	1	0	1	1	0	1
	7630-10	Costureira de peças sob encomenda	5	4	9	12	7	19	7	2	9
	7630-15	Costureira de reparação de roupas	6	3	9	2	2	4	2	2	4
	7630-20	Costureiro de roupa de couro e pele	0	0	0	3	0	3	0	0	0
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	7631-05	Auxiliar de corte (preparação da confecção de roupas)	1	1	2	1	0	1	2	1	3
	7631-10	Cortador de roupas	7	0	7	6	0	6	8	0	8
	7631-15	Enfestador de roupas	4	0	4	4	1	5	3	0	3
	7631-20	Riscador de roupas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7631-25	Ajudante de confecção	20	19	39	19	13	32	17	11	28
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	7632-05	Costureiro de roupas de couro e pele à máquina na confecção em série	8	4	12	3	1	4	0	1	1
	7632-10	Costureiro na confecção em série	56	29	85	45	23	68	39	25	64
	7632-15	Costureiro à máquina na confecção em série	33	7	40	28	9	37	25	11	36
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	7633-05	Arrematadeira	3	4	7	0	2	2	0	1	1
	7633-10	Bordador à máquina	6	1	7	5	1	6	4	1	5
	7633-15	Marcador de peças confeccionadas para bordar	1	0	1	0	0	0	0	0	0
	7633-20	Operador de máquina de costura de acabamento	2	1	3	6	1	7	5	0	5
	7633-25	Passadeira de peças confeccionadas	23	7	30	17	5	22	12	3	15
Total (quatro famílias da confecção)			176	80	256	152	65	217	125	58	183
Restante das ocupações da confecção			31	6	37	24	4	28	28	6	34
% nas quatro famílias da confecção (em relação ao total do setor)			85,0	93,0	87,4	86,4	94,2	88,6	81,7	90,6	84,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). PDET (2023).

ANEXO IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em português**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Migrações paraguaias e inserção no setor de confecção têxtil do município de São Paulo nas primeiras décadas do século XXI****Paulo Mortari Araujo Correa****Número do CAAE: 56635622.7.0000.8142**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa informar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A presença paraguaia no Brasil e, mais especificamente, no município de São Paulo tem se intensificado de maneira contínua ao longo das últimas décadas, como sugerem os dados dos censos mais recentemente realizados no país. Tal fonte, complementada por outras que permitem alguma cobertura dos quase doze anos sem dados censitários atualizados, indicam, ademais, que, no caso da capital paulista, existe uma notável concentração de pessoas da mencionada nacionalidade em atividades laborais relacionadas à confecção de peças de vestuário, em especial, da moda básica. Tendo em vista, por um lado, o pouco conhecimento disponível sobre essa população (ainda quando se levam em conta publicações não especializadas) e, por outro, sua importância demográfica, social e econômica para São Paulo (em especial, a distritos da região central da cidade), delimitou-se como objetivo central da presente pesquisa estudar especificamente o papel de familiares, conterrâneos e outros conhecidos na inserção de migrantes paraguaios no mercado de trabalho da confecção têxtil no município de São Paulo nas primeiras décadas do século XXI. De maneira mais ampla, pretende-se contribuir para a compreensão das trajetórias feitas por esses migrantes desde a saída de seu país até o início de seus trabalhos na produção de roupas em São Paulo, assim como do próprio funcionamento desse setor produtivo e dos estabelecimentos que contam com força de trabalho imigrante.

Procedimentos:

Participando do estudo, você está sendo convidado a responder um questionário com 48 perguntas, em idioma português ou castelhano (conforme a sua preferência). A aplicação desse questionário será feita em forma de entrevista, com duração estimada de até uma hora e meia. Os resultados da pesquisa serão divulgados na tese de doutorado do pesquisador responsável e, eventualmente, em outras publicações acadêmicas e científicas vindouras.

Em virtude da persistência do cenário de emergência epidemiológica provocado pela pandemia de SARS-CoV-2, propomos que a entrevista seja conduzida prioritariamente em formato virtual – seja por meio de aplicativos de mensagens instantâneas (What's App ou Messenger, do Facebook) ou plataformas de videoconferência (Google Meet ou outra disponível gratuitamente) – ou por ligação telefônica, dependendo de suas possibilidades de acesso, salvo na hipótese de que você dê preferência ao encontro presencial e não haja recomendações contrárias por parte das autoridades sanitárias competentes para se fazê-lo. Neste caso, a entrevista deverá ocorrer invariavelmente em local público de baixa circulação de pessoas e ao ar livre, com o uso de máscaras de proteção respiratória e

distanciamento mínimo de um metro e meio entre o pesquisador e o entrevistado, seja no estado de São Paulo ou em território paraguaio, dependendo do seu local de residência.

Caso você autorize, as respostas dadas na entrevista poderão ser gravadas em áudio e transcritas com o objetivo de facilitar a análise das informações fornecidas. O material será de acesso exclusivo do pesquisador responsável pelo estudo e ficará armazenado unicamente em seu *notebook* pessoal e em sua conta (também pessoal) no serviço de “nuvem” do Google Drive, protegido por senha de conhecimento exclusivo do pesquisador responsável, devendo ser apagado 5 (cinco) anos após a finalização desta pesquisa. A exposição de respostas nas palavras do próprio entrevistado nos meios de divulgação dos resultados desta pesquisa somente ocorrerá em casos em que isso não comprometa o sigilo de sua identidade.

Caso você não autorize a gravação da entrevista em áudio, suas respostas serão registradas apenas por escrito pelo próprio pesquisador responsável. Nesse caso, os dados obtidos também serão armazenados apenas até 5 (cinco) anos após a finalização desta pesquisa.

Comprometemo-nos a iniciar a pesquisa apenas após a aprovação do protocolo de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Você **não** deve participar deste estudo se tiver menos de dezoito (18) anos de idade completos, não for natural da República do Paraguai e não trabalhar (ou nunca o ter feito) no setor de confecção têxtil do município de São Paulo.

Desconfortos e riscos:

Um dos riscos que se pode antecipar, a exemplo da generalidade das pesquisas que trabalham com entrevistas semiestruturadas nas ciências humanas, é o de identificação dos participantes principalmente por pessoas que os conhecem, incluindo-se empregadores que podem não estar de acordo com sua participação. Com a finalidade de evitar que isso ocorra, estabeleceu-se como critério a adoção de um nome fictício escolhido por você próprio, devendo ser este o único nome a constar no caderno de campo e demais registros do pesquisador e a eventualmente ser citado nas publicações pelas quais os resultados da pesquisa serão veiculados. A exposição de informações sobre a sua vida que possam constrangê-lo também é evitada a partir do momento que se define sua participação como completamente voluntária, de modo que, sob hipótese nenhuma, você será coagido a responder o que não desejar, além de, a qualquer momento, ter a liberdade de interromper a aplicação do questionário e sua participação na pesquisa.

Há, também, o risco de vazamento dos dados coletados, que será minimizado a partir do compromisso do pesquisador responsável em armazená-los apenas em seu *notebook* e conta em serviço de “nuvem” pessoais, por acesso a senha de conhecimento exclusivo dele.

Considerando o contexto de pandemia de Covid-19, deve-se mencionar, ainda, o risco de contaminação pelo vírus. Por isso, estabeleceu-se o meio virtual como prioritário para a condução da entrevista. Em caso de ser de sua preferência o encontro presencial, estipulou-se como procedimento a realização da entrevista em local público de baixa circulação de pessoas e ao ar livre, com o uso de máscaras de proteção respiratória e distanciamento mínimo de um metro e meio entre o pesquisador e você.

Não se preveem, a princípio, riscos em adição a estes.

Benefícios:

Não há a previsão, a princípio, de benefícios em âmbito individual ao participante, mas, sim, coletivos, na medida em que os resultados do estudo devem trazer esclarecimentos sobre a situação de inserção sociolaboral dos residentes de naturalidade paraguaia no município de São Paulo e, assim, oferecer subsídios a possíveis políticas públicas que forem adotadas no campo da migração internacional de forma geral.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que o pesquisador responsável buscará assegurar o sigilo de sua identidade e nenhuma informação identificada ou identificável será fornecida a outras pessoas que não

façam parte da equipe de pesquisadores. Para tanto, adotaremos um nome fictício escolhido por você mesmo antes da aplicação do questionário, não sendo registrado seu nome verdadeiro (e outros dados que permitam a sua identificação) em caderno de campo, relatório de pesquisa ou qualquer outro documento que eventualmente for gerado com base no estudo conduzido. Na entrevista, você não será, sob hipótese nenhuma, constrangido a responder o que não desejar, podendo, a qualquer momento, determinar a interrupção da aplicação do questionário e sua participação na pesquisa.

Ressarcimento e Indenização:

Prevê-se como possível despesa ao participante da pesquisa o custo de deslocamento em caso de realização de entrevista presencial, que será ressarcido pelo pesquisador responsável. A fim de minimizá-lo, buscar-se-á escolher um local que seja de mais fácil acesso a você.

Em caso de realização de entrevista por meio virtual, preveem-se custos relacionados à impressão deste Termo e a digitalização de sua via assinada, os quais também serão ressarcidos pelo pesquisador responsável.

Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa, através dos contatos abaixo. Você receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, se precisar consultar esse registro de consentimento ou quaisquer outras questões, você poderá entrar em contato com o pesquisador Paulo Mortari Araujo Correa, do Programa de Pós-Graduação em Demografia (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rua Cora Coralina, 100 – Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas, SP), telefone +55 (XX) 9.XXXX-XXXX e e-mail mortari.a.c@gmail.com; ou sua orientadora, profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger, telefone +55 (XX) XXXX-XXXX e e-mail XXXXXXXXXX@nepo.unicamp.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da UNICAMP das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º piso, sala 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telefone (19) 3521-6836; e-mail: cepchs@unicamp.br.

Havendo a necessidade de intermediação da comunicação em Libras você pode fazer contato com a Central TILS da Unicamp no site <https://www.prg.unicamp.br/tils/>.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

[] AUTORIZO que minhas respostas sejam gravadas em áudio e transcritas para acesso exclusivo do pesquisador responsável com o objetivo de facilitar a análise das informações fornecidas.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____.
(Assinatura do pesquisador)

ANEXO V – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em castelhano

CONSENTIMIENTO INFORMADO

Migrações paraguaias e inserção no setor de confecção têxtil do município de São Paulo nas primeiras décadas do século XXI
Migraciones paraguayas e inserción en el sector de confección textil del municipio de São Paulo en las primeras décadas del siglo XXI
Paulo Mortari Araujo Correa
Número de CAAE: 56635622.7.0000.8142

Lo invitamos a participar como voluntario en una investigación científica. Este documento, llamado Consentimiento Informado, tiene por objetivo informarle acerca de sus derechos en cuanto participante y se presenta en dos ejemplares, de modo que uno se lo lleva usted y el otro queda con el investigador.

Por favor, lea este documento con atención y calma, aprovechando la oportunidad para aclarar sus dudas. Si acaso hay preguntas antes o mismo después de firmarlo, usted podrá aclararlas con el investigador. Si lo prefiere, puede llevarse este documento a su casa y consultar a sus familiares u otras personas antes de decidir participar. No habrá ningún tipo de sanción o perjuicio por si acaso no acepte usted participar o decida revocar su autorización en cualquier momento.

Justificación y objetivos:

La presencia paraguaya en Brasil y, más específicamente, en el municipio de São Paulo se viene intensificando de modo continuo a lo largo de las últimas décadas, como sugieren los datos de los censos más recientemente llevados a cabo en el país. Dicha fuente, complementada por otras que permiten alguna cobertura sobre los casi doce años sin datos censales actualizados, señala, además, que, en el caso de la capital paulista, hay una notable concentración de personas de la nacionalidad mencionada en actividades laborales relacionadas a la confección de prendas de vestir, en especial, de la moda básica. Teniendo presente, por un lado, el poco conocimiento disponible acerca de esa población (incluso cuando se toman en cuenta publicaciones no especializadas) y, por otro, su importancia demográfica, social y económica para São Paulo (en especial, a distritos de la región central de la ciudad), se ha establecido como objetivo central de la presente investigación estudiar específicamente el rol de familiares, conterráneos y otros conocidos en la inserción de migrantes paraguayos en el mercado laboral de la confección textil del municipio de São Paulo en las primeras décadas del siglo XXI. De manera más amplia, se pretende contribuir a la comprensión de las trayectorias hechas por esos migrantes desde la salida de su país hasta el inicio de su labor en la producción de ropas en São Paulo, así como del propio funcionamiento del sector productivo antedicho y de los establecimientos que cuentan con fuerza de trabajo inmigrante.

Procedimientos:

Al participar en este estudio, lo invitamos a responder un cuestionario con 48 preguntas, ya sea en idioma portugués o castellano (según su preferencia). La aplicación de ese cuestionario se hará en formato de entrevista, con duración estimada de hasta una hora y media. Los resultados de la investigación se divulgarán en la tesis de doctorado del investigador responsable y, eventualmente, en otras publicaciones académicas y científicas venideras.

A raíz de la persistencia del escenario de emergencia epidemiológica provocado por la pandemia de SARS-CoV-2, proponemos que la entrevista se conduzca prioritariamente en formato virtual – ya sea por medio de aplicaciones de mensajería instantánea (What's App o Messenger, de Facebook) o plataformas de videoconferencias (Google Meet u otra disponible gratuitamente) – o por llamadas telefónicas, según sus posibilidades de acceso, excepto si usted manifiesta preferencia por el

encuentro presencial y no hay recomendaciones contrarias por parte de las autoridades sanitarias competentes para que se lo haga. En ese caso, la entrevista deberá llevarse a cabo invariablemente en local público de baja circulación de personas y al aire libre, con el uso de tapabocas y distancia mínima de un metro y medio entre el investigador y el entrevistado, independientemente de si el encuentro ocurre en el estado de São Paulo o en territorio paraguayo, según su local de residencia.

Con tal de que lo autorice usted, sus respuestas al cuestionario podrán grabarse en audio y transcribirse con fines de facilitar el análisis de las informaciones proveídas. El material será de acceso exclusivo del investigador encargado del estudio y quedará guardado únicamente en su computadora personal y en su cuenta (también personal) en el servicio de almacenamiento en “nube” de Google Drive, protegido por contraseña de conocimiento exclusivo del investigador, debiéndose apagarlo 5 (cinco) años tras la conclusión de esta investigación. La exposición de respuestas en las palabras del propio entrevistado en los medios de divulgación de los resultados de la investigación solamente ocurrirá en casos en que no se comprometa la discreción de su identidad.

En caso de que no autorice usted la grabación de la entrevista en audio, sus respuestas se registrarán solamente por escrito a cargo del propio investigador. En ese caso, los datos obtenidos también se almacenarán solamente hasta 5 (cinco) años tras la conclusión de esta investigación.

Asumimos el compromiso de iniciar la investigación solamente después de la aprobación del protocolo de investigación por parte del *Comitê de Ética em Pesquisa* (CEP).

Usted **no** debe participar en este estudio si tiene menos de dieciocho (18) años de edad cumplidos, no es natural de la República del Paraguay y si no trabaja (o nunca lo haya hecho) en el sector de confección textil del municipio de São Paulo.

Incomodidades y riesgos:

Uno de los riesgos que se pueden anticipar, al igual que en la generalidad de las investigaciones que trabajan con entrevistas semiestructuradas en las ciencias humanas, es la identificación de los participantes sobre todo por personas que los conocen, lo que incluye a empleadores que puedan no estar de acuerdo con su participación. Con miras a evitarlo, se estableció como criterio la adopción de un nombre ficticio elegido por usted mismo, debiendo ser este el único nombre que se registre en el cuaderno de campo y demás apuntes del investigador y a eventualmente citarse en las publicaciones en las que se divulgarán los resultados de la investigación. Asimismo, se evitará la exposición de informaciones acerca de su vida que puedan causarle vergüenza, puesto que se define su participación como completamente voluntaria, de modo que, bajo ninguna circunstancia, usted será constreñido a contestar lo que no desee, aparte de que, en cualquier momento, se podrá interrumpir la aplicación del cuestionario y la participación en la investigación.

Hay, además, el riesgo de fuga de los datos colectados, lo que se minimizará con el compromiso por parte del investigador encargado de guardarlos solamente en su computadora y su cuenta personal en servicio de almacenamiento en “nube”, con acceso por contraseña de su exclusivo conocimiento.

Teniendo presente el contexto de pandemia de Covid-19, se debe mencionar también el riesgo de contagio por el virus. Por ello, se ha establecido el medio virtual como prioritario para la conducción de la entrevista. En caso de que prefiera usted el encuentro presencial, se ha definido como procedimiento la realización de la entrevista en local público de baja circulación de personas y al aire libre, con el uso de tapabocas y distancia mínima de un metro y medio entre el investigador y usted.

No se prevén, al principio, riesgos adicionales a esos.

Beneficios:

No se prevén, al principio, beneficios en ámbito individual al participante, sino más bien colectivos, en la medida en que los resultados del estudio deben traer aclaraciones con respecto a la situación de inserción sociolaboral de los residentes naturales de Paraguay en el municipio de São Paulo y, por consiguiente, ofrecer subsidios a posibles políticas públicas que se adopten en el campo de la migración internacional de manera general.

Sigilo y privacidad:

Usted tiene la garantía de que el investigador encargado buscará que su identidad no sea divulgada y que no se compartirá ninguna información identificada o identificable con otras personas que no formen parte del equipo de investigadores. Para ello, se adoptará un nombre ficticio elegido por usted mismo antes de la aplicación del cuestionario, de modo que no se registrará su nombre verdadero (ni otros datos que permitan su identificación) en el cuaderno de campo, reporte de investigación o cualquier otro documento que eventualmente se produzca con base en este estudio. En la entrevista, usted no será, bajo ninguna circunstancia, constreñido a contestar lo que no desee, además de poder, en cualquier momento, determinar la interrupción de la aplicación del cuestionario y su participación en la investigación.

Resarcimiento e indemnización:

Se prevé como posible expensa al participante en la investigación los costes de desplazamiento en caso de que la entrevista se realice presencialmente, lo que el investigador debe encargarse de resarcirle. Con el fin de minimizarlo, se buscará elegir un sitio al que usted pueda acceder más fácilmente.

En caso de que se realice la entrevista por medio virtual, se prevén costes relacionados a la impresión de este documento y la digitalización del ejemplar con su firma, de los que igualmente se encargará el investigador.

Se le asegurará el derecho a indemnización ante eventuales daños procedentes de la investigación cuando comprobados en los términos de la legislación vigente.

Acompañamiento y atención:

En cualquier momento, usted podrá contactarse con el investigador responsable para aclaraciones y atención acerca de cualquier aspecto de la investigación a través de los medios de contacto a continuación. Usted recibirá atención integral e inmediata, de forma gratuita y por el tiempo que sea necesario en caso de daños procedentes de la investigación.

Contacto:

En caso de dudas acerca de la investigación, necesidad de consulta a ese documento de consentimiento informado o para cualesquiera otros temas, usted podrá contactarse con el investigador Paulo Mortari Araujo Correa, del Programa de Posgrado en Demografía (*Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Rua Cora Coralina, 100 – Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas, SP), teléfono +55 (XX) 9.XXXX-XXXX y correo electrónico mortari.a.c@gmail.com; o su tutora, profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger, teléfono +55 (XX) XXXX-XXXX y correo electrónico XXXXXXXXXX@nepo.unicamp.br.

En caso de denuncias o quejas acerca de su participación y con respecto a cuestiones éticas del estudio, usted podrá contactarse con la secretaría del *Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais* (CEP-CHS) de UNICAMP de las 08:30 a las 11:30 y de las 13:00 a las 17:00, en Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º piso, sala 05, código postal 13083-865, Campinas – SP; teléfono +55 (19) 3521-6836; correo electrónico: cepchs@unicamp.br.

Si hay la necesidad de intermediación de comunicación en lengua de señas, usted podrá contactarse con la Central TILS de Unicamp en el sitio electrónico <https://www.prg.unicamp.br/tils/>.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):

El papel del CEP es evaluar y acompañar los aspectos éticos de todas las investigaciones con seres humanos. La *Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)* tiene por objetivo desarrollar la reglamentación de la protección de seres humanos en investigaciones científicas y desempeña un papel coordinador de la red de *Comitês de Ética em Pesquisa* (CEPs) de las instituciones, aparte de asumir la función de órgano consultivo en el área de ética en investigaciones.

Consentimiento Informado:

Tras haber recibido aclaraciones acerca de la naturaleza de la investigación, sus objetivos, métodos, beneficios previstos, riesgos potenciales y la incomodidad que pueda acarrear, acepto participar:

Nombre del (de la) participante de la investigación:

Fecha: ____/____/____.

(Firma del participante de la investigación o nombre y firma de su REPRESENTANTE LEGAL)

[] AUTORIZO que mis respuestas se graben en audio y se transcriban para acceso exclusivo del investigador responsable con el objetivo de facilitar el análisis de las informaciones ofrecidas.

Responsabilidad del Investigador:

Asevero haber cumplido con las exigencias de la resolución 510/2016 CNS/MS y complementares en la elaboración del protocolo y en la obtención de este Consentimiento Informado. Asevero, además, haberle explicado y ofrecido un ejemplar de este documento al participante de la investigación. Informo que el estudio ha sido aprobado por el CEP, al que se presentó el proyecto. Asumo el compromiso de utilizar el material y los datos obtenidos en esta investigación exclusivamente para los fines previstos en este documento o conforme al consentimiento manifestado por el participante de la investigación.

Fecha: ____/____/____.

(Firma del investigador)